



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**HAMILTON RODRIGUES DOS SANTOS**

**SEMENTES DO TEMPO, COLHEITAS DA VIDA:  
CULTURA E TRABALHO DE FEIRANTES NO RECÔNCAVO BAIANO  
– SANTO ANTÔNIO DE JESUS (1950-1970)**

**FORTALEZA – 2018**

HAMILTON RODRIGUES DOS SANTOS

SEMENTES DO TEMPO, COLHEITAS DA VIDA:  
CULTURA E TRABALHO DE FEIRANTES NO RECÔNCAVO BAIANO  
– SANTO ANTÔNIO DE JESUS (1950-1970)

Tese apresentada ao programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em História Social. Área de concentração: Trabalho e Migração.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard.

FORTALEZA – 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S235s Santos, Hamilton Rodrigues dos.  
Sementes do tempo, colheitas da vida: cultura e trabalho de feirantes no Recôncavo Baiano – Santo Antônio de Jesus (1950-1970) / Hamilton Rodrigues dos Santos. – 2018.  
359f.: il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard.
1. Feirante. 2. Cultura. 3. Trabalho. 4. Feira Livre, I. Título.

CDD 900

---

HAMILTON RODRIGUES DOS SANTOS

SEMENTES DO TEMPO, COLHEITAS DA VIDA:  
CULTURA E TRABALHO DE FEIRANTES NO RECÔNCAVO BAIANO  
– SANTO ANTÔNIO DE JESUS (1950-1970)

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em História Social. Área de concentração: Trabalho e Migração.

Aprovado em -----/-----/-----

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Daniel Francisco dos Santos  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

Prof. Dr. Gilberto Nogueira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, Brulina Rodrigues dos Santos e Milton Souza Santos (*In memoriam*), e a todos os feirantes que com seu ofício alimentam nosso corpo e com sua cultura nutrem nosso espírito.

## AGRADECIMENTOS

“Andá com fé eu vou que a fé não costuma faiá”.

(Gilberto Gil)

Na minha vida, a fé se constitui como um dos elementos primordiais para garantir minha sobrevivência. Assim, acredito que esse verso da composição da música de Gilberto Gil, cujo tema é a fé, traduz um pouco de mim, de minha trajetória e o que me permitiu chegar até aqui. Só quem passa por essa experiência sabe, de fato, o que é conseguir concluir uma tese de doutoramento. Dessa forma, entendendo que agradecer significa demonstrar ou expressar gratidão e marcar o devido reconhecimento a alguém que foi importante em nossa caminhada, no meu caso, essa tese de doutorado. Início essa secção agradecendo àqueles que, “do outro lado” me fortaleceram, tornando-me um homem de fé e, conseqüentemente, conseguindo obter várias conquistas na vida. Agradeço a Oxalá, a Deus, a Ogum, a Oxum, Senhor do Bomfim, São Cosme Damião... por mais uma graça recebida.

Escrever os agradecimentos é o momento que nos obriga parar e relembrar o nosso percurso. Nesse instante fica evidente o quanto de pessoas cruzaram nossos caminhos e foram fundamentais no processo de feitura do trabalho. Penso que existe duas categorias de pessoas que são imprescindíveis nas nossas vidas durante a realização da pesquisa acadêmica. Aquelas que colaboram conosco no plano mais material (fornecedores de informações, os que nos ajudam a mapear e encontrar as fontes, os participantes das bancas de qualificação, orientadores, etc...) e aquelas que são as pessoas que colaboram no plano mais subjetivo, das emoções, ou seja, as pessoas que nos consolam nos momentos de desesperos, que nos dão uma palavra amiga e confortadora, que nos ouvem, nos afagam, nos abraçam, torcem e oram por nós e ainda dizem: você vai conseguir.

Assim, agradeço aos depoentes, pessoas imprescindíveis para a realização desse estudo. Obrigado à todos feirantes pela disponibilidade em conceder as entrevistas e pela paciência com que me recebiam nas seguidas vezes em que eu retornava para tirar algumas dúvidas e travar novos diálogos. Foram várias horas de “seu tempo”, muitas lembranças, memórias e experiências doadas gratuitamente para o bem da história.

À minha querida mãe e meus queridos irmãos: Marize, Roque, Roberto e Aparecida, tia Tereza, tia Raulina, tia Maria e todos meus primos e afilhados, presentes de Deus em

minha vida. Foi com a experiência de “uma vida dura” que conseguimos sobreviver e estarmos todos juntos ainda aqui.

Ao professor Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard, meu orientador, pela paciência e generosidade. Suas intervenções, reflexões e orientações foram relevantes desde os primeiros momentos de nossos contatos. O professor Franck com sua experiência fez-me abrir os olhos em vários momentos ensinando-me a tornar-me um pesquisador. Um abraço eterno professor Franck, francês querido, excelente orientador. Meu grande mestre.

“Amigo é coisa pra se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração”. Agradeço imensamente à amiga-irmã, Hildete Leal (Deo), por estarmos juntos em quase todos os momentos da vida, compartilhando angústias, tristezas, alegrias e desafios. Pessoa de múltiplas habilidades, destaque para sua especial intimidade com o mundo das palavras, foi ela, na condição de professora de letras e doutoranda, a corretora deste texto. Você, Deo, é uma lapidadora da escrita e da linguagem, é mais um presente que a graça divina me concedeu. Muito obrigado, eternamente.

Aos amigos-irmãos e professores Dr. Wilson Roberto de Mattos, Dr<sup>a</sup> Suely Santana, Doutorando Denilson Lessa, Doutoranda Lígia Santana e Dr<sup>a</sup> Elizabete Rodrigues. Apesar da correria da vida cotidiana, vocês sempre estiveram comigo, dando sugestões e pistas acadêmicas, mas, sobretudo, axé e vitalidade, elementos fundamentais nos momentos em que acreditamos não termos mais força e energia para prosseguir. Vocês são para mim exemplos de luta e inspiração intelectual. Abraços fraternos.

Aos meus primeiros professores do curso de graduação em História que realizei na UNEB, Dr. Wilson Roberto de Mattos, Dr<sup>a</sup> Ana Maria de Carvalho, Dr<sup>a</sup> Nancy Rita Sento Sé, Dr. Charles D’Almeida Santana, Dr<sup>o</sup> Walter Fraga Filho, Dr<sup>a</sup> Lina Brandão Aras, Ma. Paulina Teixeira. Com seus saberes comecei a aprender e fazer história.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, em especial o professor Dr. Antônio Gilberto Ramos Nogueira que, além de me seduzir com sua preciosa sabedoria e sensibilidade intelectual, permitiu-me fazer parte do seu Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM – UFC/CNPq). Meus sinceros reconhecimentos e agradecimentos.

Ao professor Dr. Eurípedes Funes. Você foi uma pessoa fundamental nesse processo todo. Você foi meu “suporte” no ano de 2014, sendo meu orientador quando o professor Franck Pierre estava fazendo Pós-doutorado na França. Foi você também o professor que

contribui imensamente nesse trabalho com as análises, sugestões e observações durante a qualificação. Professor Funes, sua sabedoria e generosidade é algo inspirador para mim. Saiba que você está no “meu Panteão” dos grandes historiadores. MUITÍSSIMO obrigado e aquele abraço.

Ao professor Dr. Mário Martins Viana Júnior. Outro grande colaborador que foi fundamental para o enriquecimento e amadurecimento do trabalho. Suas indagações, Reflexões, sugestões e orientações na banca de qualificação, além de direcionar para um caminho mais frutífero, me ajudou a estruturar a pesquisa em bases mais coerente. Muito obrigado, professor Mário.

Ao professor Dr. Daniel Francisco dos Santos, meu orientador da dissertação de mestrado que defendi na Universidade do Estado da Bahia-UNEB, foi com essa experiência que consegui alçar novos voos e chegar ao doutorado. Tenho um grande afeto por ti professor Daniel, principalmente pela confiança que sempre depositou em mim.

Aos colegas da turma de doutorado de 2013: Walter de Carvalho, Raquel Caminha, Amanda Teixeira, Dhenis Silva, Reginaldo Alves e Rodrigo Capistrano. Juntos dividimos momentos de tensões e conflitos, angústias, alegrias, reflexões teóricas e metodológicas, solidariedades e também, não podia faltar, a cerveja e algumas das delícias e belezas de Fortaleza-CE.

Ao colega e amigo Idelmar Gomes Cavalcante, meu imenso agradecimento e afeto. Dividimos muitas coisas durante esses anos de doutorado e selamos uma forte amizade. Valeu, meu amigo do Piauí. Sua trajetória nesse curso de pós-graduação mostrou que você é grande, guerreiro e vitorioso.

A Adriel Fontenele Batista, outro componente dessa turma por quem não posso deixar de registrar meu carinho e afeto. Cabra inteligente, estudioso, divertido, pessoa com quem muito dialogava, dividia momentos de prazer e diversão, mas também de solidão e saudade. Aquele abraço, meu caro.

A Eylo Fagner Rodrigues. Esse merece um agradecimento muito especial. Meu colega de turma e grande ser humano, intelectual admirável que nos contagia com sua simplicidade. Nesse processo de doutoramento, Eylo, você foi uma espécie de ponte, de elo de ligação entre mim e o meu orientador nos momentos que não pude estar fisicamente em Fortaleza para entregar atividades. Além disso, está timbrado na minha memória o quanto eram/são



prazerosas as nossas conversas. Sempre conversamos sobre tudo e só fazemos isso com quem acreditamos ser nosso amigo de verdade. Muito obrigado, meu nobre amigo do Ceará.

A Universidade do Estado da Bahia – UNEB – instituição com a qual possuo vínculo empregatício na condição de professor. Além de ser liberado para cursar o doutorado, essa instituição me concedeu Uma Bolsa de Estudos – Bolsa PAC, para custear as despesas, que não foram poucas. Sem esse auxílio, com certeza as coisas seriam bem mais difíceis, principalmente no tempo que tive que residir no Ceará.

Às minhas duas outras famílias construídas a partir de laços afetivos e afinidades que minha vã sabedoria não conseguiria explicar. Meu sincero obrigado às famílias Oliveira (Sinval, Maria da Conceição, Samuel, Sara Cristina, Maria Júlia e Juliana Vieira) e Santana (Laura, seu Antônio, Adriano, Thiago, Daniele, Ibrahn, Bia, Sofia, Maria da Glória, Léo e Carlos Wagner). Muito da fé e da força necessária para a realização desse trabalho veio de todos vocês. Não tenho palavras suficientes no meu vocabulário para expressar o meu afeto a essas minhas duas famílias.

Às minhas mães Maria Pascoal dos Santos, Diva Andrade Malta, Maria Magnólia Correia e Maria Dilma Santos Caldeira. Mães de consideração e mais um presente de Deus para mim.

A Everton Barreto da Paixão, pessoa que esteve presente em vários momentos da minha vida, sempre me estimulando e incentivando-me a sonhar alto. Com sua solidariedade, foi você que viajou e ficou comigo na primeira semana residindo na cidade de Fortaleza. Foi você também que esteve lá várias vezes para levar o calor baiano e amenizar minha solidão. Sou muito grato a ti.

A Áureo Neto Cerqueira Santana, pessoa indispensável no processo de produção deste trabalho. Pessoa meiga e afável, Neto, com sua grande habilidade no mundo da informática e das tecnologias, foi quem me salvou em vários momentos que a máquina, ao dar defeito, me deixou em desespero. Muito obrigado Neto, meu nobre amigo, você é um grande profissional e uma pessoa especial.

A Agrimaldo Júnior. Pessoa inteligente, amorosa e sempre disponível. A contribuição de Júnior neste trabalho foi de grande valia, pois foi ele o responsável pela formatação e correção das normas da ABNT deste texto. Estendo meus agradecimentos ainda à sua família, que com muita generosidade sempre me acolheu em seu lar como um filho. Obrigado pelo

carinho e adoção. Todos vocês foram também indispensáveis para a realização e finalização desta tese.

À Luciana, a secretária da coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFC. Com muita competência, ela sempre estava lá, na hora certa, para tirar alguma dúvida ou nos dar informações importantes. Você é muito competente e generosa. Obrigado por tudo, Lú.

À bibliotecária da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V, Santo Antônio de Jesus, Adriana Silva Freitas Sampaio e à auxiliar administrativa Marta Nery de Cruz Souza. Obrigado pela generosidade de estarem sempre colaborando comigo, mesmo nos momentos difíceis que estive interditado, não podendo pegar livros. Boa parte dos autores que aparecem nesse trabalho, suas obras estão disponíveis no acervo dessa biblioteca. Meu grande carinho e afeto a vocês.

Aos amigos geógrafos, Dr. Wedmo Teixeira Rosa e Me. Antônio A. Mota. Muito obrigado pela contribuição de vocês nessa tese com o árduo trabalho que tiveram para elaborar dois mapas de fundamental importância.

Ao pessoal do Arquivo Público Municipal, principalmente seu Augusto, do Arquivo da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, pelo fornecimento de informações.

Aos amigos Gil Nunes, Fabiana Nunes, Luciane Brandão, Arlene Malta, Silvia Marli Tavares Santos, Alaíze dos Santos Conceição, Djalma Barreto, Rita Ribeiro, Antônio Sousa Silva, José Raimundo, Dinalva Souza, Ana Maria de Souza, Emetério Ribeiro, Cláudia Martins, Carlos Cezar Magalhães, Rafael Ressureição, Wesley Almeida, Tatiana Sampaio, Carlos Luis, Denisson Araújo, Lila Maria, Jaime Magalhães, Cristovam de Souza, Ana Claudia de Souza, Nathália Luine, João Batista, Deylane Andrade, Marco Antônio Mendes, Astibaldo, José Francisco Barreto Neto, José Mário da Silva, Antonieta Ferreira de Jesus, Iraildes Ribeiro Santos, Maria São Pedro Pinto Barreto, Messias Nascimento Brito, Ivone Reis Santos, José Sampaio Santos, Jovina da Conceição de Souza, Eneide Vania de Almeida Santos e Wilson Pereira dos Santos. Obrigado pela sincera amizade e pelo axé de vocês que me energiza.

Por fim, agradeço aos meus colegas e amigos de trabalho, os professores do Colegiado de História da UNEB, Campus XIII, Itaberaba-Ba: Silene Arcanja Franco, Cristiane Batista, Josivaldo Pires, Rodrigo Freitas, Dirceu do Socorro, Fernanda de Souza, Izabel de Fátima

Melo, Luiz Alberto, Regiane Lopes e Kleber. Obrigado pela atenção. Vocês, sempre quando me encontravam, perguntavam como estava o doutorado e, conseqüentemente, a tese.

Muito Obrigado a Todos.

[...] a história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, gerações após gerações de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido. (E. P. Thompson, “As peculiaridades dos ingleses”)

## RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo da vida cotidiana de homens e mulheres que se deslocavam de várias áreas rurais do Recôncavo baiano para trabalhar como feirantes na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus na Bahia, entre os anos de 1950 a 1970. Nesse período, é notória a importância da função social dessa categoria nas pequenas e médias cidades do Brasil, principalmente na região do Recôncavo, já que a maioria das mercadorias consumidas e utilizadas pela população era vendida no universo da feira. Assim, essa investigação adentrou no mundo das experiências desses sujeitos, na roça e na rua, para mostrar as suas lutas pela sobrevivência e defesa da vida. Nesse sentido, a questão central desta tese discute como se configurava o mundo do trabalho e da cultura dos feirantes no referido período e se existe aspectos de uma “economia moral” nessa cultura. A partir do diálogo com as fontes, tornou-se possível mostrar as relações campo-cidade, como esses sujeitos adentravam no ofício, relações familiares e de vizinhança, trabalho na roça, trabalho na rua, na feira livre e para além dela. Dimensões da religiosidade, aspectos identitários, da alimentação e dieta dos feirantes foram também abordados. O foco principal de análise não foi o lado econômico, mas o outro lado, que privilegiou observar os aspectos que dizem respeito a valores, costumes, tradições e, sobretudo, mostrar a construção histórica de uma “vida dura”, conforme ficou evidente em todas as narrativas orais que fazem parte desta pesquisa. Enfatizam-se, aqui, os atos de compra e venda de mercadorias, as formas de mercadejar, histórias de vida de homens e mulheres feirantes, os sonhos, os desencantos, as frustrações, as alegrias, as dificuldades no mundo do trabalho, o ato de migrar, os arranjos e improvisos para a sobrevivência dentro e fora da feira, a estética particular desse ambiente, os evidentes conflitos, o lazer, os vários tipos de sujeitos que compartilhavam o universo da feira livre e as múltiplas experiências dos feirantes. O período analisado foi entre 1950 (época de grandes mudanças e transformações na região do Recôncavo da Bahia) e 1970 (ano em que a secular feira livre foi transferida do coração da cidade, ou seja, da Praça Padre Matheus, centro comercial desse município). Esse recorte temporal justifica-se pelo fato de que essa foi uma época em que a cidade de Santo Antônio de Jesus, em meio a um forte discurso de progresso e civilidade por parte das elites locais, passou por um período de várias transformações na configuração físico-espacial. O estudo utilizou-se, como fonte privilegiada, dos depoimentos de feirantes, ex-feirantes e outros moradores da cidade. Além das fontes orais, utilizei fontes escritas como jornais, leis, atas, decretos e fontes imagéticas como fotografias. Minha inspiração teórica foi a história social inglesa, principalmente as noções e conceitos de E. P. Thompson, entendendo cultura como modo de vida, que é também um processo de tensão, que se dá num diálogo constante entre criação e luta. Portanto, cultura e trabalho dos feirantes foram os fios condutores dessa minha investigação.

**Palavras-chave:** Cultura. Trabalho. Feirante. Feira Livre.

## ABSTRACT

This research work presents a study of the daily life of men and women who traveled from various rural areas of the Bahia Recôncavo to work as tradesmen and tradeswomen in the free market of the city of Santo Antônio de Jesus, in Bahia, between the years of 1950 and 1970. During this period, the importance of the social function of this category in the small and medium-sized cities of Brazil, especially in the Recôncavo region of Bahia, is well known, since most of the goods consumed and used by the population were sold in the universe of the fairgrounds. Thus, this investigation entered the world of the experiences of these subjects, in the countryside and in the urban area, to show their struggles for the survival and defense of life. In this sense, the central question of this doctoral thesis discusses how the world of work and the culture of the marketers in the mentioned period was configured and if there are aspects of a “moral economy” in that culture. From the dialogue with the sources, it became possible to show the relations between the countryside areas and the city, and how these subjects managed the job, family and neighborhood relations, how they used to work in the countryside, in the streets, in the fairgrounds and beyond. Dimensions of religiosity, identity aspects, food and diet of the marketers were also addressed. The main focus of analysis was not the economic side. It focused on observing the aspects related to values, customs, traditions and, above all, showing the historical construction of a "hard life", as was evident in all the oral narratives that are part of this research. Emphasis is placed here on the acts of buying and selling goods, the ways of marketing, the life histories of men and women, the dreams, the disappointments, the frustrations, the joys, the difficulties in the world of work, migrations, the arrangements and improvisations for survival inside and outside the fairgrounds, the particular aesthetics of that environment, the evident conflicts, the leisure, the various types of subjects that shared the universe of the fairgrounds and the multiple experiences of the fairgrounds. The period analyzed was between 1950 (a time of great changes and transformations in the Recôncavo region of Bahia) and 1970 (when the secular fairgrounds were transferred from the heart of the city, that is, the Plaza Padre Matheus, the commercial center of that city). This temporal cut is justified by the fact that this was a time when the city of Santo Antônio de Jesus, in the midst of a strong discourse of progress and civility on the part of the local elites, went through a period of several transformations in the physical and spatial configuration. The study used, as a privileged source, the testimonies of fairground marketers, of ex-fairground marketers and of other residents of the city. In addition to oral sources, I used written sources such as newspapers, laws, minutes, decrees, and imagery sources such as photographs. My theoretical inspiration was the English social history, mainly the notions and concepts of E. P. Thompson, understanding culture as a way of life, which is also a process of tension, which takes place in a constant dialogue between creation and struggle. Therefore, culture and work of the fairground marketers were the guiding threads of my investigation.

**Keywords:** Culture. Job. Fairground Marketer. Fairgrounds.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Antiga Igreja Matriz.....	44
Figura 02 – Igreja Matriz em construção.....	52
Figura 03 – Feira livre de Santo Antônio de Jesus 1957.....	53
Figura 04 – Município de Santo Antônio de Jesus, Bahia – 2017. Território de identidade – recôncavo.....	63
Figura 05 – Freguesias e capelas no recôncavo baiano setecentista.....	68
Figura 06 – Recôncavo Sul atualidade [governo da Bahia].....	73
Figura 07 – Padaria centenário.....	160
Figura 08 – Estação ferroviária (1880-1971).....	163
Figura 09 – Feira livre de Santo Antônio de Jesus – década de 50.....	165
Figura 10 – Croqui com a localização espacial dos produtos comercializados na feira livre de SAJ – (1950-1970).....	171
Figura 11 – Fonte Santo Antônio.....	179

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACMSAJ	Arquivo da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus.
AP	Arquivo Particular.
APMSAJ	Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus.
APSAJ	Arquivo da Paróquia de Santo Antônio de Jesus.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
SEPLANTEC	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia.
UCSAL	Universidade Católica de Salvador.
UFBA	Universidade Federal da Bahia.
UNEB	Universidade do Estado da Bahia.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>A CIDADE E A REGIÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>2.1</b>	<b>A cidade e o campo: Santo Antônio de Jesus nos anos 1950-1970.....</b>	<b>33</b>
<b>2.2</b>	<b>Uma genealogia da cidade: o processo de formação social e comercial.....</b>	<b>62</b>
<b>2.3</b>	<b>Mudanças e transformações na dinâmica regional do recôncavo baiano na segunda metade do século XX.....</b>	<b>83</b>
<b>3</b>	<b>FEIRA LIVRE E OS SUJEITOS.....</b>	<b>91</b>
<b>3.1</b>	<b>Feiras e mercadorias: a manutenção da sobrevivência e da vida.....</b>	<b>91</b>
<b>3.2</b>	<b>Feirantes: perfil e situação do grupo estudado.....</b>	<b>108</b>
<b>3.3</b>	<b>Formas e modos de inserção no ofício e na feira livre de SAJ.....</b>	<b>118</b>
<b>4</b>	<b>AS MÚLTIPLAS FACES DO LABOR.....</b>	<b>130</b>
<b>4.1</b>	<b>Trabalho na roça.....</b>	<b>131</b>
<b>4.2</b>	<b>Da roça à rua: o transporte das mercadorias, as condições climáticas e acidentes de trabalho.....</b>	<b>137</b>
<b>4.3</b>	<b>Composição do espaço de trabalho: uma geografia da feira e os lugares de mercadejar.....</b>	<b>156</b>
<b>4.4</b>	<b>A venda dos produtos e mercadorias na feira.....</b>	<b>183</b>
<b>5</b>	<b>OUTRAS FACETAS DA DINÂMICA DESSE MUNDO DO TRABALHO.....</b>	<b>199</b>
<b>5.1</b>	<b>Trabalho e lazer na feira livre de Santo Antônio de Jesus.....</b>	<b>199</b>
<b>5.2</b>	<b>“Os indesejáveis” nos caminhos da feira: fiscais, moleques, mendigos, prostitutas.....</b>	<b>206</b>
<b>5.3</b>	<b>Para além da feira... mais trabalho.....</b>	<b>217</b>
<b>6</b>	<b>COMIDA, FÉ, CRIATIVIDADE E SABERES NA FEIRA LIVRE DA CIDADE.....</b>	<b>227</b>
<b>6.1</b>	<b>O cardápio da feira e a dieta alimentar dos feirantes.....</b>	<b>228</b>
<b>6.2</b>	<b>Calendário cultural litúrgico e a venda de produtos na feira.....</b>	<b>237</b>
<b>6.3</b>	<b>A “berganha”: um lugar especial na feira livre de SAJ.....</b>	<b>267</b>
<b>6.4</b>	<b>Tradição e cultura negra e afro-brasileira na feira livre.....</b>	<b>273</b>
<b>7</b>	<b>O MOTOR DA VIDA E DA NOSSA HISTÓRIA.....</b>	<b>284</b>
<b>7.1</b>	<b>“Sistema de valores” entre os feirantes de Santo Antônio de Jesus.....</b>	<b>285</b>
<b>7.2</b>	<b>Em defesa da vida: aspectos de uma “economia moral”.....</b>	<b>296</b>
<b>7.3</b>	<b>Em busca de outros sentidos para continuar vivendo: memórias e experiências da migração.....</b>	<b>308</b>
<b>7.4</b>	<b>Entre os laços com a roça e o vínculo com a memória.....</b>	<b>324</b>
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>336</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>342</b>
	<b>FONTES.....</b>	<b>355</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>358</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Arruma a cangalha na cacunda que a rapadura é doce mas não é mole não  
E genipapo no balaio pesa,  
Anda, aperta o passo pra chegar ligeiro,  
Farinha boa se molhar não presta  
Olha lá na curva a chuva no lagedo  
Quem foi que te disse que a vida é um mar de rosas?  
Rosas têm espinhos, e pedras no caminho  
Daqui até a cidade é pra mais de tantas léguas  
Firma o passo, segue em frente,  
Que essa luta não tem trégua  
Fica na beira da estrada quem o fardo não carrega  
A granel felicidade não custeia o lavrador  
Vamos embora que a jornada é muito longa  
E não há mais tempo de chorar por mais ninguém  
Lá na feira a gente compra, a gente vende,  
A gente pede, até barganha aquilo que comprou  
E te prometo que depois no fim de tudo na Quitanda da Esperança  
Eu te compro um sonho de açúcar mascavo embrulhado num papel de seda azul  
(Feirante – João Alexandre)<sup>1</sup>

Com muita sensibilidade, João Alexandre, compositor e cantor, traduz na letra de sua música Feirante, nuances da vida cotidiana dessa categoria profissional, muito próxima da realidade de homens e mulheres – sujeitos desta pesquisa – que no mundo do trabalho tornaram-se feirantes entre os anos 50 a 70 do século passado no Recôncavo da Bahia. De forma poética, o autor mostra na sua criação artística, dimensões de tempo, espaço, dureza da vida, trabalho árduo, sonhos, esperanças, luta sem trégua, produtos que eram/são comercializados por esses sujeitos, a farinha que não podia ser molhada... mas, sobretudo, revela a situação concreta de pessoas para quem “a vida não era um mar de rosas” e, ainda, a “rapadura era doce, mas, não era mole”. Assim, esse estudo ancora-se na análise e interpretação das experiências e histórias de homens e mulheres que viviam nas roças de várias cidades do Recôncavo baiano naquele período e, de acordo com seus anseios, objetivos, sonhos, aspirações e ilusões, foram se inserindo e garantindo sua presença no universo urbano da cidade de Santo Antônio de Jesus na Bahia, exercendo o ofício de feirante.

A condição social inicial desses sujeitos era a de homens, mulheres e crianças que trabalhavam nas roças plantando e cultivando diversos produtos agrícolas, produzindo farinha

---

<sup>1</sup> João Alexandre. Canção: **Feirante**. Álbum: É Proibido Pensar – Gravadora VPC – São Paulo. Ano 2007.

de mandioca e carvão, cortando madeira nas matas, criando animais de pequeno porte como galinhas, porcos, perus e patos, e de grande porte como, bois, cavalos, jumentos, éguas, bodes e carneiros. Alguns deles eram pequenos proprietários rurais, outros, por não possuírem terras, estavam subordinados às relações de meeiros, alugados, assalariados, diaristas, etc. Ou seja, todos eram da roça e trabalhadores rurais.

Mesmo com objetivos distintos, condições sociais diferenciadas, aspirações múltiplas e histórias plurais, esses homens e mulheres compartilharam experiências em comum e possuíam também “costumes em comum” que deram cor e forma a uma cultura bastante específica e particular. Essa experiência em comum que sustentou a dinâmica dessa cultura, pautava-se na concepção generalizada entre eles de que “a vida era dura”, logo, os desafios eram imensuráveis. Suas lutas justificavam-se pela conquista do trabalho livre, autonomia e liberdade. Era esse o motor do processo que movia a história desses sujeitos.

Ao entender a história como processo construído pelos próprios homens de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, e por acreditar que eles e elas – os sujeitos – são o ponto central dessa investigação, minha concepção de sujeito se afina com a dos historiadores Yara Aun Khoury e E. P. Thompson. Para Khoury o sujeito histórico não é pensado como uma abstração ou como um conceito, mas como pessoas vivas que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas.<sup>2</sup> Para Thompson, “[...] pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”.<sup>3</sup>

Esses sujeitos se fizeram histórica e culturalmente, também, dentro das relações campo e cidade. Essas duas realidades que estavam imbricadas, objetiva e subjetivamente, podem ser metaforizadas pelas palavras roça e rua, conforme são pensadas, vivenciadas, expressas nas narrativas dos feirantes e, sobretudo, nessa cultura. Assim, durante todo trabalho, esforcei-me em superar qualquer análise que pretendesse seguir os rumos de uma visão dicotômica que polarizasse as relações entre campo e cidade. Tentei acompanhar os passos desses sujeitos pensando o campo e a cidade ou, a roça e a rua, como realidades

---

<sup>2</sup> KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História**. São Paulo. Nº 22, Jun. 2001.

<sup>3</sup> THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Pg.182.

históricas móveis e em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Portanto, penso a relação campo-cidade na perspectiva de Raymond Williams.<sup>4</sup>

Entre esses dois espaços de vivências e experiências estava a feira livre, lugar de conexão, intersecção e talvez de maior expressão e significado para aqueles que exerceram o ofício de feirante. Era a feira o principal lugar de obtenção de renda para muitos homens e mulheres que enfrentavam o grande desafio de garantir a subsistência familiar e, conseqüentemente, a continuidade da vida. Penso feira livre como “reuniões comerciais periodicamente realizadas em local descoberto (rua, praça, etc.), frequentemente próximo ao mercado. Tendem ser realizadas durante um dia de semana e a oferecer maior variedade e quantidade de produtos do que os mercados”.<sup>5</sup> Penso a feira livre, também, como um modo de produção do território, lugar que enfrenta a reprodução das relações capitalistas. E nesse enfrentamento, ela pode ser vista como um lugar de resistência e conflito, ou até mesmo, de adaptação. Assim, o uso da história oral muito nos serviu para mostrar,

“Maneiras como diferentes sujeitos constroem a sobrevivência diária, constituindo seus territórios e a si mesmos, imprimindo configurações à cidade. Maneiras como os espaços são disputados, apropriados e significados também são expressões de rumos e tendências da transformação social, que tem nas cidades um lugar privilegiado para reflexão. Centrados nelas, podemos indagar de que maneiras grupos sociais, por pensamentos e práticas produzem, eles próprios, seus ambientes na cidade, em meios às pressões históricas vividas”.<sup>6</sup>

A minha preocupação em escolher os feirantes como foco de investigação e análise justifica-se a partir da minha compreensão do quanto esse tipo de trabalhador e sua função eram importantes nas pequenas e médias cidades brasileiras entre os anos 50 a 70 do século passado. Assim, a possibilidade de “recuperar” os modos como esses trabalhadores viviam, agiam e pensavam levou-me à escolha dos procedimentos teórico-metodológicos dessa pesquisa, compreendendo que “os supostos teóricos são indicações para a investigação e não conceitos fechados para enquadrar o real”.<sup>7</sup>

<sup>4</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Cap. XXV: Cidades e Campos.

<sup>5</sup> FERRETI, Mundicarmo. Feiras Nordestinas: estudos e problemas. In: FERRETI, Sergio. **Reeducando o olhar:** estudos sobre feiras e mercados. São Luis-Maranhão. Editora UFMA. 2000. Pg.41.

<sup>6</sup> KHOURY. *Op. Cit.* Pg.93.

<sup>7</sup> FENELON, Déa Ribeiro. **Cultura e história social:** historiografia e pesquisa. Revista Projeto História. São Paulo: Vol. 10. Dez. 1993. Pg.83.

Com a ideia de “adentrar na vida” dos sujeitos que fizeram parte deste estudo para desvendar o seu mundo e os modos de vida, principalmente o mundo do trabalho e da cultura, a perspectiva teórica por mim assumida é a da história social inglesa, que tem como um dos seus principais expoentes o grande pensador E. P. Thompson. Assim, neste trabalho, defendo a história social como o principal eixo norteador para minha reflexão e análise,

“por sua tentativa de se preocupar com a vida real mais que com as abstrações, por ver a história “vista de baixo” mais que a partir dos dominantes e tratar as experiências ou as vivências mais que os eventos sensacionais, pela possibilidade de maior identificação e empatia com o passado e pela relação intimista que estabelece com os sujeitos históricos”.<sup>8</sup>

Dessa forma, meu diálogo se estabelece principalmente com E. P. Thompson, autor a quem tomo os principais conceitos de experiência, cultura e costumes, e com outros pensadores da história social como Richard Hoggart, Raymond Williams, Paul Thompson... Estes autores foram primordiais para essa proposta de trabalho, para a forma como eu penso e entendo os sujeitos que escolhi para estudo e, sobretudo, para o campo de reflexão, já que, “posições teóricas e metodológicas constituem sempre opções políticas para alguns e apenas opções intelectuais para outros”.<sup>9</sup>

Cultura aparece nesse trabalho como modo de vida, ela sempre está ligada aos processos da experiência. Além disso, ela está sempre em tensão, não apenas contra outros modos de vida, mas no interior de si mesma.<sup>10</sup> Além disso, a cultura de um grupo humano deve ser percebida a partir de seus “contextos históricos específicos”.<sup>11</sup> Por exemplo, vários conflitos que ocorriam nas cidades e feiras livres do Recôncavo baiano se deram em defesa dos costumes. Portanto, os costumes vigoravam na vida cotidiana; costume é ambiência e, sobretudo, um lugar de conflito de classes ou, mais especificamente, um veículo para o conflito.

Entre os feirantes que encenaram várias histórias no Recôncavo da Bahia, nas primeiras décadas da segunda metade do século passado, seus costumes geravam uma arena de conflitos e a defesa deles implicava em tomadas de ações e atitudes, às vezes brandas,

---

<sup>8</sup> Idem. Pg.80.

<sup>9</sup> Idem. Pg.75.

<sup>10</sup> MEIRA, Júlio Cesar Meira. A contribuição de E. P. Thompson para os estudos históricos. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**. V. 5, N. 1. Janeiro/Julho de 2014. Pg.200.

<sup>11</sup> THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Pg.17.

silenciosas ou mais explosivas. Quais costumes e de que maneira eles se manifestaram na cultura desses feirantes é algo que irei refletir nesse trabalho. “Recuperar” esses costumes, em vez de separá-los do contexto da experiência dos sujeitos de minha pesquisa tem muito mais sentido. Thompson, ao ler costume como cultura, é de grande valia, sobretudo no que diz respeito a minha vontade de adentrar no universo da cultura dos feirantes de Santo Antônio de Jesus.<sup>12</sup>

Não perdi de vista os ensinamentos de Fenelon quando afirma que “para poder desempenhar seu papel potencialmente subversivo a história social tem que ser muito mais perturbadora nas investigações, sempre carregadas de incertezas, inseguranças e fragilidades como na certa é o nosso presente e por isto mesmo um constante desafio para os que a ela se dedicam”.<sup>13</sup> Portanto, tudo isto é resultado de um grande desafio.

Outro diálogo teórico, que o leitor dessas páginas irá perceber, foi articulado com autores que se inserem na chamada corrente da história cultural. Já que, segundo Silvia Hunold Lara, “Peter Burke afirma que do ponto de vista das implicações e problemas envolvidos pelo conhecimento histórico, não há separação entre história social e história cultural”. Ela ainda assegura que “a experiência – uma das noções mais caras a Thompson – não pertence à história social ou à história cultural, mas interliga necessariamente as duas abordagens”.<sup>14</sup> Assim, além de algumas percepções dessa corrente historiográfica ter me inspirado, sobretudo no que diz respeito à questão do tratamento e percepção da cultura na vida e contexto social, algumas palavras e vocábulos específicos, muito utilizados por autores dessa linha, como cenário, atores, palco, personagens, etc., aparecerão na minha escrita ao longo da abordagem, por entender que se adequam a essa temática, a exemplo de Peter Burke que traz a ideia de que “para entender qualquer item cultural precisamos situá-lo no contexto, o que inclui seu contexto físico ou cenários social, público ou privado, dentro ou fora de casa, pois esse espaço físico ajuda a estruturar os eventos que nele ocorrem”.<sup>15</sup> Assim, para esse autor, nos contextos históricos existem cenários e personagens. Ele coloca o espaço da feira livre como um cenário e conseqüentemente, nesse ambiente existe atores, personagens, etc.<sup>16</sup>

---

<sup>12</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Ver especificamente cap. 3 e 5 da obra.

<sup>13</sup> Idem. Pg.80.

<sup>14</sup> LARA, Silvia Hunold. História Cultural e História Social. **Revista Diálogos**. UEM, Vol. 01, 1997. Pgs.26-27.

<sup>15</sup> BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983. Pg.132.

<sup>16</sup> Idem. Ibidem.

Assim como Peter Burke, outro autor que utiliza esses vocábulos em seus estudos sobre feiras é Fernand Braudel.<sup>17</sup>

A especificidade do tema levou-me a dialogar com outras áreas do conhecimento como a antropologia, a geografia, a psicologia social, a sociologia, dentre outras. Respectivamente, autores como Sidney Mintz, Milton Santos, Leny Sato, Márcio Nicory Souza, muitos outros, contribuíram para o diálogo interdisciplinar, algo bastante sugestivo e profícuo para quem estuda uma categoria profissional como a dos feirantes. Na minha formulação teórica, na medida em que me propus a investigar as ações, o fazer histórico dos sujeitos sociais aqui investigados, a aproximação com outras áreas do saber foi imprescindível, principalmente a antropologia.

Na literatura consultada sobre feirantes e feira livre, ou seja, ao mergulhar em alguns estudos que apresentam alguma afinidade com essa temática,<sup>18</sup> percebi que são estudos inspiradores para abordar essa temática sob diversos ângulos e aspectos. Eles muito contribuem para o debate historiográfico; entretanto, a maioria deles, limitam-se a pensar mais as práticas sociais e as experiências dos feirantes apenas no universo da feira, como se esses sujeitos construíssem seus mundos apenas nesse território. As experiências, práticas sociais e costumes dos feirantes se constroem dentro da feira livre, mas também para além dela. Essa questão se torna ainda mais problemática quando algumas pesquisas não percebem que existem múltiplas experiências de ser feirante.

<sup>17</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII** – O jogo das trocas. Vol. 2. São Paulo. Martins Fontes. 1998. Pgs.24, 65, etc.

<sup>18</sup> Ver: PAIM. *Op Cit.* MOTT, Luiz Roberto de Barros. **A feira da Ladra no século XVI e na actualidade**. Lisboa, Portugal. Editora Neogravura, vol. 73, nº 418, fevereiro, 1973.; VERGER, Pierre. BASTIDE, Roger. **Dimensões de uma amizade**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 2002.; MOTT, Luiz Roberto de Barros. “Feiras e mercados: pistas para pesquisa de campo”. In: FERRETI, Sérgio (Org.). **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luiz; UFMA, 2000. FERRETI, Mundicarmo. “Feiras nordestinas: estudos e problemas”. In: FERRETI, Sérgio. **Reeducando o olhar...Ibid.**; GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos à feira da Sulanca: uma inserção de migrantes em São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2002. SANTOS, Arinaldo Martins. **A feira da COHAB: contatos iniciais com a realidade da feira do produtor rural em São Luis**. In: FERRETI, Sérgio. (Org.). **Reeducando o olhar...;** OLIVEIRA, Izabel Lorene Borges de. **Apolo e Dionísio na festa da feira: cantores, cordelistas, vaqueiros,... da feira-livre de Feira de Santana (Bahia)**. Monografia curso de Especialização em História – Programa de Pós-Graduação em Teoria e Metodologia da História. UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba), 2000. VEDANA, Viviane. **Fazer a feira: estudo etnográfico das artes do fazer de feirantes e fregueses da feira-livre de Epaturo no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004. CALADO, Lenita Maria Rodrigues. **Campo Grande e sua feira-livre central: conhecendo a cidade através da feira**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul, 2010. DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feiras do Nordeste**. Artigo publicado na revista de Geografia da UFC, ano 7, nº 13, 2008. SANTANA, Maria Aparecida Cabral Tavares de. **A feira livre como espaço de intercultural para o idoso**. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio; MATOS, Raimundo Lopes; DEMBICZ, Andrzej (Org.). **Fronteiras rompidas: multiculturalismo na América Latina**. Rio de Janeiro: UERJ/UESB, 2003. Ver também, vários artigos de Vicente Deocleciano Moreira sobre a memória da feira-livre de Feira de Santana na Bahia, publicados na Revista Sitientibus nº 10, 12, 14. Feira de Santana-Ba. UEFS. Anos 1992, 1994, 1996.

As fontes apontam que esses homens e mulheres vivenciaram experiências sociais na roça e também na cidade bem diferenciadas. A partir das narrativas dos feirantes, já que “fontes históricas orais são fontes narrativas”<sup>19</sup>, podemos pensar em diversos aspectos que configuraram a vida, suas formas de luta e as relações sociais dessas pessoas e trazê-los para o campo da reflexão histórica, tais como: as condições materiais de cada um deles; as relações de trabalho e exploração; formas de resistência; dieta alimentar, formas de lazer e de diversão; suas múltiplas identidades – como a identidade religiosa –; em noções de valores; formas de defesa de uma suposta autonomia e liberdade; posse da terra; os conflitos e, sobretudo, pensar sobre seu mundo do trabalho e sua cultura. Para tanto, as narrativas aqui nesse trabalho serão vistas “como um gênero do discurso que implica em contar História”.<sup>20</sup>

O que mais importa para mim nesse estudo é acompanhar como homens, mulheres e crianças experimentaram o ser feirante em Santo Antônio de Jesus na Bahia entre os anos 1950-70. Nesse sentido, uma das questões que acredito ser muito pertinente nesta pesquisa é o fato de que as experiências da roça ou anteriores não podem ser ignoradas ao pensarmos nas formas como esses sujeitos se “fizeram/fazem-se” feirantes tanto como um grupo social ou como “categoria”. Dessa forma, o objetivo desta tese será analisar as experiências e os costumes de homens, mulheres e crianças que se deslocaram de zonas rurais de várias cidades da região do Recôncavo Sul da Bahia entre os anos 1950 a 1970 e em suas trajetórias<sup>21</sup> de vida exerceram o ofício de feirante na feira livre de Santo Antônio de Jesus na Bahia; e no percurso da análise busco refletir sobre o processo de formação da identidade social<sup>22</sup> e a cultura que caracterizou a dinâmica da vida cotidiana desses sujeitos, a partir das evidências encontradas principalmente nos relatos orais, mas também nos jornais, fotografias, leis, atas, decretos, dentre outras fontes que apontam aspectos dessa história.

---

<sup>19</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história Oral diferente. **Revista Projeto História**. São Paulo. Vol. 14. Fev. 1997. Pg.29.

<sup>20</sup> PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. **Revista Projeto História**. São Paulo. Vol. 22. Junho de 2001. Pg.15.

<sup>21</sup> Penso trajetórias na perspectiva de Michel de Certeau. Para esse autor, “no espaço tecnocraticamente construído, escrito e funcionalizado onde circulam, as suas trajetórias formam frases imprevisíveis, “trilhas” em parte ilegíveis. Embora sejam compostas com os vocabulários de línguas recebidas e continuem submetidas a sintaxes prescritas, elas desenham as astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinadas nem captadas pelos sistemas onde se desenvolvem. CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano: 1 – Artes do Fazer**. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1990. Pgs.44-45. Assim, as trajetórias de vida de um sujeito não são vistas nesse trabalho como lineares, previsíveis, mas sim, sinuosas, tortuosas, etc.

<sup>22</sup> Penso o sentimento de identidade a partir da noção de Michael Pollak “que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. É a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. *In*: POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Pg.204.



A baliza temporal da pesquisa se deu em função de os anos 50 do século XX ser o marco inicial da migração interna e externa que ocorreu na região do Recôncavo baiano, assim como em todo o Brasil. A maioria dos feirantes que fazem parte deste estudo são homens e mulheres que começaram a circular na condição de feirantes na Região do Recôncavo Sul da Bahia, nos anos 50. Eles são precursores de um êxodo que vai desenhar uma nova configuração espacial na região. Nesse contexto de mobilidade social, intensificado nos anos 70 do mesmo século, podemos visualizar que as muitas experiências dessas relações e vivências influenciaram escolhas e muitos dos feirantes vislumbraram nesse ofício possibilidades várias, como noções e valores que garantissem a condição de trabalhador livre já iniciado na roça, possibilidade de educar os filhos, “melhorar de vida”, dentre outras.

Para Fernando Cardoso Pedrão, enquanto a economia baiana passou por um ciclo de modernização entre os anos 1950-80, o Recôncavo permaneceu em uma estagnação econômica. Para ele, o lapso de 1950 e 1980 foi fundamental na constituição de um novo modo de organização da economia da Bahia, assentada na industrialização. Pedrão ressalta também que nesse período a região do Recôncavo foi atingida por diversos abalos, recebeu novos empreendimentos, assim como foi atrelada, de modo mais consistente, à expansão do mercado metropolitano de Salvador. Ele afirma que tornou-se prática corrente muitos residentes do Recôncavo trabalharem diariamente ali, assim como nas feiras livres da região.<sup>23</sup> O estudo vai até os anos setenta em função de que, em 27 de Janeiro de 1971,<sup>24</sup> a feira livre que ali residia por quase dois séculos, foi transferida do “coração da cidade” – praça Padre Mateus – para uma área mais afastada do centro.

Várias questões são alvo de minha investigação e ao longo da pesquisa busco respondê-las, tais como: Quais as formas e os modos de inserção dos feirantes nesse ofício e na feira livre de Santo Antônio de Jesus-Bahia? Quais motivos e escolhas influenciaram suas decisões em tornar-se feirante? Como esses sujeitos organizavam os lugares de mercadejar e outros espaços necessários ao desempenho de suas atividades comerciais? Quais relações sociais eram vivenciadas no universo da feira, em seu entorno e com quais sujeitos? Como era sua dieta alimentar? Como eram suas vivências e práticas religiosas? Quais eram suas identidades? Quais costumes eles tinham em comum? Existiam outros modos e possibilidades de trabalho que complementaria o seu meio de “ganhar a vida”?

---

<sup>23</sup> PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo: (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: UFBA, 1998. Pgs.231-235.

<sup>24</sup> Decreto n. 44 de 22 de Janeiro de 1971. Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus – APMSAJ.

A problemática central da pesquisa se fundamenta na ideia de que, para além do estritamente econômico ou de uma “economia de mercado”, havia uma economia em que as trocas de serviço, favores, ideias, sociabilidades e formas de percepção da funcionalidade do mercado e suas relações com a vida social eram pautadas naquilo que denomino de uma “economia moral”. Os feirantes lutavam em prol de uma moral que, muito mais forte que “acumular capital” e enriquecer-se, estava a condição de assegurar a sobrevivência da família, sobretudo, os filhos. O grande motor que movia a história dos feirantes era a defesa da vida, que para eles se constituía em algo moral. Então, a problemática central dessa tese se pauta nas seguintes indagações: Como se compunha o mundo do trabalho e da cultura dos feirantes em Santo Antônio de Jesus entre os anos de 50 a 70 do século XX? É possível identificar aspectos de uma “economia moral” na cultura desses sujeitos?

Para compreender a dinâmica da vida desses homens e mulheres e responder as questões acima elencadas, fontes diversas foram utilizadas nesse trabalho. Considerando que, na pesquisa histórica, a importância do documento varia conforme o objetivo e o método empregado. Erivaldo Fagundes Neves ressalta que “os historiadores, críticos por formação, em relação aos documentos, devem considerar que eles transcrevem ações simbólicas do passado sem inocência e transparência. Seus autores os produziram com diferentes intenções, recorrendo a estratégias diversas”. O autor assegura que “Por conseguinte, sua leitura exige também recursos específicos”.<sup>25</sup> Dessa forma, as fontes foram selecionadas e lidas, interpretadas e analisadas no contexto de suas especificidades.

Atas, leis, decretos, código de postura municipal, jornais, foram fontes escritas por mim utilizadas porque elas “registram, com riqueza de detalhes, o dia-a-dia de um município e seus habitantes. Para além do universo político, com a mesma intensidade, abordam o econômico e social, como uma fotografia de corpo inteiro da comunidade municipal”.<sup>26</sup> Ainda de acordo com Neves, “as posturas municipais e as leis orgânicas dos municípios indicam os parâmetros das relações sociais”.<sup>27</sup>

As fontes escritas me permitiram compreender outros olhares de outras camadas sociais da urbe, principalmente os prepostos da lei. Numa leitura a contrapelo, foi possível perceber algumas tensões vividas por alguns grupos sociais, as intervenções em dimensões da

---

<sup>25</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade**. Salvador-Ba.: Editora Arcadia, 2002. Pg.95.

<sup>26</sup> NEVES. *Op. Cit.* Pgs.98-99.

<sup>27</sup> Idem. Pg.99.

vida pública e privada, a conexão de lugares, as disputas por territórios, as representações da cidade, abrindo brechas a pensarmos nos diversos modos de viver e pensar o urbano.

Outra fonte histórica que faz parte dessa pesquisa é a fotografia. Esta é uma fonte documental privilegiada pela sua capacidade de sobreviver e de perpetuar a memória. Segundo Kossoy, “o momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível e jamais se repetirá”. Por outro lado, “os personagens retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem”.<sup>28</sup> As cenas gravadas nas imagens “contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento do passado”<sup>29</sup>.

Todavia, a principal fonte documental para este estudo foram as fontes orais. Para tanto me pautei nas concepções de Paul Thompson, para quem a história oral é “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”.<sup>30</sup> Dessa forma, penso as fontes em sua própria historicidade, como expressões das relações sociais, assim como elementos constitutivos dessas relações. Nesse sentido, dialogo com Khoury que, ao falar de fontes, chama a atenção que escolhê-las e analisá-las implica identificá-las e compreendê-las no contexto social em que se engendra e, igualmente, dentro de cada perspectivas de investigação. Mais do que buscar dados e informações nas fontes, observamo-nas como práticas e ou expressões de práticas sociais por meio das quais os sujeitos se constituem historicamente. Daí, a autora enfatiza a importância das narrativas orais na investigação da História Social.<sup>31</sup>

É importante ressaltar que, como pesquisador, tenho a consciência de que esse tipo de fonte é uma “documentação em construção”.<sup>32</sup> A pesquisa se baseia fundamentalmente nas fontes orais, por entender que ninguém mais capacitado para falar sobre formas de lutar e de viver, sobre o mundo do trabalho e da cultura, do que os próprios trabalhadores, no nosso caso, os feirantes. Dessa forma, meu instrumental teórico acerca desse tipo de fonte surgiu a partir da leitura, diálogo e compartilha das concepções de autores como: Janaína Amado, Verena Alberti, Lucília de Almeida Neves, Antônio Torres Montenegro, Marieta de Moraes Ferreira, Philippe Joutard, dentre tantos outros.

<sup>28</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011. Pgs.155-156.

<sup>29</sup> Idem. Pg.101.

<sup>30</sup> THOMPSON, Paul. **História e contemporaneidade**. Revista História Oral. Belo Horizonte – MG – UFMG – Vol. 5, 2002. Pg.09.

<sup>31</sup> KHOURY. *Op. Cit.* Pg.81.

<sup>32</sup> FENELON, Déa Ribeiro. **Cultura e História Social**. Projeto História. São Paulo, Vol 10. Dez, 1993.

A minha análise emerge a partir de uma leitura de época, ou seja, a partir das experiências que as fontes me permitiram entrever, e não como um modelo ou estrutura metodológica pronta. Assim, a partir da memória expressa por meio das narrativas orais, foi possível me defrontar com acontecimentos, encontrar personagens, conhecer e reconhecer lugares que marcaram a vida desses feirantes, conforme chama atenção Michael Pollak.<sup>33</sup> Para a construção dessa documentação oral foram utilizados cinco procedimentos: 1 – escolha dos entrevistados; 2 – conversa informal com algumas pessoas; 3 – Realização das entrevistas registradas no gravador; 4 – Transcrição manual das entrevistas; 5 – leitura e análise crítica dessas entrevistas.

O critério utilizado para escolha dos principais participantes dessa pesquisa – os feirantes, alguns ainda em atividade – baseou-se nos seguintes aspectos: 1 – ter trabalhado na feira livre de Santo Antônio de Jesus entre os anos 50 a 70 do século XX; 2 – maior tempo de trabalho na feira livre; 3 – fator idade, já que, segundo Paul Thompson, pessoas com mais idade implica em experiências mais amplas. A descoberta dos sujeitos dessa pesquisa se deu de várias formas: primeiro, por força de conhecimento pessoal; segundo, por sugestões dos próprios feirantes que indicavam pessoas de acordo com o grau de importância e conhecimento que eles próprios atribuíram a determinados sujeitos no universo de trabalho da feira livre; e, terceiro, por meio da intermediação de familiares e amigos.

As entrevistas foram feitas fincadas na perspectiva de contar “história de vida”, mas o pesquisador tinha em suas mãos um roteiro de entrevista. Foram entrevistadas 27 pessoas, dos quais 16 feirantes que trabalharam/trabalham nesse ofício e 11 outros moradores dos quatro cantos da cidade, de diversas camadas sociais, que também contribuíram desvendando aspectos da vida cotidiana daquela realidade no período desta pesquisa. Dentre eles, aposentados, ex-vereador e jornalista, músico aposentado, ex-trabalhador da indústria do fumo, ex-guarda da feira aposentado, funcionários públicos, dona de casa aposentada, ex-professora aposentada, marceneiro aposentado.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, para depois serem analisadas, exceto algumas narrativas de pessoas que não concordaram que seus depoimentos fossem gravados. Dessa maneira, recorreremos ao caderno de campo que foi utilizado também em outros momentos, principalmente quando eu retornava para tirar dúvidas com os depoentes sobre algumas questões relacionadas às entrevistas já realizadas anteriormente. Não vi nenhum

---

<sup>33</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5 n. 10, 1992. Pg.202.

empecilho quanto à introdução e uso do caderno de campo nos pressupostos metodológicos de nossa pesquisa, principalmente por entender que muito da análise e performance dos depoentes nas entrevistas foram observadas pelo investigador no caderno de campo.<sup>34</sup> O cuidado maior foi ter em mente que uma entrevista “é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca”.<sup>35</sup> Em muitos momentos os meus investigados inverteram o jogo, queriam saber quem eu era realmente e investigar minha vida. Nesse processo tentei transformar a entrevista em um experimento em igualdade, no sentido do que concebe Alessandro Portelli:

A igualdade e diferença são dois conceitos que se relacionam. Somente a igualdade nos prepara para aceitar a diferença em outros termos que hierarquia e subordinação; de outro lado, sem diferença não há igualdade – apenas semelhança, que é um ideal muito menos proveitoso. Somente a Igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante. O campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e conseqüentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos.<sup>36</sup>

Em alguns momentos do texto, o leitor entrará em contato com alguns dados e informações materializados sob a forma quantitativa. Esses dados percentuais foram transformados matematicamente pelo pesquisador por entender que a união entre a evidência da pesquisa qualitativa e quantitativa são importantes perspectivas para a história oral na contemporaneidade.<sup>37</sup>

Antes de começar dialogar com os depoentes, sempre procurei deixá-los informados do que tratava a pesquisa e quais os meus objetivos. Algumas entrevistas foram feitas no próprio local de trabalho (atual feira) em dias em que a feira não apresenta muito movimento, outras foram realizadas em suas residências, em dias de semana ou aos domingos, e algumas em estabelecimentos comerciais. Neste trabalho me preocupei também com as relações entre ética e história oral no sentido de que conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo

---

<sup>34</sup> THOMPSON. História Oral e contemporaneidade. *Op. Cit.* Pg.11.

<sup>35</sup> PORTELLI. *Op. Cit.* Forma e Significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, fev. 1997. Pgs.9-23.

<sup>36</sup> *Ibid.*, Pgs.9-23.

<sup>37</sup> THOMPSON. História Oral... *Op. Cit.* Pg.13.

que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos (como acontece quando o diálogo é com os mortos), mas trará consequências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais.<sup>38</sup>

Os relatos orais foram transcritos nesta tese buscando seguir o mais “fidedignamente possível” a forma como os sujeitos se expressam verbalmente, por entender que aí também está presente uma forte dimensão de sua cultura.<sup>39</sup> Apenas algumas repetições de palavras foram subtraídas de alguns fragmentos dos depoimentos, quando não interferiam no teor da composição do que estava sendo dito pelo narrador. No vocabulário dos feirantes, aparecem algumas palavras que são específicas de sua cultura e, quiçá, de difícil compreensão para alguns sujeitos situados em outras temporalidades e contextos históricos. Assim, essas palavras aparecerão no texto com asterisco. Em função disso, foi elaborado um Léxico para consulta que está à disposição do leitor em anexo na seção Apêndice.

Também é importante ressaltar que as entrevistas mostram como dentro da cultura dos feirantes é “um costume em comum” o uso de muitos, ditos populares, provérbios e expressões idiomáticas que se constituem recursos importantes da linguagem dessa categoria de trabalhadores. São recursos da linguagem que servem para expressar ensinamentos, regras sociais e morais para esses sujeitos, por isso, não podem ser desprezados na análise e interpretação de seus discursos. Outro aspecto a se destacar que também pode ser compreendido como um “costume em comum”, entre eles, associa-se à forma como os feirantes tratam ou lidam com a categoria tempo em suas narrativas.

Arrisco-me a afirmar que na memória desses homens e mulheres o tempo é um tempo comparativo. Ou seja, eles relatam suas experiências e vivências, sempre mostrando como era o “tempo de antigamente” e o tempo de hoje, “o tempo de agora”. A meu ver, essa forma de narrar o tempo, suas construções temporais, é um facilitador de compreensão do que está sendo dito para gerações que não viveram aquele tempo histórico e se predisponham a conhecê-lo. Já que passado e presente se apresentam na memória desses trabalhadores de forma fluida e elástica, porém distintos, numa ciranda do vai-e-vem, com suas especificidades e inter-relações. Volto a afirmar, é sempre um tempo que diferencia passado e presente, sempre numa perspectiva comparativa. Assim, concebo tanto o tempo quanto o espaço como

---

<sup>38</sup> AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, Abr. 1997. Pgs.146-147.

<sup>39</sup> Apesar dessa minha afirmação, tenho consciência de que toda transcrição por si só já é uma transgressão no momento que se torna um texto escrito, conforme afirmam vários teóricos da história oral e antes de tudo da Linguística.

experiência, comungando da noção de Harvey, quando afirma “na medida que há variações geográficas e históricas, verifica-se que o tempo e o espaço social são construídos diferencialmente”.<sup>40</sup>

A partir do cruzamento dessas variadas tipologias de fontes, pude mergulhar no universo desses sujeitos e desvendar aspectos identitários, expressões de religiosidade, maneiras de se divertir e sentir prazer, hábitos alimentares, solidariedades, conflitos, relações familiares, vivências da infância, valores, estratégias de como “ganhar a vida”, jornadas de trabalho, sonhos, utopias, dentre tantas outras nuances que dão cor e forma à vida cotidiana.

Antes de encerrar a apresentação sobre os aspectos teóricos e metodológicos desta pesquisa, volto a enfatizar que este trabalho é sobre experiência dos sujeitos. Mas, estudar as experiências dos feirantes, narradas por eles próprios, implicou em trabalhar também diretamente com suas memórias pessoais. O diálogo com autores que se dedicaram/dedicam ao estudo e problematização da memória foi imprescindível. Dentre eles destaco Michael Pollak, Alistair Thomson, Alessandro Portelli, Henry Russo, Fernando Catroga, David Lowenthal, dentre outros. Dessa forma, esse suporte de pesquisa não pode ser concebido como status de fidelidade absoluta que venha comprovar a veracidade do acontecido como de fato ocorreu, visto em todas suas dimensões, como podem sugerir os modelos prévios.<sup>41</sup>

Nesta tese, a concepção de memória se pauta na afirmação de que “as memórias são, por conseguinte, resultado da experiência humana e particular de cada sujeito como reconstrução e representação seletiva do vivido”.<sup>42</sup> Entretanto, toda formulação que projeta o passado sob determinada ótica é resultado dos condicionamentos e pressões do ambiente social vivido, contexto sob o qual o narrador está inserido, e é isso que denota o seu caráter coletivo.<sup>43</sup>

Ao trabalhar com memórias, o que tentei buscar foi os diferentes significados atribuídos ao vivido pelos diversos sujeitos, diferentemente de um tempo passado homogêneo, único, linear, visto através dos espelhos capacitados a perceber todas as dimensões do acontecido.<sup>44</sup> Por fim, penso também que a memória é um sentimento

---

<sup>40</sup> HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola. Pg.189.

<sup>41</sup> BENJAMIM, Walter. O narrador. In: **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo Brasiliense, 1986. Pg.229.

<sup>42</sup> THOMSON, Alistair. Reacompondo a Memória: questões sobre as relações entre história oral e as memórias. Revista Projeto História. Vol. 15 – Ética e História Oral. PUC – SP. Abril de 1997.

<sup>43</sup> RUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: **Usos e abusos da história oral**. (Orgs). Marieta Moraes Ferreira e Janaina Amado. FGV. Rio de Janeiro. Pg.94.

<sup>44</sup> BENJAMIN. *Op. Cit.*

constituente do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.<sup>45</sup>

Antes de apresentar a estrutura do trabalho, quero avisar ao leitor que minha escrita esforçou-se em assumir uma identidade próximo àquilo que Alessandro Portelli nos ensina sobre quem trabalha com história oral, que é produzir uma escrita condizente com esse tipo de conhecimento histórico. Ou seja, Para Portelli a,

história oral se inicia na oralidade do narrador, mas é encaminhada (e concluída) em direção ao texto escrito do historiador. Os narradores orais estão cientes dessa destinação escrita e têm isso em mente na medida em que dão forma às suas performances; por outro lado, a tarefa do historiador “oral” é escrever de tal modo que os leitores constantemente relembrem as origens orais do texto que estão lendo. Por fim, podemos definir a história oral como o gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada uma falar para a outra sobre o passado.<sup>46</sup>

Assim, busquei proceder no percurso deste processo de análise, cujo resultado se encontra estruturado em três partes, cada uma delas composta por dois capítulos. Na primeira parte, intitulada: **Espaço e tempo**, meu propósito é demonstrar a configuração espaço-temporal e já apresentar aspectos da dinâmica da vida cotidiana da cidade de Santo Antônio de Jesus entre os anos 50 a 70 do século XX. Assim, no primeiro capítulo, cujo título: **A cidade e a região**, o objetivo é refletir sobre as relações campo-cidade, analisar o processo de formação social e comercial desse município, e, por fim, refletir sobre as mudanças e transformações que ocorreram nessa região nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX. E o segundo capítulo, denominado **Feira Livre e os sujeitos**, tem como finalidade adentrar na feira livre de SAJ<sup>47</sup> e mostrar quais produtos e mercadorias eram os responsáveis pela manutenção da sobrevivência e da vida dos sujeitos naqueles tempos; em seguida, traçou-se o perfil social do grupo estudado – os feirantes –, e, por último, analisei as formas e modos de inserção desses trabalhadores no ofício e na feira livre.

A parte II **Trabalho e trabalhadores**, composta pelos capítulos III e IV, faço uma reflexão sobre a dinâmica desse mundo do trabalho em sua concretude. Dessa forma, no

<sup>45</sup> POLLAK. *Op. Cit.* Pg.204.

<sup>46</sup> PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**. São Paulo, n.22, Jun. 2001, Pg.13.

<sup>47</sup> SAJ é a abreviatura para o nome Santo Antônio de Jesus. É muito comum entre os moradores da cidade e também pessoas oriundas de outras regiões e áreas do Recôncavo baiano chamar a cidade de SAJ.



terceiro capítulo, **As múltiplas faces do labor**, apresento as várias etapas que compõem essa realidade, desde o labor na roça, o transporte das mercadorias, a chegada na rua, a composição do espaço de trabalho e a venda de mercadorias, ou seja, o rotina da vida cotidiana dos feirantes. Uma das finalidades também desse capítulo é mostrar como esses trabalhadores construíram uma geografia própria e específica naquele universo. Já no capítulo IV, procuro mostrar **“As outras facetas desse mundo do trabalho”**. Nesse momento do texto o leitor irá apreender aspectos do mundo do lazer e diversão que se desenrolava no ambiente da feira livre, em seguida irá conhecer os outros vários sujeitos que marcavam presença cativa neste universo estabelecendo laços e relações com os feirantes, inclusive protagonizando ali momentos de conflitos e tensões. Nesta secção também demonstro como as condições climáticas interferiam na vida desses trabalhadores e encerro esse bloco voltando para casa com os feirantes... Mais trabalho...

A parte III, **Cultura, tradição, “economia moral” e migração**, composta pelos capítulos V e VI, convido o leitor a adentrar no mundo simbólico dos valores, da cultura, do pensamento e das ideias dos feirantes, mesmo entendendo que esses aspectos já aparecem ao longo de todo o texto. No capítulo V, cujo título **Comida, fé, criatividade e saberes na feira livre da cidade**, proponho pensarmos na dieta alimentar dos feirantes, já que essa é uma das mais importantes dimensões da vida humana e, sobretudo, de qualquer trabalhador. Logo após, discuto o calendário litúrgico religioso da região e suas correlações com o trabalho e a venda de produtos na feira; apresento a “Berganha” (lugar específico nessa feira livre) e sua dinâmica e, por último, analiso alguns aspectos da cultura negra e afro-brasileira que eram vivenciados naquele universo naquela época. E, finalmente, no capítulo VI, **O motor da vida e da nossa história**, analiso os principais valores que norteiam a trajetória de vida dos feirantes, cujo propósito era a defesa da vida. Em seguida, tento identificar aspectos de uma “economia moral”, que a meu ver existia dentro dessa cultura naquele período. No terceiro momento investigo a memória desses trabalhadores para descobrir quais motivos influenciaram na decisão de migrarem e, por fim, reflito para saber de que forma eles ainda mantêm os laços com a roça.

Tenho consciência que metodologicamente, o “mais sensato”, é haver um equilíbrio no que diz respeito á estrutura dos capítulos no aspecto quantitativo. Ou seja, o número de paginas que o compõe. Porém, de acordo com a proposta, evolução e feita desse trabalho, essa questão do equilíbrio quantitativo foi privilegiado muito mais no quesito partes da tese do que nos capítulos.

Agora só me resta convidar a todos ou àqueles que querem descobrir algo sobre o mundo do trabalho dos feirantes, a adentrarem no tempo do carvão e do candeeiro para desvendar um pouco de como era a vida daqueles que com seu ofício alimentaram corpos e com sua cultura nutriram espíritos. Muitos desses corpos e espíritos já sucumbiram à ação implacável do tempo e a dinâmica da vida, entre o aqui e o além; e outros tantos ainda perduram pelas estradas da vida.

## 2 A CIDADE E A REGIÃO

Para a realização do trabalho de qualquer historiador, a compreensão da dinâmica do espaço social e as relações que ali são criadas, desenvolvidas e solidificadas, se constituem como algo fundamental para se entender as formas de vivências e experiências que marcaram determinada realidade. Por outro lado, tudo isso não ocorre num vácuo ou vazio, ocorre numa dimensão cujo tempo é o grande marcador que atribui identidade histórica a cada época e experiência social, seja ela individual ou coletiva. Dessa forma, neste primeiro capítulo desse trabalho, inicialmente busquei analisar e demonstrar como se dava as relações campo-cidade, ou roça e rua, do município de Santo Antônio de Jesus entre os anos de 1950 a 1970, com o interesse de mostrar ao leitor que cidade era essa nesse referido período histórico, bem como abordar a dinâmica da vida cotidiana a partir de vários aspectos.

Outro objetivo foi adentrar nos primórdios do surgimento da cidade para compreender seu processo de formação comercial e social, para poder perceber que esse município possui um feeling para as atividades comerciais que vem de longe, e a feira livre é uma peça fundamental desse processo.

Por fim, a proposta que encerra esse primeiro capítulo, obstina-se a refletir e analisar as mudanças e transformações que ocorreram na região do Recôncavo da Bahia nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, para entendermos melhor em que contexto estava sendo vivenciadas as experiências dos feirantes, principais sujeitos desse estudo. Vale ressaltar que muito das ações, práticas, decisões e tomadas de atitudes desses indivíduos, foram operacionalizados no bojo dessas mudanças e transformações sociais.

### 2.1 A cidade e o campo: Santo Antônio de Jesus nos anos 1950-1970

“Porque o produtor é quem toma chuva e toma sol, e a cidade sem a roça não vive. A história é essa”. (Elizeu Mota – feirante, 2014).<sup>48</sup>

#### É Justo Que Se Faça Uma Referência

---

<sup>48</sup> Depoimento de Elizeu Lopez da Mota. Feirante. Rua Marita Amâncio, nº 581. Nasceu em 14/06/1940. Entrevista 15/07/2015. Pg.09.

Já há alguma imundície em torno das barracas que estão levantadas nas imediações da Estação, à praça Félix Gaspar, nas quais se vende ao povo comestíveis, café, etc. Não condenamos a existência das barraquinhas porque são destinadas a servir ao povo, mas que haja pleno asseio ali, que tudo se faça numa atmosfera higiênica, numa área sanificada. No mesmo chão de onde se erguem as barracas encontra-se uma leitôa presa por uma corda, um galo velho esperando comprador, galinhas e muitas coisas mais que não são gêneros de refeição, mas elementos que concorrem para a sujeira do local, contaminado além disso por cascas de laranjas, de cana e de bananas. É de esperar que tal estado de coisas tenha um corretivo.<sup>49</sup>

A primeira epígrafe que abre as portas e janelas deste capítulo, de autoria do feirante Elizeu Mota, traduz não apenas a concepção desse trabalhador da feira livre sobre a relação campo-cidade, como o meu entendimento de como um pesquisador das ciências sociais deve perceber essa complexa relação, que, a meu ver, não são duas realidades distintas e distantes, mas conexas, cada qual com suas especificidades, cuja realidade se dá numa contínua e descontínua, mas permanente, rede de diálogos, tensões e conflitos. “Essa é a história”. A epígrafe evidencia, ainda, uma das características identitárias mais marcantes da cultura de homens e mulheres que, na condição inicial de produtor rural, – a partir do mundo do trabalho – exerceram o ofício de feirantes na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus no Recôncavo da Bahia, entre os anos 1950-70; cujas vivências e experiências estavam atreladas tanto ao universo da roça quanto ao mundo da rua.

A segunda epígrafe, (parte de minhas fontes) aparece aqui propositadamente por trazer a visão de um jornal que circulava na cidade nos anos de 1950, temporalidade que marca o recorte inicial dessa pesquisa. Na cidade de Santo Antônio de Jesus era comum, ainda nas décadas de 50 e 60, a presença de animais em várias ruas da cidade. Esses hábitos começaram a causar descontentamento a vários setores sociais que passaram a criticar essas práticas, solicitando mudança nos hábitos e costumes daqueles que praticavam a urbe. Essa realidade não poupava os esforços da imprensa local em produzir várias matérias denunciando a sujeira e a imundície que esses animais causavam na cidade de Santo Antônio de Jesus.

Apesar de defender a sobrevivência, não condenando as barraquinhas nas quais se vendiam gêneros alimentícios, próximo à Estação Ferroviária, o articulista parece se chocar com uma dinâmica onde o “moderno” – representado pela figura do trem – contrastava com os velhos hábitos de criar e vender animais próximos a lugares que comercializavam refeições, além de cascas de laranjas, canas, bananas e os excrementos que se juntavam àquele

---

<sup>49</sup> Jornal O Paládio. Ano 50, 3 de Novembro de 1950, nº 2357. APMSAJ.

cenário. Não precisamos ir muito longe para perceber que muitos dos costumes e hábitos, que eram alvos de crítica das pessoas que faziam parte da elite local, eram originários de muitos homens e mulheres que nasceram e viveram boa parte de suas vidas nas roças do Recôncavo baiano. Por isso, para corrigir esse “defeito” era preciso “um corretivo”. Portanto, essa era uma realidade marcada por tensões e conflitos, mesmo que não fossem explosivos. Muitos desses conflitos e tensões se davam no campo dos valores. Ou seja, na dinâmica das relações campo-cidade. Assim, penso a relação campo-cidade como elementos constitutivos de uma totalidade dialética, ou seja, uma totalidade cuja unidade se forma na diversidade.<sup>50</sup>

Em Santo Antônio de Jesus, ao que tudo parece, o “embelezamento da urbe” era uma das questões que se tornaram pauta do dia no cotidiano da cidade. Contrastando com essa realidade, ou melhor dizendo, com a cidade que se pretendia, apresentava-se ali uma realidade bem diferenciada, onde o novo e o velho, tradição e modernidade, atraso e progresso, campo e cidade, conviviam dentro de uma dinâmica própria, específica e dialética. Muito dos discursos de civilidade e progresso esbarraram nas trincheiras de homens e mulheres da roça que com seus hábitos, costumes e valores, só permitiram que mudanças e transformações mais radicais no universo da urbe fossem efetuadas de maneira lenta, gradual e progressiva, a exemplo da retirada da feira livre da praça principal da cidade, em 1971. Ou seja, do centro, do coração da urbe. Como veremos mais adiante.

Localizada no Recôncavo da Bahia, mais especificamente na região do Recôncavo Sul, a cidade de Santo Antônio de Jesus atualmente desfruta de uma posição privilegiada na região em grau de importância social e econômica, que a colocou na condição de capital do Recôncavo baiano. Porém, nos anos de 1950, Santo Antônio de Jesus não desfrutava ainda dessa condição, foram nos anos 60 e, sobretudo, 70 do mesmo século, que essa cidade conseguiu se destacar na região e foi paulatinamente conseguindo tal status. Então: como se configurava a cidade de Santo Antônio de Jesus entre os anos 1950 a 1970? Como eram vivenciadas as relações campo-cidade? O meu objetivo nessa seção é reconstituir a cidade através de alguns aspectos da vida cotidiana que foram experimentados e vivenciados por homes e mulheres da roça e da rua em suas múltiplas relações sociais, para já começar a apresentar algumas dificuldades e desafios que faziam parte das vivências e das lutas cotidianas dos feirantes.

---

<sup>50</sup> MARQUES, Marta Inês Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre. São Paulo. Nº 19. Pgs.95-112. Ano 18. 2002.

A matéria do jornal, que apresento no início desse capítulo, permite-me inferir que o autor estava preocupado com as vivências urbanas na cidade de Santo Antônio de Jesus. Num estudo sobre as vivências urbanas nessa cidade entre os anos 1950-1970, Edilma Souza Oliveira Quadros revela que,

a problemática da urbanização e seus corolários sociais se apresenta como uma das mais importantes questões das sociedades contemporâneas. No Brasil, o século XX assinala a transição de uma sociedade com população rural para uma sociedade cada vez mais urbana, como um fenômeno que marcaria de forma iniludível múltiplos aspectos da vida social.<sup>51</sup>

A autora ressalta também que o processo de urbanização vivenciado na Bahia, a partir de meados do século XX relaciona-se em grande medida com as iniciativas de investimento no setor industrial observadas, sobretudo, desde a década de 50.<sup>52</sup> Na fase inicial o processo de industrialização na Bahia esteve permeado pela influência e disputa de dois projetos de desenvolvimento econômico: o nacionalista Varguista e o que defendia a internacionalização do capital brasileiro. É nessa conjuntura que algumas iniciativas são tomadas com vistas a dotar o Recôncavo de uma infraestrutura capaz de permitir a instalação dos futuros centros industriais: rodovias foram construídas e pavimentadas, empresas públicas de eletricidade e telefonia, como também um banco de fomento foram criados.<sup>53</sup>

Para ampliar esse cenário de mudanças e transformações que estavam ocorrendo na Bahia nesse período e contexto histórico, Quadros ainda aponta: Investimentos em educação e saúde, iniciou-se a implantação de investimentos em Aratu, acordos foram firmados para obras com a Petrobrás, criação da CPE (Comissão de Planejamento Econômico) e elaboração de um plano de diretrizes econômicas para o Estado. Foi também nessa década que a Usina de Paulo Afonso entrou em funcionamento para gerar a energia elétrica que viabilizaria tal projeto de desenvolvimento.<sup>54</sup>

No bojo desses acontecimentos, na década de 1950, ocorreu também a construção da Refinaria Landulfo Alves. Nos anos 1960 foi instalado o Centro Industrial de Aratu e foram implementados vários centros industriais em municípios do interior da Bahia, como o da

---

<sup>51</sup> QUADROS, Edilma Oliveira Souza. **Transformações na cidade: vivências urbanas em Santo Antônio de Jesus/Ba. (1950-1970)**. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. UNEB (Universidade do Estado da Bahia-CAMPUS V) – Santo Antônio de Jesus-Bahia. 2009. Pg.14.

<sup>52</sup> Idem. Ibidem.

<sup>53</sup> Idem. Ibidem.

<sup>54</sup> Idem. Ibidem.

cidade de Feira de Santana, além de outras realizações financiadas por instituições estatais como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB),<sup>55</sup> culminando com a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari no final dos anos 1970. Assim, Quadros afirmou que “esse processo de industrialização foi acompanhado pelo êxodo rural e pelo crescimento acelerado da população urbana, tendo como desdobramento o fenômeno da favelização, a ocupação desordenada do espaço urbano e o surgimento de muitas demandas sociais”.<sup>56</sup>

De acordo com essa dinâmica, a vida urbana na cidade de Santo Antônio de Jesus carecia de muitas demandas. Uma delas era a energia elétrica. A cidade de Salvador conheceu a energia elétrica em 1885, com a experiência feita por um professor da Faculdade de Medicina da Bahia que utilizou pilhas e iluminou, por algumas horas, os cômodos e a área fronteira do prédio da Escola do Terreiro, causando espanto aos alunos e ao povo aglomerado na rua. Com a expectativa criada na população, aumentava a pressão sobre o poder público para que fosse instalada a energia elétrica servindo para a iluminação pública e privada e para os meios de transportes da capital.<sup>57</sup>

A eletricidade chegaria às cidades do interior em um ritmo muito mais lento. Segundo Luiz Fernando Motta Nascimento,

Em outubro de 1920, foi inaugurada a Usina Hidroelétrica de Bananeiras em Paulo Afonso. Mas foi somente com a CHESF, criada em 1945 e constituída em 1948, tendo como missão produzir, transmitir e comercializar energia elétrica para a Região Nordeste, que se estendeu o serviço para todo o Estado da Bahia, através de um programa de eletrificação, que não se deu ao mesmo tempo para todo o Estado.<sup>58</sup>

Quadros ressaltou que, para entender o processo que envolveu a chegada da luz elétrica na cidade de Santo Antônio de Jesus, faz-se necessário recuar algumas décadas no tempo. Ela salientou que,

---

<sup>55</sup> SOUZA, Edilma Oliveira. SOUZA, Edinéia M. Oliveira. **Modernização e vida urbana na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA**. Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbana em América Europa, 1890-19300. Brazilian Traction, Barcelona Traction y otros conglomerados financieros y Técnicos. Universidad de Barcelona. Facultad de Geografía e Historia, 23-26 de enero, 2012. Pg.03.

<sup>56</sup> Quadros. Edilma. Transformações na cidade... *Op. Cit.* Pg.14.

<sup>57</sup> TEIXEIRA, Cid. **História da Energia Elétrica**. Salvador-Bahia: Editora Publicações e Publicidade, 2005.

<sup>58</sup> NASCIMENTO, Luiz Fernando Motta. **Paulo Afonso: luz e força movendo o nordeste**, Salvador-Bahia. EGBA/ACHÉ, 1998, Pg.215.

Em 1925 a cidade de Santo Antônio de Jesus passou a usufruir os serviços precários de luz e força, fornecidos pela Empresa Fabril S/A do vizinho Nazaré das Farinhas. Antes, a iluminação da cidade era feita por meio de lâmpadas a gás. Em 1929, a prefeitura adquiriu um motor de fabricação alemã, com capacidade de 200 kVA, que funcionava a óleo diesel e inaugurou uma usina termoelétrica em que era usado um gerador que funcionava das 18:00 às 22:00 horas. Entretanto, isso apenas garantiu pequenos melhoramentos ao serviço. Nos anos que se seguem, o fornecimento da energia na cidade continuava irregular, sujeito a frequentes apagões e constantes interrupções para reparos. A situação era frequentemente denunciada em jornais locais, além de ser tema central dos discursos e promessas dos políticos do município.<sup>59</sup>

Um desses discursos e promessas fora noticiado no Jornal o Palladio no ano de 1949, cuja matéria, intitulada **Eletricidade – símbolo de urbanização e modernidade**, dizia:

Voltamos hoje, num êxtase de contentamento, a informar ao público – que em entrevista ao nosso diretor com sua Excia. o Sr. Prefeito, foi-nos por este assegurado, que, em face do seu entendimento em dias da semana finda, com a direção da Cia de Energia da Bahia, dentro de poucos meses teremos a nossa cidade servida por aquela grande e poderosa empresa de eletricidade do norte do país. (...) Consignamos, pois, esta auspiciosa notícia, levando ao povo os nossos parabéns pela era de eletricidade, no despontar feliz de seus raios brilhantes, trazendo aos santoantonienses um complexo de grandezas, para maior conforto dos nossos labores, elegância das nossas ruas e maiores possibilidades à indústria, ao comércio desta gleba tão justamente elogiada por quantos a visitam.<sup>60</sup>

O prefeito em exercício na época, que concedeu essa entrevista ao referido jornal, era Antônio Magalhães Fraga. Como podemos perceber, providências estavam sendo tomadas para implantar definitivamente a energia elétrica na cidade de SAJ e a expectativa, pelo menos por parte das elites locais, era de que essa inovação iria ser importante para o mundo do trabalho de diversas ordens, desde o comércio à indústria, como também serviria para dar aspectos de elegância às ruas do município. Vale ressaltar que esse prefeito era dono de armazéns e comercializava fumo, era um grande proprietário rural, assim como outros membros de sua família. O seu cunhado Luiz Argolo, também proprietário de armazém de café e de grandes propriedades rurais no perímetro urbano, foi o homem ao qual o feirante

<sup>59</sup> SOUZA, Edilma Oliveira. SOUZA, Edinélia M. Oliveira. Modernização e vida urbana na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA. *Op. Cit.* Pgs.05-06.

<sup>60</sup> A Luz – Nova Era de Progresso. O Palladio, 21 de março de 1949. APMSAJ.



Rodrigo Lopez do Vale, na condição de trabalhador, vendeu sua mão de obra durante o período de 22 anos no passado, segundo ele, “alugado”, conforme veremos em alguns aspectos de sua história mais adiante.<sup>61</sup>

Foi a gestão de Antônio Magalhães Fraga também que “permitiu o funcionamento da feira livre em dia de quarta-feira, o que causou boa aceitação pela maioria da população, pois o movimento comercial aumentou na praça Luiz Viana, atual praça Padre Mateus”.<sup>62</sup>

Até a década de 80 do século passado, era comum os cidadãos santo-antonienses ironizarem a falta de dois bens considerados cruciais à vida, a água e a luz elétrica, (este último, um dos grandes vetores da vida moderna), expressando a frase: “Santo Antônio de Jesus: de dia falta água e de noite falta luz”. Dessa forma, podemos imaginar o quanto foi lento a oferta desses serviços para a população, e o quanto foi precário seu fornecimento, pelo menos entre os anos 1950-70, sobretudo, para as pessoas que viviam nas zonas rurais. Clementino Ferreira, que era lavrador, produtor rural e vendia seus produtos na feira livre de SAJ, traz dados dessa realidade quando morava na roça naquele tempo:

Então, quando a roça começou a maducer\*, eu aqui parei de vender carvão e capim, eu achei que não ia dá dinheiro pro meu trabalho de trabalhador. Ai, comecei. Arrancava mandioca e fazia uma carga de farinha, era manual, era muito trabalho pra fazer. Aí, comecei, né? Plantava muita roça, quando plantava muita roça, aí, me soltei (muitos risos). Aí, comecei a trabalhar e trabalhava até de noite. Trabalhei várias vezes de noite, de lua, mas consegui. Trabalhava de enxada, noite de lua Cheia, no claro.<sup>63</sup>

Maducer é um termo muito recorrente na linguagem dos feirantes. Essa palavra significa o momento, ou seja, “o tempo da colheita”, a época em que a roça já está pronta para ser colhida. Todavia, percebe-se que, nesse contexto específico, maducer traz também a ideia ou noção de prosperidade, de positividade, algo que estimulou o feirante Clementino Ferreira a abandonar o carvão e o capim, produtos com os quais iniciou sua experiência de comerciante na feira livre de SAJ no início da década de 1960. Ele deixou de comercializar tais produtos porque, além de ser uma atividade árdua, essas mercadorias não eram vistas socialmente como algo dignificante perante os feirantes, o vendedor de carvão, nesses

<sup>61</sup> Depoimento de Rodrigo Lopez do Vale. Ex-feirante, aposentado. Rua Viriato Lôbo nº 505. Nascido em 06/10/1931. Entrevista realizada em Julho de 2015. Pg.04.

<sup>62</sup> COSTA, Alex Andrade; BITTENCOURT, Melina de Oliveira; NASCIMENTO, Manuela Santana. **História e memória da administração pública municipal de Santo Antônio de Jesus**. Santo Antônio de Jesus-Bahia. 2012. Pg.39.

<sup>63</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pgs.26-27.

referidos anos, se posicionava num status social inferior numa suposta hierarquia que pode representar esse grupo ou categoria social.

O relato também apresenta as preocupações desse trabalhador com o futuro e a dureza do trabalho com a cultura da mandioca, que era manual, pois naquela época não existia a possibilidade de uso do motor por causa da ausência da energia elétrica. Essa realidade conduzia não só o lavrador Clementino Ferreira, como tantos outros que prolongavam sua diária na labuta do trabalho à noite, a realizarem suas atividades sob a luminosidade da lua. Parece que dentre as quatro fases que esse satélite apresenta, a lua cheia se destaca ganhando um significado especial na memória dos feirantes.

As fontes apontam pistas que o uso da luz da lua ainda iria fazer parte das necessidades dos feirantes por um bom tempo. Já que na década de 1950, a cidade constituía-se de 62 logradouros, dos quais 15 eram pavimentados e 32 possuíam luz elétrica.<sup>64</sup> Edilma Souza e Ednélia Souza assinalam que, com a instalação de uma máquina a vapor, na Usina Geradora da Empresa Luz e Força, o serviço de energia elétrica pública e particular ultrapassou os limites do centro da cidade e estendeu-se a ruas e bairros mais afastados, como o São Benedito, a Avenida Luiz Viana, as ruas das Queimadas e Expedicionário. Ainda nessa década, o serviço de iluminação pública foi ampliado até as cinco horas da manhã, dobrando assim o trabalho desempenhado pelos funcionários da empresa.<sup>65</sup>

Tudo nos leva a deduzir que o processo de “expansão” desse serviço, seguiu uma ordem baseada em distinções sociais, cujas primeiras ruas e bairros beneficiados foram aqueles que – discordando das autoras Edinélia Souza e Edilma Souza – a meu ver, eram os mais próximos do centro da cidade. Pessoas menos abastadas não residiam nessas localidades (Rua Rui Barbosa, Avenidas Barros e Almeida e Luiz Viana, Rua dos Expedicionários e Bairro São Benedito).

A importância de estar tratando do processo de implantação da luz elétrica em Santo Antônio de Jesus nessa tese, é para mostrar que não existia esse serviço nas zonas rurais. Então, o que a ausência da energia elétrica implicava na vida dos feirantes? Como vimos a partir dos relatos já apresentados e os que virão ao longo do texto, a falta de luz elétrica implicava em grandes dificuldades para o mundo do trabalho dos feirantes, tornando a vida mais árdua. Essas dificuldades eram sentidas em várias etapas do labor, desde o fato de não poderem usar máquinas a motor para a feitura e produção da farinha de mandioca, daí todo

<sup>64</sup> Dados do senso de 1950. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro XXI Volume.

<sup>65</sup> SOUZA, Edilma; SOUZA, Ednélia. *Op. Cit.* Pg.06.

processo ser manual, como também, durante o transporte das mercadorias da roça até a rua, quando esses trabalhadores eram obrigados a conduzirem seus produtos e mercadorias sob a luz de candeeiros, etc.

Assim, a energia elétrica chegou primeiro nos lares dos cidadãos, para depois ser introduzida nas residências daqueles que residiam nas roças. Não existia uma infraestrutura no campo, durante as duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, era a luz do candeeiro que não só iluminavam os lares na zona rural, como eram também de suma importância para clarear as trilhas e caminhos dos feirantes que se deslocavam à noite e durante as madrugadas transportando os produtos que eles iriam comercializar não só na feira livre de SAJ, como também em outras cidades da região do Recôncavo baiano, a exemplo de Nazaré das Farinhas; conforme veremos nas histórias que aparecerão ao longo desse texto. Isso sugere entendermos que as vivências naqueles anos eram marcadas pelo tempo do candeeiro.

No tempo do candeeiro, a água encanada não era um bem acessível aos diversos moradores da cidade de SAJ. Desde a década de 1930 que a imprensa local cobrava melhoramentos no sistema de abastecimento de água. No ano de 1938, o Palládio trouxe a seguinte matéria:

“O problema da água”

Dando mão forte à obra da água, que vem melhorar a cidade, de modo progressivo, no sentido higiênico principalmente, o governo da cidade em ação conjunta com o Estado, promete a Santo Antônio de Jesus esse commettimento.

Obra de utilidade geral, nivelando Santo Antônio à outras localidades já providas desse grande recurso que se liga de perto aos interesses vitais do povo, a perspectiva em que estamos, a respeito, é a mais sympática e prazerosa de quantas podiam nos dominar o espírito.<sup>66</sup>

Assim, muitas pessoas tinham cisternas nos quintais no fundo das casas, muitas outras se utilizavam dos serviços dos aguadeiros ou eles mesmos se deslocavam até a Fonte Santo Antônio (localizada perto da praça Padre Matheus) ou na Fonte Maria Nunes (localizada na Rua Maria Nunes, atual Rua Antônio Fraga) para obterem esse recurso hídrico. Uma outra imagem associada à questão da água e seus usos, diz respeito ao fato de que era comum, até a década de 1980, a presença de mulheres negras que exerciam o ofício de lavadeiras, lavando

---

<sup>66</sup> Jornal O Palládio, nº 1879, Ano 37, 06 de Outubro de 1938. Pg.04. APMSAJ.

roupas no Rio Mutum. Essas mulheres lavavam e passavam roupas para as camadas mais abastadas da cidade. O Rio Mutum era um rio urbano, mas não era o único. Entre os anos 50 a 70 do século XX, segundo Marcia Bezerra,

O Rio Mutum e sua pequena bacia, área deste estudo, é um dos muitos rios de origem urbana de Santo Antônio de Jesus no Recôncavo Baiano. Na cidade são muito comuns as pequenas nascentes urbanas que originam riachos, os quais tendem a se unir a rios importantes para a história de formação da cidade a exemplo do Contorno, Sururu e Mutum. Esses rios sempre foram usados não apenas como fonte de água limpa e de boa qualidade pela população santoantoniense, mas também, como pontos de localização e delimitação de propriedades, e até mesmo como atrativos para o crescimento da cidade.<sup>67</sup>

Como podemos observar, esses rios urbanos eram de suma importância para os moradores da urbe, mesmo que em tempos de chuva, quando transbordavam, alguns deles se tornassem um “empecilho” à vida dos feirantes, como era o caso do Rio Mutum para Josué Pereira que tinha que atravessá-lo com seu cavalo que transportava as mercadorias até a feira livre de Santo Antônio de Jesus.

As pessoas que moravam nas roças, se valiam dos rios utilizando a água para lavar roupas, cozinhar alimentos, tomar banho, matar a sede dos animais que criavam, para a agricultura, e até para apagar o fogo de cargas de carvão que incendiavam durante o momento em que feirantes os transportavam até a rua para serem comercializados na feira livre, conforme veremos na seção: “As condições climáticas e a vida em risco: acidentes de trabalho”.

A cena descrita abaixo pela narradora Maria dos Santos Souza, permite o leitor visualizar essa realidade: “com 7 anos eu comecei trabalhar na roça. Trabalhava de enxada, plantava manaíba, arrancava mandioca, carregava nos animal, a gente carregava água na cabeça, como daqui onde tu morava, subia cada ladeira com água na cabeça, com sol quente”.<sup>68</sup> Como estamos vendo, a falta de água encanada também era um problema na vida dos feirantes. Esse recurso hídrico era de suma importância para a lavoura, a agricultura, a criação de animais na roça, que mais tarde se tornariam produtos e mercadorias a serem comercializados na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus.

---

<sup>67</sup> BEZERRA, Márcia Gonçalves. Análise sócio-ambiental da porção urbana do Rio Mutum, Santo Antônio de Jesus, Bahia. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. UNEB (Universidade do Estado da Bahia – CAMPUS V). Santo Antônio de Jesus-BA. 2007. Pg.61.

<sup>68</sup> Maria dos Santos Souza. *Op. Cit.* Pg.02.

Durante a década de 1950, os serviços de água encanada eram limitados e não havia ainda avançado. O seu regulamento só foi aprovado na cidade nos anos 1960.<sup>69</sup> Mas foi somente em 1973 que a prefeitura firmou com a EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamentos S. A.), a concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário, conforme a Lei nº 11 de 27 de Outubro de 1972, que se encontra no Arquivo Público Municipal da Cidade de Santo Antônio de Jesus.

Muitas áreas nas roças do Recôncavo são íngremes, cheias de ladeiras, sem contar que naquela época as estradas eram de chão. As estradas e os caminhos percorridos pelos feirantes são “lugares de memória” que ocupam a memória desses sujeitos. Naquela época, basicamente o sistema de transporte era o animal e as próprias “pernas de cada um”. Era raríssima a presença de carros e bicicletas na cidade, pelo menos até os anos 1970. Dessa maneira, cavalos, burros, jegues, bois eram utilizados de várias formas. Estes animais eram bastante importantes no mundo do trabalho dos feirantes como meio de transporte das mercadorias até a urbe. Mas eram utilizados também em momentos muito especiais, conforme podemos perceber no relato abaixo:

Meu casamento teve 60 cavalos e foi no mês de setembro, dia 29 de setembro que eu me casei. Foi chuva, meu filho! Hoje os riachos secou tudo. Passou 60 cavalos na corda, a gente montado e os cavalos nadando na corda. A gente chegou em casa tudo molhado. Eu casei aqui na Igreja velha. Quem fez meu casamento foi o Padre Antônio.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Livro de Registro Diário do Expediente do Prefeito de Santo Antônio de Jesus. 1964-1966. APMSAJ.

<sup>70</sup> Maria dos Santos Souza. *Op. Cit.* Pg.06.

**Figura 01 – Antiga Igreja Matriz**



FONTE: <http://www.mma.com.br/mma3/media/images/saj/igreja2.jpg>.

A foto acima mostra a Igreja Velha onde Maria Santos Souza se casou. A imagem, além de mostrar aspectos da dinâmica desse espaço na cidade, pelo número de pessoas que estão ao seu entorno, revela dimensões culturais desses homens e mulheres a partir do vestuário e outros traços; revela, também, como esse lugar do sagrado era um elo de ligação entre as relações campo-cidade. Assim, imagens fotográficas “como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica, pois, registram atos de testemunho ocular”.<sup>71</sup>

Maria Souza, a Maria do Feijão, era filha de uma família em que seu avô e também seu pai eram pequenos proprietários rurais, produziam carvão, plantavam mandioca, produziam farinha e vendiam esses produtos na feira livre de SAJ. Maria Souza casou-se em 1958, nessa época ela morava na região rural denominada Rio da Dona, município de Santo Antônio de Jesus. A distância percorrida por ela e os convidados foi de 17 quilômetros para chegar até a Igreja Velha (Igreja Matriz de Santo Antônio), receber as bênçãos do padre e sacramentar seu casamento. Mais 17 quilômetros eles trilharam de volta para casa, tudo isso montados em cavalos e debaixo de chuva. Retirando-se a dose de um possível exagero que possa haver na narrativa, vamos imaginar a situação... A noiva encharcada de água...

<sup>71</sup> BURKE, Peter. **Testemunho Ocular: história e imagem**. São Paulo: EDUSC, 2004. Pg.17.

O número de cavalos e a forma como a autora do relato chama atenção para esse fato nos leva a deduzir que a família de Maria Souza possuía um status social de destaque na localidade que residia e sua família possuía condições sociais favoráveis, se comparadas àqueles que não possuíam terras e eram meeiros, arrendeiros, assalariados, diaristas. A quantidade de cavalo dava uma medida de grandeza e poder dentro da cultura dos sujeitos do universo rural.

Assim como o cavalo estava presente na hora da alegria, ele também estava na hora da tristeza, quando muitos homens e mulheres da roça ficavam doentes e não conseguiam a solução dos seus infortúnios nas suas próprias localidades. Já posso adiantar e (porque não?) afirmar, que os animais de carga, vacum, cavalos ou mulares, tinham uma função social importante na cultura desses sujeitos do mundo rural, principalmente dos feirantes.

Geralmente eram as mulheres que eram responsáveis pela saúde da família e pela fabricação de remédios caseiros. Rezas, chás, beberagens, realizações de partos, etc., eram ações desempenhadas por mulheres, em sua maioria, negras, nas roças, mas, também, na cidade.<sup>72</sup> Quando essas pessoas que praticavam a “medicina alternativa” não conseguiam curar seus pacientes, tinham que se deslocar até à rua em busca de possíveis soluções para seus problemas. Era na hora da tristeza que o cavalo entrava em cena. Todavia, quando o caso era grave, ou seja, a doença era grave, era a força humana associada a firmeza dos braços e das pernas de muitos homens que faziam o transporte dos enfermos. Entre os anos 50 a 70 do século passado era muito comum o uso da “Marquesa”. Mas, o que era essa tal de Marquesa? Antônio Virgílio e Clementino Ferreira descreveram com requinte de detalhes esse recurso que se utilizava na hora dos apuros em que a doença colocava muitas pessoas. Segue a descrição de Clementino Ferreira, que vivenciou uma dessas experiências não só na condição de enfermo no ano de 1961, como também de carregador:

Antigamente, nós não tinha carro pra trazer quando adoencia alguma pessoa na roça. Nós trazia no banguê, no banguê, banguê é o que? Botava, marrava uma cadeira ou uma cama, quando o pessoal estava muito ruim e não aguentava andar. Marrava assim, pegava um pau e saía 4 pessoa, pegava duas na frente e duas atrás na marquesa, pra trazê o pessoal doente porque não tinha estrada. Marquesa era quando o pessoal tava miozinho e gumentava sentar. A gente botava um banco ou então uma cadeira, marrava nas pernas

---

<sup>72</sup> Sobre essa questão ver o interessante estudo: SANTOS, Denílson Lessa. **Nas encruzilhadas da cura:** crenças, saberes e diferentes práticas curativas – Santo Antônio de Jesus – Recôncavo Sul – Bahia (1940-1980). Dissertação de Mestrado – Programa de pós-graduação em História na FFCH, Universidade Federal da Bahia. Salvador-Ba. 2004.

da cadeira e a pessoa botava sentado. E aí, trazia, quatro pessoa trazia, duas na frente, dois atrás, e aí, a gente vinha paco, paco, paco... de lá até cá, pra rua, vim pro médico. Quando a pessoa tava ruim e não guentava ficar sentado, aí botava na marquesa. Marquesa era o que?<sup>73</sup> Aí botava assim aquela cama no pau, botava um colchão, antigamente o colchão era de capim, botava a pessoa deitado. Quem não tinha um colchão botava pano mesmo, forrava, botava a pessoa deitado, aí, botava na marquesa e vinha de lá pra cá, era quatro pessoa, às vezes vinha 5, 6 pessoa pra trazê, porque quando um cansava outro pegava pra ajudar, pra chegar até a rua, até o médico.<sup>74</sup>

Metaforicamente, o tamanho do relato traduz a dimensão do martírio. Era um grande sacrifício, e só a solidariedade poderia amenizar o peso da situação. Relações de amizade, compadrio e vizinhança estabelecidas na roça ajudava e faziam a diferença no tempo da doença. Pelo fato dessa ajuda mútua exigir força física, essa era uma solidariedade exclusivamente masculina. O relato ainda mostra que havia uma distinção social a partir do uso da marquesa, já que, os mais pobres que não tinham colchão colocavam pano, essa situação poderia deixar o doente ainda mais vulnerável. Na cidade, os enfermos eram atendidos na Santa Casa de Misericórdia, situada na Avenida Luiz Argolo ou em alguns consultórios médicos localizados próximos ao centro que também prestavam assistência à população.<sup>75</sup>

Estou tratando dessa questão – a doença – para mostrar como os feirantes se deparavam com dificuldades de várias ordens naqueles tempos. Mas, sobretudo, para evidenciar como esses sujeitos desenvolviam ações que eram atos de respeito à dignidade humana, entendendo ser um direito moral tentar impedir que o “outro” morra. Percebe-se ainda nessa situação, o alto grau de solidariedade como um dever moral, algo muito peculiar à cultura dos feirantes que aparecerão nesse estudo. E, sobretudo, demonstrar aspectos da vida cotidiana desses sujeitos ainda não revelados pelas lentes da história.

Na cidade de SAJ havia escolas onde, principalmente, quem estudava eram os filhos das elites locais,<sup>76</sup> mas algumas pessoas das camadas mais populares também frequentavam como é o caso de Zilda Maria Pires, a única feirante dessa pesquisa que conseguiu concluir o ensino médio, antigo 2º grau. Além de lojas que vendiam produtos domésticos, vestuário,

<sup>73</sup> Espécie de sofá antigo, largo, com assentos de palha.

<sup>74</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pgs.13-14.

<sup>75</sup> QUADROS, Edilma Oliveira Souza. Transformações na cidade. *Op. Cit.* Pg.49.

<sup>76</sup> Jornal O Palládio. Ano 49. 16 de Novembro; 14 de Dezembro. Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus. APMSAJ.



sapatos, dentre outros produtos oriundos do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.<sup>77</sup> Eram nessas lojas que muitas moças das roças e da rua, em tempo de festa, se deliciavam com as novidades, uma dessas moças era Maria dos Santos. Ela lembrou:

Vinha pra rua, eu vinha mais meu pai. Não vinha fazer feira, eu vinha passeá, tempo de São João comprar roupa, tempo de Natal a gente vinha de cavalo, era longe do Rio da Dona pra qui. A gente saía de madrugada, minha mãe ficava em casa, às vezes vinha eu, mais duas ou três irmãs comprar roupa, comprar na loja pano para costurar, pra fazer vestido. Meu pai fazia a feira de comer, a gente comprava roupa, perfume e sapato.<sup>78</sup>

Na urbe havia também curso de Teoria Musical e Piano, noitadas literárias, cafés, pastelaria, cine-teatros,<sup>79</sup> esses lugares eram frequentados pelas camadas mais abastadas da cidade. Os letrados liam vários jornais locais, como O Palládio, que circulavam em vários lugares da Bahia e outros estados; e os sons das filarmônicas Amantes da Lyra e Carlos Gomes, seduziam moradores das roças e da rua em vários momentos e ocasiões.

No centro da cidade e nas suas imediações localizavam-se também armazéns de fumo que empregavam muitas pessoas, principalmente mulheres negras. Nos armazéns, realizavam o trabalho da destalagem do fumo, abrindo e separando as folhas que chegavam amontoadas em grandes fardos.<sup>80</sup> Essa era uma função não muito bem aceita pelos maridos, devido a grande presença masculina no ambiente do armazém, o que gerava certo preconceito quanto àquele local de trabalho ser adequado ou não para as mulheres. Muitas dessas trabalhadoras, quando recebiam seus salários no sábado, deslocavam-se até a feira livre para “fazer a feira”. Enquanto isso, nas roças, muitas outras mulheres trabalhavam na colheita e demais etapas que compõe a produção fumageira – sob o sistema de “ganho” – nas fazendas de grandes proprietários rurais, como foi o caso não só de algumas mães e outros familiares dos feirantes aqui pesquisados, como, também, algumas feirantes, a exemplo de Basilina Pires, que vivenciou as duas experiências. Ela trabalhou na cultura agrícola do fumo como trabalhadora

<sup>77</sup> Jornal O Palládio ano 50, 14 de Dezembro de 1950. Nº 2.337; 16 de Março 1950; Ano 45, 30 de Novembro de 1945. Nº 2.187. Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus. APMSAJ.

<sup>78</sup> Maria dos Santos Souza. *Op. Cit.* Pgs.05-06.

<sup>79</sup> Jornal O Palládio ano 50, 14 de Dezembro de 1950. Nº 2.337; 16 de Março 1950; Ano 45, 30 de Novembro de 1945. Nº 2.187. Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus. APMSAJ.

<sup>80</sup> QUADROS. *Op. Cit.* Pg.25. Ver também o interessante trabalho: ASSIS, Cristina da Anunciação da Silva. Memória e narrativas dos trabalhadores dos armazéns de fumo – Santo Antônio de Jesus, Bahia (1950-1960). Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. UNEB (Universidade do Estado da Bahia-CAMPUS V) – Santo Antônio de Jesus-Bahia. 2015. Cap. I.

de ganho na roça, trabalhou no armazém na rua (cidade) como trabalhadora com carteira assinada, além de ter exercido o ofício de feirante em alguns anos de sua vida.

Até a década de 1940, Santo Antônio de Jesus era considerada uma cidade pequena. É comum perceber essa realidade em todas as narrativas das pessoas que relembrou aspectos cotidianos desse lugar aqui nessa pesquisa. O relato de Clementino Ferreira pode servir-nos de exemplo e também representar o que descreveram outros narradores:

Aqui vinha pessoas de outra cidade bem pouca. A cidade aqui era pequena depois, foi que começou a vim alguém, ir crescendo, aí foi chegando gente, comprador, comprando e levando pra Salvador, o pessoal comprava laranja, porque laranja vendia pouca, laranja e lima aqui vendia pouca. Pra Salvador tinha pouco comprador, depois foi evoluindo, foi crescendo mais, aumentando mais, levando pra Salvador. Tinha a estrada por fora, entendeu? Aí começou a cidade a crescer, já não levava para Nazaré. Aí, foi crescendo, crescendo a cidade e ela hoje, a cidade hoje tá como uma capital, né?<sup>81</sup>

O relato acima expressa com bastante rigor a dinâmica que a cidade de Santo Antônio de Jesus começou a experimentar a partir da década de 50 do século XX. Quadros afirma que “a pequena cidade, sobretudo, a partir dos anos 1950, com ritmo próprio, passou a experimentar um processo de urbanização percebido nos hábitos, costumes e práticas sociais dos Santotonienses”<sup>82</sup>. Como podemos ver, o feirante Clementino Ferreira, aborda o surgimento das estradas de rodagens como um dos exponenciais dessa nova dinâmica que iria marcar e modificar a história da cidade e, sobretudo, as atividades comerciais, a exemplo da feira livre do município que, a partir da década de 1950, começa a ganhar destaque na região do Recôncavo e desbancar uma das mais antigas e tradicionais feiras livres da Bahia e do Brasil, que era a feira da cidade de Nazaré das Farinhas, conforme abordarei ao longo da discussão.

Ao abordar a dinâmica da vendagem dos produtos na própria cidade e também para Salvador, capital da Bahia, o relato traz nuances também da vida desses trabalhadores que vendiam frutas como laranjas e limas. É nesse quadro que se insere parte da história de vida de Augusto Soares da Silva – o Augusto Laranjeira – um dos nossos narradores, conforme veremos mais adiante.

As narrativas dos sujeitos que fazem parte desse estudo confirmam o trabalho, primordialmente, “o trabalho livre”, como o cerne da vida. Diante do contexto social e

---

<sup>81</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pgs.16-17.

<sup>82</sup> QUADROS. *Op. Cit.* Pg.37.

econômico da cidade de Santo Antônio de Jesus entre os anos 1950-1970, quais eram as reais possibilidades que existiam no mundo do trabalho e da sobrevivência para esses muitos homens e mulheres que habitavam as roças do Recôncavo baiano?

A partir das linhas que já foram traçadas até aqui, sobre a dinâmica da cidade de SAJ nesse período, o leitor já pode visualizar a configuração desse lugar e imaginar quais seriam as reais possibilidades que as pessoas podiam vislumbrar no mundo do trabalho. Assim, na cidade as opções eram: trabalhar nos armazéns de fumo e café, sob regime das relações assalariadas do sistema capitalista do trabalho; trabalhar no comércio, lojas, cinemas, hotéis, bares, que exigiam escolaridade ou pelo menos o saber da leitura; trabalhar nos armazéns de “secos e molhados”; trabalhar nos bancos, agência dos correio e telégrafos, ou outros órgãos públicos que haviam na cidade, que também exigiam “leitura” e formação escolar oficial; trabalhar como pedreiro, marceneiro, carpinteiro, alfaiates, sapateiros, ofícios que exigem determinadas habilidades e especializações que talvez os lavradores da roça não possuíam; ou, no caso das mulheres, empregadas domésticas, algo que elas não queriam pois, conforme mencionei, o desejo da maioria (exceto uma feirante) dos sujeitos dessa pesquisa, era ser um “trabalhador livre”.

Então, dentro do contexto social e cultural das pessoas que nasceram e viveram boa parte de suas vidas nas roças do Recôncavo da Bahia naquele período e levando-se ainda em consideração que, eles eram sujeitos que tinham pressupostos éticos e morais pautados na busca da autonomia, liberdade e trabalho livre, só restava-lhes o espaço da feira livre como possibilidade concreta para a realização de tal objetivo de vida. Existia uma limitação nas opções dos mundos do trabalho para esses indivíduos, dessa forma, foi para a feira livre que eles foram. Já que essa era uma das alternativas mais viáveis naquele momento para aquelas pessoas, de acordo com seus próprios desejos e suas lógicas.

Na cidade de SAJ, a feira livre foi se ampliando e se tornando um grande atrativo que possibilitou o crescimento da urbe, foi também cristalizando hábitos, costumes e práticas rurais nesse espaço, por causa da forte presença de homens e mulheres do campo. As décadas de 50, 60 e 70 do século XX é o período em que grandes mudanças e transformações ocorreram na cidade com o objetivo de torná-la uma urbe civilizada, moderna e lugar de progresso. Assim, Quadros assegura que

Diferentes significados marcavam o viver na cidade de Santo Antônio de Jesus no início dos anos 1950. As camadas mais abastadas, formadas por

pequenos empresários, comerciantes, profissionais liberais, professores, políticos, fazendeiros, usufruíam de melhores condições de vida na cidade que se urbanizava. Já a grande maioria, representada, sobretudo, por comerciários, feirantes, operários, marceneiros, sapateiros, alfaiates, desempregados em geral, precisava criar estratégias de vida que garantissem a sua sobrevivência no espaço urbano, numa tentativa persistente de manter-se na cidade para não ter que voltar para a roça. Estratégias de sobrevivência nas quais as relações com o meio, os laços societários primários, os ritos do dia a dia e os da religiosidade popular tiveram que ser constantemente reelaborados.<sup>83</sup>

A partir de minhas reflexões pautadas nas fontes, sobretudo, orais, percebe-se que essa realidade foi estendida e vivenciada por todas essas camadas sociais, conforme aborda a autora, também durante as décadas de 60 e 70 do século XX. A população crescia significativamente. Só para termos uma ideia, a população urbana da cidade de SAJ havia aumentado de 11.839 na década de 1950 para 15.489, na década de 60.<sup>84</sup> Ou seja, em 10 anos, o aumento populacional na urbe foi de 30% e de acordo com Quadros, essas pessoas vieram “da zona rural e principalmente de cidades vizinhas, sonhando em melhorar de vida e obter mais conforto”.<sup>85</sup> Acredito que uma expressiva parcela das pessoas que migraram das cidades vizinhas eram também das roças.

Concomitante a esse processo de aumento populacional, durante as duas décadas que compreendem a temporalidade dessa pesquisa, muitas leis, decretos e notícias, publicadas nos jornais locais, vieram a público com o objetivo de implementar mudanças e transformações no aspecto físico da cidade. Em contrapartida, essas vozes e poderes constituídos enfrentaram muitas formas de resistências cotidianas de homens e mulheres da roça cujos hábitos, valores e costumes destoavam do tipo de “cidadão” que se queria para a cidade. As mudanças foram acontecendo gradativamente, algumas delas foram mais demoradas em função da resistência dos feirantes.

A Lei Nº 15 de 31 de outubro de 1949<sup>86</sup> ratificava a demolição da antiga Igreja Matriz, anunciando que naquele logradouro iria construir um parque. A Lei Nº 20 de 27 de julho de 1951 decretava a mudança de nome de várias ruas como a rua do Gás, a rua das Queimadas, Rodagem do Campo, rua Velha, etc. O governo municipal autorizava ainda a desapropriação

---

<sup>83</sup> QUADROS. *Op. Cit.* Pg.78.

<sup>84</sup> Dados obtidos do IBGE e SEI.

<sup>85</sup> Quadros. *Op. Cit.* Pg.64.

<sup>86</sup> As notas referentes a leis, atas, decretos, portarias e outros documentos que se encontram no Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus, não constam de informações detalhadas do tipo: Maço, Prateleira, Gaveta, etc., pela ausência de infraestrutura apropriada para armazenamento desses documentos.

de casas na cidade com o objetivo de fazer um alinhamento das ruas. Na Lei sancionada em 13 de fevereiro de 1958, que falava sobre o “Fundo de Planificação de Obras do Município”, determinava quais seriam as obras a serem priorizadas e realizadas na cidade, num prazo de cinco anos; dentre elas, destacava-se a construção do novo Mercado Público na sede do município de Santo Antônio de Jesus.<sup>87</sup> Conforme podemos ler na notícia de jornal abaixo, desde o final da década de 1940 que algumas camadas sociais já reivindicavam um novo Mercado Municipal, num outro lugar:

O antigo [referindo-se ao mercado municipal], da Praça Luiz Viana, é um pardieiro já condenado pela época, pelo modernismo, pela marcha progressiva das coisas de serventia pública. Não só é de dimensões acanhadas, não permitindo todo o serviço ali dentro nos dias de feira, como é, ainda, um prédio que afeia a praça em questão. Desfigurando-a de modo incontestável. [...] Um mercado com aspecto de coisa moderna é o que visamos ao escrever estas linhas sobre assuntos urbanos. Um mercado, que, por sua construção, dimensões, divisões, ventilação e higiene desperte apreciação lisonjeira dos que nos visitam, dos que procuram aos sábados o ponto em que se faz entre nós a vendagem de todas as especiarias, cereais e gêneros de primeira necessidade. O antigo mercado seria então convertido em jardim público, pois aqui temos um só na cidade, coisa esquisita, aliás, porquanto todo mundo sabe que Santo Antônio de Jesus é a terra por excelência – das flores.<sup>88</sup>

Uma das construções que também pareciam não contribuir com o embelezamento da urbe era a Igreja Matriz. Construída de adobe e taipa (elementos característicos das construções do mundo rural), localizada no meio da Praça Padre Mateus e da feira livre da cidade, a derrubada da secular Igreja Matriz, nos anos 50 do século XX, concomitante à construção de um novo templo religioso, marca o início de uma série de intervenções que começou ocorrer na urbe. Essas intervenções, viabilizadas por vários setores sociais das camadas mais abastadas dessa cidade, fizeram com que parte das camadas mais populares, exigissem explicações que justificassem a demolição desse monumento.

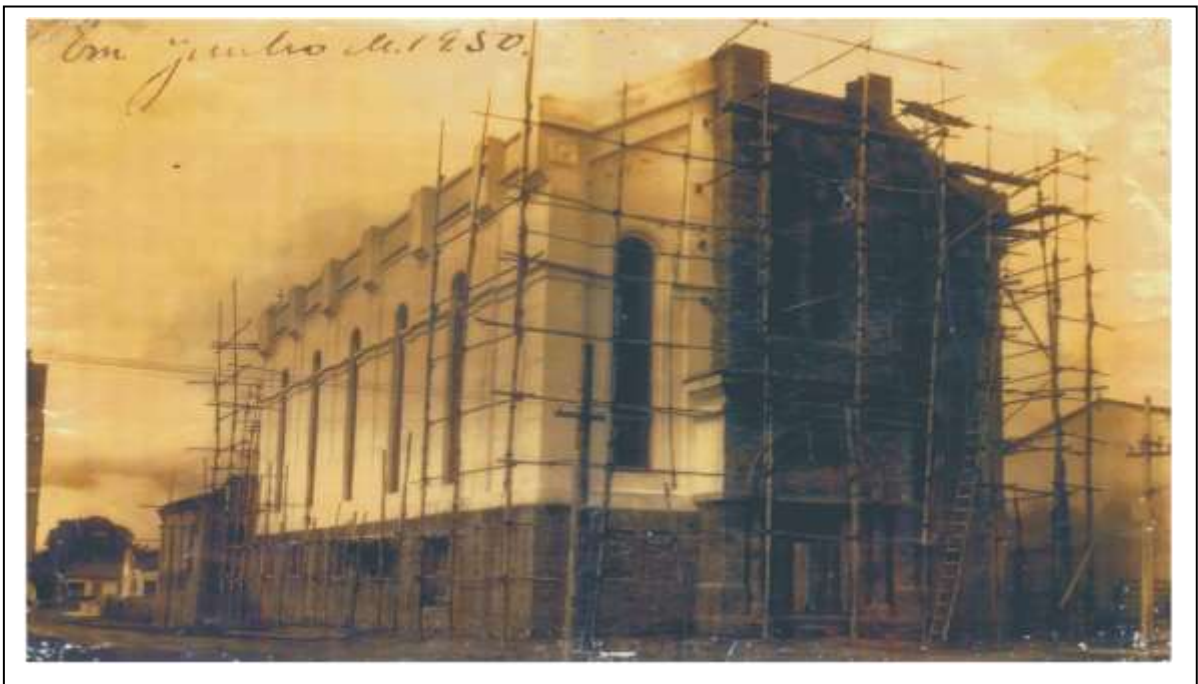
Para o feirante Augusto Soares, o motivo que explicaria a derrubada do templo religioso foi o fato de que “além de ser no meio da feira, era de adobe”. Para o feirante João Nunes dos Santos, o Esmeraldo da Cebola, foi porque “a igreja era pequenininha, não era como hoje, né? Que tem aquela Matriz”. Ao que me parece, apesar da importância e

<sup>87</sup> Livro, Decretos e Portarias – 1945-1956. Livro de Leis, Decretos e Portarias – 1956-1963. Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus.

<sup>88</sup> “Mercado Municipal”. O Palládio, Santo Antonio de Jesus, 3 de fevereiro de 1949. Pg.01.

respeitabilidade de que gozava a Igreja Matriz perante os feirantes, os frequentadores da feira e todos que para a cidade se dirigiam, a sua localização no meio da feira livre já não mais se adequava à realidade de uma feira em expansão e às concepções de desenvolvimento e progresso defendidas por alguns seguimentos na urbe. Parece que as características arquitetônicas do novo templo, conforme podemos visualizar abaixo, estariam mais condizentes com uma cidade que se queria moderna e civilizada.

**Figura 02 – Igreja Matriz em construção**



FONTE: Arquivo da Paróquia de Santo Antônio de Jesus – Bahia.

Uma pergunta se faz necessária neste momento: Por que, aparentemente, não houve reclamações quando se resolveu mudar de lugar a Igreja Matriz? Talvez, o motivo que contribuiu para que não houvesse reclamações entre os feirantes e, principalmente, os fiéis, no processo de mudança de lugar do templo sagrado, seja o fato de que ele foi deslocado do meio da feira para um local mais estratégico, conforme podemos ver na imagem abaixo.<sup>89</sup>

<sup>89</sup> Para o leitor perceber as mudanças que ocorreram na praça Padre Mateus e visualizar melhor como ficou esse espaço e compreender a posição dos feirantes perante as mudanças, é bom fazer uma comparação da imagem abaixo com a outra imagem da Feira Livre que aparece na página 165.

**Figura 03 – Feira livre de Santo Antônio de Jesus 1957**



FONTE: <https://servicodados.ibge.gov.br/api/v1/resize/image?maxwidth=600&maxheight=600&caminho=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/ba32643.jpg>.

Essa mudança, de qualquer forma, ampliava o espaço destinado à atuação de feirantes, fregueses e demais grupos sociais que frequentavam a feira livre da cidade. Mesmo mudando de lugar, em 19 de Junho de 1952, ano em que a Paróquia completou o seu centenário, o glorioso Santo Antônio, padroeiro da cidade e patrono da feira livre, lá da praça ainda continuava sacralizando aquele espaço e levando suas bênçãos a todos que por lá trabalhavam e perambulavam. Com relação à demolição da antiga Igreja Matriz, parece-me que ela foi sendo aos poucos abandonada pelos fiéis e pelas celebrações. Entre o final de 1951 e início de 1952, os paramentos litúrgicos foram transferidos para a igreja Nova, onde começaram ser realizadas as práticas religiosas católicas-cristãs. Quanto à antiga Igreja Matriz, já em ruínas, logo após a inauguração do novo templo, o teto desabou, culminando com sua demolição.<sup>90</sup>

A mudança de lugar da Igreja matriz parece que foi algo que agradou a muita gente em Santo Antônio de Jesus no ano de 1952. Todavia, um fato curioso que nos chamou bastante atenção é que, em setembro do ano de 1948, o prefeito Antônio M. Fraga sancionou um

<sup>90</sup> Amarílio Monteiro Orrico. Ex-vereador. Aposentado. Travessa Castro Alves nº 67, Santo Antônio de Jesus. Nascido em 1910. Entrevista realizada em 2005.

decreto estabelecendo um segundo dia para realização da feira na cidade, que se realizaria às quartas-feiras; e apenas uma década após, no ano de 1958, o então prefeito Olavo Galvão determinou que a feira pública fosse transferida do centro financeiro comercial da cidade.<sup>91</sup> Mas, apesar da lei, essa mudança ocorreu paulatinamente.

A justificativa dada pelo poder executivo era que aquele espaço, do jeito que estava, impedia o desenvolvimento do centro da urbe. A transferência da feira teria que ser efetivada porque aquele espaço estava sendo ocupado por indivíduos com costumes e hábitos inadequados para um centro comercial.<sup>92</sup> Tudo nos leva a deduzir que os interesses de proprietários de casas comerciais que se localizavam na praça Padre Matheus, no entorno da feira livre, associados às pressões de pessoas que faziam parte da “elite” local, contribuíram decisivamente para essa tomada de decisão. Segundo um ex-vereador, esse projeto teria sido realizado em consonância com a lei federal que determinava que prédios e edifícios que estivessem localizados no meio de praças públicas deveriam ser transferidos de lugar e acompanhar o alinhamento das residências.<sup>93</sup>

Oficializada pelo decreto de 1958, a urbe começava a conviver com a ideia de que a cidade de SAJ passaria por uma das maiores transformações sociais, culturais e espaciais ao longo de sua história, que seria o afastamento da feira livre do centro principal da cidade para áreas mais afastadas (atualmente praça Duque de Caxias).<sup>94</sup> Aqui se localiza um momento e tempo de tensão na cidade. De um lado aqueles que queriam a saída da feira do centro da urbe, do outro os feirantes historicamente e identitariamente ligados a esse local de trabalho, que implicava em vínculos e outros laços e relações sociais.

Talvez Santo Antônio de Jesus tenha sido uma das primeiras cidades da Bahia a concretizar o projeto de afastamento da feira livre do centro da cidade para outra área. Entretanto, esse fato não ocorre de maneira isolada na região, entre o início dos anos 60 e os anos 70, as principais cidades da Bahia se empenharam em deslocar suas feiras livres dos centros das cidades.<sup>95</sup>

---

<sup>91</sup> Essa expressão – Centro Financeiro Comercial – é de autoria do historiador Denílson Lessa dos Santos, utilizada em seu trabalho: *Nas Encruzilhadas da Cura... Op. Cit.*

<sup>92</sup> Livro de Leis e Decretos 1958. Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus – APMSAJ.

<sup>93</sup> Amarílio Monteiro Orrico. *Op. Cit.*

<sup>94</sup> A feira livre de Santo Antônio de Jesus continua até hoje na atual praça Duque de Caxias.

<sup>95</sup> Movidos por interesses capitalistas, perseguindo ideais de civilização e progresso, usando discursos das políticas higienistas, os setores considerados “hegemônicos”, de várias formas, conseguiram por em prática seus projetos desenvolvimentistas em várias urbes do Brasil e da Bahia. Essa dinâmica pode ser observada em cidades como Salvador, capital do estado, que pretendia acabar com as feiras que se realizavam no centro da cidade e, após um incêndio considerado criminoso, transferiu a Feira de Água de Meninos para a enseada de São Joaquim,



O ano de 1969 fora marcado pela desapropriação de áreas de terras e casas situadas nas ruas Monsenhor Antônio Oliveira e Conselheiro Ursicino Pinto de Queiroz, para realizar a construção do novo Mercado Municipal, loteamento para box e abrir acesso ao centro de abastecimento.<sup>96</sup> Inaugurado em 27 de Janeiro de 1971, o Centro de Abastecimento Municipal, batizado com o nome de Duque de Caxias, retirava o “caráter” de feira livre da feira da cidade.<sup>97</sup>

Da data em que se instituiu o decreto que autorizava a transferência da feira livre para uma área mais afastada da cidade até ocorrer a mudança de fato, se passaram 13 anos. Isso implica levarmos em consideração o protagonismo dos feirantes que, via resistência, conseguiram protelar a separação da feira do coração da urbe. Não se tem notícias de grandes movimentos contestatórios, motins ou rebeliões, mas houve muitas reclamações, grupos de feirantes foram até o prefeito para fazer com que ele mudasse de ideia, e muitas pessoas, sobretudo, os feirantes, declaravam publicamente em conversas nos quatro cantos da cidade que o prefeito “estava ficando louco”.<sup>98</sup> Essa forma de resistência colocava a popularidade da autoridade municipal, representante do poder executivo na cidade, em xeque. Assim, Quadros observou que,

É provável que tenha ocorrido insatisfação, sobretudo devido ao costume das pessoas de fazerem a feira ali na praça, perto de tudo, e de repente ter que andar um pouco mais para chegar até o local, o que pode ter provocado inicialmente uma queda nas vendas, pelo menos até as pessoas se acostumarem com o novo local. Segundo Sr. Zeca Vieira, que comprava carne do sol e outras mercadorias na feira para vender em Salvador, os feirantes “acharam o maior absurdo do mundo”, consideraram “um desperdício, uma loucura aquele mundo de terra ali pra fazer a feira”, pois estavam acostumados com o espaço limitado na Praça Padre Matheus e foram surpreendidos com toda aquela área. Naquele local “era uma fazenda

---

em dezembro de 1964; Feira de Santana, objetivando implantar um centro industrial no Sertão da Bahia, extinguiu sua feira-livre do centro da Princesinha do Nordeste em 1977. Ver: PAIM, Márcia Regina da Silva. **Do sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em História na FFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife-PE. 2008. OLIVEIRA, Izabel Lorene Borges de. **Apolo e Dionísio na festa da feira: cantadores, cordelistas, vaqueiros... da feira livre de Feira de Santana (Bahia)**. 2000. Monografia (Especialização em História) – Programa de Pós-Graduação em Teoria e Metodologia da História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2000.

<sup>96</sup> Decreto nº 16 de 26/04/1969; Decreto nº 24 de 08/08/1969 e Decreto nº 27 de 02/10/1969. APMSAJ.

<sup>97</sup> Decreto nº 44 de 22 de Janeiro de 1971; Decreto nº 6 de 2 de Setembro de 1971. APMSAJ.

<sup>98</sup> Esmeraldo Nunes dos Santos, Elizeu Mota, Clementino Ferreira, Vitalina Souza, Elza Froes. *Op. Cit.*

que tinha animal, boi, burro [...] e era um fazendão retado, era fazenda mesmo”.<sup>99</sup>

A autora ainda afirma que,

Se o funcionamento da feira na Praça Padre Matheus incomodava a alguns, para outros ela já fazia parte daquele cenário e a sua saída deixaria uma enorme lacuna, com a ausência de todo aquele burburinho comum nos dias de sábado. Nos dias de feira a dinâmica de relacionamentos entre o campo e a cidade ficava ainda mais visível, aprofundando-se a troca de experiências vivenciadas nesses universos inseparáveis; afinal, “a cidade se alimenta daquilo que o campo a seu redor produz” e, concomitantemente, ajuda a prover o campo com gêneros que ele normalmente não produz. Do campo, os trabalhadores abasteciam a cidade com farinha, café, carne do sol e frutas que os feirantes traziam para a cidade; na volta, levavam para casa querosene, cachaça, tecidos, tamancos, bacalhau, carne de boi fresca, comprados com o dinheiro da venda de suas mercadorias.<sup>100</sup>

De todos os decretos e leis que foram sendo sancionados na urbe, o Código de Postura, datado de 1965 e assinado pelo então prefeito José Trindade Lôbo, seria o documento mais amplo, cuja finalidade estaria em normatizar hábitos, costumes e valores de todos aqueles que faziam parte do universo da cidade ou que para lá se deslocavam em busca de vários serviços e com objetivos distintos. O documento é extenso, nele constam 264 artigos.<sup>101</sup> Aqui nesse trabalho no momento não temos condições de tratar do teor da maioria desses artigos, por questão de termos consciência dos limites impostos pela própria tessitura do texto e a proposta do trabalho. Irei trazer algumas posturas desse código para que o leitor possa ter algumas noções e dimensões do que pretendia o documento, e como era, de fato, os hábitos e costumes das camadas populares, principalmente, dos sujeitos oriundos do universo rural, o principal alvo de “ataque”. Inclusive, o 2º artigo do Código de Posturas, normatizava os limites entre as áreas urbanas, suburbanas e rurais da cidade.<sup>102</sup> Ou, seja, entre o urbano e o rural, ainda existia o subúrbio, uma espécie de território intermediário, que abrigava aqueles que não eram rurais, mas, também, não faziam ainda parte dos “pré-requisitos” para serem da urbe.

<sup>99</sup> QUADROS. *Op. Cit.* Pg.44.

<sup>100</sup> Idem. Pg.44-45. A autora se inspira em Raymond Williams quando se refere à questão que a cidade “se alimenta daquilo que o campo ao seu redor produz”.

<sup>101</sup> Lei nº 66. 04 de dezembro de 1965 – Cria o Código de Posturas Municipais. APMSAJ.

<sup>102</sup> Idem. Pg.148.

O hábito de criar animais domésticos e deixá-los soltos pelas ruas da cidade foi normatizado no Código de Postura no Título III intitulado “Das propriedades e das Criações de Animais”. Estabelece critérios para a existência de cercas entre as propriedades nas áreas urbanas e rurais, determina as condições de criação dos animais no município e as punições para os proprietários que os deixarem soltos pelas ruas.<sup>103</sup>

As restrições aos hábitos cotidianos eram de várias ordens e se davam em várias direções. Soltar fogos ruidosos, tomar banho nos rios fora dos limites determinados pela prefeitura, lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados em logradouros públicos, atirar às vias públicas quaisquer corpos ou detritos que possam ser nocivos à saúde pública ou aos transeuntes, lavar e estender colchões, tapetes e outros objetos domésticos em vias públicas, expor peles, couros e carnes nas ruas, eram costumes que passavam a ser ilícitos com os artigos 155º, 156º, 159º e 233º.<sup>104</sup> Para Quadros, por exemplo, “a proibição de lavar roupa nas fontes, além de provocar alterações diretamente no processo costumeiro de lavar a roupa, interferia no encontro de mulheres que proporcionava conversas sobre assuntos diversos”.<sup>105</sup>

As casas de comércio não poderiam expor em suas vitrines gravuras, livros e escritos de natureza obscena, sujeitando-se os infratores à multa de \$ 5.000. O artigo 158º dizia: “Os proprietários de bares, tavernas e demais estabelecimentos em que se vendam bebidas alcóolicas, serão responsáveis pela ordem dos mesmos”. Cujo parágrafo único estabelecia: “as desordens verificadas nos referidos estabelecimentos sujeitarão os proprietários à multa, podendo ser cassada a licença do funcionamento nas repartições dessas ocorrências”.<sup>106</sup>

Outra medida estabelecida no Código de Posturas Municipais legislava sobre o modo de recolher o lixo, conservar em perfeito asseios os quintais, pátios, terrenos e casas. Não permitia a existência de terrenos cobertos de mato alto, pantanosos ou servindo de depósito de lixo. As relações de vizinhança também foram normatizadas com o artigo 233º que proibia “conduzir sem as precauções devidas, quaisquer corpos capazes de molestar a vizinhança e queimar mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos, em quantidade capaz de incomodar a vizinhança”.<sup>107</sup> Porque, “apesar das práticas de solidariedade e trocas que

<sup>103</sup> Lei nº 66. 04 de dezembro de 1965 – Cria o Código de Posturas Municipais. APMSAJ. Sobre essas determinações ver os artigos 199 a 209.

<sup>104</sup> Idem. Pgs.168, 169, 179.

<sup>105</sup> QUADROS. *Op. Cit.* Pg.72.

<sup>106</sup> Idem. Pgs.168 e 169.

<sup>107</sup> Idem. Pgs.178 e 179.

existiam no cotidiano da cidade, o barulho do rádio do vizinho não passaria despercebido, assim como as invasões de galinhas, perus e porcos no quintal”.<sup>108</sup>

Até os cultos, festas e batuques das religiões de matrizes africanas não escaparam aos olhos dos legisladores locais. No artigo 160º do Código de Posturas, estabeleceu-se que “não é admissível a promoção de candomblés, sambas e batuques outros no perímetro da cidade, vilas e povoados, sem competente licença das autoridades, não se compreendendo nesta restrição os bailes e reuniões familiares”.<sup>109</sup> A lei em si demonstra nas entrelinhas o preconceito com as religiões de matrizes africanas, daí estabelecimento de normas restritivas para essa crença religiosa e os elementos que fazem parte desses rituais. A carga discriminatória para com “o povo de santo”, ou com os simpatizantes do “axé”, pode ser lida quando excluiu-se da restrição, os “bailes e reuniões familiares”. Concordo com Edilma Quadros quando observa que,

Contudo, o desconhecimento ou a desobediência à legislação se anuncia com a permanência dessas práticas, registradas pela tradição oral e mantidas vivas na cidade. Observa-se, portanto, a manutenção de experiências acumuladas e herdadas dos antepassados, sobretudo, dos africanos que tiveram grande influência em todo o Recôncavo, resistindo às pressões do poder dominante, através do candomblé, fonte de preservação de valores, de identidade cultural.<sup>110</sup>

O capítulo VII é o penúltimo do Código de Posturas Municipais e compreende os artigos 245º ao 256º. Intitulado “Dos Mercados e feiras livres”, regulamenta o funcionamento dos mercados públicos, explorado por particulares em regime de concessão. Os artigos normatizam regras para os tipos de produtos e mercadorias que poderiam ser comercializados na feira, sobre o respeito com os prepostos municipais, a qualidade das mercadorias, balanças, pesos e medidas, horário de armamento e disposição das barracas, horário e dias de funcionamento da feira, horários para a venda em atacado e varejo; e também instituiu regras para os animais de cargas dos feirantes.

Caso esses trabalhadores não cumprissem as determinações, os feirantes seriam penalizados e sujeitos a pagarem multa que variava entre \$ 10.000 a \$ 50.000. O que me chamou atenção, ao analisar o Código de Posturas Municipais, foi o fato de que, exceto o que

<sup>108</sup> QUADROS. *Op. Cit.* Pg.73.

<sup>109</sup> Lei nº 66 de 04 de Dezembro de 1965. Artigo 160º – Código de Posturas Municipais. APMSAJ.

<sup>110</sup> QUADROS. *Op. Cit.* Pg.73.

prescreve o artigo 21º,<sup>111</sup> as multas mais onerosas se destinavam aos adeptos das religiões de matrizes africanas, ou seja, a maioria negros e afrodescendentes – que variava entre \$ 5.000 a 50.000, e os feirantes, sujeitos oriundos da roça, conforme acabei de mencionar o valor da penalidade acima.<sup>112</sup> Assim, entre os anos 50 a 70 do século passado, eram as camadas mais populares, maioria negra e afrodescendente, e os habitantes do universo rural, homens e mulheres da roça, muitos deles feirantes, os mais vulneráveis às normas e determinações dos poderes municipais.

Mas nem sempre o que foi instituído no Código de Posturas Municipais conseguia ser aplicado na prática da vida cotidiana, como veremos mais adiante em alguns momentos da discussão. Apesar de sua dimensão coercitiva, esse Código de 1965 sugere a “coexistência de costumes rurais e citadinos na cidade que começava a urbanizar-se, o que muito desagradava aqueles que queriam imprimir-lhe uma imagem civilizada”.<sup>113</sup> As Posturas Municipais estabeleceram regras que deveriam ser seguidas, com a justificativa de garantir aos seus habitantes, entre outros, o direito de ir e vir, a segurança, um sistema de trânsito eficiente, a limpeza e a conservação dos locais públicos.<sup>114</sup>

No que diz respeito a esse último item – limpeza e conservação da cidade – a imagem que era colocada pela imprensa local, mesmo que de maneira implícita, era a de que os homens e mulheres rurais e as camadas mais populares da urbe não se preocupavam com as questões da higiene, como se fossem sujeitos “ímundos”, sobretudo, no universo da feira livre. Imagem essa que pode ser desconstruída.

Nessa perspectiva, a falta de infraestrutura na cidade de SAJ era algo que suscitava também a crítica de feirantes, fregueses e diversos outros indivíduos que viviam experiências urbanas naquele cenário. Sem saneamento básico e rede de esgoto, as questões relacionadas à higiene, no universo da feira, era algo que incomodava aos feirantes, àqueles que por lá passavam e outras pessoas que exerciam alguma função diretamente ligada a esse espaço. Em suas lembranças do tempo em que trabalhou como guarda na feira, seu João Crizóstomo Sampaio recordou que,

---

<sup>111</sup> Lei nº 66 de 04 de Dezembro de 1965. Artigo 21º diz que “Não será permitido o loteamentos de terrenos para qualquer finalidade na zona territorial do município, sem a prévia aprovação e licença da prefeitura, em requerimento do proprietário acompanhado do respectivo projeto e de elementos outros indispensáveis. A inobservância desse dispositivo sujeito o infrator à multa de \$ 100.0000 a 500.000. – Código de Posturas Municipais. APMSAJ. Pgs.150.

<sup>112</sup> Lei nº 66 de 04 de Dezembro de 1965. Artigos 245º a 256º - Código de Posturas Municipais. APMSAJ. Pgs.181 e 182.

<sup>113</sup> QUADROS. *Op Cit.* Pgs.66-67.

<sup>114</sup> Idem. Pg.67.

Aquele lugá ali que tá a igreja, até lá em baixo, ali era mamoneira\*, era cagador, o povo marrava jegue, marrava tudo ali. A igreja era lá, na frente, na frente pra lá, no mei, daí pra cá o barracão, daí pra lá a igreja, o passei dessa artura, pra o... o povo não tinha lugá pra fazê fezes, fazia ali no mei, de manhã era uma imundice\* desgraçada. Atrás da igreja, (muitos risos). Deus ajudô que tiraro a igreja, butaro pra lá, em cinqüenta e um eu fui, eu trabalhei na guarda, tomei conta ali um mucado de tempo. Cinqüenta e um, no ano de cinqüenta e dois, cinqüenta e três, nessa base aí.<sup>115</sup>

Josué Pereira dos Santos, que também foi feirante, lembrou que tinha que guardar sua barraca entre a mamoneira e os excrementos que encontrava no ambiente da feira livre e reclamava que “o povo fazia porcaria em tudo quanto era canto ali”, (muitos risos).<sup>116</sup> A feirante Vitalina Souza também reclamava da ausência de uma higiene na feira. Ela disse que “o povo fazia ali, encostava do lado da Berganha, aí, quando a gente ia, era virando a cara pro lado e pro outro. Porque cada um tá lá seu apertado, tá lá abaixado, quem vai ficar olhando? Ia passando”.<sup>117</sup> Já Elza Froes também trabalhadora que exerceu o ofício de feirante nesse lugar, em sua narrativa, foi categórica em afirmar “que o povo fazia imundície ali naquela feira. Meu sinhô, a gente ia de manhã para a feira, quando chegava tava lá aquela ruma de coisa”.<sup>118</sup> O feirante Augusto Laranjeira lembrou que “a feira não era muito limpa não, as pessoa tinha que procurar o mato”.<sup>119</sup>

As narrativas dos feirantes e do ex-guarda da feira expressam a insatisfação deles e de muitas outras pessoas com a falta de uma infraestrutura e de higiene adequadas à vivência cotidiana naquele ambiente, como também a “ausência” do poder público para solucionar problemas que competiam à sua alçada, visto que, no tocante à cobrança de impostos aos feirantes, este era eficiente e sempre estava presente nos dias de feira.

Longe de anacronismos, caminhando um pouco em direção às ideias de Mikail Bakhtin que vê nas praças públicas, nas feiras e no carnaval da Idade Média, na Europa, locais eminentemente grotescos; os risos, gestos e as expressões “cagador”, “imundície” e

<sup>115</sup> João Crizóstomo Sampaio. Ex-guarda da feira, ex-trabalhador da indústria do fumo, atualmente aposentado. Rua do Calabá nº 726, Santo Antônio de Jesus. Nascido em 27/01/1923. Entrevista realizada em 2006. Pgs.10-11.

<sup>116</sup> Josué Pereira dos Santos. Feirante. Rua Sóter Barros nº 101 – Centro, Santo Antônio de Jesus-Bahia. Nascido em 1933. Entrevista realizada em Maio de 2006. Pg.03.

<sup>117</sup> Vitalina Santos Souza. Rua do Calabá nº 301. Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascida em 1936. Entrevista realizada em 2006. Pg.14.

<sup>118</sup> Elza Froes da Fonseca. Ex-feirante. Dona de casa. Rua do Calabá n. 629, Santo Antônio de Jesus-BA. Nascida em 07/08/1956. Entrevista 2006. Pg.25.

<sup>119</sup> Augusto Soares da Silva. Rua Marita Amâncio S/n Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascido em 1916. Entrevista realizada em 2006. Pg.11.

“porcaria”, de autoria dos narradores acima mencionados, trazem uma forte representação simbólica que nos remete a pensar em um conjunto de imagens cômicas do realismo grotesco que circulavam na feira livre daquela cidade.

Para Bakhtin, no realismo grotesco tudo está em relação mútua, não existe nada isolado. E o corpo, grande categoria da cultura popular, é um corpo aberto que está sempre interagindo com a terra, o universo e o meio em que ele vive. O corpo é visto em sua totalidade. Segundo esse autor,

O corpo começa a ser higienizado e disciplinado pela burguesia nos textos literários e nos estudos sobre o corpo. O baixo e alto material são categorias que estão sempre em dialogismo um com o outro. Eram corpos que não estavam ainda sob as imposições da disciplina moderna.<sup>120</sup>

De fato, os corpos de muitos homens e mulheres, oriundos de zonas rurais ou da cidade, não estavam ainda disciplinados dentro das noções de higiene e pureza de vários outros homens e mulheres da urbe, quase sempre representantes das elites locais. Esse corpo “desviante”, era um corpo que interagia com o meio e dialogava com outros corpos. O espaço da feira que possibilitava a obtenção dos gêneros alimentícios, que sustentavam esse “corpo popular”, reservava também um espaço (um lugarzinho) que recebia os detritos e dejetos que esse mesmo “corpo” expelia. Talvez, o ato de expelir excrementos atrás do templo sagrado fosse uma forma de linguagem encontrada por esses sujeitos para criticarem/reivindicarem saneamento básico naquela localidade.

Dessa forma, penso que, os produtores/consumidores da urbe não são apenas aqueles considerados “leitores especiais da cidade”, representados por fotógrafos, poetas, jornalistas, romancistas, cronistas e pintores, ou “leitores privilegiados”, aqueles com habilitações culturais, profissionais e estéticas que acreditam possuírem um olhar refinado. Os “cidadãos comuns” ou “gente sem importância” também são expectadores, produtores e consumidores da cidade e dela fazem leitura.<sup>121</sup> Um olhar refinado, sensível e arguto em relação à urbe tanto pode estar no indivíduo de camada social mais elevada, como no indivíduo que faz parte de um grupo social mais baixo. Assim como pode estar no homem da roça como no da rua.

---

<sup>120</sup> BAKHTIN, Mikail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Capítulos V e VI. Brasília: ADUNB, 1999.

<sup>121</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1995. Pgs.279-90.

Foi nesse universo onde conviviam modos de vida urbano e rural que se materializou a experiência da urbanização na cidade de Santo Antônio de Jesus entre os anos 50 a 70 do século passado; o que não implicou numa padronização total no estilo de vida, não se tratou de uma simples substituição de padrões. Pode se dizer que houve uma redefinição dos elementos em que “formas de vivências se mantiveram residuais, convivendo com experiências emergentes, comportando ao mesmo tempo a resistência e/ou um inconformismo.”<sup>122</sup>

Foram nestes anos não tão dourados assim, entre conflitos e tensões que eclodiam, em sua maioria, no mundo dos costumes e valores, que os feirantes viveram e lutaram pela sobrevivência. Tendo a feira livre como seu principal local de trabalho na urbe, esses homens e mulheres da roça deixaram marcas ineludíveis na cidade, muitos desses aspectos e experiências, que deram/dão corporeidade à urbe, ainda serão mostrados ao longo do texto, espaço onde, aos poucos, a cidade irá tirando seu véu e se revelando ao leitor.

## **2.2 Uma genealogia da cidade: o processo de formação social e comercial**

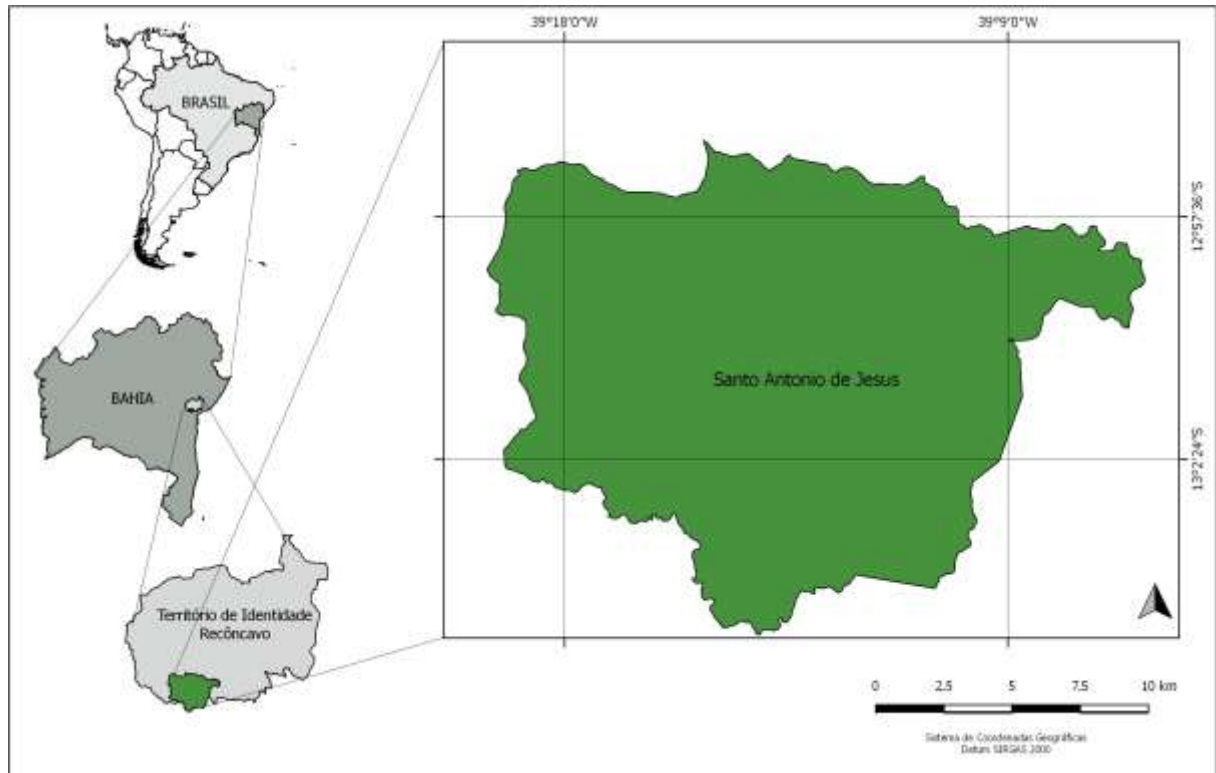
O mapa abaixo serve de instrumento de visualização para o leitor deste trabalho, por permitir destacamos a localização geográfica do Brasil no Continente Americano, do estado da Bahia no Brasil, a região do Recôncavo e, conseqüentemente, o município de Santo Antônio de Jesus-Ba.

---

<sup>122</sup> QUADROS *Op. Cit.* Pg.99. Ela afirma essa questão se baseando nas ideias de Raymond Williams. Ver: WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



**Figura 04 – Município de Santo Antônio de Jesus, Bahia – 2017. Território de identidade – recôncavo**



FONTE: IBGE, 2017; SEI, 2017 (Base Cartográfica). Elaboração: Prof. Dr. Wedmo Teixeira Rosa.

Na perspectiva de compreender a emergência da cidade de Santo Antônio de Jesus, acredito na necessidade de se voltar para o processo de colonização para melhor entendimento de sua genealogia. Segundo Oliveira, o Recôncavo Sul, também denominado de Recôncavo da Subsistência,<sup>123</sup> compreende 26 municípios, dentre eles: Jaguaripe, Nazaré, Maragogipe, São Felipe, Conceição do Almeida, Castro Alves, Aratuípe, Muniz Ferreira, Varzedo e Santo Antônio de Jesus. Essas cidades formaram um Conjunto denominado de Matas do Sertão de Baixo pelo fundador da faculdade de filosofia da Bahia, professor Isaías Alves.<sup>124</sup> Oliveira diz que Sertão referia-se ao mato, em oposição à costa e ao marítimo, e os municípios citados situavam-se abaixo do rio Itapicuru, mais especificamente, entre os rios Paraguaçu, Jaguaripe e Jequiriça.<sup>125</sup>

<sup>123</sup> Recôncavo da subsistência é uma designação de vários pensadores para a porção do Recôncavo Sul na Bahia, por causa da especificidade dessa região quanto à sua produção ser baseada na cultura de vários produtos destinados à subsistência das populações. Quando aparecer no texto Recôncavo da Subsistência refere-se ao Recôncavo Sul. Trata-se da mesma região.

<sup>124</sup> ALVES, Isaías de Almeida. **Matas do sertão de baixo**. Bahia: Reper, 1967.

<sup>125</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX**. Salvador-Bahia: Editora UNEB, 2003. Pgs.58-59.

A colonização da região do Recôncavo da Subsistência iniciou-se após a segunda metade do século XVI e as culturas implantadas foram a da cana-de-açúcar, mandioca, fumo e pecuária. Oliveira afirma que, entretanto, o Sertão de Baixo foi incorporado à área econômica da capitania no século XVIII quando o povoamento se estendeu pelos vales. Ela diz que foi uma ocupação gradual, assentada sobre os trabalhos dos roceiros, lavradores de mandioca e fumo, além dos pequenos proprietários de terras, engenhos e escravos<sup>126</sup>.

A cidade de Santo Antônio de Jesus, anteriormente denominada de Capela do Padre Matheus (século XVIII), Capela de Santo Antônio de Jesus (século XIX), e depois, apenas, Capela (até a década de 50 do século XX), tem suas “origens” relacionada ao sítio da Capela construída em terras doadas pelo Padre Matheus Vieira de Azevedo, em 27 de setembro de 1776, ao redor do qual foi se edificando.<sup>127</sup> Para compreender-se o processo de formação dessa cidade ou sua genealogia, é preciso recuar um pouco no tempo e na história do Brasil porque as terras que hoje demarcam a Cidade de Santo Antônio de Jesus foram fruto também do processo de colonização e seus desdobramentos.

No reinado de dom Sebastião, em 29 de março de 1566, foi doada, a Álvaro da Costa, a capitania do Paraguaçu, também chamada de capitania do Recôncavo.<sup>128</sup> As terras onde se localiza atualmente a cidade de Santo Antônio de Jesus, no passado, pertenceu a Nazaré das Farinhas que por sua vez fazia parte dessa capitania conforme veremos mais adiante.

Junto com a propriedade das terras, os donatários também foram privilegiados com outros direitos concedidos pela coroa portuguesa, dentre eles estavam: jurisdição no civil e no crime, podendo o donatário escolher juízes e oficiais para aplicação da justiça; licença para criação de vilas; licença para nomear e dar posse a tabeliães; doações de dez léguas de terras “para sempre”, isentas de qualquer tributo; redizima de todas as rendas e direitos pagos na capitania ao rei e à Ordem de Cristo e direito de sucessão – a capitania passava para o herdeiro do donatário na ordem da linha masculina. O donatário era obrigado também a conceder sesmarias ao cristão que a solicitasse e a pagar taxas e tributos ao rei e à Ordem de Cristo. Schwartz afirma que a apropriação de terras na Bahia do século XVI, como em outras partes da colônia portuguesa, ocorreu por meio do regime sesmarial:

---

<sup>126</sup> Idem. *Ibidem*. Pg.58.

<sup>127</sup> QUEIRÓZ, Fernando Pinto de. **A Capela do Padre Matheus**. Feira de Santana-BA.: Sagra, 1995. Pg.223.

<sup>128</sup> TAVARES. *Op. Cit.* Pg.92.

As terras do Recôncavo foram divididas em sesmarias a partir de meados do século XVI, sendo a última área a ser organizada o extremo sul, onde foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da ajuda, centralizada na cidade de Jaguaripe, porém abrangendo toda a orla meridional da Baía de Todos os Santos.<sup>129</sup>

Álvaro da Costa, filho do segundo governador-geral Duarte da Costa, recebeu a sesmaria do Paraguaçu, em recompensa à sua participação militar na guerra contra os tupinambás que habitavam os vales do rio Paraguaçu e Jaguaripe, que foi transformada em capitania pela carta de doação de 1566. Segundo Tavares, o último donatário foi dom José da Costa, de quem o rei comprou por 640 mil réis e a incorporou à capitania da Bahia.<sup>130</sup>

Dentre as cinco capitanias que formavam o território baiano no início da colonização, a que me interessa é a Capitania do Paraguaçu ou Capitania do Recôncavo. Assim, após tornar-se uma capitania e dividida em sesmarias, a fundação das vilas nesse Recôncavo deram uma dinâmica própria a essa região transformando-a numa das mais antigas redes urbanas do Brasil no período colonial e, segundo Milton Santos, a mais antiga do país.<sup>131</sup>

Em seu livro intitulado “O outro lado da Bahia: a gênese de uma rede urbana colonial”, Adriano Bittencourt Andrade apresenta um estudo sobre a constituição e a dinâmica espacial da rede urbana do Recôncavo baiano no século XVIII, preocupando-se com o processo de erguimento das vilas nessa região até a densificação das formações urbanas. O autor chama a atenção para a complexidade e a dificuldade de se conceituar o “urbano” e afirma que uma discussão mais ampla sobre esse conceito permanece por ser feita. No entanto, pensando no enquadramento do recorte temporal e espacial do Brasil colonial, ele fez a opção do urbano como vilas e cidades por 6 motivos, dentre eles destaco os 2 que me interessam, por ele ter incluído as feiras:

- 1- As novas vilas, normalmente, eram fundadas em núcleos já povoados e que exerciam algum tipo de atração demográfica (centros de produção agrícola, mineiro, pousos de caminhos, feiras, etc.) ou interesse estratégico da coroa (áreas fronteiriças);
- 2- Estabeleciam-se, nessas nucleações, centralidades diversas, sendo algumas pré-existentes e outras fundadas com a elevação política, como: de serviços (feiras-

<sup>129</sup> SCHWARTZ. *Op. Cit.* Pg.81.

<sup>130</sup> TAVARES. *Op. Cit.* Pg.99.

<sup>131</sup> SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: Brandão, Maria de Azevedo. **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador: UFBA, 1998. Pg.62.

livres, comércio fixo, portuários, armazéns, pousos); eclesiástico (como sede de uma ou mais freguesias, regularmente da padroeira da vila, atraíam populações do entorno para procissões, missas e outras festividades religiosas), além da jurídico-administrativa com regulação sobre todo o termo.<sup>132</sup>

Andrade ainda alerta que:

Outras povoações possuíam, às vezes de forma mais evidente algumas dessas características, como os julgados, tribunais com poder de decisão judiciária deslocado da vila para as freguesias, porém dentro de um termo; as freguesias, territórios eclesiásticos com centralidade religiosa nas suas sedes, contudo sem autonomia político-administrativa-judiciária; outras povoações que possuíam grande centralidade econômica antes mesmo de serem erguidas a vila, como no caso do Recôncavo Baiano, os exemplos de Nazaré das Farinhas (termo de Jaguaripe, com maior movimentação de pessoas e circulação de mercadoria que a sede da vila, por conta da posição no último trecho navegável do rio Jaguaripe, e produção de farinha do seu entorno) e a própria Santo Amaro, que era uma povoação do termo de São Francisco do Conde antes da elevação. Todas essas, entretanto, guardavam uma ou algumas das características do dito “urbano”, mas nunca todas.<sup>133</sup>

A meu ver, a citação acima torna-se importante no sentido de que mostra como Nazaré das Farinhas, a qual as terras de Santo Antônio pertencia até a segunda metade do século XIX, mesmo antes de tornar-se vila, era um importante centro comercial, sobretudo, pela distribuição e venda da farinha de mandioca nesse período. Enquanto que mais tarde, na dinâmica do Recôncavo na contemporaneidade, essa posição privilegiada perde lugar para Santo Antônio de Jesus – outrora termo de Nazaré – que a partir da segunda metade do século XX, torna-se o grande centro comercial da região e tem na farinha de mandioca, um dos principais produtos responsáveis por essa projeção.

Para Andrade, a coroa portuguesa usou como prática administrativa a “estratégia espacial” para ocupar e colonizar o território. Muitas vezes precedendo, inclusive, a ação administrativa. Assim como as capitânicas hereditárias, o recorte territorial das freguesias e a localização dos principais edifícios religiosos obedeciam a essa lógica. Andrade diz que as freguesias demarcavam espaços propensos à ocupação futura e, não por acaso, constituíram-se em centros de expansão do espaço urbano ou da própria colonização do território. As terras de Santo Antônio de Jesus se enquadram nesse contexto, ao alcançar o status de freguesia e

<sup>132</sup> ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial**. Salvador-Bahia: EDUFBA, 2013. Pg.84.

<sup>133</sup> Idem. Ibidem.

depois vila em 1880, já dava os primeiros passos para o que ela viria a ser mais tarde. Segundo o memorialista Isaías Alves, Já no século XIX, “Santo Antônio de Jesus era como uma capital daqueles rincões saudosos do trabalho escravo”.<sup>134</sup> Segundo Ana Lúcia Santos dos Passos, essa comparação de Isaías Alves, decorre provavelmente pela centralidade exercida pelo pequeno núcleo, devido a confluência de caminhos que a organizou, pelo escoamento e comercialização de produtos da região, como também pelas possibilidades vislumbradas de crescimento pela chegada da ferrovia e pelo número considerável de estrangeiros que abrigava e que ampliava as relações comerciais dessa cidade com a Europa.<sup>135</sup>

Andrade assegura que no caso das vilas do Recôncavo e da maioria das vilas no período colonial, antes da ação formal de elevação e constituição do termo, uma ou mais freguesias já possuíam bases estabelecidas. Já as construções religiosas, além da suntuosidade que as marcava, também ocupavam sítios estratégicos na formação urbana. Ele lembra que normalmente em cumeadas ou em áreas pouco mais afastadas do núcleo de povoamento, com seus largos adros que as “protegiam” da ocupação futura.<sup>136</sup> É dentro dessa lógica espacial que surgiram as primeiras vilas do Brasil e do Recôncavo baiano no período colonial.

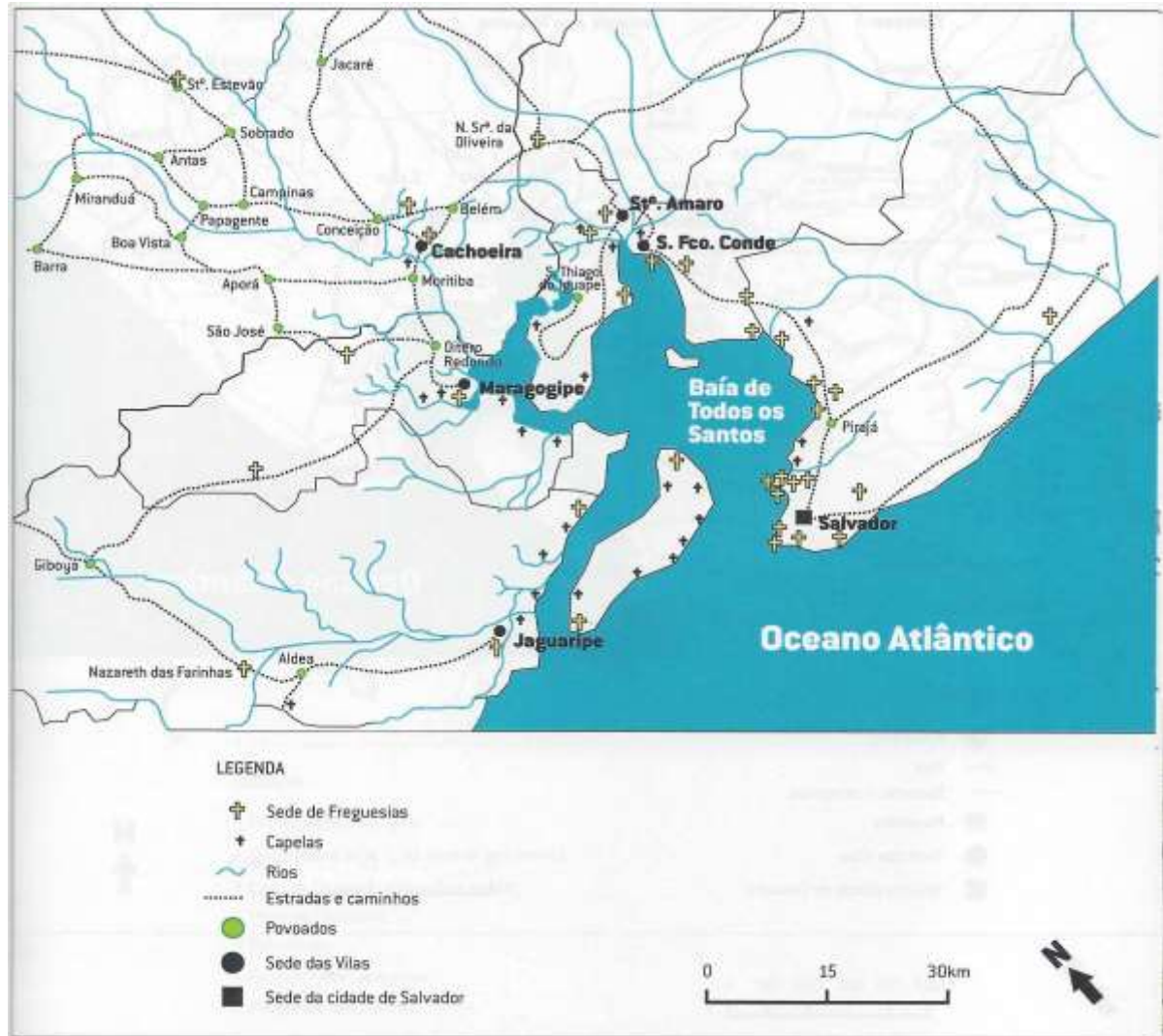
---

<sup>134</sup> ALVES. *Op. Cit.* Pg.47. Sobre escravidão e trabalho escravo em Santo Antônio de Jesus ver: Costa, Alex Andrade. Arranjos de Sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Baía (1850-1888). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Local e Regional – UNEB – Santo Antônio de Jesus-Bahia. 2009. OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. Recôncavo Sul: terras, homens, economia e poder no século XIX. Salvador-Bahia, Editora UNEB, 2003.

<sup>135</sup> PASSOS, Ana Lúcia Santos dos. **Santo Antônio de Jesus numa perspectiva geográfica: Memórias e Paisagens.** Salvador-Bahia. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia – IGEO-UFBA (Universidade Federal da Bahia). 2010.

<sup>136</sup> ANDRADE. *Op. Cit.* Pg.43.

**Figura 05 – Freguesias e capelas no recôncavo baiano setecentista**



FONTE: ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial.** Salvador-Bahia: EDUFBA, 2013. Pg.263.

O mapa acima ilustra as vilas do Recôncavo baiano e suas freguesias. Ele é importante para a visualização da localização das mesmas e percebermos a existência de uma bacia hidrográfica que cortava e margeava toda a região e que era importante para o uso do transporte marítimo que colocava essas localidades em conexão, inclusive com Salvador capital da Bahia. Nesse sentido observa-se também no mapa, que a vila de Jaguaripe se encontra um pouco mais afastada das demais vilas. Essa pode ser uma questão relevante para se pensar numa região de subsistência que possuía uma certa autonomia. Nazaré das Farinhas e, conseqüentemente, Santo Antônio de Jesus, faziam parte da Vila de Jaguaripe nesse período.

A vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira foi fundada no final do século XVII e a origem do seu povoamento se deu a partir de um engenho construído por um mameluco, Rodrigo Martins, por sua conta e pela de Luiz de Britto e Almeida. A vila erguida distanciava-se 14 léguas da capital e tinha, além do rio Paraguaçu e da Cachoeira, três outros componentes fisiográficos decisivos à sua distribuição urbana e às funções que iria assumir posteriormente. Segundo Andrade,

Primeiro, estava em um vale encaixado, cercado pela serra de Muritiba e pelos montes Capueiruçu, pontos finais de chegada dos tropeiros antes de adentrar à vila na parte baixa do vale; segundo, descendo da margem esquerda, dois pequenos afluentes do Paraguaçu, os rios Pitanga e Caquende, durante todo o século XVIII, praticamente limitavam a oeste e leste, respectivamente, o espaço urbano em expansão; terceiro, a disposição geomorfológica e pedológica do seu entorno possibilitou encontrar, nas terras mais baixas, o solo massapê utilizado para sustentar a lavoura canavieira e, nos tabuleiros, em solos mais ressequidos, a condição para a plantação dos campos de tabaco.<sup>137</sup>

O segundo núcleo era a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, principal concentração urbana da região. A terceira ocupação, do outro lado do rio, era o Porto de São Félix, na freguesia de São Pedro do Monte. Segundo Andrade, apresentava uma continuidade funcional junto ao porto de Cachoeira e a ele vinculado até a sua emancipação apenas após a independência no século XIX.<sup>138</sup> O quarto povoamento estava no alto da serra, na sede da freguesia de São Pedro de Muritiba. Primeiro pouso do caminho terrestre de quem partia e último de quem chegava ao rio navegável, vindo dos caminhos do sul e oeste, os caminhos para as minas que acompanhavam longo percurso da margem direita do rio Paraguaçu.<sup>139</sup>

Além dessas quatro povoações, havia ainda, no entorno de cachoeira, uma série de outras freguesias, engenhos e pousos ocupando passos de, normalmente, um dia de caminhada das tropas de burros. Do outro lado, no trecho navegável do Paraguaçu, na sua direção leste, surgiu outro nível de integração, com povoados costeiros ao rio, dentre os quais se destacam a Vila de São Bartolomeu de Maragogipe e a sede da freguesia de São Thiago do Iguape, junto ao lagamar.

---

<sup>137</sup> Idem. Pg.114.

<sup>138</sup> Idem. Pg.116.

<sup>139</sup> Idem. Ibidem.

Andrade revela que a vila de Maragogipe centraliza outra sub-região no lagamar do Iguape, a meio caminho entre a vila de Cachoeira e a Barra do rio Paraguaçu.<sup>140</sup> Em documentação não datada e nem assinada do período colonial do século XVIII, encontrada nos arquivos do Conselho Ultramarino, consta que a localização da sede da freguesia e vila de São Bartolomeu de Maragogipe com distância das principais referências do entorno – II léguas de distância da capital da Baía, três de Cachoeira, sete de Jaguaripe e três da barra do Paraguaçu – tornou-se freguesia em 1676<sup>141</sup> e foi desmembrada da de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe em 1680. Andrade assegura que “segundo a fragmentação territorial religiosa, também foi desmembrada a vila de Maragogipe da de Jaguaripe em 22 de fevereiro de 1724”.<sup>142</sup>

Maragogipe foi erguida ainda como donataria dos herdeiros de D. Álvaro da Costa, foi reempossada pela jurisdição real, no ano de 1733. Andrade afirma que essa vila era reconhecida, segundo os documentos coloniais da época (AHU, Doc. 2700, 1725), como “Cabeça da capitania do Paraguaçu”. O autor diz também que esse documento indica que os limites territoriais da freguesia era com a de Madre de Deus de Pirajuhia, Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, São Felipe, Nossa Senhora do Desterro do Oiteiro Redondo, São Thiago do Iguape e São Domingos da Saubara, núcleos de povoamento do entorno da vila, nos quais havia circulação de fluxos diversos. O documento ainda faz referência à existência de vários portos na vila utilizados para “a comunicação e comercio com a Bahya, e mais povoações do seu Recôncavo”.<sup>143</sup> Essa dinâmica permitia vários tipos de contatos entre as pessoas e o desenrolar de múltiplas relações sociais. Advirto o leitor que essa é uma questão que nos interessa nessa abordagem.

Pensando nesses contatos, para Andrade, dois merecem destaque: o primeiro trata da circulação para as festas onde, conforme o documento transcreve, havia a existência de “huma muy dilatada praça para os festejos, que costumão, de cavalo e teatros de comedias”, além das diversas referências a festas religiosas em quaresmas e procissões no dia do orago; o segundo diz respeito às trocas de mercadorias: diversas atividades estavam relacionadas aos moradores da vila e seu termo, tais quais: fazendas de gado, pesca, piaçabas, madeiras, lenhas, coquinhos, lavoura de mandiocas, tabacos, dendês, alambique de águas ardentes, comércio de farinhas e roça de legumes. O autor ainda assegura que parte dessas atividades tinha seu fim

---

<sup>140</sup> Idem. Pg.117.

<sup>141</sup> Oliveira. *Op. Cit.* Pg.60.

<sup>142</sup> ANDRADE. *Op. Cit.* Pg.117.

<sup>143</sup> Idem. Pgs.117 e 118.



diretamente ligado à demanda de Salvador, entretanto não se pode descartar a porção que ficava no comércio local, alimentando as feiras livres que aconteciam, no século XIX, semanalmente, na rua nova do comércio, junto ao cais, nas sextas-feiras, sábados e segundas-feiras.<sup>144</sup>

A freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira se desmembrou da de São Thiago do Iguape, e na criação da vila foi priorizada a localização estratégica de Cachoeira como sede da vila e o Iguape como parte do seu termo. Das atividades de Maragogipe, segundo Andrade, as mais referenciadas são a extração de madeira e, principalmente, a lavoura mandiocueira que era fundamental para a subsistência da capital e da região e tinha nas terras do Sul do Recôncavo o seu espaço de produção mais abundante.<sup>145</sup> Santo Antônio de Jesus estava inserida nesse contexto.

Outra vila importante nesse processo de organização e divisão espacial na Bahia colonial foi a vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, considerada a mais velha das criadas no Recôncavo Baiano, vila a qual as terras de Santo Antônio de Jesus fazia parte nesse período. Localizada ao sul da região que faz o contorno da Baía de Todos os Santos, a duas léguas da desembocadura do rio Jaguaripe, a freguesia foi criada pelo bispo D. Constantino Barradas, em 1613, e a vila instalada no final do mesmo século, em 1697.

Andrade chama atenção para uma questão importante quando afirma que “a posição da vila de Jaguaripe propiciava um contato direto com outras vilas mais ao sul, como Valença, Cairú e Camamu, vinculadas à Capitania de Ilhéus, mas com função produtiva similar ao da região de Jaguaripe: mandioca e madeira”.<sup>146</sup> A principal forma de acesso à vila de Jaguaripe e seu entorno era pelo sistema fluviomarítimo. A sua articulação terrestre com as demais vilas do Recôncavo se dava através de um longo contorno interior, passando pela sede da freguesia de Nazaré das Farinhas.

Andrade ainda informa que, no final do século XVIII, João de Costa Carneiro de Oliveira, juiz de fora da vila de Jaguaripe, escreve para Dom Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de estado dos domínios ultramarinos, relatando suas impressões sobre a dita vila e a povoação de Nazaré (AHU, Doc. 19754, 1799). Nesse documento algumas pistas são relevantes para a compreensão da estruturação dessa sub-região ao sul do Recôncavo Baiano ao final dos setecentos.

---

<sup>144</sup> Idem. Ibidem.

<sup>145</sup> Idem. Pg.119.

<sup>146</sup> Idem. Ibidem.

O mesmo autor diz que o documento apesar de tratar da suntuosidade do edifício da Casa da Câmara e da Matriz, já registrava a carência de reformas e o próprio juiz de fora constata que a vila sofria com a “falta de commercio”, visto que havia uma concentração da venda de peixes, farinhas e legumes nos povoados de Aldeia e Nazaré, a montante do mesmo rio. Sobre Nazaré ele destaca:

(...) he a principal povoação do termo onde há grande negocio, por descerem a ella todas as semanas 1.500 cavallos e mais, carregados de 4,5,6,7 e às vezes 9 mil alqueires de farinhas, que se conduzem para a cidade da Bahia, e se depositão nos celeiros públicos, para subsistência do povo d’ella. Por este motivo há na dita povoação muitas lojas de fazendas, ferragens e molhados, onde se fazem e proveem os conductores das mesmas farinhas, vendendo-as bem como os mais gêneros, que trazem, quaes sejam algum milho, bastantes viveres, bandas de capados, mortos e grande copia de rapaduras, que fazem do melaço, nas muitas engenhocas {ainda que} fique Nazaré no acabamento do rio, por essa razão forão para ahi concorrendo os conductores d’ellas e se coalizou essa grande povoação, que hoje existe. (AHU, Doc. 19754, 1799)<sup>147</sup>

Andrade afirma que esse é um dos registros sobre a especialização produtiva da região, em relação à farinha de mandioca e ao volume de mercadorias que circulavam, via Jaguaripe para a cidade de Salvador e seu Recôncavo, além da informação sobre produtos que permanecem para as trocas na região. Ele ainda lembra que Francisco Vicente Vianna (1893, p.517) escreveu ao final do século XIX, que na vila de Jaguaripe “não há hoje mais a feira concorrida que antigamente havia”.<sup>148</sup>

O Juíz de fora da vila de Jaguaripe da época, João da Costa Carneiro, já especulava que uma das causas da decadência da lavoura mandiocqueira estava no esgotamento das terras pelo desmatamento e na substituição da mandioca pela plantação de cana-de-açúcar, contabilizando sete engenhos reais e 30 engenhocas na vila de Jaguaripe e seu termo ao final do século XVIII.<sup>149</sup>

O povoado de Nazaré, considerado o principal núcleo produtor de farinha da região, localizado no último trecho navegável do rio Jaguaripe, teve povoamento iniciado no século XVI, mas só em meados do século XVII passou a ser sede de freguesia. O seu desmembramento de Jaguaripe e elevação à vila só aconteceu no século XIX, em 1831.

---

<sup>147</sup> Idem. Pg.120.

<sup>148</sup> Idem. Ibidem.

<sup>149</sup> Idem. Pg.121.

O historiador Henrique Dias Tavares, que atentou para o processo de formação do Recôncavo da Bahia, também observou o descompasso entre a centralidade econômica e o desenvolvimento político territorial. Ele afirma que “Nazaré das Farinhas desenvolveu-se mais rapidamente que Jaguaripe por ser o porto fluvial dos produtos da lavoura de subsistência de suas terras e das terras acima do rio Jaguaripe (rios da Dona e Jequiriçá)”.<sup>150</sup>

As terras que atualmente compõem a cidade de Santo Antônio de Jesus até o ano de 1852 estavam ligadas eclesiasticamente ao município de Nazaré das Farinhas, quando a capela foi elevada à categoria de freguesia. Tornou-se vila em 1880, tendo a sua câmara instalada em 04 de março de 1883, e em 1991 foi elevada judicialmente à categoria de cidade.

**Figura 06 – Recôncavo Sul atualidade [governo da Bahia]**



FONTE: Disponível em: <[http://www.portalprodeb.ba.gov.br/prodeb2/redegov/mapa\\_redegov12.asp](http://www.portalprodeb.ba.gov.br/prodeb2/redegov/mapa_redegov12.asp)>. Acesso em: 30 Abr. 2015.

Santo Antônio de Jesus limita-se ao norte com os municípios de Conceição do Almeida e Dom Macedo Costa; ao sul, com Laje, São Miguel das Matas e Aratuípe; a leste com Muniz Ferreira e São Felipe; e a oeste com Varzedo. Conforme pode-se observar no mapa acima.

<sup>150</sup> TAVARES. *Op. Cit.* Pg.157.

Localizada na região do Recôncavo Sul da Bahia, esse município teve seu povoamento estimulado a partir do plantio e cultivo de produtos agrícolas como: mandioca, café, fumo, laranja, banana, jaca e outros gêneros alimentícios e atividades agropecuárias desenvolvidas ao longo de sua história que remete aos séculos XVII e XVIII quando os primeiros arruamentos começaram a se instalar próximo à praça Padre Mateus.<sup>151</sup> Essas atividades tinha como principal objetivo a produção de alimentos para abastecer a população local, da região e as cidades canavieiras, atender à demanda dos homens que se deslocavam para colonizar o sertão e, também à população de Salvador, capital do estado.

Esse município pertence à bacia hidrográfica do Rio Jaguaripe e seus principais rios são o Jequitibá, o Sururu, o da Dona, o Preto, o Jequiriçá e Mutum, alguns como este último não existe mais porque perdeu lugar para o desenvolvimento da cidade e em seu lugar fora construído estrada de rodagem. Segundo Oliveira, as atividades agrícolas durante muito tempo se constituíram na principal atividade econômica da região, sendo favorecida pela fertilidade do solo.<sup>152</sup> A autora ainda chama a atenção para o clima ameno que é um atrativo para aqueles interessados em fixar residência na região, não havendo registros de enchentes ou secas. A cidade constitui-se em uma área de atração populacional e segundo ela, seria por causa do clima, que essa localidade registrava dentre os seus moradores 300 estrangeiros no século XIX.

Durante o século XIX na região de Santo Antônio de Jesus foi desenvolvida a agricultura para exportação e, ao mesmo tempo para a subsistência, com o predomínio desta última. Essa era uma região produtora de fumo, mandioca, açúcar e diversos gêneros alimentícios e onde predominaram nesse período pequenas e médias propriedades rurais coexistindo com grandes latifúndios em menor escala que empregavam a mão de obra escrava na produção.<sup>153</sup>

Um fator que merece destaque quando se trata de falar de Santo Antônio de Jesus, é a sua proximidade com Salvador, capital do estado. No século XIX até as primeiras décadas do século XX, essa proximidade era viabilizada pelo antigo porto de Nazaré e depois, as diversas estradas que integram o município de Santo Antônio de Jesus à capital da Bahia e demais

---

<sup>151</sup> SANTOS, Miguel Cerqueira dos. *Op. Cit.* Pgs.29-37.

<sup>152</sup> OLIVEIRA. *Op. Cit.* Pg.64.

<sup>153</sup> Idem. Pg.74.

localidades. Esse fator facilitou o desenvolvimento das relações comerciais permitindo a colocação dos produtos da região no mercado regional e no mercado da capital.<sup>154</sup>

Oliveira ainda nos lembra que o porto de Salvador era constantemente abastecido por produtos que chegavam pela via marítima e fluvial, fazendo com que os portos das vilas do Recôncavo também fossem bastante movimentados. Ela ressalta que à medida que o desenvolvimento econômico do Recôncavo tornava-se maior, penetrou-se mais para o interior e as vias terrestres fizeram-se necessárias. Inicialmente, os caminhos são dos pedestres, dos carros de boi, das carroças, dos cavalos, dos tropeiros, os principais responsáveis pela condução das mercadorias.<sup>155</sup>

A partir da segunda metade do século XIX a sociedade brasileira e baiana vivencia a chegada da modernização em vários aspectos. Dentre eles pode-se destacar a modernização nos meios de transportes, cujo maior significado está na introdução das ferrovias que irão levar uma nova dinâmica para a configuração social e comercial da região do Recôncavo da Bahia. Com viagens mais rápidas e rentáveis, capacidade de transportar mercadorias em quantidade bastante superior aos dos antigos meios de transportes, símbolo do novo e do progresso, a partir de 1871<sup>156</sup> o trem tornava-se a mola propulsora responsável pelo deslocamento de pessoas e produtos na província da Bahia. Segundo Milton Santos, “a era ferroviária, iniciada na segunda metade do século XIX, iria ter uma importância decisiva no processo de elaboração urbana no Recôncavo”.<sup>157</sup>

Várias estradas de ferro foram construídas na Bahia, mas aqui interessa-nos pensar especificamente nos trilhos que foram implantados no Recôncavo como: a Estrada de Ferro Central da Bahia (1868), a Estrada de Ferro de Nazaré (1875), a Estrada de Ferro de Santo Amaro (1880). A Estrada de Ferro de Nazaré percorria os vales do rio Jaguaripe, Taitinga e Mutum, até Santo Antônio de Jesus, seguindo para São Miguel, Amargosa e, em 1906 já alcançava Jequié.

Lindinalva Simões foi a pioneira nos estudos mais específicos sobre estradas de ferro na Bahia, sobretudo no Recôncavo. A autora chama atenção para o tráfego da Estrada de Ferro de Nazaré que era movimentado por três safras de produtos que contribuíam para a riqueza da província baiana por causa do vetor da exportação: café, fumo e açúcar. Mas

<sup>154</sup> Idem. Pg.64.

<sup>155</sup> Idem. Pg.66.

<sup>156</sup> SANTANA. *Op. Cit.* Pg.41. Segundo esse autor, no ano de 1871 a Trans Road Nazaré passou a compor a dinâmica urbana, momento em que ratificou a primazia nazarena em relação a Jaguaripe.

<sup>157</sup> SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. *In:* Brandão, Maria de Azevedo: **Recôncavo da Bahia:** sociedade e economia em transição. Salvador: UFBA, 1998. Pg.76.

também cereais, madeiras e minério de manganês somavam-se à lista dos produtos que eram comercializados.<sup>158</sup> Sobre a importância da estrada ferro de Nazaré, Santos, afirma que ela constitui-se também, com a vocação de carrear a produção do baixo e do alto sudoeste, para onde, depois, se dirigiu. Assim, não seria o exutório apenas da farinha de Nazaré e adjacências, mas também do café e de outras produções, como, posteriormente, do cacau. A existência de uma estrada de ferro veio favorecer de maneira sensível os portos a que respectivamente serviam, especializando-os ainda mais.<sup>159</sup> Vale ressaltar que a farinha de mandioca era um dos principais itens do comércio, sua exportação trazia dividendos e lucros para os comerciantes, era o alimento básico e primordial na dieta alimentar da maioria das populações da região do Recôncavo da Bahia.

A concepção sobre a variedade de produtos que eram transportados pela ferrovia de Nazaré, acima abordados pelos autores só confirma a especialização produtiva dessa região, muito baseada numa cultura que se destinou a uma variada atividade econômica, a plantar e cultivar vários produtos, sobretudo os de subsistência. Essa era uma idiosincrasia dessa região que demarcava sua especificidade e singularidade quando confrontadas com outras realidades a exemplo de cidades como Cachoeira e Santo Amaro. Esta última, nesse período, tornou-se praticamente um porto exclusivo da zona canavieira, perdendo espaço na dinâmica comercial para cidades como Cachoeira e Nazaré. Com a extensão da estrada de ferro de Cachoeira até a cidade de Feira de Santana, aquela alcançou um grande raio de influência, confirmando a sua importância econômica e comercial que já desfrutava antes da ferrovia. Cachoeira era a “principal sede de partida e chegada do maior tráfego comercial da província da Bahia”.<sup>160</sup>

Santos ressalta que a Estrada de ferro de Nazaré favoreceu certos núcleos do interior, mas sobretudo, Santo Antônio de Jesus que se encontra numa zona limítrofe entre os tabuleiros fumageiros e a encosta do planalto. Essa cidade beneficiava-se também pela proximidade física do porto de Nazaré. Oliveira diz que a Trans Road Nazaré partia dessa cidade e percorria sete léguas até a cidade de Santo Antônio de Jesus, fazendo o trajeto de uma hora e cinquenta minutos, saindo regularmente às 7 horas de Nazaré e voltando de Santo Antônio de Jesus às 11 horas da manhã.<sup>161</sup>

---

<sup>158</sup> SIMÕES, Lindinalva. As estradas de ferro do Recôncavo. Salvador-Bahia. Dissertação Mestrado Programa de Pós-Graduação História UFBA. 1970. Pg.101.

<sup>159</sup> SANTOS. *Op. Cit.* Pg.77.

<sup>160</sup> SANTOS. *Op. Cit.* Pg.77.

<sup>161</sup> OLIVEIRA. *Op. Cit.* Pg.67.

Não foi só Milton Santos que percebeu o novo dinamismo nas atividades comerciais que a estrada de ferro de Nazaré proporcionou à cidade de Santo Antônio de Jesus nas últimas décadas do século XIX. Isaías Alves, um dos maiores memorialistas da cidade e da região do Recôncavo Sul, um observador astuto, também acentuou a vantagem desse município e seu crescimento após a chegada da ferrovia.

A estrada de Ferro de Nazaré, que se fez aqui, afinal, por vários anos, tornou a Capela do Padre Mateus o ponto de convergência das tropas das matas e do alto Sertão de Baixo. Viajantes de toda parte descarregavam e recebiam mercadorias. O comércio, em novo surto, alargou-se e engrandeceu a povoação.<sup>162</sup>

É preciso ressaltar também que a chegada do trem não alterou apenas a dinâmica comercial do município, outras realidades sociais também foram modificadas com o advento dessa nova invenção tecnológica que revolucionou o sistema de transportes no Brasil e em todo o mundo naquele período. Ainda é Alves que expressa as benesses sociais que a ferrovia causava na vida de várias pessoas:

Lembra-me o grande cientista Pirajá da Silva que, jovem estudante, vinha a cavalo com seu pai, Dr. Eduardo Augusto da Silva, da fazenda, perto da fronteira da freguesia de Santo Antônio, na freguesia de São Miguel das Matas. Ele mesmo nos contou o prazer dos habitantes, que viram poupar as marchas a cavalo a Nazaré. A vinda a Santo Antônio já deixava os animais mais perto da casa do fazendeiro. A inauguração da ferrovia trouxe para Capela alguns negociantes de Nazaré (...).<sup>163</sup>

A narrativa acima descreve um pouco da dinâmica do Recôncavo Sul da Bahia no século XIX, quando revela como pessoas de outras cidades que compõem essa região, participavam da vida ativa de cidades consideradas núcleos comerciais importantes como é o caso de Nazaré das Farinhas ou centros comerciais promissores e já em desenvolvimento como é o caso de Santo Antônio de Jesus. Com certeza, o trem também foi um dos fatores que fomentou alguns negociantes de Nazaré a vislumbrarem expansão de suas atividades comerciais, instalando casas de comércio naquela cidade. Outro aspecto da narrativa que merece atenção é que a ferrovia encurtou tempo de deslocamento e percurso das pessoas que

---

<sup>162</sup> ALVES. *Op. Cit.* Pg.248.

<sup>163</sup> Idem. *Ibidem.*

transitavam de um lugar para outro, além de poupar-lhes esforços físicos com as longas marchas e caminhadas que faziam sobre os lombos de animais no momento que lhes faltava a possibilidade de uso da ferrovia quando essa ainda não existia.

A estrada de ferro de Nazaré favoreceu o crescimento do comércio em Santo Antônio de Jesus e gradativamente foi contribuindo com a construção de uma posição privilegiada deste município na região. Tudo leva a crê que nas últimas décadas do século XIX, o comércio local nazareno, até então o principal concorrente do comércio de Santo Antônio de Jesus, era pequeno e a feira-livre dessa cidade era quem dava um vigor para esse setor. Sobre o comércio de Nazaré das Farinhas no século XIX, o viajante e cronista Durval Vieira de Aguiar declarou:

(...) o comércio local é pequeno, porém animado pela feira que ali se faz nas sextas e sábados quando se expõem ao mercado, além dos cereais, aguardente, tabaco em pó, raspaduras, etc., etc., muita farinha que é o mais avultado produto de exportação, no que faz excelente negócios, bem como o café e fumo recebidos das matas de Areia, Amargosa, Laje e Santo Antônio de Jesus, para o que há na freguesia diversos depósitos.<sup>164</sup>

Comparando-se a feira de Nazaré das Farinhas com a de Santo Antônio de Jesus, alguns autores e cronistas observaram que no final do século XIX a feira-livre dessa última já dava os primeiros passos a sobrepujar a de Nazaré. Em Santo Antônio de Jesus a feira atraía feirantes, fregueses locais, de arraiais, povoados e cidades vizinhas, além de comerciantes. Em 1881 um jornal da época chamado O Regenerador, comparou essas duas feiras dizendo:

Tem sido insignificantes as feiras nesta cidade. Em Santo Antônio de Jesus continuam animadas e no Onha também tem havido algum movimento. A nova safra de café é abundante, os preços deste producto de nossa lavoura continuam baixos, e bem assim o do assucar que na capital não tem tido procura. A safra do fumo velho está acabada, espera-se a do novo.<sup>165</sup>

Essas declarações não podem passar despercebidas, já que, indicam o “nascido” da feira livre de Santo Antônio de Jesus e o quanto essas feiras livres eram uma peça

<sup>164</sup> AGUIAR. Durval Vieira de. **Descrições Práticas da Província da Bahia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Cátedra. Brasília: INL, 1979. Pg.242.

<sup>165</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. **Secção microfilmagem, jornais diversos: O Regenerador**. N. 30. Ano XXI. 20 de Agosto de 1881.



fundamental do comércio nas referidas cidades, muito da dinâmica e do vigor nas relações comerciais estão associados a elas. Segundo Ellen Melo dos Santos Ribeiro, As feiras de Nazaré, que existiam desde o século XVIII, eram realizadas aos sábados, sendo vendidos cerca de 10 a 12.000 alqueires de farinha. Os jornais de Nazaré e da Província informavam constantemente os preços e traziam comentários sobre os negócios da farinha e dos demais produtos cultivados na região.<sup>166</sup> Mas, no século seguinte essa realidade iria se transformar. Oliveira afirma:

Já na década de 70 do século XIX, Santo Antônio de Jesus e Maragogipe tornaram-se os mais importantes centros de comercialização, dispondo de amplos mercados, de onde escoava a produção de farinha para abastecer Salvador por saveiro e rodagem. Santo Antônio de Jesus atraiu a produção dos municípios vizinhos e, em meados do século XX, sobrepujou o movimento comercial de Nazaré.<sup>167</sup>

O processo histórico da cidade de Santo Antônio de Jesus mostra que a sua formação social está associado ao desenvolvimento das atividades comerciais que foram acontecendo gradativamente, sobretudo, ligado umbilicalmente com a feira livre dessa cidade. No início do século XIX o comércio desse município era inexpressivo se comparado aos grandes núcleos da região – Cachoeira e Nazaré –. No decorrer, o comércio foi iniciando um fôlego em consonância com as mudanças que foram ocorrendo, principalmente nos meios de transportes, e nas últimas décadas do referido século o município de Santo Antônio começou a despontar como um centro promissor das atividades comerciais. Mas, mesmo assim, até as primeiras décadas do século XX, essa cidade ainda não era o grande empório comercial da região do Recôncavo da Bahia. Essa posição gestada a partir da década de 50 do referido século é consolidada nos anos 1970.

O Recôncavo da Bahia é uma região complexa, una e plural e muito diversa no que diz respeito à cultura, a história e as relações sociais que foram/são construídas ao longo do tempo. Existem várias concepções e definições de Recôncavo que foram elaboradas por diversos estudiosos das ciências sociais. Cada um deles, de acordo com seus propósitos,

---

<sup>166</sup> RIBEIRO, Ellen Mello dos Santos. **Abastecimento de Farinha da cidade de Salvador:** aspectos históricos. Salvador-Bahia. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação História UFBA. Salvador, 1982. Pgs.17-18.

<sup>167</sup> OLIVEIRA. *Op. Cit.* Pg.70.

definiram o Recôncavo baiano a partir dos aspectos econômicos, geográficos, culturais, etc.<sup>168</sup> Não acredito ser importante trazer nesse estudo o debate historiográfico sobre região, até porque, os sujeitos que fazem parte dessa pesquisa, não sabem definir o que é Recôncavo, não convivem/conviviam com essa noção de região. As coordenadas geográficas que eles vivenciavam/vivenciam cotidianamente são roça e rua, conforme já sinalizei. Portanto, o que ficou evidente após a minha leitura da literatura que discute a noção e concepção de Recôncavo, é que é comum os estudiosos perceberem que a maior singularidade dessa região é a sua diversidade. Assim, Oliveira chama a atenção para o fato de que

O Recôncavo é uma região há um tempo singular e noutra plural; se existem elementos que lhe dão unidade há também aqueles que demonstram a sua diversidade. Difícil perceber a riqueza, a pobreza, os contrastes do Recôncavo sem levar em conta a variedade dos seus aspectos físicos, sócio-econômicos e o seu percurso histórico. O Recôncavo baiano não possui um único sistema produtivo e uma estrutura agrária uniforme. Há no Recôncavo vários sistemas, estruturas e cultivos. A unidade econômica da região não se encontra na presença uniforme e determinante de um sistema de produção, mas pelo maior ou menor grau de relacionamento mantido entre alguns sistemas e alguns cultivos particulares. Torna-se mais coerente encontrar a unidade dentro de cada região e em seus sistemas internos, do que no Recôncavo tomado por inteiro.<sup>169</sup>

Nesse sentido, essa singularidade que apresenta o Recôncavo baiano – sua diversidade – historicamente sofreu transformações. Levando-se em consideração as mudanças que ocorreram na região sem perder de vista algumas peculiaridades, acredito que para meus propósitos foi o geógrafo Miguel Cerqueira dos Santos que melhor definiu a atual configuração desse espaço, apresentando três subdivisões da qual compartilho em função de estar pensando essa região na contemporaneidade, sobretudo entre os anos 1950-70 do século XX.

---

<sup>168</sup> SILVA, Elizabete Rodrigues da. **As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres:** um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano. Tese de doutorado do Programa Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador-Ba.: PPG/NEIM-UFBA, 2011. Pg.42. PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia:** sociedade e economia em transição. Salvador (Ba): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. Pg.103. MATTOSO, Kátia Maria de Queiróz. **Bahia século XIX.** Uma província no império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1992. Pg.51. ANDRADE. *Op. Cit.* Pgs.48-49. SANTOS, Milton. *Op.Cit* 61, 62. FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo. Editora Unicamp, 2006. Pg.23. BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia:** sociedade e economia em transição. Salvador (Ba): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. Pgs.31 e 32. OLIVEIRA. Ana Maria Carvalho. *Op. Cit.* Pgs.47, 50, 56, 57.

<sup>169</sup> Idem. Pg.57.

A primeira refere-se àquela comandada diretamente por Salvador, através da Região Metropolitana, onde a instalação das indústrias e o desenvolvimento do comércio, aliado à disponibilidade de serviços e funções administrativas, propiciaram que essa cidade recebesse em maior volume os instrumentos básicos oriundos das atuais mudanças.

Na segunda subunidade encontra-se o Recôncavo da estagnação socioeconômica. Este dispõe de ritmos e atividades pouco movimentadas, predominando as culturas tradicionais, sobretudo da cana-de-açúcar, desenvolvidas desde o início da colonização. Mesmo com algumas inserções técnicas utilizadas para o cultivo dessa cultura, a exemplo dos tratores, essa porção do Recôncavo baiano não conseguiu alterações significativas. Exceto o intenso contingente de trabalhadores que perderam seus empregos, na substituição pelas máquinas no desenvolvimento dessa atividade, como é o caso de Santo Amaro e Cachoeira. Acrescenta-se a essa realidade de estagnação socioeconômica também, a cidade de Nazaré das Farinhas. Para Passos, O declínio comercial de Nazaré das Farinhas começa no final do século XIX, devido ao desvio de mercadorias do seu porto para o de São Roque, com a extensão da ferrovia (1875), a perda dos impostos gerados (1880), e dos impostos provenientes da Capela (Santo Antônio de Jesus); os comerciantes de Nazaré das Farinhas procuraram estabelecer filiais na Capela.<sup>170</sup>

Na terceira subdivisão, situa-se o Recôncavo sul, que envolve o planalto de Cruz das Almas com suas encostas, tanto a norte quanto ao sul, onde prevalecem as modificações mais intensas, fora da região metropolitana de Salvador. Destaca-se dentre outros aspectos, o forte contraste que está sendo transportado para o terceiro milênio: de um lado, o surgimento de novos centros comerciais como Santo Antônio de Jesus e depois Cruz das Almas, que ingressaram num novo dinamismo e impõe um uso mais intensificado dos equipamentos resultantes da última revolução tecnológica (...). De outro lado, observa-se a permanência e até mesmo a ressurgência de atividades como o cultivo do fumo, agricultura de subsistência e a produção de material de construção.<sup>171</sup>

É esse Recôncavo cujo dinamismo está centrado nas atividades comerciais, industriais e serviços, que tem na cidade de Santo Antônio de Jesus a principal protagonista da região, mais importante centro econômico, da qual “depende” quase todas as cidades do Recôncavo

---

<sup>170</sup> PASSOS. *Op. Cit.* Pg.63. Existia a rua dos nazarenos na cidade de Santo Antônio de Jesus, segundo a autora era um espaço comercial importante e a formação dessa rua parece indicar a definição de territórios concorrentes com o aval da Câmara Municipal que não abria mão dos rendimentos que resultariam dos novos estabelecimentos comerciais. Existiam áreas específicas para o comércio de cada grupo. Os santantonienses ficavam na praça da matriz e os nazarenos numa rua marginal.

<sup>171</sup> SANTOS, Miguel Cerqueira dos. *Op. Cit.* Pgs.20-21.

Sul e que soube aliar o novo com a tradição – produção local, principal centro de estocagem da farinha de mandioca produzida em toda região e outros estados do Brasil e comercialização – o espaço percorrido pelos sujeitos dessa pesquisa. É um Recôncavo do Comércio imbricado com o Recôncavo da Farinha uma possibilidade de pensar a dinâmica que configura essa região na contemporaneidade.

Sendo assim, é mais produtivo para minha investigação histórica pensar essa região como: Recôncavo e recôncavos em sua historicidade. Pensar num movimento dinâmico, ininterrupto de contradições e controvérsias, de múltiplas realidades sociais e modos de vida, desde a sua “origem” até hoje, que constitui por si só uma história. É essa possibilidade de ver e interpretar o Recôncavo “em suas porções” que estabeleci meu recorte – o Recôncavo do comércio e da farinha, o Recôncavo da Subsistência (Recôncavo Sul) – mas especificamente a cidade de Santo Antônio de Jesus, para analisar e interpretar as experiências de homens e mulheres, muitos deles crianças naquela época, que exerceram ou exercem ainda o ofício de feirantes.

Ainda acredito ser pertinente assinalar que a delimitação espacial não se limita aos critérios políticos-administrativos ou geográficos. O Recôncavo onde se desenrolou as histórias dos sujeitos dessa pesquisa, constitui-se em um espaço historicamente vivido e organizado com as experiências de homens e mulheres oriundos do mundo rural, que lutavam pela sobrevivência nas roças de mandioca, milho, feijão, hortaliças, frutas, criavam animais, produziam e comercializavam produtos na feira-livre de Santo Antônio de Jesus e em outras feiras-livres da Bahia. São pessoas que adentraram no mundo das cidades, que conseguiram produzir e reproduzir as condições materiais e subjetivas necessárias à sua sobrevivência. Construíram relações sócio-políticas, econômicas e culturais do seu tempo, dando vida, cor, forma e inteligibilidade ao que considero região, nesse caso, o território que chamamos de Recôncavo Sul ou Recôncavo da Sobrevivência. Agora, torna-se importante refletir sobre as mudanças e transformações que ocorreram nessa espacialidade na segunda metade do século XX, sobretudo entre os anos 1950-70.

### 2.3 Mudanças e transformações na dinâmica regional do recôncavo baiano na segunda metade do século XX

Como já foi visto nesta discussão, a unidade do Recôncavo provinha e provém das relações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocação e atividades diferentes. Segundo Milton Santos, Salvador presidia esse espaço, coordenando as suas funções diretoras. O alargamento dessas relações no espaço permitiu considerar toda essa área como sendo também o Recôncavo, denominação assim que mantinha a mesma, enquanto o conteúdo se alargava.<sup>172</sup>

O século XX viu a capital da Bahia triplicar sua população e os níveis de vida se elevaram. Esses fatores contribuíram para a necessidade de um abastecimento mais volumoso e novas áreas foram incorporadas a essa função. Por exemplo, um dos sujeitos dessa pesquisa, o feirante Augusto Soares da Silva, o Augusto Laranjeira, morador da cidade de Santo Antônio de Jesus, nos anos 50 e 60 do século XX trabalhava na feira-livre de sua cidade e também na feira de Água-de-Meninos na capital baiana.

Augusto Soares da Silva iniciou-se no ofício de feirante como atravessador vendendo aipim, batata-doce, abacaxi, laranja, banana, dentre outras frutas e verduras que ele comprava e levava para vender na feira. Quando decidiu ampliar os seus negócios, ele comprou limão, lima, abacate e grandes quantidades de laranja com João Silva no “Campo do Governo” e se deslocava da cidade de Santo Antônio de Jesus para comercializar na feira de Água de Meninos em Salvador. Augusto Soares colocava suas mercadorias no trem, descarregava no porto, depois as conduzia até o navio que as transportava até a cidade de Salvador quando uma carroça fazia o transporte de seus produtos para o local da feira de Água de Meninos.<sup>173</sup> Ele transportava sua carga no início da semana, vendia e voltava para vender na feira livre de Santo Antônio de Jesus no final de semana e só deixou de trabalhar em Salvador quando a feira de Água de Meninos “foi pelos ares” com o primeiro incêndio que ocorreu numa tarde de sábado, em 5 de setembro de 1964, e o segundo que a deixou em cinzas quatro dias após ter ocorrido o primeiro<sup>174</sup>.

<sup>172</sup> SANTOS, Milton. *Op. Cit.* Pgs.63 e 65.

<sup>173</sup> Depoimento Augusto Soares da Silva. Ex-feirante. Aposentado. Rua Marita Amâncio, Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascido em 1916. Pg.3.

<sup>174</sup> PAIM, Márcia Regina da Silva. Do Sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973). Salvador-BA. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação UFBA. 2005. Pgs.55-57.

Esse fragmento da trajetória de vida desse feirante é um exemplo, como podemos ver, da dinâmica e da demanda que a capital baiana possuía em relação ao abastecimento de sua população, pois a laranja constitui-se em um dos produtos que fazem parte da cultura alimentar das pessoas do Recôncavo e Salvador. É possível perceber o lugar que Santo Antônio de Jesus ocupava como uma porção do Recôncavo que contribuía para o abastecimento de Salvador, capital do Estado, bem como o papel do feirante nesse contexto. Outro aspecto relevante extraído da história de vida de Augusto Soares, é o percurso que esse feirante fazia até chegar e colocar seu produto na feira baiana. Ele usava vários meios de transportes, porém o trem muito contribuiu ao dar uma agilidade em suas viagens.

Uma das transformações que mudaram a história da região do Recôncavo foi o fator de que, ao lado de cidades tradicionais, somaram-se outras mais recentes, cujo papel é de verdadeiro entreposto para os produtos daquelas áreas que se desenvolveram à sombra dos interesses da metrópole. É o caso de Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana e Alagoinhas, conforme observou Milton Santos.<sup>175</sup> A análise do geógrafo é instigante porque nos leva a pensar na formação e na hierarquia dos núcleos urbanos, bem como a evolução no tipo de relações mantidas com a cidade de Salvador.

Pensar nessas questões remete a um passado e leva a compreender a dinâmica das mudanças, sobretudo no que se refere ao sistema de transporte, um dos principais responsáveis pela reorganização do tempo, do espaço e das formas de viver e trabalhar na região. Além das ferrovias, outra revolução estava por vir. A implantação de uma rede de estradas de rodagem passaria a ser co-responsável para a mudança de hierarquia dos núcleos urbanos.

Para Milton Santos, 1940 marca o início de um novo período na história urbana da região do Recôncavo, pois essa data revela grandes mudanças nos aspectos da vida nessa região. É nesse momento que começa uma fase de grandes modificações na hierarquia regional. Ele afirma que vários elementos que contribuíram para essa questão e já estavam presentes desde muito tempo, mas é nessa época que se fazem sentir as suas consequências. São eles: 1 – a superposição de uma rede de estradas de rodagem aos antigos caminhos e ferrovias; 2 – a completção de uma rede de estradas de ferro; 3 – o agravamento da decadência das lavouras do fumo e da cana-de açúcar; e 4 – o crescimento da população da

---

<sup>175</sup> Milton Santos. *Op. Cit.* Pg.65.

cidade de Salvador e a elevação dos seus padrões de vida, exigindo um abastecimento mais numeroso e animando o desenvolvimento de novas regiões produtoras de alimentos.<sup>176</sup>

Nesse contexto, antigos portos do Recôncavo e cidades perderam importância, como é o caso de Santo Amaro, Cachoeira e depois Nazaré das Farinhas. Nenhuma das capitais do Recôncavo escaparia ao golpe que iria lhe desfechar a introdução da rodovia. Era o início da era do caminhão. Santos observa que de um lado, a agricultura comercial, tradicional no Recôncavo, passou a preferir um transporte de porta a porta e cuja rapidez pode oferecer maior margem de lucros. De outro lado, a produção alimentar também exigente de rapidez, se não fosse os caminhões, talvez, tal cultura não pudesse se desenvolver em zonas distantes dos rios e por isso incapazes de utilizar o transporte tradicional, por via d'água.<sup>177</sup>

Para visualizar essa nova realidade que marca a história mais recente do Recôncavo, vale a pena mais uma vez concordar com Milton Santos, quando revela que

Os antigos centros, exceto Nazaré, estavam separados das zonas de produção de alimentos, ou potencialmente capazes de fazê-lo para o consumo da capital, por uma larga mancha de terras tradicionalmente dedicadas à agricultura comercial. Desse modo, não estavam bem colocados para a comercialização dos produtos de boca exigidos por Salvador. Assim, coube a outras localidades desempenhar um papel de entreposto. Nazaré, que já a vinha realizando desde os primeiros séculos e Feira de Santana e Alagoinhas, cuja importância aumentou consideravelmente. As relações de Nazaré com Salvador continuaram a fazer-se por água, enquanto as de Alagoinhas e Feira de Santana por via terrestre, a primeira sobretudo pela estrada de ferro e a segunda pela rodovia.<sup>178</sup>

Nesse jogo de mudanças e transformações nos meios de transportes, as estradas de ferro, a partir de 1940, conforme enfatiza Milton Santos, foram cada vez mais sofrendo a concorrência das rodovias. Arruinadas, incapazes de transportar as mercadorias, por falta de vagões e de cumprir os horários, cederam cada vez mais o “passo” e o espaço para o caminhão. E o Recôncavo passou a olhar mais para dentro, comunicando-se com Salvador sobretudo, por terra.<sup>179</sup>

A introdução das estradas de rodagem muito beneficiou os feirantes no transporte e condução de mercadorias até à feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus. Um dos

---

<sup>176</sup> Idem. Pgs.80 e 81.

<sup>177</sup> Idem. Pg.82.

<sup>178</sup> Idem. Pg.83.

<sup>179</sup> Idem. Pg.85.

momentos da narrativa do senhor Clementino Ferreira dos Santos que foi feirante a mais de 40 anos e atualmente fiscal da feira, ele diz que as estradas:

Melhorou porque o pessoal de trazê a carga, a farinha no carro, de trazê, pega lá a mandioca, de pegá carro, não pega mais animá, vai até dentro das roças pegá farinha. Antigamente não tinha rodagem, não tinha carro, o povo fazia isso tudo na mão. Carregava no panacum\* pra botá em certo lugá e agora abriu estrada em tudo quanto é canto. O carro vai pegá fica bem mais fácil, aumenta mais a produção.<sup>180</sup>

No final da primeira metade do século XX e no decorrer dos anos 50 e 60 do mesmo século, várias mudanças estavam ocorrendo na cidade de Santo Antônio de Jesus, uma delas mexia com a periodicidade da feira livre. Em 28 de setembro de 1948, o prefeito da cidade, Antônio M. Fraga sancionou, no município de Santo Antônio de Jesus, a lei nº 5 que criava outro dia de feira na sede do município. Dentre os artigos que compunha essa lei estavam:

Artigo 1º – Fica criada a partir de 06 de outubro, outra feira na sede municipal.

Artigo 2º – O dia designado para realização da feira a que se refere o artigo supra é a quarta feira.

Parágrafo Único – quando acontecer que seja feriado o dia supra citado, será a feira transferida para o dia imediato, cumprindo ao fiscal geral dar disso aviso aos feirantes, na quarta feira anterior, repetindo no sábado o aviso.

Artigo 3º – O prefeito fará expedir a necessária comunicação aos habitantes da zona rural, bem assim, às prefeituras de Nazaré, São Miguel, Castro Alves e Conceição do Almeida.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.<sup>181</sup>

O documento acima traz pistas para se pensar algumas questões. O crescimento da feira livre no município de Santo Antônio de Jesus, já no final da década de 40, não permitia mais que ela ocorresse apenas uma vez por semana, aos sábados, e a iniciativa do poder público em designar também a quarta feira, como outro dia em que haveria feira no município, significava o aumento de arrecadação para os cofres públicos. A transferência para

<sup>180</sup> Depoimento de Clementino Ferreira dos Santos. Ex-feirante. Lavrador e Fiscal da feira livre. Rua Justiniano Rocha Galvão n. 21, Centro. Santo Antônio de Jesus-BA. Nasceu em 10/11/1948. Entrevista – 14/07/2015. Pg.05.

<sup>181</sup> Jornal O Paládio. Ano 47. 08 de Outubro de 1948. N. 2293 – Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus – APMSAJ.



o dia imediato da semana, caso a quarta feira fosse feriado, elucida a importância dessa atividade comercial na cidade, pois não poderia mais deixar de haver feira duas vezes na semana.

Outro fator importante a se extrair do documento é que essa medida mexia com a dinâmica social da cidade no sentido de que contribuía cada vez mais para o aumento da presença do homem do campo no município e o entrelaçamento destes com os habitantes da urbe. É obvio que esse entrelaçamento não ocorria apenas em dias de feira. Em outras ocasiões como em dias de festas, por exemplo, as pessoas da roça também participavam da vida ativa da cidade. Porém, era nos dias de feiras que se registrava com frequência uma presença mais cativa daqueles sujeitos no município.

Mas talvez uma das questões mais significativa para minha reflexão é o fato que o prefeito da cidade se encarregaria de comunicar ao poder público das cidades de Nazaré das Farinhas, São Miguel, Castro Alves e Conceição do Almeida. Como já vimos anteriormente essas cidades fazem parte da região do Recôncavo Sul da Bahia e tudo indica que suas respectivas populações frequentavam a cidade de Santo Antônio de Jesus naquele período e com certeza a feira livre era um dos seus destinos. Vale ressaltar que a feira livre de Nazaré das Farinhas já sentia a força da feira livre da sua maior concorrente.

Um balanço feito pelo jornal O Paládio, após a realização da primeira feira de quarta feira na cidade, diz que “foi uma medida muito acertada da prefeitura, de mãos dadas com a edilidade”. O Jornalista dizia também que outras cidades tinham suas feiras realizadas em três dias durante a semana, como era o caso de Jequié e Nazaré. Segundo ele, “tanto o lavrador quanto o negociante sentem-se satisfeitos, como as famílias e o povo que encontram viveres com fartura, na semana, mais de uma vez. A primeira feira do meio da semana mostrou que a ideia foi bem aceita por gregos e troianos, já que houve movimento bem regular na praça”.<sup>182</sup>

Ao lembrar o movimento de pessoas de várias localidades que se deslocavam nos anos 50 e 60 do século passado para a feira livre de Santo Antônio de Jesus o senhor Crizóstomo Sampaio revelou:

Quem tinha animal vinha, quem não tinha alugava, quem não tinha vinha de pé. E a gente encontrava aquela fila de gente na estrada, um atrás do outro contando história, até que chegasse na cidade. Aí a cidade foi crescendo,

---

<sup>182</sup> Idem. Ibidem.

crescendo, crescendo, que hoje tá, é quase uma capital Santo Antônio de Jesus. Né?<sup>183</sup>

Além da feira livre, a cidade nesse período possuía outros atrativos que a colocava em destaque seu desenvolvimento na região. Só para termos uma ideia, o município de Santo Antônio de Jesus nos anos 50 e 60 do século XX já possuía uma estação ferroviária, campo de aviação, bancos como a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Econômico, escolas, energia elétrica em alguns bairros da cidade, uma central telefônica, uma bomba de gasolina instalada nas 4 Esquinas, um posto de gasolina próximo à estação ferroviária, lojas que vendiam produtos domésticos, vestuário, sapatos, dentre outros produtos oriundos do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

Possuía também, tipografia, hotéis e pousadas, escola de corte e alta costura, Curso de Teoria Musical e Piano, noitadas literárias, cafés, pastelaria, cine-teatros, vários jornais que circulavam em vários lugares da Bahia e outros estados como o Paládio, duas filarmônicas que faziam várias apresentações na capital e em muitas cidades do interior da Bahia, além de um hospital que já oferecia serviço de Raio-X a moradores da cidade e de regiões circunvizinhas. A disponibilidade dessa tecnologia no setor médico-hospitalar no município evitava o deslocamento de muitos pacientes até a cidade de Salvador para se tratarem. Santo Antônio de Jesus foi um dos primeiros lugares do interior baiano a contar com essa nova invenção tecnológica que muito beneficiou a população local e da região a partir dos anos 50.

Sobre a dinâmica da cidade nesse período, vale ressaltar que é comum nos discursos da imprensa escrita, nos livros de Atas, Leis e Decretos da Câmara Municipal no final dos anos 40 e nas décadas de 50 e 60 do século passado, o uso corrente dos termos urbe, zona urbana, perímetro urbano, cidade urbanizada, zona rural, áreas rurais e campo, por jornalistas, políticos e as camadas mais abastardas quando se referiam à cidade de Santo Antônio de Jesus. Isso me leva a pensar que junto ao desenvolvimento que a cidade já despertava, desenvolvia-se também a busca de um ideal de progresso e civilidade perseguido pelas “elites locais”.

Somada a essas mudanças, no contexto mais geral da região do Recôncavo, Milton Santos lembra ao leitor que a decadência da cultura do fumo que era forte nas cidades de Cachoeira, São Félix e Cruz das Almas, contribuiu para aumentar a população urbana do

---

<sup>183</sup> Depoimento de João Crizóstomo Sampaio. Ex-guarda da feira, ex-trabalhador indústria do fumo, atualmente aposentado. Rua do Calabá nº 726, Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascido em 27/01/1922. Entrevista realizada em 2006. Pg.04.

Recôncavo Fumageiro. Incapaz a zona rural de reter excedentes, um processo migratório teve início nos anos 50 e 60 que teve como destino as maiores cidades da região e em Salvador, sem falar nos que emigraram para o sul do país ou encontraram ocupação nos trabalhos petrolíferos. Segundo ele, as pequenas cidades da zona exercem, porém, nesse processo, o papel de verdadeiros intermediários. Passar pela cidadezinha é uma etapa para o homem rural, antes de prosseguir com destino a outros centros maiores.<sup>184</sup>

Esse processo migratório de homens e mulheres de zonas rurais para as cidades, não se deu apenas no Recôncavo Fumageiro, mas também no Recôncavo Sul. Motivados por várias questões e necessidades do seu tempo, muitos homens e mulheres se envolveram nessa dinâmica social, como é o caso dos feirantes, sujeitos dessa pesquisa. Um bom exemplo é o caso de Josué Pereira, cujo motivo pelo qual decidiu sair do campo e ir para a cidade trabalhar nos anos 50, foi a falta de propriedade da terra e a exploração na condição de trabalhador rural.<sup>185</sup>

Esse aspecto será abordado em outro capítulo. Por hora, ressalto que todo esse movimento migratório reconfigurou as experiências e as relações sociais no Recôncavo e seus recôncavos. Assim a hierarquia na rede urbana e seus núcleos foram modificados.

A partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, nas últimas décadas, a cidade de Santo Antônio de Jesus passou a exercer o papel de maior centro econômico da região do Recôncavo. Miguel Cerqueira, analisando as influências das vias no sistema de transporte no crescimento das atividades comerciais nessa cidade, diz que as mesmas trouxeram significativas modificações. A partir das novas inserções socioeconômicas no território baiano, ocorre a reestruturação do espaço, resultando na sua conformação atual e conseqüentemente, o delineamento de novas funções no contexto da economia baiana. Para ele, Santo Antônio de Jesus é uma cidade que sai de sua condição de produtor rural: cana-de-açúcar, fumo, laranja, dentre outros cultivos praticados no início do século XX e emerge por volta dos anos 70 como centro regional de comercialização e distribuição de bens e serviços.<sup>186</sup>

No que diz respeito à sua importância na porção chamada de Recôncavo Sul, este município exerce uma grande hegemonia local e entre outras regiões, não só pelo desenvolvimento no comércio, na indústria, como também na prestação de um amplo serviço

<sup>184</sup> Milton Santos. *Op Cit.* Pg.86.

<sup>185</sup> Depoimento de Josué Pereira dos Santos. Ex-feirante. Rua Sóter Barros n. 101, Santo Antônio de Jesus-BA. Nascido em 1933. Pg.03.

<sup>186</sup> Miguel Cerqueira Santos. *Op. Cit.* Pg.39.

nas áreas de educação, saúde e demais setores. Esses fatores levaram essa cidade a ser reconhecida como a capital do Recôncavo. É nessa parte desse “laboratório da experiência humana”<sup>187</sup>, lugar de tantas contradições, que se insere mais especificamente o recorte espacial da minha pesquisa, sem perder de vista as suas relações com os outros recôncavos e demais regiões. É um pouco dessa dinâmica ocorrida entre os anos de 1950-1970 do século passado, cujo papel dos feirantes na região é um elemento importante dessa engrenagem, que analiso daqui por diante.

Dessa maneira, A cidade de Santo Antônio de Jesus que, em relação às atividades comerciais era sem expressão dentro da região do Recôncavo baiano no século XIX, cresceu bastante a partir da segunda metade do século XX, e esse fato é importante para se entender as memórias dos trabalhadores da feira livre dessa cidade, como veremos no próximo capítulo, que começa trazer os narradores e suas experiências na vida e no mundo do trabalho.

---

<sup>187</sup> Essa expressão foi cunhada pelo sociólogo L. A. Costa Pinto, quando se refere ao Recôncavo na década de 58 do século XX.

### **3 FEIRA LIVRE E OS SUJEITOS**

Muitas feiras livres e mercados praticamente nasceram umbilicalmente ligados às determinadas cidades. Eles representam muito da dinâmica, da cultura e dos costumes da localidade e também da região. Muito da cultura e dos costumes configuram “experiências em comum” que diversas pessoas vivenciaram/vivenciam na vida cotidiana. Um dos principais sujeitos desse universo são os feirantes que, a priori, se deslocam para as feiras e mercados com a finalidade de comercializarem seus produtos e mercadorias.

Na Bahia existem muitas feiras que são seculares, e a região do Recôncavo baiano não foge à regra. Desde o período colonial até a atualidade, as feiras livres e mercados foram de fundamental importância para o abastecimento das populações locais e regionais, para o povoamento, para as sociabilidades, trabalho, sobrevivência, reprodução da vida material, dentre outras questões que sustentam as relações sociais. Além das experiências em comum, experiências diferenciadas enriquecem esse anfiteatro da vida e da história. Pensar nesse universo implica perceber uma multiplicidade de questões que, associadas ao sabor das conjunturas, dão força e vitalidade à realidade social.

Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é mostrar algumas feiras livres e mercados da região do Recôncavo baiano, alguns produtos que eram comercializados nesses mercados ao ar livre entre os anos 1950-1970, entendendo que as mercadorias e produtos vendidos, além de serem responsáveis pelo abastecimento e consumo, refletiam dimensões da cultura e dos costumes das populações locais e da região.

Em seguida, o objetivo é traçar um perfil social do grupo estudado, ou seja, os feirantes, para saber quem eram/são esses homens e mulheres que adentraram nesse ofício e, por fim, refletir sobre as formas e modos de inserção desses sujeitos nesse mundo do trabalho.

#### **3.1 Feiras e mercadorias: a manutenção da sobrevivência e da vida**

As feiras livres são lugares antigos onde se desenvolvem diversas atividades, principalmente econômicas. Segundo M. C. de Andrade, com o aumento da produção nas cidades da Antiguidade, foram criados centros comerciais com o objetivo de comercializar as

mercadorias excedentes, como na Grécia Clássica. Andrade afirma que, “na antiguidade, Grécia e Roma, as cidades tinham além de caráter político-militar e administrativo, certa importância como centro para onde convergiam os mercadores com os produtos que desejavam vender aos compradores oriundos de outras regiões”.<sup>188</sup> Conforme mostrou o autor, nestas cidades as atividades comerciais eram realizadas em mercados e feiras livres.

Longe de ser uma instituição que se originou no século XX, as feiras ou mercados<sup>189</sup>, sejam na África, na Ásia, ou na Europa, se constituem num acontecimento que vem desde a Antiguidade. Segundo David Harvey, as feiras como “mercado de troca existia desde os tempos remotos e as primeiras cidades foram, entre outras coisas, os locais onde essa atividade estava provavelmente concentrada”.<sup>190</sup>

Geovany Pachelly Galdino Dantas, um estudioso de feiras no Nordeste brasileiro, ressaltou que na América Latina podemos perceber que as feiras e mercados, quanto à sua origem, podem ser reunidos em dois grupos. Um formado pelos países que já possuíam praças de mercado antes da chegada dos colonizadores; e o segundo grupo, no qual o Brasil está incluso, refere-se àquelas onde as feiras e mercados são considerados inovações desconhecidas até então pela população nativa.<sup>191</sup> Luiz Mott, o pioneiro no estudo sobre feiras livres no Brasil, assegura que elas se constituem numa instituição que foi importada daquelas que os colonizadores já conheciam em Portugal.<sup>192</sup> Sendo assim, o nosso modelo de feira livre que foi inicialmente desenvolvido no Brasil se baseou em padrões europeus. Todavia, acredito que não se pode perder de vista que esse modelo se adequou às realidades locais e fora enriquecido com as contribuições da cultura nativa que aqui já existia e dos povos africanos que para o Brasil foram transportados sob o sistema da escravidão. Até porque feiras e mercados são instituições fundamentais na história da África.

---

<sup>188</sup> ANDRADE, M. C. de. Geografia Econômica. São Paulo: Atlas, 1985. Pg.266.

<sup>189</sup> Existe diferenças quanto ao sentido etimológico das duas palavras, mas para meu objetivo, a utilização de ambas terminologias refere-se à mesma instituição que se desenvolveu em todo Brasil, sobretudo no Nordeste, onde feira e mercado tornam-se sinônimos na visão das populações locais. Sobre esse aspecto ver: Mundicarmo Ferretti. Feiras Nordestinas: estudos e problemas. In: Ferretti, Sérgio. Reeducando o olhar: Estudos sobre feiras e mercados. São Luis-MA. Edições UFMA-PROIN-CS. 2000. Pg.36. Virgínia Rau diz que a feira é o centro de grande comércio que atrai os mercadores de países longínquos e corresponde a uma fase mais evoluída, já o mercado tem apenas uma influência local, são destinados a prover de alimentos correntes a população local, daí sua realização semanal. In: RAU, Virgínia. Feiras medievais portuguesas: subsídio para o seu estudo. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

<sup>190</sup> HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1981. Pg.207.

<sup>191</sup> DANTAS, Geovany Pachelly Galdino Dantas. Feiras no Nordeste. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 07, número 13, 2008. Pg.89.

<sup>192</sup> MOTT, Luiz Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande:** um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas/SP, 1975.

No Brasil as feiras livres tiveram grande importância econômica no processo de abastecimento das populações, como também para o povoamento de várias territorialidades. No período colonial, para abastecer as colônias, pequenos pontos comerciais se formaram se transformando em feiras livres, muitas delas eram realizadas perto dos portos marítimos, locais que eram portas de entradas e saídas de produtos. Um bom exemplo dessa realidade era a feira livre do Sete, depois denominada de Água de Meninos – Atualmente chamada de feira de São Joaquim<sup>193</sup> – Na Bahia, cuja localização era à beira do porto marítimo de Salvador.

A coroa portuguesa utilizou como estratégia o desenvolvimento das atividades comerciais para a conquista territorial aqui no Brasil e as feiras eram um desses mecanismos. Estabelecer centros comerciais atraía pessoas e assegurava a conquista do território. Com o processo de formação do Estado brasileiro, as feiras livres continuaram a desempenhar um importante papel e algumas delas ficaram famosas pela sua importância na dinâmica comercial e outras possíveis relações sociais que ali eram estabelecidas e vivenciadas por muitos homens e mulheres. Sobre esse tipo de relação comercial praticado nas feiras livres do Brasil Andrade assegura que,

O comércio local é feito entre a população urbana e rural nos pequenos centros onde os produtos agrícolas são vendidos e onde a população do campo se abastece dos produtos da cidade. Este comércio é feito, quase sempre em feiras semanais, algumas delas famosas como a de campina Grande, na Paraíba e a de Caruaru em Pernambuco.<sup>194</sup>

A primeira referência oficial sobre o estabelecimento de uma feira no Brasil data de 1548 quando no Regimento enviado ao governador Geral, o rei D. João III ordenava “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários”.<sup>195</sup> Para Dantas, essa medida foi tomada para que os nativos pudessem ir vender os seus produtos e comprar aquilo de que necessitavam.<sup>196</sup>

De acordo com Mott, apesar da determinação legal para a criação das feiras, elas não se tornaram logo uma realidade. 40 anos após o envio do primeiro Regimento que autorizava

---

<sup>193</sup> A feira de Água de Meninos foi transferida para a Enseada de São Joaquim, da qual derivou o novo nome da feira, após um incêndio considerado criminoso que ocorreu em dezembro de 1964. Ver PAIM, Márcia Regina da Silva. **Do Sete a São Joaquim:** o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973). Salvador-BA. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação UFBA. 2005.

<sup>194</sup> ANDRADE, *Op. Cit.* Pg.102.

<sup>195</sup> MOTT. *Op. Cit.* Pg.309.

<sup>196</sup> DANTAS. *Op. Cit.* Pg.90.

seu funcionamento, foi enviado outro documento ao governador da Bahia que ordenava que se estabelecessem feiras nas povoações das capitanias “para que os gentios possam vir e vender o que tiverem e comprar o que houverem”.<sup>197</sup> Esse autor ainda ressaltou que, é num relato de um cronista, por volta de 1587, que está possivelmente a primeira referência a uma feira realizada na capital da colônia. Nesse relato o cronista chamava a atenção de que “tudo vêm vender à praça desta cidade: muitos mantimentos, frutas, hortaliças, do que se remedia toda a gente, da cidade”.<sup>198</sup>

É difícil encontrar na literatura pesquisada ou nos documentos um indicativo de quando e onde foi criada a primeira feira livre no Brasil. Todavia, segundo Mott, um dos primeiros comércios realizado ao ar livre que aqui foi criado no período colonial foi provavelmente entre os séculos XVI e XVII, no Nordeste. Foi a feira do Capuame ou Capoame, no norte do Recôncavo Baiano.<sup>199</sup> Essa foi a primeira feira de gado da América Portuguesa, localizada do século XVII até o início do XIX em algum ponto entre os atuais municípios de Camaçari e Dias D’Avila e depois foi transferida para a cidade de Feira de Santana na Bahia no ano de 1830. Segundo Juliana da Silva, uma estudiosa da feira de Capuame,

Esse foi um espaço de relevância na capitania da Bahia Setecentista. Essa feira de gado era responsável pela comercialização de grande parte da produção das fazendas sertanejas dos amplos sertões baianos e era o ponto obrigatório de passagem dos bovinos que alimentavam a população da cidade da Bahia de Todos os Santos, parte dos engenhos pertencentes aos membros da elite colonial e a tripulação das embarcações estacionadas no principal porto do hemisfério sul.<sup>200</sup>

Como podemos observar, na Bahia as feiras livres são tradições que já existem há muito tempo. Num estudo realizado sobre feiras e mercados na região do Recôncavo da Bahia, Charles D’Almeida Santana observou que as feiras livres de comércio varejista, de periodicidade semanal, ganharam uma certa generalização a partir do início do século XX, quando as cidades passaram a adquirir centralidade nas maneiras de viver das pessoas residentes nos povoados, distritos e localidades próximas. Porém, o autor ressalta que o

---

<sup>197</sup> MOTT. *Op. Cit.* Pg.310.

<sup>198</sup> Idem. Pg.312.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento** (Bahia, século XVIII). Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Econômica. USP. São Paulo. 2014. Pg.02.



mercadejar a retalho no Recôncavo Sul, constitui-se numa prática, desde os séculos da colonização. Ele afirma que “seguramente, a compra e venda de escravos, a unidade, foi uma das formas mais comuns desse tipo de comércio”. Eram negócios realizados entre vizinhos ou compadres e, muitas vezes, num complexo conjunto de relações, responsável pela interiorização da mão-de-obra escrava em toda região.<sup>201</sup>

Essa prática de mercadejar a retalho na região perdurou durante o Brasil império e também na República. Ela se expressava em diferentes modalidades e formas de comércio, já que, existem múltiplas possibilidades de venda de produtos, principalmente, os alimentícios, no varejo – homens e mulheres com tabuleiros e balaios sobre a cabeça, nas vendas, nos armazéns, açougues, quitandas, vendedores ambulantes – e outras formas de mercadejar, conforme podemos perceber no relato do senhor Clementino Ferreira quando em sua narrativa trouxe uma de suas primeiras experiências no ramo de negócios vivenciada no início da década de 60 do século passado, na cidade de SAJ, em meio à variadas formas de negociar que ele experimentou ao longo de sua trajetória de vida.

Eu vendia muita verdura oferecendo pelas ruas, né? Botava um cesto em cima, na mão ou na cabeça, e saía oferecendo. Tem gente que comprava tomate, quiabo, chuchu, dia de feira e de semana também. Quando vinha pra rua, vinha trazê, vendia muito caju na corda, vendia caju espendurado na corda, amarrava uma corda assim, fazia fileira, espendurado na corda e vendia pelas portas.<sup>202</sup>

Mas, era nos mercados e feiras livres – lugares privilegiados para compra e venda de produtos no varejo, produtos estes que garantiam à sobrevivência e a reprodução da vida material de homens e mulheres que habitavam a região do Recôncavo baiano, principalmente, as pessoas de áreas rurais – que a prática de mercadejar no varejo encontrava um maior significado e expressão.

As populações rurais no período colonial compravam mercadorias nas feiras periódicas que se organizavam junto aos grandes engenhos e usinas, já que nesse momento elas eram voltadas quase que exclusivamente para a produção do açúcar, da rapadura e do mel

---

<sup>201</sup> SANTANA, Charles D’Almeida. **Dimensão Histórico cultural – cidades do Recôncavo**. Cadernos CAR 26. Salvador-BA.: Governo do Estado da Bahia, 1999. Pg.47.

<sup>202</sup> Depoimento Clementino Ferreira dos Santos. Ex-feirante, Lavrador e Fiscal da feira. Rua Justiniano Rocha Galvão, n. 21, Centro. Santo Antônio Jesus-BA. Nascido em 10/11/1948. Entrevista 14/07/2015. Pg.12.

destinado aos alambiques.<sup>203</sup> Durante o século XIX e até os anos 70 do século XX, quando ainda não havia uma proliferação de supermercados,<sup>204</sup> podemos ainda perceber a força dessa tradição, a partir das experiências de homens e mulheres comprando e negociando seus diversos produtos em feiras e mercados de todo Brasil. Na Bahia, uma das imagens que marcavam a vida cotidiana, era a frequente movimentação de pessoas que chegavam às cidades para comprar e vender produtos de diversas naturezas e procedências nas feiras livres e mercados.

Na região do Recôncavo Sul baiano e também de outras regiões do estado da Bahia, várias feiras livres se tornaram espaços vitais para o desenvolvimento local e da prática de mercadejar. As feiras de Cachoeira, Santo Amaro, Maragogipe, Cruz das Almas, Nazaré das Farinhas, Feira de Santana, Castro Alves, Santo Antônio de Jesus, dentre outras, são bons exemplos dessa dinâmica, apesar de que, apenas algumas delas ganharam importância e destaque.

Os produtos expostos nessas feiras – levando-se em consideração os devidos espaços e temporalidades – muito dizem sobre os hábitos alimentares, as formas de construir e morar, móveis e utensílios domésticos, as vestimentas, as crenças religiosas, as festas, trabalho, produção, costumes e cultura das pessoas da região, de outros contextos históricos e, sobretudo, de sujeitos do mundo rural e urbano, no caso específico desse estudo, pessoas oriundas da roça que experimentaram mercadejar algum tipo de produto na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus e outros municípios entre os anos 50 e 70 do século XX. Sendo assim, alguns produtos que eram comercializados nessas feiras, além de serem de suma importância para a sobrevivência naquela época, eram também “produtos em comum”, encontrados em diversos mercados da região. Um desses produtos era o carvão.

No Recôncavo baiano, no final dos anos 70 e início da década de 80, o carvão era um produto importante porque era utilizado nos “fogões à lenha” para o cozimento dos alimentos, porque o fogão a gás ou elétrico ainda não era uma realidade<sup>205</sup>. Assim, o carvão era uma das

---

<sup>203</sup> Idem. *Ibidem*. Pg.48.

<sup>204</sup> Segundo Gilmar Mascarenhas de Jesus, o primeiro supermercado brasileiro surge em São Paulo no ano de 1953. Já no Rio de Janeiro só surge o primeiro supermercado em 1961. Ele afirma que é a partir do início dos anos 70 do século XX que começa a ampliação desse ramo de negócios no Brasil que se consolida nas décadas de 80 do mesmo século. Ver: JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência** – Rio de Janeiro (1964-1989). Programa de Pós-Graduação em Geografia UFRJ-Rio de Janeiro, 1991. Pgs.128-131.

<sup>205</sup> Sobre os novos padrões de consumo incorporados pela sociedade brasileira entre os anos 1950-80 e as mudanças sociais, ver o interessante artigo: Capitalismo tardio e sociabilidade moderna de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais. *In: História da Vida Privada no Brasil 4 – Contraste da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pgs.559-658.

mercadorias bastante comercializadas nas feiras da região. A feira livre da cidade de Nazaré das Farinhas foi o lugar onde o senhor Esmeraldo Nunes iniciou-se no ofício de feirante no início dos anos 50 do século XX, tendo o carvão como um dos primeiros produtos que ele comercializou. Segundo ele, quando os irmãos deixaram de morar com seus pais,

Aí chegou o momento que eu fiquei sozinho dentro de casa, eu e meus pais e minha mãe. Ai eu comecei a trabalhar pra me manter, eu, meu pai e minha mãe. Nessa época eu trabalhava na roça, sozinho e Deus, chegou um tempo que eu fazia carga, era carga de que? Carga de carvão pra levar pra Nazaré. Eu viajava 6 léguas de a pé, tangendo o animal de carga, saía lá da roça 12 horas de noite e chegava em Nazaré 6, 7, horas da manhã. Viajando, tangendo o animal com a carga de carvão e viajando de pé.<sup>206</sup>

De acordo com as vozes das fontes dessa pesquisa, o carvão de fato, era uma mercadoria importante para os lares das pessoas que habitavam a região do Recôncavo da Bahia, se constituindo como um produto bastante comercializado e de grande relevo nas feiras baianas, porque era algo indispensável para as cozinhas dos lares de muitas pessoas que utilizavam o fogão à lenha para o cozimento dos alimentos e viviam no “tempo do carvão”. Antônio Virgílio, ao relembrar a variedade, quantidade e volume de produtos que eram expostos na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus entre os anos 50 e 70 do século passado disse que,

Você sabe onde é o ponto de ônibus hoje né? Sabe o que era aquilo ali? Feira de madeira e de carvão. O povo trazia os cabe, as meia dúzia no jegue, trazia assim, madeira lavrada, naquele tempo não era cerrada. Naquele tempo era liberado madeira, o cara tirava na roça e levava pra lá as ruma e aí vendia, não tinha negócio de IBAMA proibi nada, não vendeu deixava lá, dava um sinal assim com a corda na outra semana ia vender o produto dele, era uma feira que acumulava espaço, **era uma sacaria de carvão grenado\***, (risos).<sup>207</sup> (**grifo meu**).

Dos feirantes que fizeram parte dessa pesquisa, 25% comercializaram carvão em feiras do Recôncavo e a narrativa de Antônio Virgílio torna evidente a importância desse produto. Além de enfatizar o carvão como uma mercadoria bastante comercializada na feira livre de SAJ, o feirante relembra que a madeira era outro produto de grande importância para a vida

<sup>206</sup> Depoimento de Esmeraldo Nunes dos Santos. Feirante. Avenida Juracy Magalhães n. 430, Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascido em 04/09/1939. Entrevista 08/11/2013. Pgs.01/02.

<sup>207</sup> Depoimento de Antônio Virgílio Souza. Lavrador e Feirante. Zona rural dom Macedo Costa. Nasceu em 24/05/1949. Entrevista 23/07/2015. Pgs.32/33.

das pessoas. Cabo, madeira lavrada eram amplamente utilizado para construir telhados das casas das gentes tanto da zona rural como da urbana em toda região, no tempo em que não havia casas de materiais de construção. Sobre os produtos que eram vendidos nas feiras para a construção das habitações das pessoas entre os anos 50 e 70 do século XX, a narrativa do feirante Clementino Ferreira ao falar da feira de SAJ merece nossa atenção:

Meu tio arrastou muita madeira aqui pra rua, vendia cimento, caibe pra fazê casa, porque não tinha esse negócio de bloco. Nós trazia pra cá, trazia madeira, caibe, cimento, brita\*. Aí contratava algumas pessoas que tinha mais condições. Nós trazia pra eles fazê casa. O que nós fazia? Nós trazia a pindoba\*, pindoba é uma palha, essa palha nós trazia que era pra eles retalhar pra cobrir as casa. Rancava sapé<sup>208</sup>, pra eles fazê casa de sapé. Sapé é um mato. Fazia uns moio, marrava na casa e ia fazendo, cobria a casa.<sup>209</sup>

As narrativas indicam que havia distinção social entre pobres e ricos e esta se refletia nas maneiras de morar, sobretudo na forma como as casas eram construídas. Matos como a pindoba e sapé eram alternativas viáveis para as populações menos abastadas comprarem e transformá-los em telhados de suas residências. O mato chamado pindoba também era bastante utilizado por feirantes que não tinham condições de comprar plástico ou couro de boi para cobrirem suas cargas de farinha ou outros produtos que não poderiam tomar chuva durante o momento em que eram transportados da roça para a rua nos lombos de animais em dias chuvosos, conforme o relato de Clementino Ferreira.<sup>210</sup> Na feira livre de SAJ se vendia também mato como o sapé e a pindoba, e estes talvez tenham sido um tipo de mercadoria que não era comum encontrá-las em qualquer feira da Bahia.

Dentro das casas, a dieta alimentar baseava-se no consumo de muitas hortaliças, raízes, cereais, frutas tropicais e verduras. Frutas como banana, jaca, jambo, lima, caju, melancia, fruta-pão, Abacate, eram cultivadas, comercializadas e consumidas pelas populações que residiam na região do Recôncavo baiano e também na capital. Uma dessas frutas destinada ao consumo e bastante negociadas nas feiras livres baianas era a laranja, um dos produtos que foram evidenciados pela memória de alguns narradores como Clementino Ferreira que também plantava e vendia essa fruta na feira livre de SAJ e o Senhor Augusto Soares, conforme já ressaltai. A mercadoria que este último mais vendia em grandes

<sup>208</sup> Sapé é um tipo de capim, que foi muito usado em cobertura de casas para moradia de povos muito pobres, principalmente do interior e de zonas rurais que não podiam adquirir telhas, usavam o capim **sapé** como telhado, inclusive, a cobertura de **sapé era totalmente impermeável**.

<sup>209</sup> Clementino Ferreira dos Santos. *Op Cit.* Pgs.08/09.

<sup>210</sup> Idem. *Ibidem.* Pg.10.

quantidades nessa feira era a laranja, inclusive, devido à grande quantidade dessa fruta que ele comercializava nas cidades de SAJ e Salvador, ganhou a alcunha de Laranjeira, que logo se incorporou ao seu primeiro nome, tornando-se um traço identitário e de grande valor simbólico para ele e seus pares. Todos só o conhecem como Augusto Laranjeira. É comum entre os trabalhadores da feira livre – os feirantes – haver um processo de reelaboração de suas identidades muito vinculado o esse mundo do trabalho. Essa questão será discutida mais adiante.

Outro feirante que também fazia malabarismo para desenvolver a prática de comercializar produtos na feira era Esmeraldo Nunes. Esse feirante na década de 60 do século XX se deslocava para a cidade de Feira de Santana na Bahia, para comprar peixes e levar para ser comercializados na feira livre de SAJ. Ele revelou “eu ia pra Feira de Santana, eu trazia peixe e vendia na feira a retalho, depois eu comecei a trazer carne de sertão, vendia também no retalho na feira. Teve uma época que eu trazia fardos de peixe, era corvina, era piranha salgada, era surubim, era curimatã (...)”. Importante ressaltar que na feira livre de Feira de Santana, era o gado, a principal mercadoria ali comercializada.

Tudo leva a crer que o peixe também era um componente na dieta alimentar das pessoas residentes no Recôncavo baiano e por isso era uma mercadoria facilmente encontrada nas feiras e mercados da região. Mas, conforme observa-se nos relatos dos feirantes, o peixe que era vendido na feira de SAJ era comprado em outras feiras da Bahia. Dona Zilda Maria Pires que também foi feirante nessa feira lembrou que,

Nazaré vendia muita coisa que aqui não vendia, aí o pessoal ia buscar lá pra vender aqui. O peixe mesmo o povo pegava lá em Nazaré, aqueles trabalho de barro o povo pegava lá em Nazaré, moringa\*, esse negócio, pegava lá em Nazaré, porque antes o povo usava muito moringa, era moringa, aqueles pratinho de Najé, brinquedozinho pra criança, pra fazê presépio,<sup>211</sup> tinha aqueles brinquedos que botava no presépio, tudo vinha de Nazaré pra vender aqui.<sup>212</sup>

Esse fragmento da narrativa de Zilda Maria Pires me conduz a pensar: o que os relatos dos sujeitos nos oferecem enquanto possibilidades para a história? Concordo com os autores

---

<sup>211</sup> O presépio é uma montagem com peças, que faz referência ao momento do nascimento de Jesus Cristo. Com o menino Jesus na manjedoura ao centro, o presépio apresenta o local e os personagens bíblicos que estavam presentes neste importante momento cristão.

<sup>212</sup> Depoimento de Zilda Maria Pires. Ex-feirante, aposentada. Rua Viriato Lôbo n. 523, centro. Nasceu em 22/07/1940. Entrevista 13/08/2015.

Maria José Mariano e Nicoleta Mendes de Mattos, que utilizam a metodologia da história oral em suas pesquisas, quando afirmam que,

Ao entrarmos em contato com o relato dos depoentes, estamos nos deparando, na verdade, com fragmentos representativos de uma construção coletiva pertencente a um determinado momento histórico, com suas características socioculturais, aspectos da vida cotidiana e de uma mentalidade coletiva, que se traduz e se expressam no “contar de si” de suas experiências.<sup>213</sup>

O relato de Zilda Maria revela fragmentos de dimensões da vida cotidiana de muitos homens e mulheres que viveram aquele momento histórico. A meu ver, a potencialidade do relato está justamente no fato de conseguir trazer para o presente características socioculturais de um passado que foi vivido e experimentado coletivamente. Ao falar do peixe e também dos utensílios de barro que eram amplamente utilizados nas residências de muitos homens e mulheres da região, sejam eles rurais ou urbanos, Zilda Pires nos coloca diante de uma realidade histórica que não é única, é plural, complexa e reveladora de várias nuances.

A partir do seu relato é possível pelo menos imaginar, a importância dessas peças de barro em vários aspectos da vida que vai desde o plano material – uso de potes e panelas na cozinha – ao espiritual – as peças utilizadas nos presépios de natal daqueles que professam a crença católica e os pratos de Najé muito usados por pessoas de religião de matrizes africanas nas oferendas aos seus orixás. É possível imaginar também o quanto essas mercadorias eram produtos importantes e de valor comercial nas feiras e como vários espaços e lugares se cruzavam nessa dinâmica que dava sentido à vida e a história naquele momento. Já que, as peças de barro eram produzidas em Maragogipe no Recôncavo baiano,<sup>214</sup> eram transportadas até a cidade de Nazaré das Farinhas para ser comercializadas na feira daquela localidade e de lá eram levadas para a feira livre do município de SAJ onde muitas pessoas de vários municípios as comprariam para levarem para suas casas com diversas finalidades e objetivos. Era o “tempo do barro” que se cruzava com o “tempo do carvão”.

---

<sup>213</sup> MARIANO, Maria José. MATTOS, Nicoleta Mendes de. **Tecendo memórias:** Algumas reflexões em torno do encontro da memória com os multimeios. Revista Coleção de Ideias. UNEB. Salvador-Bahia. V. 1. JUN/DEZ, 2003.

<sup>214</sup> Sobre o trabalho, a produção de peças de barro em Maragogipe na Bahia e o abastecimento na região, ver o interessante trabalho: BARRETO, Virgínia Queiróz. **Trilhando caminhos de barro:** trabalho e cotidiano de oleiros – Maragogipe-Ba (1970-1998). Dissertação Mestrado-PUC-SP. São Paulo, 2000.

Qualquer produto ou mercadoria só existem para atender à diversas finalidades e objetivos dos consumidores no contexto de cada cultura e necessidades. Assim, a variedade de produtos que eram comercializados nas feiras do Recôncavo baiano entre os anos 1950-1970 obedeciam a essa lógica, com uma singularidade de poder suprir o que era primordial à vida cotidiana e a sobrevivência das pessoas que residiam na zona urbana e, sobretudo, as da zona rural.

Estabelecido na feira livre da cidade de SAJ há mais de meio século, João Nunes dos Santos entre os anos 60 e 70 do século XX, vendia esteiras de piri<sup>215</sup> e de palhas de ouricuri, sacolas, cestas de palhas, sandálias, cintos e chapéus de couro, selas, panacuns para animais, espingardas, pilão e pratos de madeira para machucar temperos, cachimbos, ratoeiras, bucha vegetal, abanos, espanadores, bainhas para facão, fogareiros de alumínio, candeeiros, cabaças para artesanatos, estilingues, cambotas, peneiras, colheres de pau, cabo para machados, ninhos de galinha, chapéu de palha, dentre outros produtos.

Como entender a importância desses produtos para a vida de tantas pessoas naquele momento? Isso só se torna possível a partir dos relatos orais, já que um dos aspectos a se destacar desse tipo de fonte é que elas “dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida”; outro aspecto diz respeito ao conteúdo: “a vida diária e a cultura material destas pessoas e grupo”.<sup>216</sup> Nesse sentido, as vozes transformadas em fontes nessa pesquisa, descortinam o dia-a-dia dos feirantes que nos possibilita perceber uma lógica que vai se compondo, dando cor e forma a uma cultura bem peculiar. Um bom exemplo do que estou argumentando é o candeeiro, produto que era indispensável à vida das pessoas que residiam, sobretudo, nas zonas rurais. Observem no relato abaixo, quando o senhor Clementino narrou sobre seu deslocamento da roça até a rua para trazer mercadorias para ser comercializadas na feira livre de SAJ.

Eu vinha trazer a carga mais meu padrinho, aí na hora vendia. Aqui antigamente, a rua, a estrada, era cada buraqueira na estrada, no caminho, não tinha estrada, hoje tem rodagem. Antigamente não tinha, era tudo em cima de animal e era cada buraqueira no caminho que o animal caía, levantava, com carga, ajudava ele, animal elegante, chegava aqui na rua 6 horas, 5 horas da manhã, nós todo lamiado\* de barro, de lama, porque a estrada era muito ruim, era vida dura. Quer dizer: eu achava aquilo bonito e bom, a vida era dura, mas pra mim era boa porque eu vinha conhecer a rua.

---

<sup>215</sup> Espécie de Junco de terrenos pantanosos de que se fazem esteiras no Norte e Nordeste do Brasil: Piripiri.

<sup>216</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história Oral Diferente. **Revista Projeto História**. São Paulo. N. 14. Fev. 1997. Pg.27.

Aí quando chegava aqui na rua, naquela época quando chegava 5 horas da manhã, aqui nesse horário não tinha ninguém na rua, antigamente não tinha luz, lâmpada, nós vinha de lá pra cá, cendia, pegava candeeiro, marrava assim na mão, trazia é pra clariá a estrada (...).<sup>217</sup>

Assim como o candeeiro era uma mercadoria fundamental na operacionalização das atividades comerciais de muitos homens que se deslocavam da roça para venderem seus produtos na cidade e também para iluminar os lares, os chapéus de palha que o feirante João Nunes comercializava nas feiras livres de SAJ e Feira de Santana, era um importante acessório do universo cultural das populações das cidades do Recôncavo baiano, já que não eram apenas utilizados para se protegerem do “sol quente” em dias de trabalho árduo na roça ou na cidade; em tempos em que as moças ainda usavam seus vestidos de chitas e sortes<sup>218</sup> na cabeça, sua venda intensificava, sobretudo no mês de junho, quando em toda região se inicia o louvor e os festejos a Santo Antônio, São João e São Pedro.

Outra festividade em que se vendia muito chapéu de palha era durante a micareta. Motivo pelo qual o feirante João Nunes nos anos 50,60 e70 do século passado, vendia esse artefato no meio da rua na cidade de SAJ durante os três dias da micareta que ocorria anualmente e também ampliava sua experiência vendendo esse produto na tradicional festa momesca de Feira de Santana, considerada por alguns como a mais antiga micareta do Brasil. Esse feirante juntava-se a outros vendedores residentes daquela cidade e expunha no meio da feira, ainda localizada na rua Senhor dos Passos, chapéus de palhas que, segundo ele, “fazia boas vendagens naquele tempo”.<sup>219</sup>

A variedade de produtos que o feirante João Nunes comercializava, são indícios de vários tipos de ferramentas, artefatos e utensílios que eram utilizados por diversas pessoas, mas, sobretudo, as que residiam nas roças no período compreendido dessa pesquisa. Feirantes que eram lavradores, agricultores, roceiros, atravessadores, etc. e também não feirantes, usavam espingardas, facões e machados como ferramentas de trabalho, calçavam sandálias e usavam cintos e chapéus de couro em seus vestuários, e ainda utilizavam muitas selas e panacuns para seus animais. Em tempos que colchão era um artigo raro e de luxo e nem todos podiam comprá-los, eram as esteiras de piri e de palha de ouricuri uma alternativa que serviam para o descanso de homens e mulheres após longas jornadas de trabalho, como era o

<sup>217</sup> Clementino Ferreira dos Santos. *Op. Cit.* Pg.04

<sup>218</sup> Sorte é uma flor feita de papel clepon, seda, etc., que as moças usavam fixadas aos seus cabelos como adereços, junto às suas vestimentas nas festas juninas.

<sup>219</sup> Depoimento João Nunes dos Santos. Feirante. Avenida Juracy Magalhães nº 560, Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascido em 24/06/1931. Entrevista realizada 27/09/2005. Pg.02.



caso de Zilda Maria Pires que revelou que até os anos 70 do século passado, “eu não tinha nada não, quando a gente veio pra qui a gente só tinha uma cama, eu nem cama tinha, dormia na esteira no chão”.<sup>220</sup>

Aquele era um tempo também em que as crianças brincavam com estilingues; para levar os produtos da feira para casa era habitual o uso de cestas e sacolas de palhas e ainda era comum e necessário o uso de pilão para triturar e moer alguns alimentos, cereais e grãos como o café. Esses produtos dão dimensão dos costumes e da cultura material vivenciada naquele período, e a feira era um lugar especial onde tudo isso poderia ser encontrado.

Na região do Recôncavo existem algumas feiras que se destacam na Bahia e no Brasil pelas suas particularidades e especificidades culturais que também estão associadas ao tipo de produto ou mercadoria que elas comercializam. Exemplos emblemáticos são a Feira do Porto, na cidade de Cachoeira que durante a noite de 23 e a madrugada do dia 24 de junho, quando no Nordeste se comemora o dia de São João – festa de grande tradição nessa região – moradores locais e de cidades vizinhas como São Félix e Muritiba, para lá se deslocam à procura de produtos juninos como coco verde e seco, massa para bolo, amendoim, laranja, milho verde e seus derivados; e a Feira de Caxixis, na cidade de Nazaré das Farinhas, que se inicia na semana que antecede o dia da Paixão de Cristo, atraindo muitos turistas, de vários lugares do Brasil e até do mundo para apreciar e comprar imagens, potes de cerâmicas e artesanatos produzidos em Najé e Coqueiros, distritos de Maragogipe no Recôncavo da Bahia. Outra feira cuja especificidade é a venda de um único produto agrícola é a Feira da Banana, também localizada na cidade de Nazaré, na Bahia.<sup>221</sup>

Muitos outros produtos de várias ordens e procedências eram comercializados nas feiras do Recôncavo servindo ao abastecimento local e da região. Não será possível dar conta aqui nesse momento do grande número e variedade dos mesmos, mas não posso encerrar essa sessão sem mencionar o produto que talvez seja o mais emblemático para a dieta das populações dessa região, da Bahia e outras regiões de todo Brasil: a farinha de mandioca.

Segundo Geovany Pachelly, as referências a existência de feiras livres no Brasil nos séculos XVIII e XIX são as voltadas para o comércio do gado bovino e da farinha de mandioca.<sup>222</sup> O mais antigo registro é de 1732, conforme já foi citado – a feira de gado de Capuame, na Bahia – e outras feiras que se tem notícias, são as da freguesia Mata de São

---

<sup>220</sup> Zilda Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.19.

<sup>221</sup> SANTANA, Charles D’Almeida. **Dimensão Histórico cultural – cidades do Recôncavo.** Cadernos CAR 26. Salvador-BA. Governo do Estado da Bahia. 1999. Cap. III: Feiras e Mercados. Pg.52.

<sup>222</sup> DANTAS. *Op. Cit.* Pg.91.

João, de Feira de Santana, da Vila do Conde e Vila de Nazaré das Farinhas, na capitania da Bahia, de Goiana e Itabaianinha, na capitania de Pernambuco e em muitas vilas e cidades de Sergipe<sup>223</sup> Dessa forma, assim como o comércio de gado foi uma atividade que se disseminou pela região Nordeste e foi também responsável pela ocupação do interior, a farinha de mandioca e seus derivados eram o produto central, um gênero de primeira necessidade para as populações da região do Recôncavo e de Salvador, capital da Bahia.

A farinha de mandioca era uma mercadoria tão importante que no ano de 1858 as camadas menos abastadas que residiam na cidade de Salvador, capital da Bahia, foram autores de um grande motim contra a carestia dos preços dos “gêneros de primeira necessidade”, principalmente a farinha de mandioca, que estava pela “hora da morte”. Esse Motim foi denominado de “Carne sem osso e Farinha sem caroço”.<sup>224</sup> Parece que a carestia de vida não se resumia apenas à cidade de Salvador e nem ao “tempo do século XIX”. Cem anos depois, um importante Jornal da cidade de SAJ que circulava em toda região do Recôncavo, Salvador e outros estados do Brasil – O Paládio – em 19 de Março de 1952, trazia a seguinte matéria para seus leitores:

#### Carestia da Vida

Nas feiras, aos sábados, nesta cidade, os gêneros procurados pelo povo estão pela hora da morte, isto há muitas semanas já. Não descem de preço. Ao contrário sobem sempre. Farinha de mandioca, alimento predileto do povo, 60 cruzeiros uma quarta, isto é, 15 litros! Dito o preço da farinha o leitor tirará ilação. Poderá julgar quanto os demais gêneros estão custando.<sup>225</sup>

Além de ser motivo de motins e sempre aparecer em notícias em jornais por causa do preço nas alturas, a farinha era uma mercadoria tão importante que uma das principais vilas da Bahia colonial, depois transformada em cidade, Nazaré, teve incorporado ao seu nome, o produto que era “carro chefe” na dieta alimentar baiana. A Vila passou a se chamar Nazaré das Farinhas.

A farinha produzida em várias cidades da região do Recôncavo baiano era comercializada na cidade de Nazaré das Farinhas. Desde o século XVIII até a metade do

<sup>223</sup> MOTT. *Op. Cit.*

<sup>224</sup> REIS, João José; AGUIAR, Maria Gabriela D. de. “**Carne sem osso e farinha sem caroço**”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História USP – FFLCH-USP*. São Paulo. N. 135, 2º semestre de 1996.

<sup>225</sup> *Jornal O Paládio*. Ano 51. 19 de março de 1952. Nº 2.391. – APMSAJ. (Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus).

século XX, desta localidade saía a maior parte da farinha que era colocada nos saveiros e transportadas até o porto de Salvador com o objetivo de atender às necessidades do abastecimento das populações que residiam na capital baiana.<sup>226</sup> Até os anos 50 do século XX, a feira livre de Nazaré das farinhas era um dos principais centros comercializadores desse produto na região. Já nas décadas posteriores, é a feira livre de Santo Antônio de Jesus que se torna o lugar responsável pela grande comercialização da farinha de mandioca para toda a região e também a cidade de Salvador. Essa dinâmica permanece ainda na atualidade.

A farinha de mandioca além de ser “um componente indispensável do regime alimentar baiano”,<sup>227</sup> era também um elemento que compunha o mundo do trabalho e do costume das populações da região do Recôncavo da Bahia. A partir das experiências dos sujeitos que foram frutos do meu estudo, é possível falar em homens e mulheres que fazem parte de uma cultura que pode ser entendida como uma “cultura da mandioca”. Muitas das pessoas que nasceram e cresceram na região do Recôncavo, sobretudo na roça, até a década de 80 do século passado, foram iniciados no mundo do trabalho a partir do plantio, cultivo e produção da farinha de mandioca ainda quando eram crianças. Ao narrar sua história Clementino Ferreira disse que quando tinha entre 8 a 10 anos, e ia trabalhar com sua mãe “eu criava porco, depois nós continuamos trabalhando plantando mandioca, cavava cova, quando ia arrancá mandioca... eu sempre trabalhei muito mexendo farinha, mas nunca trabalhei de ganho”.<sup>228</sup> A forma como esse narrador expressou a sua resistência no fato de nunca ter trabalhado de ganho, me permite entender que essa forma de trabalho para ele muito lembrava ou estava associado à escravidão, daí, não querer nunca passar por esse tipo de experiência no mundo do trabalho.

As experiências que os homens e mulheres feirantes narraram sobre suas vidas me levaram a dialogar com Thompson quando afirma que,

<sup>226</sup> BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>227</sup> Idem. Pg.89.

<sup>228</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.03. A lavoura do café, fumo, mandioca, etc., era uma atividade comum no Recôncavo baiano entre os anos 1950-1970. Muitos fazendeiros que possuíam grandes propriedades rurais plantavam e colhiam esses produtos agrícolas para venderem nos armazéns da cidade e da região. Dentre as pessoas que estavam envolvidas no processo da colheita do café, fumo e mandioca, estavam os “trabalhadores de ganho”, homens e mulheres contratados por diária para catarem ao chão o café e colocar nos balaios. O ganho desses trabalhadores era por produção, ou seja, a quantidade de balaios que eles conseguiam encher por dia. Segundo o historiador Wilson Roberto de Mattos, a qualificação “ganhador” referia-se aos escravos que trabalhavam nas ruas exercendo atividades mecânicas, artesanais ou prestando algum serviço, como por exemplo, carregar volumes ou cadeiras de arruar. No entanto, pelo título completo do registro de 1887, Registro de Matrículas de Ganhadores Livres, a qualificação ganhador, se estendia também aos trabalhadores não-escravos que exerciam as mesmas atividades. Ver: MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdade possíveis* (Salvador, 1850-1888). Salvador-Bahia. EDUNEB/EDUFBA. 2008. Pg.44.

“Experiência é levar em consideração parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico. Sistema que se reúnem todos num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiência de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto”.<sup>229</sup>

Dessa forma, os aspectos que envolvem o mundo do trabalho dos feirantes se constituem em experiências que se inserem naquilo que Thompson chamou de “genética do processo histórico” que se operacionaliza dentro de uma cultura que ganha vigor a partir das demandas da vida cotidiana e se revela em muitas “experiências em comum”. Uma dessas “experiências em comum”, dentro daquilo que estou chamando de homens e mulheres da cultura da mandioca, pode ser observada com o relato de Elizeu Lopez ao falar que,

Estudei, agora naquele tempo era aquela vida cansada né? Às vezes ia duas de manhã até meio dia, ou três no correr da semana porque tinha de rancá mandioca, tinha que peneirar massa e os pais da gente vivia daquela produção e a gente tinha que lutar com a produção que ele tinha né? De qualquer maneira tinha que rancá mandioca, tafefar\*. Não ia na escola, tinha massa pra peneirar e quando fui ficando mais forte já fui pra puxá mandioca, rodicho\*<sup>230</sup>, puxá rodo. Então, as coisas com a vida de... vamos supor, esse trabalho de peneirar massa eu fazia com 7,8,9 anos.<sup>231</sup>

Nesse sentido, um questionamento pode ser feito: porque esses homens e mulheres são sujeitos que podem ser entendidos como pessoas que fazem parte de uma cultura da mandioca no Recôncavo baiano dos anos 50-70 do século XX? Das 26 entrevistas que foram realizadas para essa pesquisa, 16 foram/são feirantes e dentre eles, apenas 2 não trazem em suas experiências uma inserção maior no “mundo da mandioca”, tendo apenas uma relação no que diz respeito ao consumo desta em sua dieta alimentar. Isso implica afirmar que 87,5% dos feirantes plantavam, cultivavam, faziam farinha, transportavam e comercializavam esse produto em feiras livres na região do Recôncavo da Bahia em algum momento de suas vidas. Dentro da cultura agrícola a qual estão inseridos esses sujeitos, a mandioca torna-se proeminente. Já no que diz respeito ao consumo da farinha de mandioca e seus derivados os

<sup>229</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981. Pg.189.

<sup>230</sup> Tipo de maquinário utilizado para cevar a mandioca. Trabalho em que dois homens fortes usam a força física para realizar a ação.

<sup>231</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.01.

números sobem para 100%, tanto para feirantes e não feirantes. E seu consumo se dá de várias formas como veremos mais adiante. Posso afirmar que naquele período o trabalho na lavoura da mandioca e o consumo da farinha e seus derivados era um “costume em comum” na região do Recôncavo baiano.

Mas essa tradição está longe de ser algo da cultura de um Recôncavo contemporâneo, mais especificamente dos anos 50-70 do século XX. Em “**Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**”. B. J. Barickman foi um dos pioneiros, num trabalho inédito, estudar a farinha de mandioca, seu mercado, o público consumidor e, sobretudo, a importância dela como o produto principal na dieta alimentar de pobres e ricos na região do Recôncavo baiano e Salvador, capital do Estado.<sup>232</sup>

Esse estudo de Bert Barickman contribuiu para esclarecer aspectos importantes da economia e da sociedade que se construiu no Brasil entre as duas últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX. O maior mérito dessa pesquisa consiste no fato de que o autor refuta a tese do dualismo estrutural da sociedade colonial que se construiu no Brasil e segundo a qual a colônia teria se constituído para produzir a monocultura do açúcar baseado na mão de obra escrava africana importada. Barickman em seu livro dedicou um capítulo à farinha de mandioca – “o pão da terra” e seu mercado. Nesse capítulo ele mostra a farinha como um componente indispensável do regime alimentar baiano e avalia a demanda da farinha comercializada. Ele mostra ainda a importância da região do Recôncavo para o abastecimento desse produto na capital, como a farinha de mandioca era consumida por pobres e ricos, diversos segmentos sociais a consumiam, como escravos, marinheiros, senhores de engenhos, etc.<sup>233</sup>

Sendo assim, toda uma cultura no Recôncavo Sul foi moldada pela tradição da mandioca, esta deu importância e especificidade a algumas feiras livres. Acredito que toda feira pode ser importante a partir das necessidades, do olhar e das perspectivas de cada um. Porém, é lícito observar, que algumas delas ganham maior destaque e relevo em função de algumas características como: localização geográfica, poder de atração populacional, grau de volume e variedade de mercadorias, ou seja; diversas especificidades e particularidades como podemos ver na região do Recôncavo Sul, quando as feiras livres das cidades de Nazaré das

---

<sup>232</sup> BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>233</sup> Idem. Capítulo 2 – Pgs.89-127.

Farinhas e Santo Antônio de Jesus, exerceram uma hegemonia e alternaram-se em grau de importância, sobretudo por causa da comercialização da farinha de mandioca.

É dentro desse contexto – com a emergência da feira livre de SAJ na região – que se inserem as experiências de muitos homens e mulheres da roça que se deslocavam até a rua com objetivo de comercializar seus produtos, como também estabelecer outras relações sociais. Era uma grande parte da produção desses homens e mulheres que eram comercializados na referida feira e responsável pelo abastecimento local e regional. Era a feira e as mercadorias ali comercializadas que garantiam a sobrevivência e a manutenção da vida. Vejamos agora o perfil social desses feirantes.

### 3.2 Feirantes: perfil e situação do grupo estudado

Descrever e analisar o perfil de homens e mulheres que tornaram-se feirantes não é uma tarefa das mais fáceis. Classificá-los a partir de seus traços físicos e fenotípicos, me importa menos que, refletir sobre suas histórias de vida imbricadas ao mundo do trabalho e as reais possibilidades que moldaram suas experiências. Sendo assim, é possível interrogar suas experiências e compor um perfil social dos feirantes enquanto um grupo? Existem muitas feiras em que uma única categoria de trabalhadores são responsáveis pela dinâmica desse tipo de atividade comercial, como a feira da COHAB, que é uma “feira livre” que foi criada exclusivamente para produtores rurais no ano de 1994 em São Luís no Maranhão<sup>234</sup> e a feira da Sulanca em Pernambuco, mercado de homens e mulheres que vendem retalhos de tecidos, considerados de qualidade inferior, oriundos da região Centro-Sul.<sup>235</sup> Então, que tipo de “mercador” eram os homens e mulheres que vendiam seus produtos na feira livre de SAJ entre os anos 1950-1970? Quais eram suas condições sociais? Qual o perfil étnico-racial desses sujeitos?

Celso Furtado e Caio Prado Júnior em seus estudos sobre a história econômica no Brasil afirmaram que a plantação de produtos agrícolas que eram valorizados no mercado internacional, principalmente a cana de açúcar, foi a forma de ocupação que predominou no

<sup>234</sup> Ver: SANTOS, Arinaldo Martins. **A feira livre na COHAB:** contatos iniciais com a realidade da feira do produtor rural em São Luís. In: Ferretti, Sérgio. Reeducando o olhar: Estudos sobre feiras e mercados. São Luís-MA. Edições UFMA-PROIN-CS. 2000. Pgs.67-96.

<sup>235</sup> GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos à feira da Sulanca:** uma inserção de migrantes em São Paulo, São Paulo: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP-SP. 2002.

Nordeste desse país.<sup>236</sup> Segundo Afrânio Raul Garcia Júnior, as relações entre os proprietários e os trabalhadores diretos são caracterizadas por formas de trabalho forçado, onde a escravidão aparece como forma mais importante e como símbolo de dependência pessoal do trabalhador direto ao grande proprietário de terras. Ele assegura que, mesmo para os trabalhadores não escravos, o status jurídico de homem livre não parece estar associado à independência frente aos grandes proprietários.<sup>237</sup> Sobre esses trabalhadores livres o autor afirma que,

Os trabalhadores agrícolas, juridicamente livres, que residiam nas grandes propriedades, também faziam parte da rede de subordinação pessoal ao grande proprietário de terras. O acesso à terras, que permitisse a produção necessária à reprodução do trabalhador e de sua família era mediado pela relação com um grande proprietário. A grande plantação aparece, portanto, como excludente de um campesinato livre, isto é, de trabalhadores agrícolas que tenham acesso direto à terra, dela extraindo, mediante o trabalho familiar, o produto necessário à sua existência.<sup>238</sup>

Conforme vimos no capítulo I, a cidade de SAJ está inserida historicamente na porção do Recôncavo que é conhecida pelos estudiosos como Recôncavo da Subsistência ou Recôncavo Mandioqueiro, cuja estrutura produtiva, relações sociais e a própria manutenção da vida material associava-se a essa realidade. Nessa região, até a década de 80 do século XX era comum a existência de pequenos proprietários rurais,<sup>239</sup> rendeiros<sup>240</sup>, meeiros,<sup>241</sup> comerciantes, diaristas, assalariados. Muitos desses homens e mulheres tinham na lavoura uma das principais atividades da sua labuta cotidiana na roça.<sup>242</sup> Entre os feirantes que fizeram parte desse estudo existia uma multiplicidade de condições e situações, muitas vezes

<sup>236</sup> FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969; PRADO Jr. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

<sup>237</sup> GARCIA Jr, Afrânio Raul. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra, 1983. Pg.21.

<sup>238</sup> Idem. Idem.

<sup>239</sup> Pessoas que possuem pouca terra e não estão subordinados pessoalmente a um grande proprietário determinado. In: Afrânio Garcia. *Op. Cit.* Pg.60.

<sup>240</sup> Pessoas que não possuem a propriedade de terras e arrendam. Arrendamento consiste em pagar a “posse” da terra em trabalho, dinheiro ou espécie. Sobre essa questão ver: HOBBSAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998. Cap. 12 – Ocupações de terras por camponeses. Pg.243.

<sup>241</sup> Agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral o **meeiro** ocupa-se de todo o trabalho e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece ainda equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho. Ver: SANTANA, Charles D’Almeida. **Fartura e Ventura Camponesas**: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998. Pg.45.

<sup>242</sup> OLIVEIRA. *Op. Cit.*; SANTANA, Charles D’Almeida. **Fartura e Ventura Camponesas**: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998.

associados a outras maneiras de obter renda para garantir sua própria subsistência. Como já argumentei anteriormente, todos os entrevistados quando falam de seus “espaços de vivência e experiência”, se referem à roça (campo) e rua (cidade). Parte significativa dos sujeitos da pesquisa possuíam roças, moravam lá e desempenhavam várias atividades.

Dessa forma, em consonância com Afrânio Garcia, entendo roça como nome atribuído a uma área em que a mandioca é cultivada,<sup>243</sup> no nosso caso, além dessa lavoura muito comum em toda região, pois se encontrava em quase todas as roças; outros produtos agrícolas eram cultivados, como aipim, batata-doce, feijão, fumo, café, milho, amendoim, frutas tropicais, verduras, hortaliças; se produzia carvão, arrancava-se madeiras das árvores para comercialização, plantava-se matos como capim, pindoba e sapé para vender e ainda criava-se animais como bois, vacas, carneiros, porcos, cavalos, jumentos, galinhas, perus, etc. Na roça também existia os elementos que são constitutivos da situação dos pequenos proprietários, como: água, capim para os animais de transporte, lenha, etc. Conforme observou Afrânio Garcia Jr.<sup>244</sup>

Mas todos os feirantes possuíam sua própria terra, ou seja; sua própria roça? Ao falar de momentos marcantes da história de sua vida, o feirante Elizeu Mota traz dimensões do seu mundo do trabalho através das experiências que ele fora tendo paulatinamente. Ao falar sobre terra e trabalho esse feirante lembrou que,

Naquela época, porque todo menino é traquino, mas não tinha muito tempo de fazer arte não, era trabalhar e meu pai nunca aceitou agente mexer com negócio de passarinho, gaiola, visgueira\*, um badogezinho\* agente usava, porque menino é sempre traquino. Sempre trabalhando. Quando eu tomei conta, porque ele deixou de exercer a feira, a produção, eu tomei conta e aí, eu já trazia a produção da gente que fazia, toda semana fazia farinha lá e comecei comercializar, entresei e estou até hoje graças a Deus.<sup>245</sup>

A narrativa desse feirante apresenta nuances de sua vida ainda quando era criança, com forte conotação para uma infância que fora marcada pelo mundo do trabalho. Outra questão é que Elizeu Mota era membro de uma família que tinha roça, situação que o colocava na condição de ser filho de pequenos proprietários rurais. Outro fator que podemos abstrair da narrativa é o fato do trabalho familiar que eles desempenhavam na roça e a farinha

<sup>243</sup> GARCIA Jr, Afrânio Raul. *Op. Cit.* Pg.58.

<sup>244</sup> GARCIA Jr, Afrânio Raul. *Op. Cit.* Pgs.58/59.

<sup>245</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pgs.04/05.



de mandioca era um dos principais produtos, fruto da lavoura, que era comercializado na feira livre da cidade de Nazaré das Farinhas e também de SAJ.

O relato do feirante Elizeu Mota torna-se muito importante porque suas experiências se assemelham à de muitos outros feirantes, condição esta que me leva a considerar “experiências em comum” que esses sujeitos apresentaram nessa pesquisa. Dos feirantes entrevistados 57% eram pequenos proprietários<sup>246</sup> e desenvolviam o trabalho familiar em suas roças. Esse era um tipo de economia, que chamo de “economia da roça”, onde o trabalho familiar assume uma importância fundamental nesse processo. Era uma economia em que a ideia de um “misto” pode melhor se aproximar a realidade, já que, os frutos da lavoura, da produção de carvão, da criação de animais, etc. parte servia para o consumo familiar, ou seja, a subsistência, parte era destinada para a venda, o abastecimento – comercialização nas feiras livres, sua principal fonte de renda. Subsistência aqui entendido como aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família.<sup>247</sup>

Esse trabalho familiar tinha no pai, o chefe da família, pequeno produtor rural, a responsabilidade de prover a subsistência de seu grupo doméstico, organizando as tarefas que seriam desempenhadas pelos membros da unidade familiar. Em casos que o provedor se tornava ausente por algum motivo, como ocorreu com o feirante Clementino Ferreira, que sua mãe deixou o marido por causa do seu envolvimento com atividades ilícitas, já que o mesmo era especialista em roubo de galinhas, era a mulher que assumia a chefia da família e as demais responsabilidades que abordei acima.<sup>248</sup> Apenas um feirante, Esmeraldo Nunes, relatou que em um dado momento de prosperidade em sua vida, contratou um rapaz para ajudá-lo nas atividades na roça. Os demais nenhum deles tiveram contratados ou trabalhadores assalariados.

É comum observar nos relatos dos feirantes relações de solidariedades entre os membros da família, na produção doméstica e, sobretudo, no mundo do trabalho como um todo. Essa característica revela uma questão muito específica que nos leva a percepção de que o trabalho desses homens e mulheres apresenta uma natureza econômica e social. Questão esta que foi observada por Afrânio Garcia ao analisar a vida e o trabalho familiar de pequenos

---

<sup>246</sup> Não pude trazer dados em números referentes às dimensões territoriais das roças dos feirantes. A condição de pequenos proprietários pode ser defendida pela forma como eles falam e representam em suas narrativas: “Terrenozinho pequeno”, “um pedacinho de terra”, “uma rocinha”, etc.

<sup>247</sup> Afrânio Garcia. *Op. Cit.* Pg.16.

<sup>248</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pgs.05/06.

produtores na Zona da Mata de Pernambuco.<sup>249</sup> No mundo do trabalho dos feirantes existe um sistema de valores que obedece a uma lógica específica, uma espécie de “economia moral”, como irei abordar no último capítulo.

As fontes orais sugerem que não havia distinção de sexo e idade quanto ao desempenho das atividades na lavoura e criação de animais na roça, exceto em alguns casos. Por exemplo, quando se tratava do trabalho de transformação da mandioca em farinha, eram os homens que cevavam esse tubérculo para a obtenção da massa, já que este era um labor que exigia uma considerável força física para realizá-lo e nos trabalhos domésticos, cuja regra era a mulher ser responsável por tal tarefa. A norma dessa realidade era que os filhos ajudavam seus pais e não tinha a contrapartida de um pagamento imediato em dinheiro pelo seu trabalho. O esforço dos filhos aparece como uma lógica imbuída de significados e valores morais e éticos, necessária à formação do caráter deles, que um dia aspiravam tornarem-se homens e mulheres.

O trabalho familiar também era uma lógica utilizada por feirantes que não tinham terras e eram explorados por grandes proprietários rurais. O lavrador Josué Pereira dos Santos, em um dos fragmentos do seu testemunho, em tom de riso e com um vocabulário bem familiar que muito expressa da sua cultura, relatou que deixou a roça no meado dos anos 1960,

Porque eu tava cansado de trabaia e arrastava a enxada e não via nada, né? Não via nada porque enxada nunca deu nada, porque o povo diz que nunca madurece, nunca madurece e a gente não tinha terreno, trabaia meia num, né? E quando a gente era comia a banda\* da roça da gente e a do dono ficava lá, quando maducia dava dois tantos de que a gente comeu.<sup>250</sup>

Diferentemente dos outros feirantes que eram pequenos proprietários, os meeiros estavam subordinados a um grande proprietário rural, esse fato mudava sua condição e situação. As evidências indicam que o abastecimento que supria a sobrevivência familiar, era mais delicado para os sujeitos que estavam submetidos à condição de meeiros, já que, dependiam da boa vontade dos donos das terras, de suas determinações gerenciais e administrativas e, sobretudo, conforme evidencia o relato, “a banda da roça dos donos quando maducia dava dois tantos a mais que a dos meeiros”. Assim, percebe-se o quanto era desigual

<sup>249</sup> GARCIA, Afrânio. *Op. Cit.* Pg.101.

<sup>250</sup> Depoimento de Josué Pereira dos Santos. Ex-feirante. Rua Sóter Barros n. 101, Santo Antônio de Jesus-BA. Nascido em 1933. Pg.03.

a divisão das terras e, conseqüentemente a produção. A marca mais expressiva dessa relação, segundo a ótica de Josué Pereira, era a exploração. Isso sugere que momentos de tensão foram vivenciados por sujeitos que estavam submetidos a este tipo de relação.

Experiência semelhante vivenciou o feirante Augusto Soares da Silva, que junto a sua família também não tinha terras e vivia na condição de meeiro na cidade de Sapeaçu no Recôncavo baiano dos anos 1950. Dentre os feirantes que viviam essa realidade estavam também: Brasilina de Jesus Pires, Rodrigo Lopez do Vale e muitos outros. Sendo assim, 37% deles não possuíam terras, mas eram também pessoas que trabalhavam na lavoura no sistema de trabalho familiar para a subsistência e também comercializavam tais produtos, enquanto 5% não eram detentores de terras e nem estavam vinculados à lavoura.

Posso afirmar que os feirantes que deram vozes a escrita desse trabalho, inicialmente eram produtores rurais, pequenos proprietários de terras, meeiros que vendiam nas feiras o fruto do seu trabalho na roça que serviam para o abastecimento local e da região. Todavia, as fontes permite-me afirmar também, que ao longo da carreira no ofício, havia uma rotatividade de posições que os feirantes assumiam ao longo do tempo. Por exemplo, Esmeraldo Nunes e João Nunes, nos anos 50 do século XX eram produtores rurais que faziam carvão e vendiam esse produto nas feiras livres de Nazaré das Farinhas e de SAJ. Nos anos 60 e 70 do mesmo século, eles compravam diversas mercadorias como azeite, peixes, conforme já vimos mais acima, para revender no mercado ao ar livre. Esmeraldo Nunes comprava grandes quantidades de Cebola na cidade de Feira de Santana para revender na feira livre de SAJ. Nesse momento ele se tornava um comerciante que comprava mercadoria na mão do produtor rural para vender ao comerciante varejista, agora já na condição de atravessador.

Outro feirante que seguiu também esse itinerário de atravessador foi Augusto Soares, que nos primórdios de seu ofício como feirante, era produtor rural, mas comprava grandes quantidades de laranja para revender nas feiras de SAJ e Salvador, na Bahia. Ainda em meio a essa realidade, vários feirantes exerciam outras funções e atividades complementares com o objetivo de ampliar sua renda para garantir o sustento familiar.<sup>251</sup> Ao longo da vida desses trabalhadores é comum observar que eles alternavam suas posições no ramo das atividades comerciais ao sabor das conjunturas. Assim como variavam muito no tipo de mercadorias que eram por eles comercializadas. Isso implica perceber uma das características mais importante desse ofício – dinâmica –. Ao longo do texto, a partir das narrativas das experiências desses sujeitos, o leitor visualizará melhor essas nuances.

---

<sup>251</sup> Essa questão será abordada no capítulo que discutirei mais adiante sobre o trabalho do feirante.

Essas questões que dizem respeito às variações que ocorriam dentro da categoria profissional, a exemplo de um feirante que começou fazendo e vendendo carvão e mais tarde passa a ser atravessador ou um grande comprador de mercadorias para revendê-las, são importantes para pensarmos no processo de conquista da autonomia, algo desejado por eles ao longo da vida. Irei retomar essa questão mais adiante, no último capítulo desse trabalho.

Enfim, o produtor rural, o atravessador, etc. poderia se manifestar na história de vida de um único indivíduo. É possível afirmar também, que as relações de trabalho não eram dadas, mas pensadas e objetivadas cotidianamente como prática social, no contexto de todo um modo de vida e de luta.

Nesse sentido, que tipo de feirante negociava e atuava na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus entre os anos 1950-1970 do século XX? Era o agricultor ou produtor rural que comercializava “qualquer coisa que a roça desse”? Era o atravessador? Era o que fazia o café da manhã e a comida e levava para vender na feira? Era o que comprava porco ou gado para matar e depois vender naquele mercado? Era o que fabricava e vendia artesanatos? E o que vendia roupas, sapatos e artigos de armarinhos? E os marceneiros que fabricavam suas peças de madeira também para vender na feira? Todos esses tipos de comerciantes e muitos outros mercavam na referida feira livre. Acredito que aqui talvez esteja uma questão de cunho teórico-metodológico a ser resolvida.

Talvez para esses trabalhadores, conforme as palavras de uma mulher feirante que atuou nesse universo, Brasilina Maria Jesus Pires, “Feirante é a gente que vai pra feira vender coisa”.<sup>252</sup> Já para a autora Amy Adelina Alves, feirante “é toda e qualquer pessoa, produtor ou revendedor, adulto ou criança, homem ou mulher, que esteja vendendo algum bem ou mercadoria na feira”.<sup>253</sup> Acredito que tanto a concepção da feirante quanto a da autora são passíveis de complementariedade por entender que existe variações dentro dessa categoria profissional. Mas do que definir o que é “um/o feirante”, é mais importante abordar a diversidade de experiências que esses sujeitos vivenciaram ao longo da vida para percebermos as variações que ocorriam na carreira profissional de um único indivíduo.

Dessa forma, o que observei nessa pesquisa, é que nos anos 1950, uma parcela significativa dos feirantes começaram como pequenos produtores rurais, vendendo de maneira ainda tímida os produtos e mercadorias que a roça oferecia, principalmente, frutas, verduras,

---

<sup>252</sup> Brasilina Maria Jesus Pires. *Op. Cit.* Pg.08.

<sup>253</sup> ALVES, Amy Adelino. **A mulher da feira do Riachão**: modos de vida e experiência. *In*: Álvares, Maria Luiza Santos & FERREIRA, Eunice. *Olhares e diversidades: os estudos sobre gênero no Norte-Nordeste*. Belém-Pará. GEPEM/CFCH; REDOR, 1999. Pg.143.

hortaliças, carvão, etc. Já nas décadas de 1960 e 1970, com o bom andamento de suas atividades na feira livre, conseguiram prosperar, transformando-se em atravessadores com potencialidade para comprar grande quantidade de mercadorias e diversificarem bastante seus ramos de negócios. Ou seja, muitos deles passaram de pequeno produtor rural a vendedor de grandes quantidades de mercadorias e produtos.

Essa transformação implica em ascensão social desse trabalhador, Já que, por exemplo, o feirante que fazia e vendia carvão se sentia humilhado por desempenhar tal atividade e vender esse determinado produto dentro da categoria profissional. Assim, é possível percebermos que essa ascensão social estava relacionada à determinados tipos de produtos comercializados e sobretudo, à posição do feirante dentro da categoria. Até porque, é possível estabelecermos uma suposta hierarquia que existe nesse universo conforme mostrarei mais adiante. A meu ver, são essas questões que definem o estatuto de feirante. Estatuto esse que não pode ser pensado de maneira estática e monolítica, em função do alto grau de dinâmica que ocorre tanto no mundo do trabalho dos feirantes quanto no da própria cultura desses indivíduos.

Outro elemento a se destacar sobre o perfil dos feirantes diz respeito aos traços étnico-raciais desses sujeitos, especialmente o quesito cor. Para Álvaro Pereira Nascimento, a historiografia que investiga trabalhadores pobres na República tende a não incluir o componente cor dos indivíduos pesquisados em suas páginas. Segundo ele, essa ausência torna-se ainda maior nas pesquisas voltadas para os séculos XX e XXI, quando a cor dos trabalhadores é frequentemente invisibilizada.<sup>254</sup> Elizabete Rodrigues da Silva em sua tese de doutorado intitulada: “As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo baiano”, ao falar sobre os traços étnicos da população do Recôncavo afirmou que,

A composição do quadro social e cultural da população fumageira, na primeira metade do século XX, é herdeira da mais ampla e histórica formação social do Recôncavo baiano, onde ameríndios, africanos e europeus se “encontraram” e, como em outras regiões, não puderam impedir o processo de miscigenação e a interpenetração de suas culturas. Contudo, apesar da participação dos europeus, em particular dos portugueses, considera-se muito maior a presença de traços étnicos e culturais dos indígenas, mas, sobretudo, dos africanos na população da região no período

---

<sup>254</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”**: contribuições à história do trabalho no Brasil. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. V. 29, nº 59. Set/Dez. 2016. Pg.609.

em evidência o que determina a formação étnico-cultural e social das/dos trabalhadores(as) fumageiras(os).<sup>255</sup>

A autora ainda revela que a presença da população negra no Recôncavo está relacionada á escravidão africana que, desde a colonização até o final do século XIX, apresentava a maior concentração do Estado da Bahia. Num estudo sobre genética e história na Bahia, a geneticista Eliane S. Azevedo entende que para interpretar a sua composição genética, apenas o biológico não responde se quisermos saber sobre os diversos aspectos da dinâmica evolutiva dessa população. Para ela torna-se necessário os conhecimentos de sua história e de sua cultura. Ela afirma que “a demanda dos africanos no Recôncavo da Bahia vinculou-se ao crescimento da indústria do açúcar e as plantações de fumo, sendo estas últimas para sustentar o tráfico de escravos do comércio triangular”.<sup>256</sup> Elizabete Silva ressaltou que no final do século XIX, exatamente em 1890, a população da Bahia era de 1.919.802 habitantes, destes 75,97% era negros. Ela assegura que esses números se aplicavam também a todo Recôncavo, considerando que as cidades de Cachoeira e São Félix eram os principais centros de irradiação negra do Estado.<sup>257</sup> Ao acompanhar a evolução étnica da população baiana, Silva afirma que,

“As terras em volta d’água” estabelecia comunicação entre o sertão e a Baía de Todos os Santos que, com o passar do tempo, contribuiu para dissolver as distâncias entre as diferentes matrizes e processou significativas mudanças no quadro étnico e cultural do Recôncavo. Inicialmente a comunicação se deu através dos rios, mais tarde através das rodovias, contribuindo para a distribuição tanto de produtos e mercadorias diversas como da população que transitava em direção à capital ou ao Sertão, destacando-se nesse trajeto o porto de Cachoeira como principal ponto de encontro das pessoas e entrelaçamento de culturas. Ao longo do tempo, este trânsito de coisas, costumes e pessoas promoveu um processo de redefinição étnico-cultural e social.<sup>258</sup>

Sendo assim, a autora defende que no final da primeira metade do século XX, a população dessa região já estava densamente miscigenada, principalmente com um tipo étnico

<sup>255</sup> SILVA, Elizabete Rodrigues da. **As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres**: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano. Tese de doutorado do Programa Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador-Ba.: PPG/NEIM-UFBA, 2011. Pg.97.

<sup>256</sup> AZEVÊDO, Eliane S. Populações da Bahia: genética e história. In: UNIVERSITAS – Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia. N. 1. (Set/Dez. 1968). Centro editorial e Didático da UFBA. 1968.

<sup>257</sup> Elizabete Rodrigues da Silva. *Op. Cit.* Pg.99.

<sup>258</sup> Idem. *Ibidem.*

que ela e também Azevedo denominam de “mulato escuro”.<sup>259</sup> O censo realizado pelo IBGE na Bahia no ano de 1950, 47,7% da população se declararam brancos, 7,6% negros, 43,1% pardos, 1% amarelos e 0,4% índios. Apesar da dificuldade da população se declarar negra, o resultado mostra a predominância da ancestralidade africana, quando somamos o percentual de negros e pardos.

No que diz respeito aos feirantes dessa pesquisa, 45% deles se declararam negros, 25% pardos e 30% brancos. Dessa forma, no quesito étnico-racial, a maioria dos feirantes que atuaram nesse estudo são afrodescendentes, 70% deles, “possuidores” de uma ancestralidade africana. Acredito que muito da dinâmica da feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus estava associada a essa realidade. Isto sugere percebermos outras implicações culturais negras e afrodescendentes, que se constituem como marcas identitárias dessa feira livre. A exemplo dos produtos comercializados, da culinária servida naquele ambiente, no vestuário dos sujeitos, na linguagem e oralidade, nos saberes ali transmitidos, que iam desde as receitas curativas aos aconselhamentos e educação que muitos pais davam a seus filhos, as formas como esses sujeitos saíam em defesa da vida e, sobretudo, esses dados também, fornecem elementos para pensarmos e imaginarmos a quantidade de sujeitos que faziam parte do universo da economia informal negra em Santo Antônio de Jesus naquela época e na própria dinâmica dessa referida realidade.

A escolaridade é outro fator que nos ajuda a compor um quadro situacional dos feirantes que foram sujeitos desse estudo. Como já vimos em alguns relatos acima e também em outros momentos do texto, é comum entre estes trabalhadores pouca experiência com a educação formal, muito em função de logo cedo estarem junto aos seus pais no mundo do trabalho. Além de que, nos anos 50 e 70 do século XX, praticamente era raro a existência de escolas nas zonas rurais da região do Recôncavo baiano.

Diante desse contexto, 81% dos feirantes possuem o equivalente ao ensino fundamental 1 incompleto, 13% deles fizeram o equivalente ao fundamental 2 incompleto e 6% possui o equivalente ao ensino médio completo. Ou seja, apenas uma feirante conseguiu este último e por isso a maioria deles disseram que sabem apenas escrever o próprio nome. Essa realidade implica em percebermos que esses sujeitos são oriundos de uma cultura em que a palavra, a oralidade e a memória são elementos constitutivos do modo de vida. São elementos considerados um “bem” de alto valor que muito expressa suas concepções de ser e estar no mundo. Tudo isso se transforma numa “experiência em comum”.

---

<sup>259</sup> Idem. Pg.100.

Outro aspecto relevante é que esses trabalhadores eram filhos de pais que tinham famílias que eles consideravam extensas. Eram grupos familiares compostos em média de 6 a 10 filhos. Essa estimativa aumenta quando se trata da questão dos próprios feirantes. Entre eles as famílias eram/são formadas entre 5 a 28 filhos. Apenas duas feirantes tiveram 1 filho. Esse fato implicava na dinâmica da performance da sobrevivência. Ao longo do texto o leitor não precisará de muita sensibilidade para perceber o malabarismo que esses homens e mulheres faziam para dar “conta” da criação de sua prole.

Quanto ao estado civil, todos eles eram/são casados, exceto a feirante Maria Zilda Pires. No que diz respeito à faixa etária desses comerciantes da feira livre, são homens e mulheres entre 60 a 100 anos de idade. Já com o perfil do grupo de feirantes composto, vamos adentrar um pouco mais em seu universo para entender as formas como esses homens e mulheres foram inseridos nesse ofício e no mundo da feira livre.

### **3.3 Formas e modos de inserção no ofício e na feira livre de SAJ**

Apesar da população na zona urbana da cidade de Santo Antônio de Jesus (39,9%) na década de 50 está bem inferior à população rural (60,1%), a década de 60 já anunciava um aumento populacional na cidade para expressivos 45,5% enquanto que o campo absorvia 54,5% da população.<sup>260</sup> Junto a esse aumento populacional, crescia também a importância da cidade para os trabalhadores rurais que buscavam na urbe não só mercadorias, como também conversas, bebedeiras, diversão, arte, educação para os filhos, alternativas de sobrevivências e, sobretudo, trabalho.

Dessa forma, a feira livre de Santo Antônio de Jesus era um dos espaços mais disputados na cidade por homens e mulheres das zonas rurais como também da própria urbe. Nesse sentido torna-se importante indagar: quais os modos e formas de inserção dos feirantes nesse ofício e no universo da feira?

O ofício de feirante não tem um aprendizado formal, ele se constitui a partir de um leque de experiências sociais ou da sabedoria comum de uma determinada coletividade. Para Thompson, “o aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal, mas também serve como mecanismo de transmissões entre gerações”. O

---

<sup>260</sup> Para saber sobre aspectos demográficos da cidade de Santo Antônio de Jesus nas décadas de 50 e 60, verificar fontes: IBGE/SEI – Anuário Estatísticos da Bahia.



autor ainda assegura que “o mesmo acontece com os ofícios que não tem um aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade”.<sup>261</sup>

Assim, tornar-se feirante está muito associado às experiências que muitos homens e mulheres tiveram antes de assumirem esse ofício e adentrarem no cenário da feira. Muitas dessas experiências foram transmitidas entre gerações. Reconstituir as trajetórias e experiências desses sujeitos e interrogar suas motivações e escolhas são elementos fundamentais para entender aspectos desse tipo de trabalhador.

O pardo João Nunes dos Santos, vulgo João do Couro, iniciou-se no mundo do trabalho ainda criança, entre os sete e oito anos de idade, auxiliando seus pais no plantio e colheita das roças. Ainda pequeno, aos 9 anos, tornou-se “fazedor de carvão” e aos 14, por volta dos anos 1946, colocava o fruto de sua produção no lombo do animal e se deslocava para a cidade de Nazaré das Farinhas para vender carvão na feira-livre daquela cidade nos dias de quarta-feira e aos sábados.

Esse feirante se deslocava do Rio da Dona, aproximadamente 35 quilômetros de distância, às doze horas da noite, para chegar em Nazaré às seis ou sete horas da manhã. Em sua narrativa, ele contou que sofria muito porque a “estrada era distante” e chegava em Nazaré com o corpo repleto de lama. Ele acostumava lamentar a sua condição de vida e nutria um forte sentimento de fé e esperança que um dia aquela realidade, à qual estava submetido, iria se transformar. Durante a longa caminhada que realizava até o local de venda dos produtos, ele interiorizava em sua mente: “eu tenho fé em Deus que eu não é de acabá meus dia de vida fazendo carvão”.<sup>262</sup> Ele dividia as aventuras da viagem com outros companheiros, João Nunes, foi o primeiro da família a iniciar-se nesse ofício, na condição de produtor e vendedor.

Conforme já abordei anteriormente, o carvão era uma das mercadorias bastante comercializadas nas feiras da região. Fazer carvão era uma atividade árdua. Sobre o processo de produção deste produto<sup>263</sup> Esmeraldo Nunes contou que

---

<sup>261</sup> Thompson. *Costumes em comum... Op. Cit.* Pg.18.

<sup>262</sup> Depoimento de João Nunes dos Santos. Feirante. Avenida Juracy Magalhães n. 560, Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascido em 24/06/1931. Entrevista – 2006. Pg.03.

<sup>263</sup> Na economia “um produto” é algo que pode ser oferecido a um mercado para satisfazer um desejo ou necessidade. Na indústria um produto é resultado de atividades ou processo. Nesse caso, o carvão é um produto porque ele era resultado de uma atividade associada à todo um processo de produção realizada pelo trabalhador rural que fazia e depois vendia o carvão, resultado do seu trabalho, nas feiras livres.

Derruba a mata, passa o fogo e queima, corta a lenha pra botá dentro do forno pra fazer o carvão. O forno cava um buraco no chão enche de lenha. Depois pega o capim joga por cima da madeira, depois joga terra por cima do capim, deixa uma boca aberta e chega do outro lado coloca o fogo e vem queimando. Quando sai na outra boca o carvão já está feito, já está queimado, já queimou aquela lenha, já é carvão.<sup>264</sup>

Também sujeito desse universo, Vitalina Santos Souza, cor negra, nasceu numa zona rural do município de Santo Antônio de Jesus e foi uma feirante que muito trabalhou em sua infância para ajudar sua mãe na sobrevivência da vida cotidiana. Ao acompanhá-la, quando ainda tinha 10 anos de idade, para “colocar barraca” na feira-livre daquela cidade, Vitalina Santos Souza saía à pé da Jueirana, área rural do município, cerca de 08 quilômetros de distância. Ao falar das dificuldades que tinha para levar as mercadorias para serem vendidas na feira, relembra que ela e sua mãe levavam

Tudo na cabeça, era tabuleiro\* de bolo, outros trazia assim, como é? Naquele tempo não era alumínio, era barro, aquela panela de barro, trazia na cabeça. Tinha vez que tirava do fogo naquela hora e jogava na cabeça. Às vezes, quando sentia assim dor de cabeça, minha mãe, né? Dor de cabeça, aí dizia assim: “Ai meu Deus! Isso foi da panela quente”. Botava aquela arrudia bem grande, viu, mais mesmo assim ela achava que passava. Né? Sabe? A pessoa andando da Jueirana, do fim da Jueirana, porque a Jueirana aqui é muito fácil, mais do fim da Jueirana com a panela de coisa na cabeça, de Miguzá\*, esse negócio era difíce, viu?<sup>265</sup>

A primeira observação que se pode extrair do fragmento do relato é que Vitalina Souza e sua mãe eram feirantes que vendiam produtos transformados. Ou seja, compravam matéria prima nos armazéns e também na feira livre da cidade para fazerem bolos, mungunzá, dentre outras iguarias que elas comercializavam naquele mercado. Eis aqui outra categoria de feirante. Outro aspecto a se destacar é que, nos anos 1950, a falta de recursos financeiros não permitia a Vitalina Souza e sua mãe disporem de um animal para transportar suas mercadorias, pois ela tinha oito filhos para criar e mesmo com seu esposo trabalhando, não conseguia soldos para tal empreendimento porque ele destinava boa parte do seu salário aos jogos de azar.

<sup>264</sup> Depoimento de Esmeraldo Nunes dos Santos. Feirante. Avenida Juracy Magalhães n. 430, Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascido em 04/09/1939. Entrevista 15/08/2015. Pg.02.

<sup>265</sup> Depoimento de Vitalina Santos Souza. Rua do Calabá nº 301. Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascida em 1936. Entrevista realizada em 2006. Pg.03.

Segundo Afrânio Garcia Jr. “efetivamente ter cavalos ou burros é condição básica de qualquer feirante. Não ter animais, como são designados os cavalos e burros, significa grandes dificuldades em ter na feira uma fonte de renda”.<sup>266</sup> Dessa forma, essa feirante não possuía um dos elementos básicos para esse mundo do trabalho, sobretudo quando se trata de pensar essa atividade nos anos 1950-1970. Isso a colocava numa situação de desvantagem perante seus pares.

Outro feirante que compartilhava experiências de luta pela sobrevivência na roça e começara a trabalhar ainda criança foi Augusto Soares da Silva. Negro, nascido em Sapeaçu, na Bahia, aos oito anos de idade Augusto Soares da Silva deixou a enxada, foice e o facão e acompanhou a sua família: “porque a coisa não tava ficando boa pra trabaio, meu pai procurava um lugá que pudesse trabaia e lá não achava terreno em abundança”<sup>267</sup>; portanto Augusto Laranjeira passou a perambular pelas cidades do Recôncavo baiano em busca de novas alternativas de trabalho.

Ao chegar em Nazaré das Farinhas, Augusto Soares lá permanecera por cinco anos por causa da pescaria de mangue. Entretanto, o ato de pegar caranguejo em Coroa Grande não fora o suficiente para ele, e na busca de um lugar, para ver se encontrava uma colocação melhor no mundo do trabalho, esse homem viu na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus uma possibilidade e, mais tarde, na feira de Água de Meninos na capital baiana, outra possibilidade de expansão dos seus negócios. Embora os pais de Augusto não tenham sido feirantes, ele se iniciou nesse ofício porque vislumbrou na feira um lugar de trabalho que lhes possibilitaria mudar de vida.

Também seguindo os trilhos que conduziram sujeitos da roça para o universo das feiras, a parda Maria dos Santos Souza, uma viúva e mãe de quatro filhos, por ela já considerados “bem criados”, identifica-se racialmente como morena, vive feliz, diz ser uma das alegrias da feira. Trabalho, casa e igreja formam a tríade que justifica sua existência. Porém, por já ter ultrapassado a fronteira dos 70 anos ela desafia seus filhos que acreditam que não é mais para ela estar trabalhando naquele lugar por considerarem a feira já um espaço de trabalho impróprio para uma mulher idosa.

Maria dos Santos Souza nasceu numa roça localizada no município de Aratuípe, 40 quilômetros de distância da cidade de SAJ, também região do Recôncavo Sul baiano. Seu pai

---

<sup>266</sup> Afrânio Garcia. *Op. Cit.* Pg.62.

<sup>267</sup> Entrevista de Augusto Soares da Silva. Rua Marita Amâncio S/n Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascido em 1916. Entrevista realizada em 2006. Pg.02.

possuía uma propriedade rural, produzia carvão e se deslocava para vender na feira-livre de Santo Antônio de Jesus. Maria estudou até a 4ª série numa escola na zona rural e tivera a oportunidade de aprender o ofício de corte e costura em um curso em que era a única aluna da turma, graças à condição de vida do seu pai que pudera financiar o aprendizado de tal ofício. Aos 20 anos de idade, Maria do feijão – como é conhecida na feira e na cidade – se casou, segundo ela, “sem nunca ter dado um beijo na boca” e veio morar numa região rural denominada Cocão, aproximadamente 20 quilômetros do município de Santo Antônio de Jesus. Lá, ela se dedicava a costurar roupas para moças de várias regiões, inclusive vestidos de noiva. Em meio a essa tarefa, Maria do feijão administrava e atendia os fregueses que frequentavam sua venda, enquanto seu marido cuidava das terras que possuía e vendia farinha na feira-livre do mesmo município. Ela se tornou feirante quando saiu da roça e veio morar na cidade nos meados dos anos 1960. O motivo do seu deslocamento foi poder proporcionar “estudo para meus filhos”.<sup>268</sup> Dona Maria, a Maria do Feijão, adentrou no ofício de feirante seguindo a tradição familiar, primeiro seu pai, depois seu esposo.

Também oriundo de Mutuípe, na região rural de Terra Seca e fruto de uma família de 10 filhos, Esmeraldo Nunes dos Santos, cor parda, andar sereno, sorriso composto de um misto de tristeza e alegria, manteve a tradição de seus pais ao trazer também 10 herdeiros para o mundo. Esmeraldo da cebola, como é conhecido por seus pares e fregueses, relembra o passado ressaltando a condição social de seus pais como “fraquinhos”. Seu pai era proprietário de um pequeno terreno na zona rural e em meio às atividades agrícolas em sua própria terra, “dava dias de trabalho” em terras de outros proprietários, para garantir a sobrevivência dos filhos. De uma maneira muito enfática, Esmeraldo da cebola narra que nenhum dos filhos de seu pai “deram dia de trabalho a pessoa alguma, nunca”.<sup>269</sup> O tom com que esse feirante se expressou nesse momento de sua narrativa pode nos dizer muito sobre sua família e a forma como foram preparados para enfrentar a vida no futuro. Mas, sobretudo, pode dizer muito sobre as relações no campo no Recôncavo baiano naquela época.

Desencantado com uma colheita na sua roça que não prosperou, Esmeraldo Nunes em meados dos anos 50 do século passado, resolveu acompanhar dois de seus irmãos que já eram feirantes – João Nunes e Augusto Nunes – e dividir o ofício com eles vendendo na feira-livre da cidade de Nazaré das Farinhas, lugar onde teve suas primeiras experiências no mundo do

---

<sup>268</sup> Depoimento de Maria dos Santos Souza. Feirante. Rua Tenente Coronel Bandeira de Mello nº 223. Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascida em 25/03/1938. Entrevista 12/11/2013. Pg.04.

<sup>269</sup> Essa expressão na cultura local significa trabalhar em terras ou fazendas de grandes proprietários rurais sob o regime de jornada de trabalho diária. Ou seja, trabalhar durante o dia e receber a remuneração ao final do dia, no final do expediente de trabalho.

trabalho fora da roça comercializando carvão. Depois parou de trabalhar na cidade de Nazaré e começou a desempenhar esse ofício na feira de Santo Antônio de Jesus.<sup>270</sup>

Um redemoinho de experiências marcaram/marcam a vida desses sujeitos. As suas memórias e os depoimentos abriram-se caminhos ao passado que me revelaram fatos e significados até então invisíveis a mim enquanto historiador.<sup>271</sup> Dito isto, algumas ilações já podem ser feitas a partir das histórias desses homens e mulheres aqui narradas. Segundo Paul Thompson, em termos de tema, existem quatro forças e potencialidades especiais do trabalho com pesquisa oral – Vozes ocultas, esferas ocultas, esfera dos mitos e das tradições orais e estabelecer conexões através das vidas. Ele destaca que a infância está entre as esferas ocultas, ou seja, aspectos da vida da maioria das pessoas que raramente são bem representados nos arquivos históricos, ele ressalta que a infância é uma experiência surpreendentemente oculta e é preciso “recuperá-la”.<sup>272</sup>

Concordo com Paul Thompson, no sentido de percebermos que o mergulho nas experiências da infância na roça desses feirantes pode revelar aspectos ainda não estudados da cultura e do mundo do trabalho desses sujeitos. As histórias de Vitalina Souza, que acompanhava sua mãe nas longas jornadas de trabalho desde os dez anos de idade, de Augusto Soares da Silva, que acompanhou seu pai aos oito anos, e muitas outras, são experiências que mais tarde comporiam os estilos de vida, cultura, trabalho e movimentos característicos desse grupo social. Aqui entendo grupo social a partir da concepção da historiadora Simona Cerutti, quando pensa categoria social e afirma:

que não é só a profissão que identifica os indivíduos, é preciso desenhar um horizonte que vá além da profissão ou do estatuto social. Não podemos renunciá-la, mas rediscutir os pressupostos e enfrentar as contradições. Ela chama a atenção para a necessidade de interrogar as experiências dos sujeitos e perseguir seus percursos individuais a fim de reconstituir a variedade de suas experiências nos diferentes campos da vida social.<sup>273</sup>

<sup>270</sup> Esmeraldo Nunes. *Op. Cit.* Pg.02.

<sup>271</sup> FUNES, Eurípedes. Mocambeiros, nordestinos e seringueiros. *Histórias e Memórias*. In: MONTENEGRO, Antônio Torres; NETO, Regina Beatriz Guimarães. (Orgs.). **História, cultura, trabalho:** questões da contemporaneidade. Recife-PE.: Editora UFPE, 2011. Pg.192.

<sup>272</sup> THOMPSON, Paul. **História Oral e contemporaneidade**. Belo Horizonte-MG.: UFMG, 2000. Pgs.16-17.

<sup>273</sup> Ver: CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro. UFRJ/FGV. 1998. CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. Pgs.183-187.

Interrogar as experiências desses feirantes, perseguir seus percursos individuais para reconstituir a variedade de suas experiências nos diferentes campos da vida social, que vai por exemplo, da fé ao mundo do trabalho, parece-me uma ótima opção e possibilidade para melhor compreender a condição dos feirantes na região do Recôncavo baiano, mais especificamente um trabalhador da feira livre de Santo Antônio de Jesus entre os anos 1950-70. As narrativas desses homens e mulheres indicam várias questões que podemos responder sobre as formas e modos de inserção no ofício e na feira livre.

A primeira é que em várias trajetórias e histórias de feirantes, o mundo da criança imbricava-se com as atividades referentes ao mundo do trabalho dos adultos. Eram meninos e meninas que seguiam solidários aos seus pais, ajudando-os na plantação, cultivo, transporte e na venda das mercadorias na cidade. Muitas dessas experiências de solidariedades já existiam nas roças quando essas crianças ajudavam seus pais desde a lida na preparação da terra para o plantio até à colheita das roças, participavam do beneficiamento da mandioca, do milho, do fumo e do trato da criação miúda, entre outras atividades. Então, muitos deles adentravam no ofício de feirante ainda criança e jovens, por tradição familiar, na condição de produtor e vendedor, como é o caso de Vitalina Souza, Esmeraldo Nunes, Elizeu Mota e Antônio Virgílio, esses dois últimos, como veremos mais adiante. Outros como Augusto Soares da Silva e João Nunes dos Santos, ainda não possuía familiares nesse ramo de comércio, mas a luta pela sobrevivência e conquista de uma condição de vida melhor fizeram com que eles vislumbrassem na feira livre uma oportunidade para tal êxito.

A segunda é que vários dos feirantes iniciaram a prática e aprendizado nesse ramo de trabalho em outra feira livre – na secular feira de Nazaré das Farinhas – por ser essa feira até a primeira metade do século XX, a mais famosa e movimentada da região do Recôncavo da Bahia. Alguns feirantes só deixaram de vender na feira de Nazaré, quando ela começa perder movimento e importância, como foi o caso dos feirantes João Nunes dos Santos, Esmeraldo Nunes, Elizeu Mota e muitos outros. Existia uma relação bastante estreita desses trabalhadores com a cidade de Nazaré. A feira livre desse município foi o laboratório para as primeiras experiências de trabalhar como feirante para várias pessoas, sobretudo o universo masculino.<sup>274</sup> Essa questão me leva a reafirmar a relação histórica existente entre essas duas cidades, e esse é mais um dos componentes que baliza essa relação.

---

<sup>274</sup> Nesse universo é possível perceber algumas questões relacionadas à categoria gênero. Irei abordar essa questão mais a frente no capítulo específico que reflito sobre o Trabalho dos feirantes.

Uma terceira questão é a origem humilde dos homens e mulheres feirantes que exerceram tal ofício na feira livre de Santo Antônio de Jesus. Essa feira atraía pessoas de várias cidades e contextos sociais diferentes da região, a exemplo de Sapeaçú (Augusto Laranjeira), Aratuípe (Esmeraldo da Cebola e Maria do Feijão), Dom Macedo Costa (Antônio do Chapéu), Castro Alves (Brasilina Maria de Jesus); dentre outras. A feira livre de Santo Antônio apresentava uma grande capacidade atrativa para aqueles que nela adentravam impulsionados por várias escolhas e motivações, como é o caso de Elizeu Lopez da Mota, que nasceu na Fazenda Riachão, próximo ao 53,<sup>275</sup> zona rural de Santo Antônio de Jesus.

Essas questões até então, invisíveis, sobre as experiências dos feirantes que trabalhavam/trabalham na feira livre de Santo Antônio de Jesus me leva a pensar sobre o primeiro pressuposto que torna a história oral diferente, conforme observou Alessandro Portelli. Segundo ele, entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos. Entrevistas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas.<sup>276</sup>

Com uma jovialidade e um sorriso esfuziante, Elizeu Mota é branco e um dos personagens bastante conhecido na feira, atuando nesse universo há mais de 60 anos. Ao falar de aspectos de sua vida diária ainda na infância, Elizeu Mota lembrou que por volta dos anos 1953 iniciou-se no ofício de feirante acompanhando seu pai até a feira para vender farinha no mercado, segundo ele “no tempo que vendia a medida não vendia a peso”.<sup>277</sup> Quando o seu pai ficou doente, Elizeu Mota assumiu o comércio com 15 anos de idade. Ele foi mais um trabalhador que aprendeu o ofício por tradição familiar e foi introduzido no ambiente da feira livre por esse mesmo caminho.

A maioria dos feirantes não tiveram oportunidades de estudar por causa das dificuldades financeiras de seus familiares, ausência de escolas nas zonas rurais e porque quando crianças tinham que trabalhar com seus pais, quando não, dividiam o tempo do estudo com o tempo do trabalho. Antônio Virgílio Souza, vulgo Antônio do Chapéu, se identifica racialmente como branco, nasceu na fazenda Santo Antônio, zona rural das Três Bocas, no município de Dom Macedo Costa, é outro feirante que cursou apenas as séries iniciais do

---

<sup>275</sup> Não foi possível explicar o porquê dessa designação 53, com o que ela está relacionada e suas implicações até o presente momento. Irei investigar a questão para esclarecê-la.

<sup>276</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**. São Paulo. Vol. 14. Fev. 1997.

<sup>277</sup> Entre os anos 50 e 60 do século XX, a medida utilizada para a vendagem das mercadorias na feira livre de Santo Antônio de Jesus era o litro e também existiam medidas de latas ou madeiras de várias quantidades. Exemplo, existia medidas de lata de 5 e 10 litros para a farinha.

primário. Pai de quatro filhos, um deles fruto de adoção, Antônio estudou “até o 4º livro”. Seu pai, além de trabalhar no plantio e colheita de produtos agrícolas na roça, criava e matava porco<sup>278</sup> para vender nas feiras livres das cidades de Santo Antônio de Jesus e Nazaré das Farinhas. Na década de 60 do século XX, Antônio do Chapéu aos 20 anos começou vender carne de porco na feira de Santo Antônio de Jesus, atividade essa que ele continua desempenhando até os dias atuais.<sup>279</sup> Com certeza, seu pai foi seu maior inspirador para que ele adentrasse no ofício e na feira.

Na trajetória dos caminhos que conduziram tantos sujeitos ao mundo da feira livre também se encontra Brasilina Maria de Jesus Pires que nasceu em Boa Paz, zona rural da cidade de Castro Alves. Logo cedo, ainda criança, perdeu seus pais e foi adotada e criada por um amigo de seus pais chamado Santinho. Ela não aprendeu as primeiras letras quando era criança e só adquirindo tal habilidade quando foi para Santo Antônio de Jesus e cursou o Mobral<sup>280</sup> aos 45 anos de idade. Segundo ela, a infância “foi o tempo que eu passei mais melho de minha vida, perdi pai, perdi mãe, mais brinquei muito de boneca”. Na narrativa de Brasilina Maria o tempo de criança difere muito da maioria dos sujeitos desta pesquisa. Ela não teve experiência de começar a trabalhar em seus primeiros anos de vida como diversos feirantes. Ela afirma que só começou a vida dura depois que casou aos 19 anos.

Em sua trajetória no mundo do trabalho, morando ainda na cidade de Castro Alves, ela plantava e colhia mandioca, fumo, feijão, pimentão, batata-doce, cebola e alho. Seu esposo trabalhava na enxada na roça para seus patrões num “sistema de meia”. Ao lado de seu esposo “ganhava café no quintal dos outro” e depois começou a trabalhar numa olaria que produzia cerâmica na mesma cidade. Logo quando chegou no município de Santo Antônio de Jesus, ela trabalhou de “quebrar pedra” numa pedreira localizada no Sururú, zona rural dessa cidade. Insatisfeita por causa da predominância do universo masculino nesse ramo de trabalho, motivo pelo qual tornava esse ambiente inóspito à figura feminina por causa do respeito que quase sempre ali faltava, Brasilina decidiu afastar-se dessa atividade. Em seguida iniciou-se no ofício de feirante acompanhando seu esposo que tomava conta de uma grande fazenda na cidade de Santo Antônio e o proprietário concedeu-lhe a permissão de plantar e cultivar. O

---

<sup>278</sup> Observe-se aqui que esta é uma outra condição dentro da categoria profissional dos feirantes. Ou seja, aqueles que criam e matam animais para revender na feira livre.

<sup>279</sup> Depoimento de Antônio Virgílio Souza. Lavrador e Feirante. Zona rural dom Macedo Costa. Nasceu em 24/05/1949. Entrevista 23/07/2015. Pg.02.

<sup>280</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade e ainda permiti-lhes melhores condições de vida.



Esposo de Brasilina vendia os frutos da produção, carne, dentre outros produtos na feira livre desse município.<sup>281</sup> Apesar desse tempo ser uma importante dimensão da sua história, ela não gostava de trabalhar na feira-livre.

Embora estivessem atuando no mesmo espaço de trabalho, a história das formas de inserção dos feirantes no ofício e na feira demonstra ser ampla e plural. Isso indica que as experiências desse grupo social foram moldadas por um conjunto de escolhas, motivações, interesses, expectativas, estratégias e intenções diversas. Nesse sentido, é preciso levar em consideração os aspectos do cotidiano, a diversidade étnica e cultural. Entender que a experiência atuou na constituição do que penso ser um feirante. A reconstituição das trajetórias apontam que a experiência desses sujeitos na sua formação e na história desse universo de trabalho traduz-se como algo extremamente relevante e revelador. As trajetórias dos feirantes, levando em consideração as suas múltiplas experiências, demonstraram-se multifacetadas e plurais e muito pode nos dizer sobre os modos de inserção desses homens e mulheres no ofício de feirante e na feira, se forem interrogadas.

A partir de uma concepção de história que leva em consideração a experiência dos sujeitos históricos, experiência que, além de mediada pelas relações de produção, é também resultado de dimensões culturais em momentos históricos específicos, compartilho das ideias de E. P. Thompson, para reconstituir as trajetórias desses trabalhadores em seu processo histórico enquanto trabalhador da feira livre e também para pensar na condição de vida desse grupo social. Entendo que tornar-se um trabalhador, vendedor ou negociante da feira acontece dentro de um processo de autoformação que ocorre efetivamente a partir das experiências vivenciadas e aprendidas por homens e mulheres concretos e reais. As experiências dos feirantes remete-me pensar em um universo permeado de valores inscritos na vida e nas relações sociais aqui entendidos a partir da concepção de Thompsoniana quando afirma que

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas, etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento), no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria.<sup>282</sup>

---

<sup>281</sup> Depoimento Brasilina Maria de Jesus Pires. Ex-feirante. Aposentada. Rua Viriato Lôbo nº 523, centro. Nasceu em 13/05/1929. Entrevista 06/08/2015. Pg.03.

<sup>282</sup> THOMPSON, E. P. A. **Miséria da teoria:** ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981. Pg.194.

O que Thompson afirma pode se notar nas narrativas dos sujeitos feirantes que suas vidas estão desenhadas e circunscritas num mundo de valores que norteava e justificava sua existência: a busca por um trabalho que lhes permitisse maior liberdade e dignidade, ajudar seus pais a criar os filhos, poder proporcionar estudo e educação formal para a prole, libertar-se da dominação e exploração no mundo do trabalho à qual alguns estavam submetidos no mundo rural, principalmente pelo fato de não possuírem terras. Originários de condições sociais pautadas pelo universo da roça, porém, diversas, múltiplos foram os motivos que impulsionaram esses homens e mulheres a adentrarem nesse ofício. Através das narrativas pode-se fazer a seguinte observação: a escolha da feira pode ser também a busca por um vínculo com a tradição familiar, o aprendizado transmitido de pais para filhos, dentre outros membros da família e laços consanguíneos, porque mesmo aqueles que não se iniciaram via inserção familiar, seus descendentes atuaram também na feira livre. Mas poderia ser também a superação da tradição de pequeno produtor rural pela de comerciante.

Essa maneira de se inserir no ofício de feirante, esse pertencimento, a forma de ver a feira como “um bem”, são elementos que representam dimensões das identidades dos feirantes no Recôncavo Sul da Bahia. A família significa a própria reprodução dessa memória, da história e da existência. A feira livre concretiza as relações de trabalho, de sobrevivência e os modos de viver, mesmo tendo alguns que não gostavam de trabalhar nela. Tudo isso envolvido numa tradição moldada nas teias dos laços culturais. Mas, a partir das narrativas, é possível perceber também que há entre os feirantes uma negação do mundo rural. Então, de que maneira esses sujeitos afirmam uma identidade rural mas também negam esse mundo?

A meu ver, só pensando a vida na perspectiva da ambivalência poderemos entender essa nuance que ocorria nas experiências dos sujeitos aqui pesquisados. A feira livre aparece como um lugar privilegiado, lugar da fatura, lugar que se pode obter prestígio, porta de entrada, meio de “embarcação” mais efetiva para adentrar no universo da rua e das atividades comerciais.

A amizade também influenciava a entrada de pessoas nesse universo. O que existe em comum nessas histórias é que, entre os anos 1950-70, a capacidade dessa atividade comercial ser um grande atrativo para muitas pessoas de níveis e condições sociais diferenciadas, principalmente das zonas rurais de várias cidades do Recôncavo da Bahia, que vislumbraram ali horizontes possíveis para suas vidas. Por exemplo, Maria do Feijão era uma mulher que possuía uma condição social favorável, mas mesmo assim, ao ir morar na cidade com o intuito de oferecer estudo para seus filhos, adentrou no ofício de feirante.

Outra leitura pode ainda ser feita sobre esse contexto. As experiências desses sujeitos sugerem percebermos a ruptura que estava ocorrendo nas relações sociais e também no mundo do trabalho na região do Recôncavo da Bahia e muitas pessoas viam na feira uma nova possibilidade no cenário regional. A Feira, além da grande capacidade e potencialidade para venda e compra de produtos e mercadorias, e de apresentar um desenvolvimento comercial contínuo e próspero, esses elementos devem ser conjugados com uma prerrogativa impar desse universo: a feira livre era o espaço da liberdade onde indistintivamente todos podiam adentrar, mesmo sabendo que existia ali uma determinada lógica de privilégios para alguns indivíduos e hierarquias na organização espacial em função da condição do sujeito e de suas relações sociais. O antropólogo Sidney Mintz afirma que

as pessoas conduzem a maior parte das suas ações com base em suas experiências e aprendizados passados. Tais aprendizados e experiências podem ser amplamente compartilhados, mesmo de uma maneira não uniforme.<sup>283</sup>

Dessa forma, acredito que as experiências anteriores, que configuram o passado dos feirantes, foram múltiplas, representadas e sentidas por eles de maneira diferenciada e são bastante significativas para entendermos suas trajetórias de vida no mundo do trabalho. Mas que isso, as experiências serviram de instrumento para influenciar ações, atitudes e decisões de muitos homens e mulheres que em algum momento de suas vidas optaram por comercializar e viver no universo da feira livre de Santo Antônio de Jesus. Esta, a partir da segunda metade do século XX, apresentava dentro da dinâmica comercial uma capacidade atrativa na cidade e na região para muitos homens e mulheres do interior de vários lugares, pertencimento étnico-racial e status social. Mas porquê essa cidade era um grande atrativo na região no referido período?

Porque havia a ideia de que Santo Antônio de Jesus era uma cidade já grande, havia ali uma concentração e comercialização de uma diversidade de produtos, meios de transportes mais acessíveis, possibilidade mais abundante de conseguir produtos para alimentação, um sistema de estrada de rodagem estava se desenrolando, dentre outros. E a feira era um espaço que se inseria nesse campo de atratividades ofertadas naquela cidade, naquela ocasião.

---

<sup>283</sup> MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro – UFF. Vol. 14 n° 28. Jan-Jun. EDUFF, 2010.

#### 4 AS MÚLTIPLAS FACES DO LABOR

Quando nos deparamos com os feirantes vendendo seus produtos e mercadorias nas feiras livres, não temos dimensão do leque de experiências que marcaram/marcam o mundo do trabalho dessas pessoas. A expressão “mundos do trabalho” cunhada pelo historiador Eric Hobsbawm e que deu título ao livro em que o autor, sobretudo, aborda a experiência operária em diferentes países e épocas, inspirou vários estudiosos a pensar a complexidade que envolve o mundo do trabalho de qualquer classe ou grupo social independente de tempo e espaço.

“Mundos do trabalho” inspira-nos, também, a pensar nas especificidades, singularidades e peculiaridades que configuram a dinâmica do labor de cada ofício ou categoria profissional. Nesse sentido, os feirantes que trabalhavam na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus, entre os anos 1950-70, vivenciavam um “mundo do trabalho” construído cotidianamente a partir de múltiplas experiências que davam sentido às suas vidas. A vida dura, conforme esses trabalhadores evidenciaram em suas narrativas, traduz que esses homens e mulheres desenvolviam uma atividade rotineira, especializada e constituída por várias etapas.

Entre a roça e a rua, com suas experiências individuais e coletivas, com objetivos, às vezes, distintos, às vezes, semelhantes, lá estavam eles, homens e mulheres que, ao mercadejarem seus produtos e mercadorias na feira, desempenhavam um papel social importante para comunidade local e regional.

Considerando esses aspectos, minha preocupação é estudar os feirantes como grupo social – sem reduzi-los a supostas lideranças ou expressões organizativas como sindicatos ou associações<sup>284</sup> – e pensar na/sobre a história da experiência vivida por esses homens e mulheres. Portanto, o objetivo desse capítulo é adentrar no universo das experiências desses feirantes para analisar e refletir sobre o mundo do trabalho desses sujeitos e demonstrar sua composição.

---

<sup>284</sup> Não existe na história dos feirantes que atuaram na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus, nenhum indício de que eles em algum momento se preocuparam em criar algum sindicato ou associação.

#### 4.1 Trabalho na roça

Vimos no capítulo anterior, que os feirantes que fazem parte dessa pesquisa eram/são homens e mulheres da roça, trabalhadores rurais que, antes de exporem e comercializarem seus diversos produtos e mercadorias na feira livre, se ocupavam com várias atividades e tipos de trabalhos na roça. Uma dessas experiências pode ser percebida a partir desse relato:

Eu, quando era criança, sempre ajudei a minha mãe a trabaiar na roça. Comecei a trabaiar na mandioca e fumo, aí nós panhava lavoura lá e minha mãe panhava café de ganho. Ela botava aquele cesto\* marrado na cintura pra panhar café, pra conseguir o ganha pão. Pra vender, pra fazer a feira da gente. Aí, quando fui crescendo e ela plantava fumo, moiado de fumo, aí a gente apanhava 5 horas, é. 5 de manhã e a tarde. O dia seca e fica no pé do fumo até dá 5 horas. Aí, manha de manhã cedo, ia catar, catar. Quando o fumo tava seco, é tava maduro, pra manocá\*, pra trazer pra vender, aí pra comprar as besteiras, né? Aí, pra comprar uma roupa, um sapato. Aí, trabaiava de cortava fumo. Nós tava pequeno e ela botava a gente pra começar, ensinando a trabaiá, eu tinha lá uns 4 anos, tinha minha irmanzinha que era maiorzinha, tinha 5 anos.<sup>285</sup>

Esse trecho da narrativa de Clementino Ferreira me conduz a indagar: qual a lógica da vida dos roceiros, produtores rurais e suas famílias que residiam na região do Recôncavo baiano nas primeiras décadas da segunda metade do século XX? Em um instigante artigo sobre lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa, Alf Schwarz mostra como nos países de terceiro mundo há uma lógica antagonística que é a base da organização dos trabalhadores do campo tradicionais e aquela da agricultura moderna. Esse autor argumenta que a lógica tradicional da produção da segurança de vida, em nível local, não pode se casar com aquela da produção de um excedente mobilizável com vistas à acumulação em nível nacional. Sobre a produção da segurança dos camponeses o autor afirma que,

O funcionamento básico de uma unidade agrícola tradicional repousa, como se sabe, na combinação de três grandes fatores de produção: a terra, os meios de produção (próprios, alugados, emprestados ou subsidiados) e a mão-de-obra que no final de um ciclo produtivo resulta em uma produção que será, economicamente falando, dividida em dois elementos: a produção necessária (PN) e o Excedente. (...). A produção necessária é constituída essencialmente, pela parte da produção que serve ao auto-consumo e pela parte da produção agrícola, cujo produto de venda serve, por um lado, para

<sup>285</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.1.

comprar os bens indispensáveis para a satisfação das necessidades essenciais dos produtores rurais e de sua família (a reprodução da força de trabalho) e, por outro lado, para a reprodução dos meios de produção (compra e substituição de ferramentas, derrubadas para substituir as terras em alqueive, sementes, insumos diversos, etc.).<sup>286</sup>

O Trabalho é uma das ações que permeia toda a história de vida dos feirantes e um dos elementos mais marcantes em suas memórias. Tudo se organiza em função dele, a própria vida se dinamiza, ganha sentido e significado em torno do mundo do trabalho. A narrativa de Clementino Ferreira é bastante emblemática quando aponta que ele, já aos 4 anos de idade, estava inserido no labor da lavoura. A história dele assemelha-se à de vários feirantes que desde cedo estavam junto a seus pais labutando em diversas atividades no campo, dando vigor ao que se entende por trabalho familiar e sobretudo, percebermos a roça como unidade produtiva.

Outra característica comum entre os vários homens e mulheres feirantes, que foram sujeitos desse estudo, é o fato de trazerem, em suas narrativas, o trabalho na lavoura da mandioca e do fumo como suas primeiras experiências da atividade manual, nas quais eles estavam inseridos em todo processo produtivo, deste a plantação até a colheita. O que afirma a tradição de um Recôncavo baiano em que a cultura da mandioca e do fumo, desde a escravidão, se apresentam como fortes traços identitários tanto da região como das pessoas que nela habitam e ali tecem diversas relações sociais.

Posso fazer um paralelo entre as concepções teóricas de Alf Schwarz e a realidade empírica vivenciada por Clementino Ferreira, pelo fato de que a narrativa desse feirante mostra que a manutenção da vida dependia dessa dinâmica, porque era com o fruto do trabalho familiar que esses produtores rurais “faziam a feira”, compravam roupa e sapato e ainda as “besteiras” necessárias para a sobrevivência. Besteira dentro da cultura dos feirantes significava poder comprar, de maneira bastante limitada, alguns alimentos que eles não produziam, artefatos ou alguns produtos necessários para a vida cotidiana, como uma bainha de facão, um candeeiro, uma enxada, sementes, pão, etc.

O trabalho era uma atividade rotineira, cotidiana e diária na vida dos pais e daqueles que se tornariam feirantes no futuro muito próximo, já que, entre os anos 50-70 do século passado, a feira livre era um horizonte possível, uma opção ou uma alternativa viável de

---

<sup>286</sup> SCHWARZ, Alf. **Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa**. Tempo Social. Revista Sociologia. USP. São Paulo, V. 2. I Semestre 1990. Pg.82.

trabalho no universo da rua, ou seja, da cidade. O relato do feirante Clementino Ferreira mostra ainda que o chefe de família, pequeno produtor rural, nesse caso, sua mãe, tinha a responsabilidade de prover a subsistência da prole. Todavia, não quer dizer que o fizesse só a partir dessa atividade, também organizava as tarefas a ser desenvolvidas pelos membros da unidade familiar na roça. Esse feirante lembrou que quando sua mãe saía “A gente tinha que tafar\*, ela dava a tarefa pra gente, que era pra nós cavar cova, cavar mandioca, tomar conta de animá (...)”.<sup>287</sup>

Não podemos homogeneizar porque há “casos e casos” – pequenos proprietários, meeiros, trabalhadores de ganho, etc. Mas geralmente, era com o produto da roça que abastecia a casa, tanto servindo para o consumo próprio como para ser vendido e gerar o dinheiro que custearia os próprios meios de produção (enxadas, facões, cavadores, martelos, arames, sementes, adubos, jegues, cavalos...). Assim como eram os frutos da roça que abasteciam o lar, eram as atividades desempenhadas dessa/nessa roça que eram designadas de trabalho pelos feirantes. Dessa maneira, esse tipo de atividade familiar realizado por pais, mães e filhos, obedecia uma lógica em que os participantes são reunidos segundo relações diferenciadas do trabalho assalariado. No capítulo II, abordei que na condição de produtor rural, homens, mulheres e crianças extraíam da roça uma série de “bens” que, uma vez transformados em produtos e mercadorias, eram destinado à comercialização na feira livre, principalmente a de SAJ. Isso implica afirmar que esses sujeitos trabalhavam desde o plantio e cultivo de vários produtos agrícolas, como fumo, mandioca, café, feijão, hortaliças e verduras, até à retirada de madeira e matos, produção de carvão, criação de animais, cozimento de bolos, de mingau, de diversas comidas que eram levadas para serem vendidas na feira, além de se encarregarem do serviço doméstico.

No contexto da cultura dos feirantes, duas palavras aparecem na memória como características marcantes dessa relação: ajudar e operar. Ao falar de sua realidade, em que ele plantava a mandioca, produzia a farinha e depois levava para ser comercializada, o feirante Elizeu Mota relembrou uma experiência que vivenciou no ano de 1955:

Meu pai ficou doente. Eu mesmo, eu vinha mais ele<sup>288</sup> pra feira vender farinha no mercado que era lá na praça onde é o jardim hoje e com 12 anos eu já vinha mais ele **ajudar** porque naquele tempo não vendia farinha a

<sup>287</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.02.

<sup>288</sup> Esse aspecto da narrativa é interessante porque quer dizer que, talvez, enquanto Elizeu Mota ia ajudar seu pai mercadejar na feira livre de SAJ, outros irmãos não iam porque certamente ficavam na roça trabalhando.

peso, vendia farinha na medida, e aí eu vinha acompanhando ele, pra **ajudar a operar** ali. Abrir o saco pra botá aquela quantidade de farinha naquela medida de 5 ou 10... mas ele adoeceu e eu com 15 anos fiquei, eu tomei conta do comércio, trazia a produção que nós tinha e vendia.<sup>289</sup> **(Grifo meu)**

Ajudar aos pais era uma prática que balizava essa relação de trabalho que começava na roça e se estendia até à rua, na cidade. A maioria deles na faixa etária dos 10 a 12 anos de idade já iniciava precocemente a prática de mercadejar na feira livre. O trabalho de feirante é uma atividade que apresenta variáveis não controláveis. Questões que vão desde a saúde física até às condições da natureza, como as condições climáticas que, como veremos no próximo capítulo, podiam mudar o rumo das coisas ou influenciar nos resultados esperados por aqueles que desempenhavam tal ofício. Um bom exemplo saiu da narrativa do feirante Elizeu Mota que aos 15 anos assumiu a direção do comércio da família, porque seu pai adoeceu e não pôde exercer mais tal função. Ele era apenas um rapaz que naquele momento passara a obter obrigações de alta envergadura dentro do seu contexto familiar.

A outra expressão bastante peculiar entre eles e que caracteriza também essa relação é a palavra operar. Trabalhar como feirante era uma atividade manual cujo processo quase sempre dependia de “um outro alguém” para ajudar na operacionalização das diversas etapas na qual esse labor se desdobrava. Imaginemos, por exemplo, um dia movimentado de feira e vários fregueses pedindo determinada quantidade de farinha ao pai de Elizeu. A ajuda do ainda menino Elizeu Mota abrindo os sacos para que a farinha de mandioca fosse colocada, era de fundamental importância para a operacionalização dos negócios de sua família.

As expressões “ajudar” e “operar”, utilizadas frequentemente nas narrativas evidenciam que muitas atividades desempenhadas pelos filhos dos trabalhadores da feira, (futuros feirantes), os colocavam na condição de meninos e meninas, moças e rapazes que realizavam tarefas na labuta cotidiana ainda bastante precoces. Um bom exemplo já foi citado acima, outra experiência significativa vivenciou Clementino Ferreira que, já em 1958, assim como Elizeu Mota, também plantava mandioca, produzia farinha ainda aos 10 anos de idade e manuseava o rodicho. Como era muito pequeno e não alcançava a altura dessa engenhoca,<sup>290</sup> em seu relato revelou que “eu não dava altura, precisava de uma pessoa mais alta, aí eu tinha 10 anos, tinha de botá um banco”.<sup>291</sup>

<sup>289</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.02.

<sup>290</sup> Máquina rudimentar, que funciona de forma muito precária.

<sup>291</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.08.



Outro exemplo vem da feitura do carvão. Conforme abordei no capítulo II, este era um produto bastante comercializado na região e também pelos feirantes desta pesquisa que trabalhavam nessa produção nos anos 50 e 60 do século XX. Eram atividades precoces se colocarmos em questão as suas idades e o penoso e árduo processo de fabricação desse produto. Inclusive os feirantes que produziam e vendiam carvão, naquele período, rogavam muito aos seus santos e orixás para que essas entidades um dia os livrassem de tal martírio.<sup>292</sup>

Tudo indica que quando esses meninos tornavam-se rapazes e olhavam para as moças já com aspirações ao casamento, recebiam de seus pais uma atenção mais especial que consistia em algumas partilhas. Existia uma relação entre os pais e os filhos chamada “Partir Semana”. Segundo Antônio Virgílio, “o partir semana era assim: olha, segunda e terça e quarta, a gente trabalhava na roça do pai. E quinta e sexta e sábado, a gente trabalhava pra gente”.<sup>293</sup> Parece que essa prática que ele começou a vivenciar a partir de 1965 era o marco da transição para a fase adulta, era também o prenúncio de uma autonomia dos filhos em relação aos seus pais, autonomia essa que se concretizaria com o casamento; momento de ruptura com a parentela nuclear e formação de uma nova família.

Para os feirantes, o trabalho na roça não se limitava apenas à agricultura, criação de animais, etc. Existiam aqueles que vendiam, por exemplo, comida e outros tipos de refeições na feira. Muitas dessas iguarias eram, primeiro, feitas em casa na roça, para depois serem transportadas até a rua. A feirante Maria Plácida em seu lar, com a ajuda de outras duas filhas, fazia bolo de milho, tapioca e puba, fazia munguzá<sup>294</sup>, fazia café, vários tipos comida com carne e preparava cachaça com folhas e ervas para alimentar e saciar o desejo de muita gente na feira.<sup>295</sup>

Segundo os relatos, não existia uma distinção rígida de gênero no que diz respeito à realização dos diversos tipos de trabalho que eram desenvolvidos na roça. Isso ocorria em algumas atividades. Não encontrei nenhuma mulher fazedora de carvão e nem manuseando o rodicho, instrumento necessário para fazer a farinha de mandioca. Segundo as evidências, essas eram tarefas exclusivamente masculinas, assim como os homens também não desempenhavam as atividades domésticas, como limpar e arrumar casa, lavar pratos, lavar

<sup>292</sup> João Nunes dos Santos; Clementino Ferreira; Esmeraldo Nunes dos Santos. *Op. Cit.*

<sup>293</sup> Antônio Virgílio. *Op. Cit.* Pg.09.

<sup>294</sup> Iguaria feita de grãos de milho (geralmente branco) cozidos em caldo açucarado, algumas vezes com leite de coco ou de vaca, polvilhado com canela. É o nome da comida ritual votiva, pertinente aos orixás Oxalá, Oxaguian, Oxalufan e o Ikise Lembarenganga, tanto no candomblé como na umbanda.

<sup>295</sup> Vitalina Santos Souza. *Op. Cit.* Pgs.01-02.

roupas, etc.<sup>296</sup> Outra forma de distinção de gênero poderia se dar na criação e trato dos animais. Os cuidados com animais de criação como vaca, cabra, porco, peru, pato, galinha, etc. era tarefa feminina; enquanto que os animais de transporte/carga, cavalo, égua, burro, eram de trato masculino.<sup>297</sup>

Diante desse contexto, algumas indagações são imprescindíveis. Onde começa o trabalho do feirante? Esses trabalhadores possuem uma rotina de trabalho? Qual o percurso dessa rotina? É possível computar numericamente uma carga horária dessa atividade?

Gilmar Mascarenhas de Jesus em seu estudo sobre as feiras livres na cidade do Rio de Janeiro faz uma reflexão sobre o lugar dessa instituição na grande cidade capitalista. Um dos enfoques desse autor é a sobrevivência da feira com a entrada dos supermercados. Ao pensar sobre esse universo e seu funcionamento, ele afirma que o feirante tem uma rotina de trabalho extenuante, sobre condições geralmente desconfortáveis e frequentemente dedicando-se a uma jornada diária de 9 a 14 horas. Mascarenhas argumenta que,

Um feirante pode consumir duas a cinco horas na procura de produtos no mercado atacadista, principalmente se sua barraca for sortida, como é o caso de frutas e legumes. Pode levar duas horas para se deslocar de sua residência para a fonte atacadista e desta para a feira livre. Computa-se mais uma ou duas horas para montar a barraca e compor seu arranjo. As mercadorias ficam expostas de cinco a oito horas, dependendo do local, do movimento comercial do dia e do produto.<sup>298</sup>

Concordo com Gilmar Mascarenhas quando diz que o feirante tem uma rotina de trabalho extenuante. Todavia, esse cálculo matemático, que o autor defende, sobre a rotina

---

<sup>296</sup> Segundo os sujeitos dessa pesquisa, entre os anos 50 a 70 do século XX, as condições de moradia eram muito simples e precárias. O estado das habitações era assim vistos por eles, porque as casas eram de taipa, chão de barro e cobertas com palhas e sapê; sanitário era no mato. Quanto aos móveis e utensílios eram também simples, escassos e em pequena quantidade. O fogão era a lenha, cama de vara coberta com esteira de piri, bancos de tábuas, tamborete, potes e panelas de barro, Gamela. De acordo com as narrativas dos feirantes, as construções de tijolo e cobertura de telhas era uma raridade. É partir do final da década de 1970 e início dos anos 80 que começaram ter uma vida mais confortável. Um bom exemplo foi a passagem de deixarem de dormir em cama de esteira para o uso dos colchões e poderem construir uma casa de tijolo com chão forrado. Clementino Ferreira, *Op. Cit.*; Elizeu Mota, *Op. Cit.*; Zilda Pires, *Op. Cit.*; Elza Fróes, *Op. Cit.* Isso nos sugere pensar que a existência e composição material dos domicílios traziam marcas profundas das dinâmicas econômicas e sociais. Sendo assim, a experiência de viver uma “vida dura” também se apresentava nas condições materiais das residências dos feirantes. Uma interessante reflexão sobre as relações família e domicílio e seus usos, sentidos e significados, estão presentes na obra de Antônio Otaviano Vieira Júnior, intitulada **Entre paredes e bacarmartes: histórias da família no sertão (1780-1850)**. Fortaleza-CE. Edições Demócrito Rocha. 2004.

<sup>297</sup> Sobre essa questão ver: Afrânio Raul Garcia. *Op. Cit.* Pgs.175-176.

<sup>298</sup> JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência (1964-1989)** – Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFRJ – Rio de Janeiro, 1991. Pg.15.

desses trabalhadores, não pode ser generalizado, muito menos usado de maneira indiscriminada. Essa questão só pode ser pensada dentro das especificidades e realidades de cada contexto. Sobretudo, não se pode deixar de considerar de que categoria ou tipologia de feirante está se tratando. Dessa forma, acredito que as indagações acima poderão ser respondidas.

No caso específico dos homens e mulheres que trabalhavam na feira livre da cidade de SAJ nas duas primeiras décadas do meado do século XX, além de feirantes eles eram produtores rurais, agricultores, criadores de animais, desenvolverem outros tipos de trabalho no meio rural e ainda transportavam e comercializavam seus produtos. Portanto, suas jornadas de trabalho começavam na roça e, devido à variedade de plantios, criações e culturas, torna-se difícil computar o tempo gasto. Além disso, os feirantes moravam em localidades diferentes, logo os percursos eram distintos. Quando chegavam à feira a dinâmica da composição das barracas ou os lugares onde eles iriam arrumar e expor aquilo que seria comercializado variava de acordo com as condições de cada um. Nem todos possuíam barracas, muitos expunham suas mercadorias ao chão. Dessa forma, o tempo de permanência desses trabalhadores na feira era variável e dependia de todas essas situações.

Dessa forma, posso afirmar que eles mantinham, sim, uma rotina, porém muito condicionada à essa realidade. Portanto, nesse caso, acredito não ser possível calcular matematicamente a jornada de trabalho desses sujeitos, conforme ocorre nas relações de trabalho assalariadas; também não é possível pensar que havia apenas um tipo de rotina homogêneo para todos. Volto a afirmar que o trabalho desses feirantes começava na roça, era um trabalho precedente ao trabalho na cidade, o que demandava toda uma organização operacional que muito exigia do esforço físico e mental desses sujeitos. Com certeza muitas dessas jornadas de trabalho ultrapassavam em muito as 14 horas, conforme afirmou Gilmar Mascarenhas. Agora iremos para próxima seção desse capítulo acompanhando-os da roça à rua no transporte de suas mercadorias.

#### **4.2 Da roça à rua: o transporte das mercadorias, as condições climáticas e acidentes de trabalho**

Transportar as suas mercadorias até à rua, para ali serem comercializadas, era uma das etapas ou sequência de procedimentos para os homens e mulheres que desempenhavam tal

ofício. O transporte até a feira era parte importante da montagem desse universo de trabalho.<sup>299</sup> O deslocamento até a cidade não era tarefa das mais fáceis, já que algumas variáveis cruzavam o caminho desses sujeitos e tornavam a vida mais difícil ou, porque não falar, mais intensa. Quais eram os meios de transportes utilizados pelos feirantes para transportarem suas mercadorias até à rua? Quais mecanismos eles utilizavam para suprir as carências ou a falta dos recursos primordiais para o desempenho dessa etapa do labor?

Como o leitor já pode perceber, a trajetória de vida de alguns dos sujeitos dessa pesquisa indica que eles tiveram sua primeira experiência como feirante na secular feira livre da cidade de Nazaré das Farinhas. A distância entre esse município e SAJ é de aproximadamente 40 km; porém, se levarmos em consideração que eles saíam de zonas rurais ou de outras cidades da região do Recôncavo que estão localizadas mais distantes, a caminhada poderia, de fato, se tornar muito mais intensa.

Os homens<sup>300</sup> que se deslocavam para vender suas mercadorias na feira da cidade de Nazaré das Farinhas enfrentavam longas estradas de chão até chegarem ao destino pretendido. Nos anos 50 do século XX, o feirante Elizeu Mota enfrentava essa rotina semanalmente. Vale a pena trazer aspectos dessa lembrança,

Eu peguei uma fase também já de 12 anos em diante, meu irmão viajava muito. A gente negociava também pra Nazaré, andar 7 léguas de pé, não é pros menino de hoje. Sair 10:30, 11 horas da noite, com o candeeiro na mão, puxando o burro da guia, amassando lama, descalço, tomando chuva nas costas, pra sair daqui 10:30, 11 horas, pra chegar em Nazaré no amanhecer do dia, vendia as cargas lá, montava nesses burros, pra chegar em casa 7, 8 horas da noite. Toda semana meu irmão negociava, eu era o secretário de tá com ele e também levava produção da gente pra lá. Levei 6 anos nessa luta, sem perder um dia, uma feira, né? Uma semana, melhor dizendo, porque era toda semana.<sup>301</sup>

Dos 16 feirantes que fizeram parte dessa pesquisa, levando-se em consideração o percentual dos entrevistados que trabalharam na feira de Nazaré das Farinhas, a cifra é bastante significativa: 33%. Porém, se somarmos com a realidade de algumas famílias em que

---

<sup>299</sup> PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e Costume de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960-1990). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Salvador-Bahia, 2009. Pg.111.

<sup>300</sup> Nessa pesquisa não encontrei nenhuma mulher que se deslocava junto aos homens para vender seus produtos na feira livre da cidade de Nazaré no referido período.

<sup>301</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.04.

alguns membros – irmãos, filhos – também trabalharam nesse mercado ao ar livre, essa cifra sobe para 50%. A narrativa acima descreve uma “rotina em comum” para alguns feirantes e nos induz a pensar na importância de alguns elementos necessários durante todo trajeto.

Para os trabalhadores rurais que atuavam na feira livre de SAJ e tinham que também se deslocar da roça à rua para poder comercializar seus produtos, a realidade era muito parecida à que foi descrita acima: longas caminhadas a pé, uso do candeeiro para iluminar as estradas à noite e na madrugada, enfrentamento das intempéries, vestimentas frágeis e a companhia inseparável dos burros, jegues e cavalos.

Entre os anos 50 e 70 do século XX, o meio de transporte mais acessíveis naquele momento eram os lombos desses animais. Eram os cavalos, éguas, burros e também os bois de carga, que faziam a mediação entre a roça e a rua (mundo doméstico e o mundo externo). Conforme ressaltou Afrânio Garcia, “os animais são indispensáveis aos pequenos produtores como transporte que viabiliza o negócio. É para transporte, humano e de carga, que os animais são fundamentais”. Ele assegura que “é porque são peças indispensáveis para efetuar as operações mercantis que permitem vender a produção do roçado e realizar a feira semanal, que toda unidade doméstica tem que possuí-los”.<sup>302</sup>

De fato esses animais eram indispensáveis para o transporte das mercadorias da roça até à rua, mas, nem todos os feirantes tinham condições de possuí-los em determinados momentos de sua vida, conforme vimos no caso da feirante Maria Plácida, mãe da ainda pequena Vitalina Souza, que pelo fato de não possuir um animal de carga nos anos 60 do século passado, as duas percorriam uma distância de aproximadamente 08 kms a pé levando as mercadorias na cabeça até a feira livre da cidade de SAJ. Durante o momento em que Vitalina Souza relembrou esse aspecto de sua família e, conseqüentemente de sua vida, o tom da sua voz e sua feição mudaram, e vieram à tona sentimentos de angústia e dor, ao rememorar uma situação que gerava conflito na vida social de sua família. O que me remete a lembrar aquilo que os grandes historiadores e pensadores que desenvolvem pesquisas com fontes orais, como Portelli, Thompson, Montenegro, Américo Souza, dentre outros, observam no caráter da entrevista. Robério Américo do Carmo Souza afirma que “a teatralidade presente na entrevista, e jamais integralmente captada pela escrita, fornece um contexto de

---

<sup>302</sup> Afrânio Raul Garcia. *Op. Cit.* Pg.184.

sentido fundamental, em que as formas de expressão e os objetos podem ganhar significado”.<sup>303</sup>

Assim, a experiência de investigar as narrativas orais desses homens e mulheres que foram feirantes naquela época; trouxe-me a oportunidade ímpar de acessar a intimidade da memória desses sujeitos sociais de modo que dá à subjetividade um estatuto tão concreto e capaz de evidenciar sobre a realidade quanto qualquer outro fato.<sup>304</sup> Sem dúvida, muitos aspectos importantes e significativos da vida cotidiana e da cultura desses indivíduos estão nos porões da intimidade, como bem ressaltou Souza, e só a história oral, enquanto fonte histórica, tem essa possibilidade de trazer essa realidade vivida e nos fazer, no mínimo, imaginar o quanto um animal de carga poderia fazer uma grande diferença no ramo dos negócios desses sujeitos naquele momento, bem como o fato de não possuir um cavalo poderia causar grandes transtornos no seio de uma unidade familiar.

Os mais aquinhoados, como a família de Elizeu Mota, além de terem seus animais de carga, recorriam a outras estratégias, caso fosse necessário, com o objetivo de dinamizar os negócios em função da produção da família e, também, na condição de atravessadores. Já que, vários feirantes alternavam ou somavam a condição de produtores rurais à de atravessadores, quando começavam prosperar nos negócios e investiam nessa nova possibilidade. Ao lembrar sobre como conduzia os negócios da família, esse feirante narrou:

Agente andava com uma tropa de 8 a 10 burros, de acordo com a semana, e levava tudo quanto era coisa. As cargas naquele tempo era na medida, era 90 litros cada saco. Hoje tudo é pesado, 100 quilos, 50 quilos. Então, a carga de farinha chama hoje 100 quilos, naquela época era 180 litros cada saco. Negociava com tudo, laranja, lima, banana da terra, farinha. A gente, meu irmão comprava na região. A gente tinha uns 4 ou 5 animal, alugava dos vizinhos, fazia aquela tropa toda e saía, era uma vida difícil, não era que nem hoje.<sup>305</sup>

O relato do feirante mostra nuances de um ofício que era bastante dinâmico. Tudo poderia ser comercializado na feira, e essa possibilidade ampliava os horizontes dos homens e mulheres que estavam envolvidos nessa realidade. Outro aspecto importante diz respeito ao fato que muitos produtos e mercadorias que eram vendidas na feira livre de SAJ vinham

---

<sup>303</sup> SOUZA, Robério Américo do Carmo. Interpretação de gestos e sentimentos: a teatralidade nas narrativas da história Oral. Revista História Agora. V. 09. 2010. Pg.05.

<sup>304</sup> Idem. Pg.14.

<sup>305</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.06.

também das roças de várias cidades da região do Recôncavo Baiano, como é o caso do pai de Zilda Pires que se deslocava da zona rural da cidade de Castro Alves, cerca de 65 kms de distância, junto aos seus colegas e amigos, carregando verduras e castanha para naquele mercado comercializar.<sup>306</sup>

Dentre essas nuances, destaca-se na narrativa de Elizeu Mota, o fato de sua família alugar burros dos vizinhos. Com certeza, aí está implícito uma das múltiplas relações de solidariedades que existiam na roça, das quais os feirantes lançavam mão. Existia uma rede de solidariedade local baseada no parentesco e na vizinhança. É possível imaginar que eles poderiam obter vantagens alugando animais de carga dos vizinhos, parentes e não de desconhecidos; mas, acredito também que poderiam despertar sentimentos de inveja por parte de alguns que viam seus negócios prosperarem.

Apesar de ainda nos anos 70 do século XX o automóvel não ser uma realidade de uso comum entre os feirantes, alguns deles utilizavam esse meio de transporte para transportarem seus produtos até o lugar de destino, ou seja, a feira livre de SAJ, desde a década de 60 do mesmo século. Essa realidade era vivenciada pelos feirantes quando estavam na condição de atravessadores, ou seja, intermediários, aqueles que compravam produtos agrícolas ou mercadorias em maior quantidade, às vezes em atacado, para revender, já que as duas realidades – atacado e varejo – não estão/são estanques e separadas, mas interconectadas. Outro fator que marca essa experiência, diz respeito à mobilidade e ascensão social que ocorria entre essa categoria de trabalhadores. Os feirantes Augusto Soares, João Nunes dos Santos, Esmeraldo Nunes utilizavam o carro como meio de transporte. Esses dois últimos compravam mercadorias na feira livre da cidade de Feira de Santana para revender na feira do município de SAJ. Mas os automóveis não eram de propriedade desses feirantes, eram carros de terceiros que eles utilizavam e tinham que custear tais viagens.

Para os feirantes que residiam na cidade, parece que a tarefa de transportar as mercadorias até a feira livre era menos árdua, por causa da menor distância além de outras nuances. Já residindo no referido município de SAJ no final da década de 50 do século passado, Zilda Maria Pires acompanhava seu pai para ajudá-lo na feira. Ela narrou:

Quando eu comecei ir pra feira com eles, eu ajudava, ele tinha uma barraca que tinha aquelas rodas assim, oh! Aí, ele trazia pra casa a barraca. Aí a gente enchia, ele ia puxando e eu ia empurrando a barraca e minha mãe ia

---

<sup>306</sup> Zilda Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.04.

atrás com a bacia cheia de panelas na cabeça. As panelas era pra cozinhar as comidas lá na barraca que botava, as panelas iam puras e ele ia com a mercadoria dentro da barraca, ali, puxando e eu empurrando até lá.<sup>307</sup>

As experiências dos feirantes mostram que múltiplas estratégias eram utilizadas por eles para facilitar um pouco a vida. Assim como o pai de Zilda Pires usou a inteligência para adaptar rodinhas à sua barraca que era móvel, as mulheres colocavam a Rodilha<sup>308</sup> sobre suas cabeças para amenizar o peso dos tabuleiros, bacias, cestos, balaios, dentre outros recipientes que elas carregavam na cabeça cheios de produtos para serem comercializados na feira, como era o caso de Maria Plácida, Vitalina Souza, Brasilina Pires, dentre outras. Transportar mercadorias carregadas na cabeça conduziu muitas mulheres a usarem a criatividade e forjarem formas que pudessem amenizar o peso da labuta. Nas longas caminhadas durante as quais muitas mulheres transportavam os produtos na cabeça para ser comercializados na feira, a rodilha tornou-se um artefato fundamental que contribuía para amenizar não só o peso dos produtos, muitas vezes carregados em tabuleiros e panelas de barro, como poderia ser algo de suma importância, segundo a crença “popular”, para evitar doenças como a dor de cabeça, muitas vezes causada “pela quentura dos alimentos cozidos que carregavam”.<sup>309</sup>

*A priori*, parece que empurrar barraca seria uma tarefa masculina, para rapazes que pudessem suportar tal envergadura. Todavia, segundo o relato de Zilda Pires, era ela que fazia tal atividade. Talvez por ser filha única, coube a ela desempenhar essa tarefa manual e que, supostamente, não era nada fácil. Mas, no que diz respeito às questões de gênero no mundo do trabalho desses sujeitos, parece que as fronteiras eram muito tênues, e esta se explicava muito mais em função de uma cultura em que o trabalho era um costume que foge a determinadas regras e determinados tipos de racionalidade do que em relações vistas por uma ótica da organização de um mundo bipolar, setorizado, rigidamente hierarquizado, em que as ocupações, funções e o próprio trabalho são organizados pela divisão dos sexos masculino e feminino.

---

<sup>307</sup> Idem. Pg.06.

<sup>308</sup> Rodilha é uma rosca formada de tecido, sobre o qual se assenta o fardo transportado na cabeça. Era comum, no Recôncavo baiano, as mulheres negras usarem na cabeça quando estavam transportando latas d'água, mercadorias, tabuleiros, etc. A rodilha tem a função de apoiar, equilibrar e amenizar o peso do que está sendo transportado. É um adereço que faz parte da cultura africana. Portanto, é uma das africanidades brasileiras que faz parte do universo cultural do Recôncavo baiano. Ver: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Africanidades brasileiras**: esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos. Revista do Professor. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Vol 19. Jan/Mar, 2003.

<sup>309</sup> Vitalina Souza. *Op. Cit.* Pg.03.



No transporte de mercadorias, o maior vilão na vida dos feirantes parecia ser as estradas de chão. Muitos desses homens e mulheres que percorriam várias distâncias das zonas rurais até a rua, transportando seus equipamentos de trabalho e suas mercadorias, não iam montados em seus animais, porque muitas vezes estes estavam carregados e o papel dos feirantes era ir conduzindo-os durante todo trajeto, lado a lado. Burros, cavalos e éguas eram amigos inseparáveis desses feirantes que dividiam com seus animais a experiência de realizar longas caminhadas. Em tempos de sol era muita poeira que eles respiravam, mas em tempo de chuva a natureza tornava a situação mais inóspita.

Em 100% dos relatos aqui analisados, as estradas de chão, em tempos de chuva, se tornavam um grande empecilho na vida dos feirantes. Ao relembrar alguns trajetos que percorria nos anos 50, 60 e 70 do século XX com seus colegas de viagem e os animais de carga, Elizeu Mota disse que “naquele tempo era pé descalço, pra bater lama da boca da noite, 10, 11 horas, quando saía até chegar em Nazaré ou Santo Antônio, batendo lama, tirando burro do degrau,<sup>310</sup> caindo, levantando, muitas horas assim”.<sup>311</sup> Essa era uma experiência compartilhada entre os feirantes, o que se transformava numa experiência comum desse grupo.

David Lowenthal, ao falar sobre a memória e a interrelação dessa entre o pessoal e o coletivo afirma que “o passado lembrado é tanto individual quanto coletivo. Mas como forma de consciência, a memória é total e intensamente pessoal; é sempre sentida como algum acontecimento específico que ocorreu “comigo”.<sup>312</sup> Assim, em consonância com Lowenthal, as memórias aqui reveladas saíram dos porões da consciência individual de cada homem e mulher que vivera e experimentara aquela realidade, sentindo cada momento e acontecimento de forma bastante específica, única e singular. Dessa forma, o relato de suas memórias traz o tempo do campo como vetor da labuta com os negócios da rua, e este é um passado tanto individual quanto coletivo.

Conforme vimos na narrativa do feirante Elizeu Mota, naqueles tempos do século passado, para ir para a feira-livre de Santo Antônio de Jesus, tanto os frequentadores e frequentadoras quanto os feirantes começavam sua jornada já na madrugada em suas casas. Os frequentadores muitas vezes iam não só para comprar como também combinar negócios

---

<sup>310</sup> Degrau é uma valeta ou fosso à beira de ruas ou estradas para o escoamento de água. Muito comum na região do Recôncavo entre os anos 1950-1970 por causa das condições precárias das estradas de chão.

<sup>311</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.06.

<sup>312</sup> LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Revista Projeto História. São Paulo. Vol. 17. Nov. 1998. Pg.78.

como arrendamentos de propriedades e outros arranjos ligados às atividades agrícolas e pastoris; outros iam em busca de notícias de parentes e amigos que moravam em outras localidades; ali na feira se encontravam agiotas, amoladores, jogadores, apostadores, cantadores, dentre outros, e cedo tinham que estar acordados para se arrumar e ir para a cidade. Quanto aos feirantes, a tarefa de acordar cedo consistia em uma premissa para o exercício da profissão.

Pensar no cotidiano, no tempo, nas questões relacionadas ao trabalho na feira, a meu ver, só ganham sentidos e significados se entendermos que são elementos de uma realidade que estão interligados, que compõem uma coordenada e não podem ser ou estar indissociáveis. O tempo e o trabalho dos feirantes possui uma lógica própria, muito específica que ocorre dentro de uma cultura que os organiza ao sabor das conjunturas. Essas questões não podem ser pensadas apenas no universo interno da feira livre. É preciso pensá-las, também, para além dela. É um tempo com outra fluidez, com formas e modos de trabalhar diferenciados. O trabalho não se inicia necessariamente no espaço interno da feira-livre. Ao relembrar nuanças de seu passado, na memória de Vitalina Souza ficou marcado a movimentação que havia em sua casa nas madrugadas que antecediam os dias de sábado. Ela contou que

Não tinha relógio em casa, o relógio mesmo era os galo (muitos risos). Aí, quando o galo cantava minha mãe já acordava e ia acordando um e outro e aí botava a carga nas costa e vinha, e agora o tempo de chuva, você não imagina a lama e vendo a hora de cair, tinha lugá na estrada que fazia assim: cavava aqui, juntava terra pra cá, cavava pra lá, eu sei tipo um degrau. Sabe como é? Assim que é pra água escorrer pra dá prá pessoa passá, mais de noite, noite de turvo, é porque quatro horas da manhã... hoje não, quatro horas da manhã hoje é de dia quase.<sup>313</sup>

Essa narrativa nos remete ao sugestivo ensaio, *Tempo, Disciplina do Trabalho e Capitalismo Industrial*, em que E. P. Thompson analisa as mudanças sobre a percepção do tempo no âmbito da cultura intelectual na Europa ocidental entre os anos 1300 e 1650. O autor aponta a necessidade do capitalismo industrial em inserir o relógio de ponto no universo da cultura dos trabalhadores como um novo elemento essencial ao desenvolvimento, regulamentação e disciplinarização das atividades diárias.

---

<sup>313</sup> Vitalina Santos Souza. *Op. Cit.* Pg.04.

O contexto em que ocorreram as experiências dos feirantes que fazem parte deste estudo não é o da Europa ocidental, muito menos o capitalismo industrial dos séculos XVIII e XIX. Eram sujeitos das roças localizadas na região do Recôncavo baiano, nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, filhos de uma nação cujo capital estava ainda em desenvolvimento nos grandes centros do Brasil, fato este que contribuía para que esses feirantes vivessem modos de vida muito diferenciados dos sujeitos da Europa analisados por E. P. Thompson.

Entretanto, as reflexões desse autor tornam-se relevantes para minha pesquisa, no momento que apontam formas e maneiras “irregulares” de sentir, marcar e viver o tempo em diferentes comunidades e grupos sociais, conforme ele mesmo observou essas diferenças dentro da própria Inglaterra. O autor assegura que muitos desses ritmos e tempos eram operacionados com os mais variados elementos que a natureza oferecia.<sup>314</sup>

Pensando sobre esses aspectos, a narrativa de Vitalina Souza mostra como na sua experiência o meio ambiente estava presente na vida cotidiana constituindo hábitos, valores e costumes criados por aqueles trabalhadores, o que foi observado também, por Charles D’Almeida Santana, ao estudar o cotidiano, o trabalho e a migração das populações rurais no Recôncavo baiano entre os anos 1950-1980, mais especificamente, das cidades de Conceição do Almeida e Santo Antônio de Jesus, quando diz que “os ritmos da natureza condicionava o cotidiano, tanto nas suas dimensões tradicionais, quanto naquelas em que o rompimento com o mundo rural mostrava-se eminente: o trabalho, o lazer, a moradia, a alimentação”.<sup>315</sup> Dessa forma, era o galo que marcava o tempo, tempo este que direcionava vários homens e mulheres da roça a desempenhar diversas atividades que compunha a vida social.

Os sujeitos dessa pesquisa não possuíam relógio de pulso, muito menos de parede em suas casas. Segundo os relatos, alguns deles tiveram seu primeiro relógio no final da década de 70 e início dos anos 80 do século XX.<sup>316</sup> A figura do galo aparece como algo emblemático nas narrativas e com forte conotação simbólica que habita a memória dos feirantes. Apesar de ser um componente de várias histórias e contextos bastante específicos, as experiências dessas pessoas demonstram que o galo, esse elemento da natureza, constitui-se em um marcador de tempo e vivência – o tempo do galo – cujo cantar dava uma operacionalidade e os orientava

---

<sup>314</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Cap. VI.

<sup>315</sup> SANTANA, Charles D’Almeida. **Fatura e ventura camponesas**: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980. São Paulo: Editora Annablume, 1998, p.37.

<sup>316</sup> Elizeu Mota, Antônio Virgílio, Clementino Ferreira, *Op. Cit.*

para o início e término de suas atividades diárias que costumavam começar bem cedo, ainda de madrugada. Esse era mais um costume em comum que vigorava entre esses sujeitos. Entre os animais de carga e de criação, o galo se inseria neste último, porém, com alto grau de distinção. Entre os feirantes ele aparece em 100% das entrevistas. Assim, esse animal, desempenhava um papel importante dentro dessa cultura.

O fragmento da narrativa da feirante não está aqui com esse objetivo, mas endossa aspectos que já tratei anteriormente sobre o mundo do trabalho desses sujeitos, como a condição das estradas e o envolvimento dos membros da família no labor. Mas, ainda revela o movimento e o barulho que ocorria dentro de casa, algo que se estendia e, talvez, fosse na feira que esse som estrepitoso anunciava maior expressão. O relato revela também formas como essa família transportava as mercadorias até a rua – nas costas –; as condições climáticas e algumas estratégias para vencer os obstáculos. Essa narrativa sintetiza um pouco do labor e da rotina que a profissão de feirante exigia, inclusive, acordar cedo, algo que lhes comprometia o sono, algo indispensável para qualidade de vida.

Alguns relatos que já foram apresentados nos dão a dimensão de como esses sujeitos experienciavam esse estado transitório e reversível em suas vidas, ou seja, “a hora do sono”. O “tempo do sono” desses trabalhadores (feirantes) não correspondiam ao que determina a Organização Mundial da Saúde (OMS). Como bem observou Robert Darton, “trabalho, comida e sono, são elementos fundamentais na vida”.<sup>317</sup> Dessa forma, a narrativa de Vitalina Souza, acima apresentada, sintetiza um pouco do labor e da rotina que a profissão de feirante exigia dentro de um campo mais amplo de alternativas e possibilidades.

Duas outras questões marcavam o ritmo da vida cotidiana dos feirantes durante o transporte das mercadorias até a rua ou no momento que eles se deslocavam para comprar outros produtos em cidades diversas. As condições climáticas e os acidentes de trabalho causavam, respectivamente, angústia e medo nesses trabalhadores.

Todas atividades laborais estão sujeitas às interferências climáticas. Entretanto, os trabalhadores que estão inseridos no circuito inferior da economia, aqueles que desempenham o trabalho informal, estão mais sujeitos a lidar com as intempéries. Nas narrativas dos feirantes uma experiência muito comum é a lembrança de como as “irregularidades” das condições climáticas afetavam sua rotina de trabalho e lhes impunham dificuldades ao desempenho de seu ofício. Chuvas inesperadas e em demasia, sol escaldante, rios

---

<sup>317</sup> DARTON, Robert. **O grande Massacre de gatos:** e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986. Pg.108.

transbordados, dentre outras variações climáticas poderiam causar-lhes perdas e danos, desde prejuízos com plantações e futuras colheitas agrícolas, quanto ao andamento das vendas de produtos e mercadorias na feira livre de SAJ.

Ainda durante o deslocamento da roça para a rua, os homens e mulheres que mercavam na feira da cidade tinham que usar da criatividade e improviso para enfrentar as condições adversas do clima. Os produtos e mercadorias que podiam tomar chuva, como frutas, verduras, produtos de cerâmicas, etc. não representavam grandes problemas, mas e os que não podiam? O que os feirantes faziam, por exemplo, com carvão e a farinha de mandioca? Elizeu Mota lembrou o que ele fazia quando a chuva resolvia cair inesperadamente,

Se fosse num tempo em que o camarada não se estivesse esperando chuva, levasse a farinha descoberto, as cargas descobertas e acontecesse, parecesse uma nuvem de chuva na estrada, madrugada, tinha que cair na Gerema<sup>318</sup> pra procurar folha de pindoba, de dendê, pra cobrir carga de farinha. Quando o tempo já estava provando que era tempo de chuva, levava coberto com couro de boi. Couro de boi seco, espinchado\*, fazia aquela cobertura.<sup>319</sup>

A farinha de mandioca, assim como o café, são mercadorias que não pode tomar chuva. Imaginemos o desespero desses homens que transportavam tal produto, entre os anos 50-70 do século XX, sobre os lombos de animais e inusitadamente eram surpreendidos com muitas gotas de chuvas. Tinham que adentrar nas matas e roças para arrancar folhas de diversas árvores para solucionar o problema. Mais uma vez era no meio ambiente natural desses sujeitos que eles encontravam as soluções para os percalços que a vida cotidiana lhes impunha. Esse era um costume em comum desses sujeitos, revelado nas narrativas de Clementino Ferreira, Esmeraldo Nunes, João do Couro, dentre outros feirantes.

Em outro momento desse texto, mais acima, já abordei que a feirante Elza Fróz reclamava da chuva e do sol escaldante que ela tomava sobre a cabeça, que a deixou, segundo ela, com problemas de saúde. Parece que esse motivo fazia com que essa trabalhadora da feira não fosse muito simpatizante à esse universo de trabalho. Brasileira Maria Pires era outra feirante que reclamava desse tipo de atividade. Ela narrou: “eu nunca gostei de feira, não. Eu

---

<sup>318</sup> Gerema é Mata ou Floresta.

<sup>319</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pgs.06-07.

trabalhava a pulso, mas nunca gostei de feira, não. Não gostava, não. Eu! Um trabalho enjoado, debaixo de sol e chuva”.<sup>320</sup>

As narrativas dessas feirantes demonstram como as condições climáticas eram elementos decisivos para o fato de gostarem ou não das atividades que elas desempenhavam; mas, são interessantes, também, para desmistificar a visão idílica, romântica de que o universo da feira livre era/é algo atrativo para todos indiscriminadamente. Nem todas as pessoas gostavam de trabalhar ali, muito menos nutriam a vontade de continuar exercendo tal ofício. A ênfase que a feirante Brasilina Pires dá ao fato de que não gostava da feira revela uma visão que caminha na contramão de toda uma tradição discursiva que coloca a feira livre como um espaço, um lugar, em que, para as camadas mais populares, menos abastadas, sobretudo, das zonas rurais, é sinônimo de eldorado, algo idiossincrático à vida e a cultura desses homens e mulheres da roça.

Outra experiência comum entre os feirantes era, ao se deslocarem da roça transportando suas mercadorias, quando chegavam à rua pés e pernas estavam sujos de lama, o que os fazia procurar lavá-los. Segundo eles, a lama deixava-os com aspectos que não os agradava, causando-lhes um incômodo e um sentimento de inferioridade perante os homens e mulheres que residiam na rua, ou seja, na cidade. O ato dos sujeitos da roça ao chegarem à rua lavarem seus pés era também um costume em comum entre eles. Esse gesto significava estarem limpos e aptos a entrar no universo da cidade, condição que, quem sabe, contribuiria para a diminuição de supostas discriminações que eles viessem a enfrentar nesse universo. Fronteiras sociais que existiam entre as pessoas da roça e da rua poderiam ser amenizadas com tal costume.

Esse ato, talvez tão simplório e opaco para nossa cultura na atualidade, poderia ser algo bastante expressivo na cultura dos feirantes entre os anos 50 e 70 do século XX, porque poderia evitar serem chamados de sujos e imundos, e ainda, tabaréus\*. Expressões de cunho depreciativo, inferiorizante e preconceituosas, que uma vez, dirigidas aos feirantes, poderia desdobrar-se em confusões e brigas no universo da cidade.

As condições climáticas também forçavam a tomar determinados cuidados com o transporte dos produtos e mercadorias que eles compravam na cidade e levavam para seus lares. Muitas vezes os feirantes compravam açúcar, feijão, café e, no tempo em que esses produtos eram embalados em sacos de papel, tinham que tomar alguns cuidados para que

---

<sup>320</sup> Brasilina Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.14.

esses sacos não rasgassem e perdessem seus produtos. Daí, “trazia com maior cuidado pra casa, pra não molhar, se desse uma chuva, molhava. A coisa era difícil, viu?”.<sup>321</sup>

As águas das chuvas também traziam dificuldades para um elemento crucial no mundo do trabalho desses sujeitos, os animais de carga ou da guia, conforme eles demonstraram em suas narrativas. Experiência comum entre eles, em dias chuvosos, era a dificuldade em conduzir seus animais até à rua, já que tinham que enfrentar estradas de chão, muitas vezes esburacadas e cheias de poças d’água e rios que cruzavam seus caminhos transbordados.

Outra dificuldade que cruzava o caminho dos feirantes eram alguns “riscos de vida” que eles corriam. Todo trabalhador está passível de sofrer acidentes de trabalho, seja durante o seu deslocamento até o local onde desempenha suas atividades, seja em pleno exercício da função ou realizando qualquer atividade relacionada ao labor. Em função disso foi que nasceu a primeira legislação que rege os acidentes de trabalho no Brasil em 1918, quando surgiu o decreto nº 3.724, de 15 de Janeiro de 1919, modificado pelo Decreto nº 13.493, de 5 de março de 1919, e por fim, regulamentado pelo Decreto nº 13.498, de 12 de março de 1919. Esta foi a primeira lei brasileira em favor do trabalhador acidentado.<sup>322</sup> Segundo Evangelia Aravanis, adotando a teoria do “risco profissional”, que teve como criador Félix Faure, em 1883 passou a se entender que,

Assim como o empregador suporta o desgaste e a destruição de seu material, bem como os gastos de amortização do que lhe é útil, como os riscos de incêndio, responsabilidade civil, etc. deve igualmente suportar a responsabilidade pelos acidentes ocorridos no trabalho realizado em seu proveito.<sup>323</sup>

Mesmo enfrentando muitas vezes processos judiciais para conseguir seus direitos, os trabalhadores do circuito formal da economia, como trabalhadores de fábricas e indústria tinham/têm, pelo menos perante a lei, a garantia de que seus patrões arcassem com os danos físicos que pudessem acontecer no ambiente do trabalho. Mas em se tratando daqueles que estão no circuito informal ou inferior da economia, esse benefício não lhes é permitido.

---

<sup>321</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.10.

<sup>322</sup> ARAVANIS, Evangelia. **Um olhar sobre os processos de acidentes de trabalho no Rio Grande do Sul.** AEDOS – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História UFRS. Num. 4. Vol. 2, Novembro de 2009.

<sup>323</sup> Idem. *Ibidem.* A autora aborda as mudanças que ocorreram nessa lei ao longo do tempo.

A Literatura que versa sobre os trabalhadores feirantes que consultei nessa pesquisa não trata sobre os acidentes de trabalho ou os riscos a que estão suscetíveis os feirantes, como qualquer outro grupo profissional. A meu ver, esse é também um aspecto importante da trajetória de vida desses sujeitos. Portanto, caberia entender como se davam os riscos ou acidentes de trabalho entre os feirantes que vendiam seus produtos na feira livre de SAJ entre os anos 1950-70? Quais eram esses acidentes e como eles lidavam com as situações?

O feirante Clementino Ferreira, ao longo de sua vida, comercializou diversos tipos de mercadorias. Dentre as quais, uma era a principal responsável por alguns acidentes que ele vivenciou nos anos 50 do século passado. Ao relembrar suas experiências ele narrou:

O primeiro produto que vendi foi carvão, segundo vara, ripa, aí comecei vendendo. Comecei do carvão, depois a tirar ripa; e eu, só do carvão que eu não gostei. Eu muitas vezes vinha da roça pra cá com a carga do carvão e aí pegava fogo no mei do caminho, tinha que descarregar o animal correndo pra apagar o fogo.<sup>324</sup> Quando o carvão pegava fogo era o maior trabalho pra tirar esse fogo. Carregava água pra apagar. E aí quando foi um dia, o seguinte: às vezes a pessoa não acredita que Deus existe. Porque eu cheguei um dia, na hora de mei dia, era umas 11 horas e tanto pra mei dia, mais ou menos, porque antigamente quando o sol tá quente que você ver com o pé; sua sombra passando por debaixo do seu pé, é mei dia. Aí, foi a hora que o carvão... eu tava de uniforme no forno, o vento retado queimando, correndo pra pegar água no rio, era aquele sufoco. Aí eu apostei a mão pro céu e pedi a Deus que me desse, me mostrasse uma luz, que eu não precisasse fazer mais carvão, que saísse daquela vida, que eu estava sofrendo, meu joelho pegando fogo na brasa. Esse joelho aqui, oh! Tá vendo? Queimou todo, caindo quente, o fogo pegando em cima do joelho.<sup>325</sup>

Peço desculpa ao leitor pela extensão do relato, mas considero muito relevante para pensarmos algumas questões. A narrativa desse feirante traduz a dureza que era a vida daqueles que produziam o carvão para depois comercializar na feira livre de SAJ. Imagino que esse era um produto que poderia deixar em sufoco e apuros os trabalhadores, desde o momento da produção, durante o deslocamento e até em plena comercialização no meio da feira, já que é um produto inflamável.

<sup>324</sup> Segundo Clementino Ferreira, para fazer o carvão: à noite colocava lenha e cobria, em seguida colocava fogo na boca do forno e tampava. No outro dia, bem cedo, por volta das 4 ou 5 horas da manhã tirava o carvão, ensacava, colocava no panacum do animal de carga e transportava até a rua. Às vezes, ficava alguma fagulha de fogo em meio ao carvão e eles (os fazedores) não viam. Por isso, no meio do caminho, com o movimento do animal e o vento, o carvão incendiava. Ele narrou que quanto mais o animal andava ou corria mais o fogo se intensificava por causa do vento. Eles corriam até o rio mais próximo e jogava a carga de carvão na água. Em seguida, carregava de novo o animal de carga e o conduzia até o destino (a feira livre), porém, como o carvão estava molhado, os feirantes eram obrigados a vender o produto a preço mais baixo. Pg.34.

<sup>325</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pgs.33-34.



Não era fácil nos momentos que o carvão pegava fogo, no ato da produção, correr até o rio para pegar água e sanar o fogaréu. Questões como distância do rio até o local de produção, capacidades física do fazedor de carvão para correr, eram variáveis que podiam fazer a diferença naqueles instantes. Suponho que quando tal produto pegava fogo, durante o deslocamento para a cidade, a situação poderia ser muito pior. Outro fato que me chamou atenção na narrativa diz respeito às marcas que o feirante Clementino Ferreira carrega no corpo como algo indelével desse acidente de trabalho; mas, para além disso, são marcas também de um tempo que configura sua memória e sua própria história.

O estudo revelou que era muito comum as pessoas que trabalhavam com o carvão depositar em Deus a confiança de que, um dia, essa entidade maior iria retirá-los desse ofício: fazedor e vendedor de carvão. Era comum eles apelarem para o plano religioso e espiritual pedindo alento para essa situação. Esmeraldo Nunes e João Nunes, eram também feirantes que compartilhavam com Clementino Ferreira a experiência de pedir alento a Deus por essa questão e, pelas evidências, nos anos 1960 foram todos agraciados com tal êxito.

Além das marcas no joelho, o feirante Clementino Ferreira, autor do relato acima, sofreu outro acidente na roça quando cortava lenha para levar para comercializar na feira. Segundo ele, esse acidente foi mais grave, porque ao cair da árvore o feirante ficou “todo quebrado” e ainda se cortara com o facão. Dessa vez as sequelas desse acidente ficaram registradas em seu braço.<sup>326</sup>

As evidências mostram que toda concretude do corpo dos feirantes eram vulneráveis aos acidentes de trabalho. Outro exemplo dessa realidade veio da história do feirante Elizeu Mota ao lembrar aspectos relacionados às vicissitudes da vida quando transportava as mercadorias da roça para rua:

O burro que ia na frente botava um chocalho trin, trin, trin, trin, pra chamar os outros (risos). Porque não tem o berrante; tem também o chocalho que vai batendo pra fazer a guia, pra ir acompanhando a tropa de 8, 10 burros. Tinha de ir um na frente pra fazer aquela guia. Eu cansei de ir por dentro da lama com o candeeiro, assim, puxando a cabeça do burro, cansei de chegar ali perto do Cocão,<sup>327</sup> eu não conto as vezes que eu cochilei andando e meti a cara no mato e pegava o caminho de novo e estou vivo. É brincadeira, é? É vida cansada, rapaz! Não é a vida de hoje.<sup>328</sup>

<sup>326</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pgs.14-15.

<sup>327</sup> Área rural do município de Santo Antônio de Jesus que fica aproximadamente a 15 quilômetros do centro da cidade.

<sup>328</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.22.

Os animais de guia eram amigos inseparáveis dos feirantes, uma peça importante no mundo do trabalho desses sujeitos. Em diversas narrativas aparece a figura do chocalho como um instrumento importante que era preso ao pescoço do animal que, com o movimento, produzia um som repetitivo. O retinir do badalo evitava que o animal se perdesse do seu proprietário e da tropa. Pelo fato desses homens se deslocarem nas madrugadas, de suas residências até chegarem na rua, é provável que o sono lhes traísse em vários momentos, dando-lhes como destino “meter a cara no mato”.

Vender em feiras da Bahia, como a de Água de Meninos em Salvador, Feira de Santana, Nazaré das farinhas, Santo Antônio de Jesus, dentre outras, sugere que os feirantes tinham uma mobilidade social muito grande, mas não era tarefa das mais fáceis, já que muitos feirantes, ao desempenharem suas atividades, estavam envolvidos no processo de compra e venda de mercadorias que os fazia entrar em contato com outros contextos culturais e territoriais. As “aventuras” do dia-a-dia poderiam deixar homens e mulheres vulneráveis às armadilhas cotidianas que essa atividade, às vezes, lhes apregoava.

O incêndio na feira de Água de Meninos, que ocorreu no ano de 1964, deixou um rastro de muitas pessoas feridas e sofrimento; mas Augusto Soares, que também comercializava nessa feira, por trabalhar no dia de sábado na feira livre de Santo Antônio de Jesus, não estava lá para assistir o desespero de feirantes e consumidores, muitos deles feridos, “que ficaram anestesiados diante do “mar de chamas” que destruiu 1172 humildes barracas das 1574 ali instaladas, naquela tarde de sol causticante”.<sup>329</sup> Por outro lado, caso o feirante Augusto Soares lá estivesse naquele momento, poderia não estar aqui para contar sua/essa história.

João Nunes não tivera a mesma sorte que Augusto Soares. Nos anos 60 do século XX, ao lembrar um daqueles dias de suas idas e vindas em que se deslocava para comprar mercadorias na feira e na cidade de Feira de Santana, no Sertão da Bahia, ele contou:

A gente sofria muito naquele tempo que ainda era em cima de caminhão, o caminhão carregado, era doze, doze pessoa, quinze pessoa em cima de uma carga, o carro já carregado, aquele pau-de-arara terrível, a gente arriscando a vida, era muito terrível isso, era. Eu mesmo arrisquei de morrer umas duas vezes na ladeira de Cachoeira, que o carro faltou freio na descida, finado. Deca encostou o carro no..., Deus ajudou que encostou no barranco, que o carro

---

<sup>329</sup> PAIM. *Op. Cit.* Pg.55.

parou já perto da caixa d'água pra caí num despinhadeiro terrive que tem ali, foi.<sup>330</sup>

O relato do feirante, narrando um dos momentos mais traumáticos de sua trajetória, mostra a dificuldade que ele tinha para ganhar a vida naquele tempo. A sorte e o apego ao mundo espiritual nos momentos difíceis eram condições imprescindíveis à manutenção da vida e da história, no permanente jogo do viver e morrer. As lembranças do momento em que ele esteve na ambivalência da existência – entre a vida e a morte – são testemunhas de que muitos feirantes experimentaram os azares e aventuras das estradas. Nesse episódio, por exemplo, ele não estava sozinho, outros feirantes dividiram com ele essa experiência que quase lhe custou a vida.

A narrativa do feirante João Nunes ainda nos serve como um poderoso elemento para se pensar no debate entre história e memória travado por Pierre Nora. Ao problematizar os lugares da memória, a partir da “história da própria memória”, e defender que esta não é sinônimo de história, ele afirma que os lugares de memória,

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança.<sup>331</sup>

As lembranças dos momentos em que ele esteve entre a vida e a morte mostram-nos como as experiências vivenciadas em lugares que dão sentido à sua trajetória e história de vida são também lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e morte, de tempo e de “eternidade”, numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel.<sup>332</sup> São cruzamentos de tempo/espaço e história que podem ser facilmente traduzidos como lugares de memória.

---

<sup>330</sup> João Nunes dos Santos. Depoimento citado.

<sup>331</sup> NORRA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. (10) Dez. 1993. PUC-SP. Pgs.21-22.

<sup>332</sup> *Ibid.*; Pg.22.

Outro lugar de memória para diversos feirantes são as estradas de chão que eles percorriam até chegarem ao lugar de destino para comprar e vender suas mercadorias, sobretudo, porque essas estradas eram de péssimas condições. Esmeraldo Nunes relembrou com “ar” de muita angústia, os vários momentos em que o caminhão que transportava seus produtos e de outros feirantes para ser comercializado ficara atolado e eles tinham que descarregar toda a carga do caminhão para que pudessem seguir viagem. Mas, algumas vezes, eles ficaram impossibilitados de seguir seu destino no mesmo dia.<sup>333</sup>

Não eram só os feirantes que usavam caminhões para transportar suas mercadorias que enfrentavam os azares da vida. Muitas histórias desses trabalhadores que usavam seus animais de cargas para tal atividade, também, vivenciaram momentos bastante difíceis e delicados “porque, às vezes, o animal caía, animal morria, animal quebrava a perna, entendeu? Com as cargas”.<sup>334</sup> Dessa maneira os animais da guia também sofriam “acidentes de trabalho”, essa era uma experiência em comum entre os feirantes em que os animais se constituíam peças fundamentais dessa engrenagem.

Voltar para casa era a última etapa do trabalho como feirante, de homens e mulheres que exerciam esse ofício na cidade de Santo Antônio de Jesus entre os anos 1950-70. Essa fase de uma rotina que eles praticavam duas vezes por semana era condicionada a algumas variáveis desse mundo do trabalho e às dificuldades que os perseguiram mesmo se tratando do retorno para seus lares. Segundo o feirante Antônio Virgílio, “naquele tempo, a feira ia até 5 horas da tarde, era o povo comprando ali, era mais barato. Tinha o explorador\*, pesquisava ali, pesquisava aqui, aonde vendesse mais barato ele tava comprando”.<sup>335</sup>

Tudo leva a crer, que enquanto houvesse fregueses e clientes especulando e comprando na feira livre, os feirantes nutriam uma expectativa de aumentar suas vendas, mas o costume comum desses sujeitos era retornar para suas residências quando a feira livre acabasse sempre no turno vespertino, mais precisamente entre as quatro e cinco horas da tarde. Esse horário era flexível de acordo com o andamento das vendas dos produtos e mercadorias expostas à venda. Poderiam retornar às suas casas mais cedo se fizessem um bom dia de feira.

Ao término do dia, alguns feirantes tinham que levar suas barracas até o local onde eles a deixavam guardadas; já os que as alugavam não tinham essa obrigação. Quase todos

---

<sup>333</sup> Esmeraldo Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pg.21.

<sup>334</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.21.

<sup>335</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.22.

feirantes tinham que pegar seus animais de carga, montá-los, às vezes, com mercadorias que sobravam ou com os produtos que eles compravam na própria feira e em armazéns da cidade para o próprio consumo, etc. Essa era a lógica comum após um dia de feira, mas na prática e na vida real as coisas poderiam acontecer de outra maneira. Um exemplo está em uma das experiências vivenciadas pelo feirante Elizeu Mota nos anos 60 do século passado:

Uma vez, mesmo, eu trouxe duas cargas de farinha, arriei\*, deixei o menino olhando e fui amarrar o animal no lugar que amarra, chama-se no depósito, lá em baixo. O ladrão foi e me roubou um. Naquela época, depois de meio dia, duas horas, porque também se vendesse tudo vendeu, tinha que arrumar a feira pra ir embora. Aí, fui pegar o animal e só tinha um, o outro foi roubado. Ainda andei por aí tudo, até em São Bernardo eu fui, me informaram que o delegado pegou uns, prendeu uns animal lá, mas foi negação, só fiz gastar mais dinheiro.<sup>336</sup>

A expectativa dos feirantes com a venda dos seus produtos era no turno da manhã, mais especificamente até o meio dia. Num dia ruim de feira eles eram obrigados à estenderem um pouco mais sua estada na rua com o intuito de tentar comercializar os produtos que ainda restavam em seus pontos de venda. Imaginemos depois de um dia intenso de trabalho, o feirante se dirigir ao local onde guardava uma das peças fundamentais do seu ramo de negócios – o animal da guia – e chegando lá ser surpreendido com a notícia do furto do seu cavalo, égua, burro, etc. A própria narrativa mostra o desespero desse trabalhador que saiu atônito, sem rumo e direção à procura do seu animal.

Outro aspecto a se destacar na narrativa é a figura do menino que ele deixara olhando sua mercadoria. Como os animais *a priori* tinha que ficar em lugares afastados do ambiente de trabalho, era comum eles saírem e deixarem conhecidos, seus pares, seus familiares e vizinhos de olho em suas mercadorias, evitando assim possíveis furtos. Essa era mais uma forma de como a solidariedade se manifestava na feira livre.

Outra questão que condicionava os feirantes a voltarem para casa mais cedo ou mais tarde era as condições climáticas. Porque “quando chovia na feira era tudo debaixo de lama, era mais difíce trabalhar em dia de chuva, debaixo de lama. Quando tava sol quente, era melhor, estava debaixo do sol quente mas tava tudo limpo. Agora, com chuva, molhava tudo, os que morava na roça ia embora tudo cedo, pronto”<sup>337</sup>.

---

<sup>336</sup> Idem. Pgs.12-13.

<sup>337</sup> Brasilina Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.15.

A chuva, a lama, o sol quente, as trovoadas, os rios cheios aparecem como aspectos emblemáticos na lembrança de todos os feirantes que foram entrevistados nessa pesquisa. As vivências e experiências da vida cotidiana desses sujeitos foram bastante moldadas por esses elementos da natureza constituindo-se como fortes cicatrizes na memória de homens e mulheres que se lançaram às aventuras e desventuras desse ofício. Os muitos momentos em que esses sujeitos pararam para respirar e suspirar em suas narrativas demonstra que muitas dessas cicatrizes que deram sentido à luta e vida desses indivíduos, transgrediram o plano material da história, transcenderam e foram encontrar abrigo perpétuo em suas memórias.

São histórias de um tempo que não é meu, nem seu ou de ninguém, mas um tempo vivido e experienciado individual e coletivamente, agora recontado e socializado sob a transmutação do presente. Nesse jogo entre passado, presente e futuro que não cessa nunca, está a memória a serviço da história. Esmeraldo Nunes que, em tom de que isso ficou marcado em sua alma, falou: “Naquele tempo chovia muito, tinha muita chuva, muita lama, muita trovoadas. Aí, quando eu chegava em casa, chegava tão ingiado\*, tremendo de frio que pra desapiar do animal dava trabalho, era assim. Aí levava aquela feirinha pra eu, meu pai e minha mãe”<sup>338</sup> e Vitalina Souza que lembrou que em dias de chuva muito forte “não se fazia nada, voltava com tudo. É, um dia se saía pra ganhar outro dia pra perder”.<sup>339</sup>

Fora as limitações da bipolaridade, eles podiam voltar para suas casas tristes ou alegres, tudo isso dependia de uma série de fatores, inclusive, as vicissitudes da vida cotiada, que, muitas vezes, não tem nada a ver com o acaso. Ao vencer tais obstáculos, chegando à rua, era a hora de montar o espaço de trabalho.

### **4.3 Composição do espaço de trabalho: uma geografia da feira e os lugares de mercadejar**

O passeio por uma feira livre suscita muitas leituras e reflexões. Para muitas pessoas esse é um espaço que parece ser caótico e desorganizado, principalmente se colocarmos em comparação com uma fábrica, por exemplo, grande modelo de trabalho sistematizado, organizado, com claras e (in)questionáveis hierarquias. Por isso caberia perguntar: existia uma sistematização e organização do trabalho dos feirantes na feira livre de SAJ entre os anos

---

<sup>338</sup> Esmeraldo Nunes. *Op. Cit.*

<sup>339</sup> Vitalina Souza. *Op. Cit.* Pg.15.

1950-1970? Quais eram as regras? Como funcionava essa instituição? Pode se falar que existia uma geografia da feira?

A psicóloga Social Leny Sato, em sua obra *Feira Livre: organização, trabalho e sociabilidade*, investigou os processos cotidianos que organizam o trabalho nas feiras livres de São Paulo na atualidade. Ela concebe o espaço físico onde os feirantes atuam na cidade como um palco e uma vitrine cuja montagem é intensamente arquitetada e construída do fim da madrugada até o início da manhã, e durante todo horário de funcionamento da feira livre o cuidado com sua manutenção é objeto de atenção contínua.<sup>340</sup>

É comum nos estudos sobre feira livre os pesquisadores não abordarem o que existe no entorno dela. Todavia, levando-se em consideração as especificidades locais e as múltiplas relações que se desenrolam em sua volta, é imprescindível situar que tipo de instituições e outras atividades comerciais estão ao lado do mercado ao ar livre, para que possamos ter uma compreensão mais ampla da dinâmica dos serviços que nesse ambiente são ofertados às pessoas de um modo geral, para visualizarmos melhor a composição desse espaço de trabalho dos feirantes e, sobretudo, para perceber quais relações esses trabalhadores teciam com os outros espaços localizados próximo à feira livre. O que estava aureolando a feira faz parte da arquitetura fixa, enquanto o palco e a vitrine que era montada pelos feirantes era a arquitetura móvel que modificava o cenário, deixando-o, quiçá, mais colorido, festivo e, talvez, mais conflitivo. Múltiplas relações ocorriam entre o espaço da feira e todos os outros que estavam ao seu redor...

Em Santo Antônio de Jesus, a feira livre até os anos iniciais da década de 70 localizava-se na principal praça no centro da cidade. Não apresentando uma “organização espacial” baseada em concepções mais rígidas de disciplinamento ou dos ideais urbanísticos, não existia uma divisão por quadras, ruas ou boxes, era “tudo misturado”. A divisão em galpões com boxes só ocorreu nos anos finais da década de 80 do século XX, quando a feira já se localizava numa área mais afastada da cidade – Praça Duque de Caxias – na administração de Renato Machado, prefeito do município por dois mandatos (1983-1988 e 1993-1996). A principal marca de suas duas administrações foram “os calçamentos realizados em muitas ruas da cidade e, sobretudo, a melhoria da infraestrutura da feira livre com a construção dos atuais galpões”.<sup>341</sup>

---

<sup>340</sup> SATO, Leny. **Feira Livre: organização, trabalho e sociabilidade**. São Paulo: EDUSP, 2012. Pg.97.

<sup>341</sup> COSTA, Alex Andrade. **História e Memória da administração pública de Santo Antônio de Jesus**. Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus-Bahia. 2012. Pg.49.

Nesta perspectiva, inicialmente e ao longo de quase toda sua história, a geografia da feira fora organizada e racionalizada pelos próprios feirantes que iam chegando e dinamizando aquele espaço ao sabor das circunstâncias. Todavia, cabe lembrar que entre os anos 1950 a 1970, a organização desse espaço estava condicionada à presença de vários outros prédios, alguns seculares, que constituíam a praça Padre Mateus.

Ao se pensar em espaços e lugares, torna-se fundamental distingui-los conceitualmente. Para Michel de Certeau,

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto, excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns aos lados dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que o define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.<sup>342</sup>

Assim, a concepção que tomo de espaço e lugar vem embasada pelas noções de Michel de Certeau. Instalada no meio da praça, a feira-livre disputava seu espaço com a antiga Igreja Matriz de Santo Antônio e o tradicional Barracão da farinha<sup>343</sup>, dois elementos simbólicos de grande importância na memória não só dos feirantes, como também de todos aqueles que lá aportavam.

No entorno da feira se encontrava carne fresca nos açougues de Silírio Nini, Laudilino, conhecido como Lauzinho, nos de Antônio Galvão, vulgo seu Totônio, e no de Américo Reis. O feirante João Nunes nos anos 1960 foi um desses trabalhadores da feira que estabeleceu uma relação com Antônio Galvão, proprietário de um desses açougues, ele relembrou:

Quando terminava minha vendagem, eu ia, eu arrumava a barraca, guardava alguma coisa. O resto da feira que eu não vendia, eu guardava no açougue do

<sup>342</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes do fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990. Pg.184.

<sup>343</sup> Barracão da Farinha – Construção reservada ao comércio de derivados da mandioca, principalmente a farinha; mas, comercializava-se ali dentro outros produtos como feijão, açúcar e rapadura.



finado Totônio, no fundo do açougue do finado Totônio, né? E, aí, arrumava a barraca e guardava em algum lugar por ali e ia mimbora pra roça.<sup>344</sup>

A funcionalidade desses espaços, ou seja, das casas de comércio que se localizavam no entorno da feira, variava conforme as necessidades de cada feirante e o grau de relação e intimidades que era firmada entre eles e os proprietários desses estabelecimentos. A amizade que o feirante Elizeu Mota selou com um comerciante na cidade nos anos 60 do século XX, o beneficiou da seguinte maneira:

Maninho era um que tinha comercio, é onde eu arrumava minha bagage e pegava o animal no depósito e trazia pra li porque eu fazia feira pra três pessoas. Pra eu, meu pai que tava doente e o sogro. Tinha aquela bagage e arrumava ali na casa de Maninho, junto a Evaristo. Maninho tinha um comércio na 7 de Setembro. A feira que a gente trazia encostava aí, comprava alguma coisa com ele. Quando fosse no depósito, pegava o animal, pra juntar ali, pra dali sair, botá nos panacum, na cangaia<sup>345</sup> como fosse. O depósito de animal era perto desse lugar que eu falo, depósito de César e de Tonhe aleijado. Um burro mesmo meu que roubaram foi ali. Eu pagava, dava um agrado.<sup>346</sup>

A narrativa desse feirante nos proporciona ver de perto um pouco da complexidade da história desses sujeitos que no emaranhado de suas experiências foram construindo seus espaços e seus vínculos com pessoas e lugares, o que possibilitou um sentido de pertença e de territorialidade. Revela uma relação de troca e favores, demonstra que muitos feirantes compravam produtos e mercadorias nos armazéns, e revela ainda, facetas da dinâmica familiar em que a solidariedade se manifestava de várias formas, uma delas se configurava em fazer a feira ou comprar alguma mercadoria na cidade para um parente ou amigo. Nesses espaços que faziam parte da vida cotidiana desses indivíduos, principalmente por serem importantes para o desenvolvimento e a realização de suas atividades comerciais, infortúnios não só poderiam acontecer como de fato ocorriam em suas vidas, roubos de seus animais e também de mercadorias não eram incomuns. A narrativa do feirante me permite conceber a memória como forma de conhecimento e experiência, é um caminho possível para que o sujeito percorra a temporalidade de sua vida, já que, de acordo com David Lowenthal, “Toda

<sup>344</sup> João Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pgs.05-06.

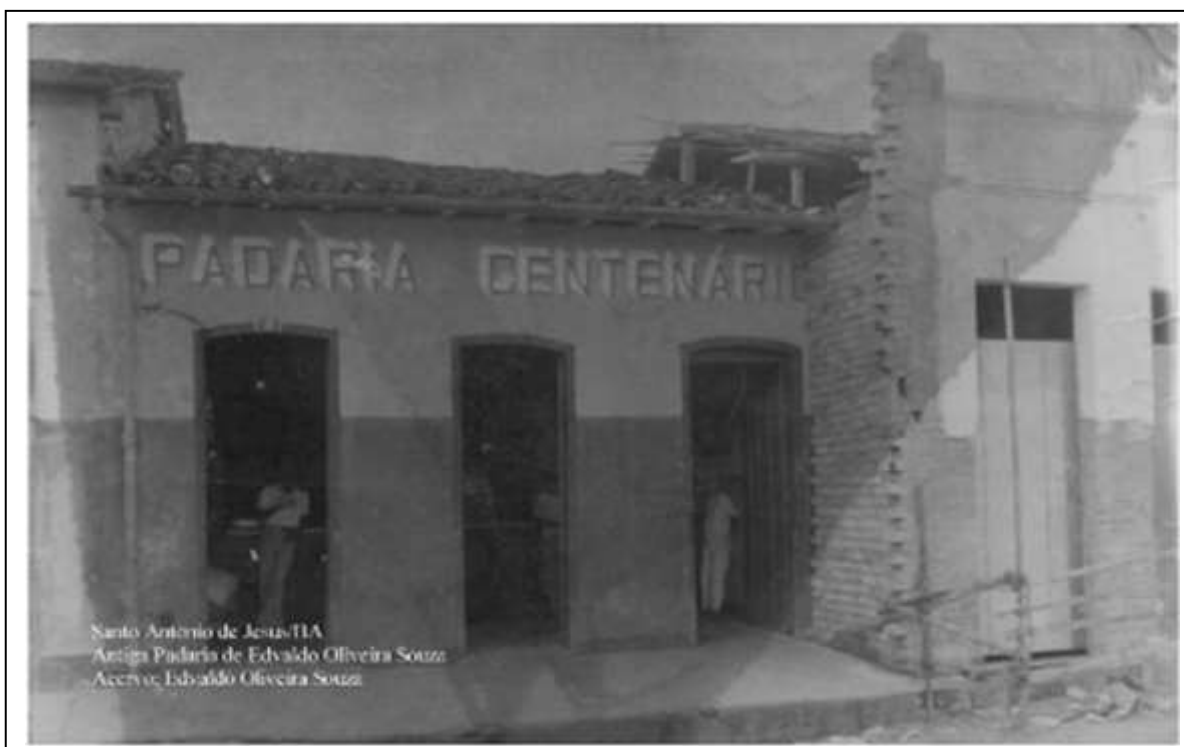
<sup>345</sup> Panacum é um cesto grande que é acoplado ao animal – geralmente burros e cavalos – para transportar produtos e mercadorias. Cangalha é uma armação de madeira ou de ferro em que se sustenta e equilibra a carga das bestas e cavalos, metade para um lado delas, metade para o outro.

<sup>346</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.24.

consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado”.<sup>347</sup>

Outro espaço que marca a temporalidade e confirma o viver do passado de muitos feirantes e demais pessoas que viviam aqueles anos na cidade de SAJ era as padarias que existiam próximas à feira livre. O pão “gostoso” que a feirante Elza Froes comprava para alimentar aqueles que na feira cedo chegavam, e que muitos feirantes ao retornarem para as suas localidades levavam para complementar a dieta alimentar da família, era facilmente encontrado na padaria Centenário, primeira padaria da cidade, de propriedade de Edvaldo Oliveira Souza, e que na década de 50 passou para as mãos de Juventino de Almeida, com o nome de Panificadora Vitória. Podia-se ainda comprar o pão de cada dia na Padaria Ideal, do senhor Teobaldo Moreira, na Padaria São Luiz e na conhecida padaria de seu João Duque, essa última ainda se encontra em funcionamento. Zilda Maria Pires, fala dessa última padaria com carinho e afeto, já que, em um determinado tempo de sua vida, era nesse ambiente que seu pai guardava barraca e alguns produtos que não conseguia vender em dias de feira.

**Figura 07 – Padaria centenário**



FONTE: Disponível em: <[http://www.mma.com.br/mma3/media/images/saj/santo\\_antonio19.jpg](http://www.mma.com.br/mma3/media/images/saj/santo_antonio19.jpg)>.

<sup>347</sup> LOWENTHAL, David. *Op. Cit.* Pg.75.

O comércio de secos e molhados<sup>348</sup> era abundante na cidade, nas casas e armazéns dos senhores Lúcio Oliveira, Assilino Amaral, Sr. Roque e seu Guilhermino. Comercializavam-se carne de sertão, bacalhau, “figo doído”<sup>349</sup>, farelo, fumo de corda, arroz, feijão, querozene enlatado, dentre outros produtos. Próximo a essas casas, atrás da feira, a Casa Comercial São Luis comercializava também secos e molhados, mais ferragens e produtos diversos como, fechaduras, arames, enxadas, foices, facão e diversas ferragens indispensáveis para o trabalho do homem na roça.

Essas casas comerciais eram importantes porque muitas das mercadorias que elas vendiam faziam parte do universo social e cultural de homens e mulheres de áreas rurais e urbanas entre os anos 50, 60 e 70 do século passado. O querozene, por exemplo, era um produto essencial para acender os candeieiros que iluminavam os lares, sobretudo das pessoas da roça e também de quem morava em áreas periféricas da cidade no referido período. Outro produto que fazia parte dos costumes desses sujeitos era o fumo de corda, que era mascado por várias pessoas da região, e muito comercializado nesses estabelecimentos. Muitos feirantes e frequentadores da feira compravam nessas casas comerciais farelo, alimento principal para a criação suína. Já a comercial São Luis vendia fechaduras, arames, enxadas, foices, facão e diversas ferragens indispensáveis para o trabalho do homem na roça.

Essa realidade até então descrita por mim sugere que existiam outros locais de abastecimento. Assim, açougues, vendas, quitandas, mercearias, padarias, armazéns eram outros locais de abastecimento para a população em geral. Por outro lado, nas lojas e casas comerciais, homens e mulheres se abasteciam com produtos de outra ordem. Nas primeiras, roupas, sapatos, etc.; nas segundas, ferramentas, etc.

Dessa forma, os feirantes não vendiam apenas seus produtos na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus, como também mantinham uma relação bastante vigorosa com as diversas casas comerciais que circundavam a feira, comprando diversas mercadorias necessárias à sua existência, desde o pão de cada dia à ferramentas e produtos domésticos. Havia uma relação complexa entre a feira e a loja e, obviamente, entre os feirantes e os proprietários dessa última. Existia uma concorrência e os feirantes eram as pessoas

---

<sup>348</sup> Márcio Nicory Costa Souza ao falar dos produtos que eram comercializados na Bahia ainda no período colonial define secos (maços, cadeados, panos, cordas, fivelas, tabacos, etc.) e molhados (vinhos, licores, azeites, etc.). Ver: SOUZA, Márcio Nicory Costa. **A teia da feira:** um estudo sobre a feira de São Joaquim, Salvador Bahia. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS – UFBA. Salvador-Bahia. 2008. Pg.47. Porém, acredito que há uma variação dentro da categoria secos e molhados que se adequa a cada realidade e contexto sociocultural.

<sup>349</sup> Denominação dada ao fígado de boi quando é colocado no processo de conserva com grandes quantidades de sal e, geralmente, é comido assado no fogo de carvão com pirão de farinha.

responsáveis por isso, mas também os proprietários das lojas se beneficiavam com a feira e os feirantes que também compravam diversos produtos nas lojas, conforme já afirmei, bem como os proprietários das lojas também iam e compravam na feira livre da cidade.

Vários serviços eram oferecidos na Praça Padre Mateus, no entorno da feira, como é o caso dos serviços de mecânica da oficina do Sr. Manoel Lírio, O tradicional Bar Íris Café de propriedade de Zelito, que ficava próximo ao prédio da Filarmônica Amantes da Lyra, a Coletoria<sup>350</sup>, a agência dos correios, a tradicional Farmácia Confiança, além de lojas de roupas e sapatos, lojas de tecidos, como a loja Brasil do Sr. Florisvaldo Santiago e as de propriedade de Laudilino Oliveira e Raimundo Nunes.

Nas imediações da feira-livre de Santo Antônio de Jesus, as pessoas não tinham acesso apenas ao comércio de várias mercadorias, mas também à arte e ao lazer. Pois ali também se localizavam os seculares prédios das Sociedades Filarmônicas Amantes da Lyra, fundada em 16/12/1904, e Sociedade Philarmônica Carlos Gomes, criada em 05/08/1919, ambas fundadas por Samuel Canoa. Em vários momentos o ritmo, a dinâmica e o caminhar das pessoas na feira livre fora embalados pela agradável sonoridade das flautas, oboés, clarinetes, trompetes, órgãos e violinos dessas filarmônicas. Ali também ficavam o Cine-Teatro Glória, Cine Rex de propriedade de Raimundo Nunes, na rua Monsenhor Francisco Manoel.

Ainda próximo à feira-livre, na praça Félix Gaspar, estava a Estação Ferroviária, para onde muitas pessoas traziam e levavam diversos produtos e iam em busca de notícias de parentes e amigos que chegavam com o ranger dos trilhos do trem. Ainda nas imediações da Estação Ferroviária, alguns comerciantes vendiam farinha de mandioca em atacado.

---

<sup>350</sup> Coletoria era o nome dado ao que é hoje Secretaria da Fazenda. Na cidade de Santo Antônio de Jesus existiam duas coletorias: a 1ª nas 4 Esquinas e a 2ª na travessa 15 de Novembro.

**Figura 08 – Estação ferroviária (1880-1971)**



FONTE: Disponível em: <<http://www.mma.com.br/mma3/media/images/saj/estacao4.jpg>>.

O trem servia também para os feirantes transportarem mercadorias da cidade de Nazaré para ser comercializada na feira livre da cidade de SAJ e servia, ainda, de meio de transporte dos gatunos, já que os “ladrões de galinha” geralmente roubavam os produtos e os vendiam na própria feira livre da cidade e na “feirinha” que havia na praça Félix Gaspar, nas imediações da estação ferroviária, onde estavam instaladas barracas que vendiam comidas e bebidas e, ao chão, vendia-se animais como porcos, galos e galinhas.<sup>351</sup> Segundo o relato de Vitalina Souza, após o furto, muitos gatunos se dirigiam até a estação ferroviária de SAJ e pegavam o trem até a cidade de Nazaré das Farinhas para comercializar o produto roubado.<sup>352</sup>

Como parte do rico e instigante cenário, o sagrado estava presente na praça, simbolizado pela Igreja Matriz, que abrigava o glorioso Santo Antônio, padroeiro da cidade. Naquele espaço situava-se também centenária Casa Adornativa. Essa casa funerária, inicialmente de propriedade do Sr. Quitiniano Andrade, existiu durante cem anos e consistia em um patrimônio familiar que foi passando de pai para filho ao longo de várias gerações e prestando serviços a várias pessoas na cidade e localidades próximas.

<sup>351</sup> Jornal O Paládio. Ano 49. 03 de Novembro de 1950, nº 2357. APMSAJ.

<sup>352</sup> Vitalina Souza. *Op. Cit.*

Na Praça Padre Mateus, ainda entre os anos 50-70 do século passado, no entorno da feira residiam setores da elite local que dividiam o espaço também com casas de comércio e armazéns. Essa praça era um espaço considerado nobre e privilegiado, só os mais abastados poderiam fixar residência ali. Lá morava o médico Idelfonso Guedes, um fazendeiro, um coletor chamado de Salazá. Moravam também na praça o médico Gorgônio José de Araújo e um fiscal da prefeitura municipal chamado Imídio Sório, dentre outros.

Outros serviços estavam disponíveis aos feirantes e ao público que frequentava a feira e a cidade em geral. Muito próximo dali, mais especificamente na rua 7 de setembro, estava o açougue de Cilírio Diniz, a barbearia de Liquinha, o Armarinho Bahia de Climério Queiroz, a barbearia do Sr. Silvestre. Ainda nas imediações da feira, encontravam-se vários armazéns de café e, principalmente, de fumo, espalhados pelas ruas do centro da cidade; esses armazéns eram de propriedade de brasileiros e estrangeiros que faziam grandes negócios na região e também exportavam para outros países. Dentre eles podemos destacar os armazéns de fumo do Inglês Gerald Jay, de um português denominado Correia e do santantoniense Antônio Fraga, grande proprietário rural, que entre os anos 1948-1950 e 1955-1958 exerceu o poder executivo no município. Com certeza, muitos desses homens e mulheres que eram trabalhadores desses armazéns recebiam seus salários e, na condição de fregueses, compravam na feira livre de SAJ.

Apesar de tantos serviços serem oferecidos na praça Padre Mateus àqueles que para lá se dirigiam, a feira-livre de Santo Antônio de Jesus era a grande “vedete”, na principal praça da cidade, dividindo espaço com outros dois principais marcos simbólicos também ali presentes – Igreja Matriz e o Barracão da Farinha – conforme salientei acima. Dessa maneira, a organização do espaço se dava muito em função desses dois marcos. Localizada a céu aberto, o processo de instalação na feira nos anos 1950 não dependia de inscrição, nem matrícula, mas por trás de uma aparente democratização do espaço, havia uma complexa lógica de ocupação.

**Figura 09 – Feira livre de Santo Antônio de Jesus – década de 50**



FONTE: Disponível em: <<http://www.mma.com.br/mma3/media/images/saj/feira1.jpg>>.

Peter Burke, ao refletir sobre o uso das imagens para a interpretação histórica diz que, “no caso da história social ou econômica, as imagens oferecem evidências particularmente valiosas de práticas como o comércio de rua que raramente foram registradas devido a sua natureza relativamente não oficial (...)”.<sup>353</sup> Concordo com Burke, e vejo na imagem acima um importante documento histórico para minha reflexão quando situo esse meu trabalho na perspectiva da história social, com enfoque na cultura. Outro aspecto a se ressaltar é o fato de a feira livre ser considerada um espaço do comércio informal, situada no circuito inferior da economia.

A imagem mostra a centralidade do barracão da farinha e a igreja matriz nesse espaço. Percebe-se também como esse era o lugar de encontro entre o mundo rural e urbano, já que uma análise mais minuciosa da fotografia mostra as formas de se vestir e as diferenças existentes entre as pessoas desses dois universos. Os animais que aparecem na imagem revelam o quanto eles eram importantes como meios de transporte das mercadorias e também dos feirantes e fregueses que frequentavam a feira livre entre os anos 50 a 70 do século

<sup>353</sup> BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. São Paulo: EDUSC, 2004. Pg.234.

passado. A foto ganha uma importância ímpar para a interpretação histórica quando evidencia as formas de ocupação do espaço na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus, como veremos mais adiante, a presença de homens, mulheres e crianças e, ainda, a dinâmica que dava vida àquele lugar. Um dos aspectos dessa dinâmica consiste no fato de que a feira livre era/é uma reunião periódica que atraía/atraía pessoas de várias localidades. Ela era a extensão da vida rural, momentos de continuidade entre o cotidiano e a própria feira.<sup>354</sup>

Ao estudar as feiras livres cariocas, Gilmar Mascarenhas de Jesus diz que ela é uma reunião periódica de mercadores que expõem em estruturas versáteis suas mercadorias, utilizando para isso a via pública. É, portanto, um serviço que depende de concessão de municipalidade para temporariamente se apropriar dos logradouros. Segundo ele,

Existe nesse sentido uma dimensão política de territorialidade em relação direta com o poder governamental. O feirante não é proprietário da fração de espaço que utiliza, ao contrário do comércio tradicional. Ele apenas adquire, em caráter precário, o direito de usufruir daquele espaço em dias da semana e horários pré-estabelecidos pelo poder público, para expor determinados produtos segundo regras também pré-determinadas. Isso significa que a feira-livre depende inteiramente da vontade municipal, pois ela não apenas determina local e condições de funcionamento, mas também pode remanejar ou mesmo extinguir feiras-livres, já que a ela cabe a gestão da via pública.<sup>355</sup>

Na feira livre de Santo Antônio de Jesus, na década de 1950 ninguém precisava de uma concessão para ali se instalar; os feirantes se utilizavam de uma estrutura versátil e usufruíam desse espaço de várias formas. Clementino relembrou que um dos “lugares de vender pau (madeira, cabo, cimento, peça, ripa), era nas imediações onde atualmente está localizada a igreja matriz da cidade”. Ele ressaltou que “feijão e farinha eram vendidos a litro do lado de fora do mercado, pois não cabia tudo dentro do barracão”.<sup>356</sup>

Uma questão torna-se pertinente colocar nesse momento: o pau poderia ficar exposto ao sol e a chuva sem causar grandes prejuízos para o feirante que estava ali comercializando. Mas, e a farinha e outros produtos que não poderiam ser molhados, o que fazer quando a chuva caía? Com certeza a disputa por um lugar dentro do Barracão da Farinha era acirrada na

<sup>354</sup> SOUZA. A teia da feira... *Op. Cit.* Pg.68.

<sup>355</sup> JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **O lugar da feira-livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência** (Rio de Janeiro: 1964-1989). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Rio de Janeiro: 1991. Pgs.12-13.

<sup>356</sup> Clementino Ferreira dos Santos. *Op. Cit.* Pg.05.



cidade. Essa não era uma tarefa fácil, parece que tal conquista que alguns alcançavam estava associada a alguns critérios. A narrativa de Elizeu Mota pode ajudar a entender essa questão:

Eu vendia farinha na chegada, na porta logo, na chegada do mercado; já a maior parte, os catingueiros\* que vinha de fora, vendia farinha era nas pedra fora do barracão. O barracão era pequeno. Vendia açúcar, vendia feijão, uma parte farinha e o resto... a maior parte da população chegava de fora, o catingueiro trazia rapadura, farinha, aquela farinha comum, vendia nas pedra aí em volta do mercado. Ai, quando veio pra qui, já parecia que era uma nova cidade, né? Já mais organizado.<sup>357</sup>

Percebe-se que entre os anos 50 e 70 do século XX havia uma hierarquização espacial e alguns, principalmente os feirantes vindos de fora, de outras cidades e regiões, enfrentavam seus pares que os distinguiam como o “outro”, o catingueiro, que tinha que colocar suas mercadorias na Pedra, lugar reservado para os menos abastados e, conseqüentemente, marcador de uma distinção social. A narrativa ainda deixa transparecer que por vender um produto igual ao seu, Elizeu Mota atribui aos catingueiros a venda da “farinha comum”, de menor qualidade, bem diferente da que ele comercializava. A narrativa desse feirante me remete a pensar na relação entre memória e identidade social, quando Pollak afirma que ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação, em função dos outros. Para ele, a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com os outros.<sup>358</sup> Elizeu Mota como outros feirantes construíram imagens de si e suas identidades perante a presença dos “outros” que cruzaram seus caminhos. Com certeza conflitos existiam entre eles (os de casa) e os catingueiros (forasteiros). Ou seja, existiam conflitos dentro da própria “categoria”.

No decorrer dos anos 60 e 70 do século XX a concorrência pelo espaço na feira era acirrada. Para Elizeu, de fato, já havia a necessidade de construir um novo Barracão da Farinha com dimensões que pudessem acolher o grande número de feirantes que a feira de Santo Antônio de Jesus atraía. Mas, como Elizeu conseguiu um lugar dentro do Barracão da Farinha para comercializar?

<sup>357</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.05.

<sup>358</sup> POLLAK, Michel. **Memória e Identidade social**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, nº 10, 1992. Pg.204.

Não tinha espaço, é porque meus tio vendia e eu arriei uma vaguinha também e meu pai também, desde a época mais cedo, já tinha o ponto dele, eu fiquei vendendo mais ele, quando ele não deu pra vim, que eu tomei conta, tinha o meu lugar certo. Eu vendia dentro do mercado, logo na chegada do mercado, perto da porta.<sup>359</sup>

Elizeu, assim como outros feirantes, conseguiu um lugar “mais nobre” na feira livre por causa de seus familiares que já atuavam naquele universo, via sucessão familiar. Essa era uma condição que facilitava a posse de um lugar mais privilegiado para mercadejar alguns produtos, sobretudo a farinha de mandioca. Podemos especular que existia a possibilidade do nepotismo. Zilda Pires lembrou que inicialmente seu pai ia para a cidade de Santo Antônio de Jesus vender fardos de fumo nos armazéns e vendia farinha. Ela afirma “que esse era um produto para não molhá e era vendido dentro do barracão, e fora vendia verduras, frutas, “arrudiando”. Mas, a farinha, o feijão, as “coisas de molhá”, vendia tudo ali no barracão, lá dentro do barracão”. Este espaço não tinha capacidade física para absorver o grande número de pessoas que comercializava os “produtos de molhá”, além de ser a feira uma atividade comercial em expansão na cidade na segunda metade do século XX. Por isso é que no ano de 1971 foi inaugurado um novo Barracão da Farinha, localizado em área mais afastada do centro, na praça Duque de Caxias, com dimensões mais apropriadas a essa expansão.

As bancas de madeira faziam parte da paisagem urbana em dias de feira. Ao adentrar no ofício de feirante, Antônio Virgílio relatou que ele, assim como outros que eram novatos, não tinha barraca. Ele revelou que uma das tarefas de sua rotina era matar porco e carneiro, levar para feira livre e chegando lá vendia a retalho. Sobre a dinâmica do espaço que era modificado em dias de feira livre ele lembrou:

Lá naquele tempo a gente assim que era novato não tinha barraca. Tinha uma pessoa ali... não sei quem... Piropo que tinha armazéns, aquelas histórias... Tinha as banca, as mesinha de tábua lá no fundo do quintal, tinha 50,60, 100 bancas. A gente pagava no dia de sábado, chegava lá cedo, entrava lá, pagava aquela taxazinha mínima e pegava a banca e trazia, chegava aqui botava. Levava preparada daqui as folha de bananeira para forrá e ali a gente cortava aquela mercadoria e quando acabasse, também a gente não ia leva pra lá, largava ali. O dono da casa tinha obrigação e tinha as pessoa pra mandá recardá todas as mesa e botá no mesmo lugar. Na próxima semana era a mesma coisa.<sup>360</sup>

<sup>359</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.05.

<sup>360</sup> Antônio Virgílio Souza. *Op. Cit.* Pg.06.

Ainda segundo a narrativa desse feirante, existiam algumas pessoas como o senhor Rodrigues, Ismael, Mané Tampinha, Balbino, Maciano, dentre outros, que eram os mais antigos feirantes que trabalhavam naquele espaço e tinham suas próprias barracas. Parece que os feirantes que começaram desempenhar tal ofício e adentraram nele mais cedo conseguiram tal privilégio. A narrativa de Antônio Virgílio também nos mostra a complexa relação que existia entre os armazéns e a feira livre, já que, além de comercializar diversos produtos, alguns desses armazéns também alugavam mesas e bancas, guardava animais, compras e feiras de feirantes.

Nos anos 50 do século XX o processo de instalação dos feirantes na feira livre não dependia de inscrição, nem matrícula, era obrigatório apenas o pagamento de uma pequena taxa como imposto de Solo Ocupado à Prefeitura Municipal. A partir dos anos 60, o poder público instituiu o chamado “fazer exame”. Esse exame consistia em convocar os trabalhadores da feira para saber se eles desenvolviam suas atividades diárias de acordo com noções básicas de higiene consideradas necessárias naquele ambiente. Uma vez estando “em condições de trabalhar na feira”, esses trabalhadores passavam a receber uma carteira da prefeitura que os habilitava a exercerem o ofício.

Essa medida tomada pelo poder público, além de representar uma intervenção nas relações econômicas, expressava também já uma preocupação com as práticas de higiene e disciplinarização na cidade. Talvez, a medida tomada pela prefeitura municipal de Santo Antônio de Jesus já estivesse dentro do bojo das mudanças e transformações pelas quais a cidade iria passar no futuro. Essa preocupação fora iniciada já na década de 50, conforme mostram os jornais da época.<sup>361</sup>

As evidências sugerem que é a partir do ano de 1963 que ocorre de fato um maior rigor no que diz respeito ao processo de instalação na feira livre, quando o poder público municipal institui a cobrança do Imposto de Licença 04 B nas feiras e mercados.<sup>362</sup>

Nada facilitava a vida dos feirantes para instalar seu negócio na cidade. Augusto Soares relembra que “lá era muito apertado” e, na busca pela sobrevivência, a ocupação do espaço era arquetizado aos arremendos financeiros de cada um. Havia muitas barracas de verduras e de carnes, a maioria delas eram propriedades das mulheres que vendiam verduras; já os homens, em sua maioria, eram donos de barracas que comercializavam carne de sol,

---

<sup>361</sup> Jornal O Paládio. Ano 49, 3 de Novembro de 1950, nº 2357. APMSAJ. Jornal Semanário – A Voz das Palmeiras, nº 38, 5/5/1954. Jornal a Voz das Palmeiras. Ano I, nº 30, 4 de fevereiro de 1954. Arquivo Particular de Amarílio Monteiro Orrico.

<sup>362</sup> Portaria nº 79 – 14 de Novembro de 1963. Livro de Leis, Atas e Decretos – APMSAJ.

carne de sertão, “carne de boi”, fato<sup>363</sup>, etc. A feira de Santo Antônio de Jesus era também conhecida por vender uma das melhores carnes da região. Lá se encontrava uma boa carne de sertão vinda do Rio Grande do Sul e uma excelente carne do sol oriunda do povoado de Santo Antônio do Argüim, município de Castro Alves na Bahia, considerada a melhor carne de sol da cidade.

Discutindo sobre os aspectos a serem destacados num estudo sobre feira livre, o Antropólogo Luiz Mott ressalta que compete ao pesquisador investigar e descobrir se existe uma lógica que está por traz e orienta a morfologia da feira, ou seja, a distribuição dos vendedores pelo espaço urbano. Segundo Mott,

A lógica pode ser, por exemplo, deslocando mais para a periferia do espaço comercial aqueles produtos maiores e que exijam mais espaço, ou os que têm odor mais forte ou possam sujar os transeuntes no caso que estivessem nos locais de maior concentração demográfica (o coração da feira). Em muitos países da África do Norte, por exemplo, os vendedores de tintas (para tingir tapetes e tecidos), assim como os vendedores de couro, geralmente ficam nas periferias do mercado, exatamente devido à natureza poluente destas mercadorias.<sup>364</sup>

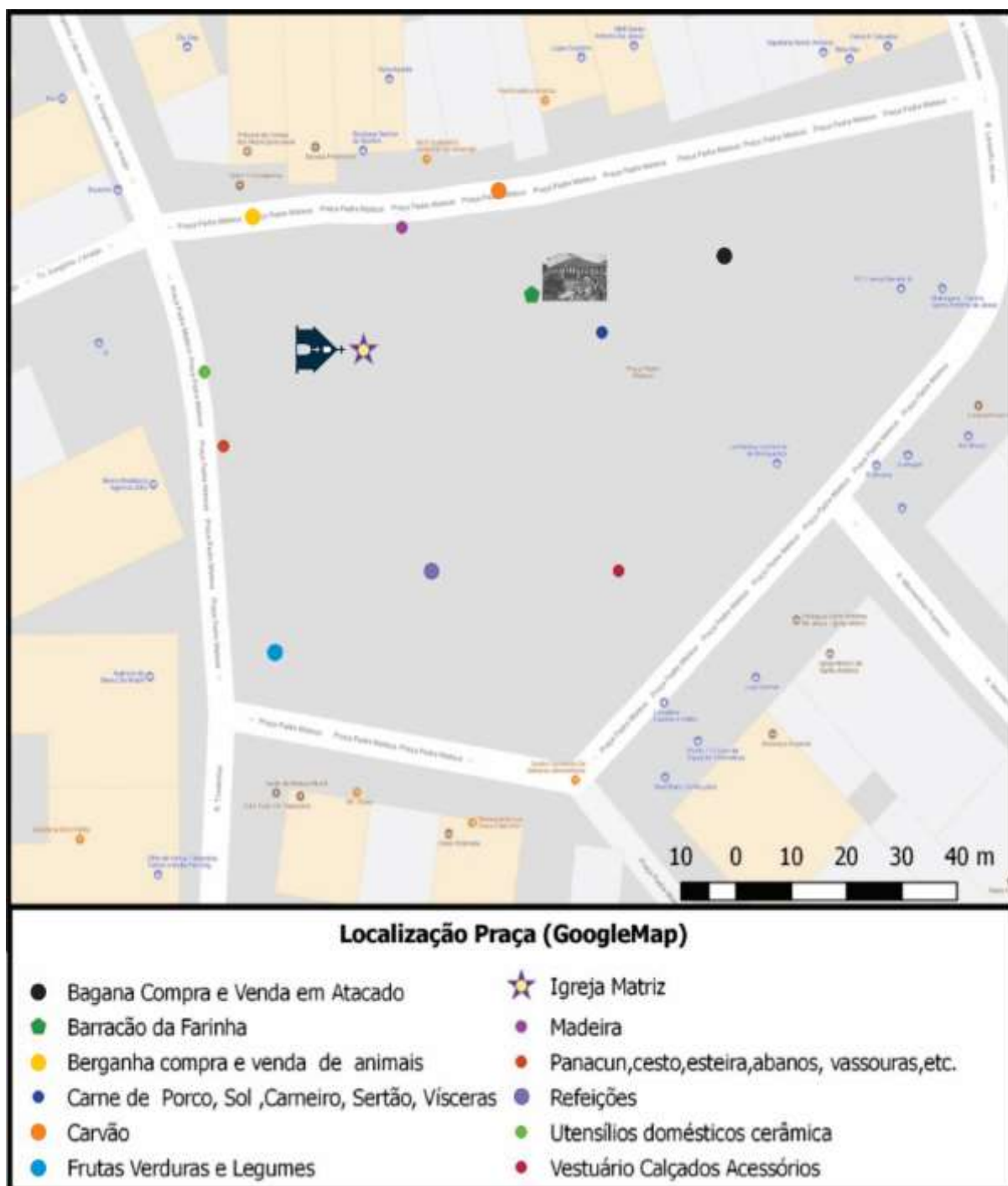
Em Santo Antônio de Jesus, as mercadorias que exalavam um odor mais forte eram encontradas no meio da feira. No coração da feira-livre tanto se encontrava vísceras de animais (popularmente chamado de fato) expostas aos fregueses, como os produtos de couro comercializados por João Nunes dos Santos. Conforme podemos ver na imagem a seguir:

---

<sup>363</sup> Fato – Vísceras de animais. O fato de boi e de porco era bastante consumido na região do Recôncavo Sul, sobretudo pelas camadas populares.

<sup>364</sup> MOTT. Luiz Roberto de Barros. Feiras e mercados: pistas para pesquisa de campo. *In*: FERRETI, Sérgio. (Org.). **Reeducando o Olhar**: estudos sobre feiras e mercados. São Luiz-Maranhão: UFMA, 2000. P.27.

**Figura 10 – Croqui com a localização espacial dos produtos comercializados na feira livre de SAJ – (1950-1970)**



FONTE: Alguns entrevistados dessa pesquisa e fotografias da época. Elaboração e Editoração: Antônio A. Mota – Geógrafo, Doutorando em Planejamento Territorial pela Universidade Católica do Salvador – BA (UCSAL) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Entre os anos 50 e 60 do século passado, João Nunes dos Santos lembra que trabalhava em frente ao Barracão<sup>365</sup> e que o povo vendia tudo ali dentro: feijão, farinha, rapadura, açúcar preto... E havia as “barracas de fora” que eram feitas de restos de madeira e cobertas com zinco, lona ou plásticos. Essas simples barracas disputavam “seu lugar” na feira em frente à forte imponência do Mercado Municipal, tradicionalmente conhecido por todos como o Barracão da Farinha.

Para quem não tinha o privilégio de dispor de um “lugar que não fosse ao sol”, ou seja, dentro do barracão, considerado um espaço nobre pela administração pública, pelos feirantes, frequentadores e frequentadoras da feira,<sup>366</sup> nas referidas décadas, essa tarefa tornava-se árdua. Com “ar” de quem vivenciava uma realidade dura naqueles dias quentes de verão, Elza Froes lembra

Que cansava muito, chegava em casa cansada, a gente trabiava ali, Mirtinho.<sup>367</sup> Naquele tempo que a gente trabiava, a barraca era coberta de zinco. A gente cozinhava batata e cozinhava banana o dia todinho, aí a gente tomava o dia todinho quentura de zinco do sol e quentura do fogo em baixo. Ave Maria! Era uma coisa triste, eu chegava em casa, já chegava exasta. É brincadeira? É por isso que o povo diz: “Ah! Fulana anda doente”. Não é não, a gente planta, planta, depois quando a gente fica mais velho é que a gente colhe.<sup>368</sup>

Tomar “quenturão nas pernas” de inverno a verão, segundo a narradora, com excesso de exposição ao sol e ao calor do fogo em dias de trabalho contribuiu para as doenças que tem hoje já uma mulher idosa. A maioria das barracas onde se vendiam comidas eram cobertas com zinco para facilitar a sobrevivência, porque se usassem telhas de amianto, por exemplo, tornaria impossível o deslocamento dessas barracas que, ao final do expediente na feira livre, teriam que ser novamente retiradas da praça e guardadas até o dia da próxima feira. O processo de condução consistia no arrastamento dessas barracas, e caso fossem cobertas com telha poderia implicar em prejuízos materiais para os feirantes.

---

<sup>365</sup> Barracão e o nome dado a uma construção destinada a armazenar materiais ou produtos de diversas ordens. No nosso caso, o barracão era de formato circular, conhecido também como Barracão da Farinha ou Mercado. Ele se localizava no meio da feira livre da cidade de SAJ.

<sup>366</sup> Mott, sobre essa questão, ressalta que numa pesquisa sobre feiras é fundamental perceber como os diferentes espaços são valorizados pela administração pública, pelos feirantes e compradores. Para ele, o mercado é o espaço mais nobre porque sua cobertura protege compradores, vendedores e as mercadorias das intempéries. *Op. Cit.* Pg.25.

<sup>367</sup> A narradora se refere a mim (pesquisador) como Mirtinho. Apelido dado a mim por aqueles que possuem relações de proximidade com minha família.

<sup>368</sup> Elza Froes da Fonseca. Ex-feirante. Dona de casa. Rua do Calabá n. 629, Santo Antônio de Jesus-BA. Nascida em 07/08/1956. Entrevista 2006. Pg.04.

As barracas cobertas de zinco eram transportadas em cima de rodas e seus proprietários geralmente vendiam café, leite e produtos cozidos para a refeição matinal e almoço de muita gente que para a cidade de Santo Antônio de Jesus se deslocava. Já as barracas de lona e de plásticos eram mais fáceis de serem conduzidas porque eram armadas e desarmadas. Geralmente seus donos eram responsáveis pela venda de carnes de porco e carnes em geral. Zilda Maria Pires lembrou que “a barraca era coberta de lona, a estrutura era de madeira, toda de tirinha, era de encaixe, ventilava e não ficava muito abafada, não”.<sup>369</sup> A descrição que essa narradora fez a partir de sua memória, coincide com a imagem de uma barraca que aparece do lado esquerdo, próximo a uma árvore, na fotografia da feira livre de SAJ, apresentada na página 165.

As barracas exerciam uma função social muito importante na cidade e na vida das pessoas, já que a venda de alimentos e refeições era uma alternativa de almoço, por exemplo, para aqueles transeuntes e feirantes oriundos de várias regiões que não levavam suas marmitas. Maria Plácida, nos anos 60 do século passado, fazia a comida na feira e, ao meio dia, seus filhos Vitalina Souza e Nenê faziam o serviço de entrega das marmitas para a sua clientela, composta especialmente por feirantes que comercializavam dentro do barracão da farinha.<sup>370</sup> Essas barracas geravam fonte de renda e sobrevivência para seus proprietários. Eram práticas que reproduziam a vida social e, por essa razão, Leny Sato concebe a banca e a barraca como a unidade produtiva do feirante.<sup>371</sup>

Não era só o verão que, às vezes, dificultava a vida dos trabalhadores da feira, o inverno também proporcionava condições adversas ao trabalho. Quando a chuva começava a cair ainda cedo, antes desses trabalhadores iniciarem suas caminhadas até a cidade, eles tinham que enfrentar muita lama e chegavam na urbe já “igiados”<sup>372</sup>, “mais tinha que vim, né?”. Vitalina Souza rememora que,

Quando a chuva começava na feira mesmo, tinha dia que não podia vendê nada porque a barraca era coberta com lona mais do lado, a chuva vinha de vultão assim, e aí molhava e não se fazia nada, vortava com tudo. É, um dia se saia pra ganhá outro dia pra perdê”.<sup>373</sup>

<sup>369</sup> Zilda Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.10.

<sup>370</sup> Vitalina Souza. *Op. Cit.* Pgs.06-07.

<sup>371</sup> Leny Sato. *Op. Cit.* Pg.179.

<sup>372</sup> Termo amplamente utilizado pelas pessoas mais idosas desta região, empregado quando alguém toma muita chuva e fica trêmulo de frio. É comum ouvir a expressão: “fulano! você está todo igiado”.

<sup>373</sup> Vitalina Santos Souza. *Op. Cit.* Pg.06.

Vender na feira, muitas vezes, significava estar sujeito aos acasos que a vida cotidiana podia lhes trazer. As condições climáticas, metaforizadas pelos feirantes com as expressões “mau tempo” ou “bom tempo”, poderiam alterar o espaço e influenciar decisivamente nas vendas dos produtos, transformando os dias de feira, por exemplo, num bom sábado ou num sábado ruim. Até porque, a chuva inibia a vontade dos fregueses de irem para feira. Mais uma vez, o tempo da natureza influía no andamento dos negócios dos feirantes na cidade. Nesse contexto vale a pena repetir a frase marcante que a narradora Vitalina expressou: trabalhar na feira livre significava que “um dia saía pra ganhar, outro dia pra perder”.

Muitas dificuldades cruzavam os caminhos dos feirantes que iam trabalhar na cidade. Para saná-las, eles forjavam maneiras de viver que facilitassem a sobrevivência. Um desses problemas era onde deixar as barracas – para aqueles que as possuíam como propriedade – nos dias que não havia feira, porque tornava-se difícil guardá-las em lugares que não fossem próximos ao local de trabalho. Para solucionar esse problema, arranjos eram feitos e muitas vezes estes implicavam na construção de laços de amizade e solidariedades entre os feirantes e aqueles que residiam na urbe.

Muitas dessas barracas ficavam alojadas, esperando chegar o dia de sábado, ao lado da Igreja Matriz, na rua Monsenhor Francisco Manoel, porque era um lugar vago, onde não havia residência. Vitalina Souza, ao falar das dificuldades para guardar a barraca de sua mãe, relembra que

Tinha de buscá a barraca lá em baixo, onde hoje é o Alambique,<sup>374</sup> desde quando a gente tinha barraca já tinha Alambique, agora a gente não botava no Alambique, botava assim de frente ao Alambique, numa casa de uma senhora.<sup>375</sup>

O depoimento de Vitalina leva a crer que certamente sua mãe estabeleceu firmes laços de amizade com a senhora que guardava sua barraca todas as semanas. O processo de deslocamento, impulsionado pela necessidade e pela liberdade, trazia consigo valores e práticas culturais, de homens e mulheres da roça, que eram reconstruídos na cidade e se manifestavam em diversas dimensões da vida cotidiana, quer seja dos habitantes da urbe, quer seja na vida daqueles oriundos das zonas rurais. Mas essas relações de ajuda e solidariedade

---

<sup>374</sup> O Alambique, de propriedade de Clomar Orrico, foi um dos primeiros lugares de grande porte a vender cachaça destilada na cidade, sobretudo para abastecer as vendas e butecos da zona rural e bares da cidade e de toda região.

<sup>375</sup> Vitalina Santos Souza. *Op. Cit.* Pg.06.



entre feirantes e os amigos que eles faziam no universo da rua também implicava em algumas limitações. Foi a própria narradora que revelou que quando alguns feirantes chegavam cedo demais, sentavam nos passeios das residências, açougues, padarias, casas de comércio, lojas e outros prédios que compunha o cenário da praça e o entorno da feira municipal, esperando dar a hora, porque muitos deles tinham que ainda buscar as barracas que ficavam guardadas em outros lugares, fora do espaço da feira, sobretudo, em casas de parentes e amigos. Nesse caso, os feirantes dependiam do “tempo do sono” daqueles que guardavam suas barracas.<sup>376</sup>

João Nunes também foi outro feirante que manteve relações de amizade com pessoas da rua e soube tirar proveito disso. Ele lembrou:

Ah! Eu arrumava a barraca, guardava alguma coisa e o resto da feira que eu não vendia, eu guardava no fundo do açougue do finado Totonhe, né? E aí arrumava a barraca e guardava em algum lugá por ali e ia me embora pra roça.<sup>377</sup>

As relações sociais dos feirantes com seus pares ou dos feirantes com outros indivíduos, no universo da feira e da cidade, só podem ser entendidas a partir dos múltiplos aspectos que os envolviam. O grau de intimidade, a amizade ou a indiferença, as relações familiares e de compadrio e a vizinhança, sentimentos difíceis de serem contabilizados ou apreendidos, desdobravam-se em um conjunto de relações pessoais e ações estratégicas desenvolvidas por esses sujeitos a fim de solucionar os problemas e as dificuldades enfrentadas em seu dia-a-dia.

Muitas vezes, aquilo que para algumas pessoas hoje poderia não representar problema algum ou não implicar em empecilhos maiores à vida cotidiana, como por exemplo, guardar um caldeirão que servia para fazer o cafezinho ou cultivar uma amizade que pudesse oferecer uma dormida em sua residência na cidade, tornava-se uma tarefa que dependia das solidariedades e arranjos construídos na roça e reconstruídos na urbe por esses homens e mulheres. É emblemática a narrativa de Josué Pereira sobre quando começou a trabalhar na feira nos anos 1960:

Ah! Eu vendia, eu tinha uma barraquinha de café. Aí tinha uns caldeirão, aí não levava não, deixava aqui, porque tinha uns conhecido aqui, parentes.

---

<sup>376</sup> Idem. Pg.05.

<sup>377</sup> João Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pg.06.

Deixava aqui e só vinha mesmo sozinho. Trazia alguma coisa que tivesse de trazê, mas ficava aqui, tinha meu cunhado, tinha o parente dela (sua esposa dona Massú) que era chamado Badinho, casado com a tia dela. Morava aqui perto também, a gente vinha praqui, dormia por aqui, quando não tinha lugar assim, não queria dormir na barraca, a gente ia pra casa de Agapito, pra casa de Tonha, a tia dela (sua esposa), a gente ficava por aqui levando, levando a vida divagarinho até, até, ainda tá, até o dia que Deus quisé ainda.<sup>378</sup>

A comunicação e a rede estabelecidas entre Josué Pereira e seu cunhado, chamado Badinho, seu Agapito e Tonha, a tia de sua esposa, expressam com exatidão a conjugação entre laços familiares e sentimentos profundos que se mantinham entre aqueles que moravam em áreas rurais e aqueles que moravam em áreas urbanas. Relações essas sustentadas por laços familiares e de amizades, mas, talvez, também por afinidades de “status social”. Dessa forma, a feira era constituída por relações de amizades que construía e davam significados aos lugares. E essas relações influía no processo de inserção dos feirantes no universo da urbe. Entre arranjos e solidariedades, cada um ia construindo seu “lugar” na feira. Como bem lembrou o feirante Esmeraldo Nunes dos Santos, “na feira cada um tinha seu lugar, era aqueles espaçozinho pequeno, era tudo apertado, mais tinha, cada um tinha seu espaço”.<sup>379</sup> Mas acredito também que, se por um lado essa realidade de muita proximidade podia facilitar as solidariedades, por outro, a disputa por espaços e lugares na feira eram coordenadas que poderiam potencializar o afloramento de conflitos. Como pode-se observar, o espaço da feira livre era um lugar praticado em que os feirantes vivenciavam múltiplas e distintas experiências espaciais articuladas na labuta do dia-a-dia.<sup>380</sup>

Para Augusto Soares da Silva, “a feira era aberta, ampla, geral, só tinha um barracão pra todo mundo”. Conseguir um lugar para vender dentro do barracão da Farinha era difícil, só poucos tinham esse privilégio, porque vender dentro do Barracão era uma possibilidade de evitar se expor ao sol e à chuva. Para os menos aquinhoados, expor suas mercadorias na pedra esparramadas pelo chão em panos ou em folhas de bananeiras configuravam formas criativas de forjar alternativas de sobrevivências no concorrido espaço da feira-livre na cidade de Santo Antônio de Jesus. Alguns ainda se utilizavam de caixotes, esteiras da costa, tábuas e tabuleiros para por suas mercadorias à venda. Muitos feirantes usavam ainda os panacuns de seus animais como assentos. Conforme podemos ver na imagem da página 165.

<sup>378</sup> Josué Pereira dos Santos. *Op. Cit.* Pg.05.

<sup>379</sup> Esmeraldo Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pg.05.

<sup>380</sup> Sobre essa questão ver Michel de CERTEAU. *Op. Cit.* Pgs.184-185.

Muitas eram as dificuldades que os feirantes encontravam ao chegar na cidade e, para superá-las, acordos e arranjos eram feitos em busca da sobrevivência. Para aqueles que chegavam transportando suas mercadorias em lombos de animais, uma outra preocupação era onde deixá-los durante o dia, até chegar o final da tarde quando estariam de volta para casa. Alguns deixavam seus jumentos e cavalos amarrados no meio da própria feira, outros os deixavam em outras localidades, a exemplo das Ruas Monsenhor Francisco Manoel e Rui Barbosa. Porém, para atender à grande demanda para abrigo dos animais, era necessário um espaço maior que servisse de pasto para os animais de carga daquelas pessoas que iam para feira e ficariam de um dia para o outro. Logo, esses homens e mulheres não pouparam esforços em construir relações sociais que pudessem assegurar um espaço apropriado e seguro que servisse de “abrigo” para seus “inseparáveis companheiros”.

Ali não tinha asfalto, nem tinha casa. Ali era um sítio que era de Ernesto, né? Hoje justamente é ali onde é, (como é que diz?) onde está o Ginásio de Esportes. Aquilo ali era um sítio, era um terreno ali, era um matagal aquilo ali, aquilo ali era pasto. O pessoal vinha da feira, vinha pra feira, vinha da roça pra feira, ficá de um dia pro outro, chegava ali sortava o animal ali. Bom ali era uma pastaria, aquilo ali que dizê, era cercado, tinha uma cancela ali, o pessoal entrava ali e sortava o animal ali, e pagava justamente uma mensagenzinha\* para deixá o animal ali de um dia pro outro.<sup>381</sup>

Parece que o senhor Ernesto, dono desse sítio, era mais complacente com os feirantes e outros frequentadores da feira-livre de Santo Antônio de Jesus, cobrando preços mais baixos pelo “aluguel do pasto”. Diferentemente do senhor Marcelino, pai de oito filhos e dono de grandes propriedades rurais, que criava galinha, porco, carneiro, gados e cavalos num amplo terreno que tinha próximo à feira-livre (toda a área da praça Duque de Caxias), e era conhecido na cidade como Marcelino Miséria, por manter o hábito de controlar a alimentação de sua família se dirigindo até à cozinha de sua casa todas as manhãs para cortar os dez pedaços de carne que comporia o cardápio do casal e mais seus oito filhos e também por cobrar preços altos às pessoas que deixavam seus animais em suas terras nos dias de feira.

Marcelino Miséria cobrava preços mais altos e diferenciados pelas pastagens, a depender do animal. Várias vezes animais de feirantes ficaram penhorados por causa da falta de dinheiro para pagar o aluguel. Uma alternativa viável para os feirantes, porém arriscada, pelo fato de não oferecer a segurança necessária para os animais e evitar os possíveis roubos

---

<sup>381</sup> Esmeraldo Nunes. *Op. Cit.* Pg.06.

dos mesmos, era deixá-los no curral público que funcionava num beco localizado nas imediações do Clube Palmeirópolis.

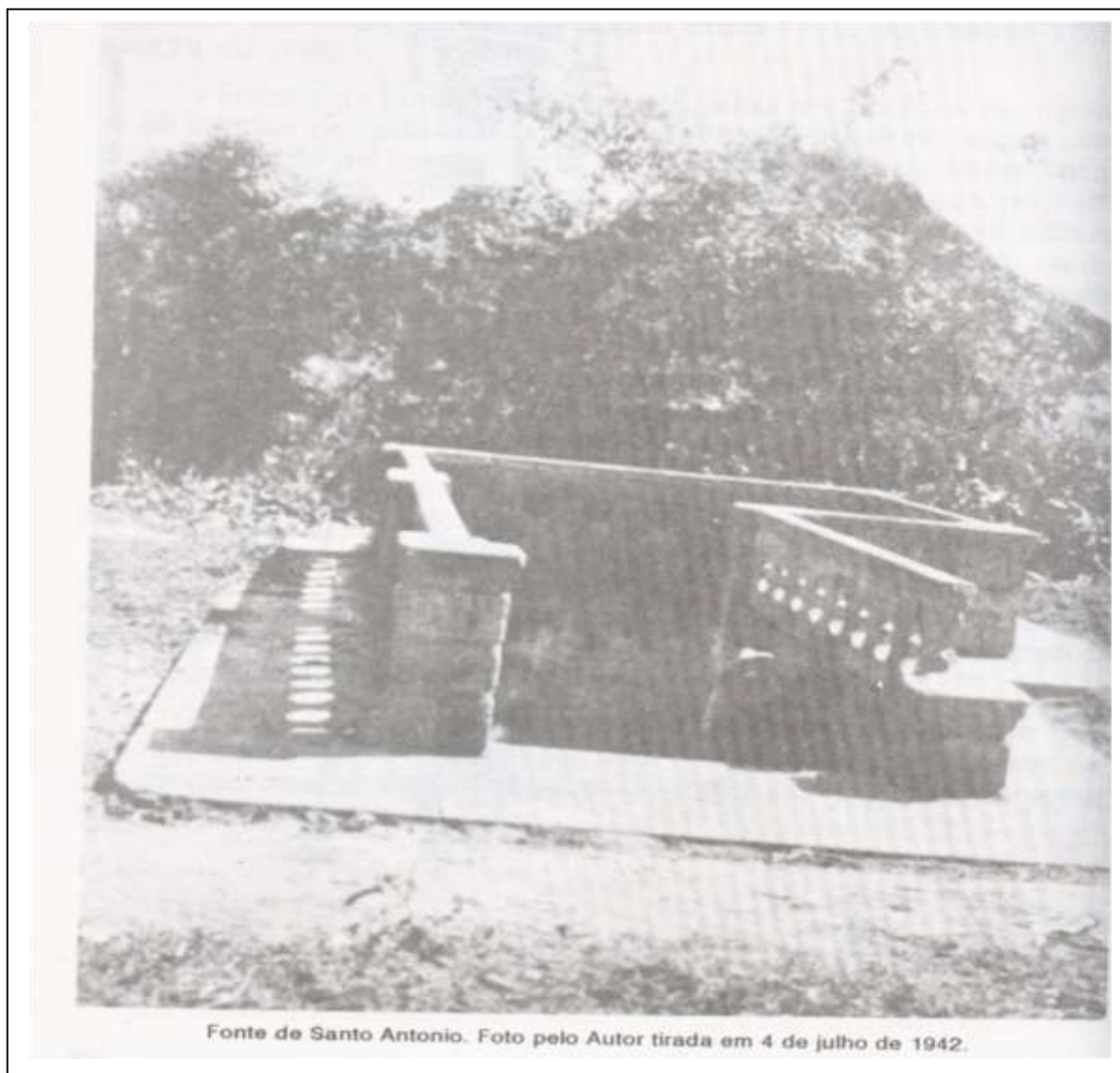
A ausência de água encanada na cidade constituía-se em outro problema para os trabalhadores da feira. Para preparar as refeições, lavar copos, pratos e panelas, matar a sede ou para fazer o próprio asseio, já que as longas caminhadas faziam com que chegassem à cidade com as pernas sujas, cinzentas e cheias de poeira, para não falar repletas de lama em dias de chuva, a água da secular Fonte Santo Antônio<sup>382</sup> tornava-se um recurso natural essencial.

Localizada no centro da cidade, em áreas próximas da feira-livre, a Fonte Santo Antônio assumia uma função muito importante porque dinamizava o viver, fornecendo algo fundamental à sobrevivência humana. Feirantes, frequentadores e frequentadoras da feira e a “gente boa” da cidade, por meio de seus empregados que eram vistos carregando água para abastecer as residências, beneficiavam-se com a água da fonte que fora batizada com o nome do padroeiro da cidade.

---

<sup>382</sup> Fonte secular que se localiza na Rua Aurelino Sales.

**Figura 11 – Fonte Santo Antônio**



FONTE: Livro A Capela do Padre Mateus (1942).

A Fonte Santo Antônio não era apenas lugar para se pegar água para satisfazer as necessidades cotidianas. Ela era também lugar de conagração, de troca de informação, canal de comunicação e sociabilidade, de troca de boatos e fofocas, um significativo lugar de encontro das camadas mais populares.<sup>383</sup>

Quem podia, recorria a outros recursos para obter água de maneira mais fácil, “A gente pegava água numa cisterna de meu padrinho, lá na feira pertinho da barraca da gente.

---

<sup>383</sup> Aqui, inspiro-me nas ideias de Mary Del Priore quando afirma que a Igreja, a Praça, o cais e as Fontes de água eram lugares de conagração. *In: Festa e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. Pg.96.

As barata, Ave Maria! Tudo demolida dentro e a gente sabia que tinha de tomá daquela água, os velho e tudo”<sup>384</sup>.

O relato de Vitalina Souza traduz bem a importância das relações de compadrio entre os feirantes entre os anos 1950-70. Eram também formas de relações sociais que poderiam garantir benefícios para eles em momentos difíceis. Mas, na feira, as relações de compadrio não eram firmadas apenas pela oficialidade da Igreja Católica através do batizado de um filho ou outras formas tradicionais de firmar tal relação na região. Era comum, nesse ambiente de trabalho, mulheres e homens tratarem como compadres e comadres as pessoas que eles tinham consideração, gostavam e os tratavam bem. Na feira, o compadrio era firmado a partir de laços de amizade, conhecimento e supostas afinidades. Muitas vezes, laços já construídos na roça.<sup>385</sup> Dessa maneira, a ajuda mútua entre feirantes e não feirantes penetrava o cotidiano da feira em várias esferas.<sup>386</sup> Era uma forma de solidariedade construída muitas vezes a partir das demandas da luta cotidiana e não dos formalismos, sejam eles quais forem.

Outra maneira de obter água era através da compra desse mineral. Josué Pereira era um feirante que comprava água na mão de João Garapa para fazer o café que ele vendia na feira. E, às vezes, ele vendia “um pouquinho de agua também”. Ele ainda ressalta em sua narrativa a escassez desse bem natural necessário à vida.<sup>387</sup>

Pequenos atos, como o empréstimo de uma faca mais amolada ou dar uma “olhadinha” na barraca do vizinho quando este precisasse ir até o sanitário ou resolver alguma coisa em outro espaço da feira, configuravam-se em atos de generosidade que podiam desdobrar-se na construção de poderosos laços de amizades e solidariedades, e até em futuras relações de compadrio entre feirantes e os diversos sujeitos sociais que faziam parte daquele universo.

Para os feirantes, para os frequentadores e frequentadoras da feira satisfazerem suas necessidades físico/biológicas era outro problema que tinham que enfrentar, porque não existia na cidade um sistema público sanitário que atendesse à população. Dessa forma, era necessário improvisar lugares que pudessem servir para tal objetivo e de preferência que estivessem localizados nas imediações da própria feira. Ao relembrar as manhãs quando tinha que descer para pegar sua barraca na casa da amiga de sua mãe, de frente o Alambique, dona Vitalina contou que

---

<sup>384</sup> Vitalina Souza Santos. *Op. Cit.* Pg.06.

<sup>385</sup> Idem. Pg.21.

<sup>386</sup> Na Região do Recôncavo Sul, era comum a construção de uma rede de sociabilidades estabelecida a partir de compadres de parto, de batismo, de casamento, de fogueira, etc.

<sup>387</sup> Josué Pereira. *Op. Cit.* Pg.07.

As pessoa fazia as necessidades ali, encostava do lado da Berganha. Oi quando a gente ia pra levá a barraca lá em baixo no Alambique a gente ia virando a cara pro lado e pro outro, porque cada um tá lá seu apertado tá lá abaixado. Quem quer ficá olhando? Ia passando.<sup>388</sup>

A improvisação de “lugares” na feira pode ser vista como uma grande capacidade dos feirantes e frequentadores de criar espaços “adequados” para as situações que se lhes apresentavam. A “Berganha” citada no relato de dona Lina, era o nome do espaço onde aos sábados se vendia e trocava várias coisas.

Para aqueles que no momento não dispunham de soldo suficiente para comprar, a saída era barganhar<sup>389</sup>, sobretudo, os animais que eram indispensáveis para o transporte de mercadorias e a própria locomoção. Muitos foram aqueles que barganharam “seu burro velho por um burro novo”. No espaço da Barganha múltiplas dimensões da feira se concretizavam, Já que esse era um espaço importante e diferenciado dentro da feira e ao mesmo tempo fazia parte dela. Esse era um espaço alternativo, onde as pessoas, talvez por não possuírem o dinheiro suficiente para comprar determinado produto no mercado principal da feira, viam ali outras maneiras e possibilidades de obtê-los. Mais adiante o leitor irá perceber a especificidade desse lugar.

Dessa maneira, feirantes, frequentadores e frequentadoras da feira-livre de Santo Antônio de Jesus, por meios de suas práticas cotidianas, iam se apropriando da cidade, dando sentido e significado a uma topografia que surgia condicionada à labuta do dia-a-dia. As trajetórias individuais e coletivas desses sujeitos mostram que de várias maneiras as vivências do cenário rural, no qual estavam inseridos até então, projetaram-se sobre o universo urbano criando uma geografia a partir das experiências desses sujeitos, das relações sociais e das condições que a cidade oferecia até os anos 70 do século passado, já que no ano seguinte, em 1971, a feira mudou de lugar.

Em Santo Antônio houve o que podemos chamar de um “deslocamento da geografia da feira”, já que as barracas de madeira, as de zinco e outras bancas utilizadas pelos feirantes para comercialização dos seus produtos foram transportadas para o novo local da feira, fixando solo ao redor do Barracão da Farinha. Ao se deslocarem para o novo espaço onde se

<sup>388</sup> Vitalina Souza Santos. *Op. Cit.* Pg.07.

<sup>389</sup> O processo de barganhar consistia em trocar um produto por outro, e o negociante, proprietário, que ficava com o produto mais valioso devia dar uma diferença em dinheiro.

localizaria agora a feira livre, os feirantes carregaram consigo os suas bancas e barracas de mercadejar.<sup>390</sup> Essa realidade só se alteraria nos anos finais da década de 80 do século passado quando foram construídos novos espaços, para o estabelecimento dos feirantes, denominados de Galpões.<sup>391</sup>

Os feirantes foram responsáveis pelo processo de criação de uma geografia da feira-livre na cidade até os anos 80. Acredito na possibilidade de pensá-la como um “espaço de produção” que não começava na feira propriamente dita. As ações que os vários sujeitos desempenhavam antes de chegar até a feira, como por exemplo, o ato de acordar 2 horas da manhã para fazer o café que quebraria o jejum de muitos que para lá se deslocavam ou as madrugadas de sexta feira que dona Maria Plácida adentrava fazendo bolo, biscoitos e comida para vender na feira-livre, como veremos adiante, constituíam-se em imperativos da vida concreta para refletir esse lugar como um espaço construído a partir do entrecruzamento de vários “lugares” e várias temporalidades, a exemplo da casa, espaço doméstico e privado e a própria feira livre (a rua), espaço público. Assim, a casa e a rua são pares opostos e complementares, delimitadores da identidade do ser “brasileiro”.<sup>392</sup>

Mais que um simples espaço de comércio, a feira livre era um ambiente em que uma rede de solidariedades era/é construída conforme os imperativos do dia-a-dia. Os diversos lugares criados pelos feirantes para dar operacionalidade às suas vidas garantiam-lhes laços identitários fortemente sedimentados por uma cultura viva, que tinha na feira livre um lugar privilegiado de expressão. Naquele universo eles desenvolviam muito mais que relações de trabalho, a partir de suas experiências forjavam ações que podiam solucionar os percalços e dificuldades que surgiam em suas vidas naquele momento. A feira livre é formada por relações de vizinhança entre feirantes e seus pares, relações essas que constroem e dão significados aos lugares. Como toda relação de vizinhança, não era só a harmonia que fazia parte desse ambiente, os conflitos também davam o tom de tal relação. Sobre as brigas entre feirantes, Vitalina Souza disse que,

---

<sup>390</sup> Pretendo trazer um mapa da cidade de Santo Antônio de Jesus em relação com espaços das feiras.

<sup>391</sup> Existem 7 Galpões na feira de Santo Antônio de Jesus (Galpão 1 – Cereais, Galpão 2 – Carnes, Galpão 3 – Calçados, Galpão 4 – Alimentação, Galpão 5 – Mandioca, Galpão 6 – Confeções, Galpão 7 – Frutas e Verduras).

<sup>392</sup> Inspiro-me em Roberto DaMatta. Esse autor diz que “entre nós essas palavras não designam apenas espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas da ação social. Província éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas, imagens esteticamente emolduradas e inspiradas”. *In*: DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997. Pg.15.



Era mais, assim, discussão, as veze porque botava as coisa tudo junto. Guardava tudo assim junto, num lugá, aí, na hora de pegá, um pega do outro. Aquela Maria! Tinha uma Maria Roxa aqui em cima, Ave Maria! Aquela mulher, meu Deus do céu! Pra roubar panela e fogareiro, Ave Maria! Aí, aí ela era feirante, ela passava nas barracas olhando, hum... hum... parece que é aquele, e olhando, aí minha mãe que era uma pessoa assim (a narradora faz um gesto de que sua mãe parecia ser uma pessoa tranquila e amigável): “é o que comadre?” “Não, foi o meu fugareiro que sumiu, pegaram meu fugareiro”. Aí, minha mãe dizia: “Eu mesmo não fui, os meu tá aqui, oi”.<sup>393</sup>

Maria Roxa era comadre de Maria Plácida, não pelo sacramento da igreja católica, mas pela relação e vínculo que fora construído no ambiente de trabalho na feira livre da cidade de SAJ. As expressões “Ave Maria!” e “meu Deus do céu!”, que aparecem na narrativa de Vitalina Souza, dispensam comentários sobre a personalidade e atuação da feirante Maria Roxa. Imaginemos a fama dessa mulher naquele ambiente de trabalho e, também, fora dele. Possivelmente, o momento que ela passava em revista pelas barracas com o intuito de “resgatar” seu fugareiro, causava, no mínimo, um suspense entre seus vizinhos de feira e a possibilidade de eclodir uma boa e acalorada discussão.

#### **4.4 A venda dos produtos e mercadorias na feira**

Após a montagem, no espaço da feira, daquilo que Leny Sato chamou de “palco e vitrine”,<sup>394</sup> segue mais uma etapa do trabalho multifacetado dos feirantes, ou seja; a venda dos seus produtos e mercadorias. Não é minha intenção fazer uma hierarquização em grau de importância das fases que constituíam a dinâmica do mundo do trabalho desses sujeitos que desenvolviam essa atividade; todavia, a hora da venda e negociação na feira, talvez fosse o momento crucial, responsável pela garantia da sobrevivência familiar e, sobretudo, de afirmação da condição de feirante como profissão.

Ao longo da pesquisa, a interlocução com os feirantes me fez adentrar em minha própria subjetividade e questionar-me sobre as diferenças entre o mundo letrado da ciência, do saber científico e o mundo dos sujeitos, às vezes não-letrados, do saber não-científico, do saber construído muito em função da vida ordinária. Na condição de pesquisador, enquanto um suposto representante do saber científico, em um dado momento que estava realizando entrevista com Brasilina Maria Pires, esta fez-me sentir “perder o chão” quando respondeu a

<sup>393</sup> Vitalina Souza. *Op. Cit.* Pgs.20-21.

<sup>394</sup> SATO, Leny. *Op. Cit.*

pergunta que fiz: “o que era para a senhora ser feirante?” Ela imediatamente com um sorriso disfarçado e ar de que nunca tinha ouvido nada tão sem sentido de tão óbvio, respondeu-me: “Oxe! Oxe! Feirante é a gente que vai pra feira vender coisa”.<sup>395</sup>

Já ressaltai essa frase dessa feirante em outro momento do texto e concordo com ela. Talvez a obviedade com que ela define a ação e o ofício de ser feirante – o ato de vender coisa na feira – seja de fato, a concepção de uma enorme quantidade de pessoas que frequentam esse ambiente com o simples olhar voltado para a comercialização que ali se desenrola. Reeducando o olhar sobre esse espaço, nos faz enxergar outras nuances que estão em volta do simplório ato de vender e comprar mercadorias. Essas nuances ratificam determinadas relações bastante importantes no universo da feira livre, contribuindo diretamente para o bom ou mal andamento dos negócios desses sujeitos. Então, o que estava por traz do ato de comprar e vender produtos na feira livre? Que tipo de ações os feirantes desenvolviam para assegurar a vendagem dos seus produtos? Quais elementos caracterizavam as relações sociais desses sujeitos no momento da comercialização?

Para se pensar as questões que acabei de elencar, considero relevante percebermos que algumas estratégias eram desenvolvidas e aplicadas pelos feirantes nessa etapa do seu trabalho no universo da feira. Ou seja, no ato de compra e venda das mercadorias. Michel de Certeau chamou de estratégia,

O cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios.<sup>396</sup>

Dessa forma, dois coadjuvantes no palco da feira livre eram os clientes e concorrentes que em dias de feiras contracenavam com os feirantes. Estes últimos, para gerir relações com uma dessas exterioridades<sup>397</sup> – os clientes – utilizavam-se de estratégias para dinamizar e

<sup>395</sup> Brasilina Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.08.

<sup>396</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano – 1 Artes do fazer**. 19.ed. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990. Pg.93.

<sup>397</sup> Exterioridade e um conceito utilizado por Leny Sato que se refere à “o outro” ser, que não é o feirante. Ou seja, todos os outros tipos de pessoas e camadas sociais que estabelecem relações sociais com “o feirante”. Sato. *Op. Cit.* Pg.144.

firmar relações sociais com seus alvos que pudessem lhes garantir benefícios e bons resultados no ramo dos negócios. Uma dessas estratégias era posta em prática pelo feirante Clementino Ferreira:

Eu vendia, vendia aquele fardo de caibo, carga de capim, tratava para vender mais caro. Dizia que era boa. Porque quando você negocia mercadoria boa o povo dá confiança em você né? Porque cumpre seu dever. Você trata, traz e entrega. Eu sempre procurei usar isso. Aí o pessoal sempre comprava na minha mão. Aí dizia: olha fulano, traz duas, três carga pra me vender.<sup>398</sup>

Vender mercadoria boa e de qualidade era uma das estratégias dos feirantes para atrair seus clientes e conquistar a confiança necessária para assegurar uma freguesia cativa e fiel. Esse era um pré-requisito importante no comércio da feira. Associado a isso, a variedade dos produtos e o atendimento pessoal eram os componentes que possibilitavam criar um compromisso com os fregueses, já que fregueses vão à feira livre para se abastecer e feirantes vão à feira para trabalhar.<sup>399</sup>

A palavra freguesia tem sua origem na relação dos fiéis de uma determinada paróquia com a igreja local. Freguesia é a igreja paroquiana, “o conjunto de fregueses de uma determinada paróquia”.<sup>400</sup> No universo da feira, uma das características do bom freguês é frequentar o mercado ao ar livre toda semana, se tornar um *habitué* desse universo e, conseqüentemente, comprar seus produtos e mercadorias “na mão” de determinados vendedores sempre, ou seja, com regularidade. Isso pode lhes garantir alguns privilégios na hora da pechincha, comprar fiado, render boas conversas e até dividir assuntos particulares com o feirante. Esse critério de frequentar assiduamente a feira é tão importante para a concepção do que é uma freguesia, que a feirante Brasilina Pires considerava “falha” do freguês quando este não comparecia à sua barraca nos determinados dias de feira.<sup>401</sup>

Essa relação é tão forte e intensa que Sato destaca “que há horários que os fregueses se dirigem à feira. Há a criação de um hábito de horário por parte da freguesia que funciona como marcador dos diversos momentos da feira livre”.<sup>402</sup> Por isso, os feirantes questionavam o motivo ou achavam estranho quando fregueses não compareciam aos seus estabelecimentos nos horários que estavam habituados.

<sup>398</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.26.

<sup>399</sup> Leny Sato. *Op. Cit.* Pgs.52 e 117.

<sup>400</sup> Idem. Pg.127-128. HOUAISS, Antônio; VILLAR, M. S. & FRANCO; F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>401</sup> Brasilina Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.07.

<sup>402</sup> SATO, Leny. *Op. Cit.* Pg.126.

Essa condição de freguês possibilitava a construção de uma rede de amizade muito comum na feira livre (aspecto esse bastante ressaltado pelos feirantes) e que poderia também ultrapassar a barreira do tempo e se perpetuar por algumas gerações de uma mesma família. Há 66 anos exercendo a profissão de feirante, Elizeu Mota narrou que há famílias em que os pais já faleceram e filhos e netos continuam seus fregueses. Isso implica pensar numa tradição de uma freguesia que se renova no tempo a partir de vínculos de fidelidade e cumplicidade. Mas a freguesia podia também desapontar os feirantes em alguns momentos.

Esmeraldo Nunes, nas décadas de 1960-70, era um feirante que vendia mercadorias a retalho, ou seja, no varejo e também em grandes quantidades. Ele não assumiu a condição de ser um negociante que vendia em atacado, mas em se tratando da quantidade de alho e da cebola que ele comercializava para cada cliente, levou-me a perceber que ele se inseria dentro das duas lógicas de mercado. Ele, com ar de tristeza que marcou aqueles momentos sua vida narrou:

A dificuldade que eu enfrentei era comprar e vender, né? Porque tinha dia que você, vamos dizê, que eu viajasse, eu pensava quando aquele freguês queria 20 quilos de alho, ele dizia: “não, hoje eu não quero 20 quilos não, eu quero 10 quilos”. Aquele que eu pensava que queria 10, dizia: “hoje eu quero 5 quilos”. Tinha daqueles que eu pensava que queria 10 sacos de cebola, aquela cebola pequena, cebola do reino, dizia: “hoje eu não quero 10 sacos não, hoje eu quero 5 sacos”. A dificuldade que encontrava era essa, né?<sup>403</sup>

Nesse caso, confiar demasiadamente na freguesia poderia ser um risco para os feirantes que calculavam estimativas de vendas baseados em suas freguesias. Parece que uma boa dose de cautela também era algo necessário para aqueles que desempenhavam o ofício de feirante. Dentro da lógica da confiança existia outro elemento que fazia parte desse universo: a prática do fiado.

O tão conhecido fiado significa venda ou compra a crédito, a prazo, sem precisar pagar nada na hora da compra. Esta modalidade de pagamento se concretiza a partir de relações de confiança que são estabelecidas entre o vendedor e o comprador. Na feira livre de SAJ, entre os anos 50-70 do século passado, comprar fiado só era confiado às pessoas dignas de fé e confiança dos feirantes, ou seja, alguns fregueses considerados dignos de tal atributo, apesar de que a feirante Brasilina Pires afirmou em tom de riso que “fiado era o que mais tinha”.<sup>404</sup> A

<sup>403</sup> Esmeraldo Nunes. *Op. Cit.* Pg.14.

<sup>404</sup> Brasilina Pires. *Op. Cit.*

*priori*, a maioria dos feirantes não gostavam de vender fiado. Augusto Soares era um desses que concedia a “poucos de sua confiança” mercadorias para serem pagas a prazo.

Elza Froes, Elizeu Mota, dentre outros feirantes, comungavam com a posição de seu colega de profissão, Augusto Soares. Eles vendiam fiado a algumas pessoas em uma semana para receber o pagamento das mercadorias na semana subsequente. Mas eles apenas vendiam às pessoas que conheciam e tinham confiança; àqueles que eles não acreditavam honrar assiduamente com seus compromissos, não poderia ratificar esse procedimento. Elza Froes, por exemplo, acostumava calcular “de cabeça” o valor das compras dos seus clientes, porque seu pai não a colocara numa escola para aprender a ler, então “como é que anotava na caderneta? A gente bastava lembrar na memória”.<sup>405</sup> Anotar o fiado na memória não era uma prática apenas de dona Elza; o não acesso ao “saber oficial” da escola levou Esmeraldo Nunes, João Nunes dos Santos, Augusto Soares, dentre outros feirantes, a adotarem também essa prática. Mas não era só porque eles não sabiam ler e escrever, aquele era ainda um tempo em que “se confiava muito na memória”. E a palavra possui um peso fundamental dentro dessa cultura.

Às vezes, o fiado, a depender da relação estabelecida entre feirantes e seus clientes, se configurava como uma prática até prazerosa e de fácil aceitação. A feirante Elza, quando indagada se ela não esquecia de “anotar na memória” alguma coisa que vendia fiado a seus clientes, diz “não esquecia não; e aqueles que compravam, eles tinha consciência também porque naquele tempo tudo que vendia recebia”. É emblemático um caso lembrado por ela: “Tinha um menino de Castro Arve, mesmo; ele não tinha pena de comprá e pagá, não; ele gostava mesmo de compra e pagá. Tanto gostava de comê como gostava de pagá. Ele não pechinchava, não. (muitos risos)”.<sup>406</sup>

Na narrativa dessa feirante, os risos que se desenhava na sua face, associados a gestos de prazer e felicidade, traduzem o alto grau de fidelidade que existira entre ela e esse seu cliente natural da cidade de Castro Alves, na Bahia. Honestidade e lealdade foram ferramentas utilizadas para construir relações estáveis entre feirantes e consumidores naquele habitat; embora, algumas vezes, essa estabilidade fosse abalada quando eram surpreendidos e desapontados pela desonestidade e deslealdade de alguns.

Por exemplo, um dos moleques, já bastante conhecido na feira, abusara da confiança firmada entre ele e dona Maria plácida e, após a compra de um prato de comida, “desapareceu das vistas” da proprietária da barraca. Após esse ato, o molecote sumiu da feira livre de SAJ

---

<sup>405</sup> Elza Froes da Fonseca. *Op. Cit.*

<sup>406</sup> Idem.

por vários anos e todos haviam pensado que ele estivesse morto. Mas, para a surpresa de todos, “já um rapazião”, o moleque, um certo dia, voltou e se dirigiu ao estabelecimento de dona Maria Plácida para honrar o seu débito.<sup>407</sup>

Essas eram dimensões que os feirantes vivenciavam e experimentavam com a exterioridade – clientes ou fregueses. Assim, é nesse cotidiano – a feira – “que se formam regras de convivência, que norteiam o esperado, o apropriado e o não apropriado na relação comprador-vendedor e também na relação feirante-feirante”.<sup>408</sup>

Outra “exterioridade” que também estava na mira desses trabalhadores eram seus pares, seus concorrentes. Sato afirma que a feira é constituída pela presença dos feirantes; e da presença dos feirantes depende a existência da feira. Assim, se cada uma das bancas é uma unidade autônoma, ela depende fortemente da presença de outros. A autora assegura que feira é substantivo coletivo.<sup>409</sup>

De fato é uma coletividade que dá cor e forma a esse espaço e os concorrentes estão inseridos nela. Em São Paulo os estudos de Sato sobre a feira livre na atualidade levaram a pesquisadora a perceber que “o feirante vive numa tênue tensão entre dois polos opostos: competição e cooperação”. Na minha pesquisa, cujo recorte temporal e espacial se diferencia do de Sato, os feirantes em suas narrativas pouco deixaram transparecer ou demonstrar aspectos da concorrência. Todos feirantes entrevistados não assumem que há uma concorrência acirrada entre eles, falam de maneira melindrosa sobre tal questão. Talvez isso se deva ao fato de que, para eles, a noção de cooperação e concorrência são duas coisas antagônicas, impossíveis de estarem juntas no mesmo universo. Entretanto, nas entrelinhas da memória, percebe-se que os feirantes que atuavam na feira livre de SAJ, entre os anos 1950-70, viviam a tensão de estarem entre a competição e a cooperação com seus pares.

Zilda Pires relatou que, “O freguês não reclamava do preço porque todo mundo vendia igual, ninguém vendia mais caro do que o outro. Não podia não, porque aí tava tomando o freguês do outro, aí todo mundo vendia igual, o mesmo preço”.<sup>410</sup> Esmeraldo Nunes, sobre essa questão, pensava diferente e ao lembrar aquela época trouxe outra faceta dessa realidade. “Tinha aquelas concorrência, uns queria vender mais do que o outro. Uns queria vender mais caro, outros queria vender mais barato. Essa concorrência tinha, mas briga pra

---

<sup>407</sup> Vitalina Souza. *Op. Cit.* Pg.27.

<sup>408</sup> SOUZA. A teia da feira... *Op. Cit.* Pg.203.

<sup>409</sup> SATO, Leny. *Op. Cit.* Pg.144.

<sup>410</sup> Zilda Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.14.

sair na mão, nunca tinha”.<sup>411</sup> Com certeza existia a tensão da concorrência, porém, era uma concorrência que existia dentro da lógica dos feirantes, muito peculiar àquele universo.

Dentro das estratégias que os feirantes utilizavam para se relacionar com seus clientes e concorrentes, era possível observar, naquele universo, táticas que eram praticadas no dia-a-dia, no labor do trabalho, ferramentas importantes no processo de compra e venda de mercadoria na feira livre. Michel de Certeau, ao construir uma teoria das práticas cotidianas que movem e dão sentido a vida social, destacou a tática como uma das “maneiras de fazer”. Ele chamou de tática:

A ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. (...). Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. (...). Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.<sup>412</sup>

Na feira livre, o freguês ou cliente era disputado “golpe a golpe” e as circunstâncias do momento poderiam ocasionar maiores possibilidades para aqueles mais astutos. Na “caça” ao freguês, frases personalizadas ecoavam naquele ambiente com o intuito de atrair a clientela. O barulho, a gritaria, o uso de expressões jocosas e engraçadas<sup>413</sup> eram elementos que faziam parte do cotidiano dos feirantes dando um ritmo no próprio ato de mercadejar. Em meio à concorrência, a preocupação com a estética das barracas, o modo de promover a oferta dos produtos, exibir as variedades e conseguir boas vendagens dependiam também da criatividade dos feirantes em forjar mecanismos que pudessem atrair os clientes. Essa disputa se acirrava em períodos de festa quando uma maior quantidade de mercadoria estava à venda e os feirantes tinham diante de si grandes possibilidades de aumentar seus negócios.

Entre uma venda e outra, clientes, feirantes e seus pares riam com as formas engraçadas como eram apresentados os produtos aos fregueses. Propagandas como: “Venha dona Maria, pegar o melhor chuchu da Bahia” ou “quer ter o melhor São João? venha

<sup>411</sup> Esmeraldo Nunes. *Op. Cit.* Pg.14.

<sup>412</sup> Michel de Certeau. *Op. Cit.* Pgs.94-95.

<sup>413</sup> BAKTIN, Mikail. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. Brasília: ADUNB, 1999. Capítulos V e VI.

comprar seus produtos na barraca do João”, ou ainda, a célebre frase de Augusto soares: “Vem me ver freguês, vem me ver”<sup>414</sup> divertiam e atraíam muitas pessoas naqueles dias. Segundo Jacqueline Lindenfeld, “As chamadas e o discurso sedutor dos feirantes fazem parte de uma velha tradição”. Ela ainda afirma que “as feiras livres, o local do mercado, é onde se misturam por um lado a conversa diária rotineira, e, por outro, as chamadas e o discurso sedutor dos vendedores”.<sup>415</sup> Sato, baseada nos estudos de Michèle Lacoste diz que nesse universo a fala é trabalho e é na categoria linguagem como trabalho que se enquadra o trabalho dos feirantes.<sup>416</sup> Essa linguagem encharcada de vida e criação, como bem observou Mikhail Bakhtin, era de suma importância, mas nem todos desenvolviam ou tinha tal habilidade.

Parece que outra tática de alguns feirantes era não cumprir fidedignamente com os pesos e medidas das mercadorias no universo da feira livre. Na década de 1950 e nos primeiros tempos dos anos 60, produtos como feijão, farinha, açúcar eram vendidos a litro, era essa a medida que os feirantes utilizavam na feira de SAJ. O poder público dessa cidade acostumava colocar em sua pauta assuntos como: carestia de vida no município, alto preço da carne e da farinha e também pesos e modalidades de venda dos produtos a serem comercializados.

Em Ata da Câmara Municipal, do dia 16 de outubro de 1959, consta que pediu a palavra o vereador Atanagildo Tourinho que, ao se pronunciar, divergiu sobre a indicação do vereador Edvaldo Oliveira que pedia a proibição de vendagem por atacado na feira antes das dez horas, votando favorável sobre a fiscalização de pesos, balanças e medidas.<sup>417</sup>

Ao pedir a proibição de vendagem das mercadorias dos feirantes em atacado até as dez horas, pode se supor que o vereador Edvaldo Oliveira estivesse preocupado com o abastecimento da população local, da região e daqueles que para lá se dirigiam em busca de seus produtos e mercadorias. Entretanto, na condição de representante do poder legislativo na cidade, não se pode ocultar que ele fazia parte de uma elite que compunha os estratos sociais mais abastados naquela sociedade. Desta forma, abre-se também a possibilidade de especular: até que ponto uma medida como essa beneficiaria os feirantes e os consumidores ou seria uma medida que tinha o objetivo de beneficiar os donos de casas comerciais e armazéns mais

<sup>414</sup> Augusto Soares; João Nunes; Zilda Maria Pires. *Op. Cit.*

<sup>415</sup> LINDENFIELD, Jacqueline. Palavras rituais nos mercados urbanos na França. **Revista Projeto História São Paulo**. Vol. 19. Nov. 1999. Pg.31.

<sup>416</sup> Leny Sato. *Op. Cit.* Pg.118. A autora afirma que os estudos de Michèle Lacoste classifica a dimensão linguística no trabalho em três categorias: linguagem no trabalho; linguagem sobre o trabalho e linguagem como trabalho.

<sup>417</sup> Livro Ata da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus – 16/10/1959. ACMSAJ.



afortunados que disputavam a venda de alguns produtos com os feirantes no concorrido “mundo dos negócios” em paralelo à feira-livre? Cabe lembrar que, há mais de um ano, já havia sido decretada a retirada da feira-livre do centro da cidade.

Torna-se difícil detectar as reais intenções do vereador e seu objetivo, porém, de qualquer maneira, pode-se imaginar o teor das relações sociais estabelecidas entre diversos setores que dinamizavam o fazer e o viver na cidade e as diversas configurações que o poder público ali assumia. Ao discordar de seu par, o vereador Atanagildo Tourinho reivindicava uma postura mais firme do poder público exigindo que fiscalizasse pesos, balanças e medidas no universo da feira. Aqui, também, podemos imaginar que o autor da reivindicação estivesse preocupado com os consumidores dos diversos produtos comercializados naquele ambiente. É possível que, além de reclamar da carestia dos produtos, os consumidores estivessem desconfiados de que estavam sendo lesados, reclamando dos pesos e medidas utilizados pelos feirantes em seus locais de trabalho.

É difícil precisar as relações desses políticos com os diversos setores e indivíduos que “praticavam” a cidade, talvez a solicitação de que precisava fiscalizar os instrumentos de trabalho dos feirantes, feita pelo vereador Atanagildo Tourinho, fosse fruto das reivindicações e “perseguição” dos concorrentes dos feirantes. Claro que havia feirantes desonestos no universo da feira livre. Especulação a parte, se de fato alguns feirantes estivessem manipulando pesos, balanças e medidas, tais práticas poderiam ser vistas como trapagens, truculências e deslealdade perante aqueles que consumiam os produtos ou os feirantes considerados honestos. Mas, perante as certezas, durezas e incertezas da vida, os sonhos e objetivos a conquistar, além dos preços altos, essas práticas poderiam significar resistências cotidianas e formas de sobrevivência perante às vicissitudes impostas no dia-a-dia. Não descarto a possibilidade de alguns feirantes utilizarem práticas pouco éticas ou ilícitas no universo da feira livre, porém outras leituras podem ser feitas.

De acordo com as evidências, tudo leva a crer que as pressões do poder legislativo conseguiram modificar as modalidades de medidas no universo da feira, intensificarem a fiscalização e obrigarem todos feirantes à implementar o novo sistema de pesos e medidas em seus estabelecimentos. O feirante Elizeu Mota lembrou que, por volta de 1962,

Quando o fiscal avisou a gente que era pra acabar com esse negócio de medida e que todo mundo tinha que comprar balança, o povo atrasado que nem uma droga nem gostou. Como era pra pesar a farinha? No dia que ele determinou só foi pegando aquelas medidas e carregando, eu mesmo, pra terminar a minha feira e fui comprar uma balança. Comprei onde? Comprei no Armazém São Luis, é aquela primeira portinha que tem ali hoje, era um

armazém, Armazém São Luis. Comprei minha balança ali pra terminar minha feira, pra terminar aquele dia.<sup>418</sup>

A narrativa do feirante nos leva a imaginar a tensão e o conflito que essa medida causou no universo da feira naquele dia e nos dias subsequentes. Vamos imaginar a dimensão do conflito que essa lei causou, já que, era uma medida que mexia em práticas costumeiras bastante sedimentadas dentro daquela cultura. Até porque, as “medidas”, suas definições, nada têm de aleatório ou alegórico. São soluções funcionais, estratégias de quantificação monetária de porções de mercadorias.<sup>419</sup> O senso que orientava os arranjos em medidas, fixas ou variáveis na feira de SAJ até esse período era outro.

As determinações do poder local estavam modificando a tradição do sistema de pesos e medidas que funcionava naquele ambiente. Parece que há uma lógica subjacente a medidas desse teor: o objetivo é padronizar, tentar homogeneizar as vantagens, controlar. É também impor uma lógica de mercado nas feiras livres.<sup>420</sup>

Outra questão é que o feirante Elizeu Mota pôde ir correndo até a casa comercial Armazém São Luiz e comprar imediatamente uma balança. Mas, e aqueles que não tinham dinheiro suficiente para adquiri-la imediatamente, naquele momento? É provável que alguns feirantes usaram da solidariedade compartilhando aquele novo instrumento de trabalho com seus pares. É provável também que outros resistiram a tais determinações burlando as leis por mais alguns anos, já que, no dia 22 de maio de 1967 o então prefeito Florentino Firmino de Almeida determina – via Portaria – ao encarregado da cobrança de taxa de aferição de pesos e medidas, “para aferir rigorosamente todos os pêsos e medidas, não só das casas comerciais como também das feiras”.<sup>421</sup> Por fim, a narrativa ainda ilustra também aquilo que já discuti anteriormente sobre a importância e a relação dos estabelecimentos, inclusive comerciais, que se localizavam no entorno da feira livre.

Não eram só os feirantes que usavam táticas no universo da feira. Os clientes e fregueses também se utilizavam desse recurso no ato de suas compras através da pechincha. Essa modalidade de obter desconto na compra de produtos e mercadorias é muito comum na

<sup>418</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.19.

<sup>419</sup> SOUZA. A teia da feira... *Op. Cit.* Pg.213.

<sup>420</sup> Não podemos esquecer que no Brasil entre os anos de 1872 a 1877, houve uma serie de revoltas denominadas de Revoltas do Quebra Quilos, por causa da imposição do governo de um novo sistema métrico. Conhecidas pela historiografia também como revolta do “Quebra-Potes”, esses motins ou movimentos coordenados, refletiam a indignação ante as medidas de controle, taxaço, fiscalização. Acredito que é possível compreender que os motins se desenrolaram também em função do governo estar mexendo numa prática costumeira da população. Esses movimentos eclodiram em algumas províncias do Nordeste brasileiro, a saber: Bahia, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte.

<sup>421</sup> Portaria nº 4 de 22 de Maio de 1967. Livro de Leis, Decretos e Portarias 1966-1970. APMSAJ.

feira livre, principalmente em contextos em que os preços, sobretudo de gêneros de primeira necessidade, estão elevados, ocasionando reclamações, conflitos e tensões sociais.

De acordo com as fontes, nas décadas 50 e 60 do século XX, muitos produtos que eram comercializados na feira-livre de Santo Antônio de Jesus não eram tão acessíveis à população de modo geral, sobretudo às camadas mais populares, em decorrência da alta dos preços. Um desses produtos era a madeira cortada e os cabos de madeira que as pessoas compravam para construir a cumeeira de suas casas.

Um componente importante que não podia faltar na mesa de homens e mulheres da roça e da cidade era a carne. Em solidariedade a sua “amiga inseparável”, a farinha, a “carne verde” tornava-se assunto no cotidiano da cidade em decorrência dos altos preços estabelecidos por magarefes e outras pessoas que a comercializavam. No dia 31 de julho de 1951, o jornal O Paládio tornou público:

#### O Problema do bife.

A Prefeitura fez publicar em boletins a nota que aqui transcrevemos: “O Prefeito Municipal desta cidade, levando em consideração que, os preços de Cr\$ 7,00 e Cr\$ 9,00 estabelecido para a venda de carne verde, não lograram solucionar o problema, dado os expedientes usados pelos magarefes, resolveu estabelecer a partir de hoje o preço de Cr\$ 7,50 para o corte geral”. Santo Antônio de Jesus, 25 de Julho de 1951.<sup>422</sup>

Além do preço da carne estar pela “hora da morte”, pelo teor da matéria parece que não havia uma unanimidade entre os magarefes em relação ao preço da mercadoria. A falta de consenso entre eles atingia o bolso dos consumidores, obrigando o prefeito municipal, Antônio Magalhães Fraga, a tomar a medida de fixar o preço desse produto.

Em meio ao conflito entre consumidores, magarefes e o poder público por causa do elevado preço da carne, alternativas se abriam com a oferta de outros gêneros alimentícios, comercializados a preços mais baixos e que poderiam substituir a carne fresca. A Granja São Gonçalo, de propriedade do senhor Vaz Barreto, vulgo Barretinho, em 18 de fevereiro de 1951, publicou um anúncio no Jornal o Detetive que dizia fornecer seus produtos pelos melhores preços e ainda entregava em domicílio. A propaganda dizia:

Galinha Rodes – Cr\$ 8,00, frangos novos para cozinha – a Cr\$ 6,00 e a Cr\$ 7,00. Frangos de raça para (reprodução) a Cr\$ 30,00. Ovos frescos a Cr\$

<sup>422</sup> Jornal O Paládio. Ano 50, 31 de julho de 1951, Nº 2374 – APMSAJ.

4,50. Ovos velhos, de Cr\$ 9,00 e Cr\$ 12,00 a dúzia. Pintos de um dia – Cr\$ 5,00 a dúzia. Perus –Cr\$ 9,00 a Cr\$ 14,00.<sup>423</sup>

Comparando os preços, os gêneros alimentícios, (o frango, os ovos e até o peru) estavam com preços mais acessíveis do que a carne fresca, tornando-se alternativas mais viáveis para o cardápio alimentar das camadas populares. Parece que a alta dos preços perseguiu fregueses, frequentadores e frequentadoras da feira livre também na década de 60. Em decorrência da alta dos preços de gêneros de primeira necessidade, o prefeito municipal, Antônio Olavo Galvão, em 1963, concedeu um aumento de 100% no salário mínimo dos funcionários municipais, justificado pela alta constante dos preços na cidade.<sup>424</sup>

Dessa maneira, diante de uma realidade em que os preços altos das mercadorias e produtos ameaçavam a sobrevivência de muitas pessoas, uma das saídas encontradas pelos consumidores, para amenizar “o peso” do preço das mercadorias e solucionar as possíveis desconfiças em relação aos pesos e medidas, era usar da arte de convencer o feirante a conceder um desconto nas mercadorias que pretendiam comprar ou as que já eram de certeza levar para casa com a pechincha.

Essa arte consistia em uma “encenação teatral” em que os atores – feirantes e fregueses – se utilizavam tanto de elementos subjetivos, a exemplo da persuasão, quanto elementos objetivos, como a falta de dinheiro e a carestia dos produtos, para ver quem saía vencedor na disputa. O jogo do corpo e a voz eram fatores fundamentais na hora da pechincha. Paul Zumthor mostra-nos que o tempo, lugar, circunstâncias, contexto histórico, atores... são elementos visíveis numa operação performancial. Para ele,

Um laço funcional liga de fato à voz o gesto: como a voz, ele projeta o corpo no espaço da performance e visa a conquistá-lo, saturá-lo de seu movimento. A palavra pronunciada não existe (como o faz a palavra escrita) num contexto puramente verbal: ela participa necessariamente de um processo mais amplo, operando sobre uma situação existencial que altera de algum modo e cuja totalidade engaja os corpos dos participantes.<sup>425</sup>

O sucesso na disputa dessa representação, muitas vezes, dependia do perfil e da personalidade dos atores envolvidos na trama, o grau e desenvoltura na capacidade de insistir, o grau de relação e afinidade entre o comerciante e o “pechinheiro”, o “estado de espírito” do

<sup>423</sup> Jornal O Detetive. Santo Antônio de Jesus. 18 de fevereiro de 1951. Nº 181 ano 4. AP.

<sup>424</sup> Portaria nº 125 de 16 de janeiro 1963. Livro de Leis, Decretos e Portarias – APMSAJ.

<sup>425</sup> ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: A “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, Pgs.243-244.

vendedor no determinado dia e até o modo como o cliente estivesse vestido poderia influir na decisão do feirante de conceder ou não um desconto. Outras linguagens entravam em cena no momento da pechincha.

Uma vez saindo vitorioso no “teatro da pechincha”, o cliente poderia receber o desconto em moeda corrente abatido no valor do produto ou em mercadorias, como é comum em feiras da Bahia. O pechincheiro ao comprar, por exemplo, dez litros de amendoim, levava onze litros para casa, comprar um cento de laranjas, levava cento e dez, comprar quilos de carne e levar algumas gramas a mais para “recheiar a panela”. O sucesso do “pechincheiro” poderia também depender do bem-estar e do humor do feirante nos dias de feira. O bom ou mau humor dos feirantes, além de questões subjetivas, dependia do volume de vendas que eles realizavam naqueles dias e da ocorrência ou não de vários aborrecimentos que poderiam ocorrer-lhes desde o deslocamento de suas residências até o local de trabalho, além das situações imprevistas que o cotidiano poderia lhes oferecer.

Márcio Nicory Souza faz uma interessante leitura sobre a pechincha, para ele “a pechincha remete não ao finito, concreto, delimitável, como sinônimo de preço baixo. Às vezes, o ato de pechinchar, se completa pela sensação de ter levado “vantagem”, que não é necessariamente trapaça ou enganação”. Ele assegura que a pechincha “é algo em aberto, definido pela interação, no face-a-face, e não significa somente menor preço, ou vantagem quantitativa. Para além da objetividade, há uma importante sociabilidade”.<sup>426</sup>

Assim, Augusto Soares era um homem que usava sempre o bom humor para superar as condições adversas, que às vezes, a sua profissão lhe trazia. Considerado um pechincheiro nato, ele sempre conseguia descontos quando ia comprar, para revender, bananas sem carbureto, limão, limas, laranjas, dentre outros produtos que ele comercializava em feiras da Bahia. A sua prática de pechinchar era tão sólida, que ele ficou conhecido no meio, também, pelo nome de Augusto Pechincheiro. “O feitiço se virou contra o feiticeiro”. Porque sua fama de pechincheiro conduzia seus clientes a usarem também esse artifício quando se dirigiam até a sua barraca para comprar os produtos que ele negociava. Quando as pessoas pechinchavam, ele dizia: “eu já tenho esse apelido mesmo, (muitos risos), eu dava o desconto e o cliente saía satisfeito (muitos risos)”. Conceder a pechincha ao cliente podia significar aumento nas vendas e a construção de uma clientela “cativa”.

Vitalina Souza, ao rememorar os dias em que muitos clientes de sua mãe utilizavam-se do mecanismo da pechincha para obter vantagens, relembra que os clientes acostumavam

---

<sup>426</sup> SOUZA. A teia da feira. *Op. Cit.* Pg.219.

comprar um prato de refeição composta por feijão, arroz, farinha e ensopado de carne e, após o pagamento, sempre solicitavam “ô moça, bote mais um pedacinho de carne”. Para dona Maria Plácida, que vendia refeições, a carne cozida era o produto predileto de pechincha daqueles que à sua barraca se dirigiam.<sup>427</sup> Mesmo acostumada àquele ambiente onde a pechincha constituía-se em uma prática corriqueira, dona Lina não gostava/gosta de pechinchar, “tenho pavor a pechincha”, diferente de seu cônjuge, Antônio Souza, e seus filhos, que, segundo ela, “Ave Maria! exageram na arte de pechinchar”.<sup>428</sup>

Ao narrar as histórias lembradas sobre as experiências em relação à pechincha e ratificar que não gostava desta prática no passado e continua não gostando hoje no presente, o relato da depoente nos conduz à afirmativa de que “compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente e, de certa forma, nós a compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos da nossa cultura”.<sup>429</sup>

Talvez o fato de Vitalina Souza ter pavor à prática da pechincha esteja associado às experiências da infância, quando vivenciava a carência econômica e social de seus familiares e era obrigada a presenciar na feira clientes pedindo descontos na compra dos produtos que sua mãe negociava. Ela compôs sua memória no presente ratificando uma característica identitária construída no passado em meio ao universo cultural no qual estava inserida.

Entre estratégias e táticas, o que todos os feirantes aspiravam a cada dia de feira era vender todos seus produtos e mercadorias e retornarem para suas residências, quem sabe, mais felizes. Porém, nem sempre essa realidade era possível. Então, o que os feirantes faziam quando não conseguiam vender todas suas mercadorias em determinados dias de feira? Quais táticas e estratégias eles utilizavam para não perderem mercadorias consideradas perecíveis ou menos duráveis? Um panorama dessa difícil realidade emergiu da narrativa do feirante Antônio Virgílio:

Às vezes sobrava a carne de porco que eu vendia e vinha o fracasso porque sobrou aquilo ali não se conta como dinheiro né? Sobrou, sobrou... hoje é prático porque o carneiro quando sobra hoje vai pra o freezer acabou. Mas naquele tempo não tinha esse negócio. Rapaz você quer ver castigo é fazer carneiro de sol, porque o bicho só tem osso né? Você pega 10 quilos bota de sol e no outro dia dá 5. Mas sempre às vezes sobrava sim, dificilmente vendia tudo.<sup>430</sup>

<sup>427</sup> Vitaina dos Santos Souza. *Op Cit.* Pg. 27.

<sup>428</sup> Idem. *Ibidem.*

<sup>429</sup> THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória:** questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História. São Paulo. Nº 15, Abril de 1997. Pg.56.

<sup>430</sup> Antônio Virgílio. *Op. Cit.* Pg.21.

O relato do feirante mostra que o fracasso também fazia parte da vida e da rotina do trabalho dos feirantes, seja na rua (como vendedor), quando conseguiam vender apenas parte de suas mercadorias, seja na roça (como produtor), quando perdiam suas colheitas e safras agrícolas, a exemplo do que vivenciou o feirante Esmeraldo Nunes que lembrou de momentos tristes e difíceis de sua vida, quando perdera toda uma colheita.<sup>431</sup> Com certeza outros homens e mulheres também vivenciaram semelhante experiência, isso na cultura dos produtores rurais é uma catástrofe.<sup>432</sup>

A narrativa de Antônio Virgílio nos faz imaginar também a dificuldade que os feirantes tinham para conservar e não perder produtos perecíveis como carne, já que, entre os anos 50 e 70 do século passado, eletrodomésticos como freezers e geladeiras não faziam parte de suas realidades, muito menos da maioria da população.

Perdas e sobras de mercadorias, riscos nas atividades comerciais, eram ocorrências comuns na rotina daqueles que desempenhavam o ofício de feirante. Perder ou ganhar era uma fórmula que deveria ser equacionada de acordo com a criatividade, imaginação e arranjos que esses sujeitos tinham que forjar a cada circunstância e ocasião. Segundo os relatos de vários feirantes, quando sobrava mercadorias eles era “obrigados” a baixar os preços. Eles revelaram que naqueles tempos havia a primeira e a segunda feira. A primeira começava por volta das 5 horas da manhã e ia até as 10 ou 12 horas. A segunda feira começava a partir desse horário e se encerrava por volta das 17 horas da tarde. Ricos e pobres frequentavam a feira livre; mas, segundo as narrativas, a primeira feira era mais praticada pelos ricos, “os barões”, e os pobres e “humildes” compareciam em maior número na segunda. Talvez a segunda feira, ou seja, o horário da tarde, a feira livre tornava-se mais colorida e acalourada com a frequência das camadas mais populares.

Essa divisão de horários e tempo na feira implicava diretamente na qualidade das mercadorias, a exemplo das frutas, verduras, carnes, flores, etc. que pela manhã ainda se apresentavam em melhor qualidade. Mas, havia muitos ricos que se preocupavam menos com a qualidade dos produtos do que com os preços e iam fazer suas feiras à tarde.<sup>433</sup> De acordo com Antônio Virgílio, se “por volta do meio dia já tivesse feito o dinheiro das mercadorias e tirado um lucrozinho”, eles já ficavam felizes e vendiam as mercadorias que restavam a qualquer preço, já ansiosos para voltarem para suas casas. O feirante Clementino Ferreira

---

<sup>431</sup> Esmeraldo Nunes. *Op. Cit.* Pgs.04 e 12.

<sup>432</sup> Inspiro-me em HOBBSAWM, Eric. Ver: A era das revoluções – Europa 1789-1848. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1994. Pg.56. E também nos relatos dos produtores rurais que fizeram parte dessa pesquisa.

<sup>433</sup> Antônio Virgílio. *Op. Cit.* Pg.23.

relembrou uma cena comum que ocorria na feira livre de SAJ naquela época com uma das mercadorias que fazia parte da dieta alimentar da população.

Na feira, quando era de manhã, era carne boa, de tarde era carne virada.<sup>434</sup> (muitos risos). Porque era outro preço, a carne já tava velha, quer dizê, de manhã era boa. À tarde saía gritando, o povo pegava a carne, botava na mão, outro botava num pedaço de pau assim e saía gritando: “quem quer comprar carne? Carne virada”. E aí dava o preço e saía oferecendo ao povo dentro da feira. Carne de segunda pra vender. Então saía muito isso e eu alcancei muito, saía oferecendo nas bancas e nas barracas.<sup>435</sup>

Essa era uma alternativa viável que os feirantes que vendiam carne encontravam para amenizarem os supostos prejuízos que eles poderiam ter quando o produto não era logo vendido na feira pela manhã. Parece que cada um forjava maneiras para driblar essa realidade de acordo com o tipo de produto comercializado e suas especificidades. Elizeu Mota vendia farinha de mandioca na feira livre de SAJ, quando não conseguia vender toda quantidade que ele almejava numa determinada feira, esse feirante retornava com a farinha para casa, re-esquentava e a levava de volta para o mercado ao ar livre da cidade de Nazaré das Farinhas para ser novamente comercializada.<sup>436</sup> Já o pai de Zilda Pires, levava a carne que sobrava e colocava para vender em sua venda. Esse feirante possuía esse tipo de estabelecimento comercial como uma atividade complementar, algo comum entre esses trabalhadores, conforme veremos mais adiante.

Gostaria de encerrar essa seção instigando o leitor com as palavras de Michel de Certeau. Para ele, “comprar não é apenas trocar dinheiro por alimentos, mas além disso ser bem servido quando se é bom freguês. O ato de comprar vem “aureolado” por uma “motivação”, que poder-se-ia dizer, o precede ante de sua efetividade: a fidelidade. O autor continua sua reflexão dizendo que “esse algo mais não contabilizável na lógica estrita de troca de bens e serviços, é diretamente simbólico: é o efeito de um consenso, de um acordo tácito entre o freguês e o seu comerciante que transparece certamente no nível dos agentes e das palavras”.<sup>437</sup>

<sup>434</sup> “Carne Virada” é a carne verde não vendida nos açougues ou feiras livres até as 10 horas da manhã. Ver: Charles D’Almeida Santana. *Dimensão Histórico-Cultural...* Pg.49. Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.11-12.

<sup>435</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pgs.11-12.

<sup>436</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.04.

<sup>437</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano** – 2 morar, cozinhar. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Pgs.51-52.



## **5 OUTRAS FACETAS DA DINÂMICA DESSE MUNDO DO TRABALHO**

Em meio a um cotidiano fortemente matizado pelo trabalho extenuante, conforme os feirantes evidenciaram em suas narrativas, esses trabalhadores na cidade de Santo Antônio de Jesus quebravam a tradicional rotina de compra e venda de mercadorias na feira, participando, apreciando e também sorrindo diante de situações e alguns espetáculos que naquele ambiente eram encenados. No espaço da feira livre brincadeiras e diversões se associavam ao mundo do trabalho. Sendo assim, uma das propostas desse capítulo é mostrar os tipos de lazer e maneiras de se divertir que ocorriam no universo da feira.

Outro objetivo é demonstrar as relações sociais que os feirantes estabeleciam com outros atores sociais que tinham uma presença “cativa” no cenário da feira livre, como fiscais, prostitutas, moleques, mendigos, dentre outros. Muitos desses sujeitos protagonizaram vários momentos de tensões e conflitos nesse ambiente, e às vezes, eram vistos como importunadores e perturbadores, pessoas que, a priori, não eram muito bem-vindas nesse espaço de trabalho, mas também de diversão, peraltices e transgressão.

O terceiro aspecto abordado nesse capítulo pretende investigar como as condições climáticas interferiam na rotina da vida dos feirantes e os acidentes de trabalho que ocorriam com esses indivíduos. Alguns deles no processo de desenvolvimento de suas atividades rotineiras e laborais, num “pisar de olhos” passaram pela experiência do que era estar entre a vida e a morte em algum momento. Por fim, a última proposta dessa seção busca compreender como era a volta para casa desses trabalhadores e também mapear as formas pelas quais esses sujeitos complementavam sua renda familiar desenvolvendo outras atividades.

### **5.1 Trabalho e lazer na feira livre de Santo Antônio de Jesus**

Na feira livre de Santo Antônio de Jesus, onde funcionava a “Barganha”, era comum nos dias de feira, principalmente no dia de sábado, vendedores de burros e cavalos levarem seus animais para serem comercializados naquele espaço. Chegando lá, os animais eram expostos ao público, onde os interessados em comprá-los escolhiam o burro ou cavalo que

queriam levar para casa. Porém, antes de serem entregues aos seus novos donos, esses animais eram adestrados pelos “amansadores de burro brabo” que amansavam esses animais ali no mesmo local. Muitos fregueses e frequentadores da feira se aglomeravam para assistir o evento.

Estudando o cotidiano de vaqueiros, cordelistas, cantadores e animadores que expressavam a cultura regional, dando características próprias à cidade de Feira de Santana e aos hábitos de lazer que a população vivenciava na feira livre daquela cidade, Izabel Lorene Borges de Oliveira ressalta a importância dos vaqueiros naquele cenário. Ela observa que uma das situações em que o vaqueiro se destacava era quando o gado se desgarrava do rebanho e ia parar no meio da feira. Esses eram momentos marcados por um misto de pânico e divertimento, desespero e humor, medo e lazer que contagiava a todos. Para solucionar essa situação entrava em cena o vaqueiro que, segundo ela,

Era visto com respeito e admiração, considerado um artista na proeza de controlar o gado, amansar burro brabo, estando pronto a qualquer momento para controlar o gado desgarrado, proporcionando um espetáculo no meio da feira.<sup>438</sup>

Salvo as diferenças de contextos e personagens, a atividade de adestramento de burros e cavalos na feira livre de Santo Antônio de Jesus conferia a esses homens características semelhantes às identificadas nos vaqueiros na feira livre da cidade de Feira de Santana na Bahia. Valentia e destreza, coragem e força eram características que a platéia atribuía a esses artistas.

A arte de amansar “burro brabo” configurava-se em algo prazeroso e bonito de se ver e atraía feirantes, frequentadores da feira, crianças e outros grupos sociais para assistirem àquele espetáculo. Segundo uma moradora que residia próximo a este local, nos dias de feira ela e seus irmãos acordavam às cinco horas da manhã para assistirem da porta e da janela de sua casa aquele show, enquanto sua mãe, com medo dos animais brabos, ficava no fundo da casa gritando para que eles entrassem. Para essa narradora, o espetáculo alcançava o clímax

---

<sup>438</sup> OLIVEIRA, Izabel Lorene Borges de. **Apolo e Dionísio na festa da feira:** cantadores, cordelistas, vaqueiros... da feira livre de Feira de Santana (Bahia). Monografia de Especialização do programa de Pós-Graduação em Teoria e Metodologia da História da Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba: UEFS, 2000. Pg.53.

quando um animal, boi ou cavalo, “escapulia” e saía correndo pelo meio da feira. Era uma verdadeira festa.<sup>439</sup>

Ela conta ainda que, nos anos 50 a 70 do século passado, era comum vaqueiros, oriundos de várias regiões, passarem por ruas da cidade conduzindo suas manadas. E, às vezes, algum gado desgarrava do rebanho e ia parar na feira causando pânico, temor, alegria e diversão. Entravam em cena os amansadores de burro brabo, homens que se constituíram, na feira livre, em personagens de grande consideração e respeito por causa do espetáculo que eles proporcionavam. Eram homens que faziam com que “o burro brabo saísse daqui igual uma criança”. Em tom de riso, o ex-feirante e atual fiscal da feira, Clementino Ferreira, lembrou que “quando escapulia, o jegue valente fechava a feira”.<sup>440</sup> Esses animais chamavam atenção também quando “jegues e burros cruzavam no meio da feira porque era uma gozação, era uma baderna”, lembrou também Clementino.

Outra forma de se divertir e ainda com grandes possibilidades de ganhar alguns trocados era proporcionada pelo espetáculo das rinhas de galos que eram montadas no meio da feira-livre ou nas suas imediações. O feirante Augusto Soares sempre apostava 10 ou 20 mil réis nas brigas de galo. Para esse feirante, o valor da aposta poderia aumentar a partir da confiança que ele adquiria em galos de amigos ou a depender do sucesso de sua vendagem num determinado dia de feira.

Para atrair as apostas, as personagens principais dessa forma de entretenimento tinham que adquirir confiança dos apostadores durante a apresentação nas rodas que se tornavam verdadeiras arenas montadas a céu aberto. A confiança poderia ser adquirida a partir de um ritual em que o apostador, antes de começar a disputa, dispensava um tempo fixando um atento olhar nos animais. Esse olhar observava o zelo, o garbo, a postura que o galo apresentava e, também, os cuidados que o dono demonstrava ter com o animal, que incluía na lista não deixar qualquer pessoa por as mãos neles. Maneca dos galos tornou-se conhecido entre os apostadores desse jogo na feira livre por ser considerado um bom aparador de galos.

Essa história das rinhas de galo que divertiam feirantes e outras pessoas na feira livre da cidade me faz lembrar Geertz. Em seu célebre ensaio intitulado “Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa”, Clifford Geertz diz que “Grande parte de Bali se revela numa rinha de galos. É apenas na aparência que os galos brigam ali. Na verdade são

---

<sup>439</sup> Depoimento de Maria Conceição da Silva. Professora aposentada. Rua Sóter Barros, nº 29, centro. Santo Antônio de Jesus, nasceu 1933. Entrevista 2006. Pg.03.

<sup>440</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.08.

homens que se defrontam”.<sup>441</sup> Geertz acredita que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Para ele, a cultura são essas teias, e sua análise, portanto, não deve ser vista como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa que está sempre à procura de significados.

No mesmo ensaio o autor mostra como uma briga de galo, aparentemente algo sem grande importância, configura-se em um “ritual” cheio de significados reveladores das múltiplas dimensões do viver da sociedade balinesa. Na feira livre de Santo Antônio de Jesus, não se pode afirmar que a rinha de galo se revestia em uma forma de entretenimento onde múltiplos significados se apresentavam. O que é possível revelar é que a briga de galo assumia uma importância mais material que simbólica, na vida de feirantes, jogadores e outros apostadores que perdiam ou ganhavam dinheiro e também se deliciavam com o prazer e as emoções que essa forma de entretenimento lhes proporcionava, como é o caso do feirante Augusto Soares da Silva. Vale ressaltar que as rinhas ocorriam no ambiente da feira livre, um espaço de sociabilidade masculina.

O lazer, a descontração e o riso eram também garantidos no universo da feira com um serviço de alto-falante, instalado na rua Dr. Gorgônio José de Araújo, de propriedade do senhor Zé Garrincha. Esse serviço se estendia até à praça Padre Mateus levando várias informações e muita música que alegrava o cotidiano de feirantes, fregueses e demais frequentadores daquele ambiente.

As casas comerciais da cidade colocavam diversos anúncios nesse serviço, trazendo informações a respeito de liquidações, baixa nos preços dos produtos e as novidades no ramo de vestuário e utensílios domésticos que chegavam de estados como São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outros. Essas notícias levavam diversas informações para os feirantes e os atualizavam. A música invadia “o chão da praça” nas vozes de cantores como Nelson Gonçalves, Orlando Silva, Carlos Galhardo, Silvio Caldas, Ângela Maria, Cauby Peixoto, Emilinha Borba, Luiz Gonzaga e tantos outros.

Mas, o que mais despertava a atenção de todos nesse serviço era os recadinhos que várias pessoas, principalmente os homens, enviavam para as moças com as quais pretendiam paquerar ou manter um flerte, sobretudo nos períodos de festas, como por exemplo, no período da festa do padroeiro da cidade e na festa de São João. Flertar é uma discreta insinuação de interesse entre duas pessoas. É uma empatia que surge entre olhares, atitudes ou

---

<sup>441</sup> GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. Pg.188.

conversas amigáveis. É uma ação normal quando há atração física e intenção de aproximação sem falar abertamente sobre o que se sente. Em uma época em que os pais sentavam junto às suas filhas para acompanharem o namoro e que moças se casavam “sem nunca ter dado um beijo na boca”,<sup>442</sup> a feira se tornava um espaço livre, lugar de experiência de flertes e aberto para o amor e fortuito para os futuros romances de roceiros e cidadãos.

Nesse ambiente, muitos recadinhos eram transmitidos. Geralmente, os rapazes enviavam as suas pretendentes lembranças, ofereciam músicas e ousavam marcar possíveis encontros. A forma utilizada para se referir às moças, às quais os recados se destinavam, era identificando-as com alguns adereços que elas estivessem usando naquele momento. Era comum sair “notinhas” ou “bilhetinhos” para aquela menina de laço vermelho na cabeça.

O flerte e o namoro podiam penetrar no ambiente da feira em qualquer momento. Em meio ao trabalho, vários feirantes, casados ou não, usavam suas artimanhas para conquistar outros feirantes e fregueses, porque a feira livre servia também como um local para paquerar, conhecer moças e rapazes que vinham de outras cidades ou até mesmo reencontrar a paquera da semana anterior. Augusto Soares da Silva lembra que ele e muitas outras pessoas saíam da feira para namorar nas imediações, principalmente, da praça Duque de Caxias, local onde atualmente está instalada a feira da cidade. Muitas relações entre vendedores e clientes poderiam alcançar outros graus de intimidade.

O peso de um dia de trabalho podia ainda ser amenizado com boas notícias, ou até mesmo a própria visita de parentes e amigos que desembarcavam na cidade trazendo informações sobre quem havia casado ou ia se casar, dos batizados, quem havia comprado bens e imóveis, notícias de parentes e amigos que foram para a “cidade grande”, como São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, etc.

Outra maneira de se descontraír, no dia-a-dia do trabalho, era ouvindo as notícias sobre a vida privada de diversos atores sociais que, em tom de fofoca, chegavam à feira livre causando espanto e sutis gargalhadas. Notícias sobre a vida alheia causavam um fascínio à parte naquele universo, atingindo seu clímax com as fofocas e boatos que diziam respeito às práticas de adultério e homoerotismo, dimensões outras da vida humana fortemente reprimida naqueles tempos, numa sociedade em que a liberdade sexual ainda não tinha chegado. Essa realidade que ocorria na feira vai ao encontro das ideias do historiador E. P. Thompson quando afirma que “os mercados e feiras não propiciam apenas um nexo econômico, mas

---

<sup>442</sup> Maria dos Santos Souza. *Op. Cit.* Pg.04.

também um nexo cultural, além de um grande centro para informações e trocas de novidades e boatos”.<sup>443</sup>

Mais um espetáculo que atraía o riso dos feirantes, como também de todos que pela feira perambulavam, era a figura de homens e mulheres embriagados que encenavam suas performances naquele cenário. Além de exibirem “acrobacias” e um gingado corporal que chamava a atenção de todos, eles protagonizavam, naquele ambiente, histórias engraçadas que ficaram na memória de vários sujeitos sociais que por lá passaram. Era comum a presença de muitos bêbados na feira livre, notadamente ao final da tarde.

Vendedor de fígado ferventado, requeijão e “fato”, Manoel Ângelo era um feirante que gostava de bebericar os diversos aperitivos que eram vendidos nas barracas na feira e nos bares da praça. Conhecido no seu ambiente de trabalho por ser considerado o vendedor do melhor fígado da feira, era chamado por seus fregueses de Mané Anjo, talvez por tornar mais fácil a pronúncia do seu nome. Todavia, quando esse feirante tomava uns aperitivos a mais e sua clientela, durante a compra e venda dos produtos, o chamava de Mané Anjo, ele acostumava adverti-los e dizia “êpa! meu nome é Manoel Ângelo”, exigindo a pronúncia correta do seu verdadeiro nome. Prática comum entre os ébrios.

A comida, a bebida, o namoro, o riso, a chacota, a algazarra, o barulho, a gritaria, a música e a piada davam o tom alegre de festa na feira. Os excessos dessa festa eram protagonizados por homens e mulheres embriagados que geralmente ao final da feira, no final da tarde, desfilavam proferindo xingamentos e impropérios perante feirantes, fregueses e frequentadores que na feira ainda se encontravam, muitas vezes causando brigas e confusões. Vitalina Souza relembra que as performances de alguns desses homens embriagados a deixava envergonhada e muito chateada naquelas tardes de sábado, e esse foi também um dos fatores que a levaram a convencer sua mãe a deixar de vender na feira livre no ano de 1971 quando esta mudou de lugar, o que mostra que os conflitos de gênero se protagonizavam naquele palco.

A bebida também fazia parte da festa de algumas mulheres que pelo universo da feira livre circulavam. As meretrizes exageradamente maquiadas e vestidas com roupas bem extravagantes, de tamancos com saltos altos, com um jeito bem peculiar de seduzir, desafiavam a ordem circulando em meio a bancas de jogos de azar, bebendo nas barracas e nos bares e se entregando nos braços dos caipiras e citadinos. A “ordem e a desordem”

---

<sup>443</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum... Op. Cit.* Pg.44.

estavam nos bastidores da ordem na feira livre em Santo Antônio de Jesus. O horário da tarde parece que não era mais apropriado para as famílias e “mulheres de bem” frequentarem aquele ambiente.<sup>444</sup>

A “festa” é um componente presente em várias feiras do Brasil, principalmente no Nordeste. Nelas é comum a presença de cantadores e repentistas, pessoas especializadas na arte de improvisar versos e criar composições instantâneas. Na memória coletiva dos feirantes, a figura de Fausto da Viola emerge como um repentista que perambulava pelos bares, ruas, casas comerciais e na feira da cidade vendendo alegria para muita gente.

Outro momento de alegria, no meio da feira, era assistir a apresentações daqueles que ofereciam produtos exóticos e remédios milagrosos como Purgantes, couro de várias cobras, óleo de peixe elétrico, de tartaruga, dentre outros produtos, e expunham ao público a famosa cobra elétrica dentro de uma bacia com água, tartarugas, etc. Com um fone na boca, fazendo promessa de curar diversas doenças, e com muita criatividade, os argumentos que esses homens utilizavam para convencer as pessoas a comprarem seus produtos era motivo de riso e descontração naquele ambiente.

O barulho, a gritaria, o uso de expressões jocosas e engraçadas nos remetem a pensar na comicidade que faziam parte do cotidiano dos feirantes dando um ritmo ao próprio ato de mercadejar. O riso, o gesto e as expressões remetem-me a pensar numa forte representação simbólica e num conjunto de imagens cômicas e “Rabelesianas” de um realismo grotesco que circulavam na feira livre de Santo Antônio de Jesus. Longe de anacronismos é possível caminhar um pouco em direção às ideias de Mikhail Bakhtin que vê nas praças públicas, nas feiras e no carnaval da Idade Média na Europa, locais eminentemente grotescos. Para Bakhtin, no realismo grotesco tudo está em relação mútua, não existe nada isolado. E o corpo, grande categoria da cultura popular, é um corpo aberto que está sempre interagindo com a terra, o universo e o meio em que ele vive. O corpo é visto em sua totalidade. Segundo esse autor,

O corpo começa a ser higienizado e disciplinado pela burguesia nos textos literários e nos estudos sobre o corpo. O baixo e alto material são categorias que estão sempre em dialogismo um com o outro. Eram corpos que não estavam ainda sob as imposições da disciplina moderna.<sup>445</sup>

---

<sup>444</sup> Brasilina Maria Pires. *Op. Cit.*

<sup>445</sup> BAKHTIN, Mikail. **A cultura popular na Idade Média e no renascimento:** o contexto de François Rabelais. Capítulos V e VI. Brasília-São Paulo: Editora Universidade de Brasília-Hucitec, Pg.277.

Alguns componentes do realismo grotesco como o riso, a pilhéria, as expressões jocosas, as piadas, continuaram existindo na feira livre de Santo Antônio de Jesus. A partir das narrativas dos feirantes, acredito na possibilidade de pensar esse lugar enquanto um espaço de um fluxo contínuo de corpos, ideias, projetos, comportamentos, atitudes, valores, sentimentos, aspirações e fantasias que marcavam o ritmo do fazer e do viver desses indivíduos. Ginzburg afirma que “A cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma Jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada a cada um”.<sup>446</sup> Assim, esses eram os divertimentos ou formas de se divertir da cultura da feira livre de Santo Antônio de Jesus entre os anos 50 a 70 do século XX.

Os feirantes exercitavam uma liberdade muito peculiar e específica, condicionada pela sua própria cultura. Eles eram os principais protagonistas no/do universo da feira livre de Santo Antônio de Jesus, mas outros sujeitos de estatutos sociais diversos compartilham experiências, às vezes, negativas e “criminosas” que foram protagonizadas no mundo do trabalho dos feirantes.

## 5.2 “Os indesejáveis” nos caminhos da feira: fiscais, moleques, mendigos, prostitutas...

As relações humanas, muitas vezes, implicam em alianças e conflitos, lutas reais e simbólicas pela dominação do espaço individual e coletivo ou do espaço público e privado. Na feira livre, território uno e multifacetado, possíveis tensões e conflitos poderiam acontecer a qualquer momento. Naquele ambiente de trabalho, lugar onde todos, sem distinção, podem adentrar, os feirantes tinham que estar preparados para as diversas situações que lhes podiam ocorrer, pois outros atores sociais frequentavam aquele universo desempenhando ações que não eram a compra e venda de produtos e mercadorias.

Uma vez trabalhando na feira, os feirantes, na labuta cotidiana, deparavam-se com as ações dos fiscais, representantes do poder público, que cobravam os impostos àqueles que vendiam seus produtos dentro do Barracão da farinha, em barracas ou na “pedra”.<sup>447</sup>

Mesmo no dia que eles não vendiam nada, que o movimento na feira era considerado fraco, consistia em uma das obrigações dos feirantes pagarem os impostos referentes às suas

---

<sup>446</sup> GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Pg.27.

<sup>447</sup> Vender na pedra é uma expressão utilizada para designar os feirantes que comercializam seus produtos no chão da feira. Geralmente eles forram o chão com tecidos ou folhas.



“posses” na feira. Para contornar tal situação, muitos deles se utilizavam de vários recursos e habilidades a depender da postura e da relação estabelecida entre feirantes e fiscais. Ao relembrar o perfil psicológico dos fiscais, como Inocêncio Oliveira, que atuava na feira-livre de Santo Antônio de Jesus nos anos 50 e 60 do século XX, Vitalina Souza diz que

Uns era rígido, queria o dinheiro de qualquer jeito, agora tinha outro, é porque esqueço o nome dele, seu Inocêncio, seu Inocêncio era uma pessoa tão..., sei lá, meu Deus do céu, ele morava aí nos Expedicionário, mais era uma pessoa tão delicada, uma pessoa tão boa. Ah! eu falava “ô seu Inocêncio, eu não tenho” e aí ele dizia “não tem nada, não”. Chegava, dava um pedaço de bolo, comia e ia embora (muitos risos).<sup>448</sup>

O senhor Inocêncio era fiscal, por isso um representante do poder público. Seu papel era fazer a cobrança dos impostos, mas, agindo dessa forma com alguns feirantes, ele burlava a lei, não cumprindo com suas obrigações. Então, que tipo de relação era essa que existia entre fiscais e feirantes? Seria uma relação com caráter paternalista?

Thompson chama atenção que paternalismo na historiografia é um termo impreciso, que abrange fenômenos demasiado vastos e díspares. Ele diz que é um termo bastante amplo para uma análise detalhada, o termo pouco nos diz sobre a natureza do poder e do Estado, sobre as formas de posse de propriedade, sobre a ideologia e a cultura, e é mesmo por demais ineficiente para distinguir entre modos de exploração, entre o trabalho escravo e o trabalho livre. Ele assegura que é uma descrição de relações sociais vistas de cima.<sup>449</sup>

Thompson, por sua vez, na sua obra “Costumes em Comum; estudos sobre a cultura popular”, concebe o conceito de paternalismo dessa forma estudando os costumes da sociedade inglesa no século XVIII. Guardadas as devidas realidades – tempo e espaço – acredito que as noções do autor sobre esse termo, ou seja, perceber as relações paternalistas “vistas de baixo”, são relevantes para nosso caso no sentido de que os feirantes sabiam reverter a ordem de acordo com as circunstâncias da vida ordinária. Assim, na feira livre de SAJ se desenrolava um paternalismo em que esses trabalhadores souberam negociar e em muitos momentos reverteram a ordem estabelecida e, no jogo da vida real, saíram ganhando em vários momentos. O paternalismo poderia existir, porém eles o usavam também em proveito próprio.

---

<sup>448</sup> Vitalina Santos Souza. *Op. Cit.* Pg.08.

<sup>449</sup> Thompson, E. P. *Costumes em Comum... Op. Cit.* Pgs.27 a 29.

Além de Inocêncio Oliveira, Pautílio Correia Caldas era outro fiscal que cobrava impostos e mantinha relações sociais com os feirantes. Morador do final da Avenida Juracy Magalhães, casado, pai de cinco filhas, seu Pautílio era um comerciante, proprietário de uma venda onde comercializava produtos diversos, tais como pão, cachaça, vinho, fumo de corda, sabão em pedra, bolacha, açúcar, café, peixe salgado, banana, dentre outros; esses produtos eram comercializados com moradores da localidade e de áreas próximas como os residentes da Rua do Calabá e do bairro Nossa Senhora das Graças. Nos dias de feira livre em Santo Antônio de Jesus, ele deixava o seu estabelecimento sobre a responsabilidade de sua esposa, dona Benzinha, e se dirigia para desempenhar a sua função de cobrador de impostos naquela localidade. Sobre a ação de seu Pautílio como fiscal na feira, Elza Froes recorda:

Potilho era gente boa pra gente. Chegava lá de junto da gente, ele vinha lá, a gente dizia logo “hoje, ó!” (ela faz sinal com o dedo polegar apontando para baixo, dando a entender que naquele dia as vendas não foram boas, e que não tinha dinheiro para pagar o tributo), às veze, encostava, mais tinha dia que nem encostava. Quando ele encostava ele vinha com o caderninho na mão, ele levava tudo notado, ele era viu... (a depoente faz um gesto com os olhos e balança sua cabeça, que na nossa cultura pode significar uma pessoa gente boa), dava um recibozinho a gente, tirava um recibo, dava a gente e levava o outro, que nem tipo no jogo, né? Mas seu Potilho trabalhou muito naquela feira ali.<sup>450</sup>

Na memória dos feirantes, seu Pautílio aparece como uma figura emblemática por seu comportamento cordial e compreensivo perante os trabalhadores da feira. Macionília Froes lembra que esse fiscal a tratava muito bem e quando ela e seu esposo, Josué Pereira dos Santos, não conseguiam “fazer um dia bom na feira” que possibilitasse obter soldo suficiente para pagar o imposto, ela “levava o caso na graça”. A feirante revelou que, às vezes, seu Pautílio chegava em sua barraca, tomava um cafezinho e ela não cobrava. Essa atitude contribuiu com a construção de uma firme amizade entre ambos que a permitiu ir “levando e passando a vida assim mesmo”. Mas parece que em alguns momentos o senhor Pautílio não era tão cordial. Antônio do Chapéu recordou que pagava o seu imposto e o mesmo fiscal “arrecardava tudo, mas aquilo com alguém que não queria pagar era uma briga danada, discutia. Tinha gente que dizia que não posso pagar”<sup>451</sup>. O conflito se instaurava na hora da cobrança do imposto.

<sup>450</sup> Elza Froes da Fonseca. *Op. Cit.* Pg.06.

<sup>451</sup> Antônio Chapéu. *Op. Cit.* Pg.09.

Os momentos de tensão poderiam ser resolvidos com negociação. Para negociar, os feirantes recorriam a recursos materiais que estavam a seu alcance naquele momento, oferecendo aos fiscais um pedaço de bolo, um cafezinho ou utilizavam a linguagem do corpo, como um sorriso no rosto (mesmo em um dia que não trazia boas expectativas para a venda dos produtos) ou um olhar triste e cabisbaixo, uma boa conversa ou, ainda, um tratamento educado e cordial. Esses artifícios poderiam solucionar naquele momento o conflito evidente entre feirantes e fiscais no ambiente da feira.

As vezes em que o fiscal Pautílio nem encostava nas barracas para cobrar os impostos consistia em um ato ou ação de ajuda mútua de sujeitos sociais que, mesmo em posições “antagônicas”, dissolviam barreiras a partir dos revezes do dia-a-dia. Os feirantes souberam reverter a ordem mostrando que nem sempre as leis criadas pelos agentes do poder (nesse caso, o governo local) e impostas a eles penetram onde querem<sup>452</sup>. Neste jogo, os fiscais também subvertiam os poderes constituídos não aplicando as normas e regras que diziam respeito à sua função. Talvez, essas relações complexas entre fiscais e feirantes sejam melhor compreendidas na perspectiva de Eduardo Yázigí quando nos propõe pensar em muitas questões concernentes ao processo de construção de uma arqueologia urbanística das calçadas. Para ele, “quem tem alguma familiaridade com o que acontece no espaço público sabe que na rua ninguém age sozinho, a solidariedade é condição **sine qua non** da sobrevivência”.<sup>453</sup>

De fato, concordo com Yázigí. A feira, por ser esse espaço público, era um território onde a solidariedade se manifestava de várias formas em diversos momentos garantindo a sobrevivência. Mas, não existe espaço público em lugar nenhum onde apenas a solidariedade prevaleça. Os espaços públicos também são locais onde as tensões e conflitos sociais encontram potencialidade. Um bom exemplo disso é que nem todos os fiscais comungavam de uma “certa cordialidade” como seu Pautílio e seu Inocêncio. Muitos aplicavam os autos da lei perante os trabalhadores da feira. Em um dos dias difíceis de labuta, uma imagem que ficou guardada na memória do feirante Josué Pereira dos Santos foi aquela na qual o feirante seria interpelado por um fiscal denominado de Abílio:

---

<sup>452</sup> Essa minha afirmação é dentro da perspectiva de Thompson quando argumenta que a lei pode estabelecer os limites tolerados pelos governantes; porém, na Inglaterra do século XVIII, ela não penetra nos lares rurais, não aparece nas preces das viúvas, não decora as paredes com ícones, nem dá forma à perspectiva de vida de cada um. THOMPSON. *Op. Cit.* Pg.19.

<sup>453</sup> YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. 1.ed. São Paulo: Editora Imprensa Oficial de SP, 2000. Pg.194.

O pessoal pagava, pagava, era o jeito pagá porque se não pagasse, aí, ai meu véi, tinha um fiscal que... hum, hum (o depoente neste momento faz uma expressão de que era um fiscal severo e malvado). Tempo de festa, uma procissão que tivesse, ele não deixava barraca na feira, no mei da rua, tinha que tirá pra quando a procissão chegá botá.<sup>454</sup>

Essa fala revela que esse fiscal cumpria “fidedignamente” com suas obrigações. Ela revela também o poder do sagrado perante o poder comercial, poderes esses que se cruzavam no espaço da feira livre, pois os feirantes, na concepção desse fiscal, além de cumprir com suas obrigações, deveriam respeitar o tempo e o espaço do sagrado, representado na figura do glorioso Santo Antônio, padroeiro da cidade. O tempo do trabalho e o tempo da festa sagrada se entrecruzavam na feira livre da cidade de SAJ. E poderia se transformar também em momentos conflituos.

Nesse embate muitos Augustos, Esmeraldos, Joãos, Macionílias, Elzas, Marias, dentre outros feirantes, usaram suas habilidades, agilidades, persistências e insistências para solucionar os conflitos que surgiam na feira. Em momentos oportunos, muniam-se da sagacidade ou cordialidade; poderiam sorrir, mas também proferiam improperios, xingamentos, palavras de baixo calão. “Múltiplas maneiras foram encontradas para que não fossem tão importunados pelos fiscalizadores municipais na aplicação dos autos de infração”.<sup>455</sup> As relações entre feirantes e fiscais na feira livre de SAJ nos anos 1950-70 eram relações complexas, em que paternalismo, cordialidade, aproximações ou distanciamentos nas relações interpessoais dentre outros graus de intimidade, marcavam aquela realidade.

Não era só as ações dos fiscais que muitas vezes importunavam e traziam conflitos à vida cotidiana dos feirantes na cidade. Envolvidos no vai-e-vem da feira, meninos e meninas de idades variadas circulavam naquele espaço, imprimindo cores e sabores que contribuíam à construção de um cenário multifacetado, onde trabalho, alegria, tristeza, esperteza, peraltice e malandragem se mesclavam dando um sentido ao mesmo tempo plural e singular na dinâmica da vida social dos vários sujeitos que protagonizavam o “espetáculo da vida cotidiana” naquele teatro a céu aberto.

Em suas andanças pelo universo da feira, esses meninos e meninas, quase sempre denominados de moleques, “andavam tudo perturbando na feira, tudo sujo, tudo lascadinho”.

<sup>454</sup> Josué Pereira dos Santos. *Op. Cit.* Pg.07.

<sup>455</sup> PAIM. Maria Regina da Silva. **Do Sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)**. Dissertação Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História na FFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Pg.35.

Era comum eles passarem perante as barracas que vendiam carne, sobretudo charque, conhecida como carne de sertão na região, e pedirem alguns pequenos pedaços aos feirantes que comercializavam esse produto. Uma vez sendo agraciados com o pedido, eles pegavam a carne de sertão e, mesmo sem lavar, jogavam dentro do fogareiro a carvão e pediam “Ô minha tia, me dê aí um bocadinho de farinha” para complementar o cardápio. Quando as tias não tinham como disponibilizar a farinha, eles saíam em direção ao Barracão com a expectativa de lá conseguir com mais facilidade. Essa realidade traduz não só a performance desses meninos e meninas na feira, mostra também dimensões da dieta alimentar dessa pessoas desassistidas, provavelmente de condições sociais bastante precárias, que recorriam a esse recurso como forma de sobrevivência.

Muitos destes meninos e meninas que estavam na faixa etária entre os seis a quatorze anos de idade tornavam-se fregueses na arte de “roubar” e fazer peraltices no universo da feira livre de Santo Antônio de Jesus. Em uma certa manhã de sábado, um dos irmãos de dona Vitalina Santos, chamado Alfredo Pereira dos Santos, que vendia farinha de mandioca na feira, fora surpreendido por um menino que aparentava ter aproximadamente 11 anos de idade. Chegando ao seu estabelecimento, pediu-lhe um pouco de farinha de mandioca. Sem resmungar, o proprietário cedeu-lhe uma porção de farinha conforme fora feito o pedido. O moleque saiu e por qualquer outro motivo, que não conseguimos precisar neste momento, resolveu retornar ao vendedor de farinha e pedir-lhes mais uma vez outra porção do produto. Inconformado com aquela situação, o vendedor negou-lhe o segundo pedido dizendo que não ia mais lhe dar farinha de mandioca. Insatisfeito com a resposta e a decisão do proprietário, o moleque apanhou fezes de cavalo e jogou dentro do saco de farinha do comerciante, saindo correndo pelo meio da feira. O vendedor foi obrigado a jogar no lixo mais de meio saco da farinha de mandioca, de um dos fardos que ele estava comercializando naquele dia, essa situação o deixara muito chateado durante todo aquele dia de sábado.<sup>456</sup> Além do prejuízo, o conflito estava instalado.

O moleque retornou à barraca de Alfredo Pereira dos Santos para pedir-lhe mais uma porção de farinha. Especulações à parte, talvez ele estivesse com muita fome e precisasse de mais farinha para recheiar sua refeição, tivesse que dividir o seu prato com um amigo, colega ou familiares, ou ainda fosse um garoto que de porção em porção conseguia litros de farinha para levar para casa. Esse é um dos aspectos que marcava o dia-a-dia da vida dos feirantes quando estavam comercializando seus produtos na feira livre. Surpresas, acasos, imprevistos,

---

<sup>456</sup> Vitalina Santos Souza. *Op. Cit.* Pgs.08-09.

perplexidades, surgiam em suas vidas e, conseqüentemente, alteravam a rotina da vida cotidiana. Essas histórias desses meninos revelam a mobilidade e a diversidade de atividades que ocorriam no universo daquela feira livre.

Não foi só Alfredo Pereira dos Santos que sofrera com as peraltices de meninos e meninas na feira. Sua mãe, Maria Plácida, também vivenciou uma experiência de peraltice com esses meninos quando vendeu fiado à um molecote de sua confiança.<sup>457</sup>

Muitos desses meninos e meninas “especializaram-se” na “arte de roubar na feira”. Eles costumavam roubar produtos e mercadorias consideradas de “pequeno porte” como cachos de bananas, melancias, fogareiros, chapéus, sandálias de couro, e principalmente, animais como perus, porcos e galinhas. Essas eram consideradas também mercadorias de valor acessível a todos, sobretudo às camadas mais populares, e eram furtadas com grande frequência no universo da feira, daí esses meninos tornarem-se conhecidos como “ladrões de galinha”. Essa prática conferia-lhes identidades que se reconstruíam/construíam no calor das práticas sociais que se desenrolavam na labuta e nos embates do dia-a-dia.

Os “ladrões de galinha”, geralmente, roubavam os produtos e os vendiam na própria feira livre da cidade, na “feirinha” que havia na Praça Félix Gaspar ou nas imediações da Estação Ferroviária, onde estavam instaladas barracas que vendiam comidas e bebidas e, ao chão, vendiam-se animais como porcos, galos e galinhas.<sup>458</sup> Outros, após o furto, se dirigiam até à estação ferroviária de Santo Antônio de Jesus e pegavam um trem até Nazaré das farinhas para comercializar o produto roubado na feira livre daquela cidade.

As aventuras desses “moleques” não acabavam aí. Em tempos em que a cidade era assistida com a segurança de poucos policiais, entravam em cena os soldados Armando, Firmino, considerados homens severos e rigorosos, e Balduino, conhecido por todos na cidade por ser um negão e ter um pé grande, que iam em busca destes “gatunos” e, uma vez pegando-os, desferiam-lhes muitos tapas, raspavam-lhes a cabeça e os conduziam até à cadeia da cidade. Nos anos 50 a 70 do século XX, o ato de raspar a cabeça desses meninos significava estar aplicando a justiça perante o delito que eles haviam cometido. Nesse ato simbólico, a ideia de justiça ali estava implícito através da violação do corpo alheio.

---

<sup>457</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>458</sup> *Jornal O Paládio*. Ano 49, 3 de Novembro de 1950, nº 2357. APMSAJ.

Walter Fraga Filho, ao tratar das peripécias das crianças desassistidas e desamparadas na Bahia do século XIX, mais especificamente em Salvador e algumas cidades do Recôncavo Baiano, afirma:

A vadiagem infanto-juvenil, no século XIX, estava muito estritamente relacionada à existência de centenas de meninos e meninas que mesmo ligados às famílias, mestre de ofício ou senhores (no caso de Escravo), faziam das ruas o espaço de trabalho, de divertimentos, de peraltices de jogos e brincadeiras... [...] Ao longo do período, as autoridades Baianas sempre se queixariam da grande quantidade de rapazes peraltas e moleques que se assenhoreavam das vias públicas com atitudes irreverentes e irrequietas... [...] A sociedade escravista não oferecia grandes alternativas de ascensão para geração mais nova de livres e libertos, especialmente para os meninos negros.<sup>459</sup>

A literatura Baiana também se preocupou em registrar o cotidiano de meninos e meninas nas ruas, no cais, nos bairros à beira da praia e em outros espaços da “velha Bahia”, nas primeiras décadas do século XX.<sup>460</sup> As peraltices desses meninos e meninas foram também registradas por Márcia Regina da Silva Paim que, estudando o cotidiano nas feiras de Salvador entre o período de 1964-1973, detectou que:

Não só mulheres e homens circulavam à beira do cais, envolvidos ou não no vai-e-vem da Feira do Sete. Meninos e meninas de idades variadas, que direta ou indiretamente estavam vinculados aos feirantes, também compunham o cenário daquela feira, vez por outra, chamados de moleques ou capitães da areia”.<sup>461</sup>

Ao tratarem de contextos históricos diferenciados e enfatizarem a composição étnico-racial afro-brasileira daqueles moleques em suas análises, tanto as reflexões de Walter Fraga Filho, referentes ao século XIX, quanto às do escritor Jorge Amado, que narra as peraltices e a presença destes meninos e meninas nas décadas iniciais do século XX na Bahia, e, ainda, as reflexões de Márcia Regina da Silva que aborda as peraltices desses meninos e meninas nos anos 60 e 70 do século XX, servem-me de inspiração para pensar o cotidiano desses moleques

<sup>459</sup> FRAGA, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. Salvador-Bahia: Hucitec/EDUFBA, 1996. Pgs.111-112.

<sup>460</sup> O escritor Jorge Amado, em sua obra **Capitães de Areia**. 96.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. Pgs.3-15, retrata as peraltices destes meninos e meninas na Bahia, sobretudo os roubos que eles praticavam. Esta obra é interessante também porque o autor mostra como essas crianças são profundos conhecedores da cidade e, apesar de excluídos e marginalizados, eles exercem uma grande relação de poder naquele universo.

<sup>461</sup> PAIM. *Op. Cit.* Pg.31.

em feiras da cidade de Salvador e outras existentes no interior da Bahia. Essas análises são fundamentais para percebermos o grande conhecimento que esses meninos tinham da cidade e o poder que esse conhecimento lhes proporcionava nas relações sociais.

As imagens descritas por esses estudiosos, principalmente pelo historiador Walter Fraga, sobretudo quando percebe o espaço das ruas como locais de divertimento, de peraltices, jogos, brincadeiras e também de trabalho, encontra situação semelhante nas ruas da cidade e da feira livre de Santo Antônio de Jesus entre os anos 50 a 70 do século XX.

A cidade de Santo Antônio de Jesus acostumava atrair muitas pessoas desassistidas, oriundas de várias localidades que engrossavam a fileira dos mendigos, pedintes e vadios que circulavam durante o dia e a noite na urbe, e que tinha como local privilegiado para desempenhar suas práticas o espaço da feira livre e suas imediações. Eram homens, mulheres e crianças, em sua maioria afro-descendentes, que se lançavam à sorte da caridade e benevolência dos sujeitos praticantes dessa urbe. O feirante Augusto Soares lembrou que a cidade naquela época era repleta de pedintes que perambulavam por toda a feira pedindo esmola a todos que por lá passavam.

O feirante João Nunes narrou que, quando seu ramo de negócios aumentou os lucros por volta de 1960, ele colocou outra barraca e vendia carne de sertão comprada no Mercado do Ouro, localizado perto do Moinho da Bahia em Salvador, e peixe salgado, principalmente Bacalhau, comprado em Feira de Santana, na feira de Água de Meninos, na capital, e no armazém de Almerindo em Santo Antônio de Jesus. Ele enfatizou que era grande a quantidade de pessoas desassistidas naquela cidade e relatou uma das cenas que ficara imortalizada em sua memória. Ele lembra que se fazia uma fila de gente em frente à sua nova barraca pedindo carne e, às vezes, o próprio pedinte analisava aquela situação e dizia: “Seu João, eu ia lhe pedi um pedaço de carne também, mas...”<sup>462</sup> O próprio pedinte tinha consciência daquela realidade.

João Nunes analisou essa questão dizendo que ela era causada pelo fato de que essas pessoas não tinham como sobreviver, não existia aposentadoria, o povo da roça era tratado como tabaréu, um Zé-Ninguém, daí a única saída seria a mendicância.<sup>463</sup> Ele confessou que concedia um pedaço de carne às pessoas que chegavam pedindo em sua barraca; mas, para

---

<sup>462</sup> Sobre a performance de mendigos, vadios e pedintes na cidade da Capela, nas décadas em questão, ver o interessante trabalho: SANTOS, Denílson Lessa dos. **Nas encruzilhadas da cura:** crenças, saberes e diferentes práticas curativas – Santo Antônio de Jesus – Recôncavo Sul – Bahia (1940-1980). Dissertação de Mestrado. Salvador-Ba. UFBA, 2004. Pgs.50-56.

<sup>463</sup> João Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pg.09.



muitos feirantes, elas eram mais uns importunos em suas vidas. De acordo com as narrativas de vários deles, a feira livre de fato atraía muitos mendigos, Brasilina Maria lembrou, em tom de susto, o grande número de tais pessoas na cidade e parece que à tarde era o horário preferido para aqueles que exerciam essa prática. Sobre os mendigos ela narrou que

Tinha mais do que hoje, tinha muito mais, tanto quando você ia tinha um bando de mendigo caído pelo mei da rua, pedindo. Hoje não tá assim, não, muito não. Na feira, eles pedia. De tarde, misericorde! Fazia medo de tanta gente pedindo. Hoje não, hoje tá mais difíce do povo pedi. Eles pedia o que comê, pedia dinheiro, comida, carne, o que o povo desse.<sup>464</sup>

Porque entre os anos 1950-70 existia uma grande quantidade de mendigos e pedintes na cidade de Santo Antônio de Jesus, conforme mostrou as narrativas dos feirantes? Acredito que a resposta esteja no grande poder sedutor que a cidade exercia na região naquele período, mas principalmente, por causa do poder atrativo da feira livre. Esta era um lugar estratégico que poderia garantir também a sobrevivências desses atores sociais, pelo menos por alguns momentos.

De acordo com o relato acima, era a tarde o horário predileto para a prática da mendicância. Mas, não eram só os mendigos que preferiam a tarde para frequentar a feira, eles dividiam esse horário e as reações diversas que causavam nas pessoas no ambiente da feira livre de Santo Antônio de Jesus com as “gente perdida”, como eram representadas as prostitutas que trabalhavam nas ruas do Gás, na Maria Nunes e na rua de Dentro, e perambulavam pela feira “influenciando” o povo da cidade e, principalmente, o povo da roça, a se deslocarem até os lugares onde elas prestavam seus serviços. A presença dessas mulheres na feira causava várias sensações nas diversas pessoas que frequentavam aquele ambiente. Brasilina Maria era uma das feirantes que se chocava com a postura daquelas mulheres. Ao lembrar aqueles momentos ela expressou:

Ave Maria! Era formigueiro de formiga, misericorde! Da mei dia pra tarde fazia medo. Aqui em baixo tem uma Miranda que tinha um grupo de mulher que, quando subia pra feira, fazia vergonha. Na rua da linha tinha outro que chegava com a turma dela toda, misericorde! Da mei dia pra tarde, família não podia entrar mais não, era um absurdo. Na feira, elas atacava os home

---

<sup>464</sup> Brasilina Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.07.

pra dá dinheiro, o que beber, o que comer, atacava os homes (...). Eles gostavam, eles gostavam do torrado\*, toda vida gostou.<sup>465</sup>

As lembranças narradas pelos feirantes mostraram como esses homens e mulheres construíram espaços e vínculos com/na feira livre de Santo Antônio de Jesus, sentidos de pertença e territorialidades. Foi possível pensar o que os une, mas também aquilo que os separa. As narrativas descortinam a arte de se tornar feirante e as habilidades que eles utilizaram para lidar e enfrentar as mudanças que estavam/ocorreram em suas vidas. São narrativas que expressam uma das principais características da memória, já que “a memória é constituída por pessoas, personagens e lugares”, como lembra Michel Pollak.<sup>466</sup>

Sendo assim, as histórias dessas pessoas e personagens mostraram como os lugares – a feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus, entre os anos 1950-70 do século XX tinha um poder atrativo por vários fatores: atraía porque lá havia uma concentração maior de produtos, pessoas; atraía por causa de sua localização geográfica; atraía em função de sua dinâmica, atraía muitos mendigos e pedintes pelo fato de verem ali mais possibilidades de caridade; atraía moleques e vadios pela vantagem de terem acesso a meios de transportes mais ágeis no processo de se desvencilharem de seus furtos e atraía prostitutas por perceberem ali um lugar de possibilidade para venderem seus serviços. A feira livre era um imã, um espaço que provocava um campo magnético à sua volta dentro da região do Recôncavo baiano, atraindo pessoas de várias cidades e interesses distintos. Mas também, não se exclui a ideia que ela assim como atraía, também era o lugar da repulsa, da expulsão, conforme podemos perceber nas narrativas.

Por hora, acredito ser plausível compreender que a feira livre além de ser um lugar estratégico para vários tipos de sujeitos sociais, era também um lugar de poder. Mas, além de tudo isso, outra faceta comum no mundo do trabalho e da cultura dos feirantes, era desempenharem outras atividades laborais, fora da feira livre para complementar suas rendas, conforme veremos a partir de agora.

---

<sup>465</sup> Idem. Pgs.07-08.

<sup>466</sup> POLLAK, Michel. *Op. Cit.* Pgs.201-203.

### 5.3 Para além da feira... mais trabalho

É comum nas narrativas dos feirantes eles expressarem as dificuldades, sofrimentos e as durezas pelas quais passavam na vida em função de sua condição social. O ofício de feirante, segundo os relatos, além de outros valores considerados “sagrados” na cultura desses homens e mulheres – conforme mostrarei no capítulo final – tinha por objetivo garantir-lhes a sobrevivência. Todavia, 80% desses sujeitos ampliavam a potencialidade de garantir a manutenção da vida com atividades complementares que eles desenvolviam em paralelo a de comercializar produtos na feira livre da cidade de SAJ. Dessa maneira, quais atividades os feirantes desenvolviam em paralelo a esse ofício?

A criatividade configura-se como uma marca na cultura desses indivíduos. Muitas vezes eles tiveram que lançar mão desse recurso para colocar em prática ações e invenções que lhes pareciam dar bons resultados na labuta da vida cotidiana. Um bom exemplo dessa criatividade surgiu com a ideia que o feirante Clementino Ferreira teve no ano de 1967.

Quando me casei, aí comecei plantar laranja, botei, inventei uma venda. Eu disse: “quero botá uma venda, mas tô sem dinheiro”. Aí decidi... Oh meu Deus! O que vou fazer? Aí disse: “oh, meu padrim, o senhor tem aquele campo ali, o senhor me concede aquele campo pra eu fazer campo de bola?” Ele disse que sim. Meu padrim me deu. Vim aqui na rua, eu comprei um saco de cal, comprei uma bota, comprei dois litros de cachaça, um de vinho e uns litro de amendoim, gente, (risos). Aí, voltei em casa quarta-feira, quando foi sábado comprei um baralho. Veja o que é a pessoa usar a inteligência! Comprei um baralho. Aí, chegou lá convidei meus amigos, os meninos pra bater bola, um baba, sábado de tarde. Aí, foi mei mundo de menino, tudo rapaz, né? E eu vendi o vinho, a cachaça e o amendoim e disse: “quando vocês terminar aí, vamos bater um baralho ali debaixo do pé da coisinha, pra quem gosta de jogar baralho”. Aí, botei, todo mundo pra jogar baralho depois do jogo de bola de tarde. Aí, peguei o candeeiro lá, toma apagar, voltando a acender e toma baralho, toma baralho pra dentro. Terminou, assim, 1 hora da madrugada, foi a hora que terminou o jogo, eu tava com uma lata de leite ninho socado de dinheiro vivo.<sup>467</sup>

Desculpe-me leitor mais uma vez pela extensão da narrativa, mas esse é apenas um fragmento de uma “saga” que foi contada pelo feirante Clementino Ferreira. A saga é um gênero da narrativa. Reservadas as devidas especificidades dessa forma literária de contar histórias, em muitos momentos das narrativas de alguns feirantes sujeitos desse estudo, é

<sup>467</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.28.

comum eles contarem verdadeiras sagas que ocorreram em suas vidas. A meu ver, foram aventuras e atos considerados por eles heroicos, que vivenciaram em determinados momentos de suas trajetórias.

Não posso nesse momento transcrever toda a história contada pelo feirante sobre todo o processo de montagem dessa venda, que iniciara em sua própria residência. O que posso assegurar é que a invenção deu certo, ampliou os horizontes desse comerciante que fora paulatinamente crescendo nas atividades comerciais com seu trabalho na feira livre e na venda que montara, agora já instalada em um local próprio, fora de sua casa. A venda do feirante Clementino Ferreira começou vendendo vinho, cajuí, açúcar, café e feijão. Mas logo o crescimento desse estabelecimento comercial proporcionou ao feirante comercializar uma diversidade de produtos. Ele relatou:

olha! eu tinha uma venda muito boa na roça, era um mercado. Vendia sapato, enxada, era facão, roupa, sandália, vendia telha, vendia tijolinho, comprava na mão do pessoal e botava lá pra vender. Tá entendendo? E eu vendia farinha lá também. Comprava, vendia e trocava mercadoria por telha, tijolinho pra fazer casa, tanto comprava como vendia. Se comprasse uma galinha, vendia. Também se chegasse cara vendendo eu comprava, e porco comprava também. Às vezes o povo ia pro jogo lá, perdia, comprava também. Se tinha uma roça verde querendo vender eu ia lá comprava roça verde também. Tá entendendo?<sup>468</sup>

Até os anos 70 do século passado era muito comum a existência de vendas em todas as zonas rurais da região do Recôncavo baiano e também em áreas da cidade. Nesse espaço, relações econômicas, sociais e culturais eram desenvolvidas pela população local e por fregueses. Num estudo sobre essas vendas num povoado do município de Mutuípe, na Bahia, entre os anos 1960-2000, Josiane Thethê Andrade destaca que,

A palavra “vendas” designa as casas comerciais das zonas rural e urbana de muitas localidades do Brasil. As vendas ainda constituem espaços tradicionais de bairros de inúmeras cidades. Na Bahia, elas são comumente chamadas de bodegas, bibocas, mercearias, armazéns, etc. Devido à organização espacial e à variedade de funções, a maior parte delas negocia com secos e molhados e complementa seus estoques e encargos a partir das

---

<sup>468</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pgs.29-30.

necessidades dos lugares em que se instalam. Na essência, elas carregam o princípio de fornecer “de tudo um pouco” à população.<sup>469</sup>

O relato do feirante Clementino Ferreira, sobre a dinâmica de sua venda e os produtos que ali eram comercializados, nos leva a concordar com o argumento acima de autoria da historiadora Josiane Thethê. A venda do referido feirante era sim um mercado onde de tudo um pouco se encontrava. Era uma loja da roça, conforme Thethê Andrade denomina essas vendas, que vendia produtos e mercadorias necessários às pessoas do Bomfim, perto da Boa Vista, zona rural que se localiza à aproximadamente 10 quilômetros da cidade de Santo Antônio de Jesus e demais localidades próximas dali. A loja do feirante na roça vendia do vestuário a calçados, alimentos, materiais de construção, ferramentas e instrumentos de trabalho do homem e mulher da roça. Nessas vendas,<sup>470</sup> pessoas faziam feiras, negociavam os produtos e mercadorias das roças, permutavam animais e “jogavam conversa fora”, quase sempre acompanhado de um copo de cachaça e um cigarro de fumo picado envolvido em fina palha de milho ou papel de seda.<sup>471</sup> Ali havia “tudo quanto é mei mundo de coisa, tudo, tudo que tem no supermercado tinha nas vendas”.<sup>472</sup>

Dos feirantes que aqui narraram suas histórias, quase 40% deles entre o período de 1950-70 foram proprietários de vendas nas zonas rurais e também na cidade. Esse ramo de negócios era a atividade complementar de mulheres e homens em paralelo ao ofício de feirante. Muitos produtos e mercadorias que esses comerciantes vendiam em seus estabelecimentos eram comprados em lojas, armazéns, casas de comércio da cidade de Santo Antônio de Jesus e, também, na feira livre do referido município.

Sobre as vendas e as histórias dos feirantes, algumas peculiaridades chamou-me atenção. Uma delas se refere ao fato de que as sobras da feira, a exemplo da carne, que o pai da feirante Zilda Pires não conseguia vender, eram colocadas em sua venda como uma nova possibilidade de ser comercializada. O feirante João Nunes dos Santos não fazia a feira que iria suprir as necessidades de sua família na feira livre de SAJ. Ele afirmou que nos anos 50 e 60 do século XX, “às vezes, comprava alguma coisa, mas feira... a feira a gente comprava lá

<sup>469</sup> ANDRADE, Josiane Thethê. **O tabuleiro das vendas**: Cotidiano de um povoado marcado pelas lojas da roça. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. UNEB-Campus V – Santo Antônio de Jesus-Bahia, 2010. Pg.14.

<sup>470</sup> Sidney Chalhoub diz que a venda é “um reduto de lazer popular”, pois congrega as pessoas em torno do lazer, da diversão, mas também abrem margem a relações diversas de convivência, expondo conflitos e tensões da vida social. Ver: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>471</sup> Idem. Pg.15.

<sup>472</sup> Zilda Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.16.

na roça mesmo. Alguma coisa fazia na roça porque era muito distante, eu ia a pé, não dava pra levar a feira”.<sup>473</sup>

A venda não era encarada como forma principal do feirante obter sua subsistência, mas propiciava outros subsídios para aumentar a renda familiar. Nestes estabelecimentos era comum estarem todos juntos, mulher, marido e filhos, no atendimento à clientes e fregueses nessas lojas da roça. Todavia, a venda do feirante Clementino Ferreira prosperou em demasia nos anos finais da década de 60 e início dos anos 70 do século XX, a ponto de ele diminuir suas idas e o volume de trabalho na feira livre de SAJ.

Outra atividade complementar que algumas feirantes desenvolviam em paralelo ao ofício de feirante era a de costurar roupas para a comunidade local e para pessoas que residiam em outras áreas rurais da cidade. Afrânio Raul Garcia, em seu estudo sobre trabalho familiar de pequenos produtores na Zona da Mata de Pernambuco em 1972, mostra as atividades adicionais que eram realizadas na roça por homens e mulheres em paralelo ao trabalho na agricultura. Dentre várias atividades ele destacou a caça, a pesca e o artesanato doméstico. O autor assegura que,

O objeto desse artesanato é a produção dos mais variados bens necessários ao trabalho agrícola ou ao transporte em animais, no caso dos homens, e dos bens que compõem o consumo das famílias ou que propiciam este consumo, no caso das mulheres: cerâmica para preparo e exposição de alimentos, construção dos fogões à lenha, artigos em palha trançada como abanos, roupas, beneficiamento e preparo de alimentos para o consumo prolongado. São atividades que podem ser feitas visando apenas o consumo familiar, ou podem ser feitas com vistas à venda. Em geral, são realizadas nos momentos em que os trabalhos agrícolas são menores.<sup>474</sup>

As feirantes Maria Plácida, Zilda Maria Pires e Maria dos Santos Souza “costuravam para fora”. Essa era a atividade adicional que elas desenvolviam para ampliar a renda familiar, sobretudo, visando a manutenção das suas proles, exceto a feirante Zilda Maria que não teve nenhum filho. Elas costuravam roupas para vender, mas, principalmente, sob encomenda e realizavam essa atividade em paralelo, e não condicionada à um momento em que os trabalhos agrícolas eram menores na roça, conforme observou Afrânio Garcia em seus estudos sobre os trabalhadores da Zona da Mata. Já Macionília Fróz praticava essa modalidade de atividade complementar costurando roupas apenas para o consumo familiar.

<sup>473</sup> João Nunes dos Santos. *Op. Cit.*

<sup>474</sup> Afrânio Raul Garcia. *Op. Cit.* Pgs.78-79.

Quase 40% das mulheres feirantes desenvolveram em alguns anos de suas vidas a arte de “costurar pra fora” como atividade adicional ou complementar. Mas parece que junto a essa habilidade e o prazer de verem as pessoas vestidas com peças artesanais de sua autoria, elas também enfrentavam dificuldades para realizar essa tarefa no tempo do candeeiro. Vitalina, ao falar de sua mãe, lembrou:

Minha mãe, ela descansava mais de costurar, mais só o dia de sábado. Porque no dia de semana era sentada na máquina direto. Quando saía da máquina, tinha dia que ficava eu e meu irmão de noite segurando o candeeiro para ela costurar e ela costurava muito naquela região da Jueirana toda, pra Pedra Preta que tinha mina.<sup>475</sup> Aí, ela costurava para aquele povo todo. Às vezes, quem dava ao alfaiate pra fazer paletó, esses negócio, vortava passar pela mão dela pra consertar. Era ir, pronto! O povo já não dava mais ao alfaiate e só dava pra ela.<sup>476</sup>

Além da habilidade ressaltada pela filha da feirante, nessa narrativa observa-se mais um momento em que a solidariedade se manifestava entre os familiares. Além de acompanhar sua mãe até a feira, Vitalina Souza em casa, junto ao seu irmão, adentrava a madrugada segurando o candeeiro para que ela costurasse roupas e pudesse adicionar mais algum recurso à renda familiar. Não podemos esquecer que Maria Plácida criou seus filhos sem apoio da figura paterna no lar. A especialidade dessa feirante costureira era produzir suas peças apenas sob encomenda. As pessoas compravam os tecidos em várias lojas que haviam na cidade de Santo Antônio de Jesus e davam a ela para fazer calças, vestidos, camisas, paletó, dentre outros tipos de vestuário. Muitas das vestimentas de festas dos trabalhadores das minas, de suas esposas ou namoradas eram confeccionadas pela feirante Maria Plácida.

O trecho da fala da feirante Vitalina Souza que toca na questão das minas, diz respeito à existência e exploração das minas de manganês<sup>477</sup> que havia na cidade de SAJ no período

<sup>475</sup> Jueirana e Pedra Preta são zonas rurais do município de Santo Antônio de Jesus-Ba. Na Pedra Preta existiam minas de manganês que eram exploradas possibilitando a concentração de muitos trabalhadores.

<sup>476</sup> Vitalina Souza. *Op. Cit.* Pg.16.

<sup>477</sup> O manganês é um recurso mineral que serve para a produção de ferro-gusa, ferro fundido, aços e outros artefatos metálicos vitais para a infra-estrutura e as indústrias de base características de regiões e países desenvolvidos. O manganês alcançou assim, por causa de sua importância na siderurgia, valor estratégico na economia mundial no mundo moderno, já que, o aço e o ferro são fundamentais na industrialização desde o advento da Revolução industrial. A Rússia é o maior produtor e exportador desse minério e, dentro do quadro de tensões internacional da Guerra fria, resolveu no início da década de 1950 interromper ou limitar severamente suas vendas para os Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e algumas outras nações do bloco ocidental, causando pânico entre os países desenvolvidos capitalistas. É nesse período que se intensifica a exploração do manganês em várias partes do Brasil, inclusive na Bahia. Sobre essas questões ver: José Augusto Leitão Drummond. **O manganês do Amapá – o seu papel no desenvolvimento regional e nacional (1957-1998)**: ou quando um

compreendido dessa pesquisa. Desde o início do século XX já se apontava a presença desse minério em áreas dessa cidade. Todavia, só foi no ano de 1942 que o então presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas, instituiu o decreto nº 8. 859 de 26 de fevereiro, autorizando a empresa Minas da Bahia LTDA a pesquisar manganês em terrenos de propriedade de Santiago José Barreto, Vitormo Correia e Frutuoso Correia, no distrito e município de Santo Antônio de Jesus na Bahia.<sup>478</sup> Cabe ressaltar que parcela dos salários dos trabalhadores das minas de manganês eram destinados á compra de produtos e mercadorias de consumo necessário à sobrevivência desses trabalhadores na feira livre de SAJ.

Nesse contexto, tanto as atividades comerciais nas lojas da roça quanto a costura de roupas para fora eram atividades adicionais desenvolvidas por esses feirantes que movimentavam o comércio do município. Além dessas atividades complementares no mundo do trabalho, os feirantes ainda caçavam e pescavam.

Antônio Virgílio relatou que “pescava e muito. E quando pegava peixe tava feliz. Não era só pescar por esporte não, precisava, precisava daquele peixinho que era pra comer, também tinha rio, tinha peixe”.<sup>479</sup> Maria dos Santos Souza e outros feirantes também pescavam, e essa atividade adicional visava o consumo familiar.

Essas eram as atividades complementares que os feirantes desenvolviam em paralelo ao mercadejar na feira livre. Como vimos, algumas delas visavam a venda, outras o consumo familiar. Tudo leva a crer que os feirantes desenvolviam atividades complementares por 2 motivos: 1 – por possuírem famílias relativamente extensas e fazia parte do código de ética desses sujeitos garantir-lhes a sobrevivência e a manutenção da vida material; 2 – O trabalho na feira livre era apenas dois dias da semana, restando 4 dias úteis, já que a colheita dos produtos agrícolas estava condicionada ao tempo e calendário da natureza. Dessa forma, numa cultura em que o trabalho é concebido mais como um costume do que como uma atividade profissional regular, com remuneração fixa ou assalariada, desenvolver uma atividade complementar ampliava ou “completava” o mundo do trabalho de homens e mulheres que exerciam o ofício de feirante na feira livre de SAJ entre os anos 50-70 do século passado.

---

recurso estratégico não é tão estratégico. II Encontro Nacional da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ambiente e Sociedade) – Indaiatuba – São Paulo. Maio de 2004.

<sup>478</sup> Diário Oficial da União. Cessão 1. 17/03/1942. Pg.4213. Publicação original. Legislação Informatizada. Ver on line: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8859-26-fevereiro-1942-456597-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

<sup>479</sup> Antônio Virgílio. *Op. Cit.* Pgs.14-15.



Por fim, quero ressaltar que foi exercendo o ofício de feirante em toda a conjuntura do mundo do trabalho desses homens e mulheres que suas identidades foram sendo moldadas e transformadas. Hall afirma que “movimento e migração são condições de definição sócio-histórica da humanidade. Novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais têm efeitos sobre as identidades culturais”.<sup>480</sup> Essa concepção de Hall sobre identidade me remete a pensar sobre as identidades de muitos feirantes, um bom exemplo ocorreu com João Nunes dos Santos nos anos 60 do século passado. Ele relatou que,

Ali, em frente ao Banco do Brasil, mesmo, tinha uma barraca que vendia fio de porco, cabresto, cebola, essas coisas, alho, essas coisas e a feira toda era assim, eu, aonde eu trabalhava, em frente o barracão, tinha Ioiô, o pai de Clovis do posto, que comprava pele de carneiro, por isso eu tenho esse nome de João do Couro, né? E, aí, eu aprendi a comprar pele de carneiro. Quando Ioiô saiu, eu fiquei comprando. Quando Ioiô saiu do ramo, aí eu fiquei comprando.<sup>481</sup>

João Nunes dos Santos comprava peles de carneiro com Ioiô, e quando esse deixou de vender, João Nunes assumiu a responsabilidade de comercializar esse produto. Ele ampliou os seus negócios comprando também peles de carneiro com outro negociante chamado Domingo do Carneiro e vendia tais produtos na feira livre de Santo Antônio de Jesus e se dirigia todas as semanas para a cidade de Feira de Santana para fornecer pele de carneiro a um outro comerciante denominado de major Diógenes. No ramo de peles, João Nunes não comercializava apenas peles de carneiro, ele vendia também peles de outros animais silvestres, a exemplo de peles de jibóia, bastante vendida na região porque seu couro era utilizado para fabricar tambores, atabaques e outros instrumentos musicais bastante usados nas festas que faziam parte da cultura negra que ocorriam no Recôncavo da Bahia. Esse feirante só parou de comercializar essas peles quando o IBAMA começou persegui-lo, forçando-o a abrir mão desse negócio.

Além de exemplificar uma das formas como alguns feirantes iam incorporando outros produtos em seus ramos de negócios, o relato de João Nunes dos Santos mostra todo um processo em que implicou na construção de uma nova identidade. Na cidade, e também em outras localidades, ninguém conhece o feirante pelo nome de João Nunes dos Santos, referem-

---

<sup>480</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Pgs.67-69.

<sup>481</sup> João Nunes dos Santos. *Op. Cit.*

se a ele como “João do Couro”, já há mais de 50 anos. Muitas pessoas sabem quem ele é, sua família, onde mora e, sobretudo, onde está localizada sua barraca na feira, atualmente, por meio dessa identificação.

Seguindo as reflexões de Hall sobre identidade, é possível perceber que o feirante João Nunes dos Santos, em sua trajetória e experiência de vida, marcada por “movimentos e migrações”, vivenciou um processo em que novas características foram incorporadas ao seu “Eu”. A partir do estreitamento da distância tempo/espço, campo/cidade, João Nunes dos Santos, ao passar a vender peles de carneiro, passou também por um processo de construção/reconstrução de identidade a partir dessa nova prática adquirida na rua, agora incorporada ao seu universo material e cultural.

A prática de comprar e vender peles de carneiro não significava apenas uma simples ação de compra e venda de mercadorias. Assim, novos elementos eram incorporados a partir de novas circunstâncias que faziam com que o feirante João não fosse mais ou apenas João Nunes dos Santos, mas também, sobretudo no ambiente da feira, João do Couro. Forma como ele mais se autorepresenta na vida cotidiana.

Vendedor de peças de cerâmicas, pratos denominados de caxixis,oringas e potes para o armazenamento de água, jarros e potes para decoração doméstica, miudezas para enfeites de altares de santos, miaeiros,<sup>482</sup> abanos, candeeiros, colher de pau, pé para filtro, pé para panelas, vassouras, espanadores e outros produtos; pai de seis filhos e há mais de 60 anos comercializando na feira livre de Santo Antônio de Jesus, Augusto Soares da Silva vivenciou processo semelhante ao de João do Couro. Ele começou vendendo aipim, batata-doce, abacaxi, laranja, banana, dentre outras frutas e verduras que ele comprava e levava para vender na feira, conforme já abordei em outro momento do texto. Quando decidiu ampliar os seus negócios, Augusto Laranjeira, como é denominado e reconhecido, comprava grandes quantidades de laranjas com João Silva no “Campo do Governo”<sup>483</sup> e se deslocava da cidade de Santo Antônio de Jesus para comercializar na feira de Água de Meninos em Salvador, no final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX.

---

<sup>482</sup> Miaeiro é o nome dado a pequenas peças feitas de cerâmica, alumínio, dentre outros artigos, ocas em seu interior com uma abertura que permitiu a entrada de moedas. Na Região é comum muitas pessoas usá-lo como se fosse uma poupança caseira.

<sup>483</sup> Campo do Governo é uma área que fica bem afastada da área central da cidade, nos anos 50, 60, era considerada rural e de propriedade do Governo Estadual. Esse campo era administrado por Dr. Oswaldo e consistia em uma área dedicada à plantação de frutas cítricas. Hoje essa área é de propriedade do Governo Federal, onde funciona a Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

Devido à grande quantidade de laranjas que ele vendia na cidade de Santo Antônio de Jesus e em Salvador, capital da Bahia, seu nome oficial, dado pelos seus pais, fora paulatinamente substituído pelo nome de “Augusto Laranjeira”, marca registrada por feirantes, comerciantes, frequentadores e frequentadoras das feiras de Santo Antônio de Jesus e de Água de Meninos na Bahia. Augusto Soares da Silva, a partir dessas experiências, adquiriu uma nova identidade localizada num tempo e num espaço.

Além do tempo e o espaço das feiras livres, a associação com uma das mercadorias que ele mais vendia – a laranja – somadas às relações sociais estabelecidas com seus clientes, que assim o denominaram, constituíram-se em coordenadas básicas para a criação de uma nova identidade também forjada num espaço e tempo simbólicos.<sup>484</sup>

Outro feirante, que vivenciou experiência semelhante às de João Nunes dos Santos e Augusto Soares da Silva, foi Esmeraldo Nunes dos Santos. Entre um olhar de felicidade e um sorriso, Esmeraldo Nunes dos Santos relembra aqueles “bons dias” que vivera na feira tendo como referência os “poucos concorrentes” homens que negociavam as mesmas mercadorias do ramo no qual trabalhava. Seus concorrentes eram um moço de nome Zé Félix, João Mota e um outro rapaz denominado de Alfredo. Eles vendiam alho, cebola, tomate, algumas frutas, azeite, entre outros produtos. A felicidade de Esmeraldo Nunes naquele momento devia-se ao fato de que ele, muitas vezes, conseguia vender mais de cem sacos de cebolas (com vinte quilos) por semana.

Assim como João Nunes e Augusto Soares, Esmeraldo Nunes se destacava na feira livre por ser um feirante que comercializava grandes quantidades de verduras, principalmente a cebola. Devido a este fato, ele ficou conhecido na feira, na cidade e em outras localidades como Esmeraldo da Cebola. Vale lembrar que a venda em grande quantidade de um determinado produto ou a comercialização de mercadorias específicas era também símbolo de distinção e status social para determinados feirantes no universo da feira livre.

Portanto, esse processo de construção/reconstrução das identidades era uma experiência em comum entre os feirantes. Por isso muitos sujeitos dessa pesquisa e alguns que foram lembrados e citados nas narrativas foram/são reconhecidos como: João do Couro, Augusto Laranjeira, Maria do Feijão, Esmeraldo da Cebola, Elizeu da Farinha, Virgílio do Chapéu, Elza do Café, Nestor da Carne de Sertão, João da Miudeza, Cassiano do Pó, Valdomiro da Farinha Boa, dentre outros. Vale ressaltar que os feirantes não possuem apenas

---

<sup>484</sup> HALL. *Op. Cit.* Pg.71.

essa identidade forte, muito caracterizada pelo mundo do trabalho. Eles possuem outras identidades como a religiosa, de gênero, localidade, familiar, dentre tantas outras que corporeificam a existência e a experiência humana. A partir de agora leitor, os feirantes aparecerão na história com suas identidades que foram forjadas a partir das experiências, principalmente, no mundo do trabalho.

## 6 COMIDA, FÉ, CRIATIVIDADE E SABERES NA FEIRA LIVRE DA CIDADE

As feiras livres geralmente apresentam um ritmo próprio e intenso em virtude da aglomeração inquieta de corpos e objetos num espaço que parece, por vezes, demasiado exíguo para conter a todos. Segundo Vogel, Mello e Barros, “a conversação e o divertimento; as rixas e alterações, as amizades e competições; as intrigas, políticas ou amorosas fazem parte desse movimentado universo, onde são intercambiadas mais saudações, informações e histórias do que mercadorias e dinheiro”.<sup>485</sup> No que diz respeito a essa observação, os autores têm razão, porém, acredito que um dos aspectos importante desse universo – que vai muito mais além da circulação de mercadorias e dinheiro – está relacionado à cultura e tradição que nesse mercado ao ar livre podem ser observados constantemente.

A venda e o consumo de produtos e mercadorias dizem muito dos aspectos culturais e da tradição das populações locais e da região. O cardápio servido na feira, as ervas vendidas para curar os males da saúde física e espiritual, os produtos de barro e cerâmica comercializados – utensílios que são utilizados nas rezas de Cosme Damião e nos rituais sagrados das religiões de matrizes africanas – assim como os animais que são importantíssimos nos rituais sagrados desta última, carregam consigo uma áurea simbólica tornando-se uma dimensão importante a se refletir num estudo sobre cultura e trabalho de feirantes.

Assim, nesse capítulo discutirei sobre o cardápio que era comercializado na feira livre de Santo Antônio de Jesus, entre os anos 50 a 70 do século passado, e a dieta alimentar dos feirantes, por entender que os hábitos alimentares além de revelar astúcias e estratégias utilizadas na vida cotidiana para enfrentar as dificuldades na dimensão da dieta alimentar, são elementos importantes para se compreender aspectos de sua cultura e de seus costumes, como também pode ser um instrumento de análise das condições materiais e sociais num determinado tempo.

Em seguida adentro no calendário cultural religioso que havia na cidade para analisar como essas datas movimentavam ou não a feira e quais mercadorias eram mais vendidas de acordo as crenças, fé e religiosidade das pessoas da cidade e também da região do Recôncavo

---

<sup>485</sup> VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva; BARROS, José Flávio Pessoa de. **Galinha D'Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2012. Pg.07.

baiano. Na sequência convido o leitor a entrar na Berganha, um lugar especial dentro da feira livre de SAJ, que apresentava características singulares, um lugar de múltiplas possibilidades onde diversas relações sociais se desenrolavam.

Por fim, reflito sobre os aspectos da cultura negra e afro-brasileira que se faziam presente nessa feira livre a partir da venda e consumo de determinados produtos, valores, hábitos e relações sociais. Embora nem sempre se evidencia, na feira livre também se materializa uma cultura negra forte e pulsante, cuja tradição se pauta muito mais nas múltiplas formas que essas pessoas encontram para sobreviver na labuta da vida cotidiana do que em algo estático e imutável, sacralizado por alguns como únicos símbolos e marcos identitários dessa cultura.

### 6.1 O cardápio da feira e a dieta alimentar dos feirantes

Além da feira livre assumir a vocação histórica de reunir, divulgar e oferecer de tudo ou quase tudo que as pessoas precisavam para viver entre os anos 50 a 70 do século XX, caminhar por aquele espaço em Santo Antônio de Jesus significava entrar em contato e vivenciar um universo sensorial passível de aguçar os cinco sentidos que caracterizam a experiência do corpo humano.<sup>486</sup> Percorrer as veredas da feira era mergulhar num ambiente onde cheiros, cores, sons, sabores e toques revelavam aspectos da cultura de várias pessoas e grupos sociais da região e demais localidades.

Sato, nas feiras livres de São Paulo, percebeu que delas emanavam muitos cheiros, cores e sons. Ela afirma que os diversos temperos, os pescados, as frutas, as flores estimulam nossos sentidos quando por ela caminhamos. Para essa autora, os sons, a depender do horário, já anunciam as boas oportunidades de compra. Visualmente, somos fisgados pela diversidade de cores, formas e texturas e somos chamados a interagir continuamente com os feirantes.<sup>487</sup>

Na feira livre de SAJ, feirantes, fregueses, vendedores ambulantes, fiscais, frequentadores e demais grupos sociais, que para essa feira se dirigiam, eram fisgados pelos cheiros e sabores das comidas e alimentos que lá eram comercializados, e cuja degustação

---

<sup>486</sup> SANTOS, Hamilton Rodrigues. **Vidas nas fronteiras:** práticas sociais e experiências de feirantes no Recôncavo Sul da Bahia – Santo Antônio de Jesus-BA – 1948-1971. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. 2007. Pg.185.

<sup>487</sup> SATO, Leny. *Op. Cit.* Pg.25.

estimulava um dos nossos sentidos – paladar – possibilitando assim a interação com o mundo exterior. Os cheiros e sabores produzidos por várias pessoas que em seus pontos de venda na feira livre exibiam suas habilidades culinárias tinham a função social de “alimentar” diversos sujeitos que nesse cenário desenvolviam várias atividades. Dessa forma, cabe-nos perguntar: quais eram os tipos de comidas e refeições comercializados nesse universo? De que se alimentavam os feirantes? Que relação essas comidas tinham com a dieta alimentar do Recôncavo da Bahia naquele período? Existia uma correlação com os produtos, frutas, legumes, carnes, produzidos e vendidos pelos feirantes?

A meu ver, problematizar sobre o que o trabalhador come e bebe significa despertar para uma dimensão muito importante da vida desses sujeitos, ainda pouca estudada ou lembrada por historiadores que investigam ou estudam sobre o mundo do trabalho das diferentes categorias sociais.

As narrativas dos feirantes permitiram-me adentrar no universo alimentar não só dos trabalhadores desse ofício, como também de toda uma localidade e região. O que as pessoas comiam, bebiam e os cheiros que elas sentiam desses alimentos ficaram marcados em suas memórias, balizando uma experiência singular e plural que também é marca de um tempo distinto, e essa distinção pode também ser observada por esse aspecto, já que, segundo o historiador Henrique Carneiro, “dentre todos aspectos da cultura material, a alimentação talvez seja um dos que mais se encontra subjacente a toda esfera da atividade humana”.<sup>488</sup> Sobre o que se degustava na feira livre do município de Santo Antônio de Jesus naquele tempo, a feirante Vitalina Souza revelou que se comia

Arroz, feijão e tinha ensopado de carne de boi. Aí botava um mamão, (muitos rios). Mas é tão gostoso, viu? O mamão verde é melhor do que o chuchu, o pessoal adorava. Tinha uns meninos que, naquele tempo, perturbava, viu? Os menino perturbava na feira, tudo lascadinho, tudo sujo. Aí chegava assim, passava nas barraca, tinha as carne de sertão, tinha uns pedacinhos, assim, deste tamanhinho (faz gesto de que era pequeninos pedaços) tipo uns torresmos, mas não era torresmo não, era carne de sertão mesmo. Aí, eles pegava aquilo, não lavava nem nada, jogava dentro do fogo do fogareiro. Aí eles dizia assim: “oh minha tia me dar aí um bocadinho de farinha”. Aí eles chegava, pegava, botava de um lado pro outro pra esfriar e jogava na boca. (muitos risos).<sup>489</sup>

<sup>488</sup> CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2003. Pg.02.

<sup>489</sup> Vitalina Souza. *Op. Cit.* Pg.07.

A narrativa da feirante mostra que as pessoas no ambiente da feira, no que diz respeito à alimentação, não destoavam do prato básico consumido no dia a dia pela população brasileira na contemporaneidade – feijão com arroz. Ao ensopado com carne de boi era acrescentado o mamão, algo bastante estranho ou inusitado aos olhos de quem não vivenciou aqueles tempos. Os risos e a expressão facial da feirante no momento que estava relembando esse fato traduzem essa estranheza. Essa fruta que substituíra o chuchu no ensopado era muito mais fácil de ser encontrada nas roças de toda região e também em muitos quintais de pessoas que residiam na cidade. É provável que o mamão fosse muito mais barato que o chuchu e mais acessível. A criatividade e a inventabilidade dos feirantes, características comuns da cultura desses sujeitos, também se manifestavam nas formas e maneiras de produzirem alimentos que eram comercializados nesse mercado ao ar livre.

Segundo o relato, parece que o mamão no ensopado conseguia agradar o paladar de muita gente. Apesar do feijão com arroz e o ensopado de carne de boi ser algo básico e talvez estivesse mais em consonância com o bolso das camadas mais populares, a narrativa mostra que esta refeição não era consumida por todos na feira, camadas ainda menos favorecidas, que também perambulavam naquele universo, experimentavam outros tipos de comidas mais alternativas e, quiçá, mais favoráveis às suas condições sociais, até porque o arroz a que a feirante Vitalina se refere como comida trivial, aparece em outras narrativas de feirantes, que também foram sujeitos dessa pesquisa, como um alimento caro e raro de se ver em sua dieta alimentar. Eles afirmaram que o arroz era um prato que chegava às suas mesas só em épocas de festa, conforme veremos mais adiante.

Os meninos sujos e “lascadinhos”, evidenciados na narrativa, pediam pedaços de carne de sertão e farinha de mandioca aos homens e mulheres que vendiam na feira para poderem suprir suas carências alimentares. Com certeza havia muita solidariedade naquele ambiente que possibilitava a esses garotos serem agraciados com tal alimentação concedida pelos feirantes. Mas a carne de sertão (carne seca) e a farinha de mandioca não eram componentes que faziam parte do cardápio alimentar apenas desses meninos pobres na feira. Esses dois alimentos faziam e fazem, ainda, parte da dieta alimentar das populações que residiam/residem na região do Recôncavo baiano. Eram alimentos cruciais para a nutrição desses sujeitos.

Sobre a dieta alimentar das populações da Bahia no século XVIII e XIX, Barickman afirma que “por mais variada ou até rica que pudesse ser a cozinha baiana, o trivial dos moradores de Salvador, de áreas rurais que estavam ao seu redor e moradores do Recôncavo,



resumia-se a um pequeno número de gêneros. Entre eles o principal era a farinha de mandioca”.<sup>490</sup> O autor ainda chama atenção para o fato de que essa dieta alimentar baseava-se tipicamente em carboidratos complexos, fornecidos, sobretudo, por um ou dois cereais ou raízes, comidos isoladamente ou combinados com leguminosas, como feijão. Ele assegura que outros alimentos – verduras, frutas, óleos, gorduras, carne, peixe e condimentos – podem fornecer nutrientes vitais, mas seu papel como fonte de calorias é secundário. Barickman completa suas considerações sobre essa questão afirmando que “a maior parte das calorias vêm de um alimento principal e rico em amido; na Bahia, esse alimento era sem dúvida a farinha de mandioca”.<sup>491</sup> As análises desse autor tornam-se bastante relevantes para nós quando ele afirma que,

As informações sobre o regime alimentar na Bahia rural em épocas mais recente comprovam isso. Pesquisas feitas no Recôncavo nas décadas de 1940 e 1970 encontram entre trabalhadores de usinas e fumicultores pobres um regime alimentar geralmente deficiente em calorias e composto, sobretudo, de carne seca, peixe seco, carne de baleia e farinha de mandioca. O aipim, feijão e batata-doce de cultivo doméstico acrescentava alguma variedade durante parte do ano, mas, terminada a colheita desses produtos, os trabalhadores rurais e pequenos lavradores voltavam a uma dieta baseada na farinha de mandioca. A carne e o peixe serviam, sobretudo como “temperos”; tornavam mais fácil engolir grandes quantidades de farinha. A alimentação cotidiana dos que trabalhavam nos canaviais e nos sítios de fumo do Recôncavo não parece ter mudado muito nos últimos cento e poucos anos. Como seus antepassados escravos, a sobrevivência do morador pobre dos distritos rurais continua a depender, em grande medida, da farinha.<sup>492</sup>

Ao trazer dimensões do regime alimentar na Bahia rural em épocas mais recente, Barickman nos ajuda a entender um pouco essa dinâmica, até porque minha pesquisa coincide com o recorte temporal – 1950 a 1970 – que foi ressaltado acima pelo autor em sua análise. Mas o que mais caminha em direção ao que Barickman afirmou são as evidências sobre a dieta alimentar, nesse período, que vieram à tona a partir das narrativas orais dos feirantes. O feirante Elizeu da Farinha lembrou que sua alimentação diária e de sua família era composta de:

---

<sup>490</sup> BARICKMAN, B. J. *Op. Cit.* Pgs.90 a 92.

<sup>491</sup> *Idem.* Pg.91.

<sup>492</sup> *Idem.* Pg.94.

Um arroz, um negócio... só se comprava um quilo de arroz, um meio quilo, tempo de festa, fosse São João ou Natal. Arroz não tinha, era feijão e carne de sertão e cabou. Hoje os meninos escolhe comida pra comer, a vida hoje é outra. Naquele tempo, trabalhava no pesado e era pirão<sup>493</sup> três vezes ao dia e cabou. Naquele época, a meninada era criada com banana da prata e leite de vaca e vivia sadio mais do que hoje. E a gente crescendo mais um pouco tinha que comer pirão três vezes ao dia. Amanheceu o dia tava em cima do prato, farinha molhada aí com carne assada e cabou. Hoje, a coisa é outra, mudou muito. Da minha época pra essa tem uma grande diferença.<sup>494</sup>

A narrativa mostra que o trivial na alimentação era carne seca com feijão ou com pirão. Este último às vezes substituía o café da manhã, tornando-se uma alimentação repetitiva, principalmente para aqueles que já estavam entrando na fase da adolescência. Assim, a dieta alimentar era baseada em um cereal, mais a carne seca. A maior parte das calorias vinha do alimento principal e rico em amido: a farinha de mandioca. Era essa alimentação que os feirantes e muitas pessoas da região do Recôncavo, sobretudo as mais empobrecidas, comiam para enfrentar o “trabalho pesado e a vida dura”. O autor do relato revela ainda dimensões da alimentação infantil mostrando o que a maioria das crianças comiam e bebiam naqueles tempos – papa de banana da prata e leite de vaca.

Os habitantes da região do Recôncavo baiano entre os anos 1950-70 comiam, é claro, muito mais do que apenas farinha e carne seca. O clima e a localização permitiam à população da SAJ e do Recôncavo consumir uma variedade de víveres. Safras que se prolongavam pelo o ano inteiro mantinham o mercado ao ar livre da cidade abastecido com abundante sortimento de hortaliças e frutas tropicais.

Graças à localização do município de SAJ próxima à cidade portuária de Nazaré das Farinhas e à região do Paraguaçu, os mariscos, peixes salgados e, sobretudo, o peixe fresco, eram acessíveis na feira livre e consumido pela população em geral. Alguns feirantes pescavam em rios que se localizavam em suas pequenas propriedades ou em localidades próximas para o próprio consumo. As pessoas da região e da cidade comiam também outras raízes e cereais de produção local, conforme apontou Barickman. A feirante Elza do Café vendia café, pão, banana da terra, batata-doce, inhame, fruta-pão e aipim cozidos, estes legumes que a vendedora comprava na própria feira livre da cidade, se constituíam como os principais componentes do café da manhã de várias pessoas de diferentes credos e ofícios que faziam sua primeira refeição do dia no universo da feira livre. Esse tipo de alimentação

<sup>493</sup> Pirão é a farinha de mandioca misturada com água ou caldo quente.

<sup>494</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.07.

matutina era também um costume reproduzido no espaço doméstico das populações rurais e da cidade na região, com exceção, talvez, do pão.

Elizeu da Farinha lembrou que “naquele tempo era pão dormido, comprava pão para a semana toda”. O feirante Antônio do Chapéu ressaltou em suas lembranças a dificuldade que seus pais tinham para garantir a alimentação da família. Segundo ele, o que se comia era:

Farinha, feijão e uma carnezinha. E esse negócio de pão quando tinha não era na casa de todo mundo. Manteiga? Sabe quando era a data de ter manteiga nas casas? Nos resguardos<sup>495</sup> das mulheres e ainda era aquelas manteigas dada de presente pelos compadres. Era diferente, às vezes as pessoas não podiam comprar. Isso aí eu estou te falando a verdade.<sup>496</sup>

Segundo Barickman, na Bahia foi a partir de meados do século XVII que grandes quantidades de pão feito com trigo importado apareciam nas mesas dos moradores mais ricos da cidade. O autor afirma que entre a população como um todo, o consumo de pão permaneceu limitado, mesmo no fim do século XVIII.<sup>497</sup> No Recôncavo Baiano até os anos 70 do século XX, as populações pobres residentes nas roças, ou seja, das zonas rurais, e também da cidade, não tinham o pão como um componente diário de sua dieta alimentar, é só nos anos 80 do mesmo século que esse alimento passa a ser, de fato, o “pão de cada dia” em todos os lares.<sup>498</sup> Mesmo sabendo que muitas famílias tinham grandes dificuldades para comprá-lo.

Os relatos dos feirantes demonstram que a dieta alimentar desses sujeitos era bastante limitada. As expressões “era só isso e cabou”, muito enfatizada na narrativa de Elizeu da Farinha, afirma tal situação. A dificuldade em garantir a alimentação necessária aos filhos e a sobrevivência conduzia muitos pais desses trabalhadores a irem em buscas de alternativas que pudessem assegurar uma alimentação mínima nos momentos mais difíceis e delicados. Alguns desses momentos foram vivenciados pelo feirante Esmeraldo da Cebola quando lembrou a situação socioeconômica de sua família nos 50 e 60 do século XX: “eu ia pra feira.

<sup>495</sup> Resguardo é o nome dado ao período pós-parto da mulher que deve ser cumprido em no mínimo 40 dias. Esse período é marcado por um repouso cujas atividades rotineiras não podem ser executadas. É um momento também em que a alimentação é diferenciada.

<sup>496</sup> Antônio Virgílio. *Op. Cit.* Pgs.03-04.

<sup>497</sup> BARICKMAN. *Op. Cit.* Pg.91.

<sup>498</sup> BARICKMAN afirma que em Salvador, capital da Bahia, com o aumento do consumo de pão aumentou também o número de padarias. Em 1855 existiam 33 delas e 21 estabelecimentos especializados em massas. Ele assegura que no final do século XIX, as padarias já eram comuns também nas pequenas cidades do Recôncavo. Em Santo Antônio de Jesus tudo indica que a primeira padaria surgiu entre o final do século XIX e início do XX. *Op. Cit.* Pg.95.

Nós era tão fraquinho que tinha vezes que minha mãe cozinhava um ovo duro pra dividir pra dois, três comer. Um ovo duro pra gente comer. Era difícil, cozinhava banana verde pra gente comer. Tudo isso acontecia, de tão fraquinho que meu pai era”.<sup>499</sup>

Arroz, manteiga, macarrão, dentre outros gêneros alimentícios eram artigos de luxo naqueles tempos, os feirantes consumiam apenas em algumas ocasiões especiais. Mesmo contando com a solidariedade de compadres que os presenteavam com manteiga por exemplo, percebe-se que as condições materiais desses sujeitos eram difíceis e delicada, e um dos aspectos mais complicados se referia à capacidade da família em garantir a alimentação da prole. Richard Hoggart, em sua obra “As utilizações da cultura”, afirmou que “de uma maneira geral, a vida nas classes trabalhadoras é sempre difícil e feita de equilíbrios precários”.<sup>500</sup> A visão do autor caminha na direção do que muitos feirantes relataram em suas experiências de vida, principalmente no que diz respeito à questão das dificuldades que eles tinham para garantir a alimentação para toda a semana. A feira, por exemplo, era feita dia de sábado, mas, caso esta não desse para suprir as necessidades alimentar da família semanalmente, “enrolava com ovo de galinha e tapiava até sábado novamente, não tinha esse negócio de correr pra venda”.<sup>501</sup> Era de equilíbrios precários que muitas vezes os feirantes e suas famílias se valiam e era assim que a “vida era vivida no dia-a-dia”.<sup>502</sup>

As expressões “enrolava” e “tapiava”, que surgiram na narrativa, traduzem a capacidade dos chefes de família em forjar estratégias e ações para sanar ou, pelo menos, amenizar essa situação. Por isso que, em vários relatos, os feirantes ressaltaram “o dedo da mãe” como algo crucial nesse contexto. É uma experiência comum eles lembrarem a grande habilidade que suas mães tinham para dividir a comida nas horas da alimentação e resolver o problema quando esta lhes faltava. Isso sugere pensarmos que a mãe, na condição de mulher e esposa, era o centro da família, o foco das relações emocionais, que exercia uma influência crucial sobre os filhos.

Já discorri sobre o tipo de alimentação que era vendido na feira livre de SAJ, mas não poderia deixar de mencionar outras iguarias que também eram comercializadas naquele universo. Os relatos indicam ainda que se comia carne de boi misturada com carne de porco, toucinho, carne de panela, carne assada na brasa, frigideira de peixe, pirão de farinha de

<sup>499</sup> Esmeraldo Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pg.09.

<sup>500</sup> HOGGART, Richard. **The uses of literacy**. Lisboa-Portugal: Editora Presença, 1957. Pg.53.

<sup>501</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.05.

<sup>502</sup> HOGGART, Richard. *Op. Cit.* Pg.55.

mandioca com verdura cozida e, principalmente, feijoada que era um prato bastante apreciado por muitas pessoas que pela feira livre perambulavam.<sup>503</sup>

Esses pratos também eram reproduzidos e consumidos fora da feira, servindo como refeição nos lares de muitas pessoas da região do Recôncavo da Bahia. Quanto à bebida que era degustada na feira, a cachaça, seja ela destilada ou misturada com folhas e ervas, era a bebida alcoólica majoritariamente mais consumida naquele ambiente. A feirante Maria Plácida além de vender comida, comercializava também aguardente preparada com folhas de erva-doce, conforme já salientei em outro momento deste texto. A partir dos relatos ficou evidente que quase todas as barracas que vendiam refeições prontas, vendiam também cachaça.

Marcia Regina da Silva Paim, ao falar sobre o cardápio e as bebidas que eram servidas nas feiras de Salvador, capital da Bahia, ressalta que, “nas feiras livres, algumas doses de aguardente desciam como bálsamo. Abastecido o corpo, os feirantes tinham como aguentar a lida do trabalho num local insalubre, o enfrentamento com os prepostos municipais e outros revezes do cotidiano”.<sup>504</sup>

Na região do Recôncavo Sul, entre os anos 1950-70, a aguardente pura e a aguardente preparada com folhas de erva-doce, erva-cidreira, guiné, jiló... eram famosas e bastante consumidas por várias pessoas. No universo da feira-livre, feirantes e frequentadores consumiam doses dessas bebidas ao longo do dia de trabalho. Era comum, aos adeptos da aguardente, consumi-la obedecendo a um ritual que se repetia três vezes ao dia.

Tomado logo pela manhã, a cachaça assumia a função de “abrir os caminhos” e prepará-los para mais um dia de feira; ingerido antes do almoço, servia para abrir o apetite; uma dose no final da tarde poderia servir de consolo para driblar as frustrações de dia de feira ruim, para comemorar um dia de sábado de grandes vendagens, como também para prepará-los para o retorno para casa.

A cachaça também servia de estimulante para os feirantes enfrentarem a chuva e a lama que cruzavam seus caminhos, sobretudo no inverno, quando transportavam seus produtos e mercadorias da roça para a rua. “Afiml, a cachaça ainda é um dos bons remédios

---

<sup>503</sup> Zilda Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.14. Brasilina Maria Jesus Pires. Pg.05.

<sup>504</sup> PAIM. *Op. Cit.* Pg.83.

que ajudam a enfrentar uma vida tão cheia de dificuldades, tanto quanto pode servir para festejar as alegrias, às vezes fruto da tristeza dos outros”.<sup>505</sup>

100% das mulheres feirantes, que foram sujeitos dessa pesquisa, em suas narrativas disseram que não aprovavam o consumo de aguardente entre seus pais e maridos. Apesar de comercializarem essa mercadoria em seus estabelecimentos, elas também não eram favoráveis à vendagem de tal produto.

Assim, o cardápio alimentar que era servido na feira poderia ser saboroso, mas bastante limitado. Era essa alimentação que supria a necessidade de vários frequentadores e feirantes, principalmente os que se deslocavam de outras cidades da região do Recôncavo baiano, para comercializar seus produtos na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus entre os anos 50 a 70 do século passado. Muito da alimentação que era vendida na feira, as pessoas também comiam em suas casas, apesar de que as narrativas indicam que o cardápio trivial, que era colocado à mesa, era mais limitado do que o cardápio ofertado na feira livre.

Todos precisavam comer. De algum modo, homens e mulheres nas roças e na cidade tinham de garantir sua subsistência. As fontes não deixam de indicar que os dois principais componentes do regime alimentar da maioria da população menos abastadas e, sobretudo, dos feirantes, era a carne e a farinha de mandioca. Todavia, vale ressaltar que esta última, ao longo do tempo, sempre esteve presente, tanto na mesa dos ricos como na dos pobres.<sup>506</sup> Já a carne, nem sempre pode estar presente na mesa de alguns feirantes e de camadas sociais mais empobrecidas.

Os pobres sempre buscavam alternativas para a resolução dos seus problemas. A falta de condições materiais para comprar, pelo menos, o necessário para garantir a sobrevivência alimentar fazia com que eles substituíssem a carne seca ou fresca, como a carne de sol e de boi, por carnes mais baratas. Com muito humor o feirante Clementino Ferreira, relembrou a dificuldade que sua mãe tinha nos anos 50 e 60 para comprar carne considerada de primeira qualidade:

Antigamente nós não podia comprar a carne porque era muito cara. A carne boa, carne de sertão, a gente não tinha dinheiro pra comprar tudo. Nós comprava a ossada como a costela, era o que se comia pra fazer feijoada, feijão. Tinha muitas pessoa que não tinha nem condição de comprar aquela

<sup>505</sup> VIEIRA, Sulamita. O Ceará faz a feira. In: CARVALHO, Gilmar de. (Org.). **Bonito pra chover**: ensaios sobre a cultura cearense. Fortaleza-CE.: Edições Demócrito Rocha, 2003. Pg.125.

<sup>506</sup> BARICKMAN. *Op. Cit.* Pg.96.

costela gorda, tá entendendo? Tinha muitas pessoa que não tinha condição de comprar carne. Aí se comprava cabeça de boi, cabeça de porco, pra se tirar carne de cabeça. Hoje em dia não se fala mais nisso, a vida da gente foi sofrida.<sup>507</sup>

Mais acima, vimos que Barickman ressaltou que para as populações pobres e, sobretudo, rurais da Bahia e do Recôncavo, a carne e o peixe serviam como temperos. A feirante Vitalina Souza contou que “o povo comia muita pimenta porque a carne era pouca”.<sup>508</sup> Certamente a pimenta ajudava a facilitar a ingestão de grandes quantidades de farinha, já que, a carne...

Para concluir é preciso afirmar que muito do que os feirantes e suas famílias comiam era tirado de suas próprias roças. Para dar conta da sobrevivência eles se utilizavam de vários arranjos e forjavam estratégias para suprir as dificuldades que marcavam sua vida cotidiana naqueles tempos. Mas do que uma necessidade física e humana, o que esses homens e mulheres comiam e bebiam revelam dimensões de uma cultura própria e específica, ligada umbilicalmente ao seu contexto social e econômico. Os hábitos alimentares desses sujeitos, ou seja, seus padrões alimentares, independente das necessidades, carências e dificuldades em comprar alguns alimentos, mostram costumes e tradições locais e regionais comuns e partilhadas entre eles. Limitada ou não, concebida como uma dieta pobre pela falta de variedade de gêneros alimentícios que eles tinham à mesa, conforme ressaltou Barickman, foi com essa mesma dieta que homens e mulheres feirantes enfrentaram a dureza do mundo do trabalho e criaram seus filhos. Mas que isso, essa dieta alimentar garantiu-lhes a vida e a oportunidade de estarem agora contando as suas histórias. Uma das facetas dessas histórias está associada à venda de produtos e mercadorias em épocas que ocorriam as festas religiosas, conforme veremos a partir de agora.

## **6.2 Calendário cultural litúrgico e a venda de produtos na feira**

Em meio à labuta do trabalho duro e árduo, tanto na roça quanto na cidade, os feirantes forjavam maneiras de “estar bem” participando ativamente de festas e atividades lúdicas que lhes proporcionavam prazer e possibilidade de construção de novas redes de

---

<sup>507</sup> Clementino Ferreira dos Santos. *Op. Cit.* Pg.09.

<sup>508</sup> Vitalina Souza. *Op. Cit.* Pg.09.

sociabilidades. Durante todo o ano, o mundo do trabalho dos feirantes se imbricava com um rico calendário festivo que, muitas vezes, possibilitava o cruzamento do tempo do trabalho com o tempo da festa tanto na roça como na rua, ou seja, na urbe. Em meio as festas religiosas ou profanas, em busca de lazer, arte, prazer e, sobretudo, a manutenção da fé e da devoção, eles criaram maneiras de se divertir se relacionando com as variadas linguagens culturais e religiosas que estavam ao seu alcance.

As festas não significavam apenas um momento de descanso e diversão, ou uma boa oportunidade de grandes vendagens dos produtos que eles comercializavam. Elas exprimiam uma concepção de mundo, uma forma de estar nele, bem como os valores e normas culturais da comunidade na qual os feirantes estavam inseridos. Dessa forma, a participação na festa não pode ser vista dissociada de seus múltiplos significados. Assim, existia na cidade e na região um calendário litúrgico religioso que fazia parte da cultura desses sujeitos e, conseqüentemente, essas festas religiosas de diversos segmentos e matizes espirituais e culturais, que ocorriam durante todo o ano, modificavam a paisagem da feira livre de SAJ porque muitos do que compunha tais festejos – comidas, bebidas, artefatos, roupas, dentre outros elementos – eram postos à venda e comercializados no universo da feira. Por outro lado, uma das características identitárias desses homens e mulheres das roças do Recôncavo baiano – a fé nos santos e orixás – os tornam “Gente de promessa, de reza e de romaria”.<sup>509</sup>

Então: quais eras as festas que faziam parte do calendário litúrgico religioso da cidade e região? Como era a participação dos feirantes nesses festejos? Quais produtos eram mais comercializados nessas épocas e quais imagens esses trabalhadores carregam da feira nesses períodos festivos? Essas são algumas questões que acredito serem importantes nesse momento da reflexão.

Ao estudar a presença dos santos, deuses e heróis nas ruas da Bahia, nas primeiras décadas do século XX, Wlamyra R. de Albuquerque assinala que

As festas públicas nos parecem um bom ângulo para tentarmos perceber esta velha Bahia em tempos republicanos, já que, enquanto duravam se tornavam

---

<sup>509</sup> Essa minha afirmação foi tomada de empréstimo do historiador Elivaldo Souza. Ver o interessante trabalho: JESUS, Elivaldo Souza de. **Gente de promessa, de reza e de romaria:** experiências devocionais na ruralidade do Recôncavo Sul da Bahia (1940-1980). Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador-BA., 2006.



palco de disputas sociais e políticas, assimilações e recriações culturais, todas girando em torno das formas de apropriação do espaço urbano.<sup>510</sup>

Em Santo Antônio de Jesus, também, uma das formas de apropriação do espaço público na cidade se dava a partir da participação nas diversas festas que aconteciam nessa urbe em vários momentos do ano. Uma das festas que mais seduziam os feirantes a se deslocarem de suas localidades e se dirigirem em busca da fé, de aventuras e alegrias nessa cidade eram as festas religiosas que rendiam homenagem a diversos santos católicos durante todo o ano.

O ciclo de festas religiosas abria-se com a festa de São Benedito, realizada na segunda quinzena do mês de Janeiro na Paróquia do bairro que leva o mesmo nome desse santo, atraindo a atenção de muita gente por ser uma festa bem animada e movimentada. A feirante Vitalina Souza recordou: “eu gostava da festa de São Benedito, minha mãe participava muito da festa de São Benedito. E aí a minha companheira era ela e a gente participava todo ano”.<sup>511</sup> São Benedito é um santo preto e a feirante Maria Plácida e sua filha Vitalina Souza também. Talvez essa característica atraísse bastante os devotos negros e afrodescendentes a cultuarem. Não há correspondência de São Benedito com o candomblé. Porém, na Umbanda, esse santo tem representatividade. Ele é cultuado como se fosse uma espécie de “Preto Velho”, um ancestral na cultura umbandista.

Tudo indica que, por devoção, a mãe de Vitalina Souza frequentava essa festa com assiduidade, mas sua filha, que também era feirante, “adorava” frequentar a festa de São Benedito todos os anos por causa dos atrativos que ela proporcionava. Nas décadas de 50 e 60, essa festa era movida ao som de maviosos cânticos, a igreja e seu adro eram ornados com muitas luzes e flores em abundância, parques de diversões eram montados com roda gigante, carrossel, dentre outros brinquedos, além das quermesses que despertavam a atenção de moças e rapazes. No dia da festa, a população da cidade era “obrigada” a acordar às 5 horas da manhã com uma salva de 21 tiros e várias girândolas dos foguetes. Geralmente, às 10 horas era celebrada a missa festiva que era campal e embalada por uma orquestra regida pelo maestro Sóter Barros. À tarde, belíssima charola com a imagem de São Benedito, em procissão, percorria vários trechos da cidade aos sons das Filarmônicas Amantes da Lyra e Carlos Gomes e, entre o final da tarde e o início da noite, os participantes eram agraciados

<sup>510</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Santos, deuses e heróis nas ruas da Bahia**: identidade cultural na primeira república. Revista Afro – Ásia, Salvador, n. 18. CEAO – UFBA. 1996. Pg.107.

<sup>511</sup> Vitalina Santos Souza. *Op. Cit.* Pg.33.

com várias diversões no adro da respectiva Igreja, dentre elas destacavam-se a Marujada e a Burrinha.

As apresentações da Marujada, da Burrinha e do Bumba-Meu-Boi<sup>512</sup> ocorriam nas festas de largo na cidade e também em festas religiosas na roça. O feirante João do Couro não apreciava essas apresentações porque, para ele “tudo aquilo era besteira, era tudo bobagem”. O feirante Esmeraldo da Cebola, apesar de ter assistido poucas dessas apresentações, gostava da brincadeira e da diversão que esses eventos lhe proporcionavam. Já a feirante Vitalina Souza costumava se ausentar dessas apresentações na roça por causa da longa distância que separava o lugar onde ela morava e o local onde ocorriam esses eventos. Enquanto ela e suas irmãs ficavam em casa, seus irmãos, seu pai e sua mãe se deslocavam de sua residência para apreciar essas apresentações. Os filhos homens, além de terem a liberdade de ir para as festas, podiam permanecer até a manhã, liberdade que era impedida às mulheres. Esse aspecto possibilitava a eles exercerem um maior grau de autonomia e liberdade perante as mulheres, pelo menos aquelas consideradas moças ainda não habilitadas a estarem em algumas festas fora do espaço doméstico ou estarem na rua em determinados horários.

Enquanto a feirante Maria Plácida ia para a festa da Burrinha e do Bumba-Meu-Boi nas roças para vender cocada e bolacha de goma, seus filhos se divertiam cantando, batendo palmas e correndo atrás das personagens principais dessa festa, quando não estavam realizando apostas nos jogos de azar que se instalavam nas imediações do lugar onde estavam ocorrendo as apresentações. Algumas vezes eles retornavam para casa alegres pelo fato de terem ganhado nas apostas, outras voltavam tristes e cabisbaixos porque perdiam todo o dinheiro que levaram no bolso. Mas, o membro da família considerado o jogador nato era o esposo de Maria Plácida, Antônio Pereira dos Santos, que se aproveitava dessas ocasiões e investia todo o seu dinheiro em jogos de azar. Era comum sua esposa e seus filhos vê-lo

---

<sup>512</sup> A **Marujada**, também conhecida como fandango, é originária de Portugal e um folguedo típico das regiões Nordeste e Norte do Brasil. A marujada é considerada uma importante representação cultural, de caráter popular brasileiro. Participam, deste folguedo, homens (geralmente com os instrumentos musicais), mulheres (geralmente nas danças e encenações) e também crianças. A **Burrinha** consiste em um indivíduo mascarado, que possui na cinta um balaio bem aconicionado, de modo a simular um indivíduo, cavalgando num animal. O **Bumba Meu Boi** é uma das festas folclóricas mais tradicionais do Brasil. Nessa encenação, semelhante a um auto, misturam-se danças, músicas, teatro e circo. Em cada parte do país, o boi tem um nome diferente: Boi-Bumbá, no Amazonas e no Pará; Bumba-meu-boi, no Maranhão; Boi Calemba, no Rio Grande do Norte; Cavalo-Marinheiro, na Paraíba; Bumba de reis ou Reis de boi, no Espírito Santo; Boi Pintadinho, no Rio de Janeiro; Boi de mamão, em Santa Catarina e boizinho no Rio Grande do Sul. Pesquisadores acreditam que o festejo teve origem no nordeste no século XVII, durante o Ciclo do Gado, quando o boi tinha grande importância simbólica e econômica. Na época, o animal era criado por colonizadores que faziam uso de mão de obra escrava. A lenda na qual se baseia o **Bumba-meu-boi** reflete bem essa organização social e econômica.

chegando em casa “todo mucho” por ter perdido tudo no jogo”.<sup>513</sup> Essa situação muitas vezes afetou o orçamento familiar causando transtornos.

Para Edilece Souza Couto, o Brasil herdou essas manifestações folclóricas dos colonizadores portugueses; conhecidas por danças dramáticas, elas eram ligadas às cerimônias religiosas. Ela afirma que essas festas se tornavam bastantes interessante e complexa por articular elementos das três matrizes étnicas formadoras de nossa cultura, nos auxiliando a repensar aspectos da suposta identidade brasileira.<sup>514</sup>

Assim como é complexo o caráter constitutivo dessas manifestações, as maneiras de estar na festa da Burrinha, do Bumba-Meu-Boi e da Marujada e as concepções construídas pelos feirantes sobre essas apresentações nos levam a afirmar que esses momentos revelavam também um mundo social complexo, onde várias práticas culturais ali eram encenadas. Um bom exemplo dessa dinâmica pode ser percebido na própria experiência da família da feirante Maria Plácida, descrita acima. A forma dessa família estar nessa festa pode ser um rico elemento para se pensar no imbricamento entre o tempo da festa e o tempo do trabalho que naquele momento se entrecruzavam. Na mesma festa a mãe trabalhava, os filhos cantavam e dançavam e o pai apostava nos jogos de azar.

Dessa forma, o que se percebe pelas narrativas é que a festa de São Benedito não atendia em muito o aumento das vendagens na feira livre, muito menos modificava sua imagem.

Dando sequência ao calendário católico-cristão, a Semana Santa era outro momento que tirava as pessoas da rotina conduzindo-as à devoção, veneração aos seus santos e, sobretudo, à compaixão à Cristo. A partir dos relatos, posso afirmar que é uma experiência comum à maioria dos feirantes, vivenciarem esse momento, fato este que confirmava a participação deles junto à família nuclear e vários outros membros desta, como avôs, tios e sobrinhos, na rua – cidade de SAJ – no dia de Sexta-Feira da Paixão. É emblemática a lembrança do feirante Clementino Ferreira quando afirmou que nessas ocasiões,

nós saía sempre da roça, vinha andando, de lá pra cá. Vinha 5, 6, 10, 20 pessoas, vinha andando, juntando gente. De lá para cá, vinha a pé pra gente assistir a missa na Capela. Aí, voltava para casa 10, 11, 12 horas, chegava

<sup>513</sup> Vitalina Santos Souza. *Op. Cit.* Pgs.42-43.

<sup>514</sup> COUTO, Edilece Souza. **A puxada do mastro:** transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença (Ilhéus – Bahia). Ilhéus-Ba: Editora da Universidade Livre do Mar e da Mata, 2001. Pg.137.

em casa 3 horas da madrugada. Vinha andando porque antigamente não tinha carro.<sup>515</sup>

Nessa época, os feirantes que comercializavam vários tipos de peixes sentiam e viam na feira e em seus estabelecimentos comerciais “que a maré estava pra peixe”, ou seja, um bom aquecimento nas vendas. A fala do feirante abre caminho para que possamos nos mover no espaço e no tempo da labuta e da religiosidade desses feirantes, trabalhadores da feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus, entre os anos 50 a 70 do século passado. A fé nos santos amenizava o peso das longas caminhadas que esses homens e mulheres faziam até chegar à rua. Essas longas caminhadas se repetiam também quando eles iam manifestar sua fé e devoção a outros santos na cidade. A narrativa demonstra o quanto essas pessoas eram “gente de fé e devoção”.

O calendário das festas religiosas sacudia a cidade e zonas rurais no mês de junho, quando em toda a região do Recôncavo Sul ocorrem os louvores e festejos a Santo Antônio, São João e São Pedro, e os feirantes tinham bons motivos para se alegrarem. Os festejos em louvor a Santo Antônio, padroeiro da cidade, iniciava-se no dia 31 de maio quando várias pessoas se reuniam em frente à Igreja Matriz já na madrugada. A partir das 5 horas da manhã, conduzidos pelo pároco local, os devotos saíam em caminhada percorrendo as principais ruas da cidade: rua Espera Negro<sup>516</sup> (atual rua Santo Antônio), rua Maria Nunes, rua Velha e rua Sete de Setembro, ao som de foguetes e cantando o hino de Santo Antônio. Esse ritual exercia a função simbólica de acordar a população e anunciar que estava iniciando-se naquele ano os festejos ao “santo casamenteiro”. Daí em diante, durante treze noites sucessivas, muitas pessoas lotavam a Igreja Matriz para render homenagens ao padroeiro da cidade.

Durante o período do trezenário,<sup>517</sup> a cada noite a celebração era dedicada a homenagear outras paróquias da cidade, bairros e ruas, alguns grupos sociais e até algumas instituições. Havia a noite dos comerciantes, mas, tudo leva a crer que essa celebração era dedicada aos “homens de negócios da cidade”, excluindo os feirantes, pelo menos oficialmente, dessa homenagem litúrgica, enquanto que uma das noites mais esfuziante, cuja

<sup>515</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.35.

<sup>516</sup> Esta rua era entre os anos 50 e 70 do século XX, uma das principais portas de entrada das populações negras que vinham de zonas rurais de diversas áreas da região do Recôncavo baiano para vender e comercializar seus produtos. Assim, essa denominação – rua Espera Negro – tornou-se um termo jocoso, pejorativo, no imaginário coletivo da cidade. Uma espécie correspondente ao que hoje representa o conceito negativo “Isso é coisa de preto”. Por outro lado, isso demonstra também a expressiva influência e contribuição da cultura negra na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus.

<sup>517</sup> Muitas festas dos santos católicos no Brasil são celebradas em forma de Trezenário ou Novenário. O Trezenário corresponde a 13 noites de celebrações, já o Novenário corresponde a 9 noites.

cidade “explodia” em foguetório, era a noite dos fumageiros.<sup>518</sup> Essa homenagem aos trabalhadores da cultura do fumo mostra a importância dessa atividade comercial na cidade e em toda região, que, além da tradição, rendia grandes dividendos para os produtores e proprietários de armazéns que faziam parte da elite local. Vale lembrar que esse tipo de atividade comercial começa a entrar em declínio nos meados da década de 70 do século XX.

A festa se encerrava no dia 13 de junho com uma missa que ocorria pela manhã, geralmente às 10 horas, e o ponto alto da festa era marcado com uma procissão que percorria as principais ruas da cidade. As casas que se localizavam nas ruas onde o cortejo desfilava eram enfeitadas com bandeiras, ramos verdes de plantas, e portas e janelas eram iluminadas à vela. Todo esse percurso era embalado por uma charola que acompanhava a imagem de Santo Antônio e outros andores de santos que eram também cultuados na cidade, como São Benedito e São José. A imponência desse cortejo devia-se ainda às brilhantes apresentações das Filarmônicas Amantes da Lyra e Carlos Gomes que faziam com que esses momentos fossem marcados por muita emoção entre os fiéis.<sup>519</sup>

As festas públicas na cidade de Santo Antônio de Jesus, principalmente as festas religiosas, eram marcadas pela presença cativa das filarmônicas da cidade. As Filarmônicas Amantes da Lyra e Carlos Gomes singularizavam o espaço da festa em meio às pessoas que nelas estavam presentes, levando alegria e emoção com suas performances e com as músicas executadas. Essas filarmônicas exerciam uma função social muito importante na cidade e na região.<sup>520</sup>

Além da fé no santo casamenteiro, a apresentação das filarmônicas era um dos atrativos que seduziam a feirante Elza do Café a participar desta festividade. Ela lembra que ia muita gente de outras cidades para a festa de Santo Antônio e que era uma festa muito bonita porque a missa era mais demorada e “bem mais celebrada que as de hoje”. Já para Zilda Maria Pires, esses momentos eram sinônimos de felicidade por causa da possibilidade de paquerar. Sobre o que foi mais marcante na sua experiência na cidade ela disse: “eu tinha um namorado que tocava na Carlos Gomes, aí se vestia todo daquela farda... Aí, eu gostava.

<sup>518</sup> Maria Conceição da Silva. Professora Aposentada. Rua Sóter Barros, nº 29, Centro. Santo Antônio de Jesus. Nascida em 20-12-1934. Pg.03.

<sup>519</sup> Sobre as festas religiosas na cidade de Santo Antônio de Jesus, os periódicos locais como O Paládio, A Voz das Palmeiras, O Detetive, dentre outros, se preocupavam em descrever essas festividades em suas matérias.

<sup>520</sup> Sobre a importância das filarmônicas ver: SCHWEBEL, Horst Karl. **Bandas, filarmônicas e mestres na Bahia**. Centro de Estudos Baianos. Salvador-Ba. UFBA, 1987, Pg.23. Segundo este autor, as filarmônicas eram instituições sem a qual a vida nas pequenas, médias e grandes cidades seria impensável. A filarmônica fazia parte do cotidiano do cidadão. Ela era onipresente nos acontecimentos sociais, políticos e culturais, do nascimento à morte, tanto no batizado como no casamento, na festa religiosa como no baile, embelezando e dignificando o evento, com a sua presença e a sua participação.

Sempre lembro dessa festa, eu gostava dele, aí foi marcante”.<sup>521</sup> Podemos imaginar o grau de importância desses momentos do passado e da própria arte de lembrar para essa mulher... Ela fora a única dos sujeitos dessa pesquisa que não conseguiu passar pela experiência do matrimônio, muito menos casar-se com aquele que seria seu “grande amor”.

As missas celebradas durante as treze noites da festa ganhavam um tom especial com a presença de vários padres que Saíam de diversas cidades do interior da Bahia e da capital para participar dessas celebrações. No ano de 1952, por exemplo, quando a Paróquia festejou seu centenário, nos treze dias a festa fora abrilhantada com a presença do bispo Dom Florêncio Vieira, domiciliado na sede de Amargosa.<sup>522</sup> Fato que atraía mais gente para celebrar o padroeiro.

A feirante Elza do Café acostumava marcar presença nessa festa várias noites, um dos motivos que a influenciava a participar era o parque de diversões que se instalava nas imediações da Igreja Matriz e, principalmente, a roda gigante, que era o brinquedo que ela mais apreciava. A roda gigante apareceu também nos relatos dos feirantes Elizeu da Farinha, Clementino Ferreira, Zilda Maria Pires, Esmeraldo da Cebola, dentre outros narradores que participaram desta pesquisa. Parece que esse brinquedo era um objeto de desejo que seduzia muitos homens e mulheres da roça e da rua.

Vitalina Santos Souza também participava da festa do padroeiro na cidade. Um dos motivos que fazia com que ela se deslocasse da Jueirana para participar dessas comemorações, assim como dona Elza, era o parque de diversões. Vitalina tinha muito medo de montar nos brinquedos que os parques ofereciam, mas o seu fascínio pela roda gigante fizera com que, certo dia, acompanhada de seu irmão e seu cunhado, desafiasse o próprio medo e desfrutasse das emoções e dos encantos que esse brinquedo lhe proporcionava. Ela adquiriu tanta confiança na roda gigante que não montava em nenhum outro brinquedo, “só na roda gigante”.

Vários elementos despertavam os interesses das feirantes Elza e Vitalina nessa festividade, mas o ponto alto da festa para elas, outros feirantes e muitas pessoas da região que frequentavam a urbe, era a procissão do santo padroeiro que encerrava essas comemorações no dia 13 de junho.

---

<sup>521</sup> Zilda Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.22.

<sup>522</sup> Jornal Tribuna Santantoniense, 29/06/1952. APMSAJ.

As procissões foram introduzidas no Brasil desde o governo-geral de Tomé de Souza, quando chegaram aqui os primeiros jesuítas. Segundo Mary Del Priori, no período colonial, a difusão das procissões, em dias de festa religiosa, colocava em evidência a mentalidade das populações que viam no rito processional uma função tranquilizante e protetora. Ao lidar com a demanda pietista dos colonos que viam nas procissões um apoio espiritual, a Igreja passa a lhes dar justificativas histórica e teológica. Mas, para Del Priore,

A Igreja aproveita também para disciplinar e controlar as populações. Porque as procissões são simultaneamente fenômenos comunitários e hierárquicos. Elas exprimem a solidariedade de grupos sociais subordinados a uma paróquia, reforçando os laços de obediência à Igreja e aos poderes.<sup>523</sup>

De fato, grande parte da comunidade rural e urbana santantoniense e da região se encontrava não só durante o trezenário, como também na procissão. Carregando os andores de São Benedito e São José, moradores de bairros populares e mais afastados do centro da cidade, como o Andaiá e São Benedito, encontravam-se com as camadas mais abastadas que residiam no centro. Chegando lá os fiéis se juntavam para demonstrar sua fé e, principalmente, para prestar, publicamente, as homenagens daqueles que lhe deviam graças, milagres, ajudas providenciais e indispensáveis.

Espaço de intercâmbio e interações culturais, a procissão de Santo Antônio exprimia dimensões do mundo espiritual do qual alguns feirantes faziam parte e reafirmava a presença desses homens e mulheres praticando o espaço da rua também no tempo da festa. Longe de ser um espaço isento de hierarquias, o cortejo apresentava uma ordem que, na prática, também reproduzia hierarquias sociais.

Essas diferenças eram marcadas pelo caráter multifacetado da procissão. Os fogos de artifício, que embelezavam o cortejo e asseguravam uma estética particular à festa, conferiam um grau de importância também aos homens responsáveis por tal função naquele momento. À frente do cortejo, o pároco e demais eclesiásticos, dividiam espaço com a elite local (fazendeiros, proprietários de casas comerciais como lojas de roupas e sapatos, armazéns, etc. médicos, advogados, jornalistas, dentre outros), que geralmente eram os escolhidos para fazerem parte da comissão da festa a cada ano, tradição que se mantém ainda na atualidade. Junto ao andor, homens da roça ou da cidade, ora disputavam, ora se revezavam na condução

---

<sup>523</sup> DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994. Pgs.22-23.

do Santo, excluindo as mulheres dessa função. As mulheres e os homens da roça, inclusive os feirantes, não eram escolhidas para fazerem parte da comissão da festa. Mas, mesmo diante dessa realidade, cada um marcava seu lugar na procissão.

Das festas religiosas que ocorriam na cidade, a festa de Santo Antônio era a que mais contava com uma presença massiva de homens e mulheres da roça. Mas, mesmo assim, nem todos os anos os feirantes participavam da festa do padroeiro na cidade porque moravam longe e não disponibilizavam de um meio de transporte que pudesse os conduzir até o local da festa. Uma alternativa encontrada para aqueles que desejavam homenagear “Antônio” e não podiam se deslocar até a cidade, era participar das rezas que ocorriam na roça. Lá os participantes não contavam com as luzes dos parques de diversões, mas as iguarias servidas e as cantorias entoadas iluminavam com cor e sabor a vida de vários homens e mulheres da roça nas noites de 13 de junho.

Elivaldo Souza de Jesus, em seu estudo sobre as experiências devocionais na ruralidade do Recôncavo Sul da Bahia entre os anos de 1940-1980, mostra como os homens e mulheres da roça tinham um cotidiano marcado por uma forte religiosidade que se desdobrava em rezas, ladainhas, romarias e práticas de promessas. Todavia, apesar dessas práticas também estarem inseridas no universo do catolicismo, nas roças, a festa de Antônio, por exemplo, era praticada sobre a lógica menos de um catolicismo oficial do que popular. Elivaldo de Jesus afirma que,

Entendida como tradição secular, as Rezas remontam ao período colonial e foram sendo praticadas no seio das comunidades rurais onde o catolicismo oficial pouco pregou, cedendo lugar pra um catolicismo inventado e reinventado a partir do entrecruzamento de elementos culturais ligados às tradições de negros, mestiços, índios e brancos. Dessa forma, as pessoas aprenderam a vivenciar um catolicismo próprio, rural, cujo ritual ia sendo desenhado segundo os costumes locais.<sup>524</sup>

Santo Antônio era/é um orago do gosto popular. Ficou evidente que todos feirantes nutriam um vínculo simbólico muito forte, considerado por eles sagrado, com Santo Antônio, o padroeiro da cidade. Porém, a presença na festa e os caminhos da fé ocorriam dentro das limitações individuais e sociais que lhes eram impostas a cada momento. Outro santo também de gosto popular na região do Recôncavo da Bahia era São João.

---

<sup>524</sup> SOUZA, Elivaldo. *Op. Cit.* Pgs.20-21.



O mês de junho se configurava como um período de festa muito especial para os feirantes. Na memória da maioria deles, a festa de São João se constituiu em uma das comemorações mais contagiantes, mais festiva, um momento em que som, luz, dança e alegria se mesclavam, tornando a noite do dia 23 e a madrugada do dia 24 momentos mágicos e encantadores na roça. Esse encanto e essa magia emergiram nos gestos, no brilho dos olhos e no “ar” de felicidade dos sujeitos sociais desta pesquisa. Ao lembrar as festas juninas, homens, como Esmeraldo da Cebola, em suas performances na hora da entrevista, não conseguiam ofuscar a nostalgia em relação àquelas noites de São João. Outro feirante que reviveu emoções semelhantes foi João do Couro, que lembrou dizendo:

São João na roça era bom, era bom. Aquela festa de muito milho, toda casa tinha aquela fartura, né? De milho, amendoim, um licorzinho. Aquelas pessoa que tinha condição um queijozinho. A gente saía, dificilmente as pessoa passava a noite só na casa própria. Sempre saía, um ia pra casa de um, um ia pra casa de outro. As vezes amanhecia o dia assim: um visitando o outro; aquele Viva São João! e o forrozinho. Era muito gostoso, era bom.<sup>525</sup>

A performance, não só do feirante João do Couro, mas também de outros sujeitos desta pesquisa, como é o caso dos feirantes Augusto Laranjeira, Esmeraldo da Cebola, Vitalina Souza, Antônio do Chapéu, Elizeu da farinha, Elza do Café, dentre outros, nos possibilitou pintar o quadro das vivências, das experiências e significados que esses sujeitos atribuíam a essas festas.

Um componente fundamental na festa de São João era o cardápio composto por comidas típicas que seduziam os feirantes durante esses festejos. Para aguentar dançar a noite inteira, esses homens e mulheres se nutriam e se deliciavam com muita canjica, bolo de milho, bolo de puba, milho cozido, milho assado na fogueira, amendoim cozido, laranja, galinha assada, lombo de porco. Para suavizar a garganta, bebia-se muito licor de cacau, tamarindo, maracujá, jenipapo, considerado como a bebida tradicional desses festejos, doses de aguardente Buri, Rio Fundo, Orgia e Sururu, esta última, produzida em Santo Antônio de Jesus, na destilaria de Hilário Bulhões, era uma concorrente no mercado local e na região da aguardente Orgia também produzida na cidade. Ambas eram consideradas de boa qualidade na região, e no período dos festejos juninos parecia uma procissão a quantidade de homens e

---

<sup>525</sup> João Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pg.08.

mulheres, sobretudo da roça, que se dirigiam ao Alambique de Clomar Orrico, localizado nas imediações da feira livre, para comprar a aguardente Orgia.<sup>526</sup>

Segundo o feirante Clementino Ferreira, entre os anos 1950-70, a festa de São João era forte na roça, na cidade não tinha muito festejo nem animação. Ele assegura que “todo mundo da cidade ia pra roça, onde tinha festa”.<sup>527</sup> Talvez o feirante tenha exagerado um pouco com essa afirmação, mas as narrativas indicam que era na roça que essa tradição se revelava com mais vigor.

Um dos aspectos significativos que ocorria durante a noite do dia 23 de junho e também no decorrer do dia 24, quando é comemorado o dia de São João, era as pessoas saírem de casa em casa, na roça, visitando parentes, amigos, vizinhos e conhecidos num verdadeiro ato de celebração e confraternização de laços de amizade e outras formas de sociabilidades. Essa visita consistia em um “ritual”: ao chegar à frente da casa que seria visitada, as pessoas perguntavam: “São João passou por aí?” O proprietário ou proprietária da casa e demais familiares respondiam: “passou”. Nesse momento, estava concedida a permissão para que todos que estivessem envolvidos nessa aventura adentrassem aquela residência, saudassem os donos e familiares e em seguida degustassem de todas iguarias oferecidas.<sup>528</sup>

A festa assumia uma estética singular quando o céu era realçado com muitos fogos de artifícios tocados por crianças, jovens e adultos. Os foguetes ficavam a cargo de jovens e adultos, e as crianças eram responsáveis pelos vários sons de bombas, traques de bater e as faíscas de fogo das chavinhas que coloriam o São João no interior da Bahia. Mas, o elemento principal da festa, que não poderia faltar, era o tradicional forró pé-de-serra, principalmente o do cantor Luiz Gonzaga, responsável pela vibração e alegria, e também o motivador de muitas uniões de rapazes e moças que, contagiados com o som da sanfona, iniciavam namoros que poderiam resultar em casamentos.

Na roça era comum encontrar bons tocadores de sanfona, violão, zabumba, pandeiro, dentre outros instrumentos utilizados para embalar a festa de São João, mas muitos tocadores, que residiam na cidade, durante a festa junina se deslocavam para roça e, junto aos tocadores locais, faziam grandes apresentações. Bernardo, Martinho Veiga, Ioiô, Manoel Twister e Daniel eram conhecidos na cidade e em muitas áreas rurais entre os anos 60 e 70 do século

<sup>526</sup> Maria Conceição da Silva. *Op. Cit.* Pg.02.

<sup>527</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.36.

<sup>528</sup> João Nunes dos Santos, Esmeraldo Nunes, Vitalina Souza, Elza Froes...

passado, por serem considerados bons tocadores de sanfona e violão e por suas brilhantes participações nos festejos a São João.<sup>529</sup>

Outros tocadores que se destacaram neste período foram Francisco e Chiquinho, domiciliados atualmente na cidade de Salvador, e Pedro que trabalhava nas minas de Manganês que existia no Onha, atualmente município de Muniz Ferreira. Foram homens que tiveram suas marcas registradas na memória popular por serem bons cantadores e bons tocadores de pandeiro.<sup>530</sup>

Nos relatos dos feirantes, a festa de São Pedro, considerado o Santo protetor das viúvas, não era tão animada e divertida como a festa de Santo Antônio e a de São João. No calendário das festas juninas que sacodiam/sacodem a Região do Recôncavo Sul durante o mês de junho, a festa de São João aparece como uma festividade ímpar na memória desses sujeitos. Uma das lembranças que motivam Esmeraldo da Cebola a sentir saudade daquelas noites eram as grandes possibilidades do flerte com as moças que participavam dessa festa. Esses festejos, muitas vezes, traziam grandes possibilidades de um futuro e promissor namoro.

A possibilidade de namoro também influenciava dona Marcionília e o feirante João do Couro a se sentirem atraídos por essa comemoração. Outro motivo que deixava o feirante João do Couro feliz e animado, era a grande quantidade de chapéu de palha que ele vendia no período dos festejos juninos. Este adereço era um elemento cultural importante do figurino do homem da roça e da cidade durante a festa de São João. Enquanto as mulheres usavam sortes<sup>531</sup> presas ao cabelo como símbolo de elegância, charme e de feminilidade, o chapéu de palha era a marca identitária que compunha a elegância e a beleza do universo masculino durante os festejos juninos.

Durante esse período, intensificava-se o ritmo do trabalho entre os feirantes, principalmente entre aqueles que comercializavam produtos indispensáveis ao cardápio das festas juninas. Para guarnecer a mesa se comprava e vendia muito milho, laranja, amendoim, farinha de mandioca, muita carne, principalmente colchão de porco, dentre outros produtos como o chapéu de palha e a lenha para montar a fogueira. O feirante Clementino Ferreira lembrou que ele se antecipava perguntando a várias pessoas e fregueses da rua: “O senhor quer comprar fogueira? Eu vou trazer fogueira pro São João”. Ele ainda usava outra estratégia

<sup>529</sup> Esmeraldo Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pgs.32-33.

<sup>530</sup> Idem. *Ibidem.*

<sup>531</sup> Sorte é uma flor feita de papel de seda que muitas mulheres na Região do Recôncavo Sul usavam presas ao cabelo nas noites de São João como um adereço que contribuía com o charme e a beleza do universo feminino.

com intuito de “faturar” bastante nesse período, oferecendo um trabalho personalizado, passando nas casas de pessoas que residiam na cidade de SAJ oferecendo de “porta em porta” a lenha para a fogueira junina.<sup>532</sup>

Tudo indica que outros feirantes também usavam de estratégias e astúcias para ampliar os seus rendimentos nessas épocas. O feirante Virgílio do Chapéu afirmou que “a carne da festa era colchão”. Ele lembrou que havia um feirante, considerado, por ele e outros feirantes, explorador e cujo nome ele não quis revelar, que,

Era o cara que era pra ser o dono da feira hoje, mas ele facilitou. Que naquele tempo tinha aquela coisa da tradição do São João e do Natal. Ele como era um cara que parecia sabido, mas não era. Ele chegava de manhã cedo, ele arrecadava todos os colchão da feira, colchão de porco, empilhava dentro da banca dele que era grande. Só que na hora que ele acabava de arrecadar, aí agora ele botava o preço que ele queria. Que naquele tempo o povo queria era colchão. Ganhava até muito dinheiro, ganhava, mas no caminho jogava tudo fora com jogo. Então não era sabido. Tinha essa exploração.<sup>533</sup>

O relato mostra como feirantes mais aquinhoados forjavam maneiras de suplantar seus pares no universo da feira, quebrando alguns códigos morais. É importante também por evidenciar que existiam feirantes que exploravam clientes e fregueses nesse comércio e, em épocas de festas, essa prática poderia se tornar mais comum. É provável, também, que muitos desses trabalhadores sentiam inveja e raiva do feirante explorador. Esses são sentimentos difíceis de serem mensurados, mas, com certeza, faziam parte das relações sociais que eram vivenciadas naquele ambiente.

Não é comum os feirantes falarem em suas narrativas sobre a usura manifestada por alguns desses trabalhadores, mas tudo indica que na feira livre, também, práticas de usura eram aplicadas. A solidariedade entre eles é um aspecto tão forte dessa cultura que os impede de falar com minúcias e detalhes de questões como a usura, concorrência, conflitos e desafetos dos seus pares naquele universo. Existe uma resistência muito grande por parte deles em falar sobre esses aspectos. Talvez, exista também nessa questão, a estratégia de tentarem construir uma autoimagem ou uma identidade positiva sobre si, o grupo social ou, ainda, sobre o ofício.

---

<sup>532</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.38.

<sup>533</sup> Antônio Virgílio. *Op. Cit.* Pg.24.

Outro aspecto lembrado na narrativa de Elizeu do Chapéu é o fato do feirante explorador ser viciado em jogos de azar. Muitos desses trabalhadores partilhavam tal vício que os levava a perder o dinheiro que era fruto do trabalho. Por isso tinham não só sua sabedoria questionada por seus pares e familiares, como também seus princípios, sua conduta e seu comportamento.

Na época de Junho os feirantes trabalhavam mais, mas, também, ganhavam mais, já que, “vendia muita mercadoria da roça”.<sup>534</sup> Esse era um momento em que a alegria dava um novo tom às práticas de mercadejar, proporcionando uma dinâmica em que o tempo do trabalho sincronizava-se com o tempo da festa. A feira-livre de Santo Antônio de Jesus nesse mês ganhava uma alegria e um charme singular. A feira de São João era considerada como a mais importante durante o ano porque era “na qual mais se vendia e, também, a mais animada”. Essa é a imagem que todos os feirantes que participaram desta pesquisa comungam sobre essa feira. É uma experiência comum eles a considerarem como uma feira muito especial.

Essa feira era também muito especial porque vendia tamancos, tecidos e roupas.<sup>535</sup> Nesses momentos muitas meninas da roça, aspirantes à mocidade, sentiam-se atraídas a irem para a rua comprar na feira e, sobretudo, nas lojas, as roupas e paramentos que iriam usar na festa. Muitas dessas meninas-moças eram filhas de feirantes, algumas delas já acompanhavam seus pais na labuta da feira livre, outras ainda não. Maria do Feijão, no momento da entrevista, em tom de alegria, pareceu reviver aqueles momentos contando:

Eu vinha pra feira mais meu pai, não vinha fazer feira, eu vinha passeá. Tempo de São João comprar roupa, tempo de natal também. A gente vinha de cavalo, era longe do Rio da Dona pra qui. A gente saía de madrugada, minha mãe ficava em casa. Às vezes vinha eu, mas duas ou três irmãs comprar roupa. Comprar na loja pano pra costurar, pra fazer vestido. Meu pai fazia a feira de comer, a gente comprava roupa, perfume e sapato. Naquele tempo criava galinha, vendia os ovos, pra o dinheiro comprar essas coisas.<sup>536</sup>

---

<sup>534</sup> Idem. Pg.37.

<sup>535</sup> Sobre esse aspecto ver a análise de Hamilton Rodrigues. *In*: SANTOS, Hamilton Rodrigues. **Vidas nas fronteiras**: práticas sociais e experiências de feirantes no Recôncavo Sul da Bahia – Santo Antônio de Jesus-BA – 1948-1971. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. 2007. Cap. IV – ponto 4.3 – “O tamanco e a chita”. Nessa secção o autor discute dimensões do padrão estético dos feirantes, tais como: vestuário, calçados, produtos de beleza, cabelo, etc.

<sup>536</sup> Maria dos Santos Souza. *Op. Cit.* Pg.06.

Era com o fruto do trabalho na roça que essas meninas moças conseguiam comprar roupas, sapatos e acessórios para usar no tempo da festa. A narrativa acima descortina formas de organização familiar no que diz respeito a forma como iriam conseguir dinheiro para tal anseio. A criação de animais ou o plantio e colheita de produtos agrícolas “eram a poupança” desses sujeitos. Era a forma que esses pequenos e jovens trabalhadores encontravam para poder estar bem nas ocasiões das festas.

Embragados com as cores, os ritmos e os sabores da festa de São João, entre um forró e outro, e em meio a muitos “Viva São João!”, muitos desses feirantes, em frente a suas casas ou em casas de amigos e conhecidos, firmavam novas relações de compadrio nas noites de São João. Essa relação, denominada de “compadres e comadres de fogueira”, consistia em um ato em que os “novos compadres” retiravam dois pedaços de pau acesos da fogueira e os cruzavam de maneira que esse simbolizasse uma cruz. Para ratificar esse ato, os envolvidos pegavam um na mão do outro e começavam a saltar por cima dos tições da fogueira, repetindo o mesmo ato por três vezes consecutivas. Este ritual ainda tornava-se mais interessante com as cantigas que os compadres e comadres entoavam no momento que estavam firmando essa relação. Era comum, na região, homens e mulheres tornarem-se compadres e comadres embalados por esses versos:

São Pedro, São Paulo  
 São Felipe, São Tiago  
 Hoje nós benze fogueira  
 Amanhã nós somo compade.

Juro por Deus do céu que você é meu compade  
 Boa noite meu compade, foi São João quem mandou.

A consagração da relação de compadres e comadres de fogueira não era apenas uma mera brincadeira que fazia parte da festa de São João; ao contrário, essa relação se traduzia em um firmamento cujas noções de respeito, confiabilidade, consideração e lealdade se imbricavam e nutriam a perspectiva desses homens e mulheres manterem laços permanentes durante toda a vida. Os versos que eles, em tom de muita alegria, entoavam nesses momentos, fortemente marcado por uma representação de símbolos da Igreja Católica, podem nos fornecer elementos sobre aspectos da religiosidade desses indivíduos. Vale ressaltar que,

segundo Santana, “nessa região entre as décadas de 1950-1970, o compadrio aparece como uma instituição profundamente enraizada nas tradições rurais, mas com múltiplos significados”.<sup>537</sup>

As pessoas que os feirantes escolhiam para serem seus compadres e comadres de fogueira, segundo Esmeraldo da Cebola, eram “pessoas de consideração”. Elas eram escolhidas no seio da própria família ou eram pessoas consideradas amigas, colegas do universo da feira, conhecidas ou de grande estima. Essas pessoas eram também escolhidas para batizarem seus filhos, que poderiam receber esse sacramento na roça ou na cidade. Os batizados de crianças eram ocasiões especiais em que compadres, comadres, familiares, vizinhos e amigos se reuniam para celebrar esse acontecimento com uma “comida especial”.<sup>538</sup> Consequentemente, muitas pessoas compravam na feira livre de SAJ o que seria oferecido na festa de batizados dos seus filhos. Ou seja, nesse momento de sociabilidade.

Essa comida especial consistia em bolo, galinha de quintal, feijoada e, sobretudo, o escaldado; a comida era sempre acompanhada com refrigerante, licor e aguardente. Nos dias de festa na roça, a comida especial não só atraía parentes e amigos para as residências de feirantes como também poderia causar descontentamento entre membros de uma família. Uma dessas ocasiões que contribuiu para que Vitalina e suas irmãs ficassem bastante chateadas com seus familiares foi que em um dia de São João ela e suas irmãs acordaram bem cedo e se deslocaram para tomar banho no rio Nagô, localizado nas imediações de sua residência na Jueirana, ao retornar, arrumaram-se na esperança de saborear a comida especial que sua mãe preparava, cujo prato principal era um escaldado que parecia está muito delicioso, “chega estava amarelinho”. Para a infelicidade de Vitalina e suas irmãs, na hora do almoço, apareceram alguns amigos e colegas de seus irmãos e vizinhos que ali se encontravam trocando prosa com seu pai e foram convidados para desfrutar do almoço que sua mãe, Maria Plácida, tanto se empenhara em preparar naquele dia. Segundo Vitalina Souza, “enquanto as visitas foi cumê o escaldado que chega tava amarelinho, ela e suas irmãs foi cumê carne de boi frita com arroz e farofa”. Essa situação a deixou muito inconformada porque na roça eles se alimentavam no dia-a-dia com comidas simples como: carne de boi fresca, fato, carne de sertão, mocotó, ovos, feijão e arroz, enquanto que a comida especial só era servida em dias de festa como São João e Natal. Ela confessara que ficou “puta da vida”

---

<sup>537</sup> SANTANA. Fartura e Ventura... *Op. Cit.* Pg.51.

<sup>538</sup> Esmeraldo Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pg.28-29.

naquele São João.<sup>539</sup> Naqueles tempos, a comida especial era servida primeiro para a visita, caso sobrasse, era repartida com os demais membros familiares.

Mello Moraes Filho foi um dos primeiros historiadores memorialistas a se dedicar ao estudo das festas e tradições populares no Brasil. Seu trabalho tornou-se “original” por registrar as festas populares nos quatro cantos do país, ao mesmo tempo em que as associava a uma suposta identidade nacional brasileira. Essa suposta identidade do povo brasileiro se esfacelava quando, no decorrer da análise, o autor mostra que, na prática, o exercício dessa nacionalidade ora era compartilhada por todos, ora passível de expressar diferentes matizes sociais.

Um exemplo dessa realidade é quando o autor mostra um “casamento na roça”, no interior do Rio de Janeiro, para dar um exemplo das diferentes identidades culturais entre o “povo”. Os batuques dos escravos e as valsas e quadrilhas dos convidados dos noivos realizavam-se, de início, em espaços sociais nitidamente separados. Entretanto, mais tarde, os convidados não resistiram à tentação caindo nos vários “requebros nacionais”.<sup>540</sup>

Pode ser que as festas populares expressem uma identidade nacional. Mas, a meu ver, elas expressam menos uma identidade de um “povo”, que um local de encontro, conflitos, mistura e comunhão entre todas as etnias e classes sociais. As festas trazem consigo traços que definem as regiões, a roça (campo), a rua (cidade) e suas gentes. Os relatos acima mencionados, sobre a presença e o viver dos feirantes nas festas religiosas, expressam um local de criação, de vivências, de permanência e mudanças de tradições, espaços re-elaborados e marcados por um *continuum* fluxo de ideias, pensamentos, costumes, hábitos, corpos e comportamentos que demonstram a possibilidade de um significativo trânsito cultural entre as pessoas e seus variados estilos e jeitos de ser e estar no mundo.

Outra festa religiosa que traduz o jeito de ser e estar no mundo era a festa em louvor a São José, patrono da família e dos trabalhadores rurais. Realizada na paróquia do bairro Andaiá, parece que não conseguia atrair tanto as atenções desses feirantes como a festa de Santo Antônio e a festa de São Benedito. A feirante Vitalina não costumava frequentar a festa de São José porque a distância entre essa paróquia e a localidade em que ela morava era maior em relação à paróquia de São Benedito e porque esta última era uma festa muito animada. A preferência dessa feirante pela festa de São Benedito me faz pensar na seguinte questão: Porque, apesar de ser o patrono dos trabalhadores rurais, a festa de São José não aparece

<sup>539</sup> Vitalina Santos Souza. *Op. Cit.* Pg.35.

<sup>540</sup> MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. Pg.21.



como algo significativo na memória e nas lembranças dos feirantes? Acredito que não existia na cidade nem na roça uma tradição que garantisse realizar uma grande festividade em louvor a esse santo e, conseqüentemente, não existia um aquecimento nas vendas dos feirantes no período que se dedicava ao louvor a São José. Parece contraditório ou meio que um “descaso” para com esse santo, porque é ele que “manda a chuva do mês de março, aquela chuva de plantar o milho pra dar no tempo da fogueira”.<sup>541</sup>

O calendário litúrgico religioso seguia e no dia 16 de agosto, muitos destes homens e mulheres se reuniam para louvar e celebrar São Roque, considerado pela Igreja Católica protetor dos infortúnios (doenças) que podem acometer o corpo. João do Couro gostava de participar da festa de São Roque acompanhando a procissão, geralmente realizada à tarde no Mingau, localidade onde morava, e à noite indo às festas em algumas residências de amigos e conhecidos. Uma dessas residências, que ele acostumava frequentar no período da festa de São Roque, era a casa do Sr. Militão, onde ele se divertia muito, dançando e degustando as iguarias oferecidas aos participantes da festa. Às vezes, a festa se estendia por toda a noite e quando o outro dia raiava, ele e outras pessoas ali presentes tomavam café, permanecendo na casa até o meio-dia quando era servido uma deliciosa feijoada. “O dono da casa tinha aquele prazê de fazê aquela festinha e dá até armoço”. O grau de riqueza, poder do dono da casa e a distinção social podiam ser medidos também pelo ângulo da festa, fosse ela religiosa ou não.

A participação em diversas festas religiosas, na roça ou na cidade, expressava dimensões dos modos de agir, sentir prazer, pensar, interagir, bem como a dimensão espiritual de vários feirantes que atuaram nesta pesquisa. Muitos deles praticavam devoções pessoais à santos como: Santo Antônio, São João, Nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara, Bom Jesus da Lapa, Nossa Senhora Aparecida, São Roque e São Cosme e São Damião. O feirante Clementino Ferreira possui devoção com estes últimos, herdada de sua mãe, e também com o Senhor Bom Jesus da Lapa. Isso sugere que existia também um hibridismo religioso ou um sentimento de “dupla pertença”, entre vários feirantes.

Um excelente momento para se perceber essa dinâmica e a força dessas tradições estava numa das comemorações que mais se destacava na região do Recôncavo Sul, que era a Reza de São Cosme, conhecida também como a Ladainha de Cosme.

Segundo Roger Bastide, a devoção aos santos irmãos é um culto de origem portuguesa, datada do princípio da colonização lusitana, que aqui chegando uniu-se ao culto

---

<sup>541</sup> Antônio Virgílio. *Op. Cit.* Pg.12.

africano dos mabaças, ou seja, dos gêmeos. Assim, houve uma “simbiose tão estreita que hoje é difícil de distinguir a parte propriamente africana da europeia...”<sup>542</sup>

Realizada geralmente nos meses de setembro e outubro, essa festa consistia, na maioria das vezes, em um ato de pagamento de promessas do dono da casa que estava oferecendo a ladainha aos Santos Gêmeos, uma perpetuação de uma tradição transmitida de geração a geração ou uma devoção que passa de pais para filhos, como é o caso do feirante Clementino Ferreira que a herdou o legado de sua mãe e perpetua essa tradição até os dias atuais. Assim, “Mesmo não excluindo práticas do catolicismo oficial, a devoção aos santos, amparada em orações, procissões e romarias, encarna um caráter familiar e social e, paralelamente, coletivo e individual. A fama dos santos junto ao povo advém dos milagres que realizaram e do tipo de causa que podem atender”<sup>543</sup> Clementino Ferreira foi um dos agraciados com pedidos que fizera a São Cosme e Damião no passado.

Os preparativos para a festa iniciavam-se logo ao amanhecer do dia, quando a dona da casa reunia ao seu redor, na cozinha, no quintal ou em alguma área externa da casa, várias pessoas para ajudá-la a cortar o quiabo, matar e depenar as galinhas, fazer o vatapá e o caruru, arrumar a casa e outras atividades inerentes a esse festejo. Esse tipo de comida, a forma de preparo e a solidariedade que configura todo processo são práticas que fazem parte da cultura afro-brasileira. Assim, tudo isso ocorria já em clima de muita festa e alegria, e em meio a conversas e algumas doses de vinho, licor ou cachaça, muitos casos eram recontados e lembranças de rezas anteriores eram revividas. À noite, a dona da casa recebia parentes, amigos e vizinhos, e uma rezadeira à frente, perante o Altar dos Santos, assumia o papel de sacerdotisa, entoando ladainhas e benditos em louvor a Cosme e Damião.

Quando o “caruru era de promessa”, obrigação, devoção ou preceito, geralmente, após a conclusão da ladainha, a dona da casa preparava dois pratos de caruru e colocava no altar de São Cosme e São Damião, depois estendia uma toalha branca no chão da sala, colocava sete meninos sentados em forma de círculo e servia-lhes um prato de caruru acompanhado de porções de arroz, feijão, galinha e vatapá. A proprietária ou o proprietário da casa poderia acrescentar ao prato outros ingredientes como pipoca, rapadura e cana. Os carurus dessa forma simbolizavam a presença de elementos religiosos de matrizes africanas também ali presentes. Os meninos com idades que variavam entre três a sete anos deviam

<sup>542</sup> BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Pg.194.

<sup>543</sup> SOUZA, Elivaldo. *Op Cit.* Pg.27.

obrigatoriamente comer o caruru pegando diretamente com as mãos, dispensando o uso de talheres; não era aconselhado que crianças pagãs participassem do rito.

Quando eles começavam a comer, todas as pessoas que estavam na reza, em meio a palmas, entoavam uma sequência de cânticos que embalavam e envolviam num verdadeiro frenesi crianças, jovens e adultos que participavam do louvor a Cosme e Damião. Uma das canções mais cantadas nesses momentos era:

Cosme e Damião vem comê seu caruru, isso é de todo ano fazê caruru pra tu.  
Cosme e Damião vem comê a tua galinha que isso é de todo ano rezá a tua ladainha.

Cosme e Damião, eles dois é meu, foi presente que minha avó me deu.  
Cosme e Damião, eles dois é meu, foi presente que minha avó me deu.

Quando eles estavam terminando de comer o caruru os participantes da festa começavam a cantar: “Quem comeu caruru lavar a mão, todo mundo comeu só eu não. Quem comeu caruru lavar a mão, todo mundo comeu só eu não”.

Os cânticos em louvor a Cosme e Damião revelavam uma memória que reatualizavam uma tradição numa crença religiosa, cultural e o culto a uma ancestralidade. As rezas eram espaços que de certa forma aproximavam tempos, diferentes credos religiosos, reuniam e distinguiam os sujeitos sociais. Eram festas que se repetiam todos os anos e atraíam muitas pessoas. João do Curo era um dos feirantes que se divertia muito nas rezas de Cosme e Damião na roça. Ele relembra:

Era bom, sempre eu gostava, sempre na influência de arranjá uma namoradinha, né? Era bom, (muitos risos). É, tinha a reza, tinha aquele negócio de candomblé, que eu não era chegado, mais na influência de uma namoradinha ficava por ali. Não sambava, não odeio, mas também não participava dessas coisa, não, (muitos risos).<sup>544</sup>

João do Couro confessou ser um homem que não gostava de caruru, dificilmente ele comia nas festas de Cosme e Damião. Vale ressaltar que na região muitas pessoas não comiam o caruru de Cosme e Damião em qualquer casa ou lugar com medo de ser de preceito do candomblé. Voltando à questão do feirante, ele também não era adepto à bebedeira, apenas

---

<sup>544</sup> João Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pg.18.

consumia uma pequena dose de licor que era servido. O que tornava essa festa divertida, para ele, era o fato de que as festas dos “Santos Gêmeos” se revestiam em grandes possibilidades de arranjar namoradas, o que faziam com que as noites na roça se tornassem mais aprazíveis. O depoimento desse feirante é relevante também para se pensar na relação entre o sagrado e o profano em regiões da Bahia. Estudando essa relação nesse Estado, Ordep Serra defende que

A idéia do profano só tem sentido numa perspectiva religiosa, ou seja, no domínio fenomenológico em que se opõe à noção do sagrado. Essa oposição liga as duas referidas categorias de forma necessária, numa estreita correlação. Aquele para quem não há nada sagrado, nada pode considerar profano. A religião é que divide o mundo nesses dois domínios.<sup>545</sup>

Essa relação entre o sagrado e o profano era o que fazia com que as festas das Rezas de Cosme muitas vezes durassem toda a noite e se estendessem até a manhã do dia seguinte com sambas, batucadas, às vezes incorporações de santos e caboclos e outros signos e emblemas que fazem parte do universo das religiões brasileiras de matrizes africanas e indígenas. Essa dinâmica reafirmava as diferentes convicções religiosas dos vários sujeitos que faziam aquela festa, ao passo que balizava fronteiras e ligava possíveis oposições entre o mundo profano e sagrado daqueles indivíduos. Mesmo não sendo adepto do candomblé, o feirante João do Couro prolongava suas noites no período das Ladainhas de Cosme, participando e vivenciando a seu modo.

É difícil escaparmos do dualismo – sagrado e profano. Entretanto, entendo que para perceber com mais amplitude o leque de experiências religiosas dos feirantes, é preciso romper com o nosso olhar que muitas vezes se constrói sob a ótica das oposições binárias. Assim é fundamental transpormos as barreiras da dicotomia entre sagrado e profano e irmos mais além.

Prática comum em todo Recôncavo, a realização do caruru de Cosme e Damião estava menos associado ao poder aquisitivo e à condição social do indivíduo, do que às convicções religiosas de cada um. Essa crença tornava-se tão importante que a feirante Vitalina Souza fez questão de ressaltar que na localidade da Jueirana onde morava, por exemplo, os donos de grandes propriedades rurais, como o Sr. Ranulfo e o Sr. Adalto, não acostumavam “fazer ladainhas” para os “Santos Gêmeos”. Diferentemente de Maria Plácida (sua mãe) e dona Fulô,

---

<sup>545</sup> SERRA, Ordep. **Rumores da festa: o sagrado e o profano na Bahia**. Salvador-Ba: EDUFBA, 2005. Pg.53.

que menos afortunadas, ainda assim, ano após ano, cumpriam suas obrigações com Cosme e Damião.

Em sua casa, a feirante Maria Plácida acostumava rezar as ladainhas, mas não ofertava o tradicional prato de caruru aos seus convidados, ela imprimia um caráter específico àquela festa brindando parentes, amigos e vizinhos com bolos e biscoitos, acompanhados de café, não permitindo sambas nem batucadas em sua casa. Outra preocupação dessa feirante era com a penetração de outros valores e práticas sociais no universo cultural de sua prole. É emblemática a lembrança de Vitalina sobre a reação de sua mãe quando se esforçava em participar dessas festas:

Minha mãe não frequentava, não. Porque começava com o samba e daqui a pouco já tava candomblé. Aí, a minha mãe via os povo dar caboclo e aí minha mãe dizia assim: “que nada, começou dá caboclo, vombora, vombora, vombora”. Eu era menina e ficava dizendo assim: “Por quê? Por quê? Por quê?”. Ela: “vombora, vombora, aqui não tá dano não”. Ela botava a gente na frente e ia embora.<sup>546</sup>

As narrativas de João do Couro e Vitalina Souza sinalizam uma conjectura. Os feirantes que narraram as histórias que deram cor e forma à essa pesquisa, no que diz respeito às questões associadas às religiões de matrizes africanas e outros aspectos referentes à cultura negra e afrodescendente, falam com muito receio, muitas vezes por meio de muitos silêncios e de maneira muito tímida e discreta. O que prevalece, pelo menos na hora da fala, é uma negação sistemática desses sujeitos que projetam um medo de serem ou estarem associados à símbolos e outros elementos do universo litúrgico religioso das religiões de matrizes áfricas, principalmente o candomblé. Apenas os feirantes Clementino Ferreira e Chapéu de Couro em suas lembranças, revelaram seus vínculos com essas crenças religiosas. O primeiro expressou sem timidez que sua avó era Yalorixá e curandeira. Ele ainda deixou transparecer suas raízes e ligações – não tão perigosas, como se imagina o senso comum – com o mundo e os valores da liturgia candomblecista. O segundo, o vendedor de ervas mais afamado da feira livre de SAJ, assumiu seu vínculo com as religiões de matrizes africanas, mas especificamente o candomblé. Sendo assim, é óbvio que, já que se vendiam muitas ervas e folhas na feira livre de SAJ entre os anos 50 e 70 do século passado, uma parcela dessa freguesia com certeza,

---

<sup>546</sup> Vitalina Santos Souza. Depoimento citado.

possuía algum tipo de vínculo com as religiões de matrizes africanas, mesmo que fosse na “clandestinidade”.

Essa análise me remete ao que Elivaldo Souza de Jesus percebeu também em seu estudo sobre a fé dessas gentes do Recôncavo baiano. Um dos resultados de sua observação e análise assegura que,

Os homens e mulheres, quase sempre pouco abastados, vivem essa religião mesclada no seu cotidiano. A presença dos elementos das religiões africanas no catolicismo popular é pouco comentada ou totalmente silenciada pelos devotos, que acreditam rogar e louvar a Deus apenas à moda dos brancos. Embora deixem escapar que, às vezes, consultam rezadeiras, dirigem-se a casas de curandeiras, que lhes passam banhos de folhas e lhes fazem “alguns trabalhos”, negam qualquer aproximação com cultos afros e com o espiritismo.<sup>547</sup>

Laura de Mello e Souza, num estudo sobre feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial, em uma de suas problemáticas centrais, tenta entender a especificidade da religião vivida pela população colonial, por ser essa eivada de reminiscências folclóricas europeias e paulatinamente colorida pelas contribuições culturais de negros e índios. O ponto de partida da autora é seguir a pista de uma realidade em que a vida cotidiana na colônia era pautada na convivência e interpenetração de populações de procedências várias e credos diversos. Ela afirma “É nessa tensão entre o multifacetado e o uno, entre o transitório e o vivido que deve ser compreendida a religiosidade popular da colônia e inscrito o seu sincretismo”.<sup>548</sup>

Salvo as diferenças de contextos históricos e a questão do sincretismo, este último já bastante discutido e combatido pela historiografia, as ideias de Laura de Mello servem para se refletir sobre os desdobramentos e as várias configurações que a religiosidade popular assumiu no Brasil. O século XX trouxe consigo nuances dessa realidade, que talvez nos possibilite afirmar: só é possível entender as crenças e a religiosidade popular, sobretudo quando se trata da maioria das populações que habitam a Região do Recôncavo Baiano, como um credo que se desenvolve e se concretiza dentro de um espaço multifacetado, completado com um conjunto de práticas que dão cor e forma a um tipo determinado e bem definido de espiritualidade e materialidade que é vivida através da experiência cotidiana. Aqui penso a vida festiva como um lugar onde mesclas culturais de crenças e credos diferenciados

<sup>547</sup> SOUZA, Elivaldo. *Op. Cit.* Pg.38.

<sup>548</sup> SOUZA, Laura de Melo e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Pg.99.

interagiam, negociavam e se conflitavam na circunstância da festa. Como bem lembra Ronaldo Vainfas, “Símbolos e ritos originariamente diversos entremeiam-se na perspectiva do exercício da fé e da religiosidade e acabam por alicerçar um “complexo híbrido de culturas.”<sup>549</sup> Assumidamente católica, a presença da mãe de Vitalina na festa, em um ambiente em que rolava muito samba e os caboclos baixavam, é a prova disso.

As Rezas de Cosme e Damião eram espaços onde não apenas o sagrado interagia com o profano, mas, também, espaços de conflitos para aqueles que comungavam de convicções religiosas diversas. Os “porquês” de Vitalina à sua mãe, conforme sua narrativa, mais acima, traduzem a inocência de uma menina negra ainda em idade juvenil; que gostaria de saber sobre aquilo que para ela era desconhecido, mas, quem sabe, já a tocava em suas emoções, sensibilidades e, talvez, em algo que foge à nossa van dimensão material ou capacidade para a explicação dos fenômenos e das coisas. Mas, os “porquês”, também, problematizam a história e a vida cotidiana, por trazer implícitas questões referentes a noções e ideias de respeito, tolerância/intolerância, e de que cultura católica pode se falar no Brasil. Acredito que a concepção e as noções trazidas por Hoornaert<sup>550</sup> sobre essa questão se adequam à essa realidade que era vivenciada pelos homens e mulheres feirantes do Recôncavo da Bahia.

Na labuta do dia-a-dia, limites e fronteiras eram balizados por meio de múltiplas maneiras de relacionamentos. Apesar de não gostar de participar de Rezas de São Cosme e Damião que tivesse batuque, samba e outros rituais que lembrassem ou fizesse parte do Candomblé, a feirante Maria Plácida mantinha relações de amizade com um Babalorixá – pai de santo – que morava próximo à sua residência na roça, o qual, ela afirmava, era uma pessoa “gente boa” e gostava muito dele, mesmo proibindo seus filhos de transitarem nas mediações

<sup>549</sup> VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo. Companhia das Letras. 1995. Pg.110.

<sup>550</sup> O autor analisa o simbolismo religioso das camadas populares, entre 1550 e 1800, propondo uma discussão acerca da definição desse catolicismo. Para ele, o catolicismo popular se refere a uma religião original, construída no seio das comunidades populares, mesclando elementos da cultura dos índios brasileiros, negros africanos e portugueses. Algumas atitudes em relação ao catolicismo popular são combatidas por Hoornaert, a exemplo daquelas que o entendem ou como parte indistinta do catolicismo estabelecido, que funciona como elemento confraternizador entre os diferentes grupos humanos, ou como um catolicismo distinto, mas cuja originalidade e valor lhes são negados. A primeira das atitudes sugere a idéia de que a miscigenação pode constituir “uma base válida para um diálogo entre iguais, capaz de formar um povo com sentimentos comuns.” o que pressupõe a aceitação de um catolicismo integrador, sem distinção. A segunda atitude, assumida pela própria Igreja Católica, entende-o como a interiorização da opressão pelos pobres, cujas almas aderem de modo passivo e submisso ao sistema. Em contrapartida a essas atitudes, o catolicismo popular assume o caráter de religião distinta, original e complexa – dada a própria complexidade da cultura popular brasileira. Ver: HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro – 1550-1880*. Petrópolis: Editora Vozes 1991. Ver também o interessante trabalho de JESUS, Elivaldo Souza de. *Gente de promessa, de reza e de romaria: experiências devocionais na ruralidade do Recôncavo Sul da Bahia (1940-1980)*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador-BA., 2006.

de seu terreiro e de participarem das festas e cerimônias que lá ocorriam. Na cidade de Santo Antônio de Jesus também era comum a perseguição e repressão às pessoas que professavam religiões de matrizes africanas. Como sabemos, as perseguições às religiões de matrizes africanas já existiam desde o período colonial. Porém, a criminalização dessas práticas foram institucionalizadas no primeiro Código Penal brasileiro, que data de 1891. A perseguição e repressão aos adeptos das religiões de matrizes africanas ultrapassaram as barreiras do tempo e, durante todo o século XX, ainda mostraram o seu vigor. Um bom exemplo dessa realidade está no Código de Posturas Municipal da cidade de Santo Antônio de Jesus, conforme demonstrei no primeiro capítulo desse trabalho.<sup>551</sup>

Os festejos aos “Santos Gêmeos-amigos”<sup>552</sup> não se restringiam apenas à zona rural; na cidade de Santo Antônio de Jesus, praticamente em todas as ruas, muitas casas nos meses de setembro e outubro celebravam Cosme e Damião. O grau de importância e a amplitude desses festejos podem ser melhor compreendidos em muitos anúncios publicados com frequência nos meses de agosto (quando começavam os preparativos para a festa), setembro e outubro, em jornais da década de 50, sobretudo no Jornal O Detetive, nos quais muitos donos e donas de casas, ao convidarem os diretores e repórteres do jornal, anunciavam a data em que realizariam a Ladainha de Cosme e os atrativos que ofereceriam aos participantes da festa naquela noite. Um dos vários anúncios publicados no Jornal O Detetive dizia:

Rua Maria Nunes, n 8 – Srs. Diretores d’O Detetive, como nos anos anteriores, faço questão vossas presenças nas festas de Cosme e Damião, efetuarei dia 30, contando concurso gentis senhorinhas nos tradicionais e suaves hinos. Além das vozes excelentes e melodiosas dos jovens Manoel Jambreiro e Alvorino Vargas, que farão ouvir depois da devoção com suas modinhas, assim também se manifestarão no gozado candomblé, nossos camaradas: Ernesto, Lindo, Astério, Jesuíno, Bernardo Joãozinho e muita gente... O caruru será um sucesso e a orgia tomará o seu predileto lugar. – Aguardo as vossas pessoas e ficarei satisfeito se ouvir um improvisado d’um representante da imprensa. Gracindo.<sup>553</sup>

O anúncio do jornal confirma a preocupação de Gracindo em repetir com glamour e muita pompa a tradição de rezar as Ladainhas de Cosme e Damião. O anúncio revela ainda a

<sup>551</sup> Sobre as perseguições às pessoas que professavam religiões de matrizes africanas ver o trabalho Nas Encruzilhadas da Cura... *Op. Cit.* E a interessante obra: REIS, João José. **Domingos Sodré – um sacerdote africano:** escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Parte 1 – A polícia e os candomblés no tempo de Domingos.

<sup>552</sup> A expressão: “Santos Gêmeos-amigos” foi utilizada por um repórter do Jornal O Detetive em 1º de Outubro de 1950. AP. Este Jornal era uma publicação da imprensa local, impresso semanalmente.

<sup>553</sup> Jornal O Detetive, nº 209. 09 de Setembro de 1951, ano 5. Arquivo Particular.



preocupação com a festa que se completaria com muita música, batucada, candomblé e orgia. Todavia, algumas expressões que aparecem nesse anúncio do jornal nos levam a algumas indagações. Como é que o dono da reza de Cosme faz um convite e já prevê que nessa festa irão se manifestar, “cair no santo”, algumas pessoas convidadas e, ainda, chama de gozado candomblé? Será que o dono da festa, e quem sabe, o caruru fosse de preceito faria um convite dessa forma? A orgia a que se refere o convite seria a cachaça ou de fato a representação que ele fazia de sua festa?

Talvez, pelo fato desse periódico se identificar como um jornal humorístico, literário e noticioso, o articulista dessa matéria tenha exagerado no quesito humor. Mas, o que se pode afirmar, de fato, é que a maioria dos Carurus de Cosme e Damião na roça ou na cidade, eram festas em que havia muito samba e candomblé. Nessa perspectiva, nas festas dos santos-gêmeos, dimensões do Catolicismo Popular eram recriadas, assim como dimensões das religiões de matrizes africanas como o candomblé eram sentidas, vivenciadas e professadas por vários grupos sociais na cidade de diferentes formas. Talvez seja interessante pensar como na prática da vida cotidiana esses dois credos se cruzavam.

O glamour e a pompa que revestiam algumas dessas Rezas de Cosme e Damião poderiam ultrapassar qualquer limite e abrir possibilidades de entendimentos da relação direta entre fé e poder entre aqueles que rendiam homenagens aos “Santos Gêmeos”. Em certa ocasião, um devoto desses santos, denominado Madeira, morador da rua Maria Nunes, nº 22, festejou Cosme Damião por três dias consecutivos. O dono da casa, além de oferecer um baile e chulas<sup>554</sup> calorosas de candomblé aos participantes, contratou uma hábil doceira da cidade do Rio de Janeiro para confeccionar com arte e beleza um lindo bolo que ele denominara de Cosme e Damião. Segundo o Sr. Madeira, figuras de alto valor na cidade se deixaram contagiar pelo entusiasmo excessivo que marcara a sua tradicional festa de Cosme e Damião naquele ano.<sup>555</sup>

Talvez seja possível pensar que as camadas mais abastadas se preocupassem com o glamour e a pompa da festa, enquanto que as camadas mais populares se preocupavam mais com a fé e a devoção. As fronteiras dessa questão podiam ser diluídas na hora do samba, já que, aos seus modos e jeitos, homens e mulheres, brancos, negros e indígenas, pobres e ricos, encenavam seus passos. Conforme Elivaldo Souza de Jesus, “enquanto uns se fartavam das

<sup>554</sup> Chula é uma dança e gênero musical do Recôncavo Baiano. O ritmo é parte da cultura afro-brasileira. Nas festas populares a dança é bastante apreciada e envolve os observadores com seus passos curtos e movimentos cíclicos. É uma vertente do samba de roda.

<sup>555</sup> Jornal O Detetive. Santo Antônio de Jesus-Ba. Nº 212. 30 de setembro de 1951, ano 5. APMSAJ.

comidas oferecidas, outros já sambavam ou ensaiavam os primeiros passos do brinquedo de roda, que podia se estender pela madrugada. Tanto homens quanto mulheres, embalados pelas “chulas” cantadas, apresentavam seus requebros harmoniosos ou desajeitados”. O autor ainda afirma algo que nos serve para pensar a multiplicidade da performance dos corpos desses sujeitos, sobretudo das camadas mais populares.

os corpos figuravam como interlocutores diante dos ícones sagrados. Eram os mesmos corpos, enrijecidos pela dureza do trabalho agrícola, que se amoleciam para sambar e delineavam, no cair dos braços, no bailar dos pés, no levantar da cabeça, no saracotear da cintura, um outro significado à sua imagem. Perante os santos e santas, os corpos viam-se à vontade para escapar da postura que a vida lhes impunha cotidianamente e, junto com suas almas, elevavam-se em graça e alegria.<sup>556</sup>

Os festejos em louvor a Cosme e Damião atribuíam poder e respeitabilidade aos organizadores da festa. Charles D’Almeida Santana, ao analisar a dimensão das festas religiosas, sobretudo, as Ladainhas de Cosme e Damião entre os trabalhadores rurais da cidade de Conceição do Almeida e Santo Antônio de Jesus, afirma

[...] Que nos atos religiosos, era atribuída dignidade aos participantes, independentemente de suas idades, sendo que o organizador, orgulhoso, adquiria respeito. Uma religiosidade de caráter festivo, que se distanciava do sacrifício, do auto-flagelo, do pecado e da punição, aproximando-se da felicidade e do prazer, do colorido integrado ao cotidiano [...].<sup>557</sup>

O cruzamento das narrativas de João do Couro e Vitalina Souza com os anúncios publicados no Jornal O Detetive nos leva a afirmar que, tanto na roça quanto na cidade, as Rezas de Cosme e Damião se traduziam em festas frenéticas, contagiantes, símbolos de prazer, alegria e felicidade, cujas possíveis noções de pecado eram silenciosamente questionadas ou re-elaboradas naquele momento. Ali poderia ser o espaço da contradição, mas poderia ser também o espaço da pluralidade, da harmonia, onde o sagrado e o profano se demarcavam e se aproximavam, se materializavam e se reafirmavam a partir das relações e práticas sociais que naquele momento se manifestavam.

<sup>556</sup> SOUZA, Elivaldo. *Op. Cit.* Pg.53.

<sup>557</sup> SANTANA. Fatura e Ventura Camponesas. *Op. Cit.* Pg.63.

Alguns feirantes participavam também das Ladainhas de Cosme na cidade. Naquela época, não consistia em obrigatoriedade ser convidado pelo anfitrião da festa para poder participar, ao contrário, era uma tradição que todo mundo que chegasse em alguma casa onde estivesse sendo oferecido o caruru se integrasse à festa. Outros feirantes tinham um motivo muito especial para gostarem deste período do ano entre os meses de setembro e outubro.

Durante esses meses os feirantes que mercadejavam produtos que eram utilizados para compor a festa de Cosme e Damião, como o quiabo e a galinha, tinham suas vendas intensificadas. Augusto Laranjeira se sentia muito feliz nesse período, porque as Ladainhas de Cosme e Damião, que ocorriam tanto na roça quanto na cidade, movimentavam bastante seu comércio. Nesses meses ele vendia muitos pratos de argila chamados caxixi, utilizados para colocar caruru no altar dos “Santos Gêmeos”, muringas, potes e talhas para depositar água, frigideiras e panelas, puritanas de Cosme, dentre outros objetos de argila que eram utilizados como paramentos nas rezas de Cosme e Damião. Além dele, as narrativas indicaram que outra feirante que também comercializava esse tipo de produto, chamada Vitalina do Pote, também lucrava muito nesse período<sup>558</sup>. É importante lembrar que esses artefatos de cerâmica e barro, principalmente o alguidar,<sup>559</sup> são muito utilizados nos rituais e cerimônias das religiões de matrizes africanas que reverenciam diversos orixás e entidades durante todo o ano, pois existe o calendário litúrgico dos terreiros (processos de iniciação, feitura de santos, além das festas de santos e orixás, etc.) que também movimenta as feiras e mercados.<sup>560</sup>

Esmeraldo da Cebola vendia bastante azeite no “mês de Cosme”. Mulheres e homens da rua e da roça para a barraca desse feirante se dirigiam na busca desses produtos. Esse era outro momento onde o tempo do trabalho harmonizava-se com o tempo da festa de Cosme e Damião. A feira livre nesse período ganhava uma áurea mista, colocando-se na intersecção da sacralidade e a profanação. A devoção, a festa sagrada e profana começavam na feira livre. Isso sugere que os feirantes e a própria feira livre, adaptavam-se ao calendário festivo da cidade e região em suas múltiplas faces e especificidades.

O calendário festivo dos feirantes encerrava-se no mês de dezembro com as festas natalinas e de final de ano. As festas do natal aparecem na memória dos sujeitos dessa narrativa como um festejo simples, quando se fazia comida especial, mas sem a animação,

<sup>558</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.39.

<sup>559</sup> Alguidar é uma vasilha circular feita de barro (Argila), utilizado nos rituais das religiões afro-brasileiras para fazer assentamentos “igba orixá” ou oferendas dentro do terreiro aos Orixás, caboclos e Exús.

<sup>560</sup> VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva; BARROS, José Flávio Pessoa de. **Galinha D’Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2012. Pg.08.

divertimento e as múltiplas possibilidades que outras festas poderiam lhes proporcionar. Mesmo assim, os feirantes se preocupavam em comprar uma roupa nova para a ocasião e sair visitando várias casas de amigos e vizinhos que montavam presépios em suas residências para homenagear o nascimento do menino Jesus. Os mais pobres não faziam presépio porque as condições financeiras não lhes permitiam como é o caso da família do feirante João do Couro.<sup>561</sup>

No natal, também era outro momento em que o feirante Augusto Laranjeira aumentava seus rendimentos porque era um período em que muita gente tinha a tradição de montar pequenos presépios em suas casas. Esse feirante vendia muitas peças de argila para a montagem do presépio de Natal. Outra mercadoria que vendia em abundância nesse período era a carne – o famoso colchão de porco.

O trabalho árduo na roça ou na cidade não significava a ausência de lazer e divertimento na vida dos feirantes. Na ambivalência entre o profano e o sagrado, entre Rezas de Cosme e Damião, festa do Padroeiro na cidade e São João na roça, correndo atrás de Burrinhas e Bumba-Meu-Boi, sem luz elétrica ou meios de transportes mais eficientes, esses homens e mulheres participavam ativamente de festas e diversões, souberam aproveitar as condições e possibilidades que eram possíveis em cada momento, imprimindo-lhe um caráter peculiar que nos permite perceber os sentidos e usos do tempo livre; mais do que isso, souberam ainda usar da criatividade para criar uma sincronia efetiva entre o tempo da festa e o tempo do trabalho.

Nesses encontros de pessoas, culturas, religiões, formas de lidar com as coisas deste e do “outro mundo”, uma variedade de combinações ocorreram. As festas religiosas eram frutos dessas combinações. Eram datas e momentos especiais da cultura desses homens e mulheres que muito traduzem seus costumes. Aqueles eram tempos e espaços onde a fé e os rituais eram exercitados por uma maioria iletrada. Assim, a oralidade assume uma dimensão crucial dentro da cultura dos feirantes. É ela a principal forma de transmissão das tradições e costumes desses homens e mulheres também trabalhadores do Recôncavo baiano.

A oralidade que esses homens e mulheres usavam na feira para comercializar seus produtos e desenvolver outras relações nesse universo era a mesma oralidade que utilizavam para fazer suas rezas, promessas, devoções e compromissos à seus santos e orixás. Era dessa maneira que os sujeitos experimentaram e construíram suas práticas religiosas. Assim eles

---

<sup>561</sup> Esmeraldo Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pg.25.

foram/são *homo religiosus*, que acreditam sempre que existe “uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo, que aqui se manifesta, santificando-o e tornando-o real. Crê, além disso, que a vida tem uma origem sagrada e que a existência humana atualiza todas as suas potencialidades na medida em que é religiosa, ou seja, participa da realidade”.<sup>562</sup> Dessa maneira, posso afirmar que, a fé e a devoção em santos, caboclos e orixás também serviram para garantir a sobrevivência desses sujeitos sociais.

Após nossa incursão pelo calendário litúrgico religioso que movimentava as roças e as ruas, mas, também, a feira livre de SAJ em várias épocas do ano de maneira diferenciada, vamos para a Berganha, um lugar especial na feira onde também se comercializava “mercadorias sagradas” para pessoas que não eram católicas e professavam outras crenças religiosas.

### 6.3 A “berganha”: um lugar especial na feira livre de SAJ

“É pra vender. Quando dizia assim: é Berganha. Aí todo mundo sabia pra onde era. Ia pra lá. Ia pra lá comprar, vender e berganhar também”.<sup>563</sup> Uma leitura mais acurada desse pequeno fragmento retirado da narrativa do feirante Clementino Ferreira, permite-nos captar a força e importância que a Berganha exercia na feira livre de Santo Antônio de Jesus entre os anos 50 a 70 do século passado. Mas, o que era essa tal de Berganha?

A experiência em observar diversas feiras no Nordeste do Brasil no final da década de 60 do século XX até escolher a feira livre de Brejo Grande, região do Baixo São Francisco em Sergipe, como foco central de seu estudo que resultou numa tese de doutorado, conduziu o pesquisador Luiz Mott a afirmar que

São de duas ordens os critérios que ditam a distribuição das mercadorias ao longo do espaço da feira: a primeira tem a ver com a dominância exercida pelos produtos industrializados face à produção local (...). Um outro critério, este não baseado em considerações classistas, poderia ser chamado de funcional. Certos produtos são convencionalmente comercializados nas periferias da feira, onde há menor densidade de traficantes, devido aos incômodos e prejuízos que causariam se comercializados no meio da feira.<sup>564</sup>

<sup>562</sup> ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992. Pg.164.

<sup>563</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.41.

<sup>564</sup> MOTT, Luiz. *Op. Cit.* Pgs.64-65.

Essa afirmação de Luiz Mott não pode ser aplicada de maneira indiscriminada, muito menos à realidade das feiras livres do Recôncavo da Bahia. Em Santo Antônio de Jesus, por exemplo, não eram os produtos industrializados que predominavam, ao contrário, eram os produtos locais, de toda a região, sobretudo, a farinha de mandioca, que exercia o reinado no império da feira, cujo palácio, o Barracão da Farinha – Mercado – era o lugar central, principal espaço de comercialização do produto, mesmo sabendo que também era vendido em outros locais da feira, a céu aberto.

Apesar da farinha de mandioca ser a grande estrela no Barracão da Farinha – que data do ano de 1893 – ali também se comercializavam panos bordados, beijú de palha, tapioca, rapadura, feijão, açúcar, preá, carne de tatu, carne de jibóia e outros tipos de caças, passarinho, bonecas de pano...

Além de ser um espaço onde se encontrava uma diversidade de produtos, o Barracão da Farinha configurava-se em um lugar em que múltiplas atividades se desenrolavam em sintonia com a dinâmica da feira livre e também da vida cotidiana da urbe. Um exemplo dessa realidade ocorria durante a festa do padroeiro da cidade, quando durante os dias da semana, exceto sexta-feira e sábado, esse local tornava-se espaço de lazer e diversão com quermesses, jogos de preá,<sup>565</sup> jogos de vispa (bingos), dentre outras atividades. Em períodos de eleição, o Barracão da Farinha servia de palco para a realização de comícios de candidatos a prefeitos, vereadores e deputados. Durante a folia do micareta, tornava-se um salão onde a alegria de momo reinava. Nessa perspectiva, o Barracão da Farinha – o Mercado – era um espaço funcional que dava operacionalidade aos anseios e às necessidades cotidianas dos vários sujeitos sociais oriundos da rua e da roça, ao sabor das conjunturas e circunstâncias.

O segundo critério que Mott sinaliza está associado à funcionalidade. Segundo ele, há uma preocupação em não causar transtornos e incômodos à todos aqueles que para a feira se dirigem, mas, sobretudo, os compradores e fregueses. A priori, animais de grande porte deveriam ser comercializados na periferia da feira ou em áreas mais afastadas do centro dela.

Bem ao contrário da realidade descrita acima por Mott, a Berganha era um espaço na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus, específico de comercialização de animais de

---

<sup>565</sup> Esse jogo consiste em colocar várias casinhas feitas de madeira, papelão ou outro material qualquer, em forma circular. Essas casas devem estar numeradas e os apostadores escolhem em qual o número querem apostar. O jogo inicia-se quando o dono da banca coloca uma Preá dentro de algum espaço, fazendo movimentos que possam deixar o animal atordoado. Ao soltar o animal, ele deve entrar em uma das casas numeradas, dando a vitória no jogo ao apostador que escolhera aquele número da casa na qual a Preá entrou.

grande e pequeno porte. Esse lugar ficava bem próximo do centro da feira, em suas imediações, conforme podemos visualizar no croqui que já foi apresentado na página 172.

A Berganha, por ser considerado um dos espaços mais importante no universo desse mercado ao ar livre, pode ser visto também como um quarto espaço “monumento” nesse cenário e, talvez, mais frequentado que a própria igreja matriz em dias de feira, o mais movimentado dentro da feira livre e de grande valor material e simbólico para homens e mulheres da roça e da rua. A Berganha pode ser vista como mais um lugar comum de comercialização, ou seja, compra e venda de mercadorias. Mas, a potencialidade desse lugar estava na ideia de ser “o lugar das possibilidades”, onde tudo era possível no mundo do mercado e no processo de comercialização e troca de mercadorias. Com muita propriedade, os feirantes lembraram a dinâmica desse lugar e alguns fatos que marcavam o dia a dia na Berganha. Sobre as possibilidades que ela proporcionava, Clementino Ferreira lembrou que lá,

Trocava um animal por outro, vendia um e comprava outro; trocava um animal mais velho por algum mais novo. Dava volta, era isso que chamava Berganha. Às vezes, você vendia um animal velho e comprava mais novo, mais bonito. Trocava um cavalo por um boi, trocava um cavalo por um bode. Trocava um boi por outro, um maior por um menor. Às vezes, vendia um menor e comprava outro maior, vendia um maior e comprava outro menor.<sup>566</sup>

A partir das narrativas percebemos que a Berganha era um lugar importantíssimo na feira livre e para a vida de muitas pessoas. Nesse ambiente, pobres, remediados e ricos tinham um leque de opções no processo de compra e venda de animais. O que chama atenção é que, na Berganha, fazendeiros e grandes proprietários de terras que criavam animais como bois, cavalos, burros, bodes, dentre outros, em dias de feira tornavam-se feirantes e compradores ou, até mesmo, fregueses, pois estavam lá vendendo e comprando esse tipo de mercadoria.

De acordo com as lembranças do feirante Elizeu da Farinha e outros trabalhadores, lá fazendeiros e grandes proprietários rurais de várias cidades do Recôncavo baiano (Amargosa, Nazaré das Farinhas, Jaguaripe, Laje, Mutuipe, Dom Macedo Costa, Aratuípe, Castro Alves, Cruz das Almas, São Miguel das Matas, Elizio Medrado, dentre outras) e de outras regiões,

---

<sup>566</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.41.

municípios e Estados do Brasil como Ipirá, Mundo Novo (MS), Monte Azul (MG), etc. iam vender seus rebanhos de gado e tropas de cavalos, burros e jumentos.<sup>567</sup>

A Berganha era um local de grandes expectativas no ramo dos negócios para os ricos, mas também era bastante significativo para as camadas mais populares. Naquele lugar uma das práticas mais comum e de suma importância para os pequenos proprietários rurais era o poder de barganha que existia e a possibilidade de comprar mais barato, já que, poder trocar um animal por outro, podia-lhes garantir a solução para seus problemas mais imediatos. O relato do feirante Clementino Ferreira elucida um pouco essa dinâmica: “Minha mãe comprou muito gado fiado. Dava o prazo, aí ela voltava, vendia roça, vendia porco, vendia essas coisas lá e trazia o dinheiro pra pagar. Vendia fumo, fazia o dinheiro lá e trazia pra pagar o gado”.<sup>568</sup>

A narrativa do feirante confirma que a Berganha era frequentada não só por homens. As mulheres também marcavam sua presença negociando de várias formas. A mãe desse feirante comprava e também vendia na Berganha. Não foi possível com a pesquisa identificar se nesse ambiente havia uma divisão do trabalho baseado em prerrogativas de sexo, cor, etnia, raça e classe social. Todavia, ficou evidente que a predominância nesse ambiente era da ala masculina.

Lá se vendia à prazo, fiado, com grandes descontos e, sobretudo, se praticava a troca. Sobre esse procedimento, um dos nossos narradores nos permite visualizar com muita minúcia um momento dessas negociações: “trocava um bode por um burro. Era só querer, chegar o preço um no outro. Aí dizia assim: “Quanto é que você quer nesse animá? Vamos trocar?” “Vamos”. “Quanto é a vorta\*?” Dizia: “Tanto. Eu faço tanto”. “Eu dou tanto”. Até chegar o preço um no outro e aí trocava”.<sup>569</sup> Essa era na maioria das vezes a maneira como se desenrolavam as relações comerciais na Berganha. Muita gente conseguiu trocar seu burro velho por um burro novo naquele lugar.

As relações comerciais, as formas e práticas de mercadejar também causavam tensões e conflitos no espaço da Berganha. Zeca Cotó era um homem visto como “o problemático” no universo da feira livre de SAJ. Ele vendia carne e osso. À tarde saía caminhando pela feira vendendo carne virada. Saía gritando: “carne virada, o preço é tanto”. Quando oferecia o povo não queria comprar ele brigava, pois queria que o povo comprasse a pulso\*”.<sup>570</sup> Zeca Cotó também se desentendia com outros feirantes por causa dos preços. Ele era um frequentador

<sup>567</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.36.

<sup>568</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.44.

<sup>569</sup> Antônio Virgílio. *Op. Cit.* Pg.43.

<sup>570</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.44.



assíduo da Berganha onde comprava gado e transportava até a sua fazenda para abatê-los e em seguida levá-los para comercializar na feira. Talvez, esse seja um bom exemplo de um feirante que praticava a usura nesse universo. A usura é um termo bíblico e sua prática vincula-se à tempos bem remotos. A usura significa mesquinhagem, avareza, agiotismo, ambição, ganância e lucro excessivo. Sendo assim, as feirantes que eram vistos como sujeitos que praticavam essa ação, não eram bem vistos por seus pares, já que, dentro do código ético e moral da cultura desses trabalhadores a usura era algo execrável, pelo menos, para uma boa parte deles.

Outro momento de tensões e conflitos que causavam grandes discussões e, principalmente, “bate bocas” entre feirantes, no espaço da Berganha, era quando um animal brigava com outro. A briga dos animais se transformava em conflitos entre seus donos causando muitas confusões e brigas entre eles. Segundo relatos, era o povo que tinha de apartar os brigantes. Isso ocorria porque não existia uma divisão espacial na Berganha para que cada comerciante expusesse suas mercadorias em separado. Os animais ficavam todos juntos, uns perto dos outros.

As evidências mostraram que apenas o lugar era cercado, mas parece que a cercania era bastante frágil, condição que colocava muitas pessoas em vulnerabilidade porque em muitos momentos o inesperado ocorria: “boi e vaca escapulindo pelo meio da feira e da rua, acabando com tudo. Era mei mundo correndo assim pelo mei da rua quando escapulia”.<sup>571</sup> Nesses momentos o medo e a aflição pairava no ar atemorizando fregueses, clientes, feirantes, dentre outros sujeitos sociais que frequentavam o universo da feira livre e adjacências.

As representações dos feirantes sobre a maneira como eles compreendem esse espaço parecem convergir, no que diz respeito à forma como eles o definem. Para Elizeu da Farinha, era um “Setor”; já para o feirante Clementino Ferreira, era um “lugar reservado”. Isso só caracteriza a especificidade desse lugar na feira livre. Era também nesse setor que ocorriam episódios engraçados, verdadeiros espetáculos protagonizados pelos animais de grande porte porque,

Os animais fugiam, quebravam o cercado e quando caíam na rua fazia bagaceira. Acabava com a feira. Todo mundo saía correndo. Era boi, cavalo brabo, jegue valente. Às vezes, quando escapulia, quando via uma jega

---

<sup>571</sup> Idem. Pg.41.

assim, ia pra cima da jega, quando estava no cio, era muita gargalhada. (muitos risos)...<sup>572</sup>

A cena é digna de um realismo grotesco baktiniano. Com certeza, muita zombaria e gargalhadas eram manifestadas pelos transeuntes. A sonoridade era uma das áureas da Berganha, mas parece que causava incômodos. A memória sonora de um dos feirantes relembrou “os sons... o pior animal era o jegue. Fazia muita zoadá. Berganha era assim, cavalo e jegue, Ave Maria! E jegue pior”.<sup>573</sup> Existia uma diversidade sonora do mundo animal na feira livre que pode ser percebida também por meio do relato da feirante Vitalina Souza, quando relembra sobre as barracas nas quais se vendiam carne:

Tinha assim aquelas barraca de carne do sol, carne de sertão, tudo assim pelo mei da rua, assim por ordem, né? Bem de um lado verdura, do lado de cá carne, carne e aqueles ossos que hoje a gente nem tem, aqueles ossão, as abelha, menino, umas abelha de, tipo mosca, aquilo fazia zuummmmmmmmm.<sup>574</sup>

O zumbido que alguns insetos produziam aliado ao relinchar de cavalos e outros sons emitidos por outros animais davam uma característica singular do mundo animal que ali se apresentava. Essa sonoridade advinda do mundo animal ficou registrada na memória de muitos feirantes que trabalharam na feira livre de SAJ naquele período.

A outra representação – lugar – que foi dada à Berganha pelo feirante Clementino Ferreira revela um aspecto importante também para as pessoas adeptas das religiões de matrizes africanas. Lá se comprava bodes pretos, galinhas, dentre outros animais que eram utilizados em rituais sagrados, sobretudo, por homens e mulheres do candomblé e da umbanda. Alguns aspectos da cultura negra e afrodescendente relacionados à vida e a história dos feirantes, dentre outras camadas sociais da cidade de Santo Antônio de Jesus foram aparecendo ao longo do texto, outras questões serão analisadas na próxima secção.

Os feirantes viam aquele espaço, também, como “lugar de disputa” por causa dos preços baixos. Essas lembranças sobre a Berganha as quais esses trabalhadores deram vida por meio da oralidade são constantemente reelaboradas pelos sujeitos a partir de suas vivências ulteriores e singulares. Antônio Torres Montenegro diz que,

<sup>572</sup> Idem. Pg.44-45.

<sup>573</sup> Esmeraldo Nunes. *Op. Cit.* Pg.28.

<sup>574</sup> Vitalina Santos Souza. Depoimento citado.

A memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto, reelabora-os constantemente. Tanto o grupo como o indivíduo operam estas transformações. Embora parta do real, do fato, do acontecido, o processo da memória se descola e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da construção desse quadro.<sup>575</sup>

Com certeza, as motivações inconscientes e subjetivas dos feirantes contribuíram para o quadro que construíram sobre a realidade que era esse lugar na feira livre de SAJ chamado Berganha. Desse modo, é preciso atentar para esse caráter da memória presente e constituinte das narrativas apresentadas. Ao lembrar os fatos, episódios, acontecimentos e outras nuances da vida cotidiana que ocorria naquele lugar entre os anos 1950-70, cada trabalhador construiu e reconstruiu suas memórias acerca desse fenômeno, a partir dos seus lugares específicos e também suas experiências posteriores. Até porque, “a memória tem como característica fundante o processo reativo que a realidade provoca no sujeito”.<sup>576</sup> Dentro dessa “alquimia” que é a memória, a Berganha surge como um elemento que contribuiu para transformar a vida e a história de muitos homens e mulheres feirantes e também fregueses.

#### 6.4 Tradição e cultura negra e afro-brasileira na feira livre

No item anterior, quando discuti a dinâmica da Berganha na feira livre de SAJ entre os anos 50 a 70 do século passado, afirmei que nesse espaço pessoas adeptas das religiões de matrizes africanas para lá se deslocavam com o objetivo de comprarem vários animais como bodes pretos e galinhas para utilizarem nos sacrifícios religiosos, já que, “a pedra angular da piedade afro-brasileira é o sacrifício. Sem ele nenhuma passagem pode se efetuar com êxito (...), na relação com os deuses, o sacrifício animal constitui o penhor mais precioso”.<sup>577</sup>

Num estudo sobre iniciação e identidade na cultura afro-brasileira, os autores Arno Vogel, Marco Antônio Mello e José Flavio Pessoa de Barros, tendo como campo de orientação teórica a antropologia religiosa, adentram no universo das práticas religiosas do candomblé, mostrando a riqueza e a sofisticação que envolve tais cultos e cerimônias. A obra

<sup>575</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revistada. São Paulo: Contexto, 2003. Pg.19.

<sup>576</sup> Idem. Pg.20.

<sup>577</sup> VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva; BARROS, José Flávio Pessoa de. *Op. Cit.* Pg.17.

é de um valor inestimável por trazer vários aspectos que marcam a vida do “povo de santo”, a exemplo de suas vivências iniciais nessa doutrina ou a importância da ida e compra de mercadorias sagradas nos mercados e feiras. Sobre aspectos do mundo afro-brasileiro os autores afirmam que

Uma viagem ao mundo afro-brasileiro começa no mercado. Nas Sete Portas, no Mercado Modelo ou na Feira de Água de Meninos, pois a Bahia é, como gostava de dizer mãe menininha, “uma Roma Africana” ou uma “Roma Negra”. Mas pode começar também no mercado de Madureira, subúrbio carioca da central, ou em qualquer um de seus congêneres no Recife, em São Luis ou em Belém do Pará. Em todos eles se destaca, de imediato, a enorme concentração de negócios voltados para o atendimento da demanda dos cultos afro-brasileiros – candomblés, xangôs, tambores-de-mina, batuques e parás, catimbós, macumbas e babaçuês, ou como se chamem as diversas variantes dessa religião em seus respectivos contextos regionais.<sup>578</sup>

Quem conhece os mercados que foram citados pelos autores não terão dúvidas de que neles se encontram uma enorme concentração e variedade de produtos e mercadorias voltadas para o consumo religioso de sujeitos sociais que fazem parte de cultos afro-brasileiros. Acredito que esses mercados e feiras apresentam essa configuração bastante peculiar por estarem localizados nas capitais, cujo contingente de pessoas que professam o candomblé e suas variantes – mesmo sofrendo ainda repressão – é bem maior que em outras cidades interioranas e também por serem regiões ou lugares de/com forte tradição histórica no Axé, como é o caso de Salvador, na Bahia.

Nesses mercados se encontram tecidos e miudezas que servem para confeccionar a indumentária dos candomblecistas, além de complementos como: contas, missangas, guizos, corais, pulseiras, colares, brincos, pingente e anéis. Encontra-se, também, sabões, sabonetes, colônias, perfumes e bálsamos; além de resinas e essências como o estoraque, alfazema, benjoim, patchouli, mirra, almíscar, alecrim, com que compõem os defumadores e aromatizam os banhos rituais. Há nos mercados ainda feijão, farinhas, milho, miletos, amendoim, gengibre, sagu e tapioca, inhames, carás, abóboras, taioba, espinafre, bertalha, quiabos, agrião, cebola, colorau, alho, favas e sementes de todo tipo, mel, melado, azeite de dendê, azeite-doce, coco, pimenta.<sup>579</sup>

---

<sup>578</sup> Idem. Pg.05.

<sup>579</sup> Idem. Pg.09.

Ainda fazem parte das especiarias do axé as esteiras, cestos, vassouras, abanos, peneiras; além de uma variedade e tipologia de recipientes como alguidares, potes, bacias, porrões, talhas. Etc.; uma gama de estatuária votiva e uma extensa iconografia afro-católica, sem falar no ervanário que dispensa comentários... Dessa forma é no mercado onde estão todos os elementos “materiais” de fundamental importância para a realização e concretização da vida espiritual do “povo do axé”.

Reservadas as devidas proporções no que diz respeito à quantidade populacional e número de adeptos das religiões de matrizes africanas – algo difícil de contabilizar ou mensurar – a feira livre de SAJ oferecia produtos e mercadorias para o consumo religioso de pessoas que residiam na cidade e demais localidades da região do Recôncavo da Bahia. Tudo indica que muitos Babalorixás, Ialorixás e filhos de santo frequentavam esse mercado ao ar livre com objetivos bem específicos. Uma das lembranças do feirante Clementino Ferreira é bastante elucidativa sobre a presença dessas pessoas na feira livre de SAJ: “Tinha muita gente do candomblé comprando na feira. Vinha vestido pra comprar, aí já sabia que era mãe de santo. Comprava galinha, folhas, quiabos, tomates, as coisas de caruru: coco, azeite... Comprava os produtos de Augusto Laranjeira”.<sup>580</sup>

O relato sugere algumas reflexões a cerca da relação do “povo de santo” com a feira livre. Inicialmente a narrativa mostra que era pela indumentária que as pessoas do candomblé eram reconhecidas naquele universo. A vestimenta demarcava uma distinção social passível de múltiplos olhares e visões, com certeza, muitas delas, preconceituosas e estereotipadas. Mas, estar na feira vestido com as roupas que simbolizam a cosmologia do candomblé era uma forma de resistência às supostas intolerâncias, ao passo que também era um marcador da identidade desses indivíduos. Somamos ainda a essa questão o fato de que a ida ao mercado é uma etapa importante dentro da vivência das religiões de matriz africana. “Para os abiãs (como é designado o novato), as compras desempenham um papel importante na própria instrução do neófito”.<sup>581</sup>

Para Vogel, Mello e Barros, “podemos considerar a ida ao mercado não só como uma preliminar, mas, propriamente, como o começo da aventura da iniciação, uma etapa que já se encontra sob a égide do rito de passagem”.<sup>582</sup> Assim, “estar vestido pra comprar”, conforme narrou o feirante Clementino Ferreira, em alguns casos, também faz parte do conjunto de

<sup>580</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.46.

<sup>581</sup> VOGEL, MELLO e BARROS. *Op. Cit.* Pg.13.

<sup>582</sup> Idem. *Ibidem.*

procedimentos que deve seguir “quem é de santo”. Esse narrador ainda revelou que com essas pessoas “não tinha preconceito, não dizia nada, porque tinha receio. Mãe de santo! Via com receio, tinha medo. Pensava em tratar mal e fazer alguma coisa contra eles”.<sup>583</sup> Assim, tudo leva a crer que predominava a visão maniqueísta e dualista produzida historicamente que colocou as religiões de matrizes africanas como algo maléfico e destrutivo.

A narrativa evidencia também a variedade de mercadorias que o “povo de santo” podia encontrar na feira livre de SAJ nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX. Clementino Ferreira destaca ainda a figura do feirante Augusto Laranjeira, muito conhecido pelas peças de cerâmicas e barro que vendia naquele ambiente. Como já mencionamos, são utensílios amplamente utilizados nas cerimônias e rituais das religiões de matriz africana. Outro aspecto importante se refere à venda de galinha e ervas. Segundo Vogel, Mello e Barros,

Ninguém deve se surpreender ao encontrar no mercado todo tipo de bicho capaz de satisfazer a enorme variedade e complexidade da demanda sacrificial. Para eles, dividem-se em três grandes categorias: “os animais de quatro pés”, como a cabra, o porco, o bode, o carneiro, a novilha, o boi e o veado; os animais de “dois pés” ou “bichos de pena”, como galos, galinhas, pombas, patos, gansos e pavões, faisões e coquéns; e, por último, os demais, incluindo rãs, caracóis, cágados e tatus. (...) Todos esses animais têm, ao mesmo tempo, o caráter de sustento e símbolo.<sup>584</sup>

Dessa lista de animais, pelo o que se pode apurar, não se encontrava na feira de SAJ apenas o veado e o pavão. Quanto às ervas, “sempre vendia, nunca deixou de vender. Vendia pra remédio. Às vezes fazia aquela ruma toda, botava assim um monte pra vender. Trazia várias folhas do mato. Aquelas folhas, o povo comprava, todo mundo comprava: negro, branco. Fazia aquela propaganda que servia pra remédio. Pra dor de barriga, pra dor de cabeça, pra derrame”.<sup>585</sup> Na cidade de Santo Antônio de Jesus os dois vendedores de ervas e folhas mais conhecidos e procurados, nesse período, eram os negros Francisco da Silva Pinto (seu Chico) e Antônio Chapéu de Couro, este último, ainda mais afamado do que o primeiro. Segundo Denilson Lessa,

<sup>583</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.46.

<sup>584</sup> Idem. Pg.17.

<sup>585</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.32.

“Chapéu de Couro”, raizeiro e curandeiro largamente conhecido na região, comerciante na feira livre de Santo Antônio há mais de 50 anos, comercializava em “barraca” raízes, folhas, “cascas”, defumadores, além de outros itens ligados às práticas de cura e as religiões afro-brasileiras. Este raizeiro, como outros, ganhou prestígio e referência na cidade e região, pois ele era reconhecido como uma espécie de “doutor”, “farmacêutico” do público de modo geral, em especial para aquele que não tinha condição, sobretudo, financeira para se consultar com o médico. Contudo, havia aqueles que mesmo tendo condições financeiras preferiam recorrer às orientações e conselhos dos curandeiros.<sup>586</sup>

O autor ainda afirma que era comum encontrar nas barracas e tendas desses raizeiros diversas plantas e raízes medicinais, as quais eram utilizadas no combate de diversas mazelas tais como: reumatismo, impotência sexual, diabetes, bronquite, rouquidão, gastrite, sinusite, verminoses, dentre outros males.

De fato esses sujeitos sociais tinham uma importância muito grande na cidade e demais localidades da região, até porque, até a década de 80 do século XX, a assistência médico-hospitalar era precária, limitada e insuficiente. Eram os curandeiros, benzendeiros e raizeiros que curavam e “cortavam o mal pela raiz” da maioria das populações que eram acometidas por diversas doenças, independente de credo religioso, sexo, raça, cor ou etnia. Era na feira livre de SAJ que se encontrava a saída para muitos males, do corpo e da alma. Todavia, acredito que o fator principal que justificava o uso dessas ervas, raízes e folhas na vida cotidiana está associado aos costumes e tradições herdados, sobretudo, dos africanos que vieram para o Brasil sob o regime da escravidão compulsória desde o século XVI. Denilson Lessa dos Santos lembra que,

No Brasil, particularmente, muitos dos recursos terapêuticos à base de ervas, plantas e raízes foram ao longo da história empregados nas práticas curativas e religiosas pelos pajés indígenas, pelas rezadeiras e feiticieras provenientes do Velho Mundo e, sobretudo, pelos curandeiros e curandeiras de populações negras oriundas da África. É lógico que esse saber que persistiu (e ainda persiste) ao longo do século XX nas cidades e vilas do Recôncavo baiano não permanece exatamente o mesmo, mas a raiz desse vasto conhecimento deve-se aos agentes da cura que foram os depositários deste saber mantido e (re)atualizado, ao longo do tempo, por uma forte tradição oral.<sup>587</sup>

---

<sup>586</sup> SANTOS, Denilson Lessa dos. **Nas encruzilhadas da cura: crenças, saberes e diferentes práticas curativas – Santo Antônio de Jesus – Recôncavo Sul – Bahia (1940-1980)**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em História na FFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Pg.153.

<sup>587</sup> Idem. Pgs.135-136.

Num estudo sobre o costume e o uso de plantas na sociedade Yorubá, na África Ocidental, Pierre Verger afirmou que o conhecimento adquirido pelos babalaôs e curandeiros iorubanos era baseado num universo cultural exclusivamente oral. Ele ressaltou que a “importância dos valores de transmissão oral é diferente da dos de uma civilização” cujo saber decorre de documentos escritos. A transmissão do conhecimento pela oralidade era considerada na tradição Yorubá como o “veículo do axé, o poder, a força das palavras, que permanecerá sem efeito em um texto escrito”.<sup>588</sup> Denilson Lessa dos Santos ainda comenta que as observações de Verger sobre essa cultura e esses aspectos,

Servem de reflexão para se pensar como as práticas de cura foram (re)atualizadas no Brasil, especificamente no Recôncavo da Bahia, principalmente aquelas nas quais o uso de plantas medicinais era imprescindível para o cuidado de certas mazelas físicas e espirituais. Até porque desde o século XVI, a Bahia recebera os primeiros grupos de africanos provenientes do tráfico transatlântico, cujo ciclo se encerraria no século XIX com a chegada dos africanos yorubanos, também conhecidos como nagô. Muitas das práticas medicinais foram originalmente reatualizadas pelos afro-brasileiros aliando-se e interpenetrando às práticas indígenas e dos colonizadores. É graças a tradição oral que no século XX ainda é possível – apesar das transformações econômicas, urbanas e sociais – identificar-se por todo Recôncavo baiano curandeiros, parteiras e benzedeiros atuando em algum procedimento de cura, utilizando-se de ervas, raízes, dentre outros rituais.<sup>589</sup>

Eram muitas dessas ervas que eram vendidas na feira livre de SAJ e eram utilizadas para chás, beberagens, banhos e curas de doenças. O feirante João do Couro lembrou da batata-de-purga,<sup>590</sup> batata-de-teiú,<sup>591</sup> e disse que “tinha que ter cuidado com essas ervas porque senão elas matavam”.<sup>592</sup> Algumas dessas ervas, folhas e raízes medicinais tinham propriedades e substâncias que poderiam causar a morte, caso fossem utilizadas de modo indevido. Assim, o saber sobre a função e para que servia cada uma dessas plantas, folhas ou raízes era transmitido via tradição oral, conforme mostrei a partir do relato do feirante Clementino Ferreira, mais acima. Ele evidenciou também em sua narrativa que na feira

<sup>588</sup> VERGER, Pierre Fatumbi. **Ewé: o uso das plantas na sociedade Yorubá**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Pg.20.

<sup>589</sup> SANTOS, Denilson Lessa. *Op. Cit.* Pg.136.

<sup>590</sup> Existe dois tipos dessa planta, uma espalhada pelo Brasil (flores brancas) e outra que se dá mais no Nordeste (flores amarelas), que dá na sua raiz, tubérculos como se fossem batatas com benefícios medicinais, por causa de sua composição, dela pode se extrair um látex que é usado para desenvolvimento de pílulas laxantes na indústria farmacêutica.

<sup>591</sup> Raíz tuberosa que serve para curar feridas.

<sup>592</sup> Vitalina Souza. *Op. Cit.* Pg.28.



“vendia vários tipos de mato que a clientela encomendava”.<sup>593</sup> Esse feirante ainda nos coloca para refletir uma questão mais ampla e universal quando diz que “todos remédios são do mato. Qualquer remédio que existe no mundo vem do mato, da raiz e da flor”. Esse contexto me leva a inquirir: Porque a clientela confiava tanto no poder dessas ervas? Que saber possuía os feirantes que as comercializavam? Na literatura por mim consultada que versa sobre o tema feira livre, Sulamita Vieira é uma das pesquisadoras que mais bem definiu essa questão. Para ela,

O vendedor de ervas deve demonstrar largo domínio de conhecimento (se não tiver, inventa); ele deve saber não só a função terapêutica de cada uma, mas a quantidade a ser utilizada, além da forma e do modo de preparo, em cada caso, pois o consumidor pode consultá-lo. Portanto, o produto vendido possui, conforme linguagem corrente, “uma certa ciência”, o que é também atribuído àquele que a comercializa.<sup>594</sup>

Acredito que para completar o que observou Vieira, é significativo o relato do vendedor de ervas mais antigo da feira de SAJ, Chapéu de Couro, quando revelou que, “todo dia a gente aprende e nunca termina de aprender. O saber é uma coisa que vem do dom, e esse dom vem de Deus, dos santos, dos caboclos e orixás. O saber sem a prática fica sozinho e a prática sem o saber, também fica sozinho”.<sup>595</sup>

Dessa forma, muitos dos vendedores de ervas possuíam o dom de curar associado a um aprendizado da cultura afro-brasileira e era isso que mantinha muita gente “de pé”, para que pudessem seguir em frente na roda e na rota da vida. Essa prática de cultivar, lidar, saber e vender tais ervas na região do Recôncavo baiano é algo mais específico de uma cultura negra, como bem lembrou o feirante Clementino Ferreira, “você não ver branco vendendo ervas, folhas, chás, essas coisas...”.<sup>596</sup> Entretanto, o consumo – apesar de ser uma tradição mais comum entre negros e afro-brasileiros – era algo também utilizado por outros grupos étnicos-culturais como brancos e indígenas.

Outro aspecto da cultura negra, que era vivenciado na feira livre de SAJ entre os anos 50-70 do século XX, dizia respeito à culinária que era servida e comercializada naquele ambiente. Lelê, mungunzá, mingaus, mocotó, feijoada, dentre outras iguarias, faziam parte do

<sup>593</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.39.

<sup>594</sup> VIEIRA, Sulamita. *Op. Cit.* Pgs.125-126.

<sup>595</sup> Antônio Chapéu de Couro. Entrevista realizada em 20/06/2001. Arquivo Particular de Denilson Lessa dos Santos.

<sup>596</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.46.

cardápio que alimentava muitas pessoas tanto na primeira refeição do dia – café-da-manhã – quanto na segunda, ou seja, no almoço. De fato, a comida como feijoada é um prato de influência africana, porém, Petronilha Beatriz afirma que,

há que completar o pensamento, vislumbrando os múltiplos significados que impregnam cada uma destas manifestações. Feijoada, samba, capoeira resultaram de criações dos africanos que vieram escravizados para o Brasil e de seus descendentes e representam formas encontradas para sobreviver, para expressar um jeito de construir a vida, de senti-la, de vivê-la. Assim, uma receita de feijoada, de vatapá ou de qualquer outro prato contém mais do que a combinação de ingredientes: é o retrato de busca de soluções para manutenção da vida física, de lembrança dos sabores da terra de origem.<sup>597</sup>

Segundo Wilson Caetano, desde o século XVIII que essas iguarias eram vendidas nas ruas da Bahia por negros e afrodescendentes. O autor ainda chama atenção para o fato de que “verdade é que africanos e africanas, e hoje seus descendentes, mercaram tudo que podiam, pois disso dependia a sua economia, a sua sobrevivência, a formação de seus filhos(as), o custeio de um ritual que se pagava durante anos”.<sup>598</sup>

Essa afirmação do autor comprova um dos aspectos que observei nesta pesquisa. Os feirantes negros e afro-descendentes oriundos do mundo da roça, em seus relatos, expressaram que eles e seus familiares de fato mercavam tudo que podiam e estava a seu alcance naquele momento. Isso ficou provado, a partir da variedade de produtos e mercadorias que eles comercializaram e as experiências no ramo dos negócios que tiveram ao longo de suas vidas. Só para exemplificar o que estou argumentando, o relato do feirante Clementino Ferreira traduz um pouco essa realidade, uma experiência em comum dentro desse grupo social, “era o lavrador da zona rural que trazia mais bagana. Laranja, lima, banana, batata, aipim, inhame, maxixe, feijão de pé, andú, debulhava de mão e trazia pra vender na feira. Trazia farinha, tomate, cebola verde, madeira pra fazer casa, lenha, muita panela de barro...”<sup>599</sup>

Em 100% das narrativas que os sujeitos dessa pesquisa tiraram dos porões da memória, ficou evidente que da prática de mercar dependia sua economia, a sobrevivência a criação e formação dos filhos e o custeio de toda uma vida que dependia de fatores tanto

<sup>597</sup> BEATRIZ, Petronilha. **Africanidades brasileiras**: esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos. Revista do professor. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Nº 19 (73). Jan/Mar 2003. Pg.26.

<sup>598</sup> SOUZA JÚNIOR, Wilson Caetano de. **Na palma da minha mão**: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas. Salvador-Bahia. EDUFBA. 2011. Pgs.101-102.

<sup>599</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.45.

materiais quanto simbólicos. Foi ainda o feirante Clementino Ferreira quem lembrou aspectos dessa dinâmica. “Você não ver os brancos plantando muita cultura, você só ver negro. A maioria das pessoa da zona rural que trabalha são os negro. Difícil ver um branco se acabando na enxada”.<sup>600</sup>

Essa cultura a que se refere o autor do relato, corresponde à prática de cultivar e o trabalho na agricultura que eles desenvolviam na roça, bem como de diversos produtos que eram por eles produzidos. Acredito que essa experiência que garantiu a sobrevivência era/é uma das características fundamentais da cultura negra e afrodescendente de muitos homens e mulheres da roça na região do Recôncavo da Bahia. Nesse momento uma questão se torna imprescindível à essa reflexão. Que concepção de cultura poderia mais se adequar ao entendimento dessa cultura negra e afro-brasileira que estou aqui analisando?

Discutir o conceito de cultura é algo bastante árduo e complexo. Existe uma infinidade de noções e teorizações e este não é nosso objetivo. Entretanto, cabe-me a tarefa de mostrar ao leitor qual a concepção de cultura negra que corroboro aqui nesse momento. Muniz Sodré, em sua obra “A verdade Seduzida” discute sobre o conceito ocidental de cultura, sua genealogia e seus efeitos de poder, que são pautados pela pretensão de uma verdade universal. Em confronto à essa concepção emergem estratégias de sedução, resultantes de uma lógica do mito, acionadas pela cultura negro-brasileira. Assim, o autor afirma que,

Diferentemente do que o ocidente busca em seu modo de relacionamento com o real – uma verdade universal e profunda – a cultura negra é uma cultura das aparências. Esta palavra ganhou no Ocidente um significado quase tão pejorativo quanto boçal no Brasil (...). Aparência – o demônio da filosofia e do pensamento cristão – era o que a metafísica opunha à realidade e ao ser (assim como opunha verdade e ilusão), tornando-se depois sinônima de superficialidade, trivialidade, facilidade, etc.<sup>601</sup>

Dessa forma, a concepção de aparência de Muniz Sodré, é o modo de fazer aparecer uma coisa como melhor do que outra. O que nos aparece como verdade é aquilo de que nos convenceu. O indivíduo é capaz de mudar as aparências, fazendo prevalecer aquela considerada melhor para o bem comum. Claro, as aparências enganam, como atesta o provérbio. Mas, só o fazem porque têm o vigor de aparecer, a força da dissimulação e de

<sup>600</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.46.

<sup>601</sup> SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro. Francisco Alves Editora. 1983. Pgs.133-134.

ilusão, que é um dos muitos caminhos em que se desloca o ser humano.<sup>602</sup> O termo valerá aqui como indicação da possibilidade de uma outra perspectiva de cultura, que recusa o valor universalista de verdade que o Ocidente atribui ao seu próprio modo de relacionamento com o real. Conforme Muniz Sodré,

As aparências não se referem, portanto, a um esforço voltado para a expansão, para a continuidade acumulativa, para a linearidade irreversível, mas à hipótese de um espaço curvo, que comporte operações de reversibilização, isto é, de retorno simbólico, de reciprocidade na troca, de possibilidade de resposta. (...) A intencionalidade teórica de aparência é apreender tão somente instantes de funcionamento dos grupos, o que se mostra ou parece no jogo concreto das diferenças (...).<sup>603</sup>

Nessa perspectiva, só é possível ampliar a lente de observação sobre a dinâmica da cultura desses homens e mulheres feirantes, negros e afrodescendentes, da cidade de Santo Antônio de Jesus e demais localidades do Recôncavo baiano, se percebemos que essa é uma cultura não linear, curva e sinuosa em sua trajetória e que em muitos momentos esses sujeitos efetuaram/efetua uma reversão no jogo da vida. Essa é uma cultura em que a sobrevivência é um dos pressupostos que se mostra ou aparece o tempo todo no jogo concreto das diferenças que eles encontraram em seu mundo, sejam elas intelectuais, sexuais, étnicas, raciais, econômicas, religiosas, culturais, dentre tantas outras que margeia a vida e a história. Essa é uma cultura em que os sujeitos muito mais vivenciam e sentem do que se preocupam com caracterizações e definições. Essa, sim, é uma forma de entender como esses feirantes se relacionaram/relacionam com o real.

A aparência tomada aqui como postulado teórico, seguindo as reflexões de Sodré, é um dos muitos caminhos pelos quais os feirantes se deslocaram. Mostrando a força de construir astúcias, estratégias, ludibriações, trapaças, segredos e invenções que pudessem reverter a ordem – as dificuldades – e fizessem o que parecia ser melhor para eles, seus familiares ou quiçá, o bem comum. A cada instante a sobrevivência se apresentava exigindo desses homens e mulheres posturas e atitudes que muitas lógicas de cunho generalizantes e universalistas não dariam conta de responder ou solucionar. Era um mundo em que, conectado a realidades múltiplas, viviam e possuíam uma lógica própria condizente com seus hábitos e costumes.

---

<sup>602</sup> Idem. Pg.135.

<sup>603</sup> Idem. Pgs.135-136.

Talvez seja a metáfora do jogo da capoeira que melhor possa ilustrar essa questão sobre a cultura negra e afro-brasileira no Brasil de modo geral e na Bahia. Nesse jogo, mãos, pés, joelhos, braços, calcanhares, cotovelos, dedos, cabeças combinam-se dinamicamente em **esquivas e golpes** (...), o jogador se define inicialmente pela ginga, o balanço incessante e maneiroso do corpo, que faz com que se esquive e dance ao mesmo tempo, tudo isso comportando uma mandiga (malícia) de gestos, firulas, sorrisos, capazes de desviar o adversário de seu caminho previsto, isto é, seduzi-lo. Sobre os pés, sobre as mãos, abaixando, pulando, o capoeirista jamais se mobiliza e, acionado pela ginga, evolui (...).<sup>604</sup> Convido o leitor nesse momento a parar alguns instantes a leitura e visualizar em sua mente uma roda de capoeira... Agora, sugiro pensar na trajetória histórica dos negros e afro-brasileiros, sua luta na vida cotidiana e como eles conseguiram chegar até aqui...

Para encerrar, como o corpo é um elemento importante para a existência e sobrevivência desses sujeitos, não poderia deixar de mencionar a importância da oralidade para a cultura dos feirantes, traço bastante visível na vida dos afro-descendentes aqui no Brasil. Essa oralidade esteve/está presente em todas as dimensões da vida, seja no aspecto religioso, na educação e transmissão do saber, nas tradições, na criação dos filhos, no mundo do trabalho e, sobretudo, uma oralidade que garantiu-lhes a sobrevivência. Essa oralidade é mais uma das africanidades, aqui compreendida como “raízes da cultura brasileira que tem origem africana”.<sup>605</sup>

Na cultura dos feirantes é perceptível uma ligação forte entre o homem e a palavra. Uma tradição oral que tem ressonância na vida e se projeta também na feira livre de várias formas: nas práticas de mercadejar, nos contratos e acordos firmados, nas receitas curativas passadas aos clientes e fregueses, no processo de conquista da freguesia, no momento de driblar fiscais, nos impasses e conflitos com seus pares, na construção de laços de amizade e solidariedades, dentre tantas outras formas em que a tradição oral se manifesta.

---

<sup>604</sup> Idem. Pgs.203 a 205.

<sup>605</sup> BEATRIZ, Petronilha. *Op. Cit.* Pg.26.

## 7 O MOTOR DA VIDA E DA NOSSA HISTÓRIA

Os feirantes narradores, sujeitos desta pesquisa, na maestria do seu fazer, por meio da memória, desenharam em palavras todo um sistema de valores que eram/são a moldura de suas vidas. Tendo como cordão umbilical a luta pela sobrevivência, as narrativas desses homens e mulheres feirantes deu destaque a algumas palavras/noções/conceitos que eram/são fundamentais às suas existências e justificam as suas lutas cotidianas. Assim, a medula dos relatos, que foi ressaltada em todas as narrativas dessas pessoas, era a de que “a vida era dura”. A toda dureza da vida, alinhavava-se alguns valores que eram considerados “sagrados” para esses sujeitos, mas, também, para a maioria daqueles que exerceram/exercem o ofício de feirante.

Nesse sentido, saliento que minha pretensão, à medida que fui narrando as várias histórias e experiências dos feirantes, ao longo deste texto, foi abordar a questão central que aparece em 100% dos relatos aqui analisados – a concepção de que “a vida era dura” – enquanto experiência histórica, que adquire contornos muito próprios e específicos num tempo e espaço, de acordo às ações de cada grupo social. Essa é uma das dimensões de minha perspectiva analítica.

As ações, as práticas, os valores, as tomadas de decisões, as estratégias e resistências, os conflitos, os códigos morais e simbólicos, as astúcias, a criatividade e, sobretudo, os costumes, são elementos marcantes que deram/dão cor e forma a essa cultura e tradição bem peculiar, de um grupo social em que o trabalho, apesar de ser duro e cansativo, era um “bem” especial que, segundo suas concepções e noções, garantiu-lhes valores primordiais à suas vidas e histórias.

Nesse sentido, neste capítulo, irei refletir sobre os valores éticos e morais que permeavam/permeiam a cultura dos feirantes para mostrar quais sentidos e significados eles atribuem a tais valores, que, a meu ver, se configurava como um “sistema”. Em seguida, irei responder a uma das importantes hipóteses desse trabalho: é possível encontrar aspectos de uma economia moral na cultura dos feirantes? Na sequência abordo aspectos da memória desses trabalhadores sobre a migração das roças do Recôncavo baiano para a cidade nos anos 50 a 70 do século passado, dando ênfase aos motivos que os influenciaram nessa decisão; e, por fim, tento demonstrar de qual forma ou maneira os feirantes no tempo presente

estabelecem laços com a roça, ou seja, o mundo do campo, ambiente do qual suas raízes ancestrais são originárias.

### 7.1 “Sistema de valores” entre os feirantes de Santo Antônio de Jesus

A luta principal dos feirantes pautava-se na conquista de três valores fundamentais à vida: autonomia, liberdade e trabalho livre. Era essa a tríade a ser perseguida por esses trabalhadores, que possibilitou o acúmulo de um leque de experiências que deram sentidos e significados à suas vidas e histórias. A noção que eles tinham de autonomia e liberdade era algo a conquistar, e essa conquista se dava de várias formas. A primeira noção advinha do universo de referências dos valores socioculturais dos pais desses sujeitos, conforme podemos observar no relato abaixo:

Eu sempre trabaei muito mexendo farinha, mas nunca trabaei de ganho. Mãe é que conseguiu trabaiá de ganho, quem trabaiava era ela. Ela disse que não ia colocar a gente pra trabaiá de ganho que era pra gente não ficar naquele vício dela. Era pra gente trabaia só pra gente, pra ter alguma coisa na vida. Então, ela sempre falava isso com a gente: “era pra gente trabaiá pra gente mesmo”.<sup>606</sup>

O relato de Clementino Ferreira mostra que a prática de “trabalhar de ganho” implicava em estar subordinado às determinações dos grandes proprietários rurais da região do Recôncavo da Bahia. “Trabalhar de ganho” implicava em vender o dia de trabalho nas lavouras de fumo, mandioca, dentre outras culturas agrícolas, e receber o pagamento de acordo com a produtividade de cada trabalhador ao final do dia. Continuando a análise e interpretação desse relato, percebe-se que esse feirante deixa transparecer em sua narrativa, que sua mãe tinha consciência de que as relações de trabalho no mundo capitalista são marcadas pela exploração do trabalhador, algo que ela já havia experimentado e daí advinha a noção de que a autonomia era algo fundamental para a vida de seus filhos. É emblemático nessa narrativa, o medo que a mãe do feirante tinha de colocar seus rebentos para trabalharem subordinados à “patrões” e eles acabarem ficando viciados. Ela não queria que os filhos experimentassem essa forma de relação no mundo do trabalho.

---

<sup>606</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.03.

A palavra, noção ou conceito de vício, que aparece no relato, me leva a inferir que a mãe do feirante Clementino Ferreira, sabia que essa forma de relação de trabalho levava à dependência financeira e psicológica, poderia implicar em um costume e, nesse caso, algo difícil de ser rompido; poderia ainda contribuir negativamente à formação “humana”, que sempre almeja a autonomia e liberdade como bens supremos e, ainda, corromper-lhes a moral. Então, esse era um vício que os pais jamais queriam para seus filhos. Assim, a luta para evitar que eles experimentassem tal relação era um esforço contínuo no seio das famílias dos feirantes.

Nesse sentido, observei que a lógica dentro da cultura desses homens e mulheres – mesmo sabendo que alguns deles estavam subordinados a relações de dependência no mundo do trabalho – era trabalhar pra si mesmo. Essa seria a possibilidade que iria garantir-lhes um futuro promissor. Experiência semelhante de tal aprendizado ocorreu com o feirante Esmeraldo da Cebola que, ao relembrar momentos das décadas de 50 e 60 do século passado, narrou:

Meu pai era fraquinho\*. Eu era pequeno e ele chegou a trabalhar no alugado, dar dia ao pessoá, o povo pagava dia a ele pra limpar mandioca, pra destocar a terra pra plantar. Ele ia trabalhar na roça do pessoal, minha mãe também era fraquinha e nós todos somos fraquinhos (...) agora acontece o seguinte: os filhos dele, inclusive eu, nunca cheguei a dar um dia a pessoa nenhuma, e meus irmãos também não.<sup>607</sup>

“Dar um dia a pessoa nenhuma” representa algo crucial na vida desse feirante, seus irmãos e, sobretudo, seus pais. Essa lógica de não está submetido ao poder de outrem no mundo do trabalho, nesse caso, sob a forma de “alugado”, era um valor ético e moral vivenciado no seio familiar dessas pessoas. Uma das experiências muito marcante, nessa cultura, era a luta dos pais desses sujeitos para assegurar que seus filhos não adentrassem no mundo do trabalho pautado pelas relações assalariadas, de dependência, dominação, opressão e exploração. Já que, “a exploração se refere a relações sociais que se desenvolvem e são reproduzidas no processo de extração econômica de excedente”.<sup>608</sup>

<sup>607</sup> Esmeraldo Nunes. *Op. Cit.* Pg.09.

<sup>608</sup> BAKAN, Abigail B. **Marxismo e antirracismo:** respondendo a política da diferença. Ontário-Canadá. Revista Rethinking Marxism. Journal of economics, Culture & Society. Vol. 20, n. 2. 2008. Pg.70. Tradução Becca Freitas.



Ainda foi o feirante Esmeraldo da Cebola que, com muita ênfase, expressou via oralidade, o que mais dava/deu sentido a sua existência: “eu e meu irmão nunca trabalhou pra ninguém, sempre foi trabalhador livre, sempre foi trabalhador livre”.<sup>609</sup> Ser trabalhador livre era o que almejava muitos homens, mulheres e crianças que assistiram e vivenciaram o labor e a dura rotina que seus pais e demais familiares enfrentavam na região do Recôncavo baiano entre os anos 1950-70, quando estavam subordinados e submetidos às relações de dependência no mundo do trabalho. Daí advinha o estímulo para alcançar tal êxito. Os feirantes não queriam colocar sua força do trabalho como uma mercadoria no mercado.

Como vimos nos primeiros capítulos desta tese, os sujeitos que fazem parte dessa pesquisa, eram homens e mulheres pobres, da roça. Uns eram pequenos proprietários rurais, outros não possuíam terras e, por isso, estavam submetidos às condições de meeiros, assalariados, alugados, dentre outras relações trabalhistas que não lhes asseguravam a autonomia e a liberdade. Nesse contexto, era na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus e de outras localidades, onde estava uma das poucas possibilidades de muitas pessoas se tornarem trabalhadores livres e, conseqüentemente, terem a tão sonhada liberdade e autonomia assegurada. Apenas uma feirante, Brasilina Maria de Jesus Pires, não manifestava essa pretensão. Ela, além de não gostar de trabalhar na feira, conforme já salientei, desejava mesmo era ser empregada num armazém de fumo e ter sua carteira profissional assinada; objetivo que fora alcançado. Essa narradora demonstrou que se sentia mais segura com essa forma de trabalho e que era dessa maneira que teria sua aposentadoria garantida. Parece que o universo da feira, segundo sua concepção, era uma forma de trabalho insegura e instável, algo que não asseguraria um futuro promissor. Embora o seu relato e suas lembranças não neguem que fora com o trabalho na feira livre que, por um “bom tempo”, essa família conseguiu as condições materiais que lhes garantiram a sobrevivência.

Nas narrativas dos feirantes, o trabalho aparece como uma conduta de vida em que os pais, a partir das concepções sobre aquele universo, ensinavam aos seus filhos os modos de agir, portar-se e viver. A maior parte da vida dos feirantes se desenrolava no trabalho diário. Essa era uma cultura vivenciada no dia-a-dia e, portanto, aprendida desde cedo, ainda na mais tenra idade, já que, essas noções contribuiriam para a formação do caráter e da personalidade de seus filhos. Tornar-se um “homem” ou uma “mulher”, nessa cultura, estava condicionado ao trabalho, sobretudo, se fosse livre e garantisse a autonomia e a liberdade, conforme podemos perceber a partir de fragmentos do relato do feirante Clementino Ferreira: “Minha

---

<sup>609</sup> Idem. Pg.10.

mãe ensinou a gente a trabaiá e dizia: “você tem que trabaiá para ser homem e mãe de família amanhã, depois”.<sup>610</sup>

Começar a trabalhar ainda criança constituía-se em uma experiência que iria moldar o comportamento de muitos meninos e meninas da roça, cuja pretensão dos pais era transformá-los em bons gestores familiares no futuro. Memórias, parecidas como essa do feirante Clementino Ferreira, aparecem na variada documentação oral que compõe o acervo desta pesquisa. Elas me possibilitam pensar que os feirantes construíram e externaram suas próprias ideias sobre o que era autonomia, liberdade e trabalho livre, tentando influir das mais variadas maneiras, mas sempre de forma decisiva, conduzindo seus próprios destinos. A partir da noção do trabalho como um costume e uma conduta positiva, esses trabalhadores se empenharam para manter um cotidiano de experiências que desse sentido e significado social, cultural e humano à sua existência, no geral marcada por uma “vida dura” e difícil.

A pesquisa demonstrou que os feirantes eram rigorosos com seus costumes, sobretudo no que diz respeito ao trabalho. Por isso que, para além da questão da sobrevivência, o trabalho se tornava algo imprescindível, um valor importante para que se pudesse alcançar a vida adulta, o que lhe conferia um peso considerável diante das responsabilidades dos feirantes e sua prole. O trabalho nessa cultura assume um princípio instrutivo, educativo e pedagógico. Mas que isso, parece haver pouca separação entre o trabalho e a vida.

A partir das narrativas dos sujeitos deste estudo, a primeira conclusão a que posso chegar é que os feirantes possuíam uma ética própria de trabalho e com ela acreditavam ser possível conseguir autonomia na vida. Dessa forma, diante da complexidade que configura o mundo do labor desses sujeitos, só é possível perceber como eles asseguravam essa autonomia na prática da vida cotidiana, até porque, ela se materializava de várias formas.

Por falar em autonomia, cabe-me afirmar, também, que as experiências vivenciadas por esses sujeitos ao longo de suas vidas, estão dentro da lógica da perspectiva do trabalho/trabalhador enfatizada pelo historiador E. P. Thompson. Porque o que se observa é que os feirantes eram homens e mulheres que iam se constituindo enquanto trabalhadores no processo, no próprio fazer-se trabalhador.<sup>611</sup> Assim, o conceito de autonomia que a meu ver serve para entender como os sujeitos da minha pesquisa a vivenciava na prática da vida cotidiana, é abstraído da concepção de Thompson. Para esse autor, do terreno comum das

<sup>610</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.02.

<sup>611</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 vols. São Paulo: Paz e Terra, 2000. O autor aborda a emergência da classe trabalhadora, que tem no trabalho um elemento fundamental de sua identidade.

experiências compartilhadas, da consciência de classe e da própria constituição da classe social,

Os homens e as mulheres retornam como sujeitos, dentro desse termo {experiência} – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) em seguida (muitas vezes mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.<sup>612</sup>

Os feirantes tinham o trabalho como elemento fundamental de suas identidades. Eram vários desafios que cruzavam os caminhos desses homens e mulheres que almejavam a autonomia, essa conquista só era possível através das lutas cotidianas desses sujeitos. Assim, autonomia aqui aparece não como uma suposta autonomia absoluta, mas como uma prática social, que tem a capacidade de criar relações sociais do tipo novo, que se configuram dentro da sociedade capitalista.<sup>613</sup> Não podemos esquecer que os feirantes estão no meio do sistema capitalista. Entretanto, é dentro dessa lógica que eles procuram outros lugares e relações sociais, inclusive, formas e maneiras de alcançar autonomia. Dessa maneira, a autonomia era algo fruto das lutas e tensões da vida cotidiana, conforme veremos a partir de agora.

Uma das primeiras preocupações dos feirantes se referia à questão espacial. A rua, ou seja, a cidade, consistia em um grande desafio para muitos homens e mulheres da roça conquistar. O feirante Clementino Ferreira adentrou no universo da cidade da seguinte maneira: “Quando eu fiquei maior, eu já tinha entendimento, ela botou a gente, é, eu tinha um padrinho, ele falou pra mãe que queria, que era pra eu ficar, pra conhecer a rua, pra me ensinar o caminho da rua, como era as coisas. Aí, mãe deu pra eu ir trabaiá com ele”.<sup>614</sup>

A narrativa do feirante é bastante significativa para pensarmos várias questões. A primeira refere-se ao fato de que é comum, nos relatos, demonstrarem o interesse e a vontade de muitos meninos e meninas, na faixa etária dos 09 a 10 anos, quererem conhecer a rua e, quiçá, começar a desfrutar os encantos e desencantos que a cidade oferecia. Já que, na maioria

<sup>612</sup> THOMPSON. A miséria da teoria... Pg.182.

<sup>613</sup> BRUNO, Lúcia Barreto. O que é autonomia operária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. Pg.08. Apesar de entender que a autora usa o conceito de autonomia como prática social para compreender como esta se operacionaliza entre a classe operária, me inspiro em sua ideia por entender que pensar o conceito de autonomia sobretudo, como prática social, serve para o grupo de sujeitos que estou analisando nesse trabalho.

<sup>614</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pg.04.

dos casos, com idade inferior à acima citada, seus pais tentavam dificultar o acesso dessas crianças a esse universo, com exceção àqueles que tinham uma necessidade maior de que seus filhos os acompanhassem para auxiliá-los nas atividades comerciais que eles praticavam na cidade. Não era comum pais levarem seus filhos quando se deslocavam até rua para fazer compras ou realizar outros compromissos na cidade.

Uma segunda questão que podemos abstrair do relato refere-se à expressão “quando eu fiquei maior eu já tinha entendimento”. O que esse feirante está querendo nos dizer? Nessa cultura a “maioridade” vem entre os 13 a 15 anos e essa maioridade traz consigo o entendimento. Como vimos, os meninos e meninas começavam a trabalhar na roça desde os 5,6,7 anos de idade. Parece-me que toda essa experiência que ia se acumulando paulatinamente, sobretudo, no mundo do trabalho, implicava em um amadurecimento que permitia a esses sujeitos terem uma consciência e, principalmente, entendimento da condição de vida da família. Logo, eles pareciam conhecer bastante suas reais necessidades e os contextos socioeconômicos nos quais estavam inseridos ainda na idade juvenil.

Outra questão está associada ao fato de conhecer a rua e, conseqüentemente, estabelecer laços e relações sociais; desafio nada simplório para quem vivia nas roças de cidades do Recôncavo baiano entre os anos 50 e 60 do século XX. Assim, “conhecer a rua e seus caminhos e também como eram as coisas”, significava ter acesso às formas de funcionamentos, ou melhor dizendo, quais as múltiplas funções da cidade, descobrir seus códigos e símbolos, percorrer suas esquinas, becos e vielas, construir relações e laços culturais “preservando” as diferenças e negociar os possíveis conflitos que cruzassem seus caminhos. Tudo isso, segundo a percepção dos feirantes, era uma questão de aprendizado. Era preciso para muitos desses homens e mulheres da roça aprender a viver e conviver na urbe.

Muitas conquistas, poder de barganha, determinados privilégios, advinham do grau de sociabilidade e tipo de vínculos que eles conseguiam estabelecer na rua. Guardar objetos e peças fundamentais desse mundo do trabalho, como caldeirões e vasilhas, animais como burros e cavalos, as barracas, os produtos que compunham a feira semanal que ficavam guardados nos respectivos lugares e pontos de compra até o final da tarde quando o feirante passaria para pegá-los e retornar para seus domicílios, eram arranjos que esses sujeitos tinha que saber de que forma viabilizariam na cidade.

Uma segunda forma de autonomia associava-se à conquista espacial dentro da feira livre. Ao longo do texto, ficou evidente que a situação material dos feirantes apresentava realidades socioeconômicas diferenciadas. Na década de 50 do século XX, o lavrador Josué

Pereira dos Santos, Conhecido como seu Zezéu, antes de tornar-se feirante era meeiro e vivia insatisfeito com tal realidade. Situação semelhante era a de Augusto Soares da Silva (Augusto Laranjeira). Já Elizeu Mota (Elizeu da Farinha) e Antônio Virgílio (Antônio do Chapéu) eram filhos de pequenos proprietários rurais e, na mesma época, já acompanhavam seus pais que iam comercializar os frutos da produção agrícola e criação de animais que possuíam, em feiras livres como as das cidades de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus. O primeiro comercializava grandes quantidades de farinha de mandioca e o segundo carne de porco, fruto da criação suína que possuíam. Como podemos ver, eram realidades sociais distintas e essas diferenças também se projetavam no grau de autonomia que esses trabalhadores possuíam na vida cotidiana e, conseqüentemente, na conquista de espaços privilegiados no universo da feira livre.

Em uma de suas lembranças, o feirante Zezéu recordou o início de seu trabalho na feira livre de SAJ dizendo que, “eu comprei a barraquinha aqui, achei que dava pra ir quebrando o galho”.<sup>615</sup> Ele vendia café, suco, cachaça, pão, bolo e doces. Augusto Laranjeira relembrou esse tempo inicial de sua inserção no referido ofício falando que “Qualquer coisa que eu pegava na roça trazia pra vender na feira dia de sábado e quarta. Vendia aipim, batata, abacaxi, laranja e comprava uns 5 cachos de banana e botava pra vender”.<sup>616</sup> Nessa época eles mercadejavam apenas na feira livre de SAJ.

Tomando esses quatro casos como exemplo é possível afirmar que os feirantes Elizeu da Farinha e Antônio do Chapéu e suas respectivas famílias tinham um grau de autonomia financeira maior, já que o indivíduo que comercializava carne de porco e farinha, frutos da produção própria, possuía mais recursos e obtinham maiores rendimentos que um sujeito que colocava modestas quantidades de produtos agrícolas à venda ou outro indivíduo que negociava um cafezinho com um pedaço de bolo na feira. A frase “qualquer coisa que eu pegava na roça trazia pra vender na feira” e “comprei a barraquinha aqui, achei que dava pra ir quebrando o galho” são expressões que traduzem essa realidade. É importante marcar essas diferenças porque elas implicam também em distinções sociais, Já que observa-se que o status social dos feirantes Elizeu da Farinha e Antônio do Chapéu era mais elevado naquela ocasião, que o status dos outros dois que abordei para exemplificar essa questão. Existe uma diferença fundamental entre um feirante que tem pouca coisa para vender na feira livre e outro que cria e mata porco em quantidade e leva para comercializar nesse ambiente.

---

<sup>615</sup> Josué Pereira dos Santos. *Op. Cit.* Pg.04.

<sup>616</sup> Augusto Soares da Silva. *Op. Cit.* Pg.03.

A própria elasticidade administrativa e geracional que permitia a Elizeu da Farinha e Antônio do Chapéu comercializarem seus produtos em duas feiras livres da região do Recôncavo baiano – Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus – já é um indicativo de uma maior e mais favorável condição econômica e, conseqüentemente, uma maior grau de autonomia que oportunizava ampliar a capacidade e poder de vendas dos produtos e mercadorias.

Em se tratando de produtos e mercadorias, já sinalizei que a pesquisa demonstrou que ao longo da trajetória do mundo do trabalho dos feirantes, esses homens e mulheres experienciaram também uma rotatividade de posições que foram acontecendo ao sabor das conjunturas e da própria autonomia financeira que eles iam conquistando ao longo de suas vidas.

Esmeraldo Nunes dos Santos (Esmeraldo da Cebola) e João Nunes dos Santos (João do Couro) começaram nos anos 1950 fazendo e vendendo carvão. Nas décadas de 60 e 70, do mesmo século, eles já tinham alcançado uma prosperidade que lhes proporcionou comprar mercadorias diversificadas como azeite, peixes, carne seca, cebola, chapéus, dentre muitos outros produtos na cidade de Feira de Santana na Bahia. Dessa forma, esses feirantes passaram da categoria de pequeno produtor fazedor de carvão à de comprador de produtos e mercadorias que vendiam no varejo na feira livre e também em armazéns. Essa capacidade de dispor de recursos monetários para tal empreendimento era sinônimo de uma autonomia já conquistada que os colocava numa situação social e de status bem diferente da que eles possuíam quando iniciaram no ofício de feirante. Existe uma diferença de natureza hierárquica que determina diferentes e vários momentos no processo profissional de um único feirante.

Ainda nas décadas de 60 e 70 do século XX, o feirante Augusto Laranjeira também já havia alcançado prosperidade no ramo das atividades comerciais e, agora, na condição de atravessador, comprava grandes quantidades de laranjas para revender nas feiras livres de SAJ e Água de Meninos em Salvador, capital da Bahia. Como atravessador, ter a capacidade de comprar a mercadoria para revender, o que isso significa na história e trajetória desse indivíduo? Isso sugere pensarmos na ascensão que esse feirante obteve ao longo de sua vida e como essa mudança garantiu-lhe também um grau de autonomia muito maior e, dessa forma, ele se afirmava no universo da feira livre. Vale lembrar que esse feirante e também alguns dos seus pares como João do Couro e Esmeraldo da Cebola, já nos meados dos anos 60, deixaram de ser produtores rurais e passaram à categoria de vendedores na feira. Talvez essa seja a

última condição dentro da hierarquia de posições<sup>617</sup> que existia entre esse grupo social chamado feirantes. Era essa categoria que mais possibilitava vivenciar um grau maior de autonomia no mundo do trabalho desses sujeitos e para além dele.

Vale lembrar, ainda, que alguns dos feirantes possuíam Vendas e compravam diversas mercadorias para negociarem nesses pontos comerciais, cujos rendimentos serviam como complemento da renda familiar. A capacidade de comprar e diversificar os produtos era a mais alta expressão desse movimento e, quiçá, alcançar status e distinção social entre seus pares. Assim, a segunda forma de obter um maior ou menor grau de autonomia estava associada à posição que o feirante encontrava dentro do seu grupo, que eu denomino aqui de hierarquia social da categoria feirante. Isso implica afirmar entendermos que, dentro dessa cultura, a autonomia era construída e ia se constituindo cotidianamente, de maneira fluída, matizada pelas experiências e ao sabor das mudanças e transformações que ocorriam na trajetória de vida dos feirantes, principalmente as condições materiais. Outro fator a assinalar é que são feirantes com perfis diferentes, apesar de ser possível observarmos experiências comuns entre eles.

A terceira forma de autonomia também muito importante para esses trabalhadores era a de poder garantir a alimentação da família. Em 100% dos relatos desses sujeitos essa era uma preocupação de primeira ordem e, de acordo com a análise das narrativas, a autonomização alimentar era maior e mais confortável para aqueles que ocupavam um lugar privilegiado na hierarquia social da feira livre, conforme demonstrei acima. Em muitos casos (pode-se dizer que esta se afirma como regra geral) a condição de manter a autossuficiência ia mudando de acordo às transformações que iam ocorrendo na vida dos feirantes, principalmente no que diz respeito à sua ascensão na escala social. Um bom exemplo veio á tona na narrativa do feirante Elizeu da Farinha quando revelou que,

Graças a Deus e com a graça de Deus eu me casei e criei 10 filhos vivos. Mulher ligou<sup>618</sup> quando tinha 13, nasceu 3 mortos e 10 vivos e graças a Deus, da época que eu nasci pra deles, já pode dizê que eles nasceram em berço de ouro, porque eu já tinha meu comércio aqui e sempre trabalhando

---

<sup>617</sup> De acordo com a pesquisa é possível compor um quadro das hierarquias de posições na categoria feirantes de acordo o nosso contexto e realidade. Assim temos: 1 – pequeno lavrador que retira qualquer coisa da roça e leva para comercializar na feira 2 – fazedor de carvão 3 – vendedor de refeições em geral e café da manhã 4 – vendedor de madeira 5 – Atravessador que compra e revende as mercadorias da roça 6– feirantes que compra produtos de diversas ordens e comercializa na feira livre 7 – feirante que produz e vende farinha de mandioca/feirante que cria animais para o abate e vende a carne.

<sup>618</sup> Aqui o feirante está se referindo à Ligadura de Trompas ou Laqueadura.

na roça. Então, sempre como pobre o necessário nunca faltou, e naquela época que eu nasci faltava.<sup>619</sup>

É oportuno salientar que aqui se apresenta uma questão de gerações. A partir do relato podemos depreender que existe aí uma relação dialética entre três gerações de uma mesma família, cuja capacidade de garantir uma autonomia alimentar era condição *sine-qua-non* para a sobrevivência. Porém, percebe-se que é a terceira geração que parece ter tido uma dieta alimentar condizente com os anseios do feirante Elizeu da Farinha. Vale ressaltar que essa nova realidade só se tornou possível por causa da ampliação e evolução que a família Mota obteve ao longo da trajetória no ramo das atividades comerciais na feira livre. Assegurar a autonomia alimentar da prole foi muito mais favorável para o feirante Elizeu Mota, do que para seus pais.

Tudo indica que essa questão que diz respeito a gerações também influenciava alguns possuírem maior autonomia na ocupação do espaço na feira livre para comercialização dos produtos e mercadorias. Já que havia também uma hierarquização espacial, conforme já demonstrei no capítulo III. As Narrativas evidenciaram que o Barracão da Farinha era um dos lugares mais disputados. Elizeu da Farinha, por exemplo, herdou de seu pai o ponto dentro desse espaço, enquanto que outros feirantes não conseguiam com facilidade se fixar no Barracão da Farinha.

Vimos também que as barracas maiores, que apresentavam melhores condições e que tinha pontos fixos na feira livre de SAJ, eram de propriedade dos feirantes que tinham mais tempo no exercício desse ofício. Eles também já possuíam uma condição material mais favorável, como é o caso dos feirantes João do Couro, Esmeraldo da Cebola, Augusto Laranjeira, Elza do Café, o esposo de Basilina Maria Pires; enquanto muitos outros menos aquinhoados e, sobretudo, os “forasteiros” tinham que se aventurarem a sorte para que pudessem encontrar um bom lugar, favorável à exposição de seus produtos e mercadorias, bem como que fosse estratégico para a vendagem.

Outro elemento muito importante no universo do trabalho dos feirantes eram os animais de carga que eles utilizavam como meio de transportes das mercadorias. Assim, não possuir um cavalo, como era o caso da feirante Maria Plácida e sua família, quando começaram a comercializar seus produtos na feira livre nos anos 50 do século passado, ou possuir mais de 5 animais e ainda, ter condições materiais de alugar mais cavalos para

---

<sup>619</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.05.



transporte das cargas de farinha de mandioca, como era o caso da família Mota, era sinônimo de que estes últimos tinha um maior grau de autonomia e poder, do que os primeiros. Nessa dinâmica muito complexa e plural, ainda posso afirmar que outras formas de autonomia eram conquistadas por esses trabalhadores no universo da urbe. Dentre elas destaco: a possibilidade de obterem os mais variados tipos de informação, escolas para os filhos, ou seja, educação formal, festas e lazer, etc.

Todas essas questões eram importantes para esses trabalhadores. A soma de todas elas talvez significasse a conquista de uma autonomia mais ampla e, quiçá, a garantia também de uma cidadania mais efetiva. Conseguir conquistar todas elas poderia ser uma questão de sorte, mas, tudo indica, conforme as narrativas, que foi com muito “suor no rosto” que esses homens e mulheres foram paulatinamente galgando autonomia com os meios que estavam ao seu alcance de acordo a cada momento e situação que se desenrolava na vida cotidiana. Porém, era na feira livre que se aspirava a maior autonomização, matizada pelo mundo do trabalho, das relações que se construíam dentro dela e também em seu entorno – como a que alguns feirantes estabeleceram com proprietários de lojas e armazéns. Mas que isso, era na feira que muitos homens e mulheres da região do Recôncavo da Bahia realizavam o sonho de ser “trabalhador livre. Só é chato quando vende bebida né? Que aparece uns que fica bebendo e abusando igual um cão; mas é livre, trabalho bom, eu gostava”.<sup>620</sup> Apesar de alguns feirantes vivenciarem momentos “infernais” na feira, estar lá exercitando uma liberdade no mundo do trabalho era um privilégio.

Como vimos nessa secção, um dos sentidos mais significativos na vida dos feirantes era a busca de autonomia, trabalho livre e liberdade. Esses valores emolduravam sua cultura e inspiravam as experiências que vivenciavam no dia a dia em várias dimensões e esferas. Dessa forma, eles saíam em defesa de suas vidas e de suas respectivas proles, praticando não apenas uma economia de mercado – apesar de que o termo economia de mercado não tem sentido, pois não existe economia sem mercado, ou melhor, dizendo, não se encontra uma economia de não-mercado –<sup>621</sup> mas, sobretudo, uma “economia moral”. Dessa forma, esse será o nosso próximo aspecto exposto à análise.

---

<sup>620</sup> Zilda Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.10.

<sup>621</sup> E. P. Thompson. *Costumes em Comum... Op. Cit.* Pg.234.

## 7.2 Em defesa da vida: aspectos de uma “economia moral”

A vida dura que os feirantes levavam em função da dinâmica do mundo do trabalho, das carências e dificuldades em garantir as necessidades básicas à sobrevivência, tais como alimentação, vestuários, remédios, etc., poderiam ser um estímulo para que esses homens e mulheres nutrissem uma grande expectativa de poder acumular bastante dinheiro, ou seja, capital, já que no mercado ou feira livre – por ser um espaço onde se desenvolve as atividades e transações comerciais – a ideia de lucro aparece como um “fantasma” que paira no ar, difícil de dominar. A análise das fontes orais ao longo desse estudo permitiram-me – enquanto pesquisador – perceber que elementos como dinheiro, capital, acúmulo, riqueza – palavras corriqueiras que trazem consigo noções, conceitos e significados, a partir da estrutura mais geral do sistema capitalista - ganham novos sentidos, a partir da percepção, compreensão e os modos de vida que cada cultura ou grupo social elabora dentro da dinâmica e dos contextos sócio culturais aos quais pertence identitariamente.

Assim, uma lógica forte dentro da cultura desses trabalhadores era a de saírem em defesa de suas vidas e suas respectivas proles. Essa determinação da vida ordinária os orientava em direção ao entendimento de uma ideia contrária à daqueles que concebem a importância do capital ou do dinheiro, como algo que está primordialmente a serviço, sobretudo, do acúmulo de riquezas e bens materiais. É elucidativo o relato do feirante Antônio do Chapéu quando se refere à importância da riqueza. Em tom de sentença esse narrador expressou-se:

Ave Maria! É o que rapaz? A riqueza que a gente precisa é Deus primeiramente, segundo saúde e paz na vida e pronto. Pra quê? Dinheiro é importante? Ninguém leva, ninguém come. Ele não compra tudo, principalmente a vida. Hoje ele está comprando a morte, mas a vida não. Pra que esse negócio de dinheiro rapaz? Oh! Como é que o cara diz que não gosta de dinheiro? Eu digo que não gosto, porque pra mim o dinheiro é pra alimentar, vestir, comprar um remédiozinho pra família e pronto! Pra que mais, heim?<sup>622</sup>

O relato desse feirante me instiga a pensar várias questões. A primeira é que o acúmulo de riqueza é um perigo que se aproxima do campo das tentações “demoníacas” que estão presentes na vida cotidiana, difíceis de escapar. Daí a expressão “Ave Maria!”, como se

---

<sup>622</sup> Antônio Virgílio de Souza. *Op. Cit.* Pgs.01-02.

a imagem da santa pudesse defendê-lo desse perigo. Uma segunda observação está associada à ênfase como esse trabalhador interroga o pesquisador colocando-o em condição de refletir sobre essa questão, ao mesmo tempo que, parece querer saber qual sua convicção a respeito disso.

Uma terceira perspectiva de análise diz respeito à funcionalidade do dinheiro. Conforme o narrador evoca, “ninguém leva, ninguém come”. O feirante divide nossa existência em dois planos, o físico e o espiritual. Parece-me que, metaforicamente, ele está dizendo que a comida é algo sagrado e um bem que serve para a força física dos indivíduos e a manutenção da vida terrena, enquanto que no mundo espiritual são os valores éticos e morais que farão a diferença, daí serem estes bens muito mais valiosos e imprescindíveis, do que o dinheiro ou capital que estejam a serviço do acúmulo de riquezas. Deus, saúde e paz são os elementos constitutivos de um bem maior, a vida, que o dinheiro não consegue comprar, segundo a lógica de pensamento desse trabalhador. Ele deixa claro em seu relato de forma contundente e até, impositiva, a sua concepção sobre pra que o dinheiro serve, de fato, ou deveria servir apenas... Só para se ter uma ideia, em todas narrativas, os feirantes expressaram a alegria que eles sentiam quando percebiam que já tinham vendido produtos e mercadorias suficientes e “juntado” a quantia necessária para fazer a feira semanal da família.

Nas palavras finais que aparecem nesse fragmento da narrativa do feirante Antônio do Chapéu, ainda em tom interrogativo, ele parece querer nos advertir sobre o poder corruptor da riqueza, algo que diversas religiões ao longo do tempo tentaram fazer condenando a avareza e elogiando a pureza da pobreza. Parece que subjetivamente esse trabalhador nos inspira pensar na relação economia e moralidade.<sup>623</sup> Ele ainda revelou em sua narrativa que “acumular dinheiro é loucura”.<sup>624</sup>

A concepção desse feirante é semelhante à de Rodrigo Lopez do Vale. Esse trabalhador que criava e negociava porco no universo da feira livre de SAJ, ressaltou em seu relato que “a vida foi pra comer, todos barraqueiro não pode dizer que arranjou pra ficar rico não, arranjou pra alimentar a família”.<sup>625</sup> Elizeu da Farinha em um dos momentos de sua narrativa revelou que “a feira pra mim é uma Graça, porque eu criei uma família grande e me

<sup>623</sup> Richard Wilk em seu livro “Economies and cultures” entre tantas outras questões trata da relação entre moral e a economia situando a posição de economistas e antropólogos. Ver: Richard Wilk. **Economies and cultures: foundations of economic anthropology**. Indiana: WestviewPress, 1996. V capítulo. Vale ressaltar que o que me importa é observar que não só os intelectuais pensam e refletem sobre tal questão. O chamado senso comum também faz suas reflexões e análises a respeito da relação economia e moralidade.

<sup>624</sup> Idem. Pg.02.

<sup>625</sup> Depoimento de Rodrigo Lopez do Vale. Ex-feirante, aposentado. Rua Viriato Lôbo nº 505. Nascido em 06/10/1931. Pg.07. Entrevista realizada em Julho de 2015.

deu uma grande força. Não sou rico, mas o camarada no comércio há mais de 60 anos e dizer que não prestou, tá mentindo, né? Tá mentindo”.<sup>626</sup>

Observa-se nos três relatos desses feirantes que alimentar a família e garantir-lhes o prosseguimento da vida, a subsistência, era a principal causa que os movia a “fazer dinheiro” na feira e também, fora dela. Nenhum deles e também os demais feirantes que fazem parte desse estudo assumem ter acumulado dinheiro, que ficou rico ao longo do tempo, ou aspiravam tal condição. Todavia, quando Elizeu da Farinha nos chama atenção para o fato de que “o camarada no comércio da feira há mais de meio século e dizer que não prestou esta mentindo”, nos leva a inferir que, a priori, pessoas que mercadejaram nesse universo por 50 anos ou mais, tiveram a oportunidade de ascender socialmente e garantir melhores condições de vida para seus filhos. E, talvez acumular bens e riquezas. Havia/houve sim mobilidade e ascensão social entre os feirantes. Não sejamos ingênuos, muitas dessas questões estão no campo das subjetividades, algo difícil de mensurar ou até “retirar” das fontes orais.

A análise e crítica das fontes orais levou-me a perceber que existe determinados tabus<sup>627</sup> dentro da cultura dos feirantes. Um deles se refere a falar de dinheiro, lucro e acúmulo de bens e riquezas. Sabemos que os tabus são criados por convenções sociais, são meios de “preservar” determinados costumes e padrões morais. Assim, na cultura dos feirantes da cidade de SAJ, ficou evidente que eles se empenham em manter uma imagem de trabalhador(a), lutador(a), para seus clientes, seus pares ou qualquer outro sujeito social. É um costume em comum os feirantes se mostrarem como pessoas simples, trabalhadores não-afortunados; que são no máximo, “remediados\*”. Eles têm medo de serem vistos como grandes comerciantes e serem associados à condição de ricos. Essa é uma questão também que está no campo das identidades. E, talvez, uma boa estratégia camuflante.

De fato, a análise da trajetória de vida dos autores desses 3 relatos mostra que eles com o trabalho na feira livre conseguiram comprar terras e na atualidade possuem fazenda ou sítio. Um dos casos emblemáticos é o do senhor Rodrigo Lopez, conhecido na feira como seu Rodrigues, que aos 12 anos foi alugado<sup>628</sup> a um grande proprietário rural de SAJ por sua mãe

<sup>626</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.14.

<sup>627</sup> Tabu aqui é visto como valores morais. Ver: ORSI, Vivian. **Tabu e Preconceito Linguístico**. Revista REVEL, São Paulo. v. 9, n. 17, 2011. Na cultura dos feirantes outros tabus se apresentam, tais como: falar de racismo e discriminação racial, questões de gênero (prostitutas, homossexuais), brigas e confusões, desonestidades dos seus pares, etc.

<sup>628</sup> Esse feirante foi alugado e sua mãe era quem recebia os proventos desse aluguel, pago pelo fazendeiro. Rodrigo Lopez desempenhava várias funções, dentre elas, limpar a casa, encher tanques, vender leite e laranjas, ir para bancos, etc. Sabemos que as expressões representam relações distintas. Nesse caso, essa relação –

que viu nessa atitude uma possibilidade de pagar o aluguel da casa onde morava, já que estava sofrendo ameaças de despejo.<sup>629</sup> Hoje ele possui além de sua casa própria, um grande sítio na zona rural da cidade de Santo Antônio de Jesus. Mas será que todos feirantes com experiência de tempo de trabalho semelhante conseguiram tal êxito? Ainda são as narrativas que respondem essa questão.

Segundo os feirantes, várias pessoas conseguiram sucesso, outras não. Alguns que se dedicaram aos prazeres e excessos que a vida oferece, como jogos de azar, festas, bebedeiras e relações sentimentais fora do lar, não tiveram a mesma fartura ou conseguiram tê-la, mas perderam-na. Cabe ressaltar que esta é uma questão complexa e, mesmo sendo apontada por seus pares, ela se situa no campo das subjetividades, esta também é uma importante dimensão da vida a se considerar. Vários acontecimentos no campo da individualidade podem ter tido efeitos sobre a vida desses sujeitos que até prosperaram em algum momento de suas trajetórias, mas não conseguiram manter tal prosperidade.

Mesmo possuindo modestas propriedades rurais na atualidade – como é o caso de alguns feirantes – observa-se que o valor que eles atribuem não se coaduna com a lógica acumulativa da riqueza, elemento forte dos que detêm o poder dentro do modo de produção capitalista. É um outro tipo de relação que esses homens e mulheres estabelecem com a terra (conforme veremos mais adiante), com a riqueza e também com o mundo dos negócios ou atividades comerciais. Dessa maneira, essa experiência comum que esse grupo social apresenta no que diz respeito a atribuírem uma concepção ao dinheiro ou capital diferente da lógica neoliberal clássica da economia, associados a alguns valores e pressupostos morais que ocorrem em sua cultura, me leva a pensar em uma “economia moral” que existe entre eles. Já que, estes sujeitos estavam inseridos na ordem e lógica do capital, mas procuravam outras formas de lidar com ele, pelo menos foi o que eu observei a partir do mundo de suas ideias e pensamentos, expressos nas fontes orais.

A noção de economia moral foi cunhada na interpretação do comportamento dos ingleses pobres do século XVIII. Segundo E. P. Thompson, esse termo foi usado por Bronterre O’Brien numa polêmica opondo-o à economia política.<sup>630</sup> Em ensaio intitulado “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, Thompson faz uma crítica aos historiadores que interpretaram as revoltas populares, provocadas pelo aumento dos preços

---

alugado – era diferente do trabalho de ganho que alguns familiares de feirantes desempenhavam, conforme já foi abordado.

<sup>629</sup> Rodrigo Lopez do Vale. *Op. Cit.* Pgs.01-02.

<sup>630</sup> E. P. Thompson. *Costumes em Comum... Op. Cit.* Pg.256.

dos cereais, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome, como “motins da turba”. O autor critica uma “visão espasmódica da história popular”, que, a reboco da história econômica, não procura entender como os comportamentos dos homens “são modificados pelo costume, pela cultura e pela razão”.<sup>631</sup>

Na verdade, é contra um reducionismo econômico crasso que Thompson se levanta. Segundo sua concepção, pode-se detectar nas revoltas populares da Inglaterra do século XVIII, uma noção legitimadora. Para ele, era em nome de princípios morais que eram feitas as queixas, os confiscos de grãos ou de pães e isso, em geral, de maneira disciplinada e com objetivos claros.<sup>632</sup> O consenso sobre costumes e direitos tradicionais não se restringia à classe trabalhadora, mas era compartilhado por outras classes como a nobreza latifundiária, esta em contradição com comerciantes e negociantes. Thompson ainda revela que algumas dessas manifestações violentas tiveram respaldo de autoridades, como os magistrados. Então, não era simplesmente à fome que essa população urbana reagia, mas ao desrespeito de pressupostos morais.

Os pressupostos morais, a meu ver, são elementos importantes da dimensão da vida dos grupos sociais, sobretudo, dos pobres. E isso me faz lembrar a importante e cuidadosa observação que Frederico de Castro Neves faz sobre o que Thompson queria com o conceito de “economia moral”. Segundo Neves, “com esta expressão, Thompson pretendia alcançar o universo de sentidos conferidos pelos pobres não só ao trabalho, mas especialmente à distribuição da riqueza social em tempos de crise, escassez e empobrecimento generalizado”.<sup>633</sup> Assim, os valores morais são acionados com objetivos claros e, primordialmente, são utilizados numa perspectiva ética em defesa da vida. Acredito que os pobres da Inglaterra do século XVIII agiam também, a partir deste princípio. Thompson sofreu várias críticas, refutou-as e também desferiu várias críticas a autores que ampliaram e estenderam o conceito de economia moral. Ele ainda adverte e chama atenção para que não o usem de maneira indiscriminada. Após revisão do conceito, o autor definiu economia moral como:

---

<sup>631</sup> Idem. Pg.151.

<sup>632</sup> LECHAT, Noëlle M. P. **Economia moral**: um conceito bom para pensar a economia solidária? Ciências Sociais UNISINOS, São Leopoldo – RS. v. 37, n. 159. Pgs.10-11. 2001.

<sup>633</sup> NEVES, Frederico de Castro Neves. **Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?)**. Revista projeto História. São Paulo. Vol. 16. Fevereiro de 1998. Pg.01.

Os confrontos na praça do mercado a respeito do acesso (ou direito de acesso) aos “artigos de primeira necessidade” – aos gêneros essenciais. A questão não é apenas que seja conveniente reunir num termo comum o feixe identificável de crenças, usos e formas associados com a venda de alimentos em tempos de escassez, mas também que as profundas emoções despertadas pelo desabastecimento, as reivindicações populares junto às autoridades nessas crises e a afronta provocada por alguém a lucrar em situações de emergência que ameaçam a vida, conferem um peso “moral” particular ao protesto. Tudo isso, considerado em conjunto, é o que entendo por economia moral.<sup>634</sup>

Thompson defende que “se estendido a outros contextos, o termo economia moral deve ser redefinido para não haver perda de foco”. E diz que “o termo está à disposição de todo desenvolvimento que possa ser justificado”. O autor ainda avisa: “A ‘economia moral’ não nos conduz a um único argumento, mas a uma confluência de raciocínios”.<sup>635</sup> Dessa forma, com o objetivo de detectar os aspectos de uma economia moral que, a meu ver, existe na cultura dos trabalhadores que exerciam o ofício de feirante na cidade de Santo Antônio de Jesus no Recôncavo baiano entre os anos 50 a 70 do século passado, que ajusto esse conceito de acordo com a especificidade da realidade estudada redefinindo-o aqui como: Postura ética de luta pela sobrevivência baseada em princípios morais ligados a um conjunto de ações, práticas e tomadas de atitudes que, ao enfrentar as “classes dominantes” conscientemente com resistências e protestos “silenciosos” e, por vezes, individuais, vislumbram a conquista e manutenção da “autonomia, liberdade” e trabalho livre. Estes, sempre referendando e agindo em defesa da vida.

Ao longo da leitura do texto já é possível perceber essas questões, ou porque não dizer, essa lógica da vida dos feirantes. Todavia, acredito ser interessante nesses momentos finais da tese sistematizá-los. Não é preciso mais ratificar que a ética da sobrevivência, que tinha no mercado a expressão maior, já que era lá que esses trabalhadores mercadejavam seus produtos e mercadorias, era um dos valores primordiais dessa cultura. Em nome dessa ética, muitas decisões eram tomadas e atitudes postas em práticas pelos feirantes.

Uma dessas primeiras decisões se referem a se libertarem do domínio de grandes proprietários rurais, já que, na década de 50 e 60 do século XX, na região do Recôncavo da Bahia, eles estavam submetidos às relações de meeiros trabalhando nessas propriedades rurais sob o domínio e a exploração familiar, como as de Augusto Laranjeira e seu Zezéu, dentre outros, eram integrantes dos grupos “dominados” e sentiam o “peso” dessa relação com

<sup>634</sup> E. P. Thompson. *Costumes em Comum... Op. Cit.* Pg.257.

<sup>635</sup> Idem. *Ibidem.* Pg.203.

aqueles (grupos dominantes) que deles buscam extrair trabalho, comida, impostos, rendas e juros. Para eles era um direito moral se libertarem desse tipo de relação social.

Na cultura dos feirantes prevalece ausência de formas mais visíveis de oposição política, como rebeliões ou greves. Não se tem notícia de que eles fizeram protestos organizados para reivindicarem melhores condições de vida, mas se sabe, via as narrativas orais, que tinham consciência daquela realidade, viviam insatisfeitos, resistiam com paciência e silenciosamente na cotidianidade e foram criando forças para romper com tal relação de maneira decisiva sem grandes “alardes”. É bom lembrar a grande contribuição de James C. Scott, grande estudioso das formas de vidas camponesas e sujeitos do mundo rural, quando nos faz perceber as formas cotidianas de resistência das populações camponesas que são mais vitais e efetivas. Nem sempre greves, rebeliões, ações contra o Estado, dentre outras formas coletivas e “organizadas” de resistências são possíveis ou surtem efeitos. Nem sempre também, esses são os espaços de expressão política das pessoas que vivem no mundo rural.<sup>636</sup>

Dessa forma, com o pensamento de que aquilo não era vida para um ser humano e de que o lucro e o ganho dos proprietários era algo desumano e desleal, os feirantes que anteriormente viviam na condição de meeiros, evadiram “silenciosamente” deixando o modo de vida para trás e saíram em busca de um modo de vida mais digno. Existia aí uma questão não só material como também moral entre esses sujeitos. E a resistência fazia parte dessa conduta moral.

As fontes demonstram que a resistência era uma constante na vida desses trabalhadores. Dentro dessa cultura, o conceito de resistência que mais se adequa a essa realidade, a meu ver, está sistematizado na concepção de Scott. Para esse autor, as formas cotidianas de resistência é,

a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada. Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou

---

<sup>636</sup> Ver: SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa-Portugal: Livraria Letra Livre, 1992.



com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses.<sup>637</sup>

Assim, uma dessas formas de resistência que se desdobrava na luta cotidiana era a determinação dos pais dos feirantes de não quererem que seus filhos trabalhassem para outrem, subordinados às condições de “trabalho alugado” ou “trabalho de ganho”. Eles tinham consciência do que implicava esse tipo de relação no mundo do trabalho. Dominação, exploração, opressão e relações assalariadas eram palavras que deveriam ser extintas do vocabulário da vida desses indivíduos em nome do trabalho livre. Muitos conselhos eram dados repetidamente à prole, orientando-os a seguirem em tal direção. De fato, parece que surtia efeito. Assim, esses conselhos eram formas de resistências discretas e implícitas, que ocorria no âmbito domiciliar, era uma resistência doméstica, constituindo-se como uma infrapolítica, como bem ressaltou James Scott.<sup>638</sup> O aconselhamento era um “costume em comum” dentro da cultura desses sujeitos. Eles eram recomendados em nome de uma prudência que deveria se ter perante a vida. A prudência pode ser lida naquela cultura como um pressuposto ético e moral.

Um outro pressuposto ético que vem imbuído de aspectos morais, está associado ao valor que era dado às mercadorias e produtos expostos à venda na feira livre. Um dos problemas enfrentados pelos feirantes era a sobra das mercadorias, principalmente aquelas perecíveis, como era o caso da carne de porco. O que fazer com essas sobras? Conforme podemos perceber na concepção do feirante Antônio do Chapéu,

Às vezes sobrava e vinha o fracasso porque, sobrou aquilo ali não se conta como dinheiro, né? Sobrou, sobrou... Hoje é prático, porque quando sobra vai para o freezer e acabou, mas naquele tempo não tinha esse negócio. Rapaz, você quer ver castigo é fazer carneiro de sol, você pega 10 kilos, bota de sol e no outro dia dá 5. Mas sempre sobrava sim. Agora eu tenho aquela coisa que tá comigo até hoje. Aquilo que sobra da feira que vem pra casa ela não retorna pra feira não, aqui agora eu vendo pelo barato, eu como, eu dou, mas aquilo não volta pra feira, porque ela não tem mais qualidade.<sup>639</sup>

<sup>637</sup> SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes, Campina Grande**. vol. 21, nº 01, jan/jun. 2002. Pgs.11/12.

<sup>638</sup> SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa, Portugal: Edição Livraria Letra Livre, 1992. Pg.271.

<sup>639</sup> Antônio Virgílio. *Op. Cit.* Pgs.21/22.

A palavra fracasso denota a frustração que os feirantes sentiam quando sobravam mercadorias, principalmente os trabalhadores que comercializavam produtos perecíveis como carnes, frutas e legumes. Numa cultura em que a luta pela sobrevivência era custosa, as sobras significavam perdas que podiam comprometer a renda necessária para a compra dos produtos de primeira necessidade como alimentícios, roupas e remédios, para suas famílias.

O feirante, sabiamente, em seu relato, fala sobre a praticidade dos tempos de hoje, quando possuímos vários eletrodomésticos, como o freezer e a geladeira, que conservam por muitos dias os alimentos considerados perecíveis. Só um exercício de imaginação poderá fazer com que nos coloquemos “naquele tempo” e entendamos o que esse trabalhador está falando. Esse era mais um desafio que eles enfrentavam em seu labor. Conforme sua narrativa, perdia-se carne quando esta sobrava e não tinham meios para conservá-las, perdia-se também no próprio processo de produção e transformação da carne de carneiro em carne do sol, devido à redução do peso a quase metade.

A qualidade das mercadorias era algo importante na concepção dos feirantes. A boa condições dos produtos e mercadorias significava respeito e honestidade com seus fregueses e clientes. As sobras de uma feira não podiam retornar para ser novamente comercializada. Porém, tudo indica que essa lógica mais se aplicava e se adequava às mercadorias que eram perecíveis e, apesar da maioria deles comungarem dessa concepção de respeitabilidade e honestidade que se deveria ter com os fregueses, não oferecendo mercadorias de qualidade duvidável, nem todos feirantes agiam da mesma forma que seu Antônio do Chapéu, havia algumas exceções e não podemos esquecer que na feira livre havia sim concorrência e competição. Elementos cruciais da lógica do mundo capitalista.

Ainda no próprio processo de escolha das mercadorias e produtos, os feirantes não só induziam seus fregueses a escolherem os melhores e de boa qualidade, como os ajudavam nesse processo. Uma das características importante da feira livre é a possibilidade mais ampla que os fregueses têm de escolha. Dinâmica diferente dos supermercados e estabelecimentos surgidos na modernidade e que comercializam em sua maioria produtos industrializados.

A concepção de garantir produtos e mercadorias de boa qualidade às pessoas parece estar imbuída de valores humanitários e condizentes com uma moralidade de preocupação com o bem comum. Na feira livre de SAJ, existia, para além do aspecto econômico, um aspecto social, já que muito do que se vendia era aquilo que fregueses e clientes compravam de acordo as necessidades reais. Não existia uma lógica de inventar e produzir mercadorias que não fossem necessárias à vida de forma mais geral e nem um estímulo ao consumo de

produtos considerados supérfluos, conforme observamos na cultura capitalista do mundo contemporâneo. Soma-se ainda a essa questão, o fato de que no universo da feira livre as pessoas tinham/têm a liberdade de poder cheirar, tocar e provar o que vai se levar para casa.

Na relação que existia entre feirantes e fregueses, havia uma reciprocidade que tornava tal relação bastante pessoal, bem diferente da lógica impessoal vivenciada por clientes que frequentam redes de super e hiper mercados que começaram a surgir no Brasil a partir da década de 50 nos grandes centros, conforme já enunciei. Essa relação de feirantes e fregueses permitia a troca de afagos, mimos e agrados, conforme lembraram alguns feirantes. Zilda Maria Pires trouxe dimensões dessa relação rememorando que,

A relação com os clientes era boa, tratava a gente bem. Tinha pessoas que a gente nem nunca viu, aparecia lá e comprava. Agora tinha a clientela de toda semana que já tinha aquele lugar certo de almoçar. Era da roça que vinham, às vezes traziam até presentes. Trazia galinhas, trazia frutas, dava a gente; pessoal da roça, os clientes. O pessoal da roça gostava muito de dar, né? Aí, trazia. Eles gostavam muito do meu pai, dava presente em época de festa. Os da cidade não dava nada não, mas tinha muitos clientes conhecidos daqui.<sup>640</sup>

O relato dessa feirante mostra como a feira livre ou o mercado “se revela um ponto de junção entre histórias sociais, econômicas e intelectuais, além de uma metáfora sensível para muitos tipos de intercâmbios”, conforme salientou E. P. Thompson em *Costumes em Comum*<sup>641</sup>. Porque o relato me leva a deduzir que relações comerciais, culturais, educacionais, dentre outras, ali eram desenvolvidas de modo recíproco ou não, entre homens e mulheres das roças e das ruas do Recôncavo baiano e também de outros estados brasileiros e outras nações. Alguns franceses, ingleses, alemães e portugueses, alguns deles proprietários de armazéns ou negociante desse ramo econômico, também frequentavam a feira livre da cidade de SAJ.

Um outro aspecto, a meu ver, importante a se destacar, refere-se ao fato de que a maioria dos feirantes se declararam como “analfabetos” e o mínimo que aprenderam na educação formal e institucionalizada foi assinar o próprio nome. Então, cabe nos perguntar: Como eles faziam para administrar e gerenciar os seus comércios na feira livre?

Do ponto de vista do comércio e das transações que esse tipo de atividade suscita para aqueles que nela se envolvem, acredito que são as características culturais de cada contexto

<sup>640</sup> Zilda Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.17.

<sup>641</sup> E. P. Thompson. *Costumes em Comum... Op. Cit.* Pg.203.

histórico específico que acabam definindo as formas e configurações que elas assumem. Assim, as atividades e práticas econômicas dos feirantes aqui estudados pertenciam à uma cultura própria, que tinha na especificidade da palavra, sua maior expressão. Era através da palavra que contratos e acordos comerciais eram sancionados, compras e negociações eram firmadas, estoques eram contabilizados e memorizados, mercadorias eram negociadas na feira livre, dentre outras facetas desse ramo de negócios. Assim, Esmeraldo da Cebola lembrou que, nos anos 60 e 70 do século passado,

Vendia um senhor que tinha lá nas 4 Esquinas,<sup>642</sup> por nome Moisés, eu trazia cebola e alho. Às vezes tinha um moço por nome Vei, aí, eu chegava lá e ele chamava: “Esmeraldo, eu tô com um alhozinho aqui, uns fardos de alho pra vender. Eu te vendo, quando for de hoje a oito (8 dias) tu traz o dinheiro”. Eu não tinha dinheiro nenhum, ele me vendia fiado e não assinava nada. Aí, eu chegava aqui, vendia esse alho todo, vendia a cebola, quando era com 8 dias eu levava o dinheiro e pagava à pessoa.<sup>643</sup>

Este fragmento, que traduz a forma como uma das transações comerciais era firmada pelo feirante Esmeraldo da Cebola em sua vida ordinária, refere-se ao momento que ele já havia prosperado e se deslocava para a cidade de Feira de Santana na Bahia para comprar produtos e mercadorias e depois revendê-los na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus. Em comunidades e grupos sociais que alguns estudiosos, através da análise e interpretações de seus modos de vida, perceberam aspectos de uma economia moral, a palavra é algo muito forte, se constituindo como um elemento que dá coesão, sentido e significado à vida, embasada em pressupostos éticos e morais.

Dessa forma, percebi no modo de vida desses feirantes, que muitas obrigações e acordos eram criados referendados pela palavra. Não existia um contrato feito via fatura ou qualquer outra forma impressa baseada nos códigos e valores da escrita formal, para selar tal acordo. E isso não impedia que existisse uma obrigação, entre os sujeitos, criada pelos mecanismos próprios da palavra e da memória. Eram homens e mulheres “de palavra”, imersos num mundo em que a quebra desse costume, ou seja, o não cumprimento com a palavra, implicava em desonra, desonestidade e deslealdade. Valores estes, que esses homens e mulheres tanto lutavam para não agregá-los compulsoriamente à sua personalidade.

<sup>642</sup> Uma das áreas centrais da cidade. Tem esse nome porque é um cruzamento composto por 4 esquinas que estava localizada nas imediações da feira livre quando esta funcionava na praça Padre Mateus.

<sup>643</sup> Esmeraldo Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pgs.06-07.

Era com a palavra, também, que muitos pais, que eram auxiliados pelos filhos, no próprio universo da feira livre, ensinavam aos seus rebentos noções sobre caráter, personalidade, moral, ética, sobre respeito na relação com os mais velhos, solidariedade e cidadania. Assim, dentre as múltiplas funções da feira, ela assumia também, a função pedagógica. Os pais além de mercadejarem, também instruíam e educavam seus filhos ali naquele lugar.

Outro aspecto relevante refere-se ao valor atribuído ao animal de carga, uma das principais “ferramentas” do mundo do trabalho dos feirantes naquele período. Percebemos que a forma como eles viam esse “bem” é bem diferente da forma como são vistas as ferramentas do mundo do trabalho na lógica clássica do capitalismo. Rodrigo Lopez via essa ferramenta de seu universo do trabalho da seguinte forma, “Vivia da lavoura também, plantava mandioca, fumo, laranja e capim pra o animal que me ajudava a viver”.<sup>644</sup> Era essa concepção que os feirantes tinham em relação aos animais que transportavam seus produtos e mercadorias até a feira livre da cidade. Portanto, eles atribuíam um valor moral a essa “ferramenta” tão importante nesse processo, já que esses animais de carga os ajudavam na difícil arte do viver.

Por fim, “fazer a feira” da semana, era algo primordial para esses trabalhadores. As fontes indicam que a feira da semana, além de garantir a sobrevivência da família, era simbolicamente vista como o marcador social que dignificava o homem, pai de família, cujo papel principal, era garantir e fazer “a feira”. Para esses homens, não ter condições de fazer a feira “completa” era uma desonra. Elizeu da Farinha, com muito entusiasmo narrou: “tenho essa família grande, 10 filhos, uma de criação, 11. Sempre garanti a comida, minha feira era graúda\* mesmo. Nunca foi faltando nada pra casa. Eu graças a Deus, desde aquela época, eu nunca levei uma feira faltando”.<sup>645</sup> Antônio do Chapéu com muito vigor nas palavras e forte entonação na voz, afirmou: “graças a Deus que eu não tenho dinheiro. O dinheirinho é fazer a semana e sábado, a feira sem faltar nada, e pronto”.<sup>646</sup>

Mas do que lucrar e enriquecer, as narrativas demonstram também que entre os feirantes, havia uma constante preocupação com os preços das mercadorias que não “deveriam” ser altos e dificultar ainda mais a luta pela sua sobrevivência, mas também da sociedade em geral, principalmente os grupos menos abastados. Por tudo isso, pelas histórias

---

<sup>644</sup> Rodrigo Lopez do Vale. *Op. Cit.* Pg.10.

<sup>645</sup> Elizeu Lopez da Mota. *Op. Cit.* Pg.29.

<sup>646</sup> Antônio Virgílio de Souza. *Op. Cit.* Pg.02.

e experiências que foram contadas ao longo de todo texto, possíveis e passíveis de serem mensuradas pelo leitor, que defendo que, para além de um determinismo econômico havia fortes aspectos de uma “Economia Moral” localizada no seio dessa cultura e esta era acionada o tempo todo, ou seja, na luta que era encenada dia-a-dia. Luta essa, em defesa da vida que se constituía em um direito moral.

É fácil perceber na cultura desses homens e mulheres das roças que exerciam o ofício de feirantes entre os anos 50 a 70 do século passado, que existia um código moral não formulado mais poderoso, muitas vezes baseado na solidariedade, concepções de justiça, auxílio mútuo e cooperação. Havia entre eles uma convicção moral de que as pessoas têm direito a tratamento justo, a um salário decente para uma vida difícil, a “fatias justas” mesmo na pobreza. Assim, foi para continuar vivendo sob essas noções e códigos morais que muitos feirantes migraram da roça para a rua. Nesse sentido, como veremos a seguir, as intenções, objetivos e atitudes, que contribuíram para que esses sujeitos migrassem, estão dentro desses aspectos da economia moral que identifiquei na cultura desses indivíduos.

### **7.3 Em busca de outros sentidos para continuar vivendo: memórias e experiências da migração**

Em seu livro “Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980”, composto por três capítulos, o historiador Charles D’Almeida Santana dedicou um deles, intitulado “migrar é viver”, à análise das experiências de trabalhadores rurais das cidades de Conceição do Almeida e Santo Antônio de Jesus – Recôncavo baiano – que migraram para outras cidades do Brasil, principalmente, Salvador, capital da Bahia no referido período. Segundo o autor, esse capítulo foi construído

Num esforço em perceber as especificidades da migração em direção à cidade, buscando acompanhar a problemática do “futuro”, da “fartura” e da “ventura” no processo migratório, segundo a ótica do lavrador da região, distanciando-o do genérico camponês nordestino. O texto preocupa-se, sobretudo, em referir-se a experiências e vivências da migração e questões vinculadas às tradições no campo baiano.<sup>647</sup>

---

<sup>647</sup> SANTANA, Charles D’Almeida. Fartura e ventura camponesas... *Op. Cit.* Pg.25.

Santana inicia sua análise dizendo que há um certo consenso em admitir a seca como responsável pelas migrações de nordestinos. Todo Nordeste seria, consoante com essa versão, uma grande área historicamente fornecedora de mão-de-obra barata e desqualificada para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo. À homogeneização de processos desse tipo, acrescentam-se a existência de latifúndios e a exploração do trabalho do homem no campo.<sup>648</sup>

Ele segue a reflexão ressaltando que há de se “considerar fundamentos reais que justificam a imagem do tripé seca-exploração-migração, de todo modo mecânica, e que organiza a lógica da vida na grande região de caatinga bordada por praias paradisíacas”.<sup>649</sup> Charles Santana faz uma crítica a essa visão generalista e, apesar de reconhecer a literatura de ficção como um dos itens da realidade, cujo desempenho se deve destacar; “denúncia” alguns autores da segunda fase do modernismo brasileiro – cuja narrativa regionalista, de forte conotação social, assume o Nordeste como temática de denuncia – por cristalizar essa visão generalista através de seus escritos. Ou, quem sabe, foram também os leitores dessas obras que compreenderam essas narrativas de forma generalista.

Vale ressaltar, por exemplo, que muito do que comungamos da “memória nacional” sobre migrações nordestinas, coloca a seca como principal fator desse processo de maneira indiscriminada, como se esta fosse uma realidade dos diversos contextos socioculturais que compõem essa região. Dentre os romances que contribuíram para essa visão, Santana destaca: *O quinze de Rachel de Queiróz*; *Vidas Secas* de Graciliano Ramos e *Seara Vermelha* de Jorge Amado. Escritos respectivamente nos anos de 1931, 1938 e 1946. Nessas obras, o flagelo da seca e as práticas de poder no Nordeste constituem, pois, as temáticas centrais na literatura de ficção, denominada como “romance brasileiro”.<sup>650</sup>

Ao abordar essa temática em sua obra, Charles D’Almeida Santana, chama a atenção do leitor, explicitando que o interesse dele enquanto pesquisador, “é notar as peculiaridades da migração que ora nos preocupa: a de trabalhadores do campo da região de Conceição do Almeida e Santo Antônio de Jesus”. Ele ainda ressalta que “importam mais as diferenças que as semelhanças entre os retirantes nordestinos e alguns migrantes da Bahia”.<sup>651</sup>

Assim, é nessa linha de reflexão, cuja proposta de análise foge à concepção de um “genérico camponês nordestino”, que assumo minha primeira perspectiva analítica sobre a questão. Muito se sabe da narrativa ficcional de personagens como Fabiano de *Vidas Secas*,

<sup>648</sup> Idem. Pg.107.

<sup>649</sup> Idem. Ibidem.

<sup>650</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. Pg.549.

<sup>651</sup> SANTANA, Charles D’Almeida. *Fatura e ventura camponesas... Op. Cit.* Pg.110.

Conceição de O Quinze, Juvêncio de Seara Vermelha, dentre tantos outros que deram cor e forma à nossa literatura; e é claro que muitas dessas histórias representam também as histórias e trajetórias de milhares de pessoas que encenaram suas vidas no mundo real. Porém, pouco se sabe das histórias e motivos que impulsionaram homens e mulheres como Esmeraldo da Cebola, Maria do Feijão, Seu Zezéu, Brasilina Maria Pires, Clementino Ferreira, Elza do Café, dentre tantos outros sujeitos – também nordestinos, mas de outras porções do Nordeste – migrarem da roça (campo) para rua (cidade) no Recôncavo baiano entre os anos 50 a 70 do século passado. São essas peculiaridades e seus contextos que pretendo abordar nas linhas que seguem. Ressalto que nesse momento não pretendo traçar toda uma história da trajetória de um migrante, apenas irei abordar os motivos pelos quais eles resolveram deixar a roça e irem morar na rua, entendendo que esses motivos e atitudes são marcos expressivos nas suas trajetórias de vida, ou seja, de suas experiências.

Ao responder a pergunta: porque o senhor resolveu ir para a cidade? O lavrador Zezéu, que mais tarde se tornaria feirante, sem titubear falou que estava cansado de trabalhar na enxada, do sistema de meeiro ao qual estava submetido e porque não tinha terreno. Segundo Charles D’Almeida Santana, entre os anos 1950 a 1980,

Municípios da sub-região do Planalto do Recôncavo experimentavam uma profunda transformação na sua vida no campo. A concentração de terras, o avanço sobre as matas, a derrubada dos quintais de café e as extinções das roças de fumo, processos que se articularam historicamente em um único movimento, expulsaram os trabalhadores rurais para cidades próximas, outras regiões e estados brasileiros.<sup>652</sup>

O autor ainda assegura que a concomitante ampliação da pecuária bovina extensiva, com o plantio da gramínea brachiaria, reduziu a necessidade de mão-de-obra para a produção. Ele diz que “no âmago de todo processo, as condições de vida da maior parcela da população rural aceleraram a sua deterioração”. Santana esclarece que “em tais circunstâncias, a migração configurou-se como alternativa a uma expressiva parcela da coletividade, especialmente para as novas gerações que se viram sem perspectiva de encontrar terra para o trabalho”.<sup>653</sup>

---

<sup>652</sup> SANTANA, Charles D’Almeida. Fatura e ventura camponesas... *Op. Cit.* Pg.110.

<sup>653</sup> Idem. Pgs.110-111.



A deterioração das condições de vida de muitos homens e mulheres do Recôncavo baiano ocorreu porque muitos armazéns de fumo<sup>654</sup> e café, que empregavam carregadores e pessoas que desempenhavam outras funções nesse ramo de negócios, foram fechados. Muitas pessoas que viviam com os recursos obtidos com atividades relacionadas à lavoura do fumo - cujas principais etapas iam desde a preparação das sementeiras e do solo, o plantio e o trato com a planta até a colheita, ou seja, as etapas do corte, secagem e enfardamento, transporte dos fardos para os armazéns de enfardamento ou beneficiamento nos centros urbanos mais próximos.

Até o trabalho das manufaturas, que tinha o seu contingente operário maior, exatamente no período entressafras, quando cessava o trabalho na roça de fumo e se estendia a labuta com a planta já seca e semi-processada nos estabelecimentos fabris ou nas próprias casas das trabalhadoras – perderam seus postos de trabalho com o declínio dessa atividade agrícola, que se iniciou nos anos 1950, aumentando nos anos 60 e 70 e atingindo o clímax desse processo entre os anos 80 e 90 do mesmo século.<sup>655</sup>

Outro fator que contribuiu também para essa deterioração no campo se refere aos diversos engenhos da região que encerraram suas atividades por conta da baixa produtividade e da diminuição do uso do açúcar mascavo e da rapadura. Segundo Itamar de Souza, “das 18 usinas existentes, em todo Recôncavo, no ano de 1940, havia apenas 5 no ano de 1973”.<sup>656</sup>

Esse é o retrato do que estava ocorrendo na região do Recôncavo baiano naquela época, cujas mudanças e transformações contribuía para a “expulsão” de muitos homens e mulheres do campo para a cidade. Diante dessa realidade, Charles Santana coloca a migração como uma “alternativa expressiva a uma parcela da coletividade”. Apesar de alguns motivos que impulsionaram algumas pessoas, migrar não está associado a essa realidade, conforme veremos mais adiante. É dentro desse contexto histórico que se insere não só a história do feirante Zézeu, como a de quase 100% dos feirantes que fazem parte desse estudo. Já que, apenas um deles, Antônio do Chapéu, nunca saíra do campo com o destino de morar na

---

<sup>654</sup> Segundo Elizabete Silva, “Os armazéns de fumo, como eram conhecidos na região, eram estabelecimentos comerciais de compra e venda de tabaco, que acumulavam várias atividades, dentre elas, a compra do fumo diretamente do produtor, muitas das vezes financiando a produção; o beneficiamento do fumo através do processo de escolha, destalação e separação dos fumos; enfardamento; pesagem; exportação e importação; e distribuição dos fumos para as empresas que ficavam na ponta da produção – as fábricas de charutos, de dentro e fora do estado”. Ver: SILVA, Elisabete Rodrigues da Silva. *As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo baiano*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. PPGNEIM-UFBA. Salvador-Bahia. 2011. Pg.68.

<sup>655</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>656</sup> SOUZA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1980. Pg.40.

cidade. Esse movimento, que se configura na saída de homens e mulheres do campo para cidade, ficou nacionalmente conhecido como êxodo rural. E é, sobretudo, na década de 70 do século XX que ele começa a se intensificar.

Os anos 50 é o marco inicial da migração interna e externa que ocorreu na região do Recôncavo baiano, assim como em todo o Brasil. Segundo Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay,

É bastante difundida – e não só entre os especialistas da área – a informação de que, entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, quer se considere a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida. Curiosamente, entretanto, desde então, o êxodo rural deixou de traduzir-se em cifras.<sup>657</sup>

De fato, muitos estudos de cunho estatísticos, já mostraram a intensidade dessa realidade que causou muito impacto, acompanhado de muitas mudanças e transformações em cidades brasileiras e também, na vida de milhões de brasileiros migrantes, na segunda metade do século XX. Segundo Michel Hall, o impacto sobre São Paulo dos migrantes nordestinos, que chegaram à cidade no meio do século XX, foi tão grande quanto os efeitos produzidos, pelos imigrantes que vieram da Europa e da Àsia em décadas anteriores.<sup>658</sup> Ele ressalta ainda que os que dominavam a cidade incentivaram a vinda desses trabalhadores e suas famílias, cuja mão-de-obra barata facilitou consideravelmente o notável crescimento de São Paulo. Parece que o impacto causado pelos migrantes nacionais, do qual fala Hall, não esteve limitado apenas à essa cidade. Guardadas as devidas proporções, outras cidades, como Salvador, capital da Bahia, também recebeu um expressivo número de homens e mulheres que se deslocaram de áreas rurais do Recôncavo Baiano para a capital.<sup>659</sup>

A historiografia tradicional se encarregou de construir categorias explicativas sobre a migração interna no Brasil de maneira, às vezes, abstratas e generalizantes, homogeneizando os sujeitos migrantes e suas histórias. Quase sempre o viés econômico fora o aspecto apontado como o mais importante quando se trata do fenômeno da migração, deixando de

<sup>657</sup> CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 1999. Pg.01.

<sup>658</sup> FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista.** São Paulo (1945-66). Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008. Pg.13 – Michel HALL no Prefácio do Livro.

<sup>659</sup> Sobre essa questão ver o interessante estudo de: SANTANA, Charles D’Almeida. **Linguagens Urbanas; Memórias da Cidade: vivências e imagens da Salvador de migrantes.** São Paulo. Editora Annablume, 2009.

lado as questões e os efeitos sociais, políticos e culturais que esse fenômeno possibilitou a partir dos “encontros” de homens e mulheres que estavam em movimento. Muitas dessas análises colocaram o sujeito migrante como vítimas do processo, passivos perante a realidade e, sobretudo, como se eles não fossem sujeitos de sua própria história.

Recentemente, os debates em torno do processo de migração rural/urbana que transformou a vida de milhares de pessoas nos anos 1940/50, continuado nos anos 60 e 70 do século XX no Brasil, vem se ampliando com os novos olhares de historiadores e cientistas sociais que elegeram/elegem outros paradigmas e métodos de pesquisa para interpretar e compreender essa questão. Influenciados pela história social inglesa, esses pesquisadores, a partir de suas lentes, perceberam que investigar as múltiplas e diversificadas experiências desses sujeitos, em suas respectivas realidades e contextos sócio-culturais, muito contribuiria para “capturar” e alargar o debate sobre esse fato importante da história do Brasil que é a migração interna.

Percebeu-se que estudar as experiências levadas por homens e mulheres rurais para a cidade grande, sua cultura, seus costumes, os modos de relacionamentos, a construção da rede de sociabilidades, as subjetividades, as estratégias de sobrevivências, as memórias, suas linguagens, as histórias de família, formas de organização, as viagens e caminhadas, as relações de gênero, as resistências, tensões e conflitos, as formas de inserções no mundo do trabalho, dentre outros aspectos da vida cotidiana, são fundamentais para compreender a dinâmica social e histórica da sociedade brasileira no século XX, em especial no pós II Guerra Mundial.

Superar a dicotomia que embasava o arcabouço teórico-metodológico de alguns pensadores – migração nacional/internacional, interna/externa; rural/urbana – foi imprescindível para que o debate avançasse. Procurando analisar as múltiplas sociabilidades e experiências que forjaram os trabalhadores brasileiros entre os anos 1945-1966, especialmente os migrantes nordestinos, a obra “ Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66), de Paulo Fontes, torna-se um estudo fundamental para aqueles que vislumbram acompanhar as múltiplas facetas da migração interna no país.

O autor nos mostra que o ato de migrar não é um movimento irracional, resultado apenas das difíceis condições econômicas no ambiente rural, que fazia com que as pessoas impensadamente se deslocassem em direção aos centros urbanos. A busca por um lugar com saneamento básico e uma infraestrutura com escolas, hospitais, outras formas de lazer e diversão e modos diferentes de relacionamento nas relações trabalhistas, eram aspirações

desses migrantes que carregavam consigo noções de direito e cidadania, que iriam ser projetados e reivindicados no mundo urbano. O ato de migrar é uma ação consciente e minuciosamente planejada. Os migrantes são sujeitos racionais, históricos e temporalizados. Essa é uma segunda perspectiva de análise sobre a migração que defendo, corroboro e também me inspiro. O estudo de Paulo Fontes nos leva ao recôndito de um dos fragmentos das histórias paulistanas e nos faz perceber “uma São Paulo dos migrantes nordestinos”.<sup>660</sup>

O deslocamento dos feirantes, homens e mulheres das roças de várias cidades do Recôncavo baiano que migraram entre os anos 50 a 70 do século XX para a cidade de Santo Antônio de Jesus na Bahia, encaixa-se nesse contexto das migrações internas que ocorreram em todo país. Todavia, no caso específico dos feirantes de SAJ, a migração ganhou sentido por responder a anseios e aspirações desses indivíduos. Assim como ressaltou Paulo Fontes, quando diz que o ato de migrar era uma “ação consciente e planejada”, observamos que, de fato, era consciente e alguns casos, planejada com antecedência, em outros casos podemos dizer que era circunstancial. Essa dinâmica aparece nos relatos. A evidência de um caso de migração que foi planejada podemos observar na narrativa de dona Maria do Feijão quando disse que:

Eu vim morar na cidade para dar estudo aos meus filhos, sempre pensei nisso. Lá não tinha escola. Também na cidade a vida é melhor, é mais descansada a vida de Santo Antônio de Jesus. A vida na roça é mais cansada. Essa modernagem de hoje... meus filho não ia querer morar mais na roça.<sup>661</sup>

Quando a autora do relato revela “que sempre pensou nisso”, mostra que ela tinha consciência da importância de proporcionar escolaridade formal para seus filhos e este tipo de necessidade só encontraria na cidade porque a infraestrutura da roça, naqueles tempos, não contava com escolas, hospitais, saneamento básico, dentre outros serviços. Essa parecia ser

---

<sup>660</sup> Outro estudo bastante interessante, sobre migrações internas no Brasil, fora registrado na obra “Linguagens urbanas, Memórias da Cidade: vivências e imagens da Salvador de migrantes”. O autor Charles D’ Almeida Santana, preocupado em acompanhar o movimento populacional e as transformações que estavam ocorrendo no mundo rural/urbano do Recôncavo Baiano e Salvador, vai atrás das vivências de homens e mulheres migrantes que, entre as décadas de 60 e 80 do século passado, deslocaram-se para viver as alegrias e tristezas, o mundo da fantasia e ilusão que a grande cidade da Bahia podia lhes reservar. O autor cruza os caminhos da cultura, dos costumes e das experiências desses homens e mulheres e mostra as tensões, os conflitos, os variados tipos de trabalhos que eles desempenhavam na cidade, os múltiplos espaços circulados por eles e as sociabilidades que foram construídas ao longo de suas vidas. O autor rompe com a dicotomia campo/cidade e nos conduz a uma interessante investigação da vida cotidiana desses migrantes. Ele nos mostra que esses agentes criaram na “cidade grande” novas maneiras de lidar com as lutas por moradia e infraestrutura urbana, foram em busca de maior escolaridade e lá também lutaram contra o medo eminente da repressão a seus corpos e suas vozes.

<sup>661</sup> Maria dos Santos Souza. *Op. Cit.* Pg.03.

uma preocupação da feirante, já que isso poderia garantir um futuro melhor para seus filhos. Segundo uma análise pessoal sobre sua própria vida e de sua família, ela ressaltou que “lutou principalmente para dar estudo aos filhos, porque se fosse na roça eles não tava onde está hoje”.<sup>662</sup> O futuro da família estava em jogo.

O relato ainda insinua as mudanças e transformações que ocorreram nos padrões de vida na contemporaneidade, a partir da visão da feirante quando elabora uma noção ou conceito de “modernagem”. A modernagem iria estar presente fortemente na cidade e, para aqueles que a desejavam, era nesse espaço que as pessoas iriam encontrá-la. Assim, parece que a feirante Maria do Feijão já anteciparia as supostas necessidades de sobrevivência futura de sua prole se deslocando para a cidade, aproximadamente, no ano de 1969. Esse termo modernagem significa uma categoria temporal ou uma temporalidade criada por essa feirante a partir das experiências de seu mundo, induzindo-nos a pensar na vida moderna com todas suas facetas e implicações. Ou seja, uma vida bem diferente daquela que ela vivenciou na zona rural entre os anos 50 a 70 do século XX. Parece que ela tem clareza das distinções e realidades que marcavam/marcam as relações campo-cidade. A autora do relato traz também representações desses espaços com as noções de vida melhor para se referir à cidade e vida cansada para se referir à roça. Esses foram os motivos que conscientemente marcaram o deslocamento dessa feirante de um espaço físico para outro que garantisse a possibilidade de continuar vivendo. Uso o termo deslocamento porque Abdelmalek Sayad adverte que, “por certo, a migração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada, no espaço físico (...)”.<sup>663</sup>

Outro feirante que também se deslocou espacialmente da roça no Recôncavo para se fixar na rua foi Clementino Ferreira. No final dos anos 60 do século passado esse trabalhador estava experimentando um avanço no crescimento de suas atividades comerciais. Isso o levou a plantar algumas culturas agrícolas, principalmente a laranja, nas roças de sua mãe e sua sogra, além de querer também comprar um terreno de extensões bem modestas que pertencia a esta última. Segundo ele, quando a sogra o viu crescendo, cresceu também o “olho grande”\* sobre ele e, essa situação, gerou um conflito intrafamiliar encenado com brigas, trocas de impropérios e xingamentos. Arredia e com muita inveja, a sogra do feirante Clementino Ferreira não cedeu à vontade do genro deixando-o muito zangado e nutrindo um sentimento de profunda insatisfação com a família de sua esposa. A história desse conflito é uma

---

<sup>662</sup> Idem. Pg.08.

<sup>663</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998. Pg.15.

verdadeira “saga”, então, vamos imaginar... Sobre o desfecho dessa discórdia familiar o feirante narrou que um dia chegou em casa e disse a sua esposa:

Eu vou embora hoje, porque briguei com sua mãe. “E por quê? O que é que está acontecendo?”. Aí eu disse: sua mãe chegou aqui e destruiu tudo que eu tinha plantado lá em cima. Eu não disse nada a ela e eu não vou plantar mais nada lá. E eu tinha um galozinho, tinha bucado de criação, tinha um bucado de porco, tinha uns boi também, tinha um bocado de criação. Também tinha uma venda muito boa. Disse ao povo: Tô indo... Aluguei um carro e consegui pegar a mercadoria e mudei aqui pra rua. Deixei tudo lá, abandonei e vendi tudo de graça que eu tinha lá. Ainda peguei a venda e vendi ao filho dela e vim embora. Depois ela pegou o terreno, depois de 5 a 6 meses e vendeu a Bino, Bino vereador, mas não vendeu a mim. Que dizer, eu não fiquei com raiva dela não. Sabe o que aconteceu? Quando ela adoenceu, eu botei ela dentro de minha casa, muitos anos depois, quando morreu.<sup>664</sup>

O relato de Clementino Ferreira, além de revelar o quanto ele estava prosperando naquele momento, evidenciado na expressão “bucado” e a diversidade de coisas que ele já possuía, traduz a dimensão desse conflito. No caso desse trabalhador, parece que ele não havia planejado sua migração; porém, resolveu se deslocar, a partir de uma tomada de atitude em relação ao acontecimento de um problema circunstancial que ocorreu no seio familiar, cujo teor para ele era inaceitável. Como podemos ver, foi uma discórdia familiar que fez com que esse feirante, junto com sua família, vivesse o processo de migração.

Outro aspecto a considerar diz respeito ao fato de que foi tensões na família o motivo que influenciou e provocou a decisão de partida do feirante Clementino Ferreira.<sup>665</sup> Como sabemos que sua mulher o acompanhou e, conforme a leitura nas entrelinhas sugerem, podemos especular que no caso dela, a migração foi por amor.<sup>666</sup>

A palavra família aparece nas narrativas como um nexos quando o assunto é migração. Mesmo com aspirações, objetivos e intenções diversas, questões relacionadas ao terreno familiar acabam aparecendo como “pano de fundo” do movimento migratório. Essa realidade

<sup>664</sup> Clementino Ferreira. *Op. Cit.* Pgs.32-33.

<sup>665</sup> A historiadora Ely Estrela diz que são as tensões vivenciadas no local de origem que levam as pessoas a migrar. Ela classifica essas tensões em três tipos: 1 – tensões com o meio 2 – tensões com o outrem 3 – tensões na família. Ver: ESTRELA, Ely Souza. **Os Sampauleiros: cotidiano e representações.** São Paulo: Editora Humanitas, 2003. Pgs.47 a 67.

<sup>666</sup> Sobre esse aspecto Alberto Rodrigues Câmara de Carvalho traz a interessante conclusão que as pessoas não migram tendo só o trabalho como principal motivo impulsionador. As pessoas migram também por causa do elemento Amor. CARVALHO, Alberto Rodrigues Câmara. **Migrantes em Brasília: os motivos, as dores e os sonhos numa perspectiva clínica.** Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília – UNB. 2008. Ver capítulo II.

pode ser percebida nas narrativas, uma dessas se refere à de Basilina Maria Pires quando relembrou que,

Vim pra qui porque os pessoal de Santo mora mais aqui. Aí ele veio embora pra qui, foi minha Valença\* vim embora pra qui. Porque nunca tive morada, sempre tive morada na roça dos outro, trabalhando na meia dos outro, e cheguei pra qui, Deus me ajudou, arrumei um patrão, graças a Deus. Aí, falou com a gente: “quantos filhos você tem?” Aí, Santo disse: só tenho uma. E sua família? “Tá em casa”. Traz ela cá que eu quero ver ela. Aí, esse terreno aí todo, até lá na igreja dos crente, tudo era dele. Aí ele veio e falou se agente queria tomar conta dessa fazenda, que tudo era dele. Tava cheio de laranja, verduras, lima, coco, tudo, tinha limão... Aí, nós tomou conta. Ele só vinha aqui de 6 em 6 meses, só vinha pra passar o natal, o São João, passava um mês nas férias dele e ia embora, pronto! Só vinha de caju em caju. A gente podia tirar as verdura tudo, podia comer, podia vender, podia dar, que ele pouco se importava. Não vinha buscar não. Até que me ajudou a comprar essa casinha.<sup>667</sup>

Na cultura de homens e mulheres rurais do Recôncavo baiano, a palavra “valença” significa fortaleza, salvação, se valer de algo. Nesse caso, a salvação veio com a oportunidade de alguém que os tirou daquela realidade que os colocava na condição de pessoas que não possuíam terras e eram submetidas às relações de meeiros, arrendeiros e alugados. Portanto, sair da roça foi algo muito significativo para a vida de Basilina Maria Pires. Foi sua “valença”.

Foi através da migração que a família dessa feirante conseguiu o que ela considerava ser fundamental na vida: ter a casa própria. Isso me leva a afirmar que a liberdade de movimento dos feirantes podia resultar em novas conquistas em muitos casos; como também, novas posições sociais. Arrisco-me a pensar que esta família de lavradores rurais, quando se instalaram na cidade, passaram a ser lavradores urbanos. O relato é muito interessante porque mostra que tipo de relação essa família criou com esse grande proprietário urbano, que possuía esse grande latifúndio localizado próximo ao centro da cidade de Santo Antônio de Jesus, mas, morava em Salvador capital da Bahia. Que tipo de subordinação era essa a qual Basilina, Santo e sua filha seriam submetidos na cidade? Seria diferente da subordinação – meeiros – que eles vivenciaram na roça?

Pelas palavras que revelam a especificidade dessa relação, parece que essa família experimentou um tipo de liberdade “condicionada” que não possuíam na relação de meeiros

---

<sup>667</sup> Basilina Maria Pires. *Op. Cit.* Pgs.04-05.

que eles viviam na roça. Já que, “A gente podia tirar as verdura tudo, podia comer, podia vender, podia dar, que ele pouco se importava. Não vinha buscar não”. Essa passagem ratifica o que estou argumentando. O caju é uma fruta que na região do Recôncavo baiano a safra é anual, ou seja, só se tem caju anualmente. Logo, a expressão só “vinha de caju em caju” – muito utilizada como medida temporal pelos mais velhos – é uma temporalidade trazida dos bastidores da sabedoria dessa feirante, para demonstrar que o patrão não visitava sua propriedade com frequência e regularidade. Isso possibilitava uma liberdade que a família de Basilina não tinha na roça. Relações de trabalho em que os patrões não estão/estavam “presentes” numa relação corpo-a-corpo, poderia facilitar e muito a vida de um sujeito e criar muitas possibilidades. Imaginemos...

Por fim, o relato ainda me permite afirmar que a experiência de lavradores na roça, que sabiam cultivar muitos produtos agrícolas, foram levadas para a cidade e aplicadas naquela nova realidade. Com certeza, dimensões da relação de meeiros que eles já haviam experimentado anteriormente, nesse outro momento de suas vidas se apresentavam de maneira implícita, diferenciada e específica, dando forma a um novo acordo tácito. Costumes e hábitos da roça se projetaram na cidade via mediação de muitos feirantes, desde o início quando eles começaram trabalhar na feira livre ao momento que migraram e resolveram lá morar definitivamente.

Como podemos ver, entre os feirantes existem muitas histórias de migração. E estas só vieram para arena do conhecimento histórico por causa da capacidade desses sujeitos de lembrar. Esses relatos expressam o pensamento atual desses indivíduos sobre o passado. Isso me leva a comungar da ideia de que “na lembrança o passado se torna presente e se transfigura, contaminado pelo aqui-e-agora”; conforme ressalta Cléria Botelho da Costa. Essa autora ainda salienta que,

Mesmo que o sujeito se esforce para recuperar as lembranças tal como “real” e “objetivamente” foram, seria impossível fazê-lo, pois o passado e o presente se determinam reciprocamente e o que ele encontra é sempre uma representação atual do passado. Assim, as lembranças são imagens que vencem as distâncias do tempo, trazendo um fardo de conhecimento, de experiências que são modeladas pela conjuntura, e pela vivência individual de cada lavrador.<sup>668</sup>

---

<sup>668</sup> COSTA, Cléria Botelho da. **Vidas na fronteira – memórias reconstruídas**. Vol. 27. Revista Projeto História: São Paulo, Dez. 2003. Pg.210.



Outra imagem da migração que venceu a barreira dos tempos e também se incorpora ao fardo do nosso conhecimento, saiu da mala de lembranças do homem que foi lavrador e feirante Esmeraldo Nunes, o Esmeraldo da Cebola, cuja narrativa revelou que,

Eu saí da roça eu tava com 20 anos, foi quando meu pai faleceu que eu fiz essa roça que não deu boa... Eu fiquei esmurecido\* de trabalho... depois disso, eu achei que não dava futuro, aí, eu vim embora pra qui. Esse lugar onde eu nasci e me criei era um lugar que não tinha um futuro de nada. Hoje você chega lá, você vê uma clareira de laranja, vê muitos pés de coco. Sabe por quê? Roça de mandioca boa, lugar de você avaliar que dá uma casa de farinha, dá duas, dá três. Porque hoje existe adubo pra botá na terra da roça, e nessa época que eu morava lá não existia, era aquela terra fraca terrive que não dava nada.<sup>669</sup>

Esmeraldo da Cebola fez sua travessia no processo migratório da roça para a cidade de Santo Antônio de Jesus no ano de 1959. Como já sabemos, na história de homens e mulheres lavradores, sua lida com a terra é iniciada desde a mais tenra idade. Assim, a profissão de lavrador é/era um legado deixado por pais e avôs desses sujeitos. “Na experiência cotidiana, os pais legavam aos filhos tradições, crenças, saberes sobre o cultivo da terra, enfim, a cultura do mundo rural, o que lhes permitia que continuassem aspirando a ser “homens da roça”.<sup>670</sup>

Conforme a narrativa do feirante Esmeraldo da Cebola, percebemos que ele é um desses depositários dessa cultura “ancestral”. Todavia, a frustração com uma safra/colheita na roça mexeu com um dos valores mais importante e significativo da cultura desses indivíduos que é a predisposição para trabalhar, sobretudo, de forma autônoma e livre. O fato de ele ter ficado “esmurecido de trabalho” era uma ameaça à sua dignidade e condição humana, e também uma ameaça a sua identidade, um risco para esses “homens da roça”, que têm o trabalho, sobretudo o trabalho livre, como centro da vida. Essa situação com certeza o levou a fazer várias reflexões sobre o andamento da vida e de sua trajetória.

Daí, ele chegar à conclusão que na roça não havia futuro para ele “de nada” e migrou para a cidade de SAJ. Segundo sua concepção, os roçados não davam grandes produções porque a terra era “fraca”, por isso, “terrive” por causa da inexistência de fertilizantes para adubá-la – parece-me que ele se refere a esses adubos industrializados (adubos modernos) –, realidade muito diferente hoje, segundo sua visão. Observa-se também no relato que esse feirante usa o adubo como um marcador não só de realidades como de temporalidades. Sua

<sup>669</sup> Esmeraldo Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pg.12.

<sup>670</sup> COSTA, Cléria Botelho da. **Vidas na fronteira – memórias reconstruídas.** *Op. Cit.* Pg.207.

ausência ou presença, como um produto importante no universo rural, podia fazer muita diferença e até, quem sabe, junto a outros, estar por trás dos motivos impulsionadores da tomada de decisão de algumas pessoas a migrarem. O ontem e o hoje, é um passado e presente, transfigurado na memória desse feirante, também por um tempo da inexistência do adubo. Pelo menos para aqueles menos aquinhoados.

O feirante Esmeraldo da Cebola ainda lembrou que todos seus irmãos saíram do campo e ele foi o último a migrar, deixando seus pais na roça. Outra feirante, cuja família apresenta história de migração semelhante, no que diz respeito à experiência dos irmãos terem migrado anteriormente, é a de dona Elza do Café. Quando ela migrou para a cidade de Santo Antônio de Jesus, seus irmãos já tinham saído da roça, um deles, inclusive, fora para São Paulo. Apenas dona Elza e uma outra irmã ainda estavam sob a tutela dos pais. Ao rememorar a sua saída da roça para a cidade, ela enfatizou que seu pai “veio pra cá porque ele deu vontade de vim pra qui, descansar da roça mesmo. Ele gostava, mas já estava com a idade avançada, queria descansar também, né?”<sup>671</sup>

Como podemos observar, o motivo da migração da feirante Elza do Café – que ocorreu por volta do ano 1966 – foi bem diferente do de Esmeraldo da Cebola. Em função de seu pai querer descansar, ela teve que acompanhá-lo e continuar trabalhando na feira livre, agora morando na cidade de SAJ. A representação que seu pai faz da cidade é de “lugar pra descansar”, ou seja, lugar de descanso para um sujeito que teve uma trajetória delineada e marcada por uma vida dura. Mas, seria mesmo a cidade um lugar de descanso ou para descansar?

O ato de rememorar encontra um conjunto de intenções conscientes e inconscientes que selecionam e elegem – escolha que é derivada de incontáveis experiências objetivas e subjetivas do sujeito que lembra.<sup>672</sup> Assim, o tempo e o espaço estão na memória e se apresentam sob a forma de imagens.<sup>673</sup> Segundo Célia Toledo Lucena,

A relembração utiliza inúmeros espaços que são referenciais dotados de significados, subordinados ao tempo e ao espaço e as relações sociais, familiares, de detalhes da intimidade e de imagens sonhadas. O lugar recebe a marca do grupo e este a marca do lugar. Cada aspecto, cada detalhe dos modos de vida de grupos migrantes, têm um sentido que, muitas vezes, é

<sup>671</sup> Elza Froes da Fonseca. *Op. Cit.* Pg.02.

<sup>672</sup> MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995. Pg.70.

<sup>673</sup> LUCENA, Célia Toledo. **Memórias de famílias migrantes**: imagens do lugar de origem. Revista Projeto História. São Paulo. Vol. 17. Novembro, 1998. Pg.398.

inteligível apenas para os próprios membros, pois existem, entre eles, vínculos que os ligam ao lugar de origem e ao de destino.<sup>674</sup>

Assim, esse pequeno fragmento da lembrança da feirante Elza do café, acima abordado, – com uma boa dose de sensibilidade e imaginação – propicia ao leitor adentrar na viagem da reflexão e perceber tantas nuances de sentidos e significados da migração para o pai da feirante, e, por que não dizer, também os familiares. Até porque, qualquer indivíduo de uma família que migra continua tecendo, ou não, laços e histórias com os seus, e demais relações sociais por ele criadas e estabelecidas historicamente. A meu ver, nenhum sujeito migra sozinho, com ele vão, mesmo que involuntariamente, familiares, amigos, inimigos, afetos e desafetos, histórias e memórias, ancoradas em tempos e espaços que ele, mesmo tendo vontade de esquecer ou silenciá-los, não poderá fazê-lo, muito menos se desvincular.

Dessa maneira, consciente ou inconscientemente, e, até pelo fato de já apresentar uma idade avançada – a partir da memória da filha, dona Elza do Café – observa-se que a roça e a rua, espaços de referência na história do pai da feirante, apresentam-se carregados de significados e sentidos, a partir da própria experiência. São aspectos de momentos importantes e decisivos na vida de uma família, detalhes da intimidade, imagens de sonhos, vínculos, relações temporais e espaciais, que mesmo complexas, saem da esfera privada e tornam-se públicas, via a memória e a potencialidade da história oral. Muitos desses elementos ou questões, muitas vezes inteligíveis apenas às pessoas que experienciaram, conforme enfatizou Célia Toledo Lucena, a meu ver, com um esforço imaginativo, tornam-se também plenamente inteligíveis para aqueles que se lançam a sorte de conhecer realidades de tempos de outrora.

Essa realidade de um tempo de outrora, levou-me a ampliar, enquanto pesquisador, o entendimento sobre a migração a partir da perspectiva dos motivos pelos quais muitos homens e mulheres migraram da roça para rua, na região do Recôncavo baiano entre os anos 50 e 70 do século passado. Experiências diversas e diferenciadas marcaram aquele contexto histórico. Ainda para alongar esse leque, temos a experiência do feirante Augusto Laranjeira, que aos 8 anos de idade, acompanhou toda sua família no processo migratório, cujo objetivo era obter terra, trabalho e melhores condições de vida. Nesse percurso, eles saíram da roça da cidade de Sapeaçú, em seguida se deslocaram para Nazaré das Farinhas, permanecendo por lá 5 anos, e depois foram para a cidade de Santo Antônio de Jesus, último lugar de destino do

---

<sup>674</sup> Idem. Ibidem.

roteiro dessa família. Na sua narrativa Augusto Laranjeira disse que “de Nazaré viemos pra qui, aqui se acabou a metade e ainda tem”<sup>675</sup>.

O autor do relato ainda revelou que “Graças a Deus foi bom ir para Santo Antônio de Jesus”. A imagem desse lugar para ele, ao mesmo tempo que possui um significado de lugar de prosperidade, em que ele cresceu na vida, é também, o lugar final, apocalíptico, de último destino material e existencial. Último lugar de fixação da vida, em que metade dos seus entes queridos – familiares – morreram. Porém, é nesse mesmo lugar que “ainda tem”. Tem filhos, tem netos, tem bisnetos... lugar das gerações e perpetuações familiares. Lugar de uma existência que se renova, se reproduz e que continua... Esse é um lugar dialético, um lugar ambivalente, por isso, ele é, também, um lugar ambíguo, um dos lugares da vida, da história e da memória.

Por questões metodológicas, levando-se em consideração os limites de tempo e espaço que esta seção do texto nos impõe, não é possível mais contar outras tantas histórias que estão enlaçadas no processo migratório dos sujeitos que fazem parte dessa pesquisa. As histórias aqui narradas por seus autores já são suficientes para quebrar a frieza dos dados estatísticos que tentam explicar a migração a seu modo, e entendermos o leque de objetivos, intenções e motivações que influenciaram muitos homens e mulheres a saírem de seus lugares de origem e migrarem. Com certeza ainda existe uma riqueza imensurável nas histórias anônimas que andam perambulando por aí, pelas longas estradas da vida. Ao chegar até aqui acredito que algumas considerações sobre o contexto temporal, espacial e das relações sociais desses sujeitos naquele período devem ser destacadas.

A primeira delas é que na montagem do mosaico das vidas desses sujeitos migrantes, foram “recuperados” lembranças do cenário rural, do tempo vivido, do modo de vida na roça, das relações sociais, dentre tantas outras dimensões que a vida lhes impunha naqueles tempos. Uma segunda observação diz respeito, nesse caso específico, que a migração, em alguns casos, não era um projeto a priori, era muito mais fruto das questões, problemas e demandas surgidas no dia-a-dia, que faziam com que os indivíduos tomassem decisões e atitudes, do que algo sistematizado e elaborado a longo prazo, mesmo que noções de projetos de vida, sobretudo de futuro, ainda estivessem embrenhados nessa seara.

Uma outra questão diz respeito ao fato de que, a migração ocorreu como uma experiência continuada de sujeitos que aspiravam a melhoria do padrão de vida. Essa

---

<sup>675</sup> Augusto Soares da Silva. *Op. Cit.* Pg.01.

perspectiva se apresentava de várias formas: busca de terra e trabalho, educação formal para os filhos, libertação dos infortúnios que às vezes a natureza colocava em suas vidas – perda de safras e colheitas – descanso, modos diferentes de relacionamentos nas relações trabalhistas, morar distante de parentes que causavam-lhes conflitos, brigas e tensões, dentre tantas outras questões objetivas e subjetivas que demarcam os trilhos do processo migratório. No cruzamento múltiplo da memória, ganha forma uma memória particular e coletiva que se corporeifica numa memória compartilhada entre diversos sujeitos feirantes que migraram para a cidade de Santo Antônio de Jesus.

Uma terceira questão se refere ao fato de que nos rastros desses homens e mulheres migraram também costumes, tradições, formas de se divertir e trabalhar, linguagem, hábitos, formas de vestir e de se relacionar, dentre tantas outras vivências e experiências, que eles já haviam experimentado por serem pessoas da roça que semanalmente estavam na cidade; porém, agora, na condição de migrantes, eles iriam se fixar no universo da rua de maneira mais efetiva e duradoura. Assim, esses elementos constitutivos da vida desses trabalhadores, são reinventados e recriados na urbe assumindo novas conotações de acordo as novas experiências temporais e espaciais. É claro, também, que associado a essas questões, há a possibilidade dos migrantes experimentarem uma progressiva perda de práticas culturais e sociais, de solidariedade e de sociabilidade oriundas do universo rural.

Talvez uma quarta questão a ser levada em consideração, seja o fato de percebermos que dentro do contexto específico de cada realidade histórica há uma combinação favorável que pode fazer com que o sujeito migre ou não. Assim, a memória dos feirantes possibilitou-me ir criando roteiros que procuravam mostrar como foi tomada a decisão de migrar e perceber dimensões iniciais dessa nova experiência concreta da existência, que agora passa a ser reconstruída. Daí, poder deduzir que não são/eram migrantes “genéricos”.

Por fim, acredito ser prudente encerrar por hora essa reflexão, com as palavras de Raymond Williams por compartilhar com ele da ideia de que, “a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através de história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamento e decisões”.<sup>676</sup> Ou seja, o campo e a cidade ou a roça e a rua são espaços em constantes mudanças e transformações, são móveis, assim como o são também, seus contextos históricos e sociais. Portanto, as roças e as ruas do Recôncavo baiano estavam em transformações naqueles

---

<sup>676</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Pg.19.

tempos, os principais agentes desse processo foram os migrantes. Assim, a estrutura de sentimentos também estava em transformação.<sup>677</sup>

É nessa ideia de movimento que me inspiro e proponho pensarmos no último ponto de análise desse trabalho, cujo objetivo é percebermos como os laços com a roça e o vínculo com a memória se apresentam na vida desses trabalhadores que mercaram na feira livre de Santo Antônio de Jesus em tempos de outrora e agora reconfiguram suas histórias.

#### 7.4 Entre os laços com a roça e o vínculo com a memória

Ao longo do texto vimos que uma boa parte das experiências lembradas pelos feirantes foram vivenciadas na roça, cenário de várias histórias que foram tecidas e desenroladas por esses sujeitos. A roça, lugar de origem desses homens e mulheres, é uma marca identitária indelével nesses trabalhadores. Aqui, memória e identidade se cruzam, já que lembrar o passado “é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos, confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos selves anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado”.<sup>678</sup>

Assim, com o acúmulo de experiências que deram cor e forma à suas vidas, bem como os “resultados” obtidos com essa grande aventura que se chama viver, esses indivíduos, no tempo do agora, dão sentidos e significados a esse lugar maternal, expondo suas lembranças via relato oral. Segundo Luiz Fernando Beneduzi,

Todo relato será produzido por um efeito de cruzamento entre o sujeito que experimentou e aquele que escuta a história, pois quem narra o faz para o presente, e os processos associativos que se instauram possuem uma vinculação mágica com o momento da narração, porque esse é o instante da liberação da abertura do frasco mnemônico<sup>679</sup>.

---

<sup>677</sup> WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editora. 1979. Cap. 9 – Estruturas de Sentimento.

<sup>678</sup> LOWENTHAL, David. *Op. Cit.* Pg.83.

<sup>679</sup> BENEDUZI, Luis Fernando. Nostalgia do tempo em um tempo de nostalgia. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. (Orgs.). **Narrativas, imagens e práticas: percursos em história cultural**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora Asterisco, 2008. Pg.37.

Foi nessa relação narrador-ouvinte que “escapou” a possibilidade da liberação da abertura do frasco da memória. Assim como fazemos questão de guardar o frasco de um bom perfume para lembrar o cheiro e as sensações que podem nos causar em algum momento do passado, muitos sentimentos ficaram/estão guardados no frasco da memória dos feirantes, esperando que alguém os instiguem a abri-lo. Dessa maneira, nessa pesquisa eles foram desafiados a tal ato, e desses frascos mnemônicos saíram muitas percepções e sensações que nos permitem visualizar as formas ou maneiras que eles mantêm laços e vínculos com a roça no tempo presente. Mas, antes de apresentarmos essas memórias, é preciso avisar ao leitor que comungamos da noção de memória de Fernando Catroga. Para esse autor,

“todos esses condicionamentos<sup>680</sup> impõem que a memória seja sempre seletiva. Por conseguinte, ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registro; mas é retenção afectiva e “quente” do passado feito dentro da tensão tridimensional do tempo. E os seus elos com o esquecimento, obrigam a que somente se possa recordar parte do que já passou (...).<sup>681</sup>

Assim, o feirante Antônio do Chapéu selecionou em sua memória a forma como se relacionou/relaciona com a roça da seguinte maneira:

Eu tenho que agradecer a Deus por continuidade. Porque eu sempre fui na feira, agora nunca deixei de trabalhar na minha rocinha. Por vida, era uma coisa... Juntando as duas coisas eu estou vivendo até hoje. Hoje eu tenho uma ligação na feira que eu me preocupo assim: Oh meu Deus, é cansado? É. Mas como é que eu largo? Dia de sábado, eu não vim na feira? Ver os amigos, brincar, jogar pilhéria, como é que não vem? Às vezes, porque agora foi tudo, foi meu princípio e eu venho conjugando as duas coisas.<sup>682</sup>

Antônio do Chapéu foi o único feirante dessa pesquisa que não migrou da roça para a cidade. É ainda através de outra passagem de seu relato que ele demonstra o seu interesse em estar sempre fixado ao chão da roça, quando falou que, “influência pra sair pra Salvador, São

---

<sup>680</sup> Sobre os condicionamentos que impõe que a memória seja seletiva o autor destaca: a questão da memória e alteridade, ou seja, o outro; memória coletiva; a formação do “eu” de cada indivíduo. In: CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra-Portugal: Editora Quarteto, 2001. Pgs.16 a 20.

<sup>681</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra-Portugal: Editora Quarteto, 2001. Pg.21.

<sup>682</sup> Antônio Virgílio. *Op. Cit.* Pg.40.

Paulo, eu nunca tive, nunca gostei. Gostei sempre da roça, eu não tinha aquela coisa: eu vou pra lá porque eu vou arranjar dinheiro. Pensar no que penso hoje, que dinheiro não é tudo”.<sup>683</sup>

Dessa forma, esse feirante mantém um vínculo forte com a roça e ao longo de sua vida usou a habilidade para se manter em conexão com os dois espaços considerados de fundamental importância para a manutenção de sua existência, que é a roça e a feira livre. Na sua narrativa, essa concepção está fortemente expressa nas palavras “continuidade, sempre, nunca, ligação, princípio, conjugando”. Expressões que nos dão a dimensão de pensar como esses espaços são lugares vitais na história desse sujeito. Essa dimensão ainda pode ser expandida ou alongada quando esse trabalhador reafirma uma das suas identidades dizendo “eu sempre fui lavrador, porque sempre é lavrador, porque nem aquilo lá que corto, aquele pouquinho, classifico como comecei, mas minha profissão é lavrador desde que nasci. Fui filho de lavrador e continuei sendo lavrador, graças a Deus”.<sup>684</sup>

Esse último fragmento da narrativa do feirante Antônio do Chapéu, nos leva a afirmar algumas questões. A primeira é que os dois espaços, roça e feira, são imbuídos de sentimentos e significados tão fortes para esse indivíduo que, apesar de afirmar contundentemente sua marca identitária de lavrador, parece titubear quando se refere ao “começo de sua vida” colocando também o trabalho na feira como o “começo”. Seria uma contradição, uma ambiguidade, uma dificuldade de estabelecer em ordem e grau de importância essas identidades? A meu ver, é muito mais uma relação complexa e dialética, do que contradição e ambiguidade. É uma questão de conjugação, de uma identidade móvel, fluída, conjugada, como ele bem deixou transparecer.<sup>685</sup>

Outra questão se refere a “aquilo lá que corto, aquele pouquinho”. Essa passagem do relato traduz a dimensão temporal, o hoje, o aqui e agora, em que esse feirante continua vendendo a carne de porco, produto que ele comercializa há mais de 50 anos, porém, agora, já em pequenas quantidades. Essa medida é uma opção desse trabalhador, porque, na atualidade, ele não precisa mais fazer os malabarismo para contornar as dificuldades que ele tinha para garantir a sobrevivência da família nas décadas de 60 e 70 do século XX. Parece que nesse tempo do agora, ele vai para feira, muito mais em função de rever os amigos, brincar e pilheriar, do que para “trabalhar pesado”, conforme ele ressaltou. Ele só vai à feira livre no dia de sábado.

---

<sup>683</sup> Idem. Pg.11.

<sup>684</sup> Idem. Pg.01.

<sup>685</sup> Inspiro-me nas concepções e ideais sobre identidade de Stuart Hall.



Um terceiro ponto indica uma tradição – lavrador – assegurada pelos laços genealógicos entre pai e filho, o qual ele sedimentou através de uma continuidade. Laços esses resguardados pela sacralidade divina. Esses relatos de Antônio do Chapéu mostram uma das formas de relacionamento desse feirante com a roça no tempo presente. E por falar em tempo, na narrativa desse sujeito, percebemos também a reconstrução de um passado feito dentro da tensão tridimensional do tempo, conforme vimos na concepção de Catroga sobre a memória.

Uma outra dimensão dessas formas de relacionamentos com esse lugar, considerando a tensão tridimensional do tempo, pode ser visualizada a partir da experiência de Elizeu da Farinha. Esse feirante divide a sua semana entre o trabalho da roça e da rua, já que às segundas-feiras, quartas-feiras e no sábado ele mercadeja na feira livre. Só que, agora, muito mais como hobby e diversão, do que pelas necessidades que o forçava a trabalhar pesado no passado. Ele revelou em sua narrativa que, “quem olha para minha mão assim, isso é calo de arame, imenda de arame, rancando mato, estocando pasto. Ninguém pense que eu moro aqui na cidade e vivo com mão de moça não (risos), e hoje tenho neto aqui que já está tomando conta aí, e a vida continua...”.<sup>686</sup>

Essa narrativa além de mostrar as atividades que o feirante Elizeu da Farinha desempenha na atualidade na roça, evidencia também como essas marcas desse universo estão inscritas no seu corpo, além de representar dimensões de temporalidades. Com certeza são marcas que começaram a se inscrever no seu “eu” físico ainda na infância quando ajudava seus pais na lavoura e na produção da farinha de mandioca; marcas essas que no tempo de agora continuam sendo realçadas pelo mundo do trabalho na roça, só que, numa outra conjuntura, muito mais favorável. Dessa maneira, o corpo também é um lugar de memória, cujo vínculo com a roça ali também está registrado, configurando-se como um recurso para o exercício mnemônico.

Outra questão está associada à referência “mão de moça” que aparece na narrativa. Tudo indica que esse feirante ainda possui uma concepção do trabalho sob a perspectiva da divisão sexual e distinção de gênero. Cujos trabalhos pesados se destinam aos homens e as atividades mais brandas às mulheres. Na concepção dele, as marcas no corpo são um bom exemplo desses marcadores sociais. Por fim, percebe-se como a tradição do trabalho na feira livre, vendendo os produtos da roça, permanece no seio de sua família a partir da introdução de familiares que compõem as novas gerações. Sobre seus laços com a roça ele resumiu: “é

---

<sup>686</sup> Elizeu Lopez da Mota. Pg.08.

aquela coisa, tô lá e tô cá”. Ou seja, ele continua vivendo e experimentando, de forma efetiva, os dois mundos.

As fontes apontam que para os feirantes que não possuem mais esse tipo de vínculo – pessoal e físico – continuado com a roça – um sentimento de nostalgia parece povoar a memória, possibilitando-lhes um mínimo de “conforto” através das lembranças e recordações, e também, funcionando como uma forma de aproximação de tempos, espaços e relações sociais. Diferentemente dos feirantes Antônio do Chapéu e Elizeu da Farinha, que ainda mantêm laços com a roça, Basilina Maria Pires revelou seus sentimentos narrando,

Eu morei em Castro Alves um bocado de ano. Eu gosto dali, gosto da roça. Ali nós tomou conta de uma fazenda, a fazenda de seu Orlando. Ali que foi a olaria de tijolo e telha. A gente morou um bocado de ano lá. Agente tomou conta dessa fazendinha, mais era peixe viu! Êtaaaaaa! (muitos risos), cada Acará, aí, tinha um riachinho, como é que se chama o riachinho meu Deus do céu? Eu sei que é o riacho, quando enche aqueles poço todo de água. Aí, depois seca, só fica os poço, enche de acará e traíra, êtaaaaaa! Eu já pescava. (risos)<sup>687</sup>

O relato descreve além de dimensões do mundo do trabalho que ela realizava na olaria antes de se tornar feirante, o gosto dela pela roça. A autora mostra a sua admiração por alguns elementos que compõem a paisagem do mundo rural com tanto saudosismo, que chega a aguçar o nosso mundo da fantasia e imaginação, apresentando-nos uma imagem quase idílica. O volume do riso e o grau de nostalgia que ela expressou na hora da entrevista se torna difícil descrever aqui, muito menos tentar transmití-los para os leitores. As sensações parecem ter sido tão fortes, que ela chega a clamar a entidades sobrenaturais para ajudá-la no processo de rememoração. Assim, a nostalgia, foi a grande vedete nesse momento da entrevista. Numa interessante discussão sobre nostalgia, Luiz Fernando Beneduzi afirma que,

As sociedades têm experimentado um processo constante de aceleração na sensação do tempo vivido, pois os diferentes avanços tecnológicos – na medida em que aumentaram a velocidade dos contatos humanos – criam uma ideia recorrente de um eterno passado. Cada vez mais a trajetória humana tem sido marcada pelo que passou.<sup>688</sup>

---

<sup>687</sup> Basilina Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.18.

<sup>688</sup> BENEDUZI, Luis Fernando. *Op. Cit.* Pg.19.

Esse autor assinala que a nova realidade social (últimas décadas século XX e virada para o XXI) – marcada por tempos múltiplos, por tempos imaginários, pela discussão entre o tempo físico e subjetivo – cria um distanciamento sempre maior entre a realidade vivida e a percepção que se constrói sobre ela. Segundo ele, tudo isso provocou mudanças no olhar com qual o cientista social se debruça sobre o passado e despertou novas sensibilidades nos historiadores, antropólogos e sociólogos, que menosprezavam o conhecimento sobre as diferentes formas pelas quais homens e mulheres experienciaram os sentimentos na história. Aquilo que se constituía em algo supérfluo adquire uma nova luz, podendo representar, ainda, um novo elemento na história dos conceitos.<sup>689</sup>

Assim, nessa linha têm surgido estudos sobre a solidão, o ressentimento, o amor, o ciúme, a nostalgia, o medo, a melancolia, dando voz a emoções silenciadas no tempo e pelo tempo, ao sussurro de fontes que se constituem em remanescência de um mundo vivido à margem da história. Beneduzi ainda chama atenção para o fato de que,

a nostalgia pertence a esse conjunto de sensações que perpassam a trajetória humana, seja em um mundo de relações privadas, seja através de vínculos públicos – grupos sociais, Estado-Nação –, mas que se coloca, principalmente, em um lugar de cruzamento, no qual os dois níveis de experiência se entrelaçam, no qual as duas leituras mnemônicas do passado produzem um outro sentido. (...) A nostalgia que era considerada uma doença no século XIX, passível de cura, na contemporaneidade, passou a ser um componente do mundo dos nossos sentimentos, por isso, da realidade cotidiana.<sup>690</sup>

Retomando aspectos das vivências da feirante Basilina Maria Pires, essa trabalhadora deixou o lugar que serviu de referência para a construção dessa memória, há mais de meio século e nunca mais retornou. Ela ainda nos contou que sente muita vontade de voltar lá, para rever o lugar e as pessoas, mas por já está com a idade avançada – 93 anos – e não ter ninguém que a conduza até a roça na cidade de Castro Alves no Recôncavo baiano, sabe que nunca mais irá pisar naquele lugar. Ela ainda afirmou contundentemente que agora sua vida se resume a “comer, tomar remédios e esperar o chamado de Deus”. Daí, percebermos um forte sentimento de nostalgia sobre o espaço e, quiçá, aqueles tempos. Os risos que ecoaram na sala de sua própria casa no momento em que me concedia a entrevista, eram risos nostálgicos com sabor de grande saudade. Sendo assim, só lhe resta a nostalgia que funciona como um porto

---

<sup>689</sup> Idem. Pgs.20-21.

<sup>690</sup> Idem. Pgs.23 e 39.

seguro, principal meio de conexão e mantedor dos seus vínculos afetivos e históricos com o mundo rural. Neste caso, a nostalgia funciona como um lugar de cruzamento, onde os níveis de experiências emergem dialogando com o passado e o presente, produzindo sentidos e significados para a trajetória de vida dessa feirante. Tudo isso, graças à potencialidade da memória, último foco de resistência na luta contra o esquecimento de laços que a uni à roça e a aspectos de sua identidade.

Não é possível seguir em frente a análise sem se reportar à natureza e o valor do conhecimento da memória. Para David Lowenthal,

Vários tipos de recordação, desejadas e espontâneas, adquiridas e inatas, revelam aspectos diversos de coisas passadas, associadas para mostrar um passado como um todo. A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente.<sup>691</sup>

O que vimos a partir do fragmento da narrativa de Basilina Pires mais acima, foi um recorte que ela selecionou para tentar dar conta de um “todo do passado”, que constitui o seu vínculo ao mundo da roça. Com certeza, o passado foi transformado no sentido de responder às suas necessidades do presente. Carências estas que só as lembranças podem preencher.

Voltar para morar na roça nunca fez parte dos desejos de Basilina Pires. Assim como também não faz parte dos horizontes de Zilda Maria, sua filha. Essa última expressou que, “morar na roça não quero mais não. Eu não gosto de roça não. Não tenho vontade não”. Nessa pequeníssima frase, um terço das palavras foram compostas pelo advérbio não, mostrando a rejeição da narradora do relato a querer morar mais na roça. Mas esse fato não anula a vontade de continuar mantendo o vínculo afetivo com tal espaço. É verdade que Zilda Maria em seu relato destacou mais os sujeitos que o lugar, conforme veremos logo abaixo. Porém, essas pessoas todas moravam lá na roça, e foi nesse lugar que Zilda Maria construiu vários laços de parentesco, amizade e solidariedade. Foi assim que ela compôs sua reminiscência:

Eu vim de lá menina, a lembrança que eu mais tenho é dos meu pessoal, que eu nunca mais vi, nunca mais voltei lá. Desde quando vim pra qui, não voltei mais, não vi mais meus parente que mora lá, nesse tempo todo, há mais de 50 anos. Pergunto sempre ao pessoal quando vejo um conhecido de lá. “Ah!

<sup>691</sup> LOWENTHAL, David. *Op. Cit.* Pg.77.

não tá aqui, foi embora, pra Salvador, não sei o que... casaram, foi embora, minhas amigas, minhas colegas, minhas primas”. Ah! “ele disse não tem ninguém lá não, foi todo mundo embora”. Aí, eu disse: “então não adianta nem eu ir lá procurar, uns morreu e outros foi embora. Eu acerto ir em Castro Alves, na roça não.”<sup>692</sup>

É surpreendente o fato da narradora acreditar que consegue chegar na cidade de Castro Alves, mas na roça que vivera não. Isso sugere que, de fato, por não gostar desse lugar, a roça não ocupou uma posição de destaque em sua memória. Também como ela era menina, torna-se difícil mensurar algumas coordenadas geográficas. Esse fato ainda – ser muito menina – é um destaque que a narradora chama a atenção: “Eu vim de lá menina e a lembrança que mais tenho...”. Ou seja, Ela parece ter consciência que fatores como idade influenciam no volume de experiências que o sujeito vivencia, e é também um condicionante à capacidade de armazenamento da memória. Portanto, compartilho da ideia de Lowenthal quando afirma que,

Lembranças em todos esses aspectos – hábito, recordação e memento – tendem a se acumular com a idade. Embora algumas estejam sempre se perdendo e outras se alterando, o estoque total de coisas recordáveis e recordadas aumenta à medida que a vida transcorre e as experiências se multiplicam.<sup>693</sup>

Se formos comparar os relatos de mãe e filha – ambas feirantes – usando como medida a forma como elas demonstram possuir vínculo com a roça, comprovamos o que David Lowenthal está dizendo, já que o relato de Basilina Maria Pires, em sua recordação, apresenta um estoque maior de elementos que compunham o mundo rural. O percurso da vida dessa feirante é mais longo e suas experiências bem mais amplas. Como as lembranças que permeiam o presente estão agrupadas numa hierarquia dividida em hábito, recordação e memento, segundo a concepção de Lowenthal, acredito que o relato de Basilina Maria Pires se enquadra na categoria memento, enquanto que o de Zilda Maria, na categoria recordação.<sup>694</sup>

Nessa linha da recordação, outro feirante que demonstrou não sentir saudade da roça foi Esmeraldo da Cebola. Esse trabalhador narrou que na atualidade “pra morar lá não, sinto

<sup>692</sup> Zilda Maria Pires. *Op. Cit.* Pg.23.

<sup>693</sup> LOWENTHAL, David. *Op. Cit.* Pg.78.

<sup>694</sup> Idem. *Ibidem.* Para esse autor, o hábito abrange todos resíduos mentais de atos e pensamentos passados, sejam ou não conscientemente lembrados. A recordação, mais limitada que a memória comum, mas mesmo assim impregnante, envolve consciência de ocorrências passadas ou condições de existência. Memento são recordações preciosas propositadamente recuperadas da grande massa de coisas recordadas.

saudade não. E hoje a coisa como tá pela roça, muito pior. Eu tinha um pedaço de terra e vendi”.<sup>695</sup> Já o feirante Rodrigo Lopez do Vale, que ficou 22 anos na condição de “trabalhador alugado” de um fazendeiro que possuía grandes propriedades rurais na cidade de Santo Antônio de Jesus, assim que prosperou no ramo dos negócios na feira vendendo carne, tratou de comprar logo um sítio. Esse feirante contou:

Eu trabalhava na roça e trabalho ainda. O que eu tinha e ainda tenho é o sítio. Vivia da lavoura também, plantava mandioca, fumo, laranja e capim pra o animal que me ajudava a viver, criava animal, animal pra viver, quer dizer: ia matar um porco tinha que ter um animal, porque pra trazer na cabeça não dava, né? Fosse pagar não dava, tinha que ter um animal pra pegar um porco, é 6,7,8 léguas, até 10 léguas. Morava na roça, na Boa Vista. Revendia os produtos da lavoura, eu tinha que ajudar os outros, né?<sup>696</sup>

Paramos agora para tecer algumas considerações sobre esses dois relatos. O primeiro de autoria de Esmeraldo da Cebola revela que ele não sente saudade da moradia na roça e que as coisas nesse lugar “está muito pior”. Parece que ele está denunciando a violência generalizada que na atualidade também migrou para as roças do Recôncavo baiano e que tem atingido muitas pessoas. O fato desse feirante ter vendido seu pedaço de terra na roça, não o desvincula dos traços identitários que ele possui referentes a esse universo, traços esses expressos em seu falar, na maneira de vestir, nas relações de amizades e compadrios, dentre alguns outros hábitos por ele cultivados na cidade, a exemplo do cuidado que ele demonstra ter com os passarinhos que frequentemente visitam o fundo do quintal de sua casa em busca de alimentos.

Uma consideração de segunda ordem refere-se à subjetividade. Pode haver vários outros motivos pelos quais o feirante decidiu vender sua terra. Porém, se houve, ficaram no campo das subjetividades e o autor não quis revelar. A subjetividade, segundo Célia Toledo,

Se apresenta como um componente ativo na elaboração da narrativa e cujo encadeamento se realiza pela alocação de imagens que “falam” do sentimento do vivido. As imagens identificam representações do passado, o “eu antigamente” do presente, e, ao mesmo tempo, as representações do sentido de “estar aqui hoje”. Portanto, a subjetividade é um elemento dinâmico na elaboração das representações do vivido e, a partir da consideração da presença da subjetividade, é possível explicar o movimento

<sup>695</sup> Esmeraldo Nunes dos Santos. *Op. Cit.* Pg.26.

<sup>696</sup> Rodrigo Lopez do Vale. *Op. Cit.* Pg.10.

da memória que continuamente se aproxima e se afasta da objetividade, durante o ato de rememoração.<sup>697</sup>

Com certeza, muitas subjetividades estão presentes nos relatos que são analisados nessa pesquisa. Seria impossível relembrar as histórias de vida e as experiências do “eu antigamente” e do “eu de hoje” sem a subjetividade, até porque, a meu ver, assim como a objetividade, a subjetividade é também um componente da vida, que pode se manifestar sobre a forma de resistência ou ser importante no processo de elaboração dos sentidos e significados que damos a nossa existência.

Essa questão pode ser melhor compreendida se imaginarmos: o que faz parte dos sujeitos oriundos do mundo da roça acreditarem ser “sagrado” possuírem e manterem seu pedaço de terras hoje – no mundo rural – nesse tempo do aqui e agora; enquanto que, outros, vêm essa questão de maneira diferenciada e chegam/chegaram a vender as terras e roças que possuíam? Com certeza muito da composição das possíveis respostas estarão ou ficarão, também, no campo das subjetividades.

Irei continuar ainda no campo das subjetividades dando seguimento à análise dos relatos, convidando o leitor a refletir comigo sobre o que foi apresentado pelo feirante Rodrigo Lopez. A história desse homem é tão marcante que vale a pena repetir o que já disse acima. Imaginemos o que representa para um homem que ficou subordinado à um grande proprietário de terras, na condição de “trabalhador alugado” que fora por 22 anos, conseguir sair dessa realidade que o colocava sob a exploração e dominação de outrem, conseguir autonomia, liberdade no mundo do trabalho e possuir seu próprio pedaço de terra; um sítio...

A partir do relato desse feirante é possível concluir que ele possui um vínculo com o mundo rural que se apresenta sob duas formas: Uma delas se dar no plano físico-material (posse de um sítio na atualidade) e uma segunda forma se processa via a memória, mediante as lembranças das experiências, sejam elas amargas, de dor e sofrimento, ou até alegrias, que vivera quando era subordinado a um grande fazendeiro. Aqui se cruzam tempos, espaços e relações sociais que explicam os vínculos com a roça e os laços que esse trabalhador, popularmente conhecido como seu Rodrigues, possui com memória. É uma relação ambígua, dialética e complexa. Vale ressaltar, também, que as pessoas que esse feirante mencionou que ele ajudava, são sujeitos portadores desses laços e vínculos que estamos falando.

---

<sup>697</sup> LUCENA, Célia Toledo. *Op. Cit.* Pgs.397-398.

Antes de encerrar essa secção, uma questão, a meu ver, se tornar inescapável: O que faz com que alguns feirantes manifestem o desejo de ainda possuírem seu pedaço de terra, ou seja, uma roça, para continuar mantendo hábitos e modos da vida rural *in loco*, enquanto outros indivíduos não demonstram tal interesse?

A resposta só pode ser dada no contexto da especificidade dessa pesquisa. O que observei é que de todos os feirantes que no passado, pelo fato de seus pais não possuírem terras, foram submetidos à condição de meeiros, portanto, subjugados e explorados nesse tipo relação social e de trabalho, migraram para a cidade e não quiseram ou se esforçaram para ter uma roça. Enquanto que os feirantes filhos de pequenos proprietários rurais não só possuem sua roça, como demonstram um grande apreço por ela e a vontade de seus filhos continuarem perpetuando a posse desse “bem” para a vida, atribuindo-lhe um valor positivo: o lugar que proporcionou retirar os frutos que viria a ser vendidos para poder sustentar a família e criar os filhos, lugar da trajetória, da vida e onde uma boa parcela das suas história se desenrolaram.

A resposta pode estar também associada à múltiplas questões de ordem material. Todavia, não podemos desconsiderar muitas das subjetividades que devem estar por trás desse fato. Talvez, a condição de meeiro tenha deixado “traumas” em alguns desses indivíduos fazendo com que eles não desejassem possuir roça, que remetia a maneira de um cenário-símbolo de subordinação, exploração e dominação para eles quando estavam na condição de meeiros.

Por fim, acredito que os vínculos com a roça se manifestam de várias formas entre esses sujeitos: nas maneiras de falar, com os provérbios e expressões e muitos conselhos que os pais desses feirantes davam aos seus filhos e eles continuam transmitindo às novas gerações (netos e bisnetos); nos modos de vestir; nos hábitos alimentares, nas relações familiares e sociais, nos costumes e crenças, nas suas identidades, dentre tantos outros aspectos da vida cotidiana. Mesmo vindo para a cidade, como é o caso da maioria das pessoas que fazem parte dessa pesquisa, na rua eles recriaram, reinventaram tudo isso, mas, para o observador atento, o vínculo com o mundo rural é forte e se apresentam no dia-a-dia desses indivíduos. Só me resta dizer, agora, que diante de todo esse processo, e levando-se em consideração os costumes e as experiências que corporeificam a cultura desses sujeitos, o próprio “Eu” “é um lugar de memória”.<sup>698</sup> Memória esta “aberta á dialética da lembrança e do

---

<sup>698</sup> Inspiro-me em: NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Revista Projeto História. Vol. 10. São Paulo: Pags.07-28. Dezembro de 1993.



esquecimento, inconsciente de suas sucessivas deformações, vulnerável a todo tipo de usos e de manipulações”.<sup>699</sup> Inclusive, os nossos, enquanto pesquisadores e “amantes” da história.

---

<sup>699</sup> Idem. Ibidem.

## 8 CONCLUSÃO

Nessa pesquisa me propus a investigar, a partir das experiências, o cotidiano de homens e mulheres que se deslocavam de várias áreas rurais da região do Recôncavo baiano, entre os anos de 1950 a 1970, com o propósito de trabalhar como feirantes na cidade de Santo Antônio de Jesus. Nesse período, os jornais locais e alguns setores das elites desenvolviam intensa campanha contra hábitos e valores de alguns grupos sociais, como os feirantes, que ocupavam o centro da cidade, acusando-os de contribuir para práticas e costumes incivilizados.

Fazendo longas caminhadas a pé, carregando mercadorias em lombo de animais ou na cabeça, subindo em pau-de-arara, enfrentando sol e chuva, contando histórias, “causos” ou pilheriando, os feirantes forjaram formas para enfrentar as múltiplas dificuldades que cruzavam seus caminhos até chegarem na cidade. De “posse” da urbe, novas dificuldades surgiam em suas vidas, exigindo criatividade e habilidades para superar os desafios que a cidade colocava em seus caminhos.

Movidos pelo sonho de melhorar de vida e conseguir meios mais eficazes para sustentar a família e garantir a sobrevivência, alguns homens e mulheres decidiram “romper” com as relações do mundo do trabalho, ao qual estavam submetidos na roça – meeiros, rendeiros, etc. – e mudar seus rumos com o objetivo final de alterar seus destinos. Por outro lado, os sujeitos que não estavam inseridos no contexto dessas formas de relação social, como os pequenos proprietários rurais, também lutavam para continuar tendo liberdade e assegurar a condição de trabalhador livre.

Adentrando no universo urbano pelos quatro cantos da cidade de Santo Antônio de Jesus, os feirantes deram forma a uma feira livre que vendia de tudo: frutas, verduras, farinha de mandioca, arroz, feijão, rapadura, carne do sol, carne seca (carne de sertão ou charque), carne fresca, animais vivos como cavalos, burros, porcos, galinhas, perus, preás, além de ervas e folhas medicinais, louças, cerâmicas, madeira, chapéu de palha, sandálias de couro, roupas, sapatos, panelas de barro, comidas, beiju,...

Mas a feira livre não era apenas um espaço para compra e venda de produtos ou mercadorias, era também um espaço no qual corriam as notícias sobre o cotidiano das pessoas da localidade e de toda região, onde trocavam-se informações sobre parentes e amigos,

encontrava-se lazer, diversão, e onde também namorava-se, acertavam-se negócios com terras e propriedades rurais. Na feira se ensinava e se aprendia noções de caráter, moral, ética, respeito, solidariedade e cidadania. Dentre as suas múltiplas funções, ela assumia também a função pedagógica.

Para além do ato de compra e venda de produtos e mercadorias, os feirantes construíram relações sólidas, laços de amizade e solidariedade, conquistaram territórios e, no ir e vir da vida cotidiana, reconstruíram novas fronteiras dando outra dinâmica nas relações campo-cidade do Recôncavo baiano.

Nesse terreno comum, ou seja, na feira livre, muitas experiências foram desenvolvidas e compartilhadas. Foi nesse espaço, onde muitas vezes a atmosfera que compunha o cenário era a tensão e o conflito, que muitos homens e mulheres da roça, vislumbraram a possibilidade e encontraram a oportunidade de se tornarem trabalhadores autônomos, conscientes de si mesmo, capazes de gerirem suas próprias vidas sem estarem atrelados a relações de dominação e subordinação que eles ou seus pais haviam experimentados na roça.

Essa suposta consciência que os feirantes adquiriram não se limitava apenas ao reconhecimento das condições materiais e da “dominação” socioeconômica resultante disso; significava também a compreensão do conjunto de valores, ideias, tradições, manifestações culturais e religiosas, muito específicas, que os diferenciavam, e ao mesmo tempo, os aproximavam dos seus pares, dando-lhes uma identidade social, tornando-os, assim, sujeitos de sua própria história.

Ser feirante não significava apenas desempenhar a função de comprar e vender produtos, era ser pai e mãe de família, cuidar e educar os filhos, desempenhar várias funções ao mesmo tempo, saber lidar com o lugar do público e do privado, lidar com culturas diferenciadas, circular e trabalhar em outras feiras da Bahia, enfrentar e superar preconceitos, driblar estereótipos, saber negociar na hora dos conflitos, desenvolver outras habilidades para complementar a renda, saber lidar com noções de tempo, porque o tempo do barro, o tempo do carvão e o tempo do candeeiro se cruzavam com tempo do capitalismo. Eram esses imbricamentos temporais que ditavam o ritmo da feira. Os feirantes foram homens e mulheres que souberam criar uma realidade possível à sobrevivência a partir das circunstâncias e do que estava a seu alcance.

Investigar a vida cotidiana desses trabalhadores implicou na certeza de saber que suas experiências e vivências não se resumiam apenas ao mundo do trabalho. Entre festas

religiosas na roça ou na rua (cidade), participando da micareta, assistindo uma partida de futebol, assistindo filmes no cinema, participando de apresentações de Bumba-Meu-Boi, Burrinha ou Marujada, desfrutando de viagens de trem até a capital para visitar parentes e amigos, esses homens e mulheres se divertiam, gozaram os prazeres que o cotidiano lhes oferecia naqueles momentos, imprimiam significados simbólicos importantes em suas vidas, dando cores, sabores e formas ao campo e a cidade não apenas pela dinâmica do mundo do trabalho, mas, também, através do mundo festivo.

Neste sentido, além de buscar uma compreensão físico-social da urbe, foi imprescindível permear o âmbito das múltiplas relações sociais para uma reconstituição histórica da vida dos feirantes, da feira livre e da cidade, tendo o cotidiano oferecido diversas possibilidades para o encontro dessas gerações. Inconformado com a feira que aparece nos jornais e na mentalidade de alguns sujeitos, como um lugar mecânico, fixo, de estruturas rigidamente estabelecidas, una e homogênea, tentei entrar na feira, não como um “vendedor ou comprador”; entrei sem pretensão de buscar a verdade única e total, mas buscar, nas diversas narrativas, verdades que deram e dão sentido à existência de homens e mulheres que, em defesa da vida, souberam conduzir suas próprias histórias.

A problemática central desse estudo foi saber de que modo se configurava o mundo do trabalho e da cultura dos feirantes de Santo Antônio de Jesus na Bahia entre os anos de 1950-1970 e se existia aspectos de uma economia moral dentro dessa cultura. Dessa maneira, acredito que no tocante à primeira indagação me sinto desobrigado a respondê-la. Apenas utilizo minha consciência para dizer que me esforcei o máximo que pude dentro das possibilidades reais e concretas que o contexto me permitiu, para demonstrar tal composição e configuração. Quanto à segunda, afirmo que existia sim, no seio dessa cultura, a meu ver, aspectos bastante evidentes de uma “economia moral”. Com muita sensibilidade é possível captar como isso ocorria na prática, a partir das experiências que foram aqui narradas pelos feirantes.

É claro que esses homens e mulheres não estavam destemporalizados, ou seja, fora da dinâmica das relações do sistema capitalista de produção, de seus desdobramentos e das leis do mercado. Mas, dentro da cultura dos feirantes existia uma outra lógica para se pensar o mercado e, sobretudo, o trabalho que os conduzia à luta de irem em busca do sonho de serem sempre trabalhadores livres, sujeitos donos de si, sem patrões e não subordinados às relações assalariadas. Tudo isso foi conquistado com muito “suor e sangue no rosto”.

Eles queriam, sim, mudar e melhorar de vida, estavam no contexto do sistema produtivo do capitalismo, mas a forma como esses sujeitos percebiam o mercado era outra, muito mais pautada numa moral em defesa da vida do que qualquer coisa. A luta desses sujeitos não era apenas em função de poderem obter dinheiro ou renda para comprar os gêneros de primeira necessidade, garantir a subsistência, livrarem-se de “passar fome” e pronto. Não, para eles, garantir tudo isso era uma questão muito mais no campo da moralidade do que saber que tinham que matar a fome da sua prole num simples ato espasmódico que obedece à demanda físico-biológica da vida. Defender a vida implicava em saber, por exemplo, que numa relação de meeiro, esses sujeitos eram explorados, e seus patrões, grandes proprietários rurais, além de produzirem bastante produtos, colocavam à venda a preços altos e o que lhes pagavam não era o suficiente para garantir a manutenção da sobrevivência e da vida de suas famílias. Ou seja, não era algo moralmente justo.

Toda luta desses trabalhadores não se deu em função da imediatez do estômago. Mas, sim, em função de um processo de experiências e vivências acumuladas ao longo do tempo, cujo vetor e força vinham das tradições, dos valores, dos hábitos e costumes. Estes, uma vez operacionados na prática da vida ordinária, dava-lhes uma racionalidade que penetrava em suas cabeças, formulando um universo mental propício e sensível a tal percepção.

Passando pelas múltiplas transformações do tempo e das conjunturas sociais, esses homens e mulheres, que eram de zonas rurais, guardam na memória passos pelos caminhos da roça e da cidade que acabam por se constituírem marcas indeléveis, vivas de um passado que também é presente e com ele dialoga constantemente. Os feirantes foram sujeitos que elaboraram formas de resistências aliadas às necessidades daquele momento, e, por meio, de suas práticas, arranjos e improvisos, contrariaram a ordem vigente, sobretudo daqueles que defendiam os ideais civilizadores e de progresso e queriam modernizar a cidade a qualquer custo.

Ao longo da investigação, a garimpagem das fontes revelou uma trajetória de aventura, com muitas surpresas, como, por exemplo, o fato de não haver entre homem e mulher uma relação direta entre gênero/tipo de atividade desempenhada e as experiências de alguns desses sujeitos extrapolarem os limites espaciais que o pesquisador imaginava. As atividades e suas experiências não se resumiam apenas à feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus, eram homens e mulheres desempenhando atividades comerciais e relações sociais em outras regiões, como é o caso nas feiras de Nazaré das Farinhas, Feira de Santana e Água de Meninos, na capital do estado, levando-nos a compreender que foram homens e

mulheres que também encenaram em outras feiras da Bahia, transformando-se em sujeitos que também conectaram tempos e espaços. Havia uma mobilidade espacial muito dinâmica entre eles.

Analfabetos, pais e mães de filhos, os feirantes aqui interpretados são homens e mulheres oriundos de zonas rurais que se inseriram no universo da urbe. Por meio de suas práticas culturais, foram criando uma geografia territorial e cultural na cidade e também contribuiu com a construção de sua fisionomia urbana, além de sua consolidação como um pólo regional no Recôncavo Sul Baiano; e talvez tenham plantado as primeiras sementes das quais muitas germinaram, criando assim a grande representação de que goza hoje a cidade: o comércio mais dinâmico do Recôncavo baiano. Não é demais lembrar, nesses momentos finais do texto, que a feira livre foi a primeira atividade comercial desse município na forma de trocas, assim como, em muitas sociedades desde a antiguidade em qualquer lugar do mundo, conforme lembra-nos Fernand Braudel.

Acredito que agora posso definir com mais amplitude essa categoria – os feirantes – como sujeitos de múltiplas experiências que vivenciam um processo ativo que se articula tanto a partir da ação humana como dos condicionamentos sociais. Integrados à vida econômica ativa da cidade de SAJ e região, essa categoria é constituída por homens e mulheres em suas ações e relações sociais, e define-se pela sua história, cultura e experiência.

Traçar um pouco o itinerário desses sujeitos, no tempo do barro e do candeeiro, nos ratificou a convicção das múltiplas possibilidades de alargamento desta pesquisa, que poderá implicar em outros desdobramentos, outras abordagens. A única certeza que tenho agora, no final desta aventura, é que outras verdades e outras histórias da vida cotidiana clamam na escuridão, são vozes que apelam para outros ouvidos, já que, como bem lembrou Alistair Thomson, a experiência é algo interminável. Por outro lado, a feira livre de Santo Antônio de Jesus era o território dos encontros, uma vitrine da cultura local e da região do Recôncavo Baiano, que também abria brechas para se perceber dimensões da cultura nacional e internacional.

Lugar de abastecimento regular na cidade, essa feira se constituía historicamente como uma alternativa de uso da cidade e invenção do viver urbano. Era também um espaço de expressão para os pobres no território da rua, lugar de inserção dessa população carente de oportunidades. A feira livre era a intersecção entre a roça e a rua, ou seja, entre o campo e a cidade, lugar de intersecção entre pobres, ricos e remediados. Ela era ainda, na rua, um dos mais importantes espaços de sociabilidade e autonomia para os feirantes.

Tendo como perspectiva analítica a vontade de refletir, analisar e demonstrar a construção histórica do que é uma “vida dura”, conforme foi evidenciado em todos relatos dos narradores dessa pesquisa, adentrei em seu mundo do trabalho e o da cultura para desvendar aquela realidade. Sinto-me sem fôlego agora. Só me resta dizer que com essa pesquisa, encontrei Sementes de um Tempo, Colheitas da Vida...

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições Práticas da Província da Bahia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Cátedra. Brasília: INL, 1979.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife-PE, São Paulo: Editoras: Massangana/Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. Mundos e imundos de(o) trabalho: por uma crítica histórica da categoria trabalho. *In*: MONTENEGRO, Antônio Torres; NETO, Regina Beatriz Guimarães; ACIOLE, Vera Lúcia. (Orgs.). **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife-Pernambuco. Editora UFPE, 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Santos, deuses e heróis nas ruas da Bahia: identidade cultural na primeira república**. Revista Afro-Ásia. Salvador-Bahia. 1996.

ALVES, Isaías de Almeida. **Matas do sertão de baixo**. Bahia: Reper, 1967.

ALVES, Amy Adelino. A mulher da feira do Riachão: modos de vida e experiência. *In*: Álvares, Maria Luiza Santos & FERREIRA, Eunice. **Olhares e diversidades: os estudos sobre gênero no Norte-Nordeste**. Belém-Pará.: GEPEN/CFCH; REDOR, 1999.

AMADO, Janaína. **A culpa nossa de cada dia: ética e história oral**. Revista Projeto História, São Paulo, n. 15, Abr. 1997.

AMADO, Jorge. **Capitães de Areia**. 96.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica**. São Paulo. Atlas, 1985.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial**. Salvador-Bahia: EDUFBA, 2013.

ANDRADE, Josiane Thethê. **O tabuleiro das vendas: Cotidiano de um povoado marcado pelas lojas da roça**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. UNEB-Campus V – Santo Antônio de Jesus-Bahia. 2010.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Rio de Janeiro. EDUFF. 2008.

ARAVANIS, Evangelia. **Um olhar sobre os processos de acidentes de trabalho no Rio Grande do Sul**. AEDOS – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História UFRS. Num. 4. Vol. 2, Novembro de 2009.

ASSIS, Cristina da Anunciação da Silva. **Memória e narrativas dos trabalhadores dos armazéns de fumo – Santo Antônio de Jesus, Bahia (1950-1960)**. Programa de Pós-



Graduação em História Regional e Local. UNEB (Universidade do Estado da Bahia-CAMPUS V) – Santo Antônio de Jesus-Bahia. 2017.

AZEVEDO, Eliane S. Populações da Bahia: genética e história. *In: UNIVERSITAS – Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*. N. 1. (Set/Dez. 1968). Centro editorial e Didático da UFBA. 1968.

BAKAN, Abigail B. **Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença**. Tradução de Becca Freitas. *Revista Rethinking Marxism*. Vol. 2. Ontário, Canadá: *Jornal Of Economics, Culture e Society*, 2008.

BAKHTIN, Mikail. **A cultura popular na Idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. Capítulos V e VI. Brasília-São Paulo: Editora Universidade de Brasília-Hucitec, 1999.

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2003.

BARRETO, Virgínia Queiróz. **Trilhando caminhos de barro: trabalho e cotidiano de oleiros**. Maragogipe-Ba (1970-1998). Dissertação Mestrado-PUC-SP. São Paulo, 2000.

BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BEATRIZ, Petronilha. **Africanidades brasileiras: esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos**. *Revista do professor*. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. N ° 19 (73). Jan/Mar 2003.

BENEDUZI, Luis Fernando. Nostalgia do tempo em um tempo de nostalgia. *In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. (Orgs.). Narrativas, imagens e práticas: percursos em história cultural*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora Asterisco, 2008.

BENJAMIM, Walter. O narrador. *In: Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BEZERRA, Márcia Gonçalves. **Análise sócio-ambiental da porção urbana do Rio Mutum, Santo Antônio de Jesus, Bahia**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. UNEB (Universidade do Estado da Bahia – CAMPUS V). Santo Antônio de Jesus-BA. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa. Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. *In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição*. Salvador/BA.: Fundação Casa Jorge Amado. Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo – Séculos XV-XVIII: os jogos das trocas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

BRUNO, Lúcia Barreto. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. São Paulo: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. **Campo Grande e sua feira-livre central: conhecendo a cidade através da feira**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul, 2010.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 1999.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2003.

CARVALHO, Alberto Rodrigues Câmara. **Migrantes em Brasília: os motivos, as dores e os sonhos numa perspectiva clínica**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília. 2008.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra-Portugal: Editora Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer**. 19.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. *In*: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. (Orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV. 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Alex Andrade. **Arranjos de Sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Local e Regional. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Santo Antônio de Jesus – Bahia. 2009.

COSTA, Alex Andrade; BITTENCOURT, Melina de Oliveira; NASCIMENTO, Manuela Santana. **História e memória da administração pública municipal de Santo Antônio de Jesus. Santo Antônio de Jesus-Bahia**. 2012.

COSTA, Emillia Viotti da. Políticas de Terras no Brasil e nos Estados Unidos. *In*: **Da monarquia à República**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, Cléria Botelho da. **Vidas na fronteira – memórias reconstruídas**. Vol. 27. Revista Projeto História: São Paulo. Dez. 2003.

COUTO, Edilece Souza. **A puxada do mastro**: transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença (Ilhéus – Bahia). Ilhéus-Ba: Editora da Universidade Livre do Mar e da Mata, 2001.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feiras no Nordeste**. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 07, número 13, 2008.

DARNTON, Robert. **O grande Massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Diário Oficial da União. Cessão 1. 17/03/1942. Pg.4213. Publicação original. Legislação Informatizada. Ver on line: Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8859-26-fevereiro-1942-456597-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. **O manganês do Amapá – o seu papel no desenvolvimento regional e nacional (1957-1998)**: ou quando um recurso estratégico não é tão estratégico. II Encontro Nacional da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ambiente e Sociedade) – Indaiatuba – São Paulo. Maio de 2004.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

ESTRELA, Ely Souza. **Os Sampauleiros**: cotidiano e representações. São Paulo. Editora Humanitas/EDUC Editora da PUC-SP. 2003.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. **Revista Projeto História**. São Paulo. Vol. 10. Dez. 1993.

FERRETI, Mundicarmo. Feiras Nordestinas: estudos e problemas. *In*: FERRETTI, Sérgio. **Reeducando o olhar**: Estudos sobre feiras e mercados. São Luis-MA.: Edições UFMA-PROIN-CS, 2000.

FERRETTI, Sérgio. **Reeducando o olhar**: Estudos sobre feiras e mercados. São Luis-MA.: Edições UFMA-PROIN-CS., 2000.

FILHO, Afonso de Alencastro Graça. História, região e globalização. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2002. Pg.39. JANCÓS, István. **Na Bahia, contra o império**: História do ensaio de sedição de 1798. Salvador: EDUFBA, 1996.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. São Paulo: Editora Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. Salvador-Bahia: Hucitec/EDUFBA, 1996.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista**. São Paulo (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 – Michel HALL no Prefácio do Livro.

FUNES, Eurípedes. Mocambeiros, nordestinos e seringueiros. Histórias e Memórias. *In: MONTENEGRO, Antônio Torres; NETO, Regina Beatriz Guimarães. (Orgs.). História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife-PE: Editora UFPE, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

GARCIA Jr, Afrânio Raul. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GOMES, Laura Graziela. **Comércio étnico em Belleville: memória, hospitalidade e convivência**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. N. 29, 2002.

GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos à feira da Sulanca: uma inserção de migrantes em São Paulo**. São Paulo. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP-SP, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8.ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

HARVEY; David. **O urbanismo e a cidade: um ensaio interpretativo**. *In: A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1982.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Econômica. USP. São Paulo. 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **A era das revoluções – Europa 1789-1848.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do Catolicismo Brasileiro – 1550-1880.** Petropolis: Editora Vozes, 1991.

HOGGART, Richard. **The uses of literacy.** Lisboa-Portugal: Editora Presença, 1957.

JESUS, Elivaldo Souza de. **Gente de promessa, de reza e de romaria: experiências devocionais na ruralidade do Recôncavo Sul da Bahia (1940-1980).** Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador-BA. 2006.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência – Rio de Janeiro (1964-1989).** Programa de Pós-Graduação em Geografia UFRJ-Rio de Janeiro, 1991.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História.** São Paulo. Nº 22, Jun. 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

LARA, Silvia Hunold. História Cultural e História Social. **Revista Diálogos.** UEM, Vol. 01, 1997.

LECHAT, Noëlle M. P. **Economia moral: um conceito bom para pensar a economia solidária?** Ciências Sociais UNISINOS, São Leopoldo – RS. v. 37, n. 159.

LINDENFIELD, Jacqueline. Palavras rituais nos mercados urbanos na França. **Revista Projeto História São Paulo.** Vol. 19. Nov. 1999.

LOPES, Vânia Lúcia. **Meios de vida: as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início de 1970.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza – CE. 2004.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Revista Projeto História.** São Paulo: Vol. 17. Nov. 1998.

LUCENA, Célia Toledo. **Memórias de famílias migrantes: imagens do lugar de origem.** Revista Projeto História. São Paulo. Vol. 17. Novembro, 1998.

MALUF, Marina. **Ruídos da Memória.** São Paulo: Siciliano, 1995.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão.** Terra Livre. São Paulo. Nº 19. Ano 18. 2002.

MARTIN, André Roberto. **Migrações e Fronteiras: desafios à soberania na Amazônia brasileira.** Revista projeto História. São Paulo. Vol. 23. 2001.

MARIANO, Maria José. MATTOS, Nicoleta Mendes de. **Tecendo memórias:** Algumas reflexões em torno do encontro da memória com os multimeios. Revista Coleção de Ideias. UNEB. Salvador-Bahia. V. 1. JUN/DEZ. 2003.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis – Salvador-BA (1850-1888). Editora ADUNEB, 2008.

MATTOSO, Kátia Maria de Queiróz. **Bahia século XIX.** Uma província no império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MELLO, João Manuel Cardoso de. NOVAIS, Fernando A. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.** In História da Vida Privada no Brasil 4 – Contraste da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MEIRA, Júlio Cesar Meira. **A contribuição de E. P. Thompson para os estudos históricos.** Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia. V. 5, N. 1. Janeiro/Julho de 2014.

MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. **Revista Tempo.** Rio de Janeiro – UFF. Vol. 14 nº 28. Jan-Jun. EDUFF. 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revistada. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **História, Metodologia, Memória.** São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares no Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **A feira da Ladra no século XVI e na actualidade.** Lisboa, Portugal: Editora Neogravura, vol. 73, nº 418, fevereiro, 1973.

\_\_\_\_\_. **A feira de Brejo Grande:** um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas/SP, 1975.

\_\_\_\_\_. Feiras e mercados: pistas para pesquisa de campo. In: FERRETI, Sérgio. (Org.). **Reeducando o Olhar:** estudos sobre feiras e mercados. São Luiz-Maranhão. UFMA, 2000.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”:** contribuições à história do trabalho no Brasil. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. V. 29, nº 59. Set/Dez. 2016.

NASCIMENTO, Luiz Fernando Motta. **Paulo Afonso:** luz e força movendo o nordeste. Salvador-Bahia. EGBA/ACHÉ, 1998.

NEVES, Frederico de Castro Neves. **Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?).** Revista Projeto História. São Paulo. Vol. 16. Fevereiro de 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade.** Salvador-BA: Editora Arcadia, 2002.

NORRA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo, n. (10) Dez. 1993. PUC-SP.

OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias de. **História Agrária: propriedade e conflito.** Guarapuava-Paraná: Editora Unicentro, 2008.

OLIVEIRA, Izabel Lorene Borges de. **Apolo e Dionísio na festa da feira: cantadores, cordelistas, vaqueiros... da feira livre de Feira de Santana (Bahia).** Monografia de Especialização do programa de Pós-Graduação em Teoria e Metodologia da História da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA: UEFS. 2000.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos de. **Recôncavo Sul: terras, homens, economia e poder no século XIX.** Salvador-Bahia: Editora UNEB, 2003.

OLIVEIRA, Teresinha Silva de. **Olhares que fazem a “diferença”:** o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais. Rio Grande Sul: Revista Brasileira de Educação. Nº 22. Jan/Fev/Mar/Abr. 2003.

ORSI, Vivian. **Tabu e Preconceito Linguístico.** Revista Revel. São Paulo. V. 9, n. 17, 2011.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e Costume de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960-1990).** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Salvador-Bahia. 2009.

PAIM, Márcia Regina da Silva. **Do Sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973).** Salvador-BA. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação UFBA. 2005.

PASSOS, Ana Lúcia Santos dos. **Santo Antônio de Jesus numa perspectiva geográfica: Memórias e Paisagens.** Salvador-Bahia. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia – IGEO-UFBA (Universidade Federal da Bahia). 2010.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. *In:* Brandão, Maria de Azevedo: (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador: UFBA, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1995.

PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana. *In:* BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador (Ba): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade social.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, nº 10, 1992.

\_\_\_\_\_. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 2, Nº 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história Oral Diferente.** Revista Projeto História. São Paulo. N. 14. Fev. 1997.

\_\_\_\_\_. **Forma e Significado na história oral:** a pesquisa como um experimento em igualdade. Revista Projeto História. São Paulo, n. 14, fev. 1997.

\_\_\_\_\_. **História oral como gênero.** Revista Projeto História. São Paulo, n.22, jun. 2001.

POZENATO, José Clemente. **Algumas considerações sobre região e regionalidade.** Artigo publicado no livro: Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul-RS: Educs, 2003. Do mesmo autor.

PRADO Jr. Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

QUADROS, Edilma Oliveira Souza. **Transformações na cidade:** vivências urbanas em Santo Antônio de Jesus/Ba. (1950-1970). Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. UNEB (Universidade do Estado da Bahia-CAMPUS V) – Santo Antônio de Jesus-Bahia. 2009.

QUEIRÓZ, Fernando Pinto de. **A capela do Padre Matheus.** Feira de Santana-Bahia: Sagra, 1995.

RAU, Virgínia. **Feiras medievais portuguesas:** subsídio para o seu estudo. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização:** a representação do índio de Caminha à Vieira. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1996.

REIS, João José; AGUIAR, Marcia Gabriela D. **“Carne sem osso e farinha sem caroço”:** o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. São Paulo. Revista de História 135. II semestre, FFLCH-USP-1996.; Jornal O Paládio. Ano 51, 19 de março de 1952, Nº 2.391 – APMSAJ (Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus-BA.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano:** escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIBEIRO, Ellen Mello dos Santos. **Abastecimento de Farinha da cidade de Salvador:** aspectos históricos. Salvador-Bahia. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação História UFBA. Salvador, 1982.

RUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era.** In: usos e abusos da história oral. (Orgs). Marieta Moraes Ferreira e Janaina Amado. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SANTANA, Charles D’Almeida. **Fatura e Ventura Camponesas:** trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998.



\_\_\_\_\_. **Dimensão Histórico cultural – cidades do Recôncavo.** Cadernos CAR 26. Salvador-BA. Governo do Estado da Bahia. 1999.

\_\_\_\_\_. **Linguagens urbanas, memórias da cidade:** vivências e imagens da Salvador de migrantes. São Paulo: Editora Annablume, 2009.

SANTANA, Maria Aparecida Cabral Tavares de. A feira livre como espaço de intercultural para o idoso. *In:* LEMOS, Maria Teresa Toríbio; MATOS, Raimundo Lopes; DEMBICZ, Andrzej (Org.). **Fronteiras rompidas:** multiculturalismo na América Latina. Rio de Janeiro:UERJ/UESB, 2003.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo.** *In:* Brandão, Maria de Azevedo: Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: UFBA, 1998.

SANTOS, Arinaldo Martins. A feira livre na COHAB: contatos iniciais com a realidade da feira do produtor rural em São Luis. *In:* FERRETTI, Sérgio. **Reeducando o olhar:** Estudos sobre feiras e mercados. São Luis-MA: Edições UFMA-PROIN-CS, 2000.

SANTOS, Miguel Cerqueira dos. **O dinamismo urbano e suas implicações regionais:** o exemplo de Santo Antônio de Jesus-Ba. Salvador: Editora UNEB, 2002.

SANTOS, Denílson Lessa dos. **Nas encruzilhadas da cura:** crenças, saberes e diferentes práticas curativas – Santo Antônio de Jesus – Recôncavo Sul – Bahia (1940-1980). Dissertação de Mestrado. Salvador-BA: UFBA, 2004.

SANTOS, Hamilton Rodrigues. **Vidas nas fronteiras:** práticas sociais e experiências de feirantes no Recôncavo Sul da Bahia – Santo Antônio de Jesus-BA – 1948-1971. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2007.

SANTOS, Saionara Andrade de Santana. **As trocas de origem simbólica e material disseminadas por mulheres negras nas feiras livres de Jequié-Bahia, 1980-2011.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Santo Antônio de Jesus-BA. 2012.

SATO, Leny. **Feira Livre:** organização, trabalho e sociabilidade. São Paulo: EDUSP, 2012.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. Lisboa-Portugal: Edição Livraria Letra Livre, 1992.

\_\_\_\_\_. Formas cotidianas da resistência camponesa. *In:* **Raízes, Campina Grande.** vol. 21, nº 01, jan/jun. 2002.

SCHWEBEL, Horst Karl. **Bandas, filarmônicas e mestres na Bahia.** Salvador: CEB/UFBA, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZ, Alf. **Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa**. Tempo Social. Revista Sociologia. USP. São Paulo, V. 2. I Semestre 1990.

SERRA, Ordep. **Rumores da festa: o sagrado e o profano na Bahia**. Salvador-Ba: EDUFBA, 2005.

SIMÕES, Lindinalva. **As estradas de ferro do Recôncavo**. Salvador-Bahia. Dissertação Mestrado Programa de Pós-Graduação História UFBA, 1970.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano**. Tese de doutorado do Programa Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador-Ba.: PPG/NEIM-UFBA, 2011.

SILVA, Daciane de Oliveira. **A feira livre de Cruz das Almas: dinâmica espacial, planejamento e gestão municipal**. Dissertação de Mestrado do programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional – Universidade do Estado da Bahia UNEB – Santo Antônio de Jesus-BA. 2012.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUZA, Itamar de. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SOUZA, Laura de Melo e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Robério Américo do Carmo. Interpretação de gestos e sentimentos: a teatralidade nas narrativas da história Oral. **Revista História Agora**. V. 09. 2010.

SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. **Lei e Costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho**. Salvador-Bahia: EUFBA. 2010.

SOUZA, Edilma Oliveira; SOUZA, Edinélia M. Oliveira. **Modernização e vida urbana na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA**. Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbana em América Europa, 1890-1930. Brazilian Traction, Barcelona Traction y otros conglomerados financieros y Técnicos. Universidad de Barcelona. Facultad de Geografía e Historia, 23-26 de enero, 2012.

SOUZA JÚNIOR, Wilson Caetano de. **Na palma da minha mão: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas**. Salvador-Bahia. EDUFBA. 2011.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador-Ba/São Paulo: EDUFBA/Editora UNESP, 2008.

TEIXEIRA, Cid. **História da Energia Elétrica**. Salvador-Bahia. Editora Publicações e Publicidade. 2005.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. vols. 1, 2 e3. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas-São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo. Nº 15, Abril de 1997.

\_\_\_\_\_. Reconstituo a Memória: questões sobre as relações entre história oral e as memórias. Revista Projeto História. Vol. 15 – Ética e História Oral. PUC – SP. Abril de 1997.

THOMPSON, Paul. **História Oral e contemporaneidade**. Belo Horizonte-MG.: UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VEDANA, Viviane. **Fazer a feira**: estudo etnográfico das artes do fazer de feirantes e fregueses da feira-livre de Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Ewé**: o uso das plantas na sociedade Yorubá. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VERGER, Pierre Fatumbi; BASTIDE, Roger. **Dimensões de uma amizade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.

VIANNA, Francisco Vicente. **Memórias sobre o estado da Bahia**. Tipografia e encadernação do Diário da Bahia, 1893.

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. O Ceará faz a feira. *In*: CARVALHO, Gilmar de. (Org.). **Bonito pra chover**: ensaios sobre a cultura cearense. Fortaleza-CE.: Edições Demócrito Rocha, 2003. Fortaleza – CE – 1980.

\_\_\_\_\_. **Feira**: espaço de liberdade ou de ilusões? Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Desenvolvimento. Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará – UFC, 1980.

VIEIRA Jr, Antonio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza, Ceará: Editora Demócrito Rocha, 2004.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Vol. I Itapuã. Bahia, 1969.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva; BARROS, José Flávio Pessoa de. **Galinha D'Angola**: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2012.

WILK, Richard. **Economies and cultures**: foundations of economic anthropology. Indiana: WestviewPress, 1996.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

\_\_\_\_\_. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. 1.ed. São Paulo: Editora Imprensa Oficial de SP, 2000.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**: A "literatura" medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

## FONTES

### Orais:

Amarílio Monteiro Orrico, ex-vereador, aposentado. Trav. Castro Alves nº 67, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nasceu em 1910.
Antônio Virgílio Souza. Lavrador e Feirante. Zona rural Dom Macedo Costa – Bahia. Nasceu em 24/05/1949.
Augusto Soares da Silva, feirante, Rua Marita Amâncio s/n, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nascido em 29/08/1916.
Augusto Silva, aposentado, Rua do Calabá nº 613, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nascido em 1918.
Brasilina Maria de Jesus Pires. Ex-feirante. Aposentada. Rua Viriato Lôbo nº 523, centro. Nasceu em 13/05/1929.
Carlitos Souza dos Santos, feirante. Caminho 9, Casa 12, Urbis 3, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nasceu em 1957.
Clementino Ferreira dos Santos. Ex-feirante, Lavrador e Fiscal da feira. Rua Justiniano Rocha Galvão, n. 21, Centro. Santo Antônio Jesus-BA. Nascido em 10/11/1948.
Edmilson Barbosa Bittencourt, músico, aposentado. Praça Silvestre Evangelista, nº 338, Santo Antônio de Jesus Bahia. Nasceu em 24/05/1943.
Edmundo Andrade. Lavrador, aposentado. Rua Bela Vista nº 415, bairro Cajueiro – Santo Antônio de Jesus-Bahia. Nascido em 25/07/ 1947.
Elizeu Lopez da Mota. Feirante. Rua... Nasceu em 14/06/1940.
Elza Froes da Fonseca, ex-feirante, dona-de-casa, Rua do Calabá nº 629. Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nascida em 07/08/1956.
Esmeraldo Nunes dos Santos, feirante, Avenida Juracy Magalhães, nº 430, 66 anos. Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nascido em 04/09/1939.
João Crizóstomo Sampaio, ex-guarda da feira, ex-trabalhador da indústria do fumo, aposentado, Rua do Calabá nº 726, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nascido em 27/1/1923.
José de Souza Brito, ex-funcionário da COELBA, aposentado. Praça Silvestre Evangelista nº 247, Santo Antônio de Jesus – Bahia. 25/08/1925.
João Nunes dos Santos, feirante. Avenida Juracy Magalhães nº 560, Santo Antônio de Jesus – Bahia, Nascido em 24/06/1931.
Josué Pereira dos Santos, ex-feirante, aposentado, Rua Sóter Barros nº 101, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nascido em 1933.
Macionília Froes dos Santos, ex-feirante, dona-de-casa. Rua Sóter Barros, nº 101, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nasceu em 1941.
Maria Clarice Santiago Almeida, dona-de-casa. Avenida Luiz Viana, nº 596, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nasceu em 18/08/1938.
Maria Conceição da Silva, Ex-professora, aposentada. Rua Sóter Barros nº 29, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nasceu em 1933.
Maria dos Santos Souza. Feirante. Rua Tenente Coronel Bandeira de Mello nº 223. Santo Antônio de Jesus-Ba. Nascida em 25/03/1938.
Olavo da Silva, marceneiro, aposentado. Avenida Mendes da Rocha nº 511, bairro Jardim Brasil, São Paulo – SP. Nasceu em 29/07/1929.
Paulo Pereira do Santos, funcionário Funerária Andrade, Urbis 4, Caminho 33, casa 21, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nasceu em 10-04-1971.

Rodrigo Lopez do Vale. Ex-feirante, aposentado. Rua Viriato Lôbo nº 505. Nascido em 06/10/1931
Valdenor Santos Rodrigues, Matemático, ex-funcionário da COELBA, aposentado. Edifício Costa Azul, Aptº. 201, Costa Azul, Salvador – Bahia. Nasceu em 1942.
Vilma da Paixão Silva, feirante. Rua Marita Amâncio nº 483, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nasceu em 1961.
Vitalina Santos Souza, ex-feirante, dona-de-casa, Rua do Calabá nº 301, Santo Antônio de Jesus – Bahia. Nascida em 1936.
Zilda Maria Pires. Ex-feirante. Aposentada. Rua Viriato Lôbo, nº 523. Nasceu em 22/08/1940.

**Escritas:**

**a) Jornais**

<b>JORNAL</b>	<b>LOCAL</b>	<b>PERÍODO</b>
O Paládio	Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus	1938 a 1952
O Detetive	Arquivo Particular	1950 a 1951
O Detetive	Arquivo da Paróquia de Santo Antônio de Jesus	Ano I, nº 46 - 04 junho 1948
A Voz das Palmeiras	Arquivo Particular	Ano I Nº 15 21/08/1953
A Voz das Palmeiras	Arquivo Particular	Ano I Nº 28 17/01/1954
A Voz das Palmeiras	Arquivo Particular	Ano I Nº 30 04/01/1954
A Voz das Palmeiras	Arquivo Particular	Ano I Nº 38 05/05/1954
Jornal O Estadão	Arquivo Particular – São Paulo. Caderno Economia e Negócios	15 de Agosto de 2015
Jornal O Regenerador	Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Secção microfilmagem	N. 30. Ano XXI. 20 de Agosto de 1881

**b) Leis, Atas e Decretos.**

<b>LEIS, ATAS E DECRETOS</b>	<b>LOCAL</b>	<b>PERÍODO</b>
Livro de Leis e Decretos	Arquivo Público Municipal Stº Ant. de Jesus	1958
Livro Ata	Arquivo Público Câmara Municipal Stº Ant. de Jesus	1959
Livro Ata	Arquivo Público Câmara Municipal Stº Ant. de Jesus	1953

Livro Decretos e Portarias	Arquivo Público Municipal Stº Ant. de Jesus	1945-1956
Livro de Registro de Leis	Arquivo Público Municipal Stº Ant. de Jesus	1948-1956
Livro de Leis, Decretos e Portarias	Arquivo Público Municipal de Stº Ant. de Jesus	1956- 1963
Decreto n.16	Arquivo Público Municipal de Stº Ant. de Jesus  Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus	26-04-1969
Decreto n.24		08-07-1969
Decreto n.27		02-10-1969
Decreto n.33		18-12-1969
Decreto n.44		22-01-1971
Decreto n.06		02-09-1971
Decreto n.09		02-09-1971
Lei nº 66. Código de Posturas Municipais		04-12-1965

**c) Registros Eclesiásticos.**

REGISTROS ECLESIASTICOS	LOCAL
Livro de Tombo Nº 2	Arquivo Paróquia de Santo Antônio
Folheto Avulso	Janeiro de 1945. Arquivo Paróquia Santo Antônio
Livro de Registro de Batizado Nº 13-29	Arquivo da Paróquia de Santo Antônio 1948-1971
Livro de Registro de Casamento Nº 3-7	Arquivo da Paróquia de Santo Antônio 1948-1971

**d) Fotográficas.**

<b>FOTOGRAFIAS</b>
Acervo fotográfico de particulares
Acervo fotográfico da Filarmônica Amantes da Lyra
Acervo fotográfico do site MMA
Acervo fotográfico do IBGE

## APÊNDICE

### LÉXICO

**A Pulso:** Fazer algo involuntariamente; obrigado.

**Arriar:** Descarregar as mercadorias transportadas pelo animal.

**Badogue:** O mesmo que estilingue.

**Banda:** Refere-se a metade ou parte da roça, da plantação ou colheita, quando na condição de meeiro.

**Brita:** Pedra; uma das matérias-primas do concreto. As britas são fragmentos de rochas duras e maiores, como granito, gnaiss, calcário e basalto.

**Catingueiro:** expressão utilizada pelos feirantes “nativos” (ou seja, da região) para se referirem a outros feirantes de outros lugares e regiões mais distantes, que iam mercadejar na feira livre de Santo Antônio de Jesus.

**Cesto:** Recipiente aberto para sólidos soltos, com ou sem tampa.

**Esmurecido:** Pessoa que não tem predisposição para alguma coisa; principalmente para trabalhar.

**Espinchado:** (variação de espichado). Esticado.

**Explorador:** expressão muito particular usada para se referir ao freguês ou feirante que percorre toda feira livre com o objetivo de explorar o máximo as possibilidades para conseguir realizar uma boa compra ou uma boa venda.

**Fraquinho:** expressão muito particular usada para se referir às pessoas muito pobres.

**Gostar do Torrado:** Expressão muito particular para se referir às pessoas que gostam de se lançarem a aventuras sexuais e amorosas, consideradas não-lícitas. É muito comum a expressão: “fulano gosta do torrado”.

**Graúdo:** Algo grande.

**Grenado:** Ideia de intensidade ou de quantidade; grande porção.

**Igiado:** (Variação de engiado). Expressão utilizada entre os feirantes para definir o estado em que eles ficavam após tomarem muita chuva da roça até a rua.

**Imundice:** Forma muito peculiar de se referir a fezes de seres humanos.

**Lamiado:** (Variação de enlameado). Sujo de lama; estado em que chegava o feirante na cidade em época de chuva.

**Maducer:** (Variação de amadurecer). Refere-se ao período em que a plantação agrícola está pronta para ser colhida.

**Mamoneira:** Plantação de Mamona. É uma planta da família das euforbiáceas.



**Manocar:** É um conjunto de 20 a 25 folhas de tabaco, reunidas para secagem e cura, atadas por outra folha enrolada. É uma das mais usuais maneiras artesanais de preparar o fumo.

**Messagezinha:** Uma forma muito particular de pagamento em dinheiro de uma pequena taxa.

**Miguzá: (variação de Munguzá).** É uma iguaria doce feita de grãos de milho branco cozidos em um caldo contendo leite de coco ou de vaca, açúcar, canela em pó ou em casca e cravo da Índia.

**Moringa:** Vaso de barro para armazenar água, com capacidade entre 1 a 2 litros.

**Mucho:** mesmo que cabisbaixo; triste.

**Olho Grande:** Expressão utilizada para se referir às pessoas que têm inveja do que uma outra pessoa possui, ou seja, de bens de todas as ordens.

**Panacum:** Cesto grande que se acopla ao animal (burro, cavalo, etc.) para transporte de mercadorias.

**Pindoba:** Nome popular de uma espécie de Palmeira da família das Arecáceas. Planta nativa do Nordeste brasileiro.

**Remediado:** No dito popular, diz-se daquele que possui alguns bens, que tem meios de subsistência suficiente para uma boa vivência. Aquele que não é pobre, mas também não é rico. Pode se considerar como indivíduo de classe média.

**Rodicho:** Máquina para ralar mandioca.

**Tabaréu:** Denominação pejorativa dada aos homens e mulheres das roças pelos citadinos. Corresponde a matuto, jeca-tatu, jeca, capiau.

**Tabuleiro:** Peça de madeira ou de metal com as bordas levantadas; bandeja.

**Tarefar:** Trabalhar na lavoura. Expressão utilizada quando os sujeitos do mundo rural iam extrair a mandioca da terra, por exemplo.

**Valença:** Salvação; se valer de algo ou alguém.

**Visgueira:** Haste de madeira envolta um visgo e com engodo em uma das extremidades, que se prende a um galho de árvore para apanhar pássaros.

**Vorta:** Variação de Volta. Refere-se a o que se paga a uma pessoa no processo de negociação (troca/venda) de algum produto ou mercadoria. A vorta pode ser em dinheiro ou mercadoria.